

Clay Anderson Nunes Chagas
Fabiano de Oliveira Bringel
Carlos Jorge Nogueira de Castro
Willame de Oliveira Ribeiro

Org.



Interfaces Territoriais da Violência na Amazônia Paraense

Interfaces Territoriais da Violência na Amazônia Paraense





Universidade do Estado do Pará

Reitor

Clay Anderson Nunes Chagas

Vice-Reitora

Ilma Pastana Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Jofre Jacob da Silva Freitas

Pró-Reitor de Graduação

Ednalvo Apóstolo Campos

Pró-Reitora de Extensão

Vera Regina Menezes Palácios

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento

Carlos José Capela Bispo



Editora da Universidade do Estado do Pará

Coordenador e Editor-Chefe

Nilson Bezerra Neto

Revisão

Marco Antônio da Costa Camelo

Design

Flávio Araujo

Web-Page e Portal de Periódicos

Bruna Toscana Gibson

Livraria

Arlene Sales

Bibliotecária

Rosilene Rocha

Estagiários

João Lucas Ferreira Lima

Natália Vinagre de Souza Souza

Conselho Editorial

Francisca Regina Oliveira Carneiro

Hebe Morganne Campos Ribeiro

Jofre Jacob da Silva Freitas (Presidente)

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar

Josebel Akel Fares

José Alberto Silva de Sá

Juarez Antônio Simões Quaresma

Lia Braga Vieira

Maria das Graças da Silva

Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva

Marília Brasil Xavier

Núbia Suely Silva Santos

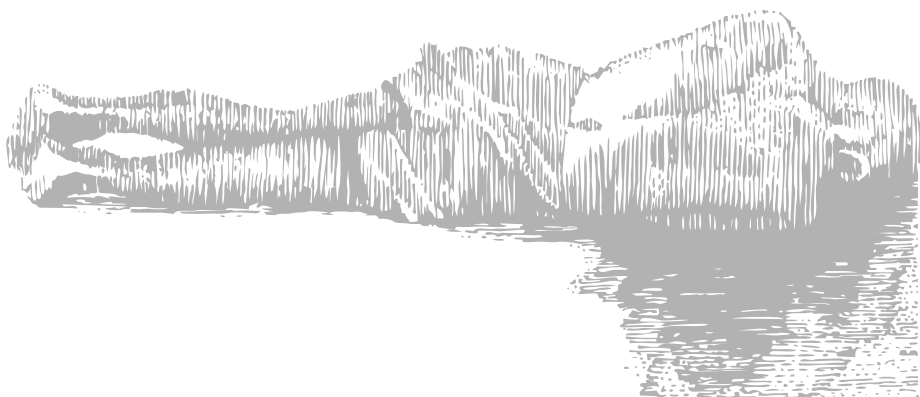
Robson José de Souza Domingues

Pedro Franco de Sá

Tânia Regina Lobato dos Santos

Valéria Marques Ferreira Normando

Clay Anderson Nunes Chagas
Fabiano de Oliveira Bringel
Carlos Jorge Nogueira de Castro
Willame de Oliveira Ribeiro
_____.Org._____



Interfaces Territoriais da Violência na Amazônia Paraense

Realização

Universidade do Estado do Pará - UEPA
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica - SECTET
Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA



Normalização e Revisão

Adonai da Silva de Medeiros
Marco Antônio da Costa Camelo

Designer Gráfico

Flávio Araujo

Capa

Flávio Araujo

Diagramação

Odivaldo Teixeira Lopes

Apoio Técnico

Bruna Toscano Gibson
Arlene Sales Duarte Caldeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

EDITORA DA UEPA - EDUEPA

- I61 Interfaces territoriais da violência na Amazônia Paraense / Clay Anderson Nunes Chagas ; Fabiano de Oliveira Bringel ; Carlos Jorge Nogueira de Castro ; Willame de Oliveira Ribeiro (Org). – Belém : EDUEPA, 2024.
382 p.: il.

Inclui bibliografias
ISBN: 978-65-88106-80-8

1. Criminalidade urbana. 2. Tráfico de drogas. 3. Política Pública. 4. Interface territorial. 5. Segurança pública. 6. Violência Mulher – COVID 19. 7. Território indígena. 8. Política fundiária. 9. Programa Territórios pela Paz – TerPaz. 10. Programa Minha Casa Minha Vida. I. Chagas, Clay Anderson Nunes. II. Bringel, Fabiano de Oliveira. III. Castro, Carlos Jorge Nogueira de. IV. Ribeiro, Willame de Oliveira. V. Título.

CDD 918.115 – 22.ed.

Ficha Catalográfica: Rosilene Rocha CRB-2/1134.

Editora filiada



Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA
Travessa D. Pedro I, 519 - CEP: 66050-100
E-mail: eduepa@uepa.br/livrariadauepa@gmail.com
Telefone: (91) 3284-9112

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 10

Clay Anderson Nunes Chagas
Fabiano de Oliveira Bringel
Carlos Jorge Nogueira de Castro
Willame de Oliveira Ribeiro

Parte I: Tráfico de drogas e interfaces territoriais na Região Metropolitana de Belém

CAPÍTULO 1 - UMA ANÁLISE DAS APREENSÕES DE COCAÍNA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, PARÁ, ENTRE 2018 E 2021..... 18

Roberto Magno Reis Netto
Clay Anderson Nunes Chagas
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante
Robson Patrick Brito do Nascimento
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa
Mauro André Santos Tolosa

CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA URBANA E TRÁFICO DE DROGAS: DISPUTAS TERRITORIAIS NAS PERIFERIAS DE SANTA IZABEL DO PARÁ – PA..... 42

Túlio de Sousa Nunes
Clay Anderson Nunes Chagas

CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO DA CRIMINALIDADE URBANA: DINÂMICAS DO TRÁFICO DE DROGAS NO COMPLEXO DA FEIRA DA CEASA, EM CASTANHAL, PARÁ..... 61

Vitória Maria Lima da Trindade¹
Clay Anderson Nunes Chagas

Parte II: Políticas públicas, violência/criminalidade e interfaces territoriais na Região de Integração do Guajará

CAPÍTULO 4 - CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ NO BAIRRO DO GUAMÁ, BELÉM/PA 81

Erickson Batista da Costa

Carlos Jorge Nogueira de Castro

CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS PÚBLICAS E MORTES VIOLENTAS DE JOVENS HOMENS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA NO BAIRRO DA TERRA FIRME, BELÉM/PA 101

Pedro Israel Mota Pinto

Roberta Carolina Maués do Nascimento

Clay Anderson Nunes Chagas

CAPÍTULO 6: O PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ NO BAIRRO NOVA UNIÃO, MARITUBA-PA: VIOLÊNCIA E JUSTIÇA ESPACIAL 115

Isac José Murta Nunes

Willame de Oliveira Ribeiro

CAPÍTULO 7: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ESPAÇO DO LAR E PANDEMIA DA COVID-19 NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ, PARÁ.....137

Alana Farias Monteiro

Willame de Oliveira Ribeiro

CAPÍTULO 8: ESPAÇO ESCOLAR E VIOLÊNCIA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ, PARÁ 154

Renata Rodrigues

Willame de Oliveira Ribeiro

**Parte III: Violência/criminalidade e suas interfaces
territoriais em pequenas e médias cidades paraenses**

**CAPÍTULO 9: A TERRITORIALIZAÇÃO DAS FACÇÕES
CRIMINOSAS NOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA EM MARABÁ-PA 168**

Aíala Colares Oliveira Couto

Lucas Araújo de Souza

**CAPÍTULO 10: DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-
TEMPORAL DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS
INTENCIONAIS EM CASTANHAL (2020-2023) 187**

Natália Souza Pinheiro

Beatriz Lorena Corrêa da Silva

Maria Eduarda Costa Costa

**CAPÍTULO 11: VIOLÊNCIA E REDES DE
PROTEÇÃO SOCIAL: A ESTRUTURAÇÃO DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE EM SALINÓPOLIS/PA 205**

Jefferson Barra dos Santos

Willame de Oliveira Ribeiro

**CAPÍTULO 12: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E
DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DA VIOLÊNCIA:
UMA ANÁLISE DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS
E INTENCIONAIS EM SANTA LUZIA DO PARÁ E
CACHOEIRA DO PIRIÁ 233**

Antonia Elany Silva da Costa

Jeferson Pereira da Silva

Willame de Oliveira Ribeiro

Parte IV: Interfaces territoriais da violência nos campos do Pará

CAPÍTULO 13: CONFLITOS E VIOLÊNCIA ASSOCIADOS À ÁGUA NO ESPAÇO AGRÁRIO: MAPEAMENTO E TIPOLOGIA NA SUB-BACIA DO RIO AUÍ-AÇU – TAILÂNDIA/PA 253

Nonato Sousa Gonçalves
Francisco Emerson Vale Costa
Daniel Araújo Sombra Soares
Diana Marcela Córdoba
Bianca Lorena Ferreira Pinheiro Sarmento
Susane Cristini Gomes Ferreira
André Geovani Nunes da Costa Carvalho
Tarsis Ney Castelo Branco Barros Magalhães

CAPÍTULO 14: A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM - PARÁ: UM CAMPO ATRAVESSADO PELA VIOLÊNCIA 282

Cátia Oliveira Macedo
Paulo Olivio Correa de Aquino Júnior

CAPÍTULO 15: O AVANÇO DA PALMA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO PARÁ: VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS EM EVIDÊNCIA..... 300

Everton Reis do Nascimento
Cátia Oliveira Macedo

CAPÍTULO 16: TENSÕES TERRITORIAIS NA ILHA DE TRAMBIOCA EM BARCARENA – PARÁ: O AMBIENTAL E O AGRÁRIO NA (DES) CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA 326

Carolina Furtado Oliveira
Fabiano de Oliveira Bringel

CAPÍTULO 17: ENTRE OS ATINGIDOS DO TERRITÓRIO E O MUNDO DO TRABALHO EM BARCARENA-PA: ENCRUZILHADAS ENTRE O ECONÔMICO E A IDENTIDADE A PARTIR DO LUGAR... 343

Pedro Vinicius dos Santos Silva
Fabiano de Oliveira Bringel

APRESENTAÇÃO

Clay Anderson Nunes Chagas
Fabiano de Oliveira Bringel
Carlos Jorge Nogueira de Castro
Willame de Oliveira Ribeiro

Este livro é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA”, que vem sendo desenvolvido, desde dezembro de 2022, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) com o apoio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará (SEC-TET), a partir do Termo de Execução Descentralizada nº 014/2022 SEC-TET/UEPA. Envolvendo dezenas de pesquisadores, entre profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação, a base dos trabalhos está no Curso de Licenciatura em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA, todavia, por conta do caráter interdisciplinar do fenômeno investigado, tem-se a participação de pesquisadores de outras áreas do conhecimento, a exemplo da Engenharia de Software e da Estatística.

O objetivo principal do projeto é constituir o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA, voltado à análise, prevenção e contenção da violência no campo e na cidade, bem como à promoção da segurança pública. De modo específico, objetiva-se:

- Identificar e examinar os principais tipos de violência por região de integração do Estado do Pará, destacando as diferenças qualitativas tanto nas cidades como nos campos e analisar consequências do fenômeno a partir das diversas territorialidades;
- Entender as dinâmicas territoriais dos principais sujeitos envolvidos em situações de violência, levando em consideração os recortes espaciais das cidades e zonas rurais no Pará;
- Produzir Atlas da Violência no Estado do Pará que sirva como instrumento de aprendizagem nas escolas públicas e que auxilie no desenvolvimento de políticas de enfrentamento à violência nas regiões;
- Desenvolver ações conjuntas com movimentos sociais, órgãos governamentais e instituições não governamentais em favor de gru-

pos sociais vulneráveis e na promoção da segurança pública.

Esta obra é composta por exemplares do alcance desses resultados, ainda em estágio parcial, tendo em conta que as investigações e outras atividades do projeto ainda estão em andamento.

A violência é um fenômeno de múltiplas facetas, causas e consequências. Abrange desde o uso de palavras ofensivas direcionadas ao outro até o homicídio, desde um relacionamento abusivo aos danos socioambientais. Desta forma, sua relevância é evidente, assim como sua complexidade. A vastidão da manifestação da violência produz, por conseguinte, uma diversidade de abordagens científicas, conceitos e noções voltados à interpretação de suas particularidades.

De acordo com o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (2021)¹, a definição de violência abarca algumas dimensões que passam pelo constrangimento pessoal e coletivo. Sua substantivação percorre a irascibilidade, o abuso de força, a tirania e a opressão. Do ponto de vista jurídico, sua definição compreende um constrangimento que uma pessoa sofra, obrigando-a a fazer um ato qualquer.

Expondo a dimensão coercitiva do fenômeno, na geografia, a violência, em geral, aparece em sua relação com o poder e com o território, como um instrumento da manutenção ou ampliação do poder em relações assimétricas, na falta de instrumentos mais legítimos de exercício de poder ou da autoridade. De um certo ponto de vista, a produção da violência se faz em detrimento do poder, expressando o seu desfazer. “O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente” (Arendt, 1985, p. 30)².

As violências praticadas assumem um grau qualitativamente diferente quando analisamos seus aspectos submetidos à lógica espacial, a partir da sua divisão do trabalho e dos meios geográficos. Referimo-nos aos campos e cidades e suas dinâmicas próprias de urbanização e de ruralidades. Pensar dessa forma é contribuir fundamentalmente para o acerto nas políticas públicas, visando diagnosticar e mitigar os efeitos devastadores da violência.

A região amazônica, particularmente no estado do Pará, é assinalada historicamente por uma multiplicidade de violências que não se separam da produção do espaço regional. O Estado brasileiro, durante os governos militares, construiu uma narrativa que produziu um imaginário sobre a Amazônia que a colocava na condição de “espaço vazio”, de região periférica e atrasada, mas, ao mesmo tempo, uma região com grande potencial de geração de recursos devido: à presença de recursos minerais, ao potencial hidrelétrico, à vasta extensão de terra para o agronegócio e à disponibilidade de recursos

¹ https://dicionario.priberam.org/#google_vignette

² ARENDT, H. Da violência. Brasília: EDUNB, 1985.

para a exploração madeireira. São essas atividades que estão relacionadas ao que Becker (1990)³ definiu como “economia de fronteira”.

A lógica de ocupação e organização do território a partir da ideologia política da ditadura militar trouxe grandes desequilíbrios, pois essa obedecia a um modelo de desenvolvimento “de cima para baixo” ou de “de fora para dentro”, não levando em consideração as relações sociais e econômicas das populações tradicionais aqui existentes. Como consequência, a Amazônia reforçou sua condição de região de intensos conflitos e múltiplos interesses.

Além desses problemas de ordem político-econômica enfrentados na região, tem-se também questões de ordem ilícita em suas fronteiras, pois o desafio da segurança regional perpassa, em grande medida, pelo Estado brasileiro conseguir dar conta de monitorar as fronteiras da Amazônia com os seus países vizinhos, em especial aqueles que estão no mapa da Pan-Amazônia e que se destacam pela produção de cocaína.

Dessa forma, surge um contexto conflitivo entre o limite e a fronteira, visto que o limite do território brasileiro não se restringe às fronteiras da região amazônica, possibilitando relações transfronteiriças que permitem a existência de fluxos cotidianos de pessoas, capitais, mercadorias e informações, fazendo com que também se manifestem atividades como contrabando, biopirataria, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas.

A região transformou-se nesse caldeirão de conflitos de toda ordem envolvendo trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, ambientalistas, empresas, latifundiários e o Estado. Portanto, a busca de uma solução que preze pelo modelo sustentável de desenvolvimento é mais do que necessária nesse contexto conflitivo que envolve esses diversos atores.

Nas cidades amazônicas, especialmente nas grandes e médias, as múltiplas manifestações da violência são persistentes. Os crimes violentos e o medo fazem parte do cotidiano social, especialmente nos espaços precarizados e vulneráveis (dos mais vastos entre as cidades brasileiras) à instalação do crime organizado. Todavia, não se pode dizer que a violência e a criminalidade se desenvolvem sem oposições. Indivíduos, grupos sociais e o próprio Estado, mesmo estando na base da promoção de muitas violências, opõem-se a essa realidade, dando vida a ações e políticas de contraposição à violência, ainda que insuficientes.

É sobre essa multiplicidade de manifestações da violência na Amazônia paraense, bem como sobre as resistências, lutas e contraposições, que este livro trata. A figura 1 expõe os inúmeros municípios que se constituem nas realidades empíricas investigadas, abrangendo seis regiões de integração paraenses: Guajará, Guamá, Carajás, Rio Capim, Rio Caeté e Tocantins.

³ BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questão sobre a gestão do território. Brasília: UnB, 1990.

O livro está organizado em quadro partes. A primeira, “Tráfico de drogas e interfaces territoriais na Região Metropolitana de Belém”, é composta por três capítulos com abrangências territoriais distintas: o primeiro analisa a Metropolitana de Belém (doravante RMB) em sua totalidade; o segundo e o terceiro têm por *loci*, respectivamente, Santa Isabel do Pará e Castanhal, cidades que, apesar de comporem o recorte da RMB, possuem inserções socioespaciais distintas em âmbito regional. Santa Isabel do Pará é uma cidade do entorno metropolitano, que, mesmo sendo classificada pelo IBGE como um Centro Local (IBGE, 2020)⁴, possui importantes papéis na intermediação de fluxos e na oferta de serviços. Castanhal, uma cidade média de entorno metropolitano (Ribeiro, 2024)⁵, é uma das principais cidades do estado e articula uma extensa área de influência. Além do contexto metropolitano, os capítulos aproximam-se principalmente por terem como objeto o tráfico de drogas.

O primeiro e mais abrangente dos capítulos tem por título “Uma análise das apreensões de cocaína na Região Metropolitana de Belém, Pará, entre 2018 e 2021” e é de autoria de Roberto Magno Reis Netto, Clay Anderson Nunes Chagas, Clarina de Cássia da Silva Cavalcante, Robson Patrick Brito do Nascimento, Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa e Mauro André Santos Tolosa. O segundo capítulo, intitulado “Violência urbana e tráfico de drogas: disputas territoriais nas periferias de Santa Isabel do Pará – PA” tem como autores Túlio de Sousa Nunes e Clay Anderson Nunes Chagas. O último capítulo dessa primeira parte, com o título “A produção da criminalidade urbana: dinâmicas do tráfico de drogas no complexo da feira da CEASA, em Castanhal, Pará”, foi escrito por Vitória Maria Lima da Trindade e Clay Anderson Nunes Chagas.

A segunda parte do livro, “Políticas públicas, violência/criminalidade e interfaces territoriais na Região de Integração do Guajará”, também tem seu lócus no contexto metropolitano, a Região de Integração (RI) Guajará, tendo como objeto distintas problemáticas associadas à violência e à criminalidade: os Crimes Violentos Letais e Intencionais, as conexões entre a sexualidade e a dinâmica da violência urbana, a violência contra a mulher e a violência nas escolas. O nexo entre os textos está, além da violência, em sua valorização das políticas públicas. Inclusive evidenciando que as problemáticas associadas à violência e à criminalidade não podem ter sua causa reduzida a “ausência de políticas públicas de segurança”, não só porque a violência é um fenômeno complexo e que não pode ter sua causa atribuída a único fato, mas também porque existem muitas políticas públicas de contenção, prevenção e repressão à violência e ao crime. A questão é bem mais complexa, e as análises, da mes-

⁴ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html> Acesso em: 15 abr. 2024.

⁵ RIBEIRO, W. O. **Rede urbana e interações espaciais na Região Nordeste do Pará**. Belém: EDUEPA, 2024.

ma forma que as políticas, precisam acompanhar essa realidade.

Figura 1 – Municípios estudados pelas pesquisas que compõem o livro. 2024



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Cinco capítulos compõem essa segunda parte: “Criminalidade, violência e segurança pública: um estudo do Programa Territórios pela Paz no bairro do Guamá, Belém/PA”, de autoria de Erickson Batista da Costa e Carlos Jorge Nogueira de Castro; “Políticas públicas e mortes violentas de jovens homens: uma análise da relação entre sexualidade e violência urbana no bairro da Terra Firme”, escrito por Pedro Israel Mota Pinto, Roberta Carolina Maués

do Nascimento e Clay Anderson Nunes Chagas; “Programa Territórios pela Paz no bairro Nova União, Marituba-PA: violência e justiça espacial”, dos autores Isac José Murta Nunes e Willame de Oliveira Ribeiro; “Violência contra a mulher, espaço do lar e pandemia da COVID-19 na Região de Integração Guajará, Pará”, de Alana Farias Monteiro e Willame de Oliveira Ribeiro; e, por fim, “Espaço escolar e violência na rede estadual de ensino na Região de Integração do Guajará, Pará”, dos autores Renata Rodrigues e Willame de Oliveira Ribeiro.

A terceira parte do livro, intitulada “Violência/criminalidade e suas interfaces territoriais em pequenas e médias cidades paraenses”, é dedicada à análise de problemáticas inseridas no contexto da violência urbana, tendo como lócus cidades médias e pequenas do estado do Pará, de diferentes regiões e com papéis muito distintos na rede urbana. A atuação de facções criminosas, os Crimes Violentos Letais e Intencionais e a violência contra crianças e adolescentes são as temáticas principais dos estudos.

Quatro textos compõem essa terceira parte da obra: “A territorialização das facções criminosas nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá-PA”, de Aiala Colares de Oliveira Couto e Lucas Araújo de Souza; “Distribuição espaço-temporal dos Crimes Violentos Letais Intencionais em Castanhal (2020-2023)”, das autoras Natália Souza Pinheiro, Beatriz Lorena Corrêa da Silva e Maria Eduarda Costa Costa; “Violência e redes de proteção social: a estruturação do sistema de proteção à criança e ao adolescente em Salinópolis/PA”, de Jefferson Barra dos Santos e Willame de Oliveira Ribeiro; e, por fim, “Produção do espaço e dinâmicas socioespaciais da violência: uma análise dos Crimes Violentos Letais e Intencionais em Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá”, escrito por Antonia Elany Silva da Costa, Jeferson Pereira da Silva e Willame de Oliveira Ribeiro.

A quarta e última parte do livro, “Interfaces territoriais da violência nos campos do Pará”, tem seu foco nas dinâmicas da violência no campo paraense, historicamente marcado por conflitos, práticas violentas e crimes de diversas ordens. Os temas abordados são a violência lenta associada ao uso e apropriação da água, a violência contra indígenas, os conflitos agrários resultantes do avanço do agronegócio, a mineração e seus impactos socioambientais.

Cinco capítulos compõem esta última parte do livro: “Conflitos e violência associados à água no espaço agrário: mapeamento e tipologia na sub-bacia do rio Auí-Açu – Tailândia/PA”, dos autores Nonato Sousa Gonçalves, Francisco Emerson Vale Costa, Daniel Araújo Sombra Soares, Diana Marcela Córdoba, Bianca Lorena Ferreira Pinheiro Sarmento, Susane Cristini Gomes Ferreira, André Geovani Nunes da Costa Carvalho e Tarsis Ney Castelo Branco Barros Magalhães; “A Região de Integração do Capim - Pará (RIC):

um campo atravessado pela violência”, escrito por Cátia Oliveira Macedo e Paulo Olivio Correa de Aquino Junior; “O avanço da palma em territórios indígenas no Pará: violências e resistências em evidência”, de Everton Reis do Nascimento e Cátia Oliveira Macedo; “Tensões territoriais na ilha de Trambioca em Barcarena – Pará: o ambiental e o agrário na (des)construção da política fundiária”, de autoria de Carolina Furtado Oliveira e Fabiano de Oliveira Bringel; e, finalizando a parte e o livro, “Entre os atingidos do território e o mundo do trabalho em Barcarena-PA: encruzilhadas entre o econômico e a identidade a partir do lugar”, de Pedro Vinicius dos Santos Silva e Fabiano de Oliveira Bringel.

Espera-se, com este conjunto de resultados de pesquisas articuladas pelo NEPEVA, contribuir para a compreensão das dinâmicas da violência na Amazônia paraense em suas diversas manifestações e distintas realidades socioespaciais, pois se está falando de um dos maiores desafios sociais contemporâneos. Seu equacionamento pressupõe, inicialmente, a compreensão dos agentes, processos e formas inerentes à sua manifestação. A geografia desenvolveu ferramentas importantes para este empreendimento, como se evidenciará ao longo da obra.

The background of the page is a light gray map of the state of Pará, Brazil. The map shows the state's irregular borders and internal municipal divisions. In the lower portion of the map, there is a rectangular inset containing a grayscale photograph of a rugged mountain range, likely the Serra da Capa Branca, with steep peaks and a river valley below.

**Parte I: Tráfico de drogas e
interfaces territoriais na Região
Metropolitana de Belém**

CAPÍTULO 1 - UMA ANÁLISE DAS APREENSÕES DE COCAÍNA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, PARÁ, ENTRE 2018 E 2021

Roberto Magno Reis Netto
Clay Anderson Nunes Chagas
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante
Robson Patrick Brito do Nascimento
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa
Mauro André Santos Tolosa

Introdução

O presente capítulo apresenta um conjunto de resultados oriundos de uma das aproximações empíricas, de natureza predominantemente quantitativa, realizadas ao longo do desenvolvimento da tese intitulada “Ouro de Tolo: A Região Metropolitana de Belém-PA em face das dinâmicas do tráfico internacional de cocaína” (Reis Netto, 2023). A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), contando com o imprescindível apoio de pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOVCRIM) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do grupo Érgane – Pesquisadores da Amazônia.

Neste recorte específico da pesquisa, objetivou-se analisar o comportamento das apreensões de cocaína (e seus respectivos subprodutos derivados) realizadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), Estado do Pará, entre os anos de 2018 e 2021, no sentido de compreender aspectos dessa economia ilícita e sua relação com o espaço geográfico em questão.

A análise propiciou uma primeira aproximação da espacialidade do tráfico na região, em termos brutos, no intuito de contribuir para a compreensão das redes que a atravessariam, bem como avaliar se a área apresentava características que permitiriam sua classificação como um mercado consumidor consolidado da substância.

A relevância dessa abordagem justifica-se diante da necessidade de lançar um olhar sobre a presença da cocaína na Região Metropolitana de Belém e suas formas de manifestação. Além disso, ao focar em dados quantitativos, o estudo possibilitou uma avaliação da qualidade das apreensões realizadas pelos órgãos de segurança pública, bem como do direcionamento de suas atuações. Ademais, a pesquisa permitiu o levantamento de hipóteses e conclusões preliminares acerca do papel da região no contexto do tráfico internacional de entorpecentes, o que confere ao estudo não apenas uma relevância social premente, mas também a geração de um conjunto de dados essenciais para a formulação de estratégias de enfrentamento ao problema do tráfico.

Este artigo está estruturado, além desta introdução, em um breve tópico metodológico, seguido da análise e discussão dos resultados e, ao final, das respectivas considerações finais.

Métodos e técnicas

O estudo incorporou uma análise predominantemente quantitativa (Martins; Theóphilo, 2016) desenvolvida a partir de dados secundários obtidos junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (Estado do Pará, 2022). Os dados referem-se às quantidades de cocaína e seus subprodutos apreendidos pelos órgãos de segurança pública estaduais entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2021.

Por cocaína, compreende-se o produto químico oriundo da manufatura do arbusto de coca, do gênero *Erythroxylum* (em suas espécies *Erythroxylum novogranatense*, *Erythroxylum truxillense* e *Erythroxylum coca*). Trata-se de uma substância amplamente comercializada em nível global e com valores expressivos em diversos mercados internacionais. Por subprodutos da cocaína, consideram-se aqueles decorrentes de processos secundários de manufatura dos restos produtivos da droga original, como o crack e o óxi. Além disso, as estatísticas incluíram formas pré-cocaína ainda em processo de manufatura, como a pasta-base e a cocaína líquida (Reis Netto, 2023).

A pesquisa obteve uma base expressiva de apreensões realizadas por órgãos de segurança pública do estado do Pará, devidamente registradas no respectivo sistema integrado. Isso permitiu a verificação do quantitativo total e da variação percentual das apreensões em cada bairro da RMB, à época da pesquisa, compreendida pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal.

A quantificação possibilitou uma análise da efetiva presença de cocaína nos bairros desses municípios, viabilizando, em um primeiro momento, sua classificação como mercados consumidores do produto. Em seguida, os dados permitiram a identificação de **pontos fora da curva** (*outliers*), os quais se apresentaram como indicativos da existência de redes de atravessamento da substância, evidenciando a ligação da RMB a circuitos do tráfico internacional.

Além da análise quantitativa, foram incorporadas investigações documentais provenientes de registros do sistema de segurança pública, cedidos ao pesquisador durante visitas de campo realizadas ao longo do desenvolvimento do trabalho original (Reis Netto, 2023). Também foram consideradas notícias jornalísticas destacadas ao longo do texto, que trazem explicações e ilustrações públicas dos fatos analisados. Esses procedimentos fundamentaram a análise apresentada na seção seguinte.

Resultados e discussões

Analisando as apreensões de cocaína realizadas no Estado do Pará, observa-se, primeiramente, que, embora a RMB tenha correspondido, em 2019, a um valor próximo a dois terços da quantidade apreendida no restante do estado, nos anos subsequentes houve uma nítida inversão desse quadro, com registros de apreensões maiores no interior.

Tabela 1 – Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) no Estado do Pará, entre 2018 e 2021, na RMB e no interior

Localidade	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
RMB	265,122	62,79%	288,131	31,45%	2.452,619	35,67%	1.479,541	30,13%
Interior	157,136	37,21%	627,988	68,55%	4.423,876	64,33%	3.430,588	69,87%
Estado	422,258	100,00%	916,118	100,00%	6.876,495	100,00%	4.910,130	100,00%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado e com destaques dos autores.

Constata-se, assim, que, a partir de 2019, o interior do estado passou a liderar os números de apreensões de cocaína, possivelmente em razão das mudanças nas políticas de segurança pública e das intervenções ocorridas no sistema penitenciário (Reis Netto, 2023). Especificamente em relação à RMB, os números oficiais apontaram o seguinte cenário:

Tabela 2 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) nos municípios da RMB, entre 2018 e 2021

Municípios da RMB	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Ananindeua	18,489	6,97%	49,684	17,24%	19,826	0,81%	49,804	3,37%
Belém	223,466	84,29%	176,019	61,09%	2.389,041	97,56%	121,572	8,22%
Benevides	1,278	0,48%	9,844	3,42%	4,122	0,17%	697,143	47,13%
Castanhal	15,403	5,81%	10,914	3,79%	23,302	0,95%	598,427	40,46%
Marituba	4,881	1,84%	33,354	11,58%	7,258	0,30%	3,441	0,23%
Santa Bárbara do Pará	0,728	0,27%	0,850	0,29%	1,279	0,05%	0,710	0,05%
Santa Izabel do Pará	0,878	0,33%	7,466	2,59%	3,847	0,16%	8,127	0,55%
Σ	265,122	100,00%	288,131	100,00%	2.448,674	100,00%	1.479,223	100,00%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado e com destaques dos autores.

Como se observa, o quantitativo de apreensões registrou aumentos substanciais nos anos de 2020 e 2021 em relação aos anos anteriores. Contudo, é importante destacar que esses aumentos foram, em grande parte, resultantes de apreensões pontuais de grande porte realizadas pelos órgãos de segurança do estado do Pará.

Nesse sentido, ao longo da série histórica analisada, predominou o registro de apreensões de cocaína inferiores a 100g, que corresponderam a 88,28% dos casos, uma tendência que se manteve inalterada tanto na escala municipal quanto na dos bairros. Apreensões superiores a 50kg de cocaína representaram apenas 1,5% dos casos, enquanto aquelas superiores a meia tonelada corresponderam a apenas 0,05%.

Tabela 3 - Quantitativo e variação percentual da quantidade de cocaína apreendida a cada ocorrência, entre 2018 e 2021, no Estado do Pará

Intervalos de apreensões	Qtd. de ocorrências	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
0,000g a 0,100g	16493	88,28	88,28
De 0,101g a 0,500g	1530	8,19	96,47
De 0,501g a 1kg	336	1,80	98,27
De 1,001kg a 5,000kg	234	1,25	99,52
De 5,001kg a 10kg	22	0,12	99,64
De 10,001kg a 50kg	39	0,21	99,85
De 50,001kg a 100kg	7	0,04	99,89
De 100,001kg a 500kg	12	0,06	99,95
De 500,001kg a 1000kg	7	0,04	99,99
Acima de 1000,001kg	2	0,01	100,00
Total (Σ)	18682	100	

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado pelos autores, com destaques.

Nesses termos, as grandes apreensões podem ser interpretadas como verdadeiros *outliers*, ou seja, registros fora da normalidade, pontos discrepantes que se destacam na distribuição dos dados e que, por sua representatividade, merecem estudo e aprofundamento.

Por outro lado, constatou-se que os demais dados apresentam fortes indícios de que as ações desempenhadas pelos órgãos de segurança pública, em termos práticos, têm promovido uma ampla incidência sobre o tráfico (com uma média superior a 4.500 apreensões anuais). No entanto, essas ações têm se concentrado predominantemente no setor competitivo — varejista.

Em linhas mais simples, observa-se uma ampla mobilização de esforços e recursos públicos voltada ao enfrentamento de agentes territoriais facilmente substituíveis, justamente em razão dos altos índices de vulnerabilidade social, que tornam grande parte da população suscetível à cooptação pelo tráfico (D'Élia Filho, 2014; Reis Netto, 2018; Couto, 2018, 2019). Por outro lado, não se constatou um impacto substancial sobre o setor oligopólico — atacadista —, o qual, por sua vez, aparenta ter capacidade para repor, sem grandes dificuldades, as quantidades de drogas massivamente apreendidas em operações bem-sucedidas.

Em outras palavras, as apreensões não parecem coibir, de maneira significativa, o setor que é o principal abastecedor de drogas nos territórios, composto justamente pelos agentes garantidores da oferta no

mercado internacional de cocaína. Como consequência, verifica-se que o grande contingente de pessoas aprisionadas por crimes relacionados ao tráfico representa, majoritariamente, uma parcela populacional pobre, com baixa escolaridade e pertencente a áreas mais precarizadas e fragmentadas das cidades.

Nesse contexto, para a compreensão da realidade dos municípios da RMB, faz-se necessário analisar o quantitativo de apreensões, o qual expressa a presença da droga nos territórios. No entanto, para um entendimento mais aprofundado da dinâmica do tráfico, é preciso ir além: focar também nas exceções, nos *outliers*, que, como demonstrado, são indicativos do alcance das redes do tráfico atacadista. As seções seguintes apresentam os resultados obtidos a partir dessa abordagem analítica.

Quantitativos e porcentagens relativas ao município De Santa Izabel do Pará, RMB, Estado do Pará

Iniciando a averiguação pelos municípios com menores índices de apreensão, observou-se o quantitativo registrado em relação a Santa Izabel do Pará-PA, (cujos dados, infelizmente, não levaram em conta a divisão de bairros deste município, a despeito da existência de lei prevendo essa ordenação).

Tabela 4 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) do Município de Santa Izabel do Pará, entre 2018 e 2021, por localidade

Bairros	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Centro	0,878	100,0%	7,466	100,0%	3,847	100,0%	8,127	100,0%
Σ	0,878	100,0%	7,466	100,0%	3,847	100,0%	8,127	100,0%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado pelos autores.

Embora esse município registre diversas ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas, as apreensões de cocaína não ultrapassaram 9 kg ao longo de cada ano da série histórica analisada. Esses dados sugerem que as operações de segurança atingem predominantemente o tráfico varejista, dada a baixa quantidade de cocaína comercializada na cidade. Esse cenário indica que Santa Izabel do Pará, dentro de sua realidade inicial sensível, se configura, ao menos nesse contexto, como um mercado consumidor consolidado de cocaína na RMB.

Quantitativos e porcentagens relativas ao município de Santa Bárbara do Pará, RMB, Estado do Pará

No que se refere ao segundo município em análise, também sem a especificação de bairros (sendo que, neste caso, não há divisão legal no Município), analisou-se o quantitativo de apreensões relativas a Santa Bárbara do Pará, conforme tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) do Município de Santa Bárbara do Pará, de 01 janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2021, por localidade.

Bairros	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Centro	0,728	100,0%	0,850	100,0%	1,279	100,0%	0,710	100,0%
Σ	0,728	100,0%	0,850	100,0%	1,279	100,0%	0,710	100,0%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado pelo autor.

Observa-se que o município não superou a marca de 1,3 kg de cocaína em nenhum dos anos da série histórica, resultando em uma média anual de 0,409 kg. Mais uma vez, constata-se um grande número de ocorrências que, todavia, não resultaram em apreensões expressivas de cocaína, evidenciando, predominantemente, a configuração de um tráfico de caráter varejista nesse município.

Quantitativos e porcentagens relativas ao município de Ananindeua, RMB, Estado do Pará

Iniciando-se a análise quanto ao município de Ananindeua-PA (que preservou a correta divisão legal dos bairros nos registros, à exceção de um Bairro de Marituba – São João –, equivocadamente elencado nos dados da SIAC como se fosse de Ananindeua – corrigido neste estudo), foram encontrados os seguintes quantitativos.

Tabela 6 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) do município de Ananindeua-Pará, entre 2018 e 2021, por Bairro

Bairros	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Águas Brancas	0,154	0,83%	0,627	1,26%	1,680	8,47%	1,044	2,10%
Águas Lindas	1,004	5,43%	5,602	11,27%	0,317	1,60%	5,816	11,68%
Atalaia	0,275	1,49%	1,398	2,81%	0,756	3,81%	1,005	2,02%
Aurá	2,785	15,06%	1,126	2,27%	0,217	1,10%	5,993	12,03%
Centro de Ananindeua	0,526	2,84%	3,072	6,18%	3,303	16,66%	0,994	2,00%
Cidade Nova	1,889	10,22%	7,139	14,37%	2,172	10,95%	0,887	1,78%
Coqueiro Ananindeua	0,585	3,17%	4,304	8,66%	2,730	13,77%	2,666	5,35%
Curuçambá	0,041	0,22%	0,323	0,65%	0,271	1,37%	0,814	1,63%
Distrito Industrial	5,117	27,68%	1,567	3,15%	1,394	7,03%	0,303	0,61%
Guajará	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,021	0,04%
Guanabara	3,447	18,64%	14,780	29,75%	0,665	3,35%	2,697	5,41%
Icuí-Guajará	2,185	11,82%	7,486	15,07%	1,470	7,42%	2,580	5,18%
Icuí-Laranjeira	0,017	0,09%	0,002	0,00%	0,002	0,01%	0,387	0,78%
Jiboia Branca	0,015	0,08%	0,034	0,07%	2,906	14,66%	0,600	1,21%
Levilândia	0,153	0,83%	0,093	0,19%	0,022	0,11%	0,157	0,31%
Maguari	0,149	0,81%	0,299	0,60%	0,840	4,24%	0,130	0,26%
Paar	0,000	0,00%	0,466	0,94%	0,266	1,34%	1,500	3,01%
Quarenta Horas	0,148	0,80%	1,366	2,75%	0,817	4,12%	22,211	44,60%
Σ	18,489	100,00%	49,684	100,00%	19,826	100,00%	49,804	100,00%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado e com destaques pelo autor.

Como se observa, a cidade de Ananindeua manteve uma oscilação nos quantitativos de cocaína apreendidos, com quedas em 2018 e 2020 e aumentos em 2019 e 2021. Embora os registros encontrados sejam expressivos em comparação aos dos municípios analisados anteriormente, não colocam Ananindeua entre aqueles que apresentaram as maiores apreensões da série histórica do Pará (Reis Netto, 2023).

Ao longo do período analisado, também não foram identificados registros suficientemente expressivos para caracterizar *outliers*, apesar dos indicativos (destacados na tabela) nos bairros da Cidade Nova, 40 Horas e Guanabara. No entanto, conforme dados de ocorrências policiais acessadas e informações colhidas em visitas de campo, os volumes apreendidos estariam predominantemente vinculados ao varejo local.

De todo modo, os registros demonstram a força do comércio de cocaína, amplamente consolidado na cidade, o que decorre da territorialidade de dois fatores específicos. O primeiro refere-se ao contingente populacional do município que, aliado ao crescimento progressivo de seus indicadores econômicos, consolidou-se como um mercado consumidor em expansão. O segundo fator relaciona-se à presença significativa de organizações criminosas locais, responsáveis pelo controle de diversas bocas de fumo e pela expansão da atividade para áreas cada vez mais amplas.

Notadamente, o lado sul do município — como se costuma denominar os bairros situados ao sul da BR-316, que corta Ananindeua de leste a oeste — enfrenta sérios problemas decorrentes da territorialidade de grupos criminosos locais, conforme apurado pelo pesquisador em suas observações diretas. Esse mesmo fenômeno se repete em outras regiões do município, como nos bairros do Icuí-Guajarará e do Curuçambá. O primeiro, inclusive, recebeu a instalação de uma Usina da Paz, projeto social do Governo do Estado voltado à redução dos índices criminais e à promoção social.

Além disso, como será discutido posteriormente na análise do município de Castanhal, constatou-se que Ananindeua desempenha um papel estratégico como polo econômico para atividades de lavagem de dinheiro oriundo do tráfico. Assim, enquanto componente da RMB, sua relevância para a dinâmica do tráfico de drogas não pode ser subestimada, apesar da aparente predominância do mercado varejista nos registros oficiais.

Quantitativos e porcentagens relativas ao município de Marituba, RMB, Estado do Pará

Constatou-se que os quantitativos de cocaína e subprodutos apreendidos no município de Marituba-PA (cuja classificação respeitou a divisão legal de bairros, à exceção do bairro São João, que impendeu de ajustes dos dados da SIAC) não apresentaram uma realidade muito diferente da evidenciada nos demais municípios.

Tabela 7 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) do município de Marituba-Pará, entre 2018 e 2021, por Bairro

Bairros	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Almir Gabriel	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,954	8,5%	0,483	12,8%
Bairro Novo	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,005	0,0%	0,000	0,0%
Bela Vista	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,460	4,1%	0,049	1,3%
Boa Vista	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,023	0,2%	0,133	3,5%
Centro	3,125	64,0%	29,470	88,4%	3,100	27,7%	1,003	26,7%
Decouville	0,296	6,1%	0,239	0,7%	0,318	2,8%	1,385	36,8%
Dom Aristides	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,066	0,6%	0,008	0,2%
Marituba	1,172	24,0%	3,166	9,5%	0,000	0,0%	0,000	0,0%
Mirizal	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,014	0,4%
Nova Marituba	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,189	1,7%	0,000	0,0%
Nova União	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,000	0,0%
Novo	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,008	0,1%	0,000	0,0%
Novo Horizonte	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,244	2,2%	0,087	2,3%
Pato Macho	0,289	5,9%	0,329	1,0%	0,000	0,0%	0,000	0,0%
Pedreirinha	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,002	0,0%	0,000	0,0%
Santa Clara	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,010	0,1%	0,072	1,9%
Santa Lúcia	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,044	0,4%	0,007	0,2%
São Francisco	0,000	0,0%	0,140	0,4%	0,957	8,5%	0,012	0,3%
São João	0,000	0,0%	0,011	0,0%	3,979	35,5%	0,319	8,5%
São José	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,053	0,5%	0,000	0,0%
União	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,786	7,0%	0,000	0,0%
Uribóca	0,000	0,0%	0,000	0,0%	0,008	0,1%	0,189	5,0%
Σ	4,881	100,0%	33,354	100,0%	11,203	100,0%	3,760	100,0%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado e com destaques pelo autor.

À exceção do *outlier* observado em 2019 (destacado em cor mais forte na tabela), as apreensões não ultrapassaram o máximo de 12 kg anuais, distribuídos por todos os bairros do município. De imediato, esse dado permitiu afirmar a predominância do tráfico varejista na cidade, em conformidade com o cenário já evidenciado nos demais municí-

pios da RMB até então analisados, com maior concentração do tráfico no centro da cidade.

Essa concentração pode ser explicada pelo fato de que o centro, contíguo ao também destacado bairro do Decouville (em 2021), constitui uma área densamente habitada e que abriga uma significativa concentração comercial, com ampla circulação de pessoas — consumidores em potencial.

Quanto ao *outlier*, ao investigar em profundidade as ocorrências registradas em Marituba no ano de 2019, verificou-se que o aumento quantitativo decorreu de uma apreensão de óxi em junho daquele ano, durante o refinamento da substância para redução de pureza e aumento de quantidade (dobragem). Na ocasião, foi apreendida uma lata de argamassa contendo 18 kg do entorpecente. Além desse caso, houve também a apreensão de aproximadamente 4 a 6 kg de cocaína (em quatro tijolos), pertencentes a um agente territorial do tráfico responsável pelo refinamento secundário e pela distribuição da substância em vários bairros locais.

Observa-se, nesse sentido, que ambos os casos envolveram agentes diretamente vinculados ao transporte e à manufatura secundária da droga, cuja função era abastecer a rede de pequenos varejistas de entorpecentes.

Além disso, assim como já verificado no município de Ananindeua, constata-se a consolidação do comércio de cocaína em Marituba. Da mesma forma, com base nas visitas de campo e em notícias consultadas, identificou-se a presença de grupos criminosos com níveis consideráveis de controle social em determinados conjuntos habitacionais e bairros locais, reforçando a tese da consolidação do mercado do tráfico na cidade. Inclusive, devido aos elevados índices criminais registrados, o município também recebeu a instalação de uma Usina da Paz, a exemplo do que ocorreu em Ananindeua.

Quantitativos e porcentagens relativas ao município de Benevides, RMB, Estado do Pará

Prosseguindo com a análise, verificou-se que há problemas quanto à classificação dos dados em relação ao município de Benevides-PA. Embora este já detenha lei municipal com o fracionamento de seu território legal (em relação a bairros e aos Distritos de Benfica, Murinim e outros, inclusive), esta divisão foi adotada nos dados oficiais apenas de forma parcial (que não especifica, por exemplo, os bairros centrais).

Tabela 8 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) do município de Benevides-Pará, entre 2018 e 2021, por localidade

Bairros	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Centro De Benevides	0,965	75,50%	3,135	31,84%	2,675	64,89%	1,075	0,15%
Centro De Benfica	0,008	0,63%	0,159	1,61%	0,547	13,27%	0,058	0,01%
Murininim	0,102	8,01%	6,533	66,37%	0,895	21,70%	696,010	99,84%
Zona Rural	0,203	15,86%	0,018	0,18%	0,006	0,14%	0,000	0,00%
Σ	1,278	100,00%	9,844	100,00%	4,122	100,00%	697,143	100,00%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado e com destaques pelo autor.

Como se observa, Benevides manteve um padrão relativamente estável de apreensões entre os anos de 2018 e 2020, o que, a rigor, o caracterizaria como um município predominantemente varejista no comércio de cocaína, uma vez que os volumes apreendidos não ultrapassaram 7 kg anuais. No entanto, em 2021, houve um aumento abrupto de 696,01 kg, registrado na localidade de Murininim. Esse *outlier* decorreu de uma grande apreensão realizada em uma operação conjunta entre órgãos de segurança pública do Pará e do Ceará, ocorrida em 16 de fevereiro de 2021, em um sítio localizado em Benevides (G1 Pará, 2021). A carga apreendida estava avaliada em aproximadamente R\$9 milhões.

A operação resultou na interceptação de um grande carregamento de cocaína e crack, organizado em diversos tabletes com embalagens de diferentes colorações, pertencente ao Comando Vermelho (CV). Segundo informações coletadas em campo, as variações de cor das embalagens serviam para diferenciar os destinatários da droga.

A remessa teria origem na Colômbia e no Peru e ingressado na RMB por meio do modal marítimo, percorrendo o Rio Pará e, já na Baía do Guajará, adentrando o Rio Guamá. Posteriormente, teria aportado nos municípios de Bujaru e Santa Izabel do Pará, sendo transportada por via rodoviária pela PA-140 até Benevides. No entanto, ao chegar ao município, a carga não teria sido armazenada na região de Murininim, ao contrário do que foi erroneamente registrado no sistema de segurança pública — um equívoco cuja motivação não pôde ser esclarecida ao pesquisador. Em vez disso, a droga teria sido armazenada em um condomínio de sítios localizado nas proximidades da BR-316, ainda no início da PA-406. Considerando a classificação dos dados, o correto seria que o registro constasse na região central de Benevides.

Além dos locais acima mencionados, informações obtidas em campo indicam que parte da carga teria sido descarregada na região portuária de Belém, possivelmente no bairro do Jurunas, em uma das áreas clandestinas já apontadas por Couto (2018). Outra parte da droga, cerca

de uma tonelada, teria sido transportada para o município de Bujaru, ao sul de Benevides, onde foi apreendida dias depois. De acordo com os dados coletados, o entorpecente percorreu a Rota Solimões, navegando pelo Rio Amazonas e ingressando no Rio Pará pelo Estreito de Breves antes de ser armazenado temporariamente em Benevides para posterior envio ao estado do Ceará.

Além disso, a operação conjunta resultou na prisão de líderes locais do Comando Vermelho, incluindo um indivíduo que residia em um apartamento de luxo no bairro do Umarizal, em Belém, região completamente distinta daquela percorrida pelo entorpecente. Os criminosos presos integravam uma rede conectada ao estado do Ceará, onde outros membros da organização foram detidos com cerca de R\$75 mil em espécie, além de bens de alto valor econômico. A investigação também indicou vínculos com o estado do Rio de Janeiro (Estado do Ceará, 2021).

Os dados demonstram que os municípios de Benevides e Santa Izabel do Pará, caracterizados por extensas áreas rurais e baixa presença do estado, atuaram como nós logísticos de uma rede internacional de tráfico de cocaína. Essa rede estabeleceu uma territorialidade mediada por agentes de uma facção criminosa presente em diferentes estados, conectando a RMB à Rota Solimões. Tal conexão permitiu que o entorpecente ingressasse no Pará e fosse armazenado temporariamente antes de ser redistribuído para outros pontos do país, gerando impactos territoriais não apenas em Benevides e Santa Bárbara, mas também em áreas contíguas à RMB, como Bujaru.

Além disso, constatou-se que a capital, Belém, funcionou como um hub operacional para a organização criminosa, cujo líder residia em um condomínio de luxo no bairro do Umarizal. Essa mesma estrutura foi observada em relação aos líderes presos no Ceará (Estado do Ceará, 2021), que estavam conectados a redes criminosas no Rio de Janeiro. Conforme informações obtidas em campo, os comandos dessas redes operavam de forma descentralizada, conectando diferentes estados.

A necessidade da organização criminosa de estabelecer uma base em um bairro nobre de Belém gerou impactos que extrapolam a lógica criminal, criando vetores de horizontalidade que influenciaram as dinâmicas socioeconômicas locais. Além das atividades ilícitas, a presença da facção também teve repercussões imobiliárias, viabilizando a ocupação de imóveis de alto valor e a aquisição de veículos de luxo — alguns dos quais foram apreendidos em Bujaru. Esse fenômeno passou a se repetir, em menor escala, nos municípios de Benevides e Santa Izabel do Pará, onde agentes do setor competitivo do tráfico foram cooptados para transporte, guarda da droga e aluguel de imóveis estratégicos para a estocagem temporária do produto.

Além dos impactos territoriais observados, destaca-se a existência de uma clara divisão espacial do trabalho dentro da organização criminosa. Enquanto os líderes se estabeleciam em áreas bem desenvolvidas e valorizadas das capitais, a droga e os agentes responsáveis por seu manuseio circulavam por regiões com menor presença do Estado e infraestrutura econômica e social mais precária — estratégia que facilitava a clandestinidade das operações.

Para além do *outlier* analisado, Benevides também apresentou um comportamento típico de um mercado varejista de cocaína, considerando que os níveis de apreensão não superaram 2.700 kg, com exceção da grande interceptação discutida nos últimos parágrafos. Essa constatação, evidenciada anteriormente por Reis Netto *et al.* (2018), reforça a hipótese de que parte da cocaína que percorre as redes complexas do tráfico na RMB permanece na região em pequenas quantidades para comercialização local, fomentando mercados secundários.

Quantitativos e porcentagens relativas ao município de Castanhal, RMB, Estado do Pará

Prosseguindo-se com a análise, em relação ao Município de Castanhal-PA (cujos dados respeitaram a correta divisão legal de Bairros da cidade), foram encontrados os quantitativos descritos na tabela 9.

Tabela 9 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) do município de Castanhal-Pará, de 01 janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2021, por Bairro

Bairros	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Apeú	0,072	0,47%	0,017	0,16%	3,934	16,88%	1,984	0,33%
Betânia	0,001	0,01%	0,047	0,43%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Caiçara	0,614	3,99%	0,149	1,37%	3,129	13,43%	0,041	0,01%
Cariri	0,020	0,13%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,017	0,00%
Centro	4,357	28,29%	0,635	5,82%	1,504	6,46%	578,377	96,65%
Cristo Redentor	0,006	0,04%	1,560	14,29%	0,012	0,05%	1,597	0,27%
Estrela	0,085	0,55%	1,213	11,12%	2,336	10,02%	0,160	0,03%
Fonte Boa	0,250	1,62%	0,520	4,76%	1,003	4,31%	0,606	0,10%
Heliolândia	0,013	0,08%	0,182	1,67%	0,161	0,69%	0,328	0,05%
Ianetama	0,170	1,10%	0,023	0,21%	0,182	0,78%	2,500	0,42%
Imperador	1,345	8,73%	0,723	6,62%	3,749	16,09%	0,542	0,09%
Jaderlândia	2,123	13,78%	1,550	14,20%	2,179	9,35%	7,220	1,21%
Jardim Das Acácias	0,001	0,00%	0,003	0,03%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Nova Olinda	2,928	19,01%	0,748	6,86%	2,087	8,96%	2,630	0,44%

Novo Estrela	2,996	19,45%	0,128	1,17%	0,124	0,53%	0,045	0,01%
Pirapora	0,000	0,00%	0,018	0,16%	0,000	0,00%	0,010	0,00%
Propira	0,012	0,08%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Santa Catarina	0,003	0,02%	0,102	0,93%	0,000	0,00%	0,021	0,00%
Santa Lúcia	0,163	1,06%	0,008	0,08%	1,347	5,78%	0,166	0,03%
São José	0,006	0,04%	1,317	12,06%	0,331	1,42%	0,016	0,00%
Saudade I	0,237	1,54%	1,932	17,70%	1,206	5,18%	2,147	0,36%
Saudade II	0,000	0,00%	0,040	0,37%	0,001	0,01%	0,005	0,00%
Titanlândia	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,017	0,07%	0,014	0,00%
Σ	15,403	100,00%	10,914	100,00%	23,302	100,0%	598,427	100,0%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado e com destaques pelo autor.

De forma semelhante ao município de Benevides, Castanhal manteve uma relativa estabilidade nos números de apreensões de cocaína, que, até 2020, não ultrapassavam um total de 4 kg por bairro, indicando a prevalência de um tráfico predominantemente varejista. No entanto, em 2021, verificou-se um *outlier* no bairro Centro, com a apreensão de mais de meia tonelada de óxi. Esse caso decorreu de uma operação realizada por órgãos de segurança pública do Estado do Pará, que interceptaram a droga durante seu transporte por modal rodoviário, oculta em um fundo falso adaptado em um caminhão (mocó).

Segundo informações obtidas em campo, essa apreensão estava diretamente vinculada a uma grande operação deflagrada pelo sistema de segurança pública do Pará, a qual atualmente se encontra em fase avançada de tramitação processual penal. Durante a investigação, identificou-se que a droga, cuja origem não foi oficialmente determinada (conforme declarado no processo e inquérito), teria sido carregada no caminhão em um local situado entre os municípios de Senador José Porfírio e Porto de Moz, às margens do Rio Xingu — possivelmente em uma fazenda pertencente à organização criminosa.

Embora essa informação não tenha sido formalmente registrada no inquérito, há fortes indícios de que a droga tenha ingressado no território paraense por meio da Rota Solimões, chegando ao Rio Xingu pelo Rio Amazonas. A principal liderança da organização criminosa investigada residia na RMB, especificamente em um condomínio de alto padrão no município de Castanhal. O grupo utilizava uma empresa de fachada para fins de lavagem de dinheiro e armazenamento da cocaína e seus subprodutos, localizada no município de Santa Maria do Pará. A partir desse ponto, a droga era periodicamente transportada para Serra Talhada, no estado de Pernambuco, utilizando o modal rodoviário.

Para viabilizar o transporte, a organização criminosa utilizava caminhões de carga destinados ao transporte de commodities, além de ônibus turísticos, como forma de disfarce. O trajeto entre Castanhal e Serra Talhada poderia incluir variações pela BR-316 ou BR-010, bem como o uso de estradas secundárias. Conforme apurado, ao chegar a Serra Talhada, a droga passava por um processo de dobragem, momento em que se inseriam as marcas específicas para identificação de revenda, possivelmente destinadas a Recife e à região do Agreste pernambucano.

Na fazenda utilizada pela organização criminosa, foram apreendidas armas, munições e mais de R\$47.000,00 (quarenta e sete mil reais) em dinheiro vivo. De acordo com a investigação, as movimentações financeiras indicaram que as remessas de entorpecentes geravam um faturamento médio de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Além disso, constatou-se que a empresa de fachada, cuja atividade formal seria a produção, comercialização e distribuição de uma determinada *commodity* comum às regiões Norte e Nordeste, realizava pagamentos regulares a uma administradora de imóveis. Essa administradora, por sua vez, supostamente gerenciava a sede da empresa, em que também operava uma terceira empresa de produção de bens. Na realidade, o local correspondia a um grande loteamento de imóveis, no qual a empresa de fachada estava instalada.

As movimentações financeiras revelaram um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro, que dissimulava a origem ilícita dos valores provenientes do tráfico por meio do suposto pagamento de comissões e aluguéis à administradora de imóveis. Esses valores eram posteriormente repassados a outras empresas localizadas em Santa Maria do Pará, Mãe do Rio, Belém e Ananindeua. O esquema incluía a utilização de diversas transações de compra e venda de bens, aquisição de móveis (sobretudo veículos) e imóveis, além da prática de empréstimos ilegais a juros (agiotagem), entre outras estratégias. A investigação resultou na prisão de um gerente bancário envolvido no esquema.

Dessa forma, a territorialidade estabelecida pela organização criminosa em escala interestadual gerou vetores de horizontalidade nos municípios afetados, viabilizando a aquisição, estruturação e manutenção de bens — especialmente veículos e imóveis — necessários para a operacionalização do tráfico de drogas. Em Santa Isabel do Pará, a organização chegou a instituir empreendimentos utilizados para lavagem de dinheiro, demonstrando que sua territorialidade também provocou repercussões econômicas no município, revertidas em prestígio social para os acusados.

Outro aspecto relevante da investigação refere-se à situação de um dos responsáveis pelo armazenamento da droga em Serra Talhada, Pernambuco. Esse indivíduo exercia a função de dobragem e distribuição do entorpecente

a varejistas locais, além de ser encarregado da arrecadação dos valores provenientes da venda. Diferentemente dos demais agentes da organização — que eram remunerados por meio do esquema de lavagem de dinheiro —, esse operador territorial era recompensado com uma parte da carga de drogas que chegava a Serra Talhada. Esse modelo de compensação parece corroborar, com ressalvas, a hipótese do uso da droga como mercadoria-dinheiro, conforme defendido por Reis Netto e Chagas (2021), ao menos no âmbito do setor competitivo da atividade.

Observa-se, com isso, uma clara tendência dos agentes pertencentes ao setor oligopólico do tráfico de drogas de manterem um distanciamento direto tanto da droga quanto dos valores financeiros envolvidos. Esse distanciamento é viabilizado pelo uso de laranjas e empresas de fachada, estratégia fundamental para ocultar as verdadeiras movimentações econômicas da organização.

Quantitativos e porcentagens relativas ao município de Belém, RMB, Estado do Pará

Analisando-se os quantitativos de cocaína apreendidos na capital, Belém-PA (cujos registros, salvo observação adiante, respeitaram a divisão legal de Bairros), foram obtidos os seguintes resultados, conforme a tabela 11.

Tabela 10 - Quantidade e Percentual de apreensão de cocaína (KG) do município de Belém-Pará, entre 2018 e 2021, por bairro

Bairros	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Marco	1,260	0,56%	2,181	1,24%	0,564	0,02%	2,343	1,93%
Aeroporto	0,053	0,02%	0,092	0,05%	1,963	0,08%	0,327	0,27%
Água Boa	0,230	0,10%	1,952	1,11%	1,475	0,06%	2,727	2,24%
Águas Negras	0,087	0,04%	0,551	0,31%	0,177	0,01%	2,916	2,40%
Agulha	1,617	0,72%	2,824	1,60%	2,558	0,11%	5,085	4,18%
Ariramba	0,286	0,13%	0,015	0,01%	2,382	0,10%	0,047	0,04%
Aurá	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Baía Do Sol	0,646	0,29%	1,992	1,13%	1.548,256	64,81%	0,017	0,01%
Barreiro	0,436	0,20%	2,312	1,31%	0,872	0,04%	0,995	0,82%
Batista Campos	0,000	0,00%	0,056	0,03%	0,017	0,00%	0,011	0,01%
Benguí	1,501	0,67%	4,619	2,62%	1,624	0,07%	4,027	3,31%
Bonfim	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,001	0,00%
Brasília	70,144	31,39%	0,523	0,30%	0,423	0,02%	0,413	0,34%

Cabanagem	2,151	0,96%	3,829	2,18%	12,508	0,52%	5,227	4,30%
Campina	0,406	0,18%	0,316	0,18%	0,315	0,01%	0,105	0,09%
Campina De Icoaraci	2,821	1,26%	2,411	1,37%	4,186	0,18%	15,264	12,56%
Canudos	0,026	0,01%	0,417	0,24%	0,102	0,00%	0,225	0,19%
Carananduba	0,733	0,33%	0,675	0,38%	720,548	30,16%	1,707	1,40%
Caruara	0,080	0,04%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Castanheira	0,070	0,03%	0,218	0,12%	3,200	0,13%	0,393	0,32%
Chapéu Virado	0,163	0,07%	3,493	1,98%	2,145	0,09%	0,021	0,02%
Cidade Velha	0,114	0,05%	1,618	0,92%	0,252	0,01%	0,091	0,08%
Condor	42,035	18,81%	1,561	0,89%	0,926	0,04%	1,219	1,00%
Coqueiro Belém	0,164	0,07%	1,830	1,04%	0,553	0,02%	2,238	1,84%
Cotijuba	0,283	0,13%	1,342	0,76%	0,256	0,01%	0,704	0,58%
Cremação	0,145	0,07%	0,669	0,38%	1,322	0,06%	0,840	0,69%
Cruzeiro	0,737	0,33%	2,684	1,52%	2,512	0,11%	0,603	0,50%
Curió-Utinga	0,248	0,11%	1,577	0,90%	0,318	0,01%	0,076	0,06%
Farol	0,000	0,00%	0,002	0,00%	0,006	0,00%	0,007	0,01%
Fátima	0,318	0,14%	0,597	0,34%	0,064	0,00%	0,018	0,01%
Guamá	0,286	0,13%	4,636	2,63%	1,937	0,08%	2,796	2,30%
Itaiteua	0,021	0,01%	0,019	0,01%	0,050	0,00%	0,000	0,00%
Jurunas	0,621	0,28%	17,206	9,78%	9,230	0,39%	22,417	18,44%
Mangueirão	0,116	0,05%	4,199	2,39%	1,525	0,06%	0,084	0,07%
Mangueiras	0,000	0,00%	0,017	0,01%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Maracacuera	0,849	0,38%	2,479	1,41%	6,049	0,25%	2,947	2,42%
Maracajá	0,019	0,01%	0,085	0,05%	0,369	0,02%	0,000	0,00%
Maracangalha	3,251	1,45%	1,342	0,76%	1,587	0,07%	1,950	1,60%
Marahu	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Marambaia	2,713	1,21%	5,289	3,00%	9,455	0,40%	6,158	5,07%
Miramar	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,005	0,00%	0,000	0,00%
Murubira	0,040	0,02%	0,000	0,00%	0,014	0,00%	0,131	0,11%
Natal Do Murubira	0,005	0,00%	0,008	0,00%	0,011	0,00%	0,132	0,11%

Nazaré	0,066	0,03%	0,016	0,01%	0,017	0,00%	0,000	0,00%
Paracuri	3,014	1,35%	1,718	0,98%	3,043	0,13%	1,425	1,17%
Paraíso	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%
Parque Guajará	0,776	0,35%	4,964	2,82%	2,052	0,09%	1,471	1,21%
Parque Verde	0,326	0,15%	1,272	0,72%	6,547	0,27%	1,869	1,54%
Pedreira	0,973	0,44%	2,680	1,52%	4,025	0,17%	0,860	0,71%
Ponta Grossa	0,114	0,05%	2,006	1,14%	0,979	0,04%	0,671	0,55%
Porto Arthur	0,007	0,00%	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,018	0,01%
Praia Grande	0,005	0,00%	0,019	0,01%	0,063	0,00%	0,004	0,00%
Pratinha	2,254	1,01%	0,732	0,42%	11,629	0,49%	3,049	2,51%
Reduto	0,018	0,01%	0,110	0,06%	0,074	0,00%	0,160	0,13%
Sacramenta	1,226	0,55%	6,398	3,63%	2,627	0,11%	1,478	1,22%
São Brás	0,190	0,09%	11,659	6,62%	1,173	0,05%	5,511	4,53%
São Clemente	0,000	0,00%	0,603	0,34%	0,258	0,01%	0,000	0,00%
São Francisco	0,885	0,40%	0,848	0,48%	0,187	0,01%	0,040	0,03%
São João do Outeiro	0,177	0,08%	0,716	0,41%	0,986	0,04%	1,923	1,58%
Souza	0,000	0,00%	0,009	0,01%	0,167	0,01%	0,003	0,00%
Sucurijuquara	0,000	0,00%	0,000	0,00%	0,003	0,00%	0,000	0,00%
Tapanã	3,035	1,36%	6,153	3,50%	3,945	0,17%	12,797	10,53%
Telegrafo Sem Fio	66,537	29,78%	51,880	29,47%	4,330	0,18%	1,324	1,09%
Tenoné	0,091	0,04%	2,637	1,50%	2,646	0,11%	1,997	1,64%
Terra Firme	3,435	1,54%	4,538	2,58%	2,386	0,10%	1,913	1,57%
Umarizal	0,312	0,14%	0,540	0,31%	0,082	0,00%	0,142	0,12%
Una	0,843	0,38%	0,182	0,10%	1,848	0,08%	0,474	0,39%
Val-de-Cans	3,394	1,52%	0,139	0,08%	0,007	0,00%	0,005	0,00%
Vila	1,112	0,50%	0,564	0,32%	0,214	0,01%	0,175	0,14%
Σ	223,466	100,0%	176,019	100,0%	2.389,041	100,0%	121,572	100,0%

Fonte: Estado do Pará (2022), adaptado e com destaques pelo autor.

Nos bairros de Belém, predominou a apreensão de pequenas quantidades de cocaína, evidenciando a presença de um tráfico predominantemente varejista em amplas áreas da cidade. Além disso, alguns locais se destacaram,

conforme indicado na tabela (em cores mais suaves): os bairros da Cabanagem, Campina de Icoaraci, Jurunas e Condor, que apresentaram apreensões relativamente elevadas. No entanto, a análise dos relatos de ocorrências revelou que esses registros estavam majoritariamente relacionados ao refino secundário da droga ou à revenda de entorpecentes.

Conforme Couto (2018), esses bairros se caracterizam pela comprovada presença de grupos criminosos que operam redes internas de comércio de cocaína (e outras drogas) dentro de Belém, o que justifica os altos índices de apreensão de pequenas quantidades da substância.

Com relação aos demais *outliers* identificados na tabela, merece destaque uma observação importante sobre os registros no bairro do Telégrafo Sem Fio quanto aos anos de 2018 e 2019. Após uma análise detalhada de ocorrências e notícias, constatou-se que os quantitativos apreendidos nesses anos foram, na realidade, erroneamente associados ao bairro, pois envolviam apreensões conduzidas pela Delegacia Especializada de Narcóticos (DE-NARC) da Polícia Civil, cuja sede está localizada nessa região.

Retomando a análise dos quantitativos específicos da cidade de Belém, dois *outliers* chamam a atenção. O primeiro, relacionado a uma apreensão no bairro da Brasília, no distrito de Outeiro, precisou ser desconsiderado por conter informações protegidas por segredo de justiça, diretamente relacionadas à proteção da criança e do adolescente.

Por outro lado, duas grandes apreensões foram registradas na Ilha de Mosqueiro, nos bairros do Carananduba e da Baía do Sol, no ano de 2020. Pesquisas de campo e levantamentos documentais indicaram que ambas estavam associadas a um mesmo evento: a desarticulação de uma organização criminosa durante uma operação especial conduzida pelos órgãos de segurança pública do estado.

Essa organização contava com a participação de um cidadão peruano, preso em flagrante no local, que se encontrava foragido de um presídio em Altamira, onde cumpria pena. O grupo armazenava drogas em um terreno isolado, próximo ao Furo das Marinhas, no distrito de Mosqueiro, em Belém. Durante a operação, foram apreendidas mais de duas toneladas de cocaína, em duas fases distintas, o que explica o duplo registro nos diferentes bairros.

Os autos processuais não deixaram claro se os envolvidos faziam parte de uma rede de transporte e manufatura secundária da droga, ou se pertenciam ao setor competitivo do tráfico. De qualquer forma, evidenciou-se que os agentes utilizavam lanchas (uma delas apreendida na operação) e barcos pesqueiros — estes últimos supostamente pertencentes a um empreendimento de fachada de um dos presos — para o transporte da droga. Durante a ação, também foram apreendidos veículos de alto valor

econômico, como pick-ups e SUV's, utilizados para o transporte terrestre do entorpecente.

No local, além do armazenamento, era realizado o refino secundário e a dobragem da droga. Informações colhidas em campo indicam que a organização também possuía forte atuação no distrito de Icoaraci, embora não tenha sido esclarecida a natureza dessa participação — se vinculada a alguma facção criminosa, se restrita à distribuição da droga, ou se envolvia atividades mais estruturadas. De todo modo, constatou-se que a droga apreendida era organizada em tabletes (tijolos) com embalagens de diferentes cores, uma estratégia já observada em apreensões anteriores e comumente utilizada para diferenciar os destinatários finais do entorpecente.

Além disso, pelo volume significativo da carga e pelo fato de que parte da droga já estava acondicionada em veículos apreendidos — um deles, inclusive, em trânsito por uma rodovia no município vizinho de Santa Bárbara do Pará —, há fortes indícios de que o carregamento tinha como destino mercados externos à RMB.

A operação forneceu ainda outros dados relevantes para a análise. Durante a investigação sobre a origem das embarcações pertencentes a um dos agentes territoriais da organização, verificou-se que essas operavam na região de Oiapoque, no Amapá. Esse dado levou os órgãos de segurança à inferência de que a cocaína poderia ter origem nessa área, apontando para vetores de verticalidade no tráfico: uma demanda que partiria da RMB em direção a Oiapoque, possivelmente utilizando o modal marítimo e estabelecendo conexões com as Guianas, o Suriname e/ou a Venezuela. Essas rotas poderiam ser utilizadas para o escoamento de cocaína proveniente da Colômbia.

A partir desse caso, foi possível perceber que Belém está diretamente vinculada a redes territoriais do tráfico internacional de cocaína, atuando como um nó logístico responsável pelo recebimento do entorpecente, seja diretamente de sua origem produtiva, seja de pontos intermediários de transporte. Dessa forma, a capital paraense desempenha um papel crucial na redistribuição da droga para outros mercados, um padrão já evidenciado nos casos analisados nos municípios de Benevides e Castanhal.

Além das grandes apreensões, o impacto da atividade criminosa em Belém também se manifestou de maneira sensível na população local. O medo relatado por moradores da área investigada reforça as repercussões sociais desse fenômeno. Vizinhos do sítio utilizado pela organização destacaram que os criminosos possuíam armamentos de grosso calibre, empregados tanto para intimidação quanto para garantir a segurança das operações de transporte da droga por embarcações.

Além disso, não há dúvidas de que Belém está consolidada como um mercado consumidor relevante de cocaína na região. Isso se evidencia pelas diversas apreensões de pequenos volumes acumulados em seus bairros, demonstrando um fluxo contínuo da substância em quantidades reduzidas — uma característica típica do tráfico varejista.

Conforme já discutido na literatura, a presença da cocaína na cidade tem promovido um reequilíbrio das relações territoriais, favorecendo agentes vinculados à economia do crime e permitindo o estabelecimento de territorialidades concorrentes ao Estado, capazes de condicionar a vida cotidiana dos moradores de diversas comunidades e bairros.

O processo de dobragem da droga — redução de sua pureza para aumento do volume disponível —, evidenciado no caso de Mosqueiro, também foi verificado em diversas outras apreensões de menor porte registradas nos bairros da RMB. Essa constatação leva a uma hipótese que, embora plausível, não pode ser confirmada sem análises mais aprofundadas conduzidas por órgãos de perícia científica. Como sugerem a United Nations Office for Drug and Crimes - UNODC e o Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas CDE (2022), a RMB pode funcionar como um ponto de recepção de cocaína e seus derivados com alto grau de pureza — produto de exportação —, enquanto simultaneamente se configura como consumidora de substâncias de qualidade significativamente reduzida, manipuladas para maximizar os lucros na revenda.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento das apreensões de cocaína e seus respectivos subprodutos nos municípios da RMB, no estado do Pará, entre os anos de 2018 e 2021, no sentido de compreender aspectos dessa economia ilícita e sua relação com o espaço geográfico de referência.

A análise quantitativa das apreensões, realizada na escala municipal da RMB, revelou-se altamente esclarecedora, demonstrando tanto o papel desempenhado pela região nas redes do tráfico internacional quanto a consolidação de diversos bairros das cidades que a compõem, bem como mercados consumidores estabelecidos de cocaína e seus derivados.

Além disso, as fontes documentais analisadas evidenciaram que, para além de um comércio consolidado e de sua função como nó nas redes do tráfico internacional, a RMB também se configura como um *hub* logístico para agentes do tráfico e um *hub* econômico para atividades de lavagem de capitais. Essa hipótese foi posteriormente corroborada no trabalho original (Reis Netto, 2023) por meio da ampliação da análise para além da escala municipal ou regional, incorporando diferentes perspectivas, incluindo a visão de agentes ligados ao campo da segurança pública.

De modo geral, os achados desta pesquisa são de grande relevância para a compreensão do papel de áreas específicas das cidades nas economias ilícitas, bem como para a identificação de regiões que, periodicamente, se tornam alvo de maiores interdições. Essas áreas, por sua vez, podem demandar atenção estratégica redobrada para a mitigação da presença de agentes territoriais do crime e do próprio tráfico.

Ademais, registram-se os devidos agradecimentos pelas contribuições intelectuais ao desenvolvimento deste artigo aos seguintes grupos de pesquisa: a) ao Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOVCRIM/UEPA); b) ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA/UEPA); c) ao Érgane – Pesquisadores da Amazônia; d) ao Grupo de Pesquisas Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (GPJ/TJPA); e, e) ao Projeto de Pesquisa: Métodos Estatísticos Aplicados à Segurança Pública.

Referências

COUTO, A. C. O. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira. **GeoTextos**, vol. 15, n. 2, p. 123-147. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/33820> . Acesso em: 01 dez. 2022.

COUTO, A. C. O. Territórios-rede e territórios-zona do narcotráfico na metrópole de Belém. **GeoTextos**, v. 14, n. 1, p. 61-82. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/26315> . Acesso em: 01 dez. 2022.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

ESTADO DO CEARÁ. Polícia Civil do Estado do Ceará. **Veículos apreendidos junto com drogas no Pará mantêm relação com alvos cearenses presos pela Draco**. Disponível em: <https://www.policiacivil.ce.gov.br/2021/02/22/veiculos-apreendidos-junto-com-drogas-no-para-mantem-relacao-com-alvos-cearenses-presos-pela-draco/> . Acesso em: 01 dez. 2022.

ESTADO DO PARÁ. **Dados relativos às apreensões e quantitativos de cocaína no Estado do Pará, entre os anos de 2018 e 2021** (relatório sob demanda). Belém: SIAC/SEGUP, 2022.

G1PARÁ. **Chefe da facção criminosa Comando Vermelho é preso em apartamento de luxo de Belém**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/16/policias-civil-e-militar-realizam-apreensao-de-drogas-na-rmb-e-sudeste-do-pa.ghtml> . Acesso em: 30 dez. 2022.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

REIS NETTO; R. M.; CAVALCANTE, C. C.; MIRANDA, W. D.; GOMES, H. W. A. J. Perfil dos crimes de tráfico de drogas denunciados pelo Ministério Público no Município de Benevides-PA no ano de 2015: uma análise crítica. *In*: MIRANDA, W. D.; REIS NETTO, R. M.; SANTOS, L. R. L.; SANTOS, I. R. **Atividade de inteligência e segurança pública: o Brasil e as trincheiras do século XXI**. Ananindeua/PA: Edições dos Autores, 2018.

REIS NETTO, R. M. **Ouro de Tolo: a Região Metropolitana de Belém-PA em face das dinâmicas do tráfico internacional de cocaína**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará (UFPA): Belém, 2023.

REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N. A cocaína como mercadoria-dinheiro: notas sobre uma geografia econômica do tráfico de drogas. *In*: MELO, S. N.; YATA, A. G.; CARVALHO, D. S. **Crime e território: estudos e experiências em políticas de segurança pública e análise criminal**. São Luís: IMESC, 2021.

UNODC - United Nations Office for Drug and Crimes; CDE - Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas. **Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil**: Análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022.

CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA URBANA E TRÁFICO DE DROGAS: DISPUTAS TERRITORIAIS NAS PERIFERIAS DE SANTA IZABEL DO PARÁ – PA

Túlio de Sousa Nunes
Clay Anderson Nunes Chagas

Introdução

O presente estudo é decorrente da pesquisa de conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), no ano de 2021, que buscou analisar os processos que levaram ao aumento da violência de 2014-2020 na periferia do município de Santa Izabel do Pará – PA. Durante os anos aqui retratados, a violência ocorria dentro das áreas periféricas. Um dos fatores que podem ter contribuído para esse aumento consiste nas intensas disputas pelo controle desses espaços por grupos criminosos para obter o domínio do comércio das drogas no município. É preciso destacar que a violência urbana não é a violência que ocorre no espaço urbano, mas a violência derivada da organização do espaço urbano (Viana, 2002).

Dessa maneira, os locais onde esses conflitos se desencadeavam eram áreas afastadas do centro e em sua maioria não possuíam o devido cuidado do Estado, já que eram nítidas as reclamações dos moradores sobre a falta de infraestrutura, saúde e segurança, ausência de serviços essenciais para a dignidade das pessoas pertencentes desses locais.

Junto a isso, com a expansão da cidade no decorrer desse período abordado, a violência consolidava-se mais ainda nas áreas periféricas da cidade, com parte delas na condição de ocupações, mostrando outra face da violência urbana (Viana, 2002).

Como já afirmado, o intenso processo de violência fez com que a população vivenciasse conflitos entre grupos criminosos pelo controle da região. Este é um fenômeno que pode ser compreendido como análogo a uma empresa que se expande em busca do controle de territórios comerciais e do lucro propiciado pelos entorpecentes (Chagas, 2018). Nesse sentido, essas disputas influenciam diretamente na violência gerada nesses espaços, o que recai de algum modo sobre o fato das cidades pequenas se tornarem lugares

de intensos conflitos. A partir disso, os infratores passam a exercer maior hegemonia sobre o território.

Para Zaluar (2002), furtos e roubos são hoje internacionalmente vinculados à necessidade de pagar ao traficante, no caso de usuários, ou de adquirir o capital para manter o negócio das drogas. As áreas periféricas da cidade podem ser espaços de violência para a manutenção de poder por grupos que querem exercer um maior domínio sobre o território, ou processos de desterritorialização. Assim, para enfatizar a dinâmica que constantemente o recompõe, como o próprio poder, o território não pode ser tratado simplesmente na esfera jurídico-administrativa (Haesbaert, 2014).

Considerando essas questões, o capítulo tem como objetivo analisar os problemas ocasionados pela instalação de grupos criminosos no Bairro Novo, um espaço segregado que tem motivado e proporcionado o aumento da violência na periferia e do tráfico de drogas no município de Santa Izabel do Pará. Os moradores mais precarizados do referido bairro acabam sendo vítimas de tais crimes por residirem em locais que ficam à margem da atuação do poder público.

Como caminho metodológico, tem-se um levantamento bibliográfico para auxiliar nas argumentações analíticas e na construção da pesquisa, além de trabalhos de campo e realização de entrevistas, com o desenvolvimento de uma cartografia para observar os crimes ocorridos no Bairro Novo através do Laboratório de Geografia do Crime e da Violência (LAB-GEOVCRIM). Assim, cabe informar que foram realizados nove trabalhos de campo durante o ano de 2020, com a efetivação de 19 entrevistas com moradores, comerciantes e agentes de segurança pública. As entrevistas tiveram formato semiestruturado para que o entrevistado argumentasse de forma livre e espontânea.

Também merece destaque o levantamento documental, com a utilização dos dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) e 17ª Seccional Urbana de Polícia Civil, em Santa Izabel do Pará – PA, sobre os crimes ocorridos no município e no bairro estudados.

O espaço e a periferia urbana

A periferia é uma questão levantada dentro de vários estudos relacionados à cidade, alvo de constante debate sobre os temas que dela advém. Em Santa Izabel do Pará, a paisagem urbana revela desigualdades socioespaciais advinda da falta do Estado em cumprimento de políticas públicas voltadas para essas áreas, fundamentadas em um processo contraditório da produção social do espaço, no qual a valorização/circulação de capitais de diferentes níveis pressupõe a produção da cidade como condição e meio de sua própria realização, implicando a adoção de estratégias

e alianças que buscam viabilizar seus objetivos, qual seja: a sua reprodução ampliada (Alvarez, 2018).

Por sua vez, na periferia, área marginalizada, com diversos conflitos entre a população e o Estado em busca de direitos, reside grande parte da população que trabalha e fomenta a cidade e suas dinâmicas no território. Nesse sentido, Santos (2013), a respeito da pobreza, frisa que ela não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política.

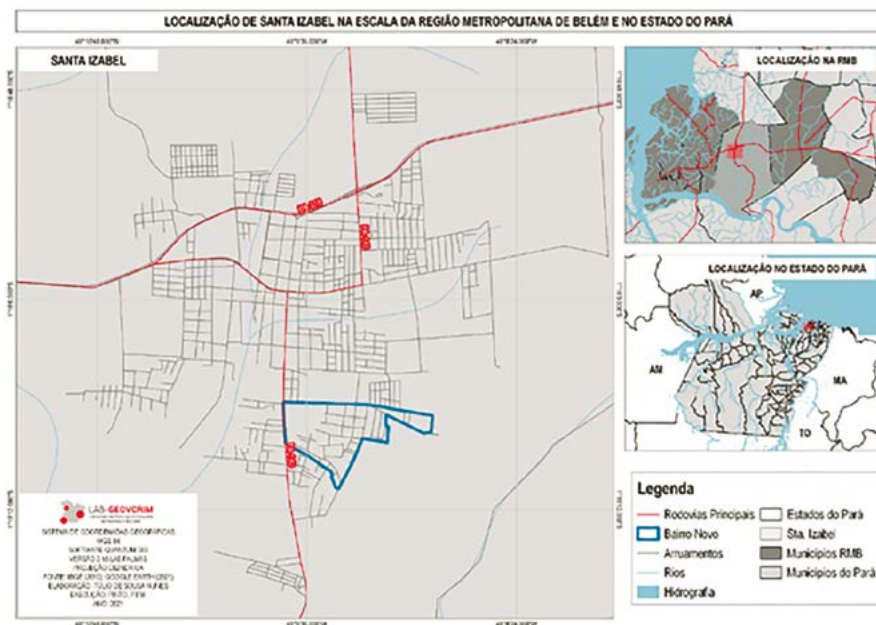
De acordo com Misse (2007), as redes sociais que interligam mercados ilegais e legais não necessariamente adquirem contornos espaciais. Elas acabam percorrendo completamente todo o conjunto do tecido social, econômico e político, tanto local quanto global. Quando algum contorno espacial se desenha e a territorialização pode ser identificada, essa questão aparenta ganhar uma dimensão política, completamente diferente daquela que existe de forma pulverizada. Essa territorialização reforça, por um lado, estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro, ela cria novas redes de sociabilidade que emergem das relações de poder que demarcam territórios.

O Bairro Novo (figura 01), escolhido para a realização da pesquisa, apresenta duas perspectivas que podem ter contribuído para a instalação desses grupos criminosos. A primeira seria os grupos sociais excluídos como agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, em grande parte dos casos independente e a despeito de outros agentes, já que, somadas à noção de Corrêa (1989), a produção do espaço, inicialmente, é uma forma de resistência, uma estratégia de sobrevivência.

A segunda perspectiva é a proximidade da PA-140, que está localizada ao lado do bairro que se inicia no município de Bujaru, e permeia Santa Izabel do Pará, Santa Antônio do Tauá e São Caetano de Odivelas, além de possibilitar o acesso a outros municípios, como Vigia. A localização do bairro pode ser tida como um ponto estratégico na cidade, por facilitar a entrada e saída das drogas através de ramais próximos e da rodovia federal, a BR-316.

De acordo com o exposto, fica evidente o motivo da inserção desses grupos criminosos no bairro, já que as áreas segregadas são um atrativo para que tais grupos se insiram nelas. Para Souza (1996), essas áreas são marcadas pela segregação induzida que atinge a população dos loteamentos irregulares das periferias urbanas e favelas. Desta forma, a pobreza e o baixo poder aquisitivo forçam uma parcela considerável da população a se sujeitar a morar em espaços desprovidos de infraestrutura, negligenciados pelo Estado e até mesmo insalubres.

Figura 1 – Santa Izabel do Pará/PA. Localização do Bairro Novo. 2021



Fonte: Dados obtidos a partir do IBGE. Elaborado por Pedro Mota (2021).

Tendo em vista o mapa da figura 1 e a localização que o Bairro Novo apresenta, evidencia-se que ele é estruturado e visto como interessante para que os grupos criminosos se instalem. Um espaço segregado e com inúmeros problemas estruturais e sociais faz do bairro um dos mais problemáticos do município devido à escassa presença de políticas públicas, o que contribui para que determinados grupos ocupem a área.

Os processos e a inserção dos grupos criminosos na periferia

As áreas segregadas evidenciam alguns problemas que ocorreram no período de 2014-2020 no Bairro Novo. Com a ocupação do Conjunto Habitacional do Vale da Porangaba, segundo os moradores do bairro, muitos advinham de outras cidades e se inseriam nesse espaço. Isso gerou um aumento de crimes nos bairros próximos à ocupação, assim denominada de “Carandiru”.

A preocupação dos moradores com essa ocupação levou as forças do Estado a intervir para desocupar o conjunto, o que possibilitou uma nova ocupação, dessa vez dentro do Bairro Novo, ao lado da rodovia estadual, uma área de difícil acesso. Conforme Chagas (2018), as periferias são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, em que as peculiaridades como ilegalidade, ausência de segurança pública, das instituições de

controle público e dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões.

Chagas (2018) ressalta que espaços como esses, onde há baixa estrutura organizacional de família, igrejas, centros comunitários e mesmo da participação do Estado, a criminalidade e a violência ganham espaço. Viana (2002) ressalta que, nestas áreas, a luta pela moradia e por aspectos derivados de condições precárias de vida e habitação geram animosidade, tendo em vista a falta de infraestrutura básica.

As falas e atitudes dos moradores entrevistados são pensadas sempre com o intuito de “não falar muito”, com receio e medo de comprometer sua vida e colocar em risco outras pessoas. Essa é uma forma de lidar com os perigos que a criminalidade gera na periferia e que o crime organizado pode influenciar.

Como aponta Corrêa (1989), o Estado capitalista é responsável por criar mecanismos que levam à segregação residencial e a sua ratificação com os diferenciais de imposto territorial e predial como fatores discriminantes, afetando o preço da terra e dos imóveis, incidindo na segregação social. Esses e outros fatores possibilitam a entrada do crime organizado nessas áreas segregadas e iniciam uma nova (re)configuração do espaço. Nesse ínterim, a violência urbana assume duas formas que expressam a luta de classes, a forma de violência repressiva/coercitiva, realizada pelo Estado capitalista e pelas classes proprietárias, e a violência contestadora, realizada pelas classes exploradas (Viana, 2002).

No Bairro Novo, grande parte das residências se encontrava fechada durante a pesquisa de campo, pois foram abandonadas (figura 2). O fato de que crimes acontecem nesses espaços quase que cotidianamente alimenta essas medidas de proteção por esses moradores. Estes se encontram na condição semelhante de um encarcerado, estão constantemente presos dentro de suas casas, como uma forma de evitar que crimes contra o patrimônio aconteçam.

Os crimes que ocorrem na periferia corroboram para que os moradores adotem medidas protetivas como muros, cercados de madeira, grade nas portas e janelas e pouco vínculo de amizade com vizinhos, características percebidas durante a pesquisa de campo. Manso (2002) ressalta que a clareza do perfil ajuda a visualizar mentalmente a figura dos que colocam a vida do outro em risco. Diante disso, num campo estratégico, as instituições repressivas do Estado podem atuar de maneira focada, prender ou matar as pessoas que pertencem a este grupo, que moram em locais presente em tabelas, com referência a certos padrões de vestimenta, linguajar e pele de determinada cor. Nessa perspectiva e por meio disso, a sociedade sabe a quem temer, contra quem se precaver, lugares a serem evitados e com quem não conviver.

Figura 2 – Santa Izabel do Pará/PA. Residências do Bairro Novo. 2021



Fonte: Trabalho de Campo (2021)

Na periferia urbana, o crime, os criminosos e suas organizações não constituem figuras estranhas ou estrangeiras, fazem parte da vizinhança, ditam as regras locais de convivência, arbitram conflitos, regulam mortes (Adorno; Dias e Nery, 2016). Essa é a realidade dos municípios brasileiros, flagrada também no Bairro Novo, argumento constituído a partir de alguns entrevistados que têm como vizinhos criminosos, os quais, por sua vez, acabam utilizando suas casas como esconderijo, pontos de venda e de consumo de drogas.

Nesse viés, Chagas (2018) aborda como o processo de periferização produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e/ou da criminalidade, possibilitando que esses agentes territoriais possam moldar esses espaços para obter o controle dessas áreas através da violência, que se torna a base da riqueza mais fácil através do simples roubo ou mediante arranjos mais complicados para a venda de substâncias ilegais e coleta de taxas de proteção.

Eu sei que tem traficante nesse bairro, tem na minha rua, tem nessa rua aqui [rua essa que dá acesso ao bairro Santa Lúcia I], eu conheço realmente pessoas perto de casa [dono de boca], nós sabíamos quem era e quem deixa de ser [traficante ou usuário] (Moradora 8).⁶

Eles compram e usam aqui do lado (boca de fumo), no quintal, é mais dia de domingo que eles se reúnem, ficam usando e bebendo (Moradora 13).

⁶ Porque a língua falada possui uma estrutura gramatical que difere da língua escrita, sobretudo por conta da espontaneidade daquela em contraste com o caráter normativo desta, transcreveremos neste livro as entrevistas conforme os entrevistados proferiram suas falas, respeitando, pois, seu modo de falar que reflete, social e politicamente, seu modo de ser. Cabe dizer (e mesmo frisar) que, tendo em vista que nenhum falante nativo erra em sua língua, a gramática internalizada de cada um, que destoa da gramática normativa apenas a nível coercitivo e de desvios ortográficos, de modo algum deixa de seguir a gramática da língua materna.

Conforme Souza (1996), existe ainda um outro ponto, positivo aos olhos dos moradores comuns, principalmente aqueles que estão localizados nas ruas mais perigosas. O mencionado ponto refere-se à forma de evitar que crimes comuns criem tensões desnecessárias, e até mesmo atraíam a polícia, com o crime organizado coibindo a ação de outros marginais (estupradores, assaltantes etc.). Deste modo, tais medidas foram tomadas para manter o poder sobre o território, evitando que tais crimes ocorressem dentro do bairro. Alguns entrevistados destacaram a ação dos criminosos na proteção da população da periferia.

Aqui na minha rua morreu um bem aqui nessa vala, lá da São Raimundo (outro bairro do município), trouxeram e mataram bem aqui, até essa família (vizinho) foi embora pra Goiânia, mandou os filhos e depois ele foi, pegaram um deles e estavam atrás dele (Moradora 10).

Eles não mexem muito com quem mora aqui, aconteceu com um deles de começar a assaltar aqui dentro do bairro, eles mandaram pegar ele, só faltaram matar o homem de tanto dar porrada, eles não querem que mexam com gente daqui para não chamar a atenção da polícia (Moradora 13).

A periferia tornou-se um espaço de disputa em busca do controle, através delas esses grupos detêm o controle da venda de drogas no bairro e em bairros vizinhos, que se espalham pelo território através das redes que esses grupos montam. No que diz respeito à natureza dos conflitos no comércio de drogas ilícitas, pode-se ressaltar as disputas de mercado que, frequentemente, assumem um aspecto territorializado, bem como as relações propriamente comerciais envolvendo credores e devedores (Adorno; Dias e Nery, 2016).

Desse modo, o Estado tem tomado medidas para diminuir os crimes nessas áreas através do aumento do efetivo da polícia. Tais medidas trouxeram novos impactos para esses moradores. Assim, alguns relatos descrevem que os crimes têm diminuído no bairro, outros relatam o aumento mesmo após a presença mais frequente da polícia. À vista disso, as opiniões dos entrevistados divergem, principalmente daqueles que se localizam em áreas consideradas mais perigosas do bairro e residências próximas às ocupações ou ruas que dão acesso a outros bairros próximos.

A polícia entra muito aqui pela questão das drogas, eles não querem saber se tu é inocente ou culpado, porque eles sabem que tem venda de drogas aqui. Quando eles (polícia) entram aqui, os meninos (criminosos, usuários, vendedores) invade quintal da gente, entra, e polícia entra, é uma loucura [...] um rapaz pulou o muro aqui de casa, ele era novinho, aí a gente abriu a porta, porque ele tava desesperado (Moradora 13).

Nessa condição, os moradores do bairro relatam que os conflitos entre a polícia e os agentes territoriais criminosos colaboram para a insegurança no bairro. A busca incessante das organizações criminosas pelo poder sobre o território, em virtude do comércio das drogas e do objetivo de se instalar em cidades estratégicas, proporciona o crescimento dessas organizações tanto na cidade quanto no Estado.

A violência na periferia e agentes

Durante os anos aqui observados, a violência nesses espaços sempre esteve presente. Os crimes ocorrem em decorrência dos conflitos provocados por agentes territoriais. Desempenham essa desestruturação pelo rompimento das facções do cenário nacional, principalmente em relação às duas maiores organizações criminosas brasileiras, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Assim, o CV estabeleceu, em 2015, com a Família do Norte (FDN) e com o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), o limite para que essa disputa silenciosa com o PCC se transformasse em uma disputa violenta explícita em 2016 e 2017. É o que vai gerar incerteza a respeito da convivência desses grupos em todo o território nacional, precisamente no dia 1º de janeiro de 2017, evidenciava-se, a partir dos conflitos dentro dos presídios, que o “raxa”, como ficou conhecido, era real (Manso e Dias, 2018).

Os anos que antecederam 2018 foram cercados por conflitos e as vítimas, na sua maioria, eram criminosos envolvidos com tráfico de drogas em áreas periféricas. Chagas (2018) pontua que o crime, especialmente os mais violentos, passam a ser o instrumento coercitivo para fixação e controle do território de grupos ligados à criminalidade e por isso articulam suas ações no espaço urbano.

Segundo Manso e Dias (2018), os grupos armados fortaleceram-se para defender suas próprias vontades nos territórios onde agiam, subjugando os demais pela ameaça de morte. O campo de batalha formou-se nos presídios, espalhou-se pelas periferias das grandes, médias e pequenas cidades de várias regiões do país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a fragmentação dos grupos criminosos era maior. Arendt (1985) pensa a violência como pré-requisito de poder, uma vez que, nas relações exteriores, assim como nos negócios internos, a violência é a última opção para que a estrutura de poder seja mantida intacta em relação aos desafiantes, inimigo estrangeiro e criminoso local.

A estruturação das atividades criminosas faz alguns grupos e criminosos buscarem outras forças, produzindo um período marcado por intensos conflitos e de extrema violência entre os grupos (Beato Filho, 2012). Compreende-se que a violência na periferia vem de constantes disputas de poder pelo território. Esses agentes acabam gerenciando certos conflitos e os motivos para os crimes podem ser os mais variados, muito deles são considerados

“atos banais”, mas, por outro lado, grande parte das pessoas juradas de morte foram executadas (Manso, 2002).

Dessa maneira, as relações de poder geradas através dessas facções autenticam a propriedade desses agentes sobre o controle desses espaços, viabilizam a exploração do comércio das drogas em determinados territórios, bem como fundamentam o controle social que procuram exercer uns sobre os outros, incluindo os moradores que residem nas suas áreas de influência (Misse; Grillo e Teixeira, 2018). Conforme esse quadro, os moradores assumem o sentimento de medo por esses processos que ocorrem devido à inserção do crime organizado nessas áreas. Beato Filho (2012) coloca que as chances de morrer vítima de homicídio, quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser até trezentas vezes maior do que para uma senhora de meia-idade que habita bairros de classe média, o que evidencia os perigos que a população residente nessas áreas acaba enfrentando diariamente.

As disputas pelo território e suas consequências

As áreas periféricas das cidades brasileiras foram palcos de grandes disputas com o intuito de proteger ou conquistar espaços. No âmbito local, os períodos de intensos conflitos entre grupos de duas comunidades notam-se pela exuberância de manifestações de força entre eles (Beato Filho, 2012). A violência na cidade em virtude desses conflitos, e com base nas informações disponíveis no SIAC sobre a taxa de homicídio em Santa Izabel do Pará, chama atenção com os valores entre 2014 e 2020 (SEGUP/SIAC, 2021), estes foram anos em que as facções começaram a divergir, gerando, assim, uma “guerra” por todo o território. O gráfico 1 destaca o número de homicídios ocorridos no município de Santa Izabel do Pará – PA, deixando claro a existência desses grupos criminosos através das disputas pelo território.

Gráfico 1 – Santa Izabel do Pará/PA. Registro de homicídios. 2014 -2020



Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da SEGUP/SIAC (2021).

No gráfico 1, pode-se perceber que na cidade a disputa entre essas facções resultou num aumento no número de homicídios até 2018, no ano seguinte houve uma redução expressiva. As ações tomadas por esses agentes territoriais desencadearam essa alta dos homicídios, principalmente nas periferias da cidade. O cessar-fogo ocorreu quando os criminosos se estruturaram dentro dessas áreas.

Os estudiosos contemporâneos da cidade consideram-na frequentemente como uma arena ou um conjunto de arenas para diferentes tipos de atividade, no qual a cidade pode ser vista como campos de violência (Burke, 2002). A violência está em todos os espaços da cidade, mas ela se concentra nas áreas segregadas, onde as políticas não chegam e os grupos criminosos assumem novos papéis sobre essas áreas.

Em consonância a isso, o município de Santa Izabel do Pará insere-se dentro das cidades brasileiras que movimentam o crime organizado. As ações dos grupos e as atitudes da polícia para tentar frear essa violência dentro das “áreas vermelhas” da cidade culminou em novos conflitos para além da disputa do território entre as facções. O estado foi obrigado a agir com seus instrumentos coercitivos e até as “milícias e policiais engrossaram o caldo da opressão armada, sob o aplauso da população amedrontada, que também tinha raiva e apostava na violência para se proteger” (Manso; Dias, 2018, p. 231).

A partir de 2017, a polícia tornou-se mais frequente nas áreas periféricas. O aumento do efetivo resultou no policiamento das periferias da cidade, segundo o investigador da Polícia Civil:

O aumento desse efetivo, a partir de 2016, fez com que houvesse uma redução dos crimes que ocorriam nessas áreas. E a chegada da Força Nacional nos presídios fez com que o tráfico de drogas diminuísse aqui na cidade, já que eles precisavam vender aqui para levar pro cara lá dentro do presídio (Investigador da Polícia Civil).

Em espaços elitizados, a violência não ganha tanto espaço assim. Geralmente a violência aparece de fora para dentro, vinda da periferia, onde o indivíduo é facilmente influenciado e excluído socialmente, fazendo com que a violência tome o poder nos espaços periféricos e o indivíduo passe a cometer delitos também nos espaços elitizados (Chagas, 2018). Por outro lado, a violência em excesso não é interessante, ou uma boa opção para os grupos que passam a pautar-se crescentemente pela lógica econômica e pela expansão de mecanismos de controle e monopólio de mercados (Beato Filho, 2012). O que de fato se torna interessante para grupos como esses poderem gerenciar essa rede ilegal é que as forças do Estado fiquem longe dos espaços onde aqueles estão inseridos, mantendo a “paz” nos espaços periféricos.

Com a redução dos homicídios no município, outro fator surge, a violência policial, que antes se estendia até os criminosos, agora tem ultrapassado e chegado até a população da periferia. Diversos relatos dos entrevistados contam sobre ação mais violenta da polícia no bairro, principalmente da Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (Rocam), quando ela entra para fazer rondas. Segundo os moradores, essas rondas acabam sempre sendo em tom de ameaça por parte da polícia contra crianças e jovens. Para Chagas (2018, p. 28), “esses lugares onde prevalecem elevadas taxas de desemprego, baixa atuação do Estado, sensação de insegurança, precários indicadores sociais, entre outros, favorecem que os jovens, devido às poucas possibilidades de melhoria das condições de vida, acabem vinculados ao crime”.

A polícia aqui é muito violenta, elas fazem rondas pelo bairro, não costumam prender pessoas, mas quando a Rocam entra no bairro, ela nos trata como criminosos, ameaçam até as crianças que estão brincando na rua (Moradora 1).

As crianças e os jovens aqui, a maioria delas entrou nesse mundo para tentar ganhar dinheiro mais fácil, tem muito olheiro aqui no bairro, tem muita circulação de droga através dos jovens (Morador 17).

Geralmente, a primeira função dada a uma criança no contexto do tráfico é de olheiro, esta é a primeira linha de segurança da facção, elas atuam como um sistema de aviso prévio diante da chegada da polícia ou de ataques de facções inimigas. É dessa forma que o tráfico de drogas oferece maneiras de se alcançar os fins desejados (Downdney, 2002). A importância dada por crianças e adolescentes à aquisição de bens de consumo, diante das dificuldades em que elas se encontram na periferia, é vista por muitas delas como justificativa suficiente para arriscar a vida ou mesmo matar, se necessário (Downdney, 2002).

De 2016 pra cá, teve uma calma, reduziu bastante a violência, até as pessoas que vendiam na rua sumiram. A polícia passa bastante aqui, não só aqui, em toda Santa Izabel, um policiamento muito bom mesmo [...]. Hoje, essa meninada do corre de droga melhorou bastante agora, porque a Rocam, ela entra nos bairros mesmo e bota os moleques pra rasgar dos cantos, eles têm medo mesmo, por isso que melhorou mais esse negócio de droga (Morador 11).

A lei do silêncio possibilita para os moradores a sensação de paz no bairro, mesmo estando sujeitos ao conflito a qualquer momento entre eles [criminosos], ou com a polícia quando entra aqui. Quando o bairro todo é controlado por uma organização criminosa é difícil se sentir seguro morando aqui (Morador 17).

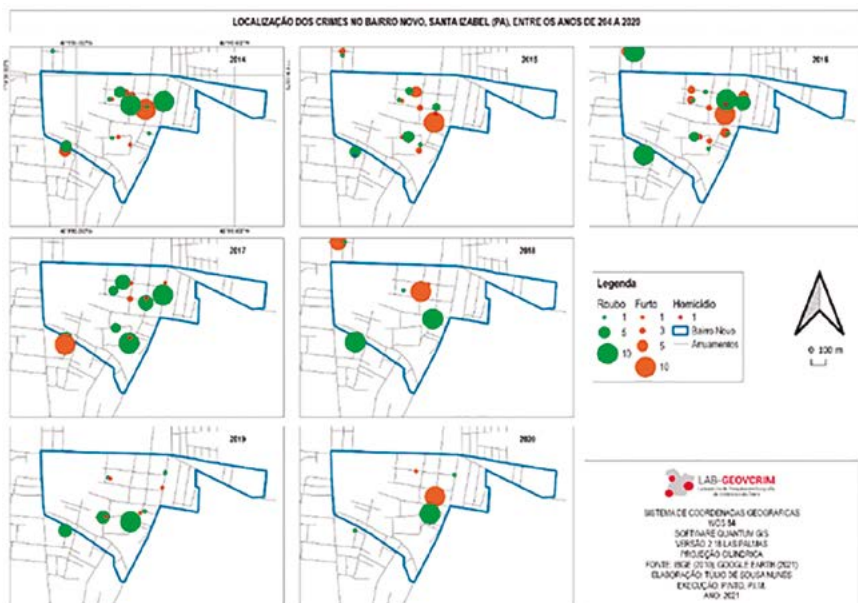
O que podemos constatar é que a facção, após os conflitos pelo território, conseguiu estabelecer suas redes e “manter a paz” nessas áreas e, hoje, a polícia toma uma medida ao entrar nesses espaços, semelhante ao que é visto

nas favelas do Rio de Janeiro e na periferia de São Paulo. A existência da facção nessas áreas e os conflitos por elas gerados para obter o controle do território pode ser evidenciado na fala dos moradores ao serem questionados se têm conhecimento de grupos criminosos ou facções no bairro. Nesse viés, vale ressaltar a discordância na fala dos moradores sobre a segurança no Bairro Novo, por mais que uma parte dos entrevistados relatem que a violência tem diminuído.

A figura 3 apresenta a redução que ocorre, a partir de 2018, no Bairro Novo e a ocorrência de apenas dois homicídios no ano de 2016 e 2017. Podemos dizer que 2018 é o ano que marca o processo de controle do bairro através do CV, o que pode ser evidenciado tanto na fala dos moradores como na figura 3.

O CV tomou conta do bairro com suas leis que garantem que crimes contra os moradores não aconteçam, uma das formas que a facção encontrou para poder afastar a polícia do bairro. Apesar do controle absoluto da facção sobre o Bairro Novo, ela ainda não conseguiu controlar os bairros vizinhos. A resistência de outros grupos que atuam no município reflete no número de homicídios nos bairros Santa Lúcia I e Jardim Mirai, isso acaba sendo um problema para o CV, que tem buscado, durante esses três anos, dominar o município e garantir o controle da circulação das drogas na cidade e na região devido à favorável localização da cidade na Região Metropolitana de Belém.

Figura 3 – Santa Isabel do Pará/PA. Mapa de localização dos crimes no Bairro Novo. 2014 – 2020



Fonte: Secretária Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC (2021).

A insegurança e o medo atrelado à existência desses agentes territoriais no território nacional inserem-se dentro dessas localidades mais oprimidas, permitindo que os grupos criminosos comecem a se organizar nesses espaços para desenvolver suas redes territoriais através do tráfico, seu principal instrumento de mercantilização, tanto na esfera local quanto internacional. Diante disso, determinadas cidades passam a se destacar mais que outras por sua localização no território.

A figura 3 retrata os crimes que aconteceram durante os anos abordados. As disputas pelo espaço intensificaram-se entre esses grupos e o Estado, o que acarretou no elevado número de furtos e roubos dentro do Bairro Novo, uma forma de amedrontar a população. A maioria dos crimes concentra-se na Av. Walfredo Bonate da Cunha, a qual dá acesso ao Bairro Jardim Mirai, e nas Trav. João Brito do Nascimento e João de Holanda, lugar que é visto como a nova ocupação dentro do bairro, iniciada no ano de 2014. Nesse contexto, existem pequenas rotas de difícil acesso para a polícia fazer rondas por conta de ruas estreitas e perigosas, como relatam os moradores, já que são rotas de fugas para os criminosos que vivem no bairro.

O Bairro Novo pode ser tido como o bairro onde o crime organizado mais se estruturou em Santa Isabel do Pará, correspondente ao controle exercido pela facção atuante no bairro e nos bairros próximos, os quais acabam enfrentando ainda resistências de outros grupos. Dessa maneira, o comércio das drogas possui um espaço para a sua organização e expansão pelo território por causa do poder que a facção tem exercido nessas áreas nos três últimos anos conforme vistos na figura 3. Com isso, a facção tem demonstrado um interesse ainda maior em outras áreas do bairro, que, por isso, recebem as ações do Estado de forma limitada ou inexistente, o que acelera o controle da facção sobre esses espaços e coloca o Bairro Novo como um bairro controlado por uma organização criminosa.

Tráfico de drogas, poder e território

O tráfico de drogas faz-se presente em todo o território brasileiro. O seu processo de expansão para mais cidades está atrelado ao aumento da violência provocado por estes grupos criminosos, fatores que se desenvolvem a partir da estruturação de uma sociedade em rede. Esse processo não se confunde com a desterritorialização, pois, em geral, significa novas territorializações, sendo a rede o elemento fundamental na formação desses territórios, a ponto de quase se confundir com eles (Haesbaert, 2020). De acordo com Souza (1996, p. 45), “à rede urbana brasileira vai se superpondo, de maneira gradual e complexa, uma outra rede, ilegal: a rede do tráfico de drogas”, que está em constante movimento dentro do território e modificando alguns espaços para obter um maior destaque no cenário local e nacional.

O território passa a ser um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder que nele surgem, envolvendo atores nessa relação. Raffestin (1993) explicita que o poder pode ser entendido de duas formas: a primeira consiste no poder institucional do Estado, essa característica consiste no poder através das instituições, das leis e dos códigos de controle social, permitindo o estabelecimento das relações no território através das políticas públicas vinculadas ao Estado; a segunda característica remete à ideia das relações sociais que se escondem por trás do poder institucional, o poder que está ligado diretamente às relações dos agentes territoriais.

Com isso, o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de domínio, e deve sua existência a um “instinto de dominação” (Arendt, 2016). Partindo desse “instinto de dominação”, os agentes territoriais exercem papel fundamental nessa estruturação do tráfico de drogas dentro do território, principalmente nos espaços periféricos, que são um verdadeiro campo de batalha. As redes ilegais, conforme Souza (2018a), como produtos à margem do sistema “legal”, forma de sobrevivência de grupos excluídos, são produtores da des-territorialização ao promoverem a instabilidade e a violência

As fases de transição destacam-se pela desorganização e desestruturação da ordem anterior. Esse período de acomodação precede a instauração de formas de dominação distintas daquelas exercidas exclusivamente através do terror e da demonstração de graus elevados de violência. A lógica de inclusão/exclusão envolvida na constituição das facções promove, por um lado, a paz e a solidariedade interna entre os traficantes que se reconhecem pelo mesmo nome, mas, por outro lado, promove as chamadas “guerras”, no intuito de assumir o controle das bocas de fumo em territórios controlados por uma facção rival (Misse; Grillo e Teixeira, 2018).

O espaço urbano é dominado por essas organizações, são elas que se inserem nos espaços periféricos e começam a se organizar e colocar em prática seus planos de controle sobre o território, obtendo um nível de influência sobre os espaços controlados e o comércio ilegal que, a partir delas, desenvolve novos meios de organizações que melhoram sua distribuição e venda através da instalação de facções.

Um fato bem interessante é que esses grupos não estão se limitando apenas em adentrar os espaços periféricos de cidades grandes ou das metrópoles brasileiras. Cidades pequenas estão sendo os “novos” espaços a serem dominados para que esses grupos se espalhem ainda mais pelo território, com intenção de aumentar sua influência no mundo do crime, visando uma maior lucratividade através do controle dessas áreas periféricas com o comércio das drogas nas cidades pequenas e as rotas que podem facilitar seu escoamento para venda em outras cidades, ou para importação/exportação das drogas.

Por isso, o município aqui analisado é um lugar extremamente estratégico para a venda e distribuição da droga pelo território.

As organizações criminosas estão bem estruturadas no município. O Bairro Novo é uma demonstração do poder desses grupos em se organizar nessas áreas, como foi possível perceber em algumas falas dos moradores que ousaram quebrar a lei do silêncio para falar sobre quem tem controlado o bairro e outros próximos. Os grupos criminosos têm adotado medidas de controle na periferia semelhantes às vistas nas grandes cidades brasileiras. O domínio desta organização no município tem ganhado um certo destaque pela grande concentração de faccionados nos bairros periféricos próximos ao Bairro Novo e pela divisão que cada membro possui em algumas áreas. A organização “vigias do crime”, sujeitos que ficam nas esquinas de algumas ruas, as quais normalmente são ruas com bocas de fumo, é uma maneira também de garantir segurança para alertar sobre a chegada da polícia, ou de grupos rivais que podem gerar novos conflitos na tentativa de recuperar o controle dessas áreas.

Em 2020, uma operação realizada pela Polícia Federal na terceira fase da “Operação Muçambê”, que teve como objetivo erradicar plantações de maconha na região do nordeste do Pará, culminou na apreensão, em áreas próximas à Terra Indígena Alto Rio Guamá e no Polígono do Capim, regiões que compreendem os municípios de São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru, Tomé-Açu e Nova Esperança do Piriá, de 120 plantações com 406 mil pés de maconha e 74 mil mudas da planta foram localizadas e desativadas. As plantações foram identificadas em uma área de aproximadamente 220 mil metros quadrados, conforme a reportagem do jornal O Liberal (2020).

A notícia anterior surpreende pela quantidade e pela área total onde essa droga estava sendo cultivada para venda. O município de Bujaru, que tem como sua principal via de acesso terrestre a PA-140, a qual corta o município de Santa Izabel do Pará, é um destaque. Neste caso, conforme dito por um morador do Bairro Novo que morou durante alguns anos em Bujaru, até se mudar para Santa Izabel do Pará: “O município de Bujaru fornece drogas para abastecer as bocas de fumo em Santa Izabel” (Morador 16).

Diante disso, a principal droga em circulação na cidade é a maconha, isso é relatado tanto pelos moradores como por apreensões das Polícias Militar e Civil. Essa logística da droga que percorre diversos espaços e se estende por todo o território desenvolve áreas para um melhor gerenciamento da sua distribuição. Em Santa Izabel do Pará, principalmente nas áreas periféricas, há a articulação de comércio. A proximidade com a PA-140 facilita a entrada das drogas que vêm por via terrestre de Bujaru. A localização, a falta de fiscalização e o fato de estarem próximos a ramais, que acabam sendo fundamentais para a distribuir, permitem que a droga circule mais rápido e com maior

facilidade. O CV mais consolidado dentro do Bairro Novo e o aumento de faccionadas em outros bairros da cidade, especialmente os mais próximos do Bairro Novo que são os Santa Lúcia I e II, Florestal e Jardim Mirai, podem ser uma possibilidade de controle.

O território é reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais. Dessa maneira, diante dos conflitos que ocorrem no mundo do crime, o território é a peça fundamental para o sucesso da facção em sua atuação no controle das drogas dentro do cenário nacional e internacional. Nesse viés, a importação responsável por uma parte considerável do lucro dessas organizações garante o controle do território em locais estratégicos e favorece que o poder adquirido por esses grupos seja ainda mais consolidado nas áreas em que estão inseridos.

A territorialidade de cada facção ou organização do tráfico de drogas é uma rede complexa unindo nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, sendo que, no espaço concreto, esses nós de uma rede se intercalam com nós de outras redes, todas elas superpostas ao mesmo espaço e disputando a mesma área de influência econômica (mercado consumidor), formando uma malha significativamente complexa (Souza, 2018b, p. 92).

A apropriação de um grupo sobre o município de Santa Izabel do Pará acaba sendo ainda mais interessante porque garante a eles também o Complexo Penitenciário de Santa Izabel, o qual abriga mais de 6 mil detentos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP). Dentre esses detentos estão membros de facções que influenciam as ações tomadas aqui fora por agentes territoriais. Como observado por Dias (2013), essas facções se expandiram além das grades dos estabelecimentos prisionais exatamente em razão da eficiência das estratégias manejadas por seus agentes territoriais, bem como em decorrência da falência das políticas estatais relativas ao problema.

Os agentes territoriais têm determinado novos rumos e (re)configurações do espaço urbano. O CV tem aumentado o número de faccionados de forma bastante expressiva na cidade, o que garante um domínio superior sobre o município, dificultando a inserção de novos grupos criminosos na tentativa de conquistar alguns espaços periféricos da cidade. A maior concentração de faccionados está no Bairro Novo tanto pela fala dos moradores como pela organização e controle de crimes na área. Os dados coletados junto à SIAC também evidenciam que nos bairros próximos os homicídios são mais frequentes e as vítimas são usuárias e já praticaram algum crime na área, sendo sentenciados com a morte.

A facção, por sua vez, tem tido uma grande influência no município e o controle de bairros periféricos tem se mostrado bastante eficiente, apesar

dos conflitos que se intensificaram desde 2014, até uma maior estabilidade em 2018 e 2020. Isso se dá justamente porque o CV passa a organizar e instaurar leis, com grande parte da população aceitando diante do medo que uma facção proporciona com a sua dinâmica de controle nos espaços periféricos e por uma estruturação de comércio de drogas na cidade a seu favor, tendo em vista a instalação em bairros que facilitem a entrada e a locomoção da droga e de seus membros, a exemplo do Bairro Novo, Florestal, Santa Lúcia I e II e Jardim Mirai.

Considerações finais

O município de Santa Izabel do Pará, aqui estudado, foi de extrema importância para compreender a inserção desses agentes territoriais que, cada vez mais, expandem suas fronteiras no cenário nacional com a comercialização das drogas nas cidades brasileiras e as dificuldades que o Estado tem encontrado para lidar com esses grupos criminosos que se fazem paralelo a ele.

Conforme exposto, no Bairro Novo foi possível constatar a inserção desses grupos e os controles sobre o espaço periférico que se fazem presentes dentro dele, chegando a ser semelhante ao que é visto em áreas onde o crime organizado exerce todo o seu poder de controle. Os fatores que causam a inserção desses grupos ficaram evidentes durante a pesquisa. A insuficiência de políticas públicas e a ausência de serviços e infraestruturas essenciais dentro dessas áreas fizeram com que esses grupos assumissem o controle dos espaços periféricos.

Ademais, Santa Izabel do Pará está inserida dentro da organização desses grupos criminosos, que visam sua expansão cada vez maior pelo território, sendo possível perceber por meio de bibliografias o Comando Vermelho como responsável por fazer do município um local estratégico para distribuição de drogas, sendo seu maior exemplo de controle e organização dentro da cidade o Bairro Novo. Na pesquisa são apresentadas falas a fim de trazer os argumentos dos moradores que relataram a existência de faccionados.

Referências

- ADORNO, S.; DIAS, C. N.; NERY, M. B. A cidade e a dinâmica da violência. In: KOWARICK, L. (org.). **Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais**. São Paulo: FAPESP, 2016.
- ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BURKE, P. Violência urbana e civilização. *In*: OLIVEIRA, N. V. (org.). **Insegurança Pública** – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. *In*: CHAGAS, C. A. N.; VIEIRA, C. M.; SILVA, M. P. (org.). **Geografia da violência**: produção do espaço, território e segurança pública. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática S.A, 1989.

DIAS, C. C. N. **PCC**: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência. São Paulo: Saraiva, 2013.

DOWDNEY, L. De aviãozinho a soldados: o crescente envolvimento de crianças nas lutas de grupos armados do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *In*: OLIVEIRA, N. V. (org.). **Insegurança Pública** – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A Guerra**: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO, B. P. Ação e discurso – Sugestão para o debate da violência. *In*: OLIVEIRA, N. V. (org.). **Insegurança Pública** – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**. 2007, v. 21, n. 61. pp. 139-157. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300010> . Acesso em: 19 fev. 2021.

MISSE, M.; GRILLO, C. C.; TEIXEIRA, C. P. Mundos do crime no Rio de Janeiro. *In*: MISSE, M.; ADORNO, A. **Mercados ilegais, violência e criminalização**. São Paulo: Alameda, 2018.

O LIBERAL. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/08/17/policia-federal-localiza-460-mil-pes-de-maconha-durante-operacao-no-nordeste-do-para.ghtml>. **O Liberal**, 2020. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SEGUP. Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Social, Governo do Pará. **Consulta de Dados Estatísticos Criminais – CODEC**. Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP. 2021. Disponível em: <https://codec.segup.pa.gov.br/> Acesso: 26 abr. 2021.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018a.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018b.

SOUZA, M. J. L. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática S.A, 1996.

VIANA, N. **Violência urbana**: a cidade como espaço gerador da violência. Goiás: Germinal, 2002.

ZALUAR, A. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, N. V. (org.). **Insegurança Pública** – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO DA CRIMINALIDADE URBANA: DINÂMICAS DO TRÁFICO DE DROGAS NO COMPLEXO DA FEIRA DA CEASA, EM CASTANHAL, PARÁ

Vitória Maria Lima da Trindade¹
Clay Anderson Nunes Chagas

Introdução

A criminalidade é uma temática importante no cenário brasileiro, uma vez que esse fenômeno influencia e interfere na produção social, espacial e econômica. Assim, esta pesquisa fomenta um debate acerca da ampliação e organização da criminalidade por meio do tráfico de drogas, com a finalidade de entender os processos e dinâmicas utilizados para a produção e (re)produção de diversos agentes territoriais.

Ao longo da história, o fenômeno da criminalidade passou por diversas transformações, devido a fatores como o espaço geográfico, o qual é constituído por relações, fenômenos, conflitos, agentes territoriais e produções, com diferentes dinâmicas, que em determinado momento se chocam, constituindo “redes” e “trocas” por muitas vezes involuntárias, criando um espaço com multiterritorialidades.

O tráfico de drogas configura-se enquanto uma das produções presentes no espaço geográfico. De acordo com Sousa (2017), ele é responsável pela criação de territórios funcionais, em que essa funcionalidade nasce do poder que a atividade ilícita tem sob o território dominado, o qual vem a ser regido pelo medo, violência, desigualdade, infraestrutura precária, além das leis que são criadas pelo próprio tráfico como forma de exercício de poder.

Os resultados aqui apresentados advêm de um trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, no ano de 2021. Essa pesquisa se destaca devido à intensa comercialização de entorpecentes no Complexo da Feira da Ceasa no município de Castanhal, no Estado do Pará. Com isso, tornam-se necessários estudos e pesquisas a respeito da temática para compreender os processos que se desencadeiam, desde crimes antecedentes a crimes mais violentos na área central da cidade.

Em consideração a isso, a geografia desempenha um papel de grande importância para compreensão do assunto. Nesse sentido, esta pesquisa aborda conceitos e métodos desta ciência com o intuito de analisar e entender processos e dinâmicas no território. Nesta perspectiva, o objetivo geral da investigação foi analisar a influência do tráfico de drogas no processo de produção e (re)produção do Complexo da Feira da Ceasa no município de Castanhal-PA, com a finalidade de averiguar o encontro de produções econômicas legais e ilegais e suas dinâmicas, além de identificar as características espaciais, territoriais e a configuração organizacional do comércio ilegal.

A metodologia aplicada consistiu em levantamento bibliográfico, tendo como principais conceitos: território, poder, violência, criminalidade e tráfico de drogas. Também foram realizados trabalhos de campo durante os primeiros meses de 2021.

Para a elaboração dos mapas foi utilizado o Software Quantun Gis. Para o levantamento documental utilizou-se o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e dados da Secretaria Adjunta de Análise e Investigação Criminal – SIAC com dados dos crimes ocorridos no complexo entre os anos de 2017 e 2020.

O presente capítulo divide-se em três partes: a primeira consiste em apresentar as perspectivas dos conceitos de território, poder e criminalidade; no segundo momento, oferecer informações a respeito da dinâmica do território e do tráfico; e, por fim, apresentar as características socioeconômicas e espaciais do Complexo da Feira da Ceasa.

Território, Poder e Criminalidade

A produção do espaço urbano, pela perspectiva de Corrêa (2018), ocorre por meio das relações entre agentes sociais, sendo estes responsáveis pela geração de conflitos e pela (re)produção do espaço em que estão inseridos. A partir das ações desses agentes sociais concretos, os quais não possuem papéis rigidamente definidos, o espaço está em um constante processo de reorganização, uma vez que os agentes se tornam portadores de interesses, contradições e práticas espaciais, que ora são próprias de cada um, ora são comuns. Vale considerar o fato de que, “a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que suas formas espaciais e suas funções tenham mudado” (Corrêa, 2004, p. 11).

Corrêa (2004) assegura serem os agentes sociais que concretizam os processos sociais, em forma de ambiente construído, sendo essenciais enquanto elementos da sociedade e de seu movimento. Notoriamente, as ações dos agentes sociais refletem nos processos de produção, circulação e consumo de uma sociedade capitalista, gerando uma gama de processos complexos, razão pela qual

os processos de produção do espaço envolvem diferentes agentes sociais. Carlos (2018) explica que a ideia de produção vem se transformando ao longo da história. Neste sentido, a autora apresenta duas noções de produção, a primeira, *lato sensu*, diz respeito exclusivamente ao processo de produção do homem, e a noção *stricto sensu* remete exclusivamente ao processo de produção de objetos.

Ambas as produções se dão no contexto das relações sociais: a noção *lato sensu* “ocorre num determinado tempo e lugar, em escalas variáveis” (Carlos, 2018, p. 62), conseqüentemente, ocorre uma produção do espaço e de atividades no espaço; enquanto que a *stricto sensu* “se realiza produzindo [...] as relações mais amplas e complexas que extrapolam as esferas da empresa tomando a sociedade como um todo. Logo, o processo de produção abrange o espectro mais amplo, aquele da produção de relações sociais” (Carlos, 2018, p.56).

Em virtude do que foi explanado, compreende-se que a utilização do espaço enquanto reproduzidor das relações desencadeia processos e estruturas socioespaciais, econômicas, políticas e culturais distintas. Logo, o espaço, na magnitude do seu conceito, possui foco na coexistência e coetaneidade dos fenômenos, sendo “tanto universo dos objetos quanto dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão dos elementos (aparentemente) fixos quanto móveis, tanto a dimensão material quanto imaterial” (Haesbaert, 2014, p. 37).

A partir das relações com o espaço, os indivíduos apropriam-se dele transformando-o em seu território, desse modo territorializando um espaço com distintas produções, redes de relações e com uma hierarquia de poder, sendo assim considerado um espaço de multiplicidade.

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Que se trate de relações territoriais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações como a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente (Raffestin, 1993, p. 158-159).

Para Haesbaert (2014), o território nasce de uma dupla conotação, material e simbólica, na qual ambas as concepções estão relacionadas ao poder. Na primeira, utilizando-se de um poder mais explícito, de dominação, enquanto que na segunda o território aparece como um poder implícito, de apropriação. O autor explica ser necessário, dentro dos processos de dominação/apropriação, que o território e a territorialização sejam abordados na multiplicidade de suas manifestações e poderes, incorporando os seus múltiplos sujeitos, pois só se podem distinguir territórios conforme os indivíduos que os constroem, sejam eles grupos sociais, o Estado, instituições etc. Nesse sentido, o território torna-se um espaço de “paradigmas” com relações hegemônicas, instrumento de dominação e relações contra hegemônicas, na sua condição de espaço vivido.

O território e suas dinâmicas devem ser diferenciados por meio dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam este espaço e, por consequência, controlam os processos sociais que o compõem. É necessária uma análise local para o entendimento das relações sociais enquanto relações de poder, visto que, dependendo da fonte teórica, elas podem variar desde “antipoder” da violência até as formas mais agudas de poder simbólico.

O território, como espaço focalizado a partir das relações de poder, seja de dominação seja de apropriação (nos termos de Lefebvre), manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto na perspectiva da convivência de múltiplos (tipos) de territórios quanto da construção efetiva de multiterritorialidades. (Haesbaert, 2014, p. 86).

O território, desse modo, torna-se palco das relações, existenciais ou produtivas, ligadas pelo poder. Raffestin (1993) caracteriza o território como lugar onde se projeta energia e informação e que consequentemente revela relações marcadas pela apropriação, dominação e poder, sendo, assim, gerador de relações desiguais, influenciando diretamente as redes geográficas no âmbito econômico, social, político e cultural. Partindo deste pressuposto, o poder atua enquanto uma parte indispensável de toda relação.

Nessa situação, o poder está em todo lugar, constituindo um elo de todas as relações, sendo elas visíveis ou invisíveis. Amparado na perspectiva de Foucault, Raffestin (1993) indica algumas proposições a respeito do conceito de poder, não com o intuito de defini-lo, mas com a intenção de abranger a sua natureza. Conforme explicado, compreende-se que:

(1) O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; (2) as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas; (3) o poder vem de baixo; não há oposição binária entre dominador e dominados; (4) as relações de poder são, concomitantes, intencionais e não subjetivas; (5) onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relações de poder (Raffestin, 1993, p. 53).

Toda relação é um ponto de nascimento de poder, excedendo uma simples troca de energia e informação, mas sendo também um lugar de formação de saber a partir de ações/combinções/organizações estratégicas feitas pelos atores territoriais, refletindo assim nas multidimensionalidades do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade. (Raffestin, 1993).

Como parte disso, é importante compreender a produção da criminalidade, que, segundo Alvarenga (2004), se configura em um fenômeno capaz de comprometer a vida em sociedade, de vez que pode sofrer variação de acordo

com o contexto em que estiver inserida, logo, ela pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de determinado tempo e lugar. Diferentemente do crime, cujo mesmo autor o classifica enquanto fenômeno individual, ou multi-individual, a criminalidade é classificada como fenômeno social.

Assim, entender de que maneira e em que lugar ocorre a criminalidade é de total relevância para o entendimento da sua organização, suas peculiaridades e o seu processo de produção e reprodução, uma vez que a criminalidade ocasiona particularidades que são reestruturantes, transformando o espaço em um campo de batalha, advindo de uma busca incessante por poder, a qual transforma e reconfigura territorialidades, influenciando em novos processos, como a violência e (re)produção de atividades ilícitas.

[...] as áreas de periferização são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, incipiente mecanismo de segurança pública e das instituições de controle público e dos serviços mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões, nesta perspectiva, o crime, especialmente os violentos, passa a ser o instrumento coercitivo para a fixação e controle de território de grupos ligados à criminalidade, e daí articula suas ações no espaço urbano (Chagas, 2018, p. 27).

A violência emerge da criação de novos territórios, os quais sofrem influência direta do processo de desenvolvimento urbano, no qual, de um lado, ocorre uma extrema valorização do espaço urbano, enquanto, de outro, ocorre a exclusão de camadas populares. Assim, o espaço urbano é transformado em reduto da ilegalidade, tendo na população pobre o seu exército de reserva (Ferreira; Penna, 2005).

No entanto, vale lembrar que por muitos anos se defendeu a ideia de que a pobreza e a miséria seriam geradoras de tais processos. Contudo, está se tornando cada vez mais evidente que a urbanização desordenada, juntamente com a miséria, são as condicionantes mais lógicas que influenciam a violência e a criminalidade, criando novos territórios (Vieira, 2018).

De acordo com Chagas (2014), fundamentado em Raffestin (1993), “não existe vazio de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a ser territorializar, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos criminosos”, fomentando disputas por um ponto específico do espaço.

A pesquisa toma como pauta os grupos de criminosos, uma vez que podem ser classificados como agentes territoriais que possuem suas relações direcionadas a atividades ilícitas, mais especificamente para o tráfico de drogas, com sua atuação no território condicionando uma rede de criminalidade e que configura uma rede própria de informações, gerando identidades entre os envolvidos e o uso do espaço concreto para a execução desta prática social ilegal (Sousa, 2017).

O crime organizado age no sentido de acentuar a exclusão social e impedir o desenvolvimento desses enclaves do espaço urbano. A criminalidade se favorece da pobreza que se torna funcional para o crime, e este contribui para aumentá-la, inclusive gerando novas exclusões pela via da inclusão de jovens pobres no vício e na criminalidade, no cooptação das comunidades carentes e no descrédito nas instituições da sociedade organizada (Ferreira; Penna, 2005, p. 164).

Em suma, as atividades ilícitas, ao dominarem o espaço, consequentemente criam os territórios, resultantes de uma ação conduzida por um ator, em que se projetou um trabalho, seja em forma de energia ou informação e, por consequência, relações marcadas pelo poder. Logo, o tráfico de drogas “agrega as relações de força e poder, e que só se denomina dessa forma por ser o palco da ação do indivíduo ou do grupo que dele se apropria e o produz e transforma” (Soares; Andrade, 2012, p. 12).

Território e tráfico

O território do tráfico consiste em uma área na qual se desenvolvem operações ilícitas com potencial de instalação, produção e reprodução, com a capacidade de recriar condições sociais e redefinir o espaço do qual se apropria, configurando-se enquanto “recortes espaciais em que imperam situações de domínio do espaço, lutas, impactos e violência, advinda da presença do tráfico de drogas na área” (Sousa, 2017, p. 27).

A produção e a comercialização de produtos ilícitos está presente na sociedade há alguns séculos, sendo geradora de conflitos e disputas em diversos cenários. Este comércio se organiza em uma escala global, articulando territórios, fazendo com que os agentes sociais deste espaço estejam inseridos direta ou indiretamente no comércio ilegal, criando, assim, uma nova rede organizacional.

O Brasil desempenha um importante papel na economia e no comércio de drogas ilícitas por se localizar de maneira estratégica para atividades de trânsito e exportação desses produtos. O país é composto por diversos corredores e rotas, abrangendo o transporte terrestre, fluvial e aéreo. Steiman (1995) mostra que os principais corredores que passam pelo Brasil são: corredor Colômbia-Venezuela-Brasil; corredor Colômbia-Brasil; corredor Peru-Colômbia-Brasil; corredor Peru-Brasil; corredor Bolívia-Brasil; corredor Paraguai-Brasil; e corredor Bolívia-Argentina-Brasil, movimentando dessa forma um capital internacional que entra e sai do país.

O narcotráfico configura-se “como a maior empresa transnacional dedicada ao tráfico de drogas ilegais, que não paga impostos e gera os maiores lucros. Ou, se preferir em outras palavras, é uma expressão da face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo” (Santana, 1999, p. 101).

Procópio Filho e Vaz (1997) relacionam o narcotráfico a três fatores básicos. Em primeiro lugar, à relevância política e econômica que o tema possui no cenário internacional e regional; posteriormente, ao fortalecimento do narcotráfico por meio dos problemas alarmantes que afetam a sociedade brasileira, como, por exemplo, o enfraquecimento do Estado, aumento do desemprego, o intenso crescimento dos centros urbanos, entre outros fatores; por fim, à incorporação de camadas populares ao mundo das drogas, que antigamente eram direcionadas às classes mais altas da sociedade.

Diante desses fatores, compreende-se que as mais diversas ações derivadas do tráfico de drogas encontram-se profundamente ligadas aos territórios devido a estes se utilizarem da “base material e imaterial, delimitando áreas e movimentando fronteiras dos territórios na perspectiva de ampliar o alcance comercial” (Sousa, 2017, p. 34). Os traficantes tornam-se responsáveis por conflitos estabelecidos no território, já que, a partir da apropriação de um território para o comércio ilícito, ocorre uma reorganização territorial compulsória, que, por intervenção do poder exercido pelos traficantes, os agentes sociais desse espaço se reorganizam para que ocorra a consumação desta prática ilícita.

A organização do tráfico de drogas, segundo Souza (2005), manifesta-se em dois subsistemas. O primeiro refere-se ao subsistema de Importação/Exportação/Atacado (I-E-A), o qual abrange grandes traficantes, sócios e facilitadores envolvidos na importação, exportação e vendas de substâncias tóxicas ilegais, tudo isso voltado para o abastecimento interno. O segundo é o subsistema Varejo, que faz referência aos pequenos e médios traficantes. Neste subsistema se insere o abastecimento de pequeno porte em um raio de atuação reduzido, sendo assim um subsistema complexo, heterogêneo, entre outras variações, tanto na escala local quanto na regional, sendo possível a exposição da organização dos traficantes.

Na perspectiva de Sousa (2017, p. 36), “ao se constituir em determinado território, o tráfico de drogas cria uma rede social funcional de informações e comando, desempenhando, em algumas áreas, um tipo de ordem, suprimindo para aquela localidade a ausência do Estado”. No Complexo da Feira da Ceasa, localizado no município de Castanhal-PA, essa ação não seria diferente. O complexo encontra-se localizado no centro da cidade, mas sofre com a ausência de políticas públicas eficazes, sendo uma área central da cidade esquecida pelo Estado quando se trata de segurança.

Em vista disso, o comércio de atividades ilícitas apropriou-se desse espaço, ocasionando uma dominação territorial por parte dos novos agentes – traficantes – e, conseqüentemente, uma reorganização por parte dos agentes já territorializados, uma vez que a chegada de um novo ator causa um descontrole territorial, impondo um processo de reconfiguração.

A partir de tais fatores torna-se possível a compreensão a respeito do processo de produção do tráfico no Complexo da Feira da Ceasa e de que modo ele se (re)produz ao atuar como condicionante de uma rede de criminalidade.

Características socioeconômicas e espaciais do Complexo da Feira da Ceasa

Historicamente, as feiras livres materializam-se no espaço como formas comerciais. Costa e Santos (2016), ao trazerem representações a respeito das feiras livres contemporâneas, explicam seu contexto histórico e mostram que ocorreu e ocorrem mudanças que determinam questões espaciais e do conteúdo comercializado nestas áreas, que influenciam diretamente na economia e, acima de tudo, na dinâmica desenvolvida nas feiras livres.

Por muito tempo, quando a produção do campo era destinada ao consumo da cidade, as feiras apresentavam produtos regionais, em sua maioria, gêneros alimentícios. Nas feiras livres contemporâneas, vestuários, brinquedos de plástico, utensílios domésticos de alumínio e vidro, CDs piratas, eletrônicos importados e alimentos enlatados estão presentes, nas barracas, ao lado de produtos artesanais produzidos localmente, como produtos de couro, barro, palha, madeira, bordados e rendas, além das comidas típicas e das ervas medicinais (Costa; Santos, 2016, p. 655).

Segundo Costa e Santos (2016), as feiras livres manifestam-se no espaço mesmo com suas peculiaridades em lugares públicos, mas sempre respondendo às mudanças impostas pelo sistema político e socioeconômico dominante. Assim, estas mudanças estão relacionadas à reorganização econômica e espacial por parte de seus agentes territoriais que (re)produzem estes espaços por meio de suas relações socioespaciais.

Essas mudanças e transformações se dão por meio do processo de modernização, que é responsável pelo desenvolvimento do comércio, mas que também se configura enquanto causador de uma desigual divisão do trabalho entre classes sociais e, conseqüentemente, uma desigual capacidade de consumo. Santos (2018) sugere uma teoria espacial para explicar o funcionamento da economia urbana, em que esta é interpretada através de dois circuitos econômicos urbanos, o circuito superior e o circuito inferior.

As transformações, processos e fenômenos neste trabalho serão analisados de forma local no Complexo da Feira da Ceasa no município de Castanhal-PA, o qual se apresenta como espaço que sofreu alterações territoriais nos últimos anos, deixando de ser apenas uma área comercial para se tornar também um reduto da criminalidade, com um intenso fluxo de comercialização de produtos ilícitos.

O Complexo da Feira da Ceasa, segundo relato dos próprios feirantes, surge em meados da década de 1980, quando o governo vigente tinha como objetivo remanejar os vendedores ambulantes das margens da Avenida Barão do Rio Branco para outro local. Com isso, deu-se início à construção do complexo, que foi sendo desenvolvida no decorrer dos anos até atingir a estrutura atual (figura 1).

A área possui uma localização estratégica por se materializar nas proximidades de uma das principais avenidas da cidade, Avenida Barão do Rio Branco, que é marcada pela presença de grandes empreendimentos (comerciais, educacionais, culturais e de infraestrutura), que também se espalham ao redor do complexo, fazendo com que a feira possua influência direta dos agentes que fomentam o circuito superior da economia urbana.

Diante disso, compreende-se que a Ceasa, em sua forma cristalizada, enquanto uma área de reprodução econômica, comporta o circuito inferior, marcado por atividades de pequena escala, sendo este subsistema característico de grande parte do comércio do complexo. No entanto, vale ressaltar que a feira sofre influência direta do circuito superior da economia urbana, não apenas por estar cercada por agentes deste circuito, mas também por ser comum a comercialização de produtos com marcas associadas a ele.

Figura 1 – Castanhal/PA. Localização do Complexo da Feira da Ceasa. 2021



Fonte: Fonte: Elaboração própria, 2021.

Conforme o que foi exposto, compreende-se que a economia da Ceasa se concretiza por meio dos dois circuitos que se dão em um processo de sim-

biose, visto que ambos se tornam dependentes e fomentadores um do outro. Logo, as relações no complexo, de forma geral, são marcadas pela economia, que atua como elo entre as redes sociais, agentes territoriais e as dinâmicas desenvolvidas.

Com uma grande diversificação do seu comércio e com a proximidade com agentes do circuito superior, é quase que inevitável uma relação entre os dois circuitos. Com isso, a Ceasa deixa de ser formada apenas por agentes do circuito inferior e passa a atuar como portadora dos dois sistemas.

Pertinente às características dos circuitos econômicos, vale ressaltar a atuação do Estado dentro dos circuitos urbanos, uma vez que a atuação ou a sua ausência em determinado território é decisiva para a configuração e organização espacial.

No circuito superior, o Estado é considerado um importante componente, pois atende

aos interesses dos agentes deste circuito por meio de construção de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes, portos, aeroportos, etc.), qualificação da mão de obra, parcerias com o setor privado (PPP's), participação direta na criação de indústrias de base (siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas) e na forma de concessão de incentivos fiscais e financeiros (isenção de impostos, subsídios à produção e exportação) (Queiroz; Azevedo, 2012, p.126).

Conforme os apontamentos anteriores, o circuito superior utiliza-se de um capital intensivo, fortemente apoiado pelo Estado, no qual este se torna condicionante de diversas ações para o desenvolvimento deste circuito, como o ordenamento territorial, que garante uma apropriação territorial por parte de uma elite local, produzindo redes de relações hierárquicas com o intuito de gerar lucro.

A articulação do Estado no circuito superior da economia urbana parte dessa maneira de um Poder institucional, capaz de reestruturar processos e formas dentro de um determinado território, de vez que o Estado se mostra em todas as “formas de manifestações espaciais, da capital à fronteira, passando pelas malhas interiores hierarquizadas e pelas redes de circulação” (Raffestin, 1993, p. 16).

Juntamente a isso, é possível observar o dinamismo do Estado junto ao circuito inferior. Neste circuito, o Estado atua com grande déficit, uma vez que “atende aos interesses do circuito superior, deixando de investir em serviços universais de educação, saúde, segurança, moradia, lazer que são de interesse da população em geral” (Queiroz; Azevedo, 2012, p. 129), desse modo fazendo com que o circuito inferior crie condições alternativas para que a população pobre tenha acesso aos serviços e bens desejáveis, “visto

que a atuação dos agentes que compõem esse circuito é dinâmica e criativa” (Costa; Santos, 2016, p. 656).

O circuito inferior ou circuito não moderno é resultado indireto da modernização tecnológica e organizacional do território, não correspondendo à lógica hegemônica. Este circuito é constituído por agentes que só se beneficiam parcialmente ou quase não se beneficiam do desenvolvimento técnico, científico e informacional, como por exemplo, as formas de fabricação artesanal, o comércio e os serviços não modernos e de baixa complexidade, os ambulantes, os camelódromos, os mercados públicos, e as feiras livres (Queiroz; Azevedo, 2012, p. 121).

Os agentes deste circuito se adaptam a partir dos elementos do circuito moderno, uma vez que “a dinâmica do circuito inferior se encontra indissociável, justaposta e sobreposta com a dinâmica do circuito superior” (Queiroz; Azevedo, 2012, p. 125), criando condições para os processos de modernização, exclusão e marginalização em várias escalas organizacionais.

Diante dos apontamentos, parâmetros e características dos circuitos econômicos urbanos, cabe apresentar o Complexo da Feira da Ceasa, exibindo suas ramificações estruturais, o seu comércio diversificado, além dos agentes territoriais que compõem esta área.

A Ceasa é caracterizada de maneira geral pelo comércio varejista, o qual é distribuído por toda sua infraestrutura. Conforme apresentado na figura 2, a Ceasa conta com uma variedade de áreas (terminais, mercados, *shopping* popular, feiras diversificadas e pavilhões de confecções), cada qual com características específicas.

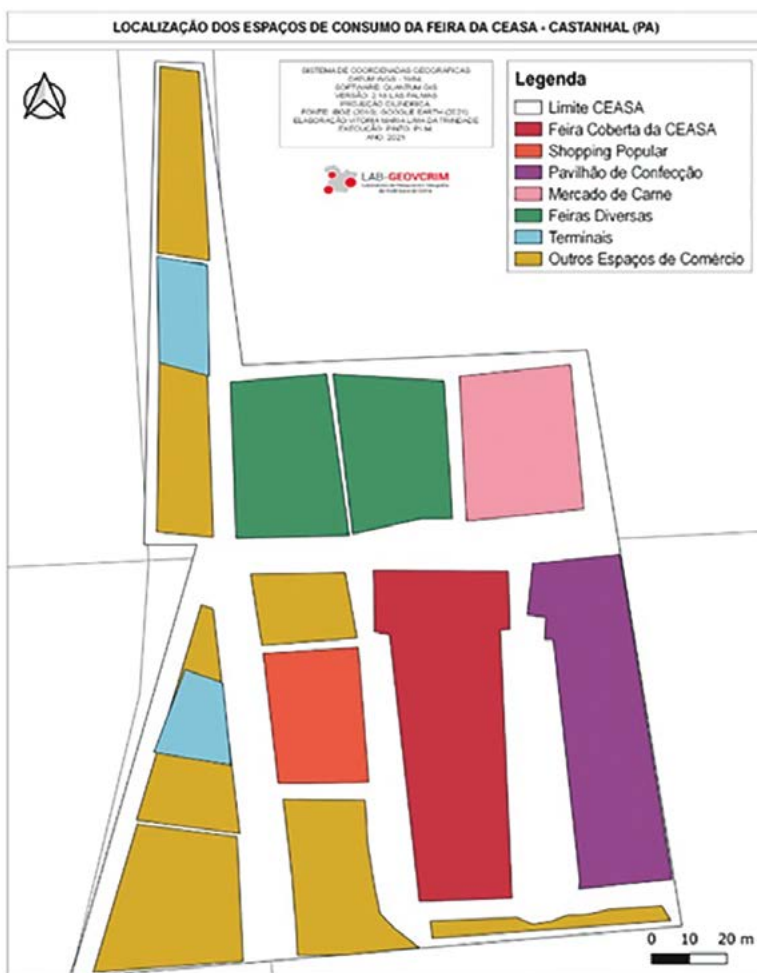
Os dois terminais (figura 2 – na cor azul) localizados no complexo encontram-se na Avenida Magalhães Barata, o primeiro compõe a rota dos ônibus da cidade de Castanhal, enquanto o segundo é destinado aos ônibus advindos de agrovilas e pequenos interiores, possuindo maior concentração de pessoas aos sábados, dia de maior movimento na feira e, consequentemente, maior fluxo de pessoas de agrovilas e pequenas cidades vizinhas.

A Feira coberta da Ceasa (figura 2 – em vermelho) é a área do complexo com maior diversidade de produtos, com comércios destinados à venda de gêneros alimentícios, grande concentração de verdureiros, pequenos brechós, além de boxes de comércio variado. Vale ressaltar que, nas primeiras horas do dia, é comum que os verdureiros, que são os feirantes que ficam às margens da avenida que corta o complexo, exponham suas mercadorias na beira da via, abordando a população com seus produtos.

O pavilhão de confecções (figura 2 – na cor roxa), igualmente aos demais, é dividido em vários boxes apenas de confecções. O pavilhão conta com três grandes corredores com aproximadamente 100 boxes. Porém, a maioria encontra-se fechado/abandonado, estando ativos apenas os boxes da frente do pavilhão (aproximadamente 25 boxes).

O Mercado de Carne (figura 2 – em rosa), juntamente com as feiras diversas (figura 2 – em verde) são áreas de concentração de venda de gêneros alimentícios de origem animal, sendo as de origem bovina no mercado de carne, e as demais, como, peixe e frutos do mar, são encontrados na área verde (figura 2). Encontra-se nesse perímetro também a feira da farinha, grande concentração de barracas de frutas, verduras, legumes e hortaliças. Vale ressaltar que, atualmente, tal área (figura 2 – em verde) está passando por uma reforma, consequentemente, feirantes foram realocados em barracas ao redor da obra, sendo estas disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Castanhal.

Figura 2 – Castanhal/PA. Planta baixa do Complexo da Feira da Ceasa



Fonte: Elaboração própria, 2021.

O *shopping* popular (figura 2 – em laranja) é um prédio comercial dividido em diversos boxes destinados, em sua maior parte, para a comercialização de confecções. É uma construção recente, realizada entre os anos de 2015-2018, na até então feira do Troca-Troca.

As demais áreas do complexo (figura 2 – em amarelo) configuram-se em vasta diversidade de comércio, como artesanato, pequenos restaurantes, bares, lojas de eletrônicos, lojas de produtos naturais, depósitos de bebidas e dos pequenos mercadinhos, além do comércio desenvolvido pelos vendedores ambulantes que circulam livremente pela feira.

Diante disso, o Complexo da Feira da Ceasa configura-se de maneira única no âmbito espacial, por ocupar uma área expressiva no centro da cidade de Castanhal, e no âmbito econômico, por suporta um vasto comércio, sendo responsável pela renda de atores que compõem esta área. Além de ser uma feira de referência na cidade, também é uma área de intenso fluxo de comercialização de entorpecentes.

Essa área conta com a presença de diversos agentes territoriais, mas iremos classificá-los respectivamente em apenas quatro: os feirantes, os camelôs, prostitutas e, por fim, os agentes do tráfico.

O primeiro difunde suas atividades por todo o complexo, constituindo-se enquanto donos de boxes legalizados pela prefeitura. O segundo, de acordo com Bezerra (2018), classifica-se de três maneiras: camelôs que trabalham em movimento são denominados de ambulantes; os que trabalham em barracas, sendo estas legalizadas ou não, denominados de fixos; e, finalmente, os camelôs nômades que possuem pontos fixos, porém em locais não permitidos por lei.

O terceiro agente territorial que compõe o complexo são os agentes da prostituição, em sua maioria mulheres, que se utilizam deste meio como forma de arrecadação de dinheiro para manter o vício nas drogas, fazendo deste um mercado que chama atenção de um significativo número de pessoas.

Por fim, os agentes do tráfico que estabelecem uma organização hierárquica dentro desta atividade ilícita e uma reorganização territorial por parte dos demais agentes da feira. Apesar de este arranjo hierárquico ter proporções inimagináveis, os agentes mais visíveis na feira são os *aviões*, que são responsáveis pela distribuição e venda dos entorpecentes, e os usuários, que, na maioria das vezes, fazem do complexo sua morada.

Os agentes do tráfico são responsáveis pela apropriação do espaço para a (re)produção do comércio ilícito das drogas, onde ocorre a criação de novos territórios com leis próprias provenientes do exercício de poder desempenhado pelos traficantes, desencadeando lutas no/pelo território, transformando-o em um campo de batalha, submetido ao medo e à violência, modificando esses espaços com impactos e transformações complexas, uma

vez que a venda de drogas ocorre geralmente em lugares estratégicos, com infraestrutura precária, elevados índices de desigualdade social e a negligência por parte do Estado.

Conforme esse contexto, compreende-se que o desenvolvimento dos circuitos, juntamente com processos e fenômenos espaciais, proporciona uma estrutura organizacional nas cidades, gerando práticas sociais que regem um conjunto de ações que se dinamizam no espaço. Estas ações influenciam na atuação dos agentes territoriais, determinando suas dinâmicas de (re)produção socioespacial.

Diante desse processo de desenvolvimento, Duarte, Siqueira, Duarte (2018) esclarecem que, ao tentar compreender as cidades, é possível se deparar com um amplo universo composto por um envolvimento de processos dinamizadores de vários fenômenos, ao passo que aqueles se inserem e se entrelaçam com as relações sociais.

As cidades contemporâneas têm se comportado como palco de diversos fenômenos sociais que regem o desenvolvimento do espaço, o comportamento dos agentes territoriais e as relações crescidas por tais atores. Este palco está suscetível a uma trama que engloba desde a modernização à marginalização social, passando por contradições, pobreza extrema, exclusão, conflitos, além da geração de novos fenômenos sociais, como a violência e a criminalidade, os quais são resultados da inter-relação dos processos e fenômenos sociais já existentes.

A cidade, desse modo, toma forma por meio de seu processo de transformação, considerando diversos aspectos sociais, pois é por meio das “transformações sofridas pelas cidades que as relações sociais se tornam mais complexas, multiplicando-se e se intensificando através das próprias contradições urbanas” (Duarte; Siqueira; Duarte, 2018, p. 75-76).

O Complexo da Feira da Ceasa em Castanhal, enquanto uma área de diversidade tanto em seu comércio quanto em suas redes de relações, (re)produz-se diante de contradições espaciais, comuns em qualquer área com relações complexas. A Ceasa, desde a sua criação, desenvolveu diversas territorialidades, possuindo maior visibilidade para os agentes do tráfico de drogas, os quais são responsáveis pela disseminação de uma rede de criminalidade. Estes agentes territoriais condicionam nesta área um elevado grau de vulnerabilidade social, mas também são responsáveis por uma movimentação significativa no setor econômico do complexo. Logo, estes atores ganham espaço para a prática de suas atividades ilícitas, tornando-se detentores de controle, transcendendo o domínio sob os agentes do tráfico e tornando-se cada vez mais forte o domínio sobre todo o complexo.

A criminalidade e a violência no Complexo da Feira da Ceasa, segundo relatos dos próprios feirantes, são fenômenos que sempre existiram nesta

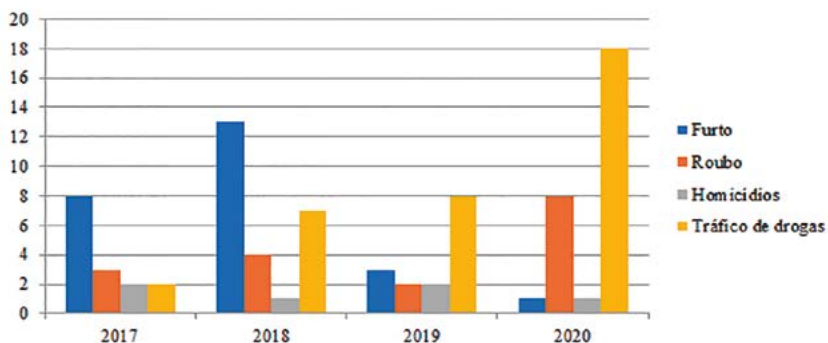
área. Entretanto, nos últimos anos foram intensificados, condicionados por fatores como o abandono por parte de órgãos públicos, no que diz respeito à questão de infraestrutura do complexo, e também o abandono por parte dos próprios comerciantes em relação aos seus boxes.

Este abandono foi imprescindível para transformar o complexo em uma área propícia para a comercialização e consumo de entorpecentes, gerando transtornos aos feirantes, à população transitória e aos demais comerciantes, uma vez que essa atividade ilícita é geradora de medo, violência, conflitos e também condicionante de uma rede de criminalidade que varia de crimes antecedentes, como venda de mercadorias roubadas, a crimes mais violentos, como assassinatos e homicídios.

Outro fator responsável pela condição atual da Ceasa foi a inserção do Comando Vermelho – CV, entre os anos 2016-2017, um período de transição dentro do complexo, de vez que o CV instaurou leis e regras que devem ser seguidas à risca pelos agentes do tráfico e demais criminosos que se encontram dentro do complexo.

Com isso, houve uma queda nos índices de crimes violentos, como homicídios e de crimes antecedentes, como o caso da venda de mercadorias roubadas dentro do complexo, dando espaço para um crescimento acentuado do tráfico de drogas, organizado e comandado pelo CV, mas não deixando de ser uma área de insegurança, visto que é controlada pelo tráfico (gráfico 1).

Gráfico 1 – Castanhal/PA. Incidência de crimes no Complexo da Feira da Ceasa. 2017 a 2020



Fonte: SIAC/SEGUP (2017-2020), elaborado pela autora, 2021.

Com base na análise do gráfico 1, observam-se os índices de crimes do ano de 2017 a 2020, com destaque para o tráfico de drogas, que se torna uma das principais atividades econômicas do complexo. Segundo Soares e Andrade (2012), as organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas se dinamizam e operam em constante conflito do ponto de vista do poder e do território, sendo, dessa maneira, geradoras de conflitos internos e externos

que influenciam no cotidiano do espaço do qual se apropriaram, como é o caso do Complexo da Feira da Ceasa como um todo.

Soares e Andrade (2012) fazem a utilização do trinômio tráfico de drogas/território/poder para analisar e explicar essa geração de conflitos que se materializa dentro de um determinado espaço, uma vez que o trinômio se interliga enquanto um todo no espaço, gerando uma rede própria de informações. Além de dados, esse trinômio também é responsável pela geração de novos comércios, como é o caso da prostituição, que visualiza o corpo como mercadoria, sendo um agente territorial que compõe o complexo.

Mediante os processos disseminados pelos agentes e a dinâmica no complexo da feira da Ceasa, pondera-se que este território se (re)produz de maneira única, com singularidades e peculiaridades de uma área dominada pelo comércio ilícito.

Suas características intensificam-se e tornam-se mais nítidas diante das redes e dinâmicas sociais que envolvem todos os agentes territoriais. Estes se organizam perante manifestações do exercício de poder oriundas da atividade ilícita da venda de entorpecentes. Materializa-se, desse modo, interesses divergentes com fins específicos de utilização do território, com o território do complexo passando a ter um novo arranjo econômico e organizacional, um arranjo ilícito que visa realizar ações para territorializar práticas que possam garantir a permanência da atividade no território.

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume apenas a uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação (Raffestin, 1993, p. 58).

É esse o caso da reorganização social instaurada no Complexo da Feira da Ceasa por meio do comércio ilícito de entorpecente, que influencia na geração de demais crimes, fazendo com que o poder dos agentes deste comércio dite regras como, por exemplo, o horário de funcionamento de alguns pavilhões específicos do complexo.

Dessa forma, a composição destes agentes em todo o complexo cria um arranjo organizacional distinto, sendo, em sua maioria, controlado pelo poder do tráfico, com o objetivo de manter o controle, ordem e o domínio deste território, fazendo com que os demais agentes sejam submissos aos seus comandos mesmo que de forma indireta.

Considerações finais

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível compreender as dinâmicas utilizadas para os processos de produção e reprodução do espaço

urbano que se dão através das relações de seus agentes territoriais, produzindo fenômenos e conflitos que interferem nas configurações socioespaciais e econômicas do espaço que estão inseridas.

Observa-se que o Complexo da Feira da Ceasa se constitui de diversos agentes territoriais que são responsáveis pelo desenvolvimento econômico. No entanto, vale lembrar que parte desse desenvolvimento se dá com base em atividades ilícitas. O tráfico de drogas age na Ceasa como força estruturante capaz de estabelecer leis e regras de um circuito ilegal por meio de uma facção criminosa, o CV.

O fenômeno da criminalidade, juntamente com o tráfico de drogas, atua como condicionante para o exercício de poder pela facção dentro do território, que se torna uma área de tensão baseada na força e na violência. Como resultado, têm-se os elevados números de crimes violentos, muitos deles por parte da própria facção com o intuito de disciplinar traficantes, usuários e criminosos que não seguem as regras e leis estabelecidas no Complexo, além de grande impacto na atividade de comerciantes e feirantes, por afastar clientes que sentem receio ao circular nesta área devido à criminalidade.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa sabe-se que a violência e a criminalidade fazem parte da realidade do Complexo da Feira da Ceasa. Tal área está cada dia mais suscetível ao aumento de atividade ilícita baseada no poder exercido por facções criminosas. A continuidade da investigação desta problemática é relevante, uma vez que ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, dado o fato de que as relações espaciais, territoriais e atividades ilegais sofrem constantes modificações.

Referências

ALVARENGA, D. P. D. **Crime e criminalidade**: distinção. 2004. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/1954> . Acesso em: 08 mar. 2021.

BEZERRA, A. C. A pirataria de mídias no centro do Rio de Janeiro. *In*.: MISSE, M.; ADORNO, S. (Org.) **Mercados ilegais, violência e criminalização**. São Paulo: Alameda, 2018.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2018.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 186-204. 2014. Disponível em: <https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/Edital%202015/TEXTO%202.pdf> . Acesso em: 30 dez. 2024.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: CHAGAS, C. A. N.; SILVA, M. P.; VIEIRA, D.C. M. (Org.). **Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública**. Belém: GAPTA/UFGA, 2018.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, M. R.; SANTOS, D. M. Feiras livres: Dinâmicas espaciais e relações de consumo. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial (3), Fev., 2016, p. 653-665. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/512> . Acesso em: 08 mar. 2021.

DUARTE, G. C.; SIQUEIRA, M. P. S.; DUARTE, M. P. L. Cidades contemporâneas e suas transformações. UFES – Programa de Pós-Graduação em História, **Dimensões**, v. 40, jan.-jun. 2018, p. 65-86. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/20444> . Acesso em: 10 fev. 2021.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar sobre a violência urbana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 18, pp. 155 - 168, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979> . Acesso em: 10 fev. 2021.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

PROCÓPIO FILHO, A.; VAZ, A. C. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional** 40 (1), junho 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100004> . Acesso em: 13 mar. 2021.

QUEIROZ, T. A. N.; AZEVEDO, F. F. Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmicas das feiras livres em Natal-RN. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n° 1, jan./jun., 2012 p. 115 – 133. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3467/2780> . Acesso em: 23 mar. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 42 (2), dezembro, 1999. Disponível em: <https://www.scie->

lo.br/j/rbpi/a/NKWcy3jTMdydYHs4TKKFVmv/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 26 mar. 2021.

SANTOS, M. **Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2018.

SOARES, C. J. A.; ANDRADE, C. S. P. **Poder e território na geografia**: estudo do tráfico de drogas em Teresina-PI. Projeto de pesquisa (Mestrado em geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SOUSA, J. A. **Territórios do tráfico de drogas em Cajazeiras-PB**: características, organização e conflitos. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeira-PB, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/6623> . Acesso em: 26 mar. 2021.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STEIMAN, R.; **Mapa da Droga**. Monografia (Bacharel em geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, G. C. S.; CHAGAS, C. A. N. Geografia do crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia – Castanhal – PA. *In*: CHAGAS, C. A. N.; SILVA, M. P.; VIEIRA, D.C. M. (Org.). **Geografia da violência**: produção do espaço, território e segurança pública. Belém: GAP-TA/UFGA, 2018.

A light gray map of the state of Mato Grosso do Sul serves as the background. The state's outline is clearly visible, and its internal municipal boundaries are faintly shown. In the lower portion of the map, there is a detailed, textured illustration of a mountain range, likely representing the Serra da Bodoquena, which is a significant geographical feature of the state.

**Parte II: Políticas públicas, violência/
criminalidade e interfaces territoriais na
Região de Integração do Guajará**

CAPÍTULO 4 - CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ NO BAIRRO DO GUAMÁ, BELÉM/PA

Erickson Batista da Costa
Carlos Jorge Nogueira de Castro

Introdução

O presente capítulo decorre do projeto de pesquisa “Territórios pela Paz: diagnóstico socioeconômico, infraestrutura e indicadores de violência”, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM, financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa – FAPESPA, cujo objetivo foi estudar as consequências do Programa TerPaz, em termos sociais, nos bairros abrangidos, a saber: Icuí (Ananindeua), Nova União (Marituba) e Terra Firme, Cabanagem, Benguí, Jurunas e Guamá (Belém). Este último é o foco dos resultados aqui apresentados.

Ao considerar a análise de Souza (2008), depreende-se que a criminalidade violenta é um problema global, o qual, dependendo da conjuntura, terá uma configuração específica, que também tem na cidade seu palco principal. Nesse sentido, o homicídio, considerado por muitos autores como a forma extrema da violência, é relevante para o entendimento das dinâmicas do crime e da violência.

Observando o contexto atual do Brasil, nota-se que as cidades têm ocupado o centro das relações. Nessa perspectiva, é importante compreender o espaço urbano, uma vez que neste se desenvolvem processos intrínsecos à diferenciação espacial, que, em virtude da lógica da reprodução das relações de produção e das relações de poder, tem se configurado em desigualdades, materializando-se em forma de áreas precárias.

Em vista do estado do Pará ter registrado, ao longo da segunda década do século XXI, altos índices de homicídios, em junho de 2019 foi promulgado o programa Territórios Pela Paz, o qual, em um primeiro momento, contemplou, na Região Metropolitana de Belém, sete bairros, incluindo o Guamá.

Ademais, o termo “territórios”, empregado no título do então programa, traz a necessidade de compreensão de tal conceito, necessário para o entendimento das relações de poder no espaço.

Desse modo, tendo em conta que é notória a interferência da criminalidade no dia a dia das pessoas, principalmente em bairros periféricos das metrópoles do país, tem-se a seguinte problemática: como o crime e a violência afetam a dinâmica do bairro do Guamá e quais as consequências geradas pelo Programa Territórios Pela Paz na promoção da justiça social?

No intuito de nortear a investigação, foi traçado um objetivo geral: compreender o crime e a violência no bairro do Guamá e avaliar o Programa Territórios pela Paz em relação à promoção da segurança pública e da justiça social. Para alcançar esse objetivo, buscou-se entender a formação do Guamá tanto historicamente como geograficamente; interpretar o crime e a violência tendo em vista o conceito de território e, por fim, avaliar os resultados do programa Territórios pela Paz para a segurança pública e para a justiça social.

A pesquisa justificou-se pelo fato da problemática colocada em pauta dizer respeito a não só milhões de brasileiros, mas também a milhões de pessoas no mundo. Isso porque o crime e a violência afetam direta e indiretamente todos os indivíduos, de vez que famílias têm suas vidas mudadas, seja por um parente vítima de assassinato, ou um familiar que entrou para o mundo do crime, assim como também o cotidiano sofre mudanças: casas gradeadas, restrição de sair em “horários impróprios”, medo, etc.

Além disso, pesquisar como tem se dado o Programa Territórios pela Paz e seus efeitos tem relevância social, pois tal estudo oferece subsídios analíticos para avaliar os pontos positivos e negativos da política pública implantada. Assim, também oportuniza aos gestores, de diversas áreas, melhorias e aperfeiçoamentos na gestão e implantação de políticas de segurança pública.

Com relação aos processos metodológicos empregados na presente pesquisa, fez-se, em um primeiro momento, um levantamento bibliográfico de obras que servem de base e que sustentam teoricamente os pontos defendidos, como a literatura que diz respeito ao espaço urbano, constituição do bairro do Guamá, crime, violência, segurança pública etc. Ademais, buscou-se documentos que tratam do Programa TerPaz.

Em um segundo momento, foi feito o levantamento de dados primários por meio do trabalho de campo, o qual consistiu não só na observação, como também na aplicação de entrevistas semiestruturadas. Além disso, obteve-se dados secundários através da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) e Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP-PA). A partir desses dados, tanto os primários como os secundários, foram gerados dois gráficos e uma tabela. Foi necessário também a produção

Dessa maneira, as diferentes formas de uso da terra articuladas refletem a sociedade, isto é, a conformação de bairros de classe média e de bairros populares, por exemplo, revela uma estrutura social em classes. Já algumas formas espaciais, como o centro e a periferia, propiciarão a reprodução das relações de produção capitalista, o que se mostra como um condicionante social (Corrêa, 1989).

Ademais, em conformidade com Corrêa (1989), o espaço urbano é local de reprodução e construção das crenças, costumes e saberes de vários grupos e das várias classes. Nesse sentido, tem-se uma dimensão simbólica e cultural da urbe. No entanto, esse espaço é marcado pelas desigualdades, sejam elas de acesso aos serviços, à moradia ou mesmo à participação na tomada de decisões. Isso cria um cenário de lutas pelo direito à cidadania e de viver a cidade de forma plena, principalmente pelas classes excluídas ou incluídas de maneira precária.

Ainda conforme Corrêa (1989), o espaço urbano é produzido por agentes, os quais são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. É por meio desses agentes que se dão os processos, como a centralização, a descentralização, a segregação (diferenciação), a inércia, entre outros, os quais culminam em formas espaciais, como a área central, os subcentros, as áreas cristalizadas etc.

Segundo Dias Júnior (2009), os registros mais antigos referentes à ocupação do bairro do Guamá datam do século XVIII, quando Theodoro Soares Pereira recebeu uma carta de doação de sesmaria do rei de Portugal, em 1728. Registros históricos indicam que em 1746 foi fundada a fazenda Tucunduba, a qual foi adquirida, no ano de 1755, por padres mercedários. Posteriormente, em 1783, a então fazenda dá lugar a uma olaria em função de abastecer a cidade de Belém com telhas e tijolos. Tal terreno foi repassado à Santa Casa de Misericórdia, a qual inaugurou, em 1816, a Colônia de Hansenianos, que também era conhecida como Asilo do Tucunduba, Hospício dos Lázaros, Leprosário Tucunduba etc.

[...] as autoridades da época argumentavam que tal doença [hanseníase] era contagiosa. As pessoas eram arrancadas de suas casas e levadas à colônia, o que levou muitos dos parentes de pessoas infectadas a morar próximo desse lugar. Mais tarde, outros espaços públicos foram construídos ali, incentivando mais ainda o crescimento da população e, por conseguinte, do bairro (Lobato; Ravena-Cañete, 2015, p. 249).

Tal como mencionado, o bairro do Guamá deve, em parte, sua formação aos empreendimentos públicos que ali se deram. Nesse sentido, além da colônia de hansenianos, o bairro contou com outros centros de saúde, como os hospitais Domingos Freire, São Sebastião, São Roque e Oswaldo Cruz, os

quais posteriormente dariam lugar a outro centro de saúde, o Sanatório de Belém, atual Hospital Universitário João de Barros Barreto.

Além do mais, em 1873, foi fundado o cemitério Santa Izabel, a fim de suprir a necessidade da capital paraense em relação aos sepultamentos, visto que, na metade do século XIX houve o surto de várias doenças contagiosas. Além do referido cemitério, foi fundado também, no ano de 1886, o cemitério da Ordem Terceira de São Francisco. Tal afirmação pode ser vista no trecho a seguir:

Outro ponto de identificação do bairro do Guamá no imaginário da cidade de Belém é o de ser espaço reservado às necrópoles. Na segunda metade do século XIX, os surtos de febre amarela e varíola, somados a insalubridade existente, provocaram uma retração demográfica na cidade obrigando as autoridades a construir cemitérios em Belém, como forma de atenuar os perigos de contaminação da população através dos miasmas (Dias Júnior, 2009, p. 52).

No final do século XIX e começo do século XX, deu-se o ciclo da borracha na Amazônia e Belém firmou-se como a capital da borracha. Nesse sentido, levando em consideração o que é dito em Dias Júnior (2011), a cidade teve um crescimento tanto econômico como também cultural e demográfico, visto que, de um pouco mais de 60 mil habitantes em 1872, passou a ter mais de 200 mil em 1920, além de ter também conhecido na época a construção de vários empreendimentos, como teatros, cafés, praças e outros.

Tal crescimento proporcionou um grande fluxo de migrantes para Belém em busca de melhorias de vida. Dessa forma, segundo Dias Júnior (2009), o bairro do Guamá sofreu, durante o início do século XX, uma ocupação decorrida dos fluxos migratórios, de vez que o bairro do Guamá é vizinho do bairro de São Brás, o qual era ponto de entrada e saída da cidade, proporcionando a fixação dos imigrantes nas localidades do Guamá pelo fato de ser este um bairro onde o pedaço de terra era barato e ficava próximo ao centro cultural e econômico da cidade. Outra forma de ocupação foi às margens do rio Guamá, a partir de pessoas vindas deste mesmo rio, do rio Acará e do Baixo Tocantins, que aos poucos foram se embrenhando mata adentro.

Trindade Júnior (1998) diz que a urbanização da Amazônia se dá em face do conjunto regional. Desse modo, as drogas do sertão, a atividade gomífera e as atividades agrícolas têm nos rios o principal meio de transporte, o que proporcionou a Belém um protagonismo em vista de suas vantagens locais e estratégicas. No decorrer do tempo, essas atividades sofreram declínio e se vê uma migração no sentido rural-urbano, além de uma nova lógica de transporte, a rodoviária, bem-vista na implantação da rodovia Belém-Brasília, no intuito de integrar a região amazônica ao centro-sul. Nesse contexto de êxodo rural, integração e desenvolvimento

da Amazônia, Belém terá fortemente, na produção de seu espaço urbano, as ações dos seguintes agentes: camadas populares, Estado, empresas privadas e mercado imobiliário.

Segundo Trindade Júnior (1998), o crescimento metropolitano de Belém deu-se em um determinado momento confinado e num outro disperso. Dessa maneira, até a década de 1950, no que concerne ao espaço metropolitano de Belém, não se via a procura de ocupação das baixadas, havendo, assim, um adensamento nas áreas de cotas mais elevadas. Contudo, a expansão horizontal do tecido urbano belenense ficou restrito aos limites impostos pelo chamado cinturão institucional, isto é, vastas áreas institucionais, as quais foram constituídas na década de 1940.

Ocupados os terrenos mais altos, procurou-se ocupar os centros dos bairros e também as baixadas, uma vez que essas áreas de terrenos mais baixos se localizavam na zona central do espaço urbano construído. Posteriormente à ocupação da parte central da cidade, inscrita na primeira légua patrimonial, dá-se o crescimento disperso a partir dos anos 1970, quando há a extrapolação da malha urbana para além das áreas institucionais.

Considerando os estudos de Trindade Júnior (1998), nessa conjuntura de Belém, o Guamá configurou-se como um espaço de baixada, o qual se encontrou nos limites da primeira légua patrimonial, ou seja, fez parte da área inscrita no chamado cinturão institucional.

Nessa ótica, as porções baixas da cidade, despidas muitas vezes de serviços básicos, foram sendo ocupadas pelas camadas populares que, por meio de lutas, conseguiram certa infraestrutura, proporcionando alguma valorização. Mais tarde, em vista da saturação da ocupação em terrenos altos, há a cobiça, do mercado imobiliário e de uns possíveis donos das terras baixas, das então áreas de baixadas, o que gerou conflitos entre tais atores envolvidos.

Essa questão da terra se deve a um passado remoto, em que a propriedade da terra se dava por doações.

A enfiteuse foi, então, o instituto jurídico que regulamentou as alienações das terras doadas à municipalidade pela coroa, que, por sua vez, foram sendo concedidas a civis, militares e instituições diversas, a exemplo do que aconteceu nas baixadas [...]. Ao receber o domínio direto, a municipalidade adquiria também a propriedade da terra, devendo administrá-la e fazer cultivá-la por si ou por seus foreiros (Trindade Júnior, 1998, p. 110).

Foreiros são pessoas a quem a municipalidade cedeu o direito de fazer uso de determinado pedaço de chão, mas não o direito à propriedade. Todavia, com a valorização das baixadas situadas nas áreas mais centrais do espaço urbano construído, esses foreiros buscaram reivindicar, na justiça, o direito

de posse, visto que muitos dos terrenos sofreram ocupações da população de menor poder aquisitivo. Isso gerou muitos conflitos, nos quais nem sempre a justiça pesava para os ocupantes.

De acordo com o que é dito na obra de Dias Júnior (2011), nos anos 1920, a economia da borracha entra em decadência em virtude da concorrência, em grande parte, da produção de látex da Malásia. Em decorrência disso, Belém sofreu um declínio econômico, cultural e demográfico, voltando a crescer novamente a partir dos anos de 1950, tendo em vista os projetos federais para o desenvolvimento da Amazônia, como a rodovia Belém-Brasília.

Dias Júnior (2011) pondera ainda que os projetos para o desenvolvimento da região resultaram em outra onda de migração de pessoas vindas, em grande parte, do interior do Pará, alojando-se nas partes periféricas. O autor acrescenta que esses projetos trouxeram impacto tanto econômico como social, no sentido de que houve um crescimento urbano desordenado e sem infraestrutura capaz de suprir as necessidades de tal contingente, principalmente nos bairros ditos periféricos, trazendo à tona os vários tipos de violência, seja a pobreza, a miséria etc.

Nessa lógica, sendo o Guamá um bairro tipicamente periférico, ele sentiu todas essas mudanças ocorridas. Prova disto é o arruamento desordenado visto hoje, mostrando que houve uma ocupação espontânea e sem planejamento.

Ainda de acordo com Dias Júnior (2009), na década de 1960, o Guamá teve sua organização espacial modificada em virtude da criação do Núcleo Pioneiro Universitário do Pará, pelo decreto federal número 4.283, de 18 de novembro de 1963, cuja função era unir, em um só lugar, os vários cursos de graduação. Dessa forma, o autor disserta que tal centro de ensino proporcionou o emprego de certa infraestrutura para o bairro, como serviço de transporte, postos de combustíveis, agências bancárias e outros, o que provocou também a valorização de algumas áreas.

Ainda em concordância com o que diz Dias Júnior (2009), há uma dicotomia visível entre a realidade do mundo universitário e a do bairro, o que gerou na década de 1980, por parte da Universidade Federal do Pará – UFPA, ações sociais e de cidadania, a fim de atenuar os contrastes existentes entre eles. Dessa forma, as mudanças ocorridas com a construção do então centro de ensino e pesquisa não foram suficientes para resolver as muitas mazelas sociais vividas pela população guamaense.

Território, criminalidade e violência

O espaço é anterior ao território, seria assim como um dado *a priori*. Esse espaço, construído por meio do trabalho humano, onde são estabele-

cidas infinitas relações, quando apropriado e comunicado por meio de um sistema sêmico, torna-se um território. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 144) diz: “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Assim, o território seria o espaço delimitado pelo ser humano em que são refletidas as relações de poder.

Para Raffestin (1993), poder não é uma coisa, ele se estabelece nas relações humanas. Nesse sentido, está intimamente ligado à manipulação de fluxos de energia e informação, isto é, em todas as trocas sociais há sempre um dispêndio de energia atrelado à uma informação, a exemplo da troca verbal. Ademais, o autor afirma que o poder está enraizado no trabalho, uma vez que é a partir deste que o ser humano passa a transformar a natureza e assim desenvolver múltiplas relações.

Como se pode notar, o poder está presente em cada parte do meio social, tentar confiná-lo em um conceito é um esforço muito complexo, por isso Raffestin, ao citar Foucault, busca não necessariamente precisá-lo, mas sim busca um entendimento de sua natureza, e diz que,

Se retomarmos as preposições de Foucault, observamos que o trabalho, na qualidade de poder original, é exercido a partir de pontos inumeráveis. É certo também que as relações de poder, aquelas mesmas derivadas do trabalho, são imanentes às outras relações [...]. É ainda aceitável a ideia de que o poder vem de baixo, se ele está no trabalho. Também é verdade que a relação de poder é intencional e não subjetiva, uma vez que a transformação pelo trabalho não se concebe sem uma intencionalidade e que a não-subjetividade é evidente, pois o trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo dá significado ao sujeito. Enfim, é admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação (Raffestin, 1993, p. 56).

Assim, o poder não se adquire, não é algo que pode ser acumulado e guardado, mas ele provém de inumeráveis pontos. O poder é intrínseco a cada relação, seja ela econômica, cultural ou social. Ele vem de baixo, ou seja, uma pessoa não o detém, mas é investida dele a partir da vontade e consentimento de outros. Toda relação expressa intencionalidades que buscam determinado fim. Ademais, as relações humanas são marcadas, em sua maioria, pela assimetria das forças.

Outro ponto abordado por Raffestin (1993) é a diferença entre o “Poder” com P maiúsculo e o “poder” com p minúsculo. O primeiro diz respeito aos “aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos” (Raffestin, 1993, p. 52). Exemplo deste Poder é o próprio Estado. O segundo é entendido como aquele que se estabelece na multiplicidade das relações humanas.

A importância dessa diferenciação é o fato de não se limitar a ver o Poder centralizado na figura do Estado, de vez que tal confusão leva a uma leitura errada da realidade e mesmo da própria essência do que é o poder. Isto porque o poder não se restringe aos domínios de um governo, mas se inscreve nas diversas trocas sociais.

Arendt (1985) desenvolve, no século XX, uma discussão a respeito do que seria o poder e a violência, fazendo um esforço de diferenciá-los, visto que tais termos não raramente são usados com certa falta de rigor conceitual. Assim, esses conceitos podem ser vistos e entendidos como extremidades opostas, ou seja, onde há maior concentração de poder menor será a violência e vice-versa.

Dessa maneira, “o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (Arendt, 1985, p. 24). Nesse sentido, o poder emana de um grupo a um indivíduo a quem o é investido. Já a violência tem caráter instrumental, que se dá através do uso de instrumentos para dominar ou influenciar.

Segundo Souza (1995, p. 78), o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, em que o cerne da questão se encontra na seguinte problemática: “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço” (Souza, 1995, p. 79)? Desse modo, cabe buscar identificar os atores presentes no campo de força das relações sociais.

Disposto dessa conceituação, compreende-se que território vai muito além da noção do território-nação, ele está presente em várias escalas, desde a relação em um lar – onde um pai restringe o acesso das crianças a determinado local – a relações de conflitos entre Estados nacionais. Ademais, para Souza (1995), há territórios móveis, cíclicos, território-rede etc., em que as definições anteriores, as quais concebiam o território intimamente ligado a um substrato, não dão conta de explicar a complexidade das muitas formas de territorialidades.

Chagas (2014), ao citar Raffestin (1993), discorre sobre a não ausência de poder. Nesse sentido, explica que, se o Estado não se faz presente, outros atores podem se territorializar. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social é um fator, dentre muitos outros, que permite a certas atividades criminosas se instalarem em determinados locais.

Em se tratando de atividades criminosas, é preciso entender a diferença entre crime e criminalidade. Baltazar, Stocki e Kafrouni (2011) tecem uma discussão sobre o que é o crime e a criminalidade. O primeiro seria a ação individual de uma pessoa que busca infringir as regras e normas estabelecidas

socialmente. Já a criminalidade decorre de um contexto social em que um indivíduo é levado a cometer delitos, a exemplo da falta de emprego, insegurança alimentar, desigualdade social etc.

Em virtude de todo um processo histórico e geográfico da conformação do bairro do Guamá e também da produção do espaço urbano segundo as lógicas do capitalismo, pode-se entender que o Guamá se configura em diferentes áreas – comercial e de serviço, portuária, residências de grupos de média renda e residências populares. Essa configuração pode ser lida e vista através do mapa de cotas altimétrica (figura 2).

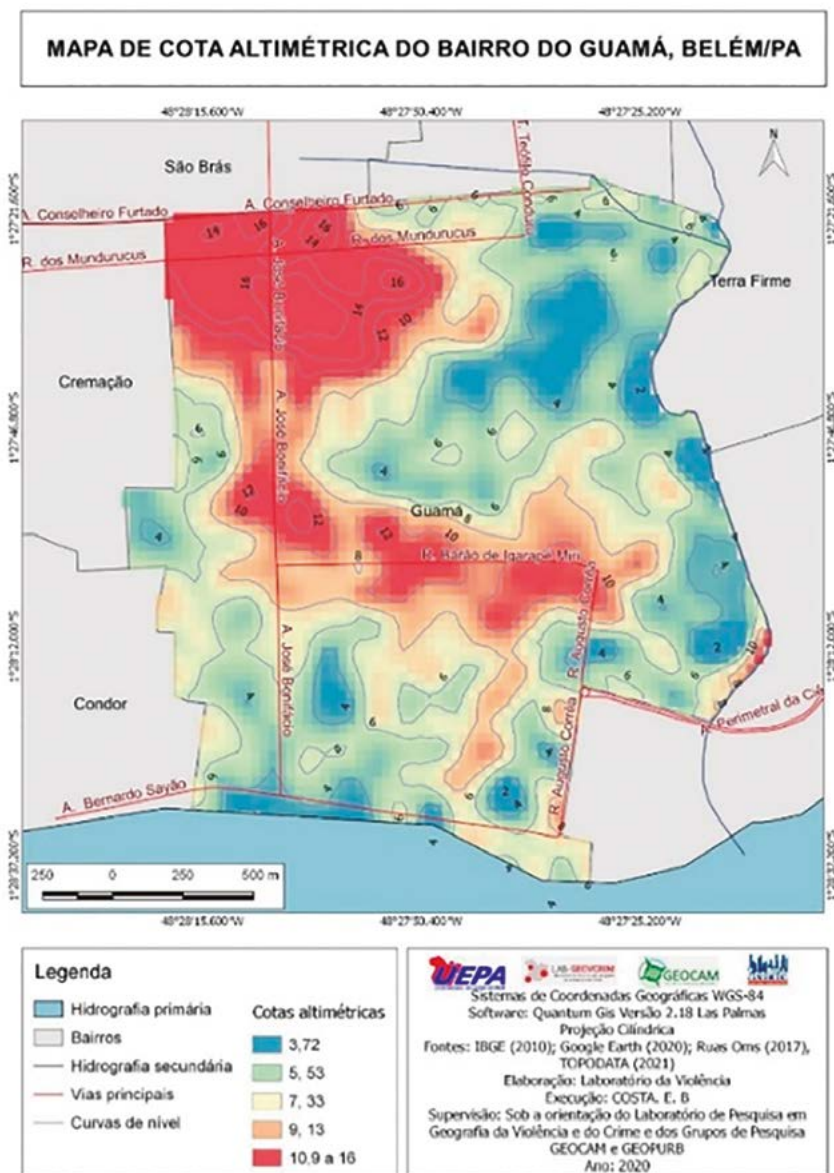
Ao se fazer o esforço de entender a ocupação de um determinado local, conhecer o terreno deste é essencial para compreender as formas pelas quais a sociedade se apropriou e se apropria dele. Nesse sentido, o Guamá, por ser um bairro próximo ao núcleo central de Belém, ser margeado pelo rio Guamá e estar ao lado de São Brás, que há algumas décadas atrás se configurava como o principal ponto de entrada e saída da cidade, foi densamente povoado. Entretanto, ao considerar os estudos de Trindade Júnior (1998) e Dias Júnior (2009), compreende-se que, num primeiro momento, o Guamá foi ocupado pelos grupos de menor poder aquisitivo, visto que o bairro, em sua maioria, é área de baixada, consequentemente, o valor do pedaço de terra era menor.

Dessa forma, com a expansão do tecido urbano, os locais de maior cota altimétrica foram sendo valorizados e passaram a ser reservados à produção imobiliária, aos eixos de comércio e serviços e a áreas residenciais de médio a alto padrão. Assim, ao levar em conta a figura 2, em que o tom vermelho indica as partes mais altas e as cores tendendo para o azul indicam as partes mais baixas, compreende-se que os terrenos de maior cota altimétrica servem aos interesses do capital e os terrenos mais inadequados para moradia são relegados às pessoas mais carentes.

É bem sabido que o processo de urbanização brasileira se deu de forma acelerada e desordenada, isto é, as cidades foram crescendo rapidamente tanto demograficamente como em área, o que não permitiu um planejamento do espaço, no sentido de possibilitar que as várias partes da cidade pudessem ser integradas adequadamente e possuir os serviços necessários à sua população.

Nessa conjuntura, Belém não foge à regra, visto que no seu crescimento horizontal observam-se muitas áreas precárias em relação aos equipamentos urbanos, ao acesso a bens e serviços. Nesse sentido, o Guamá teve uma ocupação espontânea não acompanhada de infraestrutura adequada para atender à comunidade guamaense. Isso pode ser visto no formato do arruamento do bairro e na distribuição de instituições dos serviços prestados pelo Estado, visto que as ruas não obedecem a uma lógica de paralelismo e ordenação e os serviços ficam concentrados em certas partes.

Figura 2 – Belém/PA. Mapa de cota Altimétrica do Guamá. 2020



Fonte: TOPODATA (2020); elaborado própria.

Nessa conjuntura de espaços precários, ineficiência dos serviços prestados pelo Estado e vulnerabilidade social, a ação do crime, seja do tráfico

de drogas ou episódios de furto, encontra lugar para agir e se territorializar. Nesse contexto, surge outros atores, como a segurança privada e as milícias. Assim, convém citar a fala de uma moradora do bairro:

Grande parte, o grande índice de...queira ou não queira, tem organizações ainda aqui, tanto da questão de traficantes, milícias...a gente sabe que tem, mas a gente não sabe quem são, onde estão, entendeu? Então isso tem ocasionado também muito a questão de droga, uso de drogas. Os meninos são usados pra tá levando e trazendo drogas. Ou se metem com o crime e não conseguem...fazem dívida e não conseguem pagar, ficam devendo. Ou também até por serem...tipo assaltantes e então ficam marcados...e é a nossa juventude mais jovem, infelizmente, que passa por essa situação (Silva, 2022, informação verbal).

Desse modo, Chagas (2014) e Santana (2016) explicam como ocorre a territorialização do narcotráfico e da violência nas periferias, que pode ser sintetizada da seguinte forma: num primeiro momento, há a solidificação de um mercado interno de entorpecentes, ou seja, a distribuição de drogas ilícitas mais leves e que levam os usuários a cometerem pequenos delitos em virtude de manter o uso de substâncias narcóticas. A necessidade do uso contínuo dos entorpecentes leva muitos a cometerem crimes maiores como roubos e assaltos.

Continuando com o que dizem Chagas (2014) e Santana (2016), outro momento dessa dinâmica do tráfico de drogas é o acerto de contas entre o traficante e o devedor que se dá muitas vezes pela execução do último. A expansão desse mercado permite o choque e o confronto entre grupos diferentes, que rivalizam por suas áreas de influência. Ademais, a simples entrada da polícia nesses territórios sem planejamento e sem uma política que aja na prevenção dos crimes só tem a aumentar a violência marcada no cotidiano da população.

Em se tratando das milícias, Couto (2018) fala que estas, na metrópole de Belém, ganham certa particularidade, distanciando-se das construções e ideias de que elas são antagônicas ao narcotráfico. Para o referido autor, em Belém, elas se configuram como um grupo de policiais e ex-policiais, os quais se valem de seus treinamentos militares para ter vantagens.

Na metrópole de Belém, há uma associação das milícias ao narcotráfico, em que grupos milicianos estão sobrepostos sobre territórios do narcotráfico, aproveitando-se de vantagens econômicas da venda da droga. Dessa forma, pode-se defini-las enquanto narcomilícias. As narcomilícias surgem quando grupos armados de policiais e ex-policiais utilizam-se de táticas de treinamento e do corporativismo militar para obter vantagens, como: extorsão de traficantes e “aviãozinhos”, serviços prestados aos grandes traficantes ao executar sujeitos em débito ou em conflitos com o patrão

do tráfico, ou então, transporte e até mesmo distribuição de drogas a pequenos traficantes, obrigando-os a vendê-las sob a ameaça de morte, repassando o dinheiro da venda aos milicianos (Couto, 2018, p. 89).

Dessa maneira, as relações de poder entre os vários atores, que passa pelo tráfico de drogas, milícias, segurança privada, Estado e outros, são marcadas no cotidiano da população. Assim, o bairro ganha uma dinâmica em face à violência e ao crime, uma vez que o medo impõe restrições quanto aos horários de funcionamento dos estabelecimentos e do trânsito das pessoas. As residências ganham novos contornos, grades, muros e câmeras. Há o estabelecimento de leis e normas como a “lei do silêncio” e o “proibido roubar aqui”.

Programa Territórios pela Paz e segurança pública

Lira (2017), ao citar o relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes de 2012, no qual o Brasil é considerado como um dos países mais violentos do mundo e um dos quais apresenta uma taxa de homicídio elevada, discorre sobre alguns marcos históricos que incorreram nas formas de como a segurança pública e a criminalidade violenta serão tratadas. Nesse sentido, ele fala da Constituição de 1988, a qual traz em suas diretrizes, no artigo 144, a segurança pública tanto como dever do Estado quanto também de todos. Todavia, uma interpretação dúbia fez com que tal texto da carta magna compreendesse a segurança como caso de polícia, perdurando isso por um longo período.

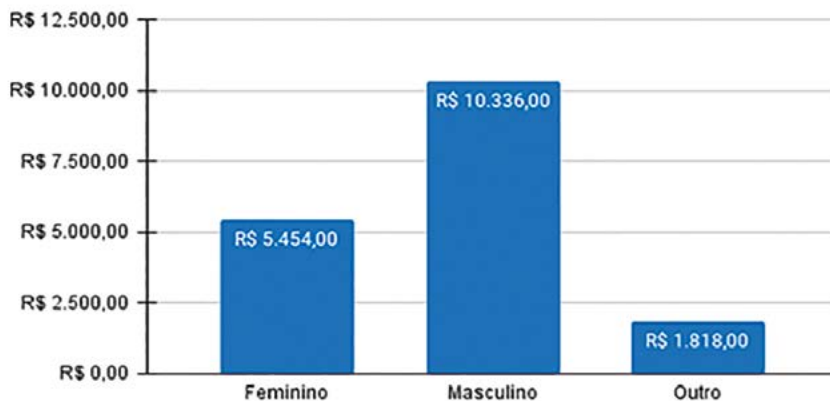
Assim, em meados da década de 1990, a elevação da taxa de homicídios fez com que a população cobrasse uma resposta das autoridades competentes, sejam elas do nível local ou nacional. Desta maneira, observa-se, em 1997, a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e, em 2001, a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. Dessa forma, no início do novo século, XXI, veem-se perspectivas a um desenvolvimento de ações de gestão democrática e de política pública de segurança.

Nesse sentido, em 10 de junho de 2019 foi assinado, pelo governador do estado do Pará, o decreto N° 141, o qual permitiu a implantação do Programa Territórios Pela Paz (Pará, 2019). Este programa tem por objetivo trabalhar a segurança pública numa perspectiva democrática, integradora, cidadã e inclusiva, no intuito de combater e prevenir o crime e a violência nos territórios abrangidos pelo então programa. Em vista disso, o programa contempla vários projetos das múltiplas secretarias e órgãos do Estado, os quais objetivam o empoderamento das mulheres, diminuição da vulnerabilidade social de jovens e adolescentes e também levar serviços, cultura e cidadania aos moradores dos bairros inseridos na ação do governo.

Desse modo, são desenvolvidos variados trabalhos no sentido de proporcionar às populações dos bairros integrantes do TerPaz empregos, serviços, empreendedorismo, autonomia financeira, cidadania, empoderamento da mulher, cultura, lazer, moradia etc. Tais ações procuram abranger todos os indivíduos, entretanto, há alvos principais, como mulheres chefes de família, adolescentes e jovens.

No bairro do Guamá, foram realizadas 15 entrevistas, nas quais o público consultado possuía idade média de 39,8 anos. Destes, 9 identificaram-se com o gênero feminino, 5 com o masculino e 1 com outro. Considerando a condição socioeconômica declarada, 3 entrevistadas declararam não possuir renda (gráfico 1).

Gráfico 1 – Bairro do Guamá/Belém/PA. Extrato de rendimento dos entrevistados por gênero. 2022

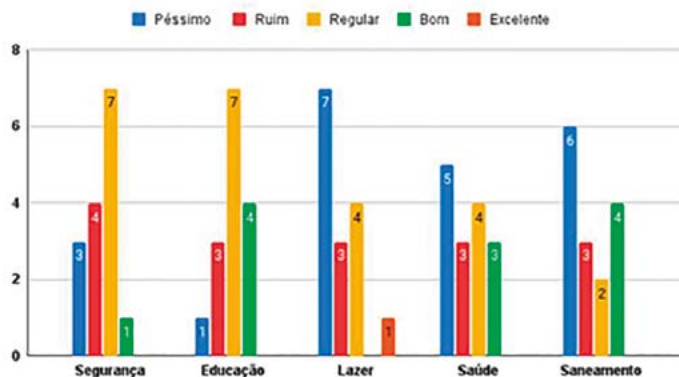


Fonte: Elaboração própria (2022).

Considerando o extrato de rendimento, é possível identificar a disparidade entre o gênero masculino em comparação ao feminino. Ainda que o gênero feminino possua maior quantitativo de entrevistados com rendimento declarado, o montante equivale a quase a metade do valor declarado pelo masculino.

Levando em conta o gráfico 2, que diz respeito à percepção dos entrevistados em relação a serviços básicos, três deles são considerados péssimos pela maioria – lazer, saúde e saneamento. Outros dois, educação e segurança, são considerados regulares. Nesse sentido, depreende-se que os serviços prestados pelo Estado possuem certa deficiência.

Gráfico 2 – Bairro do Guamá/Belém/PA. Indicadores das Condições Socioeconômicas segundo os entrevistados. 2022



Fonte: Elaboração própria (2022).

Nesse contexto, em que se nota a vulnerabilidade de determinados grupos, a ineficiência do atendimento das necessidades de serviços públicos elementares e a necessidade que o Estado vê de recuperar territórios que passaram a ser controlados por outros atores, o Programa Territórios Pela Paz desenvolve uma série de projetos que agem na prevenção da criminalidade, proporcionando melhores condições de vida à população e inclusão (figura 3).

Essas ações do programa em questão, num primeiro momento, foram realizadas em vários pontos estratégicos do bairro, como escolas e associações comunitárias. Entretanto, em janeiro de 2021 deu-se início aos trabalhos referentes à construção da Usina da Paz Guamá, a qual foi inaugurada no dia 12 de janeiro de 2023, ofertando infraestrutura adequada para o desenvolvimento de todos os projetos. Nessa usina são ofertados cursos, oficinas, esporte, lazer, cultura, serviços que vão desde emissão de documentos a consultas e atendimento odontológico. O empreendimento conta com quadra poliesportiva, piscina, salas para os vários tipos de projetos etc.

A partir da implantação do programa, em que o Estado faz o esforço de recuperar territórios que também passaram a ser controlados por outros agentes, desenvolveu-se a política de segurança pública não só no combate, mas também na prevenção. Desse modo, além de um maior efetivo policial e operações, buscou-se diminuir a vulnerabilidade social, dando oportunidade a jovens e adolescentes de fazer um curso, levar à população esporte, lazer e cultura, e incentivar o empoderamento feminino ao realizar oficinas e cursos com mães de famílias, dando o devido suporte, como a concessão de crédito para o investimento em pequenos negócios (figura 3).

Figura 3 – Bairro do Guamá/Belém/PA. Projetos desenvolvidos na UsiPaz Guamá. 2022



Fonte: Elaborado pelo Laboratório da Violência (2022).

Nesse sentido, tais ações tiveram efeitos positivos para a diminuição do crime e da violência no Guamá. Uma das formas de avaliar o programa é observando os números de homicídios antes e depois de sua implantação. Todavia, é necessário entender a morte nesses casos como “categoria política das relações de poder” (Couto, 2018, p. 90), ou seja, o narcotráfico ou as milícias usam da violência (sequestro, execução, ameaças etc.) de forma a manter suas áreas de influência e domínio, que está em constante choque com o poder do Estado. Assim, cumpre fazer uma breve análise da tabela 1⁷, a qual traz os números dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIS), que conta com as categorias de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

A maior parte das ocorrências foi de homicídios. Do total de casos de CVLIS, a maior parte deu-se em vias públicas e com uso de arma de fogo. No que diz respeito à idade das vítimas, cerca de 80% têm entre 18 e 34 anos. Sobre o sexo, aproximadamente 90% é masculino. Quanto à especificação dos crimes, a maioria foi classificada como característica de execução.

De 2012 a 2018, antes da implantação do Programa TerPaz, as médias anuais de CVLIS eram de 68,14. Em 2019, a começar do mês de outubro, com o funcionamento do Territórios Pela Paz no Guamá, o índice caiu para 49. De 2020 a 2021, a média foi de 29,5. Dessa forma, observa-se, nos dois anos efetivos do TerPaz, uma redução de mais de 50% nas ocorrências de homicídios.

⁷ A tabela 1 consta de dados recebidos no dia 27 de dezembro de 2021. Para efeito de análise, é considerado o quantitativo de CVLIS total de 2021 até a referida data de recebimento dos dados.

Tabela 1 - Bairro do Guamá/Belém/PA. Registros de Crimes Violentos Letais e Intencionais. 2012 a 2021

MESES	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
JANEIRO	6	9	11	9	4	10	5	11	0	3
FEVEREIRO	4	4	5	1	7	4	2	3	4	3
MARÇO	11	4	7	3	5	5	6	2	4	4
ABRIL	2	3	3	2	7	5	8	3	4	3
MAIO	7	6	3	4	7	10	10	17	5	4
JUNHO	4	10	3	5	5	2	7	0	2	3
JULHO	7	0	7	0	5	10	5	2	4	0
AGOSTO	6	3	2	5	6	4	5	3	2	3
SETEMBRO	6	7	5	10	8	3	10	3	1	3
OUTUBRO	5	4	5	5	14	9	5	1	1	2
NOVEMBRO	6	2	6	6	5	3	10	2	2	0
DEZEMBRO	5	10	7	10	8	2	1	2	2	*0
TOTAL	69	62	64	60	81	67	74	49	31	28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SIAC/SEGUP-PA (2021)

Desse modo, o Programa Territórios Pela Paz, ao trabalhar a segurança pública como uma questão não só policial, mas também social, cumpre um papel de promoção da justiça social. Nesse sentido, os projetos que objetivam promover cidadania, cultura, lazer, inclusão etc., têm interferência direta na redução dos índices de criminalidade e violência, tendo em vista seus efeitos na diminuição da vulnerabilidade social. Assim, percebe-se a retomada, pelo Estado, de territórios que outrora passaram a ser controlados por outros agentes, estabelecendo, dessa forma, paz e segurança.

Considerações finais

Em vista de toda a discussão desenvolvida no presente trabalho, compreende-se que o crime e a violência nas grandes cidades estão muito além de uma simples questão ligada à pobreza ou crime organizado. A problemática em pauta deriva de um conjunto de fatores que pode ir desde a produção desigual do espaço urbano a organizações criminosas, ou seja, ver o crime e a violência a partir de um só ângulo é reducionismo de um problema que têm diversas faces.

Nesse sentido, o Programa Territórios pela Paz, ao superar uma visão simplista a respeito da segurança pública, que até algumas décadas atrás era vista como caso de polícia, traz uma nova perspectiva para trabalhá-la. A segurança perpassa não só por um viés de ação da polícia, mas também por um

viés social, em que a promoção da cidadania, inclusão e igualdade de acesso a bens e serviços constitui peça fundamental à justiça social, consequentemente, aos territórios da paz.

Referências

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ALTAZAR, C. S; STOCKI, J. F; KAFROUNI, R. O conceito de Crime e Criminalidade para agentes de segurança da cidade de Curitiba. **Polis e Psique**, Porto Alegre, n. 1, v. 1, p. 110-129, Fev. 2011. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/download/23221/25911/161954&ved=2ahUKEwiH-6Cwuf_9AhVTILkGHcavC3EQFnoECAsQAQ&usg=AOvVaw1aqsv-fayyWCxqY75gIFQAB. Acesso em: 02 dez. 2020.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, Jan./Jun. 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/Edital%25202015/TEXTO%25202.pdf&ved=2ahUKEwiR042y4p75AhWepUCHdCAA7oQFnoECAwQA-Q&usg=AOvVaw13-5JmwiWTxdLnYenHOug2>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CORREIA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COUTO, A. C. A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana. **Geografares**, [S. l.], n. 27, p. 85–102, 2018. DOI: 10.7147/GEO27.21542. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21542>. Acesso em: 28 jul. 2021.

DIAS JÚNIOR, J. E. S. **Cultura popular no Guamá**: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia de Belém. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/4569>. Acesso em: 02 nov. 2020.

DIAS JÚNIOR, J. E. S. Entre cabarés e gafeiras: um estudo das representações boêmias na periferia de Belém do Pará, 1960-1980. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view%3FID_CONTEUDO%3D775&ved=2ahUKEwiw94yJjZz5AhWVH7kGHTNkCVEQ-

FnoECAsQAQ&usg=AOvVaw1-xJnao0xZZfEeJ-7wX7t-. Acesso em: 10 nov. 2021

LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

LOBATO, F. H. S.; RAVENA-CANETE, V. Farinha de feira: memórias e identidades de vendedores em feiras do bairro do Guamá, Belém (PA). **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p.242-271, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324790372_Farinha_de_feira_memorias_e_identidades_de_vendedores_em_feiras_do_bairro_do_Guama_Belem_PA. Acesso em: 07 jun. 2020.

PARÁ. Decreto nº 141, de 10 de junho de 2019. Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência. Pará, Pa: governo do estado, 2019. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/4870#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20141%2C%20DE%2010,%E2%80%9D%2C%20no%20Estado%20do%20Par%C3%A1>. Acesso em: 05 mai. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, L. L. S. Território, territorialização e violência nos bairros de Guamá e Terra Firme em Belém-Pa. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 03, n. 05, p. 198-219. jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/2007-bag/v03n05/20627-territorio-territorializacao-e-violencia-nos-bairros-de-guama-e-terra-firme-em-belem-pa.html&ved=2ahUKEwiX4vCc4p75AhX5npUCHSs0BrQQFnoECAwQAQ&usg=AOvVaw0o0HvxWntDTpo27qvU1iSk>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. **Dados de Crime Violento, Letal e Intencional**. 2021.

SILVA, M. Depoimento [Entrevista concedida a] Erickson Costa. Questionário presencial. Entrevista concedida para pesquisa sobre o programa Territórios pela Paz. Belém, 2022.

SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TOPODATA. **Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil**. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/acesso.php>. Acesso em: 02 fev. 2020.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 395p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS PÚBLICAS E MORTES VIOLENTAS DE JOVENS HOMENS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA NO BAIRRO DA TERRA FIRME, BELÉM/PA

Pedro Israel Mota Pinto
Roberta Carolina Maués do Nascimento
Clay Anderson Nunes Chagas

Introdução

Este estudo compõe a pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, sendo esse um trabalho desenvolvido desde 2019, no que confere à continuidade de Trabalho de Conclusão de Curso. Iniciando na compreensão da relação entre gênero e violência urbana no contexto do tráfico de drogas e, para este momento, aprofundando, a partir dos resultados obtidos, na análise de políticas públicas, tendo em vista a necessidade de contenção da violência urbana partindo não somente da segurança pública e infraestrutura, mas também de intervenções sociais.

É importante enfatizar que os estudos foram realizados no âmbito do Laboratório de Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM/UEPA e do Projeto de pesquisa “Territórios pela Paz: diagnóstico socioeconômico, infraestrutura e indicadores de violência”, financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa – FAPESPA.

Para tratar de uma Amazônia urbana faz-se necessária a análise das complexas relações econômicas, políticas, culturais e sociais que se revelam diante da diferenciação socioespacial, necessitando, assim, de análise não somente do espaço físico, mas também das configurações sociais que produzem e reproduzem o espaço (Pinto; Ribeiro, 2021; Sposito, 2012). A partir do século XVIII, surgem as periferias do processo de higienização social da cidade de Belém (Ferreira, 1995). Nesse cenário, o bairro da Terra Firme constrói-se através da população de baixa renda e da fundamentação precária do recorte espacial, conquistado através das lutas por moradia.

Acerca do conceito de gênero, Pinto (2022), absorvendo os estudos de Butler (2003), Silva e Silva (2011) e Nunes (2019), compreende os corpos no

espaço em constante construção e produção, sendo moldados por convenções sociais que condicionam certos corpos em determinados espaços e funcionalidades. Influenciados por esse espaço, tendo seus reflexos em diversas áreas sociais, influenciam também as relações da criminalidade, promovendo a violência, objeto de análise desta pesquisa.

Sobre a violência, compreende-se, em consonância com a Organização Mundial da Saúde (2002, p. 4), como sendo “o uso intencional da força física [...] que resulte em ou tenha alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico ou privação”. Para Ferreira e Penna (2005), a violência e a criminalidade são fenômenos multidimensionais e multifacetados. Nesse sentido, a Geografia configura-se como uma importante ciência para dialogar com tais problemáticas. Neste estudo, entende-se por mortes violentas/crimes violentos todos que são indicados como Crimes Violentos Letais Intencionais, sendo eles: homicídio doloso, morte por lesão corporal e latrocínio – designações estas criadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Na configuração social e espacial, Pinto e Ribeiro (2021) compreendem como as periferias da Amazônia urbana perpassam pela presença precária do Estado e as relações desse elemento como potencializador das relações do tráfico de drogas na região. Pinto (2022) analisa, assim, as configurações de gênero e sexualidade como sendo um desses fenômenos, os quais se dimensionam pela sua proporção em moldar os corpos no espaço, sobretudo o masculino em relação à violência, e que se faceta, pelas suas características variadas e peculiares, através de uma afirmação de sexualidade e do papel de gênero, por vezes, forçosa (Pinto, 2022).

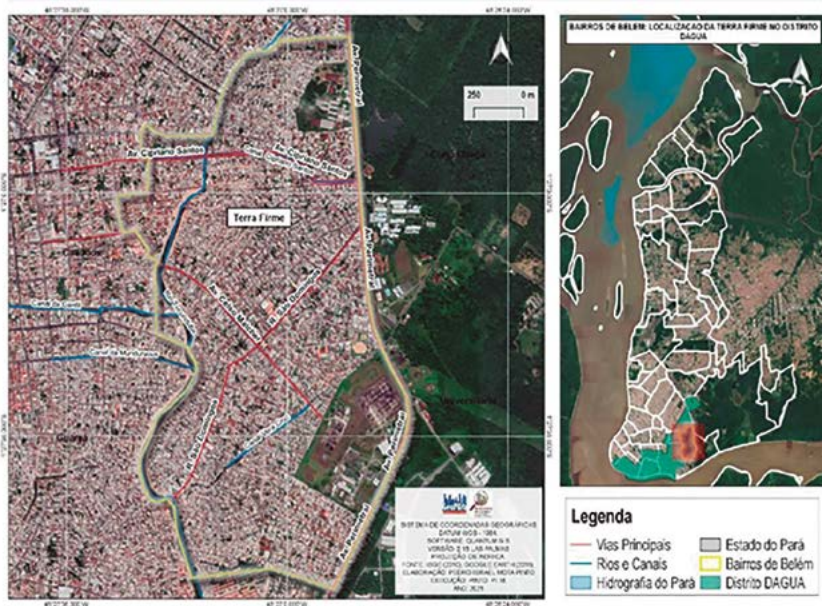
Em Silva (2015), observa-se que as políticas públicas fazem parte da segunda dimensão dos direitos fundamentais, dentro do que são direitos econômicos e sociais, sendo estes frutos do impacto da industrialização e das problemáticas sociais que isso acarreta. A característica fundamental e positiva dessa dimensão é, desta forma, a obrigação do Estado em promover equidade por meio de prestações sociais estatais (Silva, 2015). Sendo o estudo das Políticas Públicas (PP) de caráter interdisciplinar, é importante considerarmos o que molda a violência e a criminalidade para além do aspecto criminal.

É na pluralidade dos sujeitos que nasce os conflitos que moldam os territórios de acordo com a intencionalidade dos grupos sociais que disputam essas políticas, a fim de adequar o território aos seus interesses (Castro, 2005). A autora também destaca que essas disputas moldam o espaço dentro das suas tensões, configurando um espaço importante de análise geográfica, isto é, a política é o elo entre os interesses diferenciados e os conflitos gerados pelo interesse dessa sociedade diversa, movendo um território adaptado para todos, ou para os mais influentes (Castro, 2005).

Na figura 1, observa-se a forma com que se estabelece o bairro da Terra Firme em relação às ações do Estado mediante as conquistas de moradia

que foram fixadas pelos moradores do bairro, fazendo com que, de forma governamental, os instrumentos urbanos fossem se estabelecendo para a qualidade de vida da comunidade que já havia se constituído enquanto população moradora do bairro. Como resultado, hoje este bairro é um dos mais populosos, periféricos e de grande conhecimento popular acerca dos estereótipos de violência e precariedade que o cercam (Pinto; Ribeiro, 2021).

Figura 1 – Belém/PA. Localização do bairro da Terra Firme. 2019



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2010; Google Earth, 2019; Trabalho de Campo, 2019.

O objetivo geral da pesquisa é compreender a articulação entre as relações de gênero e sexualidade com as políticas públicas de contenção à violência dentro da periferia da Terra Firme, em Belém/PA. Os objetivos específicos consistem em verificar a espacialização da sexualidade no mapa da violência no bairro da Terra Firme e analisar como o programa de contenção à violência “Territórios Pela Paz” leva em consideração as relações de gênero e sexualidade na sua proposta de intervenção no território.

Visando coletar e analisar dados e acontecimentos ocorrentes no bairro da Terra Firme, esta pesquisa se configura como um estudo de caso, de caráter qualitativo e quantitativo, considerando a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, e traduzindo em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (Prodanov; Freitas, 2013).

Tendo como grupo específico os moradores da Terra Firme, dentro da realidade dos papéis de gênero e das dinâmicas sociais e espaciais de crimes violentos, essa análise empírica perpassa pela severidade, objetivação, originalidade e coerência exigidas para a realização desse método (Prodanov; Freitas, 2013).

Os procedimentos metodológicos que materializaram essa pesquisa estão assim dispostos:

1. Levantamento bibliográfico, no que diz respeito aos conceitos e categorias, como: territorialidade, gênero, sexualidade, violência urbana e políticas públicas;
2. Levantamento documental, desenvolvido em três frentes distintas:
 - a) referente à utilização de documentos e textos que contribuíram para o entendimento da formação e condição da periferia da Terra Firme, no contexto da metrópole de Belém;
 - b) voltado à caracterização socioeconômica do bairro da Terra Firme, tomando por base principalmente dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
 - c) condizente com o levantamento dos dados de homicídios no bairro da Terra Firme, de 2014 a 2021, e sua distribuição por gênero junto à Secretaria de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, integrante da estrutura da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará – SEGUP/PA;
3. Trabalho de campo para o desenvolvimento de atividades diversas, como: contato com sujeitos da pesquisa; observação dirigida; levantamento fotográfico com o intuito de mostrar as dinâmicas da paisagem do bairro em questão; realização de entrevistas com agentes Macroterritoriais (Estado) e Microterritoriais (poder paralelo);
4. Entrevistas semiestruturadas – questões de múltipla escolha e abertas ao entendimento e compreensão dos e das entrevistadas, fazendo um recorte de público alvo, moradores do bairro da Terra Firme, focalizando em sujeitos que têm as mesmas idades das vítimas dos índices mais elevados de crimes violentos nos anos de 2014-2018 (anos das maiores chacinas no bairro). Foram entrevistados 20 moradores do bairro, sendo 10 do gênero masculino e 10 do gênero feminino. As entrevistas foram realizadas de forma virtual, construídas através da plataforma *Google Forms* para facilitar a quantidade elencada para essa pesquisa e também evitar o contato físico, tendo em conta a pandemia da COVID-19. Há de se expor que se absorveu o Participante X, identificado assim pela sua integração direta com o mundo da violência na Terra Firme;
5. Representações cartográficas – tomando por base os dados obtidos pelos órgãos citados anteriormente, foi possível realizar a produção das cartografias que representam os resultados encontrados nas tabelas proporcionadas pelas instituições e também dos dados

colhidos das entrevistas e trabalhos de campo. Para a produção dos mapas, foi utilizado o Software Quantum Gis, na versão (2.8 wien).

Masculinidade nociva e espacialidade da violência

Existe uma preocupação com os fatores que corroboram com a construção das sexualidades e suas consequências pessoais e sociais por grupos de pesquisa. O debate acerca do gênero e da sexualidade geralmente não está incluído nos temas considerados importantes para a Geografia científica, como apontado incisivamente por Silva (2003, 2009). No que tange à violência urbana, o fator gênero e sexualidade na formação de performances implica diretamente a produção de espacialidades e territorialidades, de acordo com as demandas que esses corpos exigem para permanecerem em seus cômodos de conforto.

Nessa perspectiva, Gomes e Silva (2016) explicam como a criminalidade e a violência encontram na masculinidade uma chave de compreensão eficaz, ou seja, fortificam-se na construção, por exemplo, da masculinidade rígida, que se atrai pelo que é marginal e perigoso. Mais além, o uso de drogas (e suas ramificações) estão vinculados a uma trama de acordos masculinos, agenciamentos organizados por triangulações de grupos heterossexuais coesos e contínuos, formalizando laços entre o ser masculino e a sua relação com a criminalidade e, consequentemente, com a violência.

Assim sendo, de acordo com os participantes das entrevistas realizadas, 60% declaram que SIM, ser homem ou ser mulher influenciou nas suas escolhas na adolescência/juventude em relação ao mundo da violência: “Convivência direta, afinal o bairro não é muito grande Muitos se conhecem daí vem a camaradagem de ‘usa aí’, ‘vamos ali’, ‘dá apoio aqui’” (Participante 8 – Gênero Masculino).

Além disso, os autores complementam que a inter-relação entre performances de masculinidades violentas, redes de amizade local e territorialidade do tráfico de drogas posiciona o grupo em questão como vulnerável ao homicídio. Silva (2008), baseada em outros autores que também trabalham o tema, constata que, inversamente, sobre a feminilidade, há muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos.

Isso também se reflete no comportamento dos dados em relação à criminalidade e ao homicídio, trazendo de forma significativa a presença do sexo masculino em detrimento do feminino. Dessa forma, observa-se em algumas respostas das entrevistas, nas quais aparecem as relações entre os gêneros em Belém, como a masculinidade influencia os jovens:

Desde a adolescência gostava de matar aula pra passear pelas praças de Belém, gostava de fumar cigarro, sentar na praça, pegar vento, beber uma água de coco, dá boas risadas com ami-

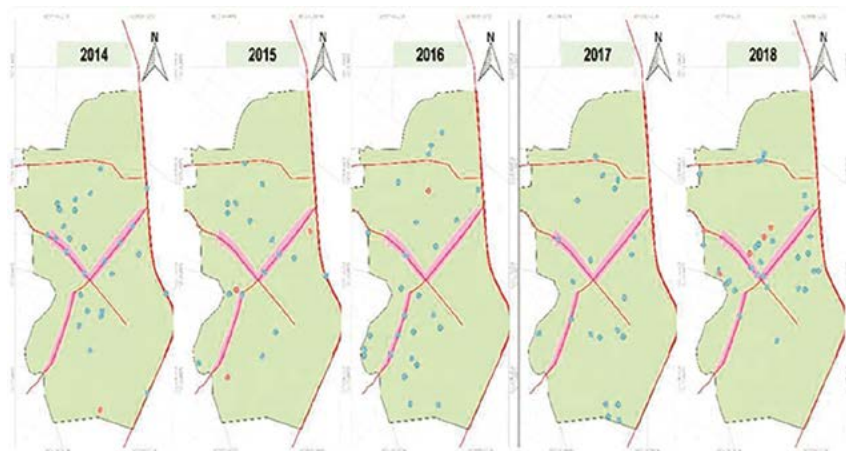
gos, e já adolescente mesmo já fumava maconha com os amigos (Participante X – Gênero Masculino).

Retomando a análise da realidade concreta do bairro da Terra Firme na metrópole de Belém, a figura 3 evidencia uma intensidade de homicídios com vítimas do sexo masculino nas áreas de serviço do bairro da Terra Firme, com destaque às vias principais e seus entornos, enquanto as vítimas de homicídios do sexo feminino, além de em número muito reduzido em relação ao sexo masculino, estão, em geral, localizadas em espaços de moradia. Essa espacialização corrobora com o entendimento de que as áreas condicionadas aos sexos são produzidas e influenciadas através do papel de gênero.

A figura 2 expõe não somente a localização dos homicídios em áreas condicionadas às respectivas sexualidades, mas também, além disso, permite observar cartograficamente o quantitativo dos homicídios, como no ano de 2017, quando nem mesmo se identificou homicídio com vítima do sexo feminino. Infere-se que as relações sociais de gênero podem ser maléficas quando se envolve a criminalidade e a violência com o cultivo do ser masculino, majoritariamente jovem/adulto, como uma constituição da juventude.

Além da expressividade do gênero masculino ser o mais afetado pelos crimes violentos, observa-se que se espacializam tanto em áreas de moradia como em áreas de serviço, enquanto o gênero feminino, majoritariamente em espaços de moradia. A orientação geográfica na figura 2 representa, assim, o diálogo que se traça nesse estudo, do quanto as construções de gênero têm condicionado jovens homens em estado de violência, muito visível em dados de mortes violentas.

Figura 2 – Terra Firme, Belém/PA. Espacialidade das mortes violentas por diferenciação de gênero. 2014-2018



Fonte: SIAC/SEGUP (2019).

Há uma lógica das forças de tensão de orientar geograficamente corpos nesse espaço. Nesse estudo, em uma leitura de violência urbana e relações de gênero e sexualidade, verifica-se que ainda as construções do que é ser homem e do que é ser mulher tensionam a malha social urbana, através da espacialidade desses corpos no que tange ao cumprimento dos seus papéis de gênero, seja na afirmação de ser homem viril, violento e socialmente temido, levando-o à morte para afirmar ainda mais sua masculinidade, seja no lugar da mulher dona de casa, reafirmando e cumprindo seu papel.

A construção do ser homem e as consequências nos dados de mortes violentas

Para Rossi (2011), coexistem no espaço a intersecção de opressões entre masculinidades, pobreza e espaços de vulnerabilidade e violência. Neste estudo, esse emaranhado de elementos é reconhecido como componente do cenário de mortes violentas protagonizadas e produzidas por jovens homens no bairro da Terra Firme. É relevante pontuar que as escalas de análise do fenômeno da violência adotadas nessas experiências de pesquisa estão ligadas “aos diferentes modos em que o espaço está implicado na constituição e condução de sua vida cotidiana, o que inclui a ocasional realização de práticas ilícitas” (Rossi, 2011, p. 283).

Sendo esse um espaço de vulnerabilidade social e de fácil trampolim para as relações do tráfico de drogas (Chagas, 2014; Pinto; Ribeiro, 2021), observa-se que não somente esses fatores mas também as relações de gênero promovem comportamentos violentos, amplificando o quantitativo de mortes de homens devido às reafirmações de sexualidade (Rossi, 2011) dentro do cenário de reafirmação de poder no âmbito das relações da criminalidade (Pinto, 2022).

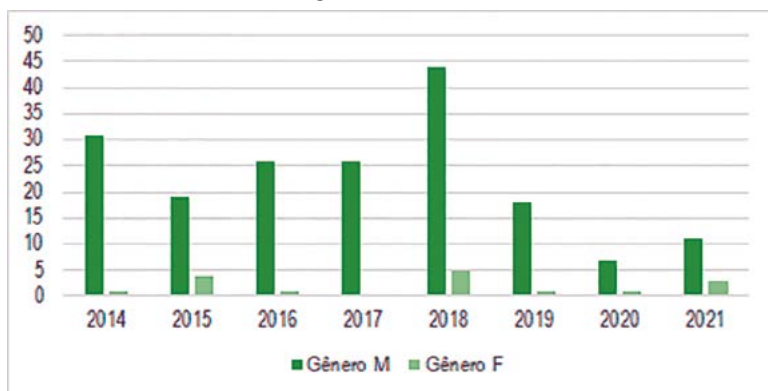
Gomes (2011) relaciona a espacialidade das drogas, seus dispositivos informais de cobrança e conflitos entre territorialidades urbanas do narcotráfico local e regional, com as ações comuns de masculinidade nociva. Couto (2014) aborda que, em Belém, o comportamento do tráfico de drogas tem suas estratégias facilitadas devido à mobilidade pelos rios da Amazônia, bem como Pinto e Ribeiro (2021) corroboram a relação dessa facilidade com as dinâmicas da presença precária do Estado em periferias como a Terra Firme, resultando também no conflito de gênero (Pinto, 2022).

Faz-se pertinente analisar geograficamente onde se materializam as relações entre sexualidade e violência urbana. Neste sentido, para Gomes (2011), a rua surge como um espaço que desterritorializa as essencialidades dos dispositivos de dominação (igreja, escola, lar) para territorializar outras expressões de práticas do ideal de masculinidade própria do uso de jovens envolvidos com a violência, transcendendo o Estado e buscando as suas essencialidades de “família”, “verdade”, “conhecimento” ou “liberdade”.

É, assim, na rua que se expressam as disputas de coragem e a provação do que é ter a “palavra de homem” ou a “postura de homem”, sendo construtores de territórios que demandam do mais forte a virilidade de “ser o homem” que irão temer. Nos estudos de Gomes (2011), essa expressividade se encontra nas evocações materializadas pelos entrevistados em sua pesquisa, os quais, no uso e na venda de drogas, tinham a responsabilidade de se manterem fortes diante do resto da comunidade da rua. No cenário de violência urbana, essa afirmação da masculinidade provoca conflitos entre esses próprios grupos de homens, colocando-os em estado de atenção e autosssegurança através de estratégias violentas de proteção.

Rossi (2011) também pontua que os homens jovens atribuídos dessa masculinidade nociva e ligados à violência urbana recriam um imaginário ideal de ser homem, transgressor ao ideal hegemônico, em contrariedade ao homem branco, adulto, heterossexual, dotado de satisfatória remuneração e assertividade nas relações de produção e reprodução social. Isso pode ser expresso nos dados de diferenciação por gênero entre as mortes violentas no bairro da Terra Firme.

Gráfico 1 – Terra Firme, Belém/PA. Quantitativo de mortes violentas pela diferenciação de gênero. 2014-2021



Fonte: SEGUP/SIAC (2022).

Esses jovens homens, expressos em grande maioria no quantitativo de mortes violentas no bairro da Terra Firme, perpassam pelas desigualdades raciais, sociais, de classe, sendo jovens, negros, periféricos, construindo estratégias de sobrevivência dentro da realidade do tráfico de drogas, abarcando o consumo, furtos e roubos interligados ao tráfico. Sendo assim, forja-se um padrão construído pelas problemáticas da infraestrutura, da presença das relações do tráfico de drogas e também das relações entre homens héteros em busca de uma validação do ser homem no cenário hostil que lhes é apresentado.

Para masculinidades nocivas, Rossi (2011) aponta marcas que se deixam fortificar no esforço do mantimento das práticas atribuídas a esse homem marginalizado, periférico e hegemônico para essa realidade. Constituído de um corpo rígido (pela demonstração de poder ao ocasionar dano ao espaço ou a outro indivíduo, pela “palavra de homem” e pela coragem de se manifestar, materializando-se nas práticas da violência), a formação de um homem nocivo se dá em diversas camadas estruturais e estruturantes das relações sociais, sendo essa formação um dentre outros elementos que provoca a morte de jovens no contexto da violência urbana. Os dados de mortes violentas não só corroboram essa teoria, como também provocam o Estado para que procure dirimir essas construções sociais através dos seus projetos de contenção à violência, entendendo que as juventudes também são moldadas pelas amarras ideológicas da heteronormatividade, a qual implica diretamente a manutenção de preconceitos que ocasionam a morte.

Contenção à violência, o Programa Territórios Pela Paz

Nos estudos de Gomes e Silva (2016), as ações de intervenção à violência, como respostas do sistema, são analisadas a partir dos Programas Plurianuais (PPA) (2016-2019). Nesse contexto, os programas encontrados foram: Segurança Pública (SG), tendo como objetivo reduzir a violência e a criminalidade; Cidadania e Direitos Humanos (CDH), com o objetivo de promoção de direitos humanos; Proteção e Desenvolvimento Social (PDS), objetivando o fortalecimento da implementação de políticas públicas voltadas à redução do analfabetismo e à universalização da educação infantil em cooperação com os entes federados; por fim, Trabalho, Emprego e Renda (TER), fomentando a economia solidária e o empreendedorismo.

Gomes e Silva (2016) apontam que esses PPA's tiveram como objetivo a redução da pobreza e das desigualdades, mas não levaram em consideração as políticas transversais e seus direcionamentos (Gomes e Silva, 2016). A partir dos dados dos resultados positivos e negativos quanto ao alcance dos objetivos dos PPA's, observou-se que não houve de fato a inserção da transversalidade e da intersetorialidade da construção e efetivação dos programas, bem como a não adoção da intergovernamentalidade, que descentraliza a prevenção à violência urbana (Gomes e Silva, 2016).

Nesse estudo, propõe-se analisar o Programa Territórios Pela Paz (2019-2023) e pontuar as medidas de contenção à violência que tiveram diferença de projeção em comparação aos processos anteriores de PPA's, a começar pela adoção de intersetorialidade, transversalidade e intergovernamentalidade. Assim, pode-se salientar o que a diferenciação dessas ações foi positiva, ou não, em termos da contenção à violência urbana no Pará.

Em Pinto *et al.* (2023), verificamos a primeira abordagem do que se apresenta como um projeto que busca a paz urbana de territórios imbuídos de violência, o Programa Territórios Pela Paz, o qual visa “reduzir a violência urbana através da oferta de serviços públicos de qualidade por meio do adensamento da infraestrutura de suporte em área diagnosticada como carente e com necessidades urbanísticas e de serviços”, como afirma em entrevista semiestruturada um dos fundadores do projeto, Coronel Marcos Lopes, responsável pela implantação e operacionalização das Usinas da Paz no Estado do Pará.

Para a compreensão desse projeto e de suas particularidades, o Coronel Marcos Lopes apresentou toda a estruturação do que fora idealizar e pôr em prática uma nova configuração de contenção à violência em bairros periféricos, sobretudo no contexto amazônico. Para iniciar, era então necessária a retomada do domínio territorial pelo Estado de boa parte desses bairros em Belém, porém não somente de promoção de segurança pública através de policiamento, mas também através da participação cidadã, do controle e da parceria social.

Nessa esfera, foram cotados territórios com maior densidade demográfica, maior índice de crimes violentos e uma densidade que dificultava a mobilidade urbana, implicando menor taxa de regularização fundiária. Dentre esses bairros se apresenta a Terra Firme, lócus dessa pesquisa. O programa, assim, perpassa pela oferta de serviço de múltiplas áreas, contando com a participação de secretarias do Estado que atuam em conjunto para promoção da paz urbana por meio do domínio do território pelas Usinas e pelas ações do programa que iniciam antes mesmo da implementação do complexo físico, a Usina.

Sobre o público-alvo, salienta-se a busca por dois públicos que são diretamente ligados aos debates traçados nesse trabalho, sendo eles as mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, provedoras da família, e jovens de 15 a 29 anos. Para esses públicos, a Usina promove cursos profissionalizantes e espaços de lazer para que possam se alcançar e permanecer com as estratégias traçadas pelo programa. Em entrevista com o gestor da Usina do Icuí-Guajará, João Gabriel, observamos em sua fala que os homens caminham para as atividades esportivas como o futebol, e as mulheres para os cursos profissionalizantes, que são mais próximos das “atividades femininas”, como a gastronomia, informática e artesanato.

Os dados das ações e resultados das Usinas ainda estão em produção em razão dos anos de funcionamento serem ainda um curto prazo para resultados mais consistentes. Porém, segundo os dados do Anuário da Violência de 2023, os crimes violentos tiveram uma queda considerável entre os anos de 2019 e 2022. Entretanto, ainda sim as estatísticas apontam para a manutenção

majoritária da morte de jovens homens. Para esse estudo, far-se-á necessário um debate com ações efetivas que possam dirimir o que seriam “atividades femininas” ou que tenham o foco direcionado para a mulher, mas também conciliar debates e atividades que desconstroem o que é ocupação de homem e ocupação de mulher.

Considerações

Diante do exposto, esse estudo demonstra que as periferias devem ser analisadas para além da sua marginalização fecundada e mantida através de uma presença precária do Estado. Observa-se que, historicamente, a violência urbana em espaços precarizados é tida como um condicionante, que deve ser contido com violência das intervenções policiais. Com o passar do tempo, compreendeu-se que este território também demanda necessidades para além do policiamento, como educação de qualidade, infraestrutura urbanisticamente projetada, saneamento básico, entre outros fatores que condicionem um urbanismo social para a sociedade na qual está inserida a precariedade desses serviços.

De acordo com o quadrante da espacialidade relacionada às performances de gênero e sexualidade, entende-se a urgência do diálogo acerca da divisão do trabalho para esses corpos, bem como da diferenciação das suas experiências no espaço. Se há delimitação de territorialidade de homens e territorialidade de mulheres, há uma divisão de gênero que estabelece uma fricção no que seria um Estado democrático, essa falha no sistema ocasiona, dentre suas várias ramificações, a morte de jovens homens em espaço urbano devido à violência das ruas.

A construção do ser homem põe em voga o que de fato é considerado masculino na sociedade constituída. A violência, brutalidade, rigidez, grosseria e outras expressões do exercício e mantimento do poder violento são elementos que subjugam o homem para um território de nocividade. Os dados de mortes violentas expressam muito claramente o quão disparados os homens se colocam em situações de marginalidade, ratificado por entrevistas e diálogos com jovens homens héteros, para os manter em poder, segurança e respeito através do medo de seus pares e da promoção de relações da violência urbana.

Programas de contenção à violência surgem para contribuir com a formação de uma sociedade mais saudável. No entanto, continua-se mantendo padrões de gênero que corroboram com um sujeito nocivo. Tais ações permanecerão com resultados negativos. É necessária a desconstrução do sujeito para que se veja o índice do padrão de violência que a sociedade forma para manter seus estereótipos, bem como para se observar que esse fenômeno limita a existência de masculinidades saudáveis, que combatam a violência e percebam suas performances de gênero e sexualidade independentes do grau de violência.

Referências

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, v.1, n. 1, p. 186-204. 2014. Disponível em: <https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/Edital%202015/TEXTO%202.pdf> . Acesso em: 15 dez. 2022.

COUTO, A. C. O. Geopolítica, fronteira e redes ilegais na Amazônia. In: I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro, 2014. **Anais...** Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 807-815. ISBN 978-85-63800-17-6. Disponível em: <https://www.editoraleta1.com.br/anais-congeog/arquivos/978-85-63800-17-6-p807-815.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2022.

FERREIRA, C. F. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém – PA)**. 176p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas /Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº. 18, pp. 155 - 168, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979> . Acesso em: 02 set. 2020.

GOMES, F. B. Topografias da violência e as performances de masculinidade de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas em Ponta Grossa – PR. In: SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. (Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2011.

GOMES, F.; SILVA, J. M. Espacialidade de uso de droga de jovens do sexo masculino e os afetos da “quebrada”. In: PAULA, F.; CAVALCANTI, L. S.; PIRES, L. (Orgs.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

NUNES, D. M. **A produção das masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande-RS**. 185p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio Grande/RS, 2019. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/xmlui/handle/1/8653> . Acesso em: 20/10/2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Editado por KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/> . Acesso em: 21/09/2021.

PINTO, P. I. M. Sexualidades, (in)justiças espaciais e violência urbana na Amazônia: uma análise dos Crimes Violentos Letais Intencionais no bairro da Terra Firme (Belém/PA). *In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Anais...* Salvador (BA) UCSal, 2022. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/xicbdu2022/478432-SEXUALIDADES-\(IN\)JUSTICAS-ESPACIAIS-E-VIOLENCIA-URBANA-NA-AMAZONIA--UMA-ANALISE-DOS-CRIMES-VIOLENTOS-LETAIS-INTE](https://www.even3.com.br/anais/xicbdu2022/478432-SEXUALIDADES-(IN)JUSTICAS-ESPACIAIS-E-VIOLENCIA-URBANA-NA-AMAZONIA--UMA-ANALISE-DOS-CRIMES-VIOLENTOS-LETAIS-INTE). Acesso em: 20/09/2022.

PINTO, P. I. M.; RIBEIRO, W. O. Diferenciação socioespacial, violência e (in)justiça espacial na periferia urbana da Terra Firme, Belém/PA. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 38, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/250422> . Acesso em: 20/10/2022.

PINTO, P. I. M.; RIBEIRO, W. O.; CHAGAS, C. A. N. Reflexões sobre as ações do TerPaz na periferia urbana da Terra Firme, em Belém: precarização, violência e possibilidades. *In: RIBEIRO, W. D. O.; COUTO, A. C. O.; CASTRO, C. J. N.; CHAGAS, C. A. N. (Orgs.). Produção de espaços precários na Amazônia Paraense: centralidade, violência e escola*. Belém: EDUEPA, 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao> . Acesso em: 21/11/2023.

ROSSI, R. Homens jovens em conflito com a lei e seus territórios urbanos. *In: SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. (Orgs.). Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Toda palavra, 2011.

SEGUP. Secretaria de Estado Segurança Pública e Defesa Social. **Dados de Crimes Violentos Letais Intencionais**. 2019.

SEGUP. Secretaria de Estado Segurança Pública e Defesa Social. **Dados de Crimes Violentos Letais Intencionais**. 2022.

SILVA, A. A. **Direito, desenvolvimento e políticas públicas**: uma análise jurídica do Programa Brasil Quilombola. 2015. 253p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-18112016-103333/pt-br.php> . Acesso em: 20/10/2023.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. (Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2011.

SILVA, M. **A produção das masculinidades**: uma releitura genealógica. *In*: 8º Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008. **Anais....** Florianópolis, 2008.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPÍTULO 6: O PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ NO BAIRRO NOVA UNIÃO, MARITUBA-PA: VIOLÊNCIA E JUSTIÇA ESPACIAL

Isac José Murta Nunes
Willame de Oliveira Ribeiro

Introdução

A urbanização brasileira, intensificada a partir de meados do século XX, associa-se a aspectos como deterioração da infraestrutura das cidades, condições habitacionais precárias e indicadores sociais ruins. A região amazônica não foge a esse quadro. No Pará, as formas urbanas intermediárias e a metrópole são expressivas formas do forte processo de urbanização, acompanhado de diversas e graves problemáticas socioespaciais. Atualmente, a Região Metropolitana de Belém – RMB é composta por sete municípios, são eles: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará.

A RMB apresenta uma extensa área conurbada composta por Belém, Ananindeua e Marituba, sendo este último o município estudado nesse artigo. O processo de produção do espaço urbano ocorre a partir das ações de agentes sociais concretos (Corrêa, 1995). Essa dinâmica tem produzido e reproduzido espaços precários, nos quais a população mais pobre é a mais afetada, muitas vezes invisibilizada e distante do direito à cidade (Lefebvre, 2001).

Entre os múltiplos problemas dos espaços precarizados está sua maior vulnerabilidade à violência, também um fator ativo na produção do espaço, implicando a retroalimentação entre a precariedade e a violência, no âmbito da qual o espaço condiciona e é condicionado pela violência.

Desse modo, compreende-se que o município de Marituba está inserido nesse contexto, altamente influenciado pela dinâmica de violência urbana, assim como a quase totalidade dos espaços urbanos paraenses. Diante dessa conjuntura, o Governo do Pará, em 2019, implementou um projeto alcunhado de Territórios pela Paz, o qual busca reconquistar os bairros mais carentes de serviços públicos e segurança urbana nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, posteriormente expandindo-se para outras realidades

urbanas do Estado. Neste cenário, o bairro Nova União, considerado o mais violento de Marituba, foi contemplado pelas ações do Programa Territórios pela Paz, inclusive com a construção de uma Usina da Paz, a qual oferece diversos serviços antes pouco acessíveis ou inexistentes no bairro.

A Usina da Paz foi inaugurada no ano de 2021, e com ela se cria um conjunto de expectativas relativas à diminuição da violência e das injustiças espaciais. Nesse contexto, as questões norteadoras desta pesquisa são: Quais as principais consequências sobre a problemática da violência no bairro Nova União, em Marituba/PA, geradas a partir do Programa Territórios pela Paz – TerPaz? Quais mudanças na infraestrutura e nos serviços ocorreram no bairro Nova União a partir do Programa TerPaz? Como se apresentam os indicadores de crimes violentos no bairro? Como a realidade da violência no bairro se evidencia sob a ótica da justiça espacial?

Diante desta problemática, esta pesquisa se guiou pelo objetivo geral de compreender a problemática da violência e sua articulação com a vulnerabilidade socioeconômica no bairro Nova União, em Marituba-PA. Os objetivos específicos foram: entender a dinâmica da produção espacial do bairro Nova União; analisar os indicadores socioeconômicos e infraestruturais do bairro Nova União; analisar os indicadores de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) anteriores e posteriores a implantação da Usina da Paz no bairro Nova União; refletir sobre Programa TerPaz e seus desdobramentos na promoção da justiça espacial no bairro Nova União.

Além deste tópico introdutório, o capítulo está dividido em cinco seções. Primeiramente, são abordados os aspectos metodológicos que sustentam a pesquisa. Após isso, é apresentado o lócus de estudo no que tange à produção do espaço, aspectos demográficos e socioeconômicos. A terceira seção é dedicada aos conceitos fundamentais para a análise. No quarto momento, aborda-se o Programa Territórios pela Paz e a segurança pública. A quinta seção tem como enfoque os CVLI's e suas manifestações no período anterior e posterior a implementação da Usina da Paz. Por fim, são feitas as considerações últimas sobre os resultados alcançados.

Fundamentos metodológicos da pesquisa

A investigação que resultou neste texto está inserida em projeto mais amplo denominado “Territórios pela Paz: diagnósticos socioeconômico, infraestrutura e indicadores de violência”, financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudo e a Estudo e Pesquisa (FAPESPA) e realizado no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOVCRIM), da Universidade do Estado do Pará.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que se utilizam dados secundários quantitativos relativos ao lócus da pesquisa,

mas também dados e informações qualitativas, procurando explorar experiências e relações decorrentes de ações humanas. Assim, ambas as dimensões, quantitativa e qualitativa, são fundamentais à análise.

Outro aspecto caracterizador da pesquisa é o estudo de caso do bairro Nova União, em Marituba, no espaço metropolitano de Belém. Segundo Yin (2005, p. 20), o estudo de caso é uma estratégia para se entender fenômenos sociais complexos, como é o caso da violência urbana, ele permite, no âmbito da investigação, “preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real”.

Associados à abordagem assim caracterizada, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos para alcançar as respostas dos questionamentos apresentados:

- a. Levantamento bibliográfico – buscaram-se os autores indispensáveis à elucidação dos seguintes conceitos: produção do espaço, moradia, assentamentos precários, diferenciação socioespacial, segregação socioespacial, justiça espacial, direito à cidade e violência;
- b. Levantamento documental – realizado em duas etapas. Num primeiro momento se dedicou ao entendimento da produção do espaço urbano de Marituba, quando se utilizou documentos como o Plano Diretor Urbano de Marituba, bem como dados e informações disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Marituba. Também foram utilizadas bases digitais de dados, principalmente as disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Num segundo momento, foram coletados dados secundários de CVLI ocorridos em Marituba-PA e no Bairro Nova União. Este levantamento foi realizado a partir dos dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP-PA), que forneceu dados de 2013 a 2021;
- c. Representações cartográficas – os mapas foram elaborados a partir dos dados secundários recebidos da SEGUP-PA e da SIAC-PA sobre os CVLI's no estado do Pará e, em particular, os crimes letais ocorridos no bairro Nova União. Inicialmente, esses dados foram organizados em tabelas de acordo com as ocorrências registradas nos anos de 2013 a 2021, levando em consideração os seguintes aspectos: semestre, número da ocorrência, a data do caso, dia da semana, horário, faixa de hora, mês, ano, meios ou objetos utilizados, rua, perímetro e complemento. Dessa maneira, as informações foram organizadas e selecionadas para enfim serem trabalhadas no *software* Quantum Gis;

- d. Trabalhos de campo – foram feitos trabalhos de campo exploratórios e trabalhos voltados à realização de entrevistas. Nos primeiros, foram realizados levantamentos fotográficos do local e obtenção das descrições qualitativas do objeto de estudo através da observação. Na segunda etapa dos trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com moradores locais e lideranças comunitárias. As entrevistas caracterizaram-se como semiestruturadas e abertas, nas quais o entrevistado respondia de forma livre e espontânea. Outro procedimento utilizado foi relativo a perguntas com alternativas, para se ter um parâmetro quantitativo dos equipamentos urbanos e disponibilidade de serviços. Realizaram-se quinze entrevistas, as quais foram gravadas e transcritas. Após isso, foram analisados e trabalhados os dados obtidos. É de suma importância ressaltar que as entrevistas somente foram realizadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O bairro Nova União no contexto de Marituba e da Região Metropolitana de Belém

Segundo Corrêa (1995), a produção do espaço urbano ocorre através de atividades acumuladas através do tempo, executadas por agentes sociais concretos, cujas ações são complexas e podem derivar de fatores diversos como: a dinâmica de acumulação de capital, as necessidades mutáveis de produção e reprodução de relações e conflitos de classes que emergem dessas relações. Os principais agentes presentes na produção do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

O processo de produção do espaço de Marituba remonta aos anos 1800, com a presença de algumas famílias que se sustentavam da agricultura (Nunes, 2012). Porém, é apenas no final do século XIX que ocorrem mudanças mais significativas na área, diante do contexto do processo de colonização da Região Bragantina e da construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB). Conforme os trilhos eram fixados, novos núcleos populacionais surgiam ao redor de cada parada ferroviária. Assim, “em 1906, é fundada a Vila Operária, que posteriormente daria origem à Vila Marituba” (Ribeiro; Fernandes, 2019, p. 7).

A área que compõe atualmente o município de Marituba, por um longo período, foi alvo de disputas territoriais (Ribeiro; Fernandes, 2019), pois, inicialmente, até 1943, pertencia ao município de Belém. Entretanto, em 1943, com a criação do município de Ananindeua, a área de Marituba passou a fazer parte deste novo município. Contudo, este ocorrido se repetiu em 1961, quando, por meio da Lei Ordinária Esta-

dual nº 2.460/1961 (Pará, 1961), foi reconhecida a independência do município de Benevides, este espaço em disputa passou a pertencer ao recém-criado município.

Muito mais tarde, já nos anos 1990, com o crescimento populacional e o aumento da demanda por serviços locais e administrativos, Marituba alcançou a autonomia municipal e passou, em seguida, a integrar a RMB. Conforme exposto na tabela 1, naquele período, a população de Marituba era de 44.492 habitantes. No censo mais recente, realizado pelo IBGE em 2022, a população de Marituba foi registrada em 110.515 habitantes. Além disso, seu território abrange uma área de 103,214 km², resultando em uma densidade demográfica de 1.070,74 hab./km² (IBGE, 2024).

Tabela 1 – Marituba-PA. População. 1991, 2000, 2010 e 2022

1991	2000	2010	2022
44.492	74.429	108.246	110.515

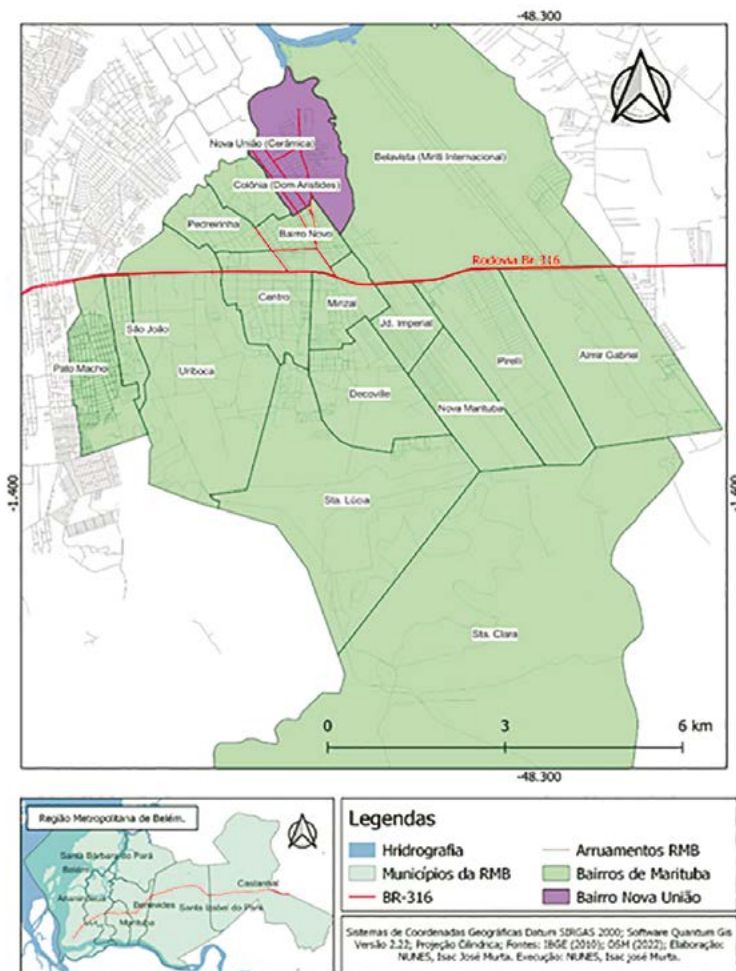
Fonte: Elaboração própria com bases nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2023) e IBGE (2024).

A tabela 1 evidencia um crescimento de 148,39% na população de Marituba desde a criação do município. Esse aumento acelerado reflete um processo de urbanização precário, especialmente considerando que Marituba é o menor município do Pará e apresenta a maior proporção de aglomerados subnormais no Estado. Segundo o IBGE (2010), Marituba registrava a quantidade de 81 aglomerados subnormais em seu território. No quesito Domicílios Particulares Permanentes em Marituba, o menor indicador encontrado foi no bairro Decouville, uma área de ocupação, com lotes divididos por cercas improvisadas e com uma rede de distribuição de energia em fase inicial.

Nesse setor censitário, há 50 domicílios particulares permanentes declarados como próprios. Já o maior registro dessa variável foi encontrado no bairro Nova Marituba, com 389 domicílios particulares permanentes próprios, em uma área com intenso parcelamento de lotes, resultado do planejamento de venda desses terrenos pelo mercado imobiliário. Esse setor censitário de maior registro de imóveis próprios está localizado entre a estrada da Pirelli e a rua das Palmeiras, próximo a postos de combustíveis e cemitérios particulares ao longo da rodovia federal BR-316 (rodovia Capitão Pedro Teixeira ou Pará – Maranhão).

A área de Marituba conhecida como Cerâmica, também chamada de bairro Nova União, está localizada ao norte da área central de Marituba, com o rio Macajatuba delimitando sua fronteira com o município de Ananindeua (figura 1).

Figura 1 – Marituba. Localização do bairro Nova União. 2023

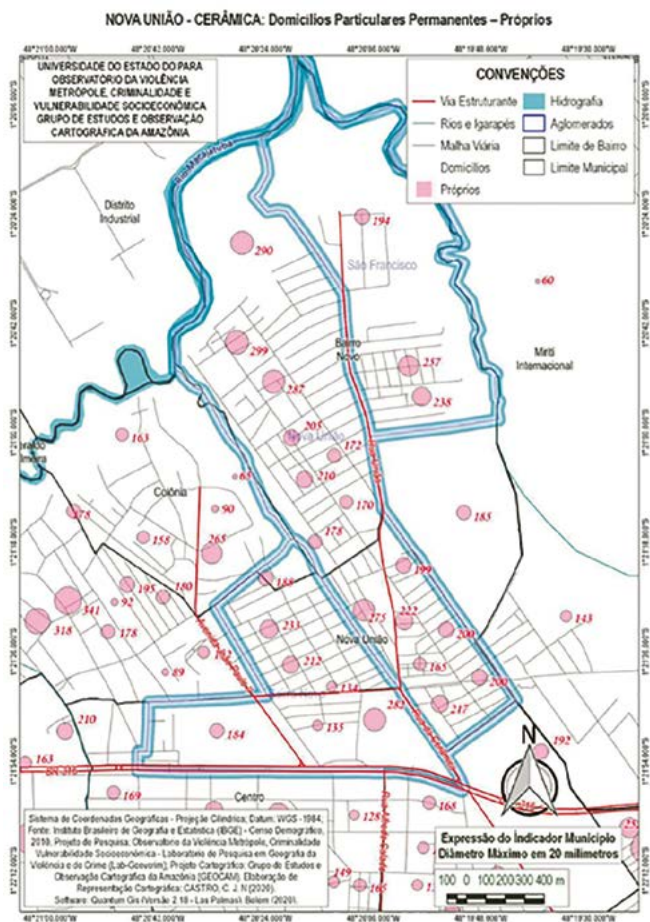


Fonte: Elaboração própria, 2023.

No que diz respeito ao planejamento urbano e ao ordenamento territorial, a Prefeitura Municipal de Marituba – PMM estabeleceu o Plano Diretor Participativo (PDP) em 2007 (Marituba, 2007), que define a divisão administrativa do município em 6 regiões administrativas, sendo a Nova União componente da 4ª região. A dinâmica imobiliária em Marituba apresenta um intenso movimento. No bairro Nova União existem conflitos em relação à sua delimitação. Na malha de Aglomerados Subnormais, o Nova União apresenta consideráveis prolongamentos, necessitando de ajustes na base cartográfica.

Devido às transformações causadas pela construção de diversos conjuntos habitacionais e pelas ocupações, a PMM, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – SEIDUR, elaborou o Projeto de Lei Municipal N° 67/2018 (Marituba, 2018). Esse projeto cria, denomina e delimita 20 bairros no município de Marituba, incluindo as comunidades pré-existent. Nesse sentido, o bairro Nova União é a junção de comunidades e bairros, sendo eles o bairro União, Novo e São Francisco. Nessa conjuntura, o recém-criado bairro possui área total de 3,048 km² e uma população de aproximadamente 12.848 habitantes. As principais vias do bairro são Rua da Cerâmica e Av. São Francisco (figura 2).

Figura 2 – Bairro Nova União / Marituba/PA. Domicílios Particulares Permanentes Próprios. 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2010).

Conforme mostra a figura 2, o bairro Nova União é dividido em três aglomerados subnormais, são eles: Bairro Novo, Nova União e São Francisco, compondo o que os moradores locais interpretavam como bairro ou comunidade. O maior registro de domicílios particulares permanentes próprios encontra-se a noroeste do Aglomerado Subnormal Nova União, com 299 imóveis próprios – fato este importante, posteriormente, para a criação da Usina da Paz no local. Esse setor fica delimitado entre a rua da Azpa e Primeiro de Janeiro, e acompanha o curso do rio Macajatuba. Entretanto, o bairro Nova União como um todo é marcado majoritariamente por características precárias e irregularidades urbanas, como ruas não planejadas, lotes cercados com réguas, pouca iluminação pública.

Segundo Bueno (2003 *apud* Cardoso, 2016, p. 46-47), é importante fazer uma distinção entre irregularidade, precariedade e carência/vulnerabilidade social. Nem todos os assentamentos irregulares são caracterizados pela precariedade, e nem todos os assentamentos precários abrigam populações em situação de carência ou vulnerabilidade social. Em suma, para a autora, a “irregularidade” refere-se à propriedade da terra ou imóvel no que tange aos procedimentos adotados na construção ou na própria ocupação das terras, públicas ou privadas, de formas ilegais.

A “precariedade” pode se referir a diversas variáveis como: a) Risco do local, como deslizamentos, alagamentos, proximidade a linhas de transmissão de alta tensão elétrica; b) Acessibilidade, referente às condições de circulação como a distância e infraestruturas das vias; c) Nível de habitabilidade das edificações, por exemplo, área residencial adequada para o tamanho da família e salubridade; d) Qualidade ambiental do assentamento, a exemplo da densidade demográfica, áreas verdes por habitantes, poluição da atmosfera ou corpos hídricos.

Em contrapartida, a carência social refere-se à presença ou predominância de grupos sociais que ocupam posições menos favorecidas na hierarquia social em termos de renda, nível educacional e oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, a vulnerabilidade social é identificada pela presença ou predominância de grupos sociais que enfrentam obstáculos no acesso aos recursos necessários para uma participação plena e efetiva na sociedade (Bueno, 2003 *apud* Cardoso, 2016, p. 46-47).

Território, criminalidade e violência

O território é uma área delimitada geograficamente, controlada ou reivindicada por um ator, seja ele um país, governo, organização ou entidade política. Conforme Raffestin (1993), o território forma-se a partir do espaço. Nesse contexto, o espaço é considerado como uma base ou um cenário que precede o território, o qual emerge por meio da apropriação desse espaço de

forma concreta ou abstrata por um ator que territorializa o espaço. Sob essa ótica, o território configura-se como um espaço no qual se insere um esforço conjunto de energia e informações, delineando uma relação permeada por um senso de posse.

O território, para Sack (1986), não é apenas uma área geográfica, mas também uma construção social e psicológica, na qual as pessoas estabelecem limites e fronteiras para demarcar sua presença e identidade. Nesse sentido, o território expressa-se através da territorialidade, que consiste, de forma objetiva, em um domínio de área. Porém, de forma mais detalhada, a territorialidade pode ser entendida de três maneiras. A primeira seria por área, quando alguém estabelece limites em um espaço, como um quarto, e declara que certas coisas são suas e outras não, usando uma área como critério para categorizar e determinar a posse. A territorialidade, dessa maneira, não exige que os itens específicos sejam enumerados, o foco está na delimitação do espaço como um todo. A segunda envolve a presença de um meio de comunicação, que pode incluir marcas ou sinais, frequentemente observados em fronteiras, ou em comunidades marcadas com símbolos de organizações criminosas. Esses símbolos também podem ser interpretados como declarações ou afirmação de posse. Em terceiro lugar, a manifestação de territorialidade requer uma tentativa deliberada de controlar o acesso à área e aos seus conteúdos, bem como de restringir a entrada de elementos externos.

Para além do termo “posse” e antes mesmo de discutirmos o termo “poder”, é importante salientar que o filósofo Henri Lefebvre, ao falar sobre o uso do espaço social – uma vez que o autor não se dispôs a explicar o termo território –, faz uma distinção entre apropriação e dominação do espaço. A apropriação é um processo mais simbólico, impregnado de experiências vividas e valor de uso. Enquanto isso, a dominação é mais concreta, funcional e está associada ao valor de troca. Segundo o autor, o uso entra em conflito significativo com a troca no espaço, pois envolve “apropriação” em vez de “propriedade”. A própria apropriação requer tempo, ritmos, símbolos e práticas. Quanto mais o espaço é funcionalizado e controlado por agentes que o tornam unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Isso ocorre porque ele se distancia do tempo vivido pelos usuários, tornando-se um tempo diferente e mais simplificado (Lefebvre, 2006).

Desse modo, território está intrinsecamente relacionado ao poder, abrangendo não apenas o tradicional poder político, mas também tanto o poder concreto de dominação quanto o poder simbólico de apropriação, conforme apontado por Haesbaert (2004). Todavia, o que exatamente é o poder? De acordo com Raffestin (1993), o termo poder dispõe de dois significados distintos. O autor demarca isso a partir da escrita com letra inicial maiúscula ou minúscula. A palavra Poder com “P” maiúsculo refere-se à soberania do Estado, representada por leis ou uma unidade global de dominação, caracte-

rizando-se como um Poder unidimensional. No entanto, o autor critica essa concepção, argumentando que, ao considerar o Poder como o Estado soberano e unidimensional, se oculta a forma mais essencial e predominante de poder: o poder com “p” minúsculo. Raffestin (1993), com base em Michel Foucault, explica que o poder é parte intrínseca de toda relação, possui caráter multidimensional e está em todo lugar.

Nesse sentido, o poder manifesta-se durante uma relação, ocorrendo como um processo de troca ou comunicação quando os dois extremos da relação se encontram ou se confrontam. Para deixar mais evidente o que é o poder, Raffestin cita 5 características do poder segundo Michel Foucault, são elas:

O poder não se adquire, é exercido a partir de inumeráveis pontos; As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; O poder vem de baixo, não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (Raffestin, 1993, p. 53).

Nesse sentido, nota-se que o poder não é algo que ocorre por acaso, é algo intencional, estritamente fruto das relações entre indivíduos que se manifesta numa parte do espaço chamado de território. Assim, vale ressaltar que no território não há vácuo de poder, sempre haverá uma instituição, um grupo ou indivíduo a exercer poder sobre um território.

Nesse contexto, entende-se que as relações sociais no espaço produzem o território. Desse modo, também se compreende que o território é o resultado de uma interação complexa de várias variáveis sociais, tais como pobreza, desigualdade social e qualidade de vida, que estão intrinsecamente ligadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais. A violência pode ser considerada como uma consequência dessa dinâmica, o que pode explicar a existência de uma territorialidade da violência e/ou criminalidades, muitas vezes resultados do processo desigual do espaço urbano.

Outro fator que facilita a proliferação da criminalidade são as consequências do espaço nos novos processos sociais de produção do espaço urbano, concentrador de renda e socialmente excludente, criando áreas vulneráveis à criminalidade e à violência. Para Ferreira e Penna (2005), quando ocorre uma urbanização sem urbanidade, sem as justiça sociais, coloca-se uma distância social entre as pessoas, não necessariamente uma distância física, pois as diferenças sociais confrontam as proximidades físicas em termos de sobrevivência, saúde ou trabalho.

Nesse contexto, nota-se que a violência desempenha um papel crucial, levando à formação de uma “fobópole” (Souza, 2008), na qual o medo passa a influenciar as relações sociais e a configuração dos espaços. Os indivíduos constroem residências com grades, muros altos e cercas elétricas, o que reflete a presença constante da violência no cotidiano das pessoas. Além disso, é relevante destacar as alterações nas rotinas dos locais considerados perigosos, nos quais os moradores só se aventuram em horários específicos, tidos como mais seguros, ou são limitados em suas atividades de lazer. Essas mudanças deixam uma marca visível na paisagem urbana, revelando o profundo impacto da violência na vida diária e consequentemente na perda do direito à cidade. Nesse sentido, é relevante salientar como os espaços precários propiciam a criminalidade e como a criminalidade produz espaços precários num processo de retroalimentação.

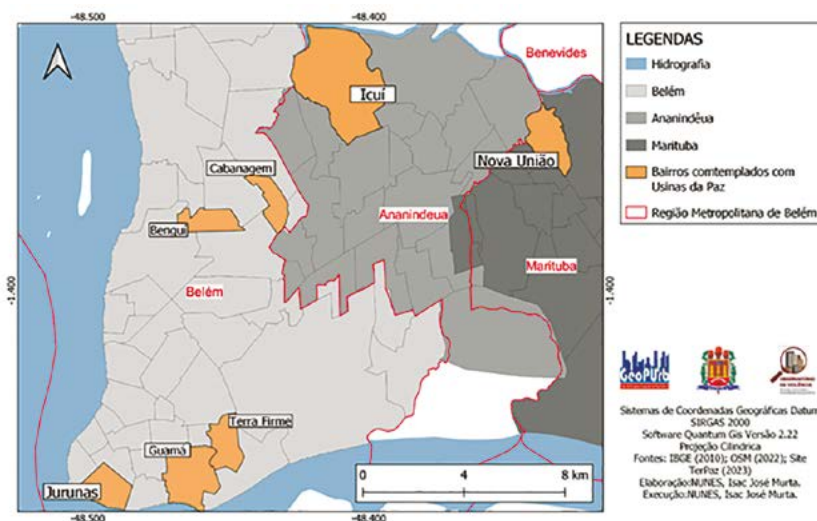
O Programa Territórios pela Paz – TerPaz

Diante do cenário exposto nos tópicos anteriores, nota-se que a manifestação da violência urbana e da criminalidade está muito relacionada à baixa presença do Estado em certos espaços da cidade, tornando-se, dessa maneira, um caso de segurança pública. De antemão, devemos salientar que a segurança pública não é só caso de polícia. Quando nos deparamos com o problema da criminalidade, é comum que a primeira associação seja à polícia e à prisão como soluções primárias. Muitas vezes, clama-se por leis mais severas, mais presidiários e mais presídios. No entanto, essa abordagem apenas amplifica a questão. É indiscutível que a ação policial desempenha um papel crucial na prevenção e controle da criminalidade, mas não deve ser considerada a única, nem a principal resposta (Pinto Júnior, 2017).

O problema da criminalidade precede o crime em si e não está sob o alcance dos órgãos de segurança pública. Seu equacionamento requer a construção de uma sociedade equilibrada, baseada em investimentos e prioridades voltados para a educação, saúde, cultura e, principalmente, à criação de oportunidades para todos os cidadãos. É notável que uma sociedade com uma distribuição de renda mais equitativa geralmente apresenta índices de criminalidade mais baixos. No Brasil, já houve diversas medidas para combater a violência rural e urbana, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em 1997, e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em 2001. No panorama geral, o Brasil, de 2009 a 2019, apresentou um declínio de 12,6% na taxa de homicídios/100 mil/hab., segundo o atlas da violência de 2021 (Cerqueira *et al.*, 2021). Em paralelo a isso, o estado do Pará apresentou um aumento de 13,9% neste mesmo período conforme mostra a tabela 2.

e o bairro Icuí, localizado no município de Ananindeua. A espacialização das Usinas da Paz na RMB pode ser observada na figura 3.

Figura 3 – Região Metropolitana de Belém. Espacialização das Usinadas da Paz. 2023

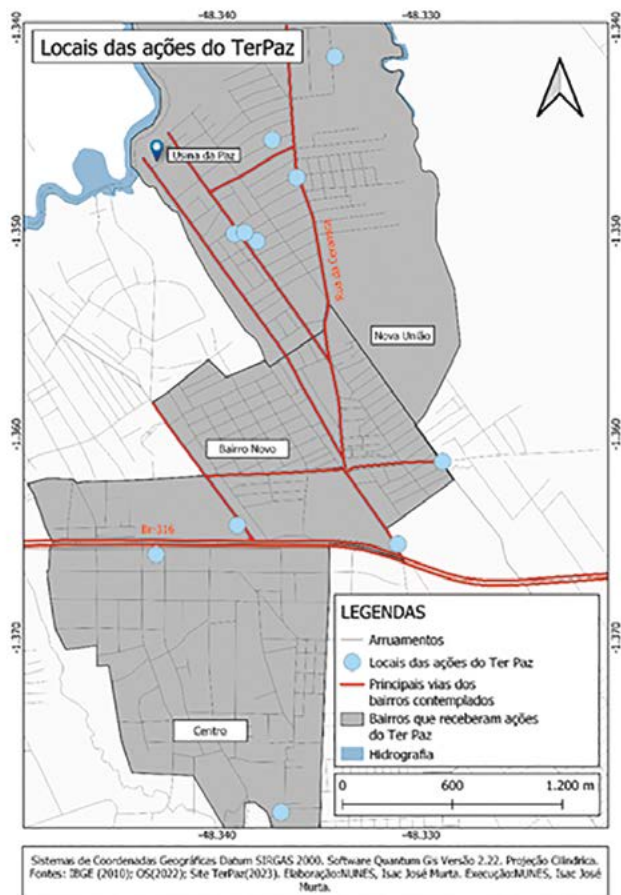


Fonte: elaboração própria, 2023.

Na segunda fase, conhecida como “Atuação Integral”, as secretarias, órgãos e fundações relacionados às políticas de inclusão social, juntamente com a Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), assumiram a responsabilidade pela implementação das próximas etapas. Nessa continuação, as ações não se restringiram à Usina da Paz, pois começaram a ser realizadas nos bairros enquanto a UsiPaz estava em construção. Para tanto, contaram com a utilização de espaços públicos e privados, como praças, igrejas e escolas, além de fazer uso de vans pertencentes ao programa para executar essas ações.

Esse segundo momento começou a ser realizado antes mesmo da inauguração da usina. O projeto TerPaz desempenhou um papel significativo nos bairros por meio de suas ações, que foram implementadas como um método para introduzir e promover serviços que antes eram ausentes nos bairros. Elas eram realizadas em locais diversos dentro dos bairros, mas alguns locais específicos, como a escola Dom Calábria, no bairro Nova União, se destacavam por sediar com frequência essas atividades. Neste bairro, as ações foram iniciadas no começo de 2020 e continuaram mesmo durante a pandemia de COVID-19. Inclusive, durante esse período, foram realizados diversos trabalhos, envolvendo a disponibilização de testes e a prestação de serviços de atendimento aos pacientes (figura 4).

Figura 4 – Bairro Nova União / Marituba/PA. Espacialização das ações do TerPaz. 2023



Fonte: Elaboração própria com base no site do Terpaz, 2023.

Embora o foco principal fosse os bairros em questão, o programa Ter-Paz ocasionalmente ampliava sua atuação para bairros próximos, buscando abranger uma área mais ampla e beneficiar mais pessoas. Além disso, havia também ações planejadas para ocorrerem em datas comemorativas ou eventos especiais e, muitas vezes, elas eram realizadas em colaboração com outras usinas que já estavam em funcionamento no espaço metropolitano.

Os CVLP's e as implicações do Programa TerPaz no bairro Nova União

A ideia central abordada neste tópico é que as condições precárias existentes no bairro Nova União, evidenciadas nos aspectos relacionados às

habitações permanentes, iluminação pública, acesso à água e aos serviços básicos, desempenham um papel fundamental na amplificação da violência e da criminalidade. Embora não seja o único fator determinante, exerce uma influência significativa na perpetuação desses problemas. Da mesma forma, a vulnerabilidade da comunidade em termos socioespaciais é agravada pela presença da violência e da criminalidade, que se retroalimentam e se intensificam dependendo das variáveis.

A sigla CVLI engloba os crimes de maior relevância social, abrangendo todas as ocorrências violentas que resultam em morte. Nesse contexto, estão enquadrados o homicídio doloso (quando alguém mata intencionalmente outra pessoa), latrocínio (roubo seguido de morte) e lesões corporais que resultam em morte. No Anuário de Segurança Pública de 2015, as mortes decorrentes de confrontos com policiais, tanto fora quanto durante o serviço, foram somadas às estatísticas de homicídios.

Com base nisso, o estudo aborda a ocorrência de atos violentos criminais intencionais no bairro Nova União (Marituba-PA) durante o período de 2013 a 2022. A tabela 3 ilustra a quantidade de CVLI's registrados no bairro, revelando um aumento tímido na estatística se comparada aos outros bairros alvos das ações do TerPaz.

Tabela 3 – Bairro Nova União / Marituba/PA. Dados de CVLI no bairro Nova União. 2023

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2013 a 2022
5	11	3	1	N/R	N/R	4	2	1	4	31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela SIAC (2023).

Entretanto, ao analisar a natureza dos CVLI's, notou-se uma semelhança entre as intenções e os locais. Dentre os 31 casos registrados nesse período, apenas 1 caracterizou-se como latrocínio, 1 lesão corporal seguida de morte, os outros 29 foram homicídios, dos quais 2 foram caracterizados como homicídio qualificado e 3 com características de execução a mando de milícias ou grupos criminosos. Percebe-se que o maior índice registrado foi no ano de 2014, o qual foi marcado pelas ações do “carro prata”, característico de condutas das milícias. Também é importante ressaltar que os CVLI's são igualmente fomentados pela disputa territorial decorrente do narcotráfico, uma vez que tanto o narcotráfico quanto a milícia usam de sequestros, ameaças e execuções para manter o poder sobre o território. As principais vítimas dos 6 casos registrados foram homens, de 17 a 35 anos.

O bairro Nova União é, ou era, fortemente marcado pelo narcotráfico devido às suas características socioespaciais. Primeiramente, é notório que o formato do bairro de maneira vertical facilita o controle e a supervisão do território, de vez que o bairro possui apenas 3 vias de acesso; outro fator é a

presença do rio Macajatuba em sua outra extremidade, exercendo uma função de rota do narcotráfico, fato este relatado por seis dos quinze entrevistados em trabalho de campo. A seguir, relato dos entrevistados a respeito das áreas mais violentas do bairro:

A parte mais violenta é pra banda de cá [próximo ao rio], antes aqui era muito violento, mais pra parte da baixada [...] as principais mortes são por invasão e tráfico (entrevistado 1, jun./2021).

As mortes são por tráfico, né? Não vou me complicar por isso? [...] a parte mais violenta é aqui pro Cerâmica, muito assalto, muita violência (entrevistado 2, jun./2021).

[...] é perigoso pro bairro do São Francisco, Cerâmica [...], aqui onde tem a usina agora, né? Não dava pra vim pra cá (entrevistado 3, jun./2021).

[...] ixi, aqui nesse rio era feita desova de corpos, vinha droga por aqui, por ali [parte mais acima do rio], o tráfico era muito forte, agora já me sinto seguro, tá legal (entrevistado 4, jun./2021).

Olha, ali pro Cerâmica, tinha muito assalto [...], acho que tinha muita morte por assalto, agora com a [presença da] usina diminuiu, eu ouço falar menos, né? (entrevistado 5, jun./2021).

Com base no que foi apresentado, observa-se um padrão nas respostas dos entrevistados quando questionados sobre os locais mais violentos do bairro e a causa principal das mortes. Dentre os 15 entrevistados, 8 relataram que a parte mais perigosa do bairro é o Cerâmica, que compreende o fim da rua da Cerâmica e as áreas de baixadas próximas ao rio, os quais eram ocupados por grupos criminosos.

Um ponto a ser destacado é que os entrevistados ficavam com receio de dar algumas informações quando se tratava dos homicídios relacionados ao tráfico. Também vale realçar que, segundo os moradores, ocorriam mortes frequentes, principalmente relacionadas aos narcotraficantes. Entretanto, nos dados oficiais disponibilizados pela SIAC constavam poucas mortes registradas.

Em relação à justiça espacial (Soja, 2014), foi perguntado sobre as questões dos serviços urbanísticos presentes no bairro. O primeiro ponto a se levantar foi a respeito da mobilidade e conectividade do bairro. Neste momento, as opiniões dos entrevistados divergiam, já que alguns consideravam o transporte público positivo, enquanto outros o avaliavam de forma negativa. Abaixo, apresentam-se algumas declarações dos entrevistados:

Eu acho que o transporte público é até bom, às vezes demora um pouco [...]. Eu faço tudo aqui no bairro mesmo, pet shop, farmácia, tem caixa 24h nos supermercados também. Eu só

saio quando é pra ir lá pro centro, quando eu quero comprar alguma coisa em lojas específicas, em algumas lojas específicas (entrevistado 2, jun./2021).

Agora tem ônibus de noite, porque tinha muito assalto a ônibus, eu já cansei de vim várias vezes andando porque os ônibus não queriam entrar pra cá, difícil. Agora já tem bastante ônibus porque parou mais os assaltos, antes tinha muito mesmo, agora já tem várias viaturas rondando por aqui (entrevistado 6, jun./2021).

Eu sinto que faltam algumas coisas por aqui, praças..., lazer, né? Mas agora tem a usina aí pras crianças fazer esporte, cultura também [...], mas aqui não tem tudo, a gente tem que ir pra Belém às vezes (entrevistado 10, jun./2021).

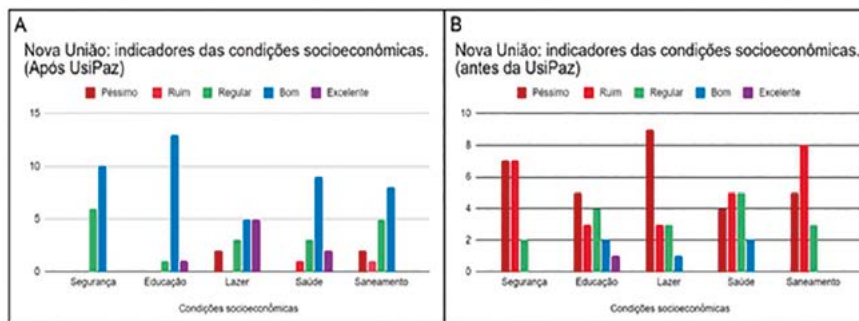
Agora os ônibus estão vindo até aqui na usina. Eu não sou daqui, sou de outro bairro né, mas eu tenho parente aqui no União, e os ônibus não vinham pra cá antes (Rua Bom Sossego) (entrevistado 11, jun./2021).

Nesse contexto, é perceptível que o transporte público não apresentou alterações substanciais. Conforme relatado pelo entrevistado 6, agora os ônibus estão circulando pelo bairro durante a noite, uma vez que é comum os motoristas se sentirem inseguros a rodar pelo bairro à noite, especialmente devido à baixa demanda de passageiros nesse período. Contudo, uma mudança expressiva ocorreu na infraestrutura viária do bairro, de vez que as estradas de acesso à usina devem ser bem mantidas. Além disso, algumas vias próximas às principais foram asfaltadas. Também foram construídos calçadas e meio fio nas ruas para dar uma condição mínima de saneamento.

No que diz respeito à coleta de lixo, os entrevistados afirmaram que o sistema de coleta continua inalterado, com três vezes por semana (nas terças, quintas-feiras e sábados). Quanto ao fornecimento de água encanada, todos os entrevistados responderam de forma unânime que utilizam caixas d'água conectadas a poços artesanais. Isso ocorre porque o serviço de água encanada opera apenas em horários específicos do dia (das 5h às 7h, das 12h às 13h e das 19h às 21h). Alguns entrevistados mencionaram passar vários dias sem acesso ao serviço de água encanada. Portanto, todos eles optaram pelo uso de poços artesanais, que proporcionam acesso contínuo à água durante todo o dia e não precisam pagar por contas de consumo de água.

Durante as entrevistas, aplicou-se um questionário com o intuito de avaliar a percepção dos moradores sobre o bairro. Isso permitiu obter uma compreensão tanto qualitativa quanto quantitativa das transformações ocorridas na região. Nesse processo, os entrevistados foram solicitados a avaliar a qualidade dos serviços disponíveis no bairro, tendo à disposição cinco opções para alcançar resultados abrangentes e coerentes (gráfico 1).

Gráfico 1 – Bairro Nova União / Marituba/PA. Indicadores das condições socioeconômicas antes e após a Usina da Paz. 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos dados coletados através de entrevistas em trabalho de campo em junho de 2021.

Considerando o exposto, o gráfico 1 apresenta a percepção dos moradores dois meses após a inauguração da Usina da Paz (Nova União), mostrando uma mudança notável na perspectiva dos residentes após uma intervenção intensiva no território por parte do Estado. Importa recordar que essas transformações ocorreram simultaneamente à construção das usinas. Em uma análise comparativa abrangente, ao perguntar aos moradores sobre as mudanças percebidas no bairro, surgiram tendências distintas: a “Segurança” foi um ponto amplamente citado, com a maioria dos moradores relatando uma sensação de maior proteção devido ao aumento das patrulhas policiais no bairro, uma presença anteriormente rara.

No que se refere à “Educação”, os moradores destacaram melhorias decorrentes da disponibilidade de cursos profissionalizantes e turmas de alfabetização para adultos oferecidas pela Usina da Paz, contribuindo para o aprimoramento da educação local. Em relação ao “Lazer”, houve menções a melhorias devido às oportunidades esportivas proporcionadas pela Usina, embora não tenham sido criadas praças públicas no bairro. No âmbito da “Saúde”, as melhorias foram amplamente reconhecidas, com as Usinas da Paz oferecendo consultas gratuitas com clínicos gerais, psicólogos, dentistas e outros profissionais de saúde. Entretanto, a alta demanda resultou em poucas vagas disponíveis.

O “Saneamento básico” foi o aspecto que causou uma mudança visual notável, com a construção de calçadas em várias ruas, prevenindo alagamentos e contribuindo para a estética do bairro. Todavia, o tratamento de água não foi implementado, pois, como mencionado anteriormente, todos os moradores utilizam caixas d’água conectadas a poços artesianos.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, nota-se que a dinâmica de produção do espaço urbano de Marituba ocorreu em grande parte de forma precária, visto que há grande parcela do espaço em condições precárias de habitação e sem acesso a serviços básicos. O bairro Nova União está inserido neste contexto, apresentando baixos indicadores econômicos e infraestruturais onde se concentra população de baixa renda.

Dessa forma, evidencia-se uma barreira espacial a qual reproduz a pobreza como um fator a mais, resultante dos processos (re)produção das relações sociais de produção. Desta maneira, a violação dos direitos básicos do cidadão condiciona os assentamentos precários, e estes condicionam a criminalidade, não apenas pelo fator infraestrutura, ou seja, falta de iluminação pública, pavimentação etc., mas também pela ausência do Estado no local. Nesse sentido, quando o Estado não se faz presente, não exercendo um poder sobre o território ou a manutenção, outros agentes ocupam esse lugar de influência e tornam-se agentes do poder paralelo ao Estado.

Assim, a raiz da violência nesses locais frequentemente se entrelaça com o crime organizado, evidenciando-se, nesse contexto, a territorialização da violência, que se manifesta como áreas urbanas tomadas por organizações criminosas que estabelecem seu domínio sobre elas, convertendo-as em centros de poder do crime organizado, a partir dos quais orquestram suas operações na cidade. Além disso, é crucial destacar que a maior forma de violência reside na lacuna deixada pela ausência do poder público no que diz respeito a serviços e infraestrutura, pois isso abre espaço para o surgimento de todas as outras manifestações de violência no espaço urbano.

Dessa forma, o Estado utilizou-se do Programa TerPaz para exercer uma maior presença no bairro, sendo a sua maior manifestação física a Usina da Paz. Antes da instalação da usina, as ações de cidadania eram a principal forma de intervenção do projeto no bairro, eram ações pontuais e específicas, sem estruturas permanentes. Porém, a inauguração da usina consolidou a presença do Estado no bairro, pois levou diversos serviços antes inexistentes, além de infraestruturas como asfaltamento e saneamento básico, dessa forma promovendo um avanço em direção à justiça espacial, mesmo que ainda permaneça distante de uma realidade aceitável.

Referências

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: base de dados. 2023. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha> . Acesso em: 27 de ago. 2023.

CARDOSO, A. L. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. *In*: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (Ed.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudo de caso brasileiro. Brasília: IPEA, 2016. p. 29-52. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6801> . Acesso em: 10 de ago. 2022.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf> . Acesso em: 10 out. 2022.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **Geosp - Espaço e Tempo**, n. 18, p. 155 - 168, 2005. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/73979> . Acesso em: 10 out. 2022.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> . Acesso em: 15 out. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 7 v.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades [online]**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acesso em: 10 de abril de 2024.

MARITUBA. **Plano Diretor Participativo do Município de Marituba**. Marituba: Prefeitura Municipal de Marituba; Secretaria Municipal de Planejamento, 2007. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Marituba_PlanoDiretorPA.pdf . Acesso em: 20 nov. 2023.

MARITUBA. **Projeto de Lei Municipal Nº 67/2018**. Marituba: Prefeitura Municipal de Marituba; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – SEIDUR, 2018.

NUNES, F. A. A Lei de Terras e a Política de Colonização Estrangeira na Província do Pará. **Tempos Históricos**. Volume 16 – 2º Semestre – 2012 – p. 99 - 126. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8099> . Acesso em: 25 nov. 2022.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Lei Ordinária Nº 2.460, de 29 de novembro de 1961**. Disponível em: <http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

PARÁ. **Decreto nº 141, de 10 de junho de 2019**. Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência. Pará, Pa: governo do estado, 2019. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/4870#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20141%2C%20DE%2010,%E2%80%9D%2C%20no%20Estado%20do%20Par%C3%A1>. Acesso em: 05 mai. 2021.

PINTO JÚNIOR, A. O. **Segurança pública não é (só) caso de polícia**, NSC Total. 21 de ago. 2017. Disponível em: <https://www.nsc total.com.br/noticias/seguranca-publica-nao-e-so-caso-de-policia> . Acesso em: 28 de ago. de 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, W. O; FERNANDES, J. H. S. Interações espaciais e promoção imobiliária como vetores da metropolização do espaço de Marituba/PA. **GeoUerj**, n. 35, e39162, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/39162> . Acesso em: 12 jul. 2023.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. **Dados de Crime Violento, Letal e Intencional**. 2023.

SOJA, E. W. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a questão da militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TERPAZ – Programa Territórios pela Paz. **Cursos**. Pará: Governo do Pará / Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://terpaz.pa.gov.br/> . Acesso em: 12 jul. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

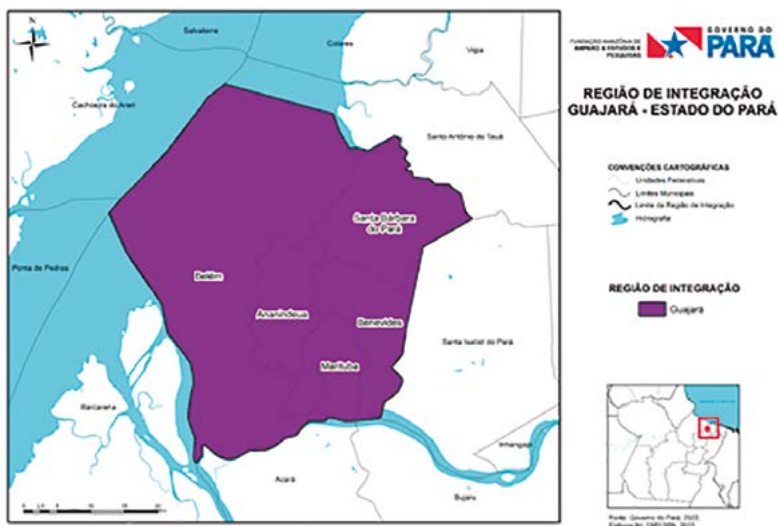
CAPÍTULO 7: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ESPAÇO DO LAR E PANDEMIA DA COVID-19 NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ, PARÁ

Alana Farias Monteiro
Willame de Oliveira Ribeiro

Introdução

O Pará, através do Decreto de nº 1066, de 19 de junho de 2008 (Pará, 2008), passou a ser dividido em 12 regiões de integração, dentre elas a Região de Integração Guajará (RI Guajará) (figura 1). Desde o princípio, o cerne da iniciativa visava unir municípios com semelhanças quanto ao nível social, econômico, de ocupação e de dinâmicas, para que, por meio da regionalização, as políticas governamentais pudessem atuar com maior eficiência nessas localidades.

Figura 1 – RI do Guajará. Mapa de localização da RI. 2022



Fonte: Radar de Indicadores das Regiões de Integração do Pará 2022 (FAPESPA, 2022).

A RI Guajará, composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, é a mais populosa do estado, especialmente pelo fato de que ela abarca a capital do Pará e parte de sua região metropolitana. Nesse sentido, essa RI carrega consigo os fenômenos espaciais, sociais e econômicos comuns às grandes redes urbanas, como, por exemplo, o alto índice de violência (Agência Pará, 2024). Aqui será dado enfoque a um tipo de violência que, apesar de muito comum nos centros urbanos, não necessariamente tem sua existência pautada nele: a violência contra a mulher.

Seguindo essa linha de pensamento, para as Nações Unidas, a violência contra a mulher é conceituada como “qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada” (OPAS, 2024). Como medida de combate a tais práticas, a Lei 11.340, promulgada em 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, passou a exercer, no Brasil, o papel de norteadora frente aos casos de violência sofrida por mulheres (Brasil, 2006).

No entanto, a eficácia das medidas ainda não alcança um nível satisfatório, uma vez que, apenas no ano de 2023, no Brasil, cerca de 18,6 milhões de mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência, daquelas em torno de 60% sofreu a agressão por parte de seu atual ou ex-companheiro, segundo dados do Fórum Nacional de Segurança Pública (2023). Ao voltar o olhar à população paraense, os dados refletem o cenário nacional, pois, no mesmo ano, 2023, o Estado registrava uma vítima de feminicídio a cada seis dias (Pará..., 2023).

Além de tais fatos retratarem a calamidade da segurança pública nacional e local, eles também são porta de entrada para outra temática, ligada aos casos de violência e novamente relacionada ao urbano: a saúde pública. O Brasil é protagonista internacional, alinhado às metas da Organização das Nações Unidas, quando se trata de saúde por conta da Lei 8080/1990 (Brasil, 1990), que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS). Esta política pública visa assistir a população desde os casos de atendimentos básicos até os mais complexos, atuando sempre com equidade, ou seja, sendo acessível a todo o seu público, sem formas de discriminação ou prioridades (Ministério da Saúde, 2024).

Em divergência à idealização do SUS, a realidade do sistema mostra-se por muitas vezes contraditória ao que se prega em seu planejamento. O grande exemplo disso está nos acontecimentos dos últimos anos com a propagação do coronavírus que deu origem a Pandemia da COVID-19. Nessas circunstâncias, as políticas do SUS, e nem mesmo as iniciativas privadas de saúde, supriram as necessidades da população brasileira, instalando-se no país um verdadeiro cenário de calamidade pública. No Brasil, entre 2020 e 2022,

quase 700 mil óbitos foram contabilizados pelo Ministério da Saúde decorrentes do vírus (Ministério da Saúde, 2024).

De acordo com o mesmo levantamento, o Pará registrou cerca de 860 mil casos de pessoas infectadas pelo coronavírus, o que espelha a proporção que a calamidade tomou em terras paraenses. Dentro desse contexto, cabe recordar que este artigo busca analisar a RI Guajará, a mais populosa do Estado, por conseguinte, a que sediou muitos casos de COVID-19. Outrossim, a calamidade pública carrega consigo não apenas o que a desencadeou, nesse caso, a emergência de saúde pública, mas também outros fatores que se agravam com o caos instalado, como os casos de violência contra mulher.

A partir dessas colocações, esta pesquisa tem sua problemática revelada nas seguintes questões: Quais as implicações da COVID-19 sobre a dinâmica da violência contra a mulher na RI Guajará? Como se apresentam os dados de violência contra a mulher na RI Guajará?

Diante dessa problemática, o objetivo geral da investigação consistiu em compreender a violência contra mulher no espaço do lar na RI Guajará no contexto da pandemia de COVID-19. Para melhor detalhamento desse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar os dados relativos à violência contra a mulher na RI Guajará; e entender as implicações da COVID-19 sobre a dinâmica da violência contra a mulher na RI Guajará.

Nesse ínterim, a pandemia de COVID-19 desencadeou uma série de imbróglis sociais e de saúde pública, resultando de forma significativa no agravamento da dinâmica da violência contra a mulher. Na RI Guajará, este fenômeno não foi exceção, tendo em vista que, com o aumento das restrições de movimento e o isolamento social necessário para conter a propagação do vírus, muitas mulheres ficaram confinadas em ambientes domésticos potencialmente problemáticos, aumentando sua vulnerabilidade a contextos de violência perpetrada por parceiros íntimos e/ou familiares.

Não à toa que os dados de violência contra a mulher na RI Guajará refletem essa realidade alarmante, evidenciando um possível aumento nos casos de violência doméstica durante o período da pandemia. Tendo em vista a que falta de recursos e redes de apoio acessíveis durante os períodos de confinamento podem ter contribuído para uma subnotificação dos casos de violência, tornando assim, ainda mais crucial a análise detalhada desses dados para compreender a extensão do problema. Assim, a presente pesquisa conta com uma breve análise destes contextos supracitados, além de apresentar o método para a sua construção, análise de dados e discussão.

Nesse sentido, este capítulo conta, além desta introdução, com outros cinco tópicos. O próximo encarrega-se de mostrar a metodologia utilizada na construção da pesquisa, o seguinte da chegada e desenvolvimento do corona-

vírus na RI Guajará. Os dois na sequência abarcam os casos de violência contra a mulher. Por fim, o tópico de considerações finais irá cuidar das últimas colocações pertinentes a este artigo.

Metodologia

A pesquisa em questão utilizou a abordagem metodológica quanti-qualitativa, com foco no levantamento e pesquisa bibliográfica e coleta de dados, além de entrevista semiestruturada. A partir disso, compreende-se que a metodologia permite uma análise sistemática e objetiva dos fenômenos em estudo, possibilitando a mensuração e a compreensão de padrões e tendências, segundo orienta Minayo (2020), ao passo que também há abertura para a análise sensível da percepção do entrevistado.

Somado a isso, os levantamentos documentais, incluindo a análise de leis relevantes, contribuem para a contextualização e fundamentação teórica do estudo. Além disso, a pesquisa bibliográfica, centrada em artigos científicos, enriquece a análise ao incorporar perspectivas acadêmicas e evidências empíricas sobre as temáticas abordadas, tomando por base os estudos metodológicos de Lakatos (2019). Outrossim, a coleta de dados em sites de órgãos governamentais, como o Ministério da Saúde e a SEGUP, além do acesso disponibilizado pela SIAC ao seu banco de dados, proporciona informações concretas e atualizadas sobre a COVID-19 e a violência.

Nesse sentido, foi utilizada a seguinte estratégia para levantamento dos dados pertinentes a temática:

1. **Revisão de documentos:** Para levantamentos documentais, utilizaram-se leis e decretos como estratégia, o que envolveu a revisão cuidadosa desses documentos para extrair informações pertinentes à pesquisa;
2. **Revisão da literatura:** A presente estratégia consistiu em identificar e revisar artigos científicos e outras publicações relevantes sobre a temática em questão. Isso incluiu a consulta a bancos de dados acadêmicos, bibliotecas digitais e outras fontes de literatura científica;
3. **Análise de dados:** Os dados disponíveis nos órgãos governamentais, como estatísticas sobre casos de COVID-19 e registros de violência, foram acessados e analisados, isso inclui dados epidemiológicos, registros de ocorrências disponibilizados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA e outras informações relevantes disponíveis publicamente.

Por fim, entende-se que, ao empregar essa abordagem metodológica, o estudo busca não apenas descrever os fenômenos estudados, mas também compreender suas causas, características e impactos, fornecendo subsídios

para a formulação de políticas e intervenções eficazes. Devido a isso, a combinação de diferentes fontes de dados fortalece a validade e a robustez das conclusões obtidas, possibilitando uma abordagem mais abrangente e aprofundada das problemáticas investigadas, como orientado por Severino (2019).

A RI Guajará e a pandemia de COVID-19

Em 2020, uma nova epidemia de coronavírus surgiu na China, tornando-se uma preocupação de saúde global. Rapidamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou-a uma pandemia, com vários impactos observados na saúde, política e sociedade (Nala *et al.*, 2020).

A pandemia de COVID-19 é resultado da síndrome respiratória causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em 2019 na cidade de Wuhan, China. Esta enfermidade afetou massivamente a população mundial com diferentes níveis de gravidade, e seus impactos continuam evidentes até os dias atuais (Centers for Disease Control and Prevention [CDC], 2020).

De acordo com a OMS, até meados de 2020, foram registrados mais de dois milhões de casos confirmados e quase 150 mil mortes em todo o mundo, com os Estados Unidos liderando em número de óbitos (mais de 25 mil). Nesse viés, a rápida disseminação, a falta de compreensão sobre o vírus e o aumento exponencial dos casos levaram a OMS a declarar a doença como uma pandemia em março de 2020 (OPAS, 2024).

O Brasil, um dos países mais atingidos pela pandemia de COVID-19, enfrentou uma crise profunda, evidenciada pelos altos índices de mortalidade. Apesar das medidas adotadas, a pandemia teve um impacto avassalador na população brasileira, especialmente entre os mais marginalizados e vulneráveis, agravado pela crise econômica e pelo alto desemprego. A situação caótica revelou as desigualdades existentes, especialmente na região Norte, onde a escassez de estudos epidemiológicos resultou em taxas de incidência desproporcionalmente altas da doença (Marinho *et al.*, 2021).

O estado do Pará emergiu como um dos epicentros da crise, com um aumento rápido e alarmante de casos e mortes. Em apenas 49 dias após a confirmação do primeiro caso, foram registrados 4.756 casos, com uma taxa de incidência de 788 casos por dia. O surto teve início na região do Guajará e cresceu exponencialmente em todo o território paraense (Silva *et al.*, 2021).

Dados de Silva *et al.* (2021) revelam que o estado do Pará notificou um total de 552.937 casos confirmados e 15.469 óbitos de COVID-19, com a maioria concentrada na região metropolitana. Essa variação nos números reflete as disparidades socioeconômicas, culturais e de saúde, que são características da natureza síndemica da doença. Além disso, a região Norte apresentou taxas de incidência muito superiores as de outros municípios, destacando ainda mais as desigualdades existentes.

Somado a isso, somente a RI Guajará possuía 100 casos confirmados na primeira onda, o que corresponde a 64,1% dos casos. Ao ampliar a análise para a Região Metropolitana de Belém (RMB), esta concentrava 78,2% dos casos confirmados, demonstrando que a Difusão por Contágio – em que a distância é fator essencial – pode explicar a expansão da pandemia, facilitada pelos deslocamentos diários feitos através da estrutura rodoviárias e demais rotas (Catão, 2016).

Segundo estudos de Machado *et al.*, (2022), dos 240.966 casos confirmados de COVID-19 no Pará, mais de 16,3% estavam localizados na RI Guajará, onde a taxa de letalidade foi superior a 5,6%. Ademais, embora mais de 85% das residências pertencentes à RI Guajará tenham acesso à água encanada, alguns domicílios podem ter fontes de água inadequadas em termos de potabilidade, ou a disponibilidade pode não ser diária. O que sem dúvidas pode dificultar o processo de higienização pessoal e das atividades domésticas (Tavares; França, 2020).

Tal fato é reforçado a partir do mapa de número de casos por região de integração da SESPA (2020), que indica o exorbitante índice de mais de 200 mil casos somente na RI Guajará, a qual corresponde aos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará.

Nessa lógica, não se pode subestimar a suma relevância das políticas públicas governamentais no combate à COVID-19. A continuação das campanhas de vacinação, iniciativas informativas e projetos como o “painel COVID” são fundamentais para controlar a disseminação do vírus e proteger a saúde pública. Devido a isso, compreende-se que ignorar tais políticas seria negligenciar a segurança e o bem-estar de toda a comunidade. Além disso, o monitoramento constante de casos é essencial para entender a evolução da doença e direcionar recursos de forma eficaz. Assim, é crucial que tanto os governos quanto a população reconheçam a importância dessas medidas e continuem a apoiar e implementar políticas públicas robustas para enfrentar esse desafio global (SESPA, 2022).

Para além disso, é necessário pensar a COVID-19 por uma ótica que enxergue além da enfermidade, alcançando o contexto em que ela se inseriu e as modificações que trouxe para a vida cotidiana. Por essa visão, além da saúde, outros eixos fundamentais devem ser observados: educação, cultura, economia, realidade socioeconômica e segurança são alguns deles. Ao tratar deste último, Couto (2022) entende que desde a década de 1960 a Amazônia é uma região marcada pela geografia da violência, sendo traçada uma rede entre as cidades que a compõem, ligando entre si desde a dimensão da violência no campo até os conflitos estabelecidos no meio urbano. Nesse sentido, a calamidade pública ocasionada pelo período pandêmico impactou também a maneira como a criminalidade se dispõe no dia a dia da cidade e do campo.

A violência contra a mulher na RI Guajará

A violência é um fenômeno social diretamente ligado ao processo civilizatório e historicamente relacionado com os vínculos sociais, sendo possível se manifestar de inúmeras maneiras (Vigário; Paulino-Pereira, 2014).

O último Radar de Indicadores das Regiões de Integração do Pará destacou a RI Guajará com o maior número de óbitos decorrentes de violência, sendo analisados os casos de agressão, homicídios e mortes no trânsito (FAPESPA, 2022). Esses dados retratam a violência em seu aspecto geral, mas também servem de base para a compreensão dos tipos de violência que se constituem na localidade. Ao adentrar na temática direcionando o olhar para as vítimas do sexo feminino, cabe salientar que a Lei Maria da Penha prevê cinco modalidades de violência contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (Brasil, 2006). Nesse sentido, alguns aspectos como a presença do patriarcado, o crescimento da cidade e o nível de instrução escolar da população devem ser levados em consideração como impulsionadores dos altos índices desses tipos de violência.

Nesse contexto, Saffioti (2015) entende que o patriarcado é o principal responsável pela perpetuação da violência contra a mulher, referindo-se aos casos como “violência patriarcal”. Para a autora, o patriarcado modifica-se de acordo com o momento histórico da humanidade, sendo perceptível tanto à época em que o homem tinha escolha sobre a vida ou morte de sua esposa, em caso de traição, quanto atualmente, em que o judiciário se mostra brando ao julgar os casos de violência sofrida por mulheres.

A violência verificada nas cidades brasileiras está diretamente ligada ao tipo de urbanização do país, fortemente marcada pela precarização socioespacial. A capital paraense enquadra-se nesse cenário. No tocante a isso, segundo Ribeiro *et al.* (2024), a reestruturação de Belém, entre os anos 1970 e 2000, deu-se a partir da saída da população de baixa renda das áreas centrais e inserção em áreas dispersas, resultando em espaços periféricos com condições precárias e marcante desigualdade social, o que potencializa a violência urbana.

Ademais, Leite *et al.* (2019) afirma que a literatura evidencia, dentre outros fatores, a baixa escolaridade como característica comum dos agressores na maior parte dos casos de violência contra mulheres. Nesse viés, cabe ressaltar que, no Pará, o nível de pessoas sem instrução acima de 25 anos é maior que a média nacional. No Estado, 34,9% da população dentro dessa faixa etária sequer completou o ensino fundamental (IBGE, 2023). A tabela 1 retrata essa realidade nos registros de violência contra a mulher nos anos de 2018 a 2023 na RI Guajará.

Tabela 1 – RI do Guajará. Nível de instrução dos agressores de mulheres. 2018 a 2023

Nível de Instrução	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Não Alfabetizado	3	5	30	17	10	20	85
Fundamental Incompleto	29	46	1038	432	299	505	2349
Médio Incompleto	21	6	378	145	69	153	772
Superior Incompleto	6	5	171	54	18	43	297
Superior Completo	6	15	272	133	59	2	487
Não Informado	17458	19169	15724	18932	19190	20600	117266

Fonte: Secretaria de Inteligência e Análise Criminal - SIAC/SEGUP, 2024.

Apesar de haver um número expressivo de registros em que não há informação quanto ao grau de instrução do autor, através dos dados apresentados é possível constatar uma maior ocorrência de crimes em que os agressores possuem apenas Ensino Fundamental ou Médio incompleto, corroborando com a tese de que a escolaridade possui relação com a violência sofrida por mulheres. Ainda ao analisar a tabela 1, é perceptível uma grande incidência de ocorrências em que o autor possui maior grau de instrução dentre os anos de 2020, 2021 e 2022. Nesse sentido, deve ser levado em consideração que esse triênio carrega consigo as particularidades causadas pela pandemia de COVID-19, que serão tratadas mais a fundo no tópico seguinte.

Outro fator relevante a ser considerado neste capítulo é que, apesar de hodiernamente diversos autores e autoras já terem adentrado na temática aqui retratada, somente a partir da década de 1990 a pesquisa científica passou a voltar seu olhar para os casos de violência letal contra a mulher que não estivessem pautados na análise da relação conjugal (Portella; Ratton, 2015). Ainda assim, em uma iniciativa pioneira, próximo a esse mesmo período, foi inaugurada, no município de Belém, a Divisão de Crimes Contra a Integridade da Mulher (DCCIM) – a primeira delegacia especializada no atendimento ao público feminino no Pará –, seguindo uma tendência recém iniciada em âmbito nacional. Contudo, estar na vanguarda das medidas de segurança voltadas à mulher e sediar a DCCIM não foi suficiente para impedir o avanço dos altos índices de crimes contra tais vítimas no Estado, especialmente na RI Guajará.

Nessa lógica, a RI em estudo se destaca no Estado ao possuir o maior número de delegacias especializadas no atendimento à mulher, concentrando o total de 4 delegacias, enquanto outras 18 se dividem nas demais RI's paraenses. No ano de 2023, foi inaugurada em Belém a Delegacia Especializada em Feminicídio e Outras Mortes Violentas contra Gênero, iniciativa que visa uma maior eficiência no atendimento ao público, ao passo que demonstra uma significativa ocorrência de casos na capital e redondezas (PCPA, 2024). Nesse

contexto, através de dados disponibilizados pela SEGUP para a pesquisa de Bitar *et al.* (2021), pôde-se perceber que a RI Guajará se destacou no período de 2008 a 2015 com uma quantidade de casos de violência doméstica quase equivalente à somatória das demais RI's paraenses. No período supracitado, esta RI concentrou 43,4% do total de casos notificados no estado do Pará.

Ao tecer análise em período mais recente, a RI Guajará conta com números expressivos nos registros de casos de violência contra a mulher, conforme apresenta a tabela 2.

Tabela 2 – RI do Guajará. Quantitativo de registros de violência contra a mulher.
2018 a abril de 2024

2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
17.582	19.336	19.427	20.424	19.993	22.086	6.210	125.058

Fonte: Secretaria de Inteligência e Análise Criminal - SIAC/SEGUP, 2024.

A partir dos dados apresentados, compreende-se que houve pouca variação no montante de registros no período analisado. Ainda é possível inferir que 55 ocorrências foram registradas por dia de janeiro de 2018 a abril de 2024. Nesse contexto, o município de Belém sobressai-se, sendo responsável por cerca de 70% dos registros, seguido de Ananindeua com 23% dos casos.

Tais fatos contribuem para a constatação de que a RI Guajará, além de altos índices de agressão, homicídios e mortes no trânsito, também é marcada pela forte presença de crimes contra a mulher. Nessa ótica, além do contexto geral da violência, é necessário voltar o olhar às particularidades de tipos de ocorrências e do recorte temporal em análise. Para isso, o tópico seguinte trará o arcabouço para o melhor entendimento de como a violência contra a mulher se dispôs em meio a pandemia de COVID-19.

As consequências da COVID-19 sobre a dinâmica da violência contra a mulher na RI Guajará: as particularidades do espaço do lar

O surgimento do novo coronavírus trouxe diversas mudanças ao modo de vida. Segundo Monteiro (2023, p. 4), “a pandemia do covid-19 alterou profundamente as relações sociais em todas as dimensões da vida, desde o dia a dia até a escala global”. O vírus propaga-se através de gotículas respiratórias e secreções infectadas (Caldas; Tavares, 2019), por esse motivo o confinamento foi uma medida contra a disseminação da doença durante todo o período pandêmico.

Nessa ótica, a euforia do trânsito, comércio local e rotina cotidiana nas cidades deram lugar a um vazio e silêncio que se espalharam pelas ruas enquanto o vírus lotava hospitais e trazia preocupação às famílias. Nos raros encontros entre pessoas nas ruas, o olhar que se estampava nos rostos era marcado por uma mistura de medo e solidariedade. Dentro desse contexto, o

lar passou a exercer uma plurifuncionalidade na medida em que as atividades antes realizadas fora de casa passaram a ser cumpridas neste ambiente. O local que antes tinha sua principal função em abrigar seus moradores, passou a ser também o local de trabalho, compras e lazer (Barata-Salgueiro, 2020). Além destas, outras práticas já marcadas no contexto do lar passaram a se intensificar, como é o caso da violência doméstica.

Nesse sentido, é relevante destacar que, no Brasil, apenas um ano antes do período pandêmico, 76,4% das mulheres vítimas desse tipo de violência apontavam seu agressor como alguém próximo: um atual ou ex-parceiro, membro familiar ou até mesmo um vizinho (FBSP, 2019). Logo, mesmo no contexto da calamidade pública causada pela COVID-19, os agressores ainda possuíam certa facilidade no acesso ao lar da vítima, seja pelo vínculo já estabelecido ou ainda por coabitarem com esta.

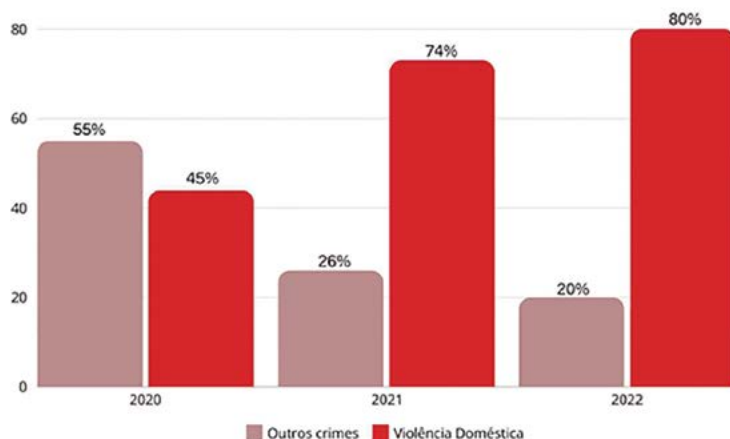
Dentro desse cenário, cabe retomar a abordagem já anteriormente iniciada para buscar compreender o aumento de casos em que o agressor possui alto nível de instrução escolar. Nesse viés, por conta da calamidade instalada nas cidades brasileiras, a prática do *home office* – termo estrangeiro definido pela Academia Brasileira de Letras como uma modalidade do trabalho remoto em que as atividades laborais são desenvolvidas em ambiente doméstico (ABL, 2024) – passou a ser um meio recorrente adotado por grandes empresas e empreendedores locais para manter o funcionamento de seus negócios.

Seguindo essa ótica, estudos de Araújo e Lua (2020), Mendes, Hastenreiter Filho e Tellechea (2020) comprovam que no período pandêmico o público que teve maior adesão ao trabalho remoto no lar foi o que possuía maior instrução escolar, ou seja, com as mudanças trazidas pela COVID-19, a maior parte dos trabalhadores que puderam adotar o *home office* possuíam ensino superior completo, o que consequentemente acarretou a esses trabalhadores um maior tempo de permanência dentro do lar se comparado a sua rotina antes da pandemia, em que normalmente havia o deslocamento para o ambiente de trabalho. Seguindo essa análise, é possível compreender o motivo pelo qual especificamente nos anos em que se deu o surto pandêmico houve um significativo aumento de casos de violência doméstica por parte de agressores com maior nível de escolaridade, como demonstrado na tabela 1.

Outrossim, na época, o aumento no índice de desemprego, dos níveis de estresse e consumo de bebida alcoólica, a redução da renda familiar, a dificuldade de acesso a redes de apoio para mulher e a crescente manipulação do agressor sob a vítima por conta do maior tempo de convivência foram fatores que contribuíram significativamente nesse sentido (Vieira *et al.*, 2020; Marques *et al.*, 2020). Corroborando com essa análise, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) relata que, de 2020 a 2021, a cada minuto 8 mulheres eram agredidas fisicamente no país, o equivalente a 4,3 milhões de vítimas.

Ao voltar a análise para o estado do Pará, Bitar *et al.* (2021) apresenta um demonstrativo em que a SEGUP contabiliza 8293 casos de violência doméstica em todo o território paraense no período de 2008 a 2015. Por outro lado, de 2020 a 2022, somente na RI Guajará foram registradas 7639 ocorrências de violência doméstica (SEGUP, 2024). Os dados demonstram que, mesmo em um recorte temporal e território de análise significativamente menores, o quantitativo de casos durante a pandemia tomou grandes proporções. Seguindo essa linha de pensamento, o gráfico 1 apresenta a disparidade no número de registros de outros crimes contra a mulher em comparação com os casos de violência doméstica registrados pela SEGUP.

Gráfico 1 - RI do Guajará. Quantitativo de registros de crimes contra a mulher. 2020 a 2022



Fonte: Secretaria de Inteligência e Análise Criminal - SIAC/SEGUP, 2024.

Nos anos de 2020, 2021 e 2022 foram registrados, respectivamente, 43, 46 e 32 outros crimes em que a vítima era mulher (SEGUP, 2024). Ao observar esses números, fica evidente que, apesar de haver uma gama de outras tipificações criminais em que as vítimas eram do sexo feminino, a violência doméstica se destacou ao quase se igualar com os registros de outros crimes em 2020 e ao superar com discrepância as demais tipificações criminais em 2021 e 2022.

As denúncias chegam ao Centro Integrado de Operações (CIOp), onde acontece um trabalho ininterrupto dos agentes dos órgãos de segurança pública do Pará para um atendimento integrado à demanda da população. Nesse contexto, para melhor compreensão a respeito de como as denúncias são recebidas e registradas, foi feita uma entrevista com a delegada da polícia civil Danielle Mattar, que exerce a função de Coordenadora do *Call Center* do CIOp. Há 11 anos no cargo, ela relata que a violência doméstica oscila entre o segundo e terceiro lugar no ranking de ocorrências mais registradas, e explica que, no rece-

bimento da denúncia, a referida violência é computada em um sistema próprio com georreferenciamento, sendo em seguida encaminhada aos militares que irão acionar, via rádio, a viatura mais próxima para dar o suporte solicitado.

Nesse sentido, há um grau de prioridade de atendimento para cada tipo de ocorrência, sendo a violência doméstica posta como prioridade de grau 1, ou seja, a esses casos é dado um atendimento prioritário e urgente se comparado com os registros de grau 2 ou 3. Ao tratar da questão da pandemia, a delegada alega que o confinamento ocasionado pela COVID-19 agravou a quantidade de casos de várias tipificações criminais, dentre elas a violência doméstica, e ressalta Belém e cidades próximas como sede dos maiores registros.

Ao voltar o enfoque às medidas de combate estabelecidas pelo Estado, a delegada ressalta o Programa Pró Mulher e a Delegacia Virtual de Atendimento à Mulher. Esta última foi implantada no primeiro semestre de 2024, e visa um atendimento específico ao público feminino sem que a vítima tenha que se deslocar a uma delegacia física. Por outro lado, o Programa Pró Mulher atua tanto de maneira repreensiva quanto protetiva. A iniciativa iniciada em 2022 possui viaturas exclusivas para atendimentos à mulher após a ocorrência ser emitida pelo CIOp. Além disso, na semana seguinte ao ocorrido, a viatura volta ao local para fazer uma visita domiciliar e averiguar o estado da vítima e se foram feitos os encaminhamentos adequados, seja para delegacia policial, ou para assistência social quando a mulher opta por não levar adiante a denúncia.

A partir das colocações da autoridade policial entrevistada, torna-se possível reafirmar a relevância do cuidado no atendimento à mulher fragilizada pela violência e o quanto esta prática é reincidente e causa preocupação ao Estado, que busca novas maneiras no enfrentamento aos casos. Outrossim, as informações obtidas corroboram com o entendimento de que a violência no contexto do lar toma grandes proporções e foi impactada pela COVID-19.

Considerações finais

Com destaque ao se tratar de desenvolvimento urbano e índice populacional, a RI Guajará carrega consigo o peso da violência registrada nas cidades que a compõem. Somado a isso, o surto pandêmico de COVID-19 trouxe particularidades ao cotidiano da população mundial, refletindo também nos paraenses as mudanças ocasionadas tanto pelo vírus quanto pelas medidas de enfrentamento à doença.

Esse estudo analisou justamente o resultado da junção de violência com o novo modo de vida ocasionado pelo coronavírus, voltando o olhar especificamente ao público feminino da RI Guajará. Nesse sentido, o contexto do lar foi mais estreitamente observado por conta da recorrência de violência contra mulher neste ambiente. Para tanto, os dados apresentados serviram de arcabouço para o alcance dos objetivos da pesquisa que buscavam analisar os

dados relativos à violência contra a mulher na RI Guajará e entender as consequências da COVID-19 nesse contexto.

Nessa ótica, o uso de pesquisa bibliográfica, coleta de dados e entrevista semiestruturada serviu de base para o alcance dos objetivos propostos, revelando que a plurifuncionalidade dada ao lar — a exemplo da maior adesão ao *home office* — e fatores como estresse e desemprego, que se sobressaíram no período pandêmico, ocasionaram uma grande incidência de casos de violência contra a mulher, especialmente no âmbito doméstico, ao ponto de a violência neste ambiente ser proeminente se comparada a outros crimes contra vítimas femininas. Nesse sentido, os dados obtidos apresentam os registros de violência, colocando o contexto do lar em evidência nas ocorrências de violência contra a mulher e trazendo destaque ao aumento no registro de casos durante a pandemia em comparação aos anos que a precederam.

Portanto, a partir das nuances dispostas neste capítulo, ressalta-se a relevância do aprofundamento na temática abordada e o quanto ainda são necessários avanços, seja nas pesquisas que abarquem a problemática, seja nas medidas de combate e na rede de apoio estabelecida pelo Estado para que, enfim, seja alcançada uma redução significativa na violência contra a mulher nos lares da RI Guajará.

Referências

ABL – Academia Brasileira de Letras. **Nova Palavra**. 2024. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/home-office> . Acesso em: 23 ago. 2024.

AGÊNCIA PARÁ. **Divisão do Estado em Regiões de Integração auxilia no planejamento de ações governamentais**. 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34603/divisao-do-estado-em-regioes-de-integracao-auxilia-no-planejamento-de-aco-es-governamentais> . Acesso em: 28 maio 2024.

ARAÚJO, T. M.; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/LQnfJLrjgrS-DKkTNyVfgnQy/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 26 ago. 2024

BARATA-SALGUEIRO, T. Viver na cidade sob a pandemia da COVID-19. **Finisterra**, LV (115), 2020, pp. 113119. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20375/15804> . Acesso em: 20 ago. 2024

BITAR, M. A. F.; LIMA, V. L. A.; FARIAS, G. M. Retratos da Violência Doméstica contra Mulheres no Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 174-191, 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1177/390> . Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1, p. 18055. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm . Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Maria da Penha:** Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm . Acesso em: 20 jun. 2024.

CALDAS, J. P.; TAVARES, M. Epidemiologia da COVID-19. Da emergência de um novo vírus humano à disseminação global de uma nova doença. *In: Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19)*, 2019. Instituto de Saúde Pública da Universidade de Porto. Disponível em: <https://ispup.up.pt/wp-content/uploads/wpallimport/files/070b44658f5569888804a14826ae273c.pdf> . Acesso em: 21 ago. 2024.

CATÃO, R. C. **Expansão e consolidação do complexo patogênico do dengue no Estado de São Paulo:** difusão espacial e barreiras geográficas. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/a94af9f4-ad3e-4c5f-b3e5-f358a698767a> . Acesso em: 20 jul. 2024.

CDC – Centers for Disease Control and Prevention. **Página inicial.** 2020. Disponível em: <https://www.cdc.gov/> . Acesso em: 29 maio 2024.

COUTO, A. C. O. A geografia da violência na região amazônica. *In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*, Fórum Nacional de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> . Acesso em: 27 jul. 2024.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração do Pará 2022.** Belém: Governo do Estado do Pará/FAPESPA, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 13, 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf . Acesso em: 20 jul. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DATAFOLHA. **Visível e invisível:** a vitimização de mulheres no Brasil. 3. ed. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> . Acesso em: 16 jul. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. **Estudos & Pesquisa – informação demográfica e socioeconômica**, 53. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf> . Acesso em: 19 jul. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LEITE, F. M. C. *et al.* Violência contra a mulher e sua associação com o parceiro íntimo: estudo com usuárias de atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 22, E190056, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/jMJhN76v8PgW4nwZP6DjKzh/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 jul. 2024.

MACHADO, J. A.; SANTOS, S. C.; CAMPOS, A. C. V. A epidemiologia da COVID-19 no Pará: uma análise dos duzentos e quarenta mil casos confirmados. **Holos**, 38(4), e11659, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11659> . Acesso em: 20 jul. 2024.

MARINHO, P. R. D. *et al.* Covid-19 no Brasil: um cenário triste. **Cytokine Growth Factor Rev.**, v. 58, p. 51-54, 2021.

MARQUES, E. S. *et al.* A Violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, 2020, 36 (4). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGp6sxJsX6Sftx/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 20 ago. 2024.

MENDES, D. C.; HASTENREITER FILHO, H. N.; TELLECHEA, J. A realidade do trabalho home office na atipicidade pandêmica. **Revista Científica da FSAL**, v. 5, 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/655> . Acesso em: 26 ago. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS é modelo de saúde pública para o mundo**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/sus-e-modelo-de-saude-publica-para-o-mundo> . Acesso em: 26 ago. 2024.

MONTEIRO, A F. R. Crises, saúde e educação a partir das professoras e professores da rede pública do estado do Pará do município de Ananindeua no contexto da pandemia do Covid-19. I Congresso Internacional Multidisciplinar de Educação: Brasil, 200 anos depois. **Anais...** 2023. Disponível em: <https://www.educacao2023.laboratoriosocial.com.br/arquivo/downloadpublic?q=Y-ToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSV-ZPIjtzOjQ6IjQ0NzUiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiZTc3ZTc5OTkzM2E-2ZjI5MWQ5ZTliMTBhNGRmYzI5NTgiO30%3D> . Acesso em: 20 ago. 2024.

NALLA, A. K. *et al.* Comparative performance of sars-cov-2 detection assays using seven different primer-probe sets and one assay kit **Journal of Clinical Microbiology**, 58(6), e00557-20, maio de 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32269100/> . Acesso em: 20 ago. 2024.

OPAS – Organização Pan-americana da Saúde. **Violência contra a mulher**. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women> . Acesso em: 28 maio 2024.

Pará. **Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Governo do Estado do Pará, 2008. Disponível em: https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/decreto_1066_2008.pdf . Acesso em: 10 jul. 2024.

Pará tem uma vítima de feminicídio a cada 6 dias. **G1.globo**. Belém, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/06/19/para-tem-uma-vitima-de-feminicidio-a-cada-6-dias.ghtml> . Acesso em: 11 jan. 2024.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ. **Delegacias Especializadas fortalecem direitos e garantem atendimentos às mulheres**. 2024. Disponível em: <https://www.pc.pa.gov.br/noticia/4212> . Acesso em: 14 jul. 2024.

PORTELLA, A. P.; RATTON, J. L. A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres. **Contemporânea**, v. 5, n. 1, p. 93-118, 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/298/130>>. Acesso em: 08 jun. 2024

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S. Ocupações precárias na cidade-região de Belém. **Espaço & Geografia**, v. 27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/48466/40514> . Acesso em: 14 jul. 2024.

SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf . Acesso em: 20 jul. 2024.

SEGUP. Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Social, Governo do Pará. **Consulta de Dados Estatísticos Criminais – CODEC**. Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP. 2024. Disponível em: <https://codec.segup.pa.gov.br/>. Acesso: 26 jun. 2024.

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará. **Coronavírus no Pará**. 2020. Disponível em: <https://www.covid-19.pa.gov.br/#/> . Acesso em: 20 ago. 2024.

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará. **Governo passa a oferecer testes para COVID-19 em quatro pontos em Belém e Ananindeua**. 2022. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/governo-passa-a-oferecer-testes-para-covid-19-em-quatro-pontos-em-belem-e-ananindeua/> . Acesso em: 20 ago. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, C. G. *et al.* Mortalidade e letalidade da COVID-19 no Estado do Pará, Amazônia legal, Brasil. **J Hum Growth Dev**. 2021; 31(3):398-404. DOI: 10.36311/jhgd.v31.12605. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/03+Portuguese+Covid-19+mortality+and+letality+in+the+state+of+par%C3%A1,+legal+amazon,+brazil%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/03+Portuguese+Covid-19+mortality+and+letality+in+the+state+of+par%C3%A1,+legal+amazon,+brazil%20(1).pdf) . Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, F. L. *et al.* Intraregional propagation of Covid-19 cases in Pará, Brazil: assessment of isolation regime to lockdown. **Epidemiology and Infection**, v. 149, e72, p.1-15, 2021.

TAVARES, A. C. P.; FRANÇA, S. A. S. A COVID-19 e os desafios da urbanização e habitabilidade nas cidades amazônicas: estudo de caso em Belém do Pará. **Papers do NAEA**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8861> . Acesso em: 20 ago. 2024.

VIEIRA, P. R; GARCIA, L. P; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia** 2020; 23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqYyjtQM3hXRYwsTn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 23 ago. 2024.

VIGÁRIO, C.; PAULINO-PEREIRA, F. C. Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. **Revista de Psicologia**, v. 5, p 153-172, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1483> . Acesso em: 10 jun. 2024.

CAPÍTULO 8: ESPAÇO ESCOLAR E VIOLÊNCIA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ, PARÁ

Renata Rodrigues
Willame de Oliveira Ribeiro

Introdução

Escolhemos pesquisar sobre como as escolas na Região de Integração Guajará (RI Guajará) refletem as condições ao redor delas. O motivo se dá porque percebemos que a violência nas escolas é um problema sério e queremos entender como isso está relacionado com o contexto socioespacial no qual se insere. Para estudar este tema, usamos o conceito de espaço de Santos (2009), que o considera a partir de sua composição por objetos e ações em constante articulação. Os objetos não têm sentido sozinhos, eles precisam ser vistos com as ações que os animam. As ações que as pessoas desenvolvem são influenciadas pelos objetos e o espaço não é estático, está sempre se transformando, principalmente por conta das ações desenvolvidas por indivíduos, grupos, instituições e empresas.

Isso é importante quando pensamos sobre escolas, especialmente em áreas urbanas complexas e densas, como a aqui estudada. Os objetos na escola, como os prédios e materiais, afetam o modo como as aulas são desenvolvidas e como os alunos aprendem. Não é tão simples entender e atender às necessidades dos estudantes, o que pode levar a mais reprovações ou desistências da escola.

A escola é como uma microcidade, onde as pessoas convivem e aprendem juntas. Nesse espaço, ocorrem conflitos por causa de diferenças sociais, econômicas e culturais. A qualidade dos prédios, os materiais de ensino e a forma como os professores e gestores agem influenciam no modo como os indivíduos e grupos se relacionam na e com a escola. Por isso, para entender a violência na escola, faz-se necessário investigar a multiplicidade de relações, objetos e ações que produzem esse espaço em seu dia a dia.

A área de pesquisa é a RI Guajará, no Pará, que inclui os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, con-

dizente com o espaço metropolitano de Belém, um espaço denso em população, atividades econômicas, serviços e fluxos, mas também fortemente marcado por desigualdades socioespaciais, infraestrutura precária, insuficiência de serviços públicos e violência.

Na RI Guajará, a violência escolar é uma grande preocupação. A sua compreensão e, principalmente, o seu equacionamento exigem a consideração de vários aspectos e escalas. Tornar as escolas mais seguras e acolhedoras exige considerar as condições socioespaciais da área na qual a escola está inserida, a maneira como as escolas são organizadas, sua infraestrutura, a quantidade e a qualificação do pessoal, o modo como professores e gestores desempenham suas atividades, entre outros fatores.

Os resultados parciais aqui apresentados advêm de pesquisa em nível de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará, bem como integram o projeto “Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA”, voltado à análise, à prevenção/contenção da violência e à promoção da segurança pública. O projeto mencionado dispõe de financiamento da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, do Governo do Estado do Pará, por meio do Termo de Execução Descentralizada n. 014/2022 - SECTET / UEPA.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre a violência escolar, o espaço das escolas e os contextos socioespaciais na RI Guajará, Pará. O foco da investigação está nas unidades de ensino público estadual do nível médio da RI Guajará. Os sujeitos da pesquisa são as comunidades escolares, aqui incluídos as famílias dos estudantes, os estudantes, diretores, professores, apoio e serviços, corpo técnico e diretivo da escola, definição que amplia a perspectiva, considerando as interações sociais que perpassam e transcendem as fronteiras da sala de aula.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram analisados dados de violência escolar disponibilizados pelo Batalhão de Polícia Escolar – BPOE, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará – SEGUP/PA, o que forneceu informações relevantes sobre a incidência e os tipos de violência registrados nas escolas da RI Guajará. Também foram utilizados dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP sobre a realidade das escolas estudadas.

Para investigação de campo, foram selecionadas três escolas, nos três municípios mais densos da RI Guajará, inseridas em contextos de maior ocorrência de violência escolar, quais sejam: a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Augusto Montenegro, localizada no bairro do Telégrafo sem fio, em Belém; Escola Estadual de Ensino Fun-

damental e Médio Joaquim Viana, bairro do Coqueiro, Ananindeua; e a Escola Estadual de Ensino Médio Prof. José Edmundo Queiroz, bairro Dom Aristides, Marituba.

Nessas escolas, foram feitas observações detalhadas e registros fotográficos do ambiente escolar, bem como estabelecidos os primeiros contatos com a comunidade escolar. Num segundo momento, serão realizadas entrevistas estruturadas com alunos, professores e gestores das três escolas.

O capítulo está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, faz-se uma caracterização da realidade do ensino médio nas escolas estudadas a partir de dados centrados nos discentes. A segunda procura contextualizar as escolas analisadas. Por fim, são apresentadas reflexões no plano teórico sobre a problemática da violência nas escolas.

O ensino médio da rede estadual na RI Guajará

No que se refere aos dados de violência nas escolas disponibilizados pelo BPOE, apenas Belém, Ananindeua e Marituba tinham registros organizados, por possuírem mais escolas de ensino médio e alunos. A metodologia do BPOE mostra quais bairros têm mais casos de violência em cada cidade, sem nomear escolas específicas. Focamos em lesões físicas por possuírem grande impacto da comunidade escolar e gerar maior repercussão externa. Os bairros com mais violência nas escolas em cada cidade são: Telégrafo sem fio, em Belém; Guajará, em Ananindeua; e Dom Aristides, em Marituba (BPOE, 2024). As escolas selecionadas para o estudo estão justamente inseridas nessas áreas com maior registro de violência escolar.

Para entender como os desafios urbanos e educacionais se cruzam na RI Guajará, é necessário observar as consequências dos arranjos populacionais e da dinâmica da urbanização no cenário educacional. A mistura de áreas urbanas densamente povoadas e municípios emergentes cria um cenário em que as políticas públicas precisam ser cuidadosamente elaboradas para abarcar tanto a infraestrutura urbana quanto as necessidades educacionais específicas de cada local.

A disparidade na taxa de frequência líquida, especialmente no ensino médio, é um ponto crucial a ser pensado, pois reflete as profundas desigualdades sociais e educacionais não apenas no contexto estadual, mas também nacionalmente e dentro da própria RI Guajará, como se pode verificar na Escola Augusto Montenegro (tabela 1).

Tabela 1 – Belém. Proporção de alunos do ensino médio com reprovação ou abandono na E.E.E.F.M Augusto Montenegro. 2022

Ano do EM	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º	15,7%	20,0%	64,3%
2º	1,8%	23,2%	75,0%
3º	4,9%	13,1%	82,0%

Fonte: INEP (2024).

A análise dos dados educacionais referentes à Escola Augusto Montenegro, localizada no bairro do Telégrafo sem fio, em Belém, revela um cenário que exige atenção, especialmente no que diz respeito às taxas de reprovação e abandono escolar. De acordo com os dados apresentados, no 1º ano do ensino médio, a taxa de reprovação é de 15,7%, enquanto a taxa de abandono é ainda mais alta, alcançando 20%. No 2º ano, a reprovação diminui significativamente para 1,8%, mas o abandono sobe para 23,2%. Já no 3º ano, a taxa de reprovação é de 4,9%, com o abandono caindo para 13,1%. Apesar da aparente melhora nas taxas de abandono e reprovação ao longo dos anos escolares, o acúmulo desses índices ao longo do percurso escolar gera um impacto negativo considerável, o que compromete o sucesso educacional dos alunos.

A visão adotada pela análise parte da premissa de que o abandono escolar nas etapas iniciais do ensino fundamental e médio é um forte indicativo de insucesso educacional. Isso porque, em fases tão cruciais do desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, o abandono representa uma falha no sistema de ensino em garantir a permanência e a continuidade do aprendizado. Nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, o abandono deveria ser um fenômeno raro, dado que os alunos, nessa fase, estão próximos de completar o ciclo básico de ensino. No entanto, as taxas observadas indicam o contrário: o abandono escolar ainda ocorre de forma expressiva, especialmente nos dois primeiros anos do ensino médio, o que demanda uma intervenção mais incisiva das políticas educacionais.

A análise dos dados referentes à Escola Joaquim Viana, localizada no bairro do Coqueiro, em Ananindeua, apresenta um panorama educacional com desafios relacionados ao abandono e à reprovação escolar, embora os índices de aprovação sejam mais favoráveis em comparação com outras escolas da RI Guajará (tabela 2).

Tabela 2 – Ananindeua. Proporção de alunos do ensino médio com reprovação ou abandono da E.E.E.F.M Joaquim Viana. 2022

Ano do EM	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º	3,0%	12,2%	84,8%
2º	0,0%	5,3%	94,7%
3º	2,2%	0,0%	97,8%

Fonte: INEP (2024).

No 1º ano do ensino médio, a taxa de reprovação é de 3,0%, enquanto o abandono escolar atinge 12,2%, o que resulta em uma taxa de aprovação de 84,8%. Já no 2º ano do ensino médio, não há registros de reprovação (0%), e o abandono escolar cai para 5,3%, refletindo uma aprovação de 94,7%. No 3º ano, a reprovação é de 2,2%, e não há casos de abandono, com uma taxa de aprovação elevada de 97,8%.

Esses números revelam uma tendência positiva à medida que os alunos avançam nos anos escolares, especialmente no que diz respeito ao abandono escolar, que cai de forma significativa ao longo do ensino médio. No 3º ano, a ausência de casos de abandono é um ponto de destaque, mostrando que, uma vez que os alunos conseguem progredir até o último ano, a chance de concluir a etapa escolar aumenta substancialmente. Contudo, a taxa de abandono no 1º ano ainda é preocupante. A alta porcentagem de 12,2% reflete que, no início do ensino médio, muitos estudantes enfrentam dificuldades em se adaptar ao ambiente escolar, o que pode estar associado a uma série de fatores, como a transição para novas demandas escolares, problemas socioeconômicos ou falta de suporte educacional adequado.

A presença de uma taxa de reprovação mais baixa, especialmente no 2º ano do ensino médio (0%), pode indicar que a escola conseguiu implementar estratégias eficazes de recuperação, ou que os alunos, à medida que progredem no ciclo educacional, encontram maior apoio pedagógico e se adaptam melhor ao currículo. Entretanto, a reprovação no 1º e 3º ano, embora baixa, ainda requer atenção, pois pode contribuir para desmotivação dos estudantes e influenciar o desempenho geral.

A análise dos dados da Escola Professor José Edmundo Queiroz, localizada em Marituba, revela um quadro educacional em que, apesar de apresentar boas taxas de aprovação, ainda se enfrenta desafios relacionados à reprovação e ao abandono escolar no ensino médio. No 1º ano do ensino médio, a taxa de reprovação é de 8,5%, e a taxa de abandono é de 7,0%, resultando em uma aprovação de 84,5%. No 2º ano, a reprovação diminui para 4,7%, com um leve aumento no abandono para 7,1%, o que gera uma taxa de aprovação de 88,2%. No 3º ano, a reprovação é de 2,8%, o abandono escolar é de 6,6%, e a aprovação atinge 90,6%, conforme exposto na tabela 3.

Tabela 3 – Marituba. Proporção de alunos do ensino médio com reprovação ou abandono da E.E.E.M. Prof. José Edmundo Queiroz. 2022

Ano do EM	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º	8,5%	7,0%	84,5%
2º	4,7%	7,1%	88,2%
3º	2,8%	6,6%	90,6%

Fonte: INEP (2024).

Ao observar esses dados, percebe-se que, embora a aprovação aumente à medida que os alunos progridem no ensino médio, o abandono e a reprovação ainda estão presentes em percentuais significativos. O 1º ano do ensino médio, como em muitas escolas, continua sendo uma etapa crítica, com uma taxa de reprovação de 8,5%, o que sugere que os alunos enfrentam dificuldades na transição do ensino fundamental para o ensino médio. Esse período é marcado por um aumento nas exigências escolares e, muitas vezes, por mudanças nas rotinas escolares, fatores que podem impactar o desempenho dos estudantes.

No 2º ano, a redução na reprovação para 4,7% é um indicativo positivo de que a escola pode estar conseguindo melhorar o suporte pedagógico para os alunos que permaneçam matriculados, mas a taxa de abandono se mantém próxima daquela do 1º ano, o que sugere que alguns alunos continuam a enfrentar barreiras que os impedem de continuar seus estudos. Mesmo no 3º ano, no qual as taxas de reprovação e abandono são as mais baixas (2,8% e 6,6%, respectivamente), ainda há espaço para melhorias, principalmente em relação ao abandono, que deveria ser raro nessa fase, conforme os parâmetros educacionais do INEP.

As escolas estudadas da rede estadual na RI Guajará

A violência nas escolas da rede estadual na região do Guajará é um tema de grande preocupação e complexidade, que demanda uma análise cuidadosa e ações eficazes para enfrentar seus desafios. Ao longo dos anos, tem-se observado um aumento nos incidentes de violência física, verbal e psicológica dentro e ao redor das instituições de ensino, afetando não apenas a segurança dos estudantes, mas também o ambiente escolar como um todo. Este cenário levanta questões urgentes sobre as causas subjacentes da violência, os impactos na comunidade escolar e as medidas necessárias para prevenir e lidar com tais situações. Uma abordagem multidisciplinar e colaborativa é essencial para promover um ambiente escolar seguro e acolhedor, no qual os alunos possam prosperar acadêmica e emocionalmente.

Um caso marcante na RI Guajará ocorreu na cidade de Belém, bairro do Tenoné, na Escola de Ensino Fundamental e Médio Palmira Gabriel. Na

ocasião, um estudante de 17 anos atacou o seu colega de classe com um golpe de faca e ameaçou aos demais estudantes, contudo, ele foi contido por um vendedor que trabalhava na frente da escola. Em sua mochila estavam objetos cortantes que seriam utilizados para atacar outros integrantes da comunidade escolar e posterior suicídio, mas a ação foi frustrada e o estudante levado a juízo (Após ataque ... oliberal.com, 2023).

O quadro 1 apresenta algumas informações das três escolas selecionadas para a investigação empírica, utilizando como critério a localização em bairros com maiores ocorrências do BPOE em cada um dos três municípios conurbados e integrantes da RI Guajará – Belém, Ananindeua e Marituba (quadro 1).

Quadro 1 – RI Guajará. Panorama educacional das escolas estudadas em Belém, Ananindeua e Marituba. 2024

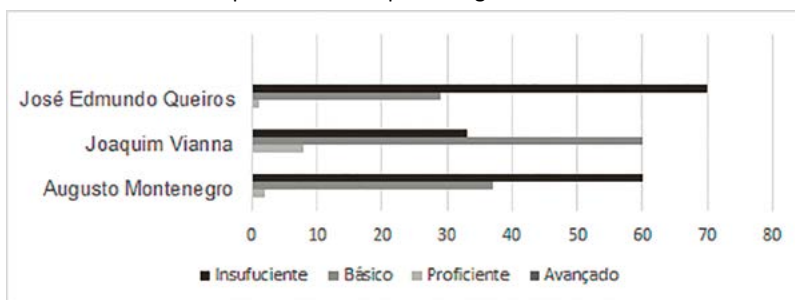
Escola	E.E.E.F.M Augusto Montenegro	E.E.E.F.M. Joaquim Viana	E.E.E.M. Prof. José Edmundo Queiroz
Município	Belém	Ananindeua	Marituba
Número do INEP	15039587	15034445	15034488
URE	19	19	19
Localização	Urbana	Urbana	Urbana
USE	4	14	18
Matrículas	319	1.264	984

Fonte: SEDUC-PA (2024).

As escolas selecionadas representam um panorama significativo da realidade educacional da RI Guajará. A centralização das informações através do Mapeamento da Educação Paraense facilita o acesso a dados essenciais para a pesquisa, como as matrículas e os indicadores educacionais. Estas escolas, situadas em áreas urbanas de diferentes municípios da mesma região de integração, oferecem uma perspectiva diversificada das condições educacionais e infraestruturais, permitindo uma análise abrangente das características do sistema de objetos e do sistema de ações das instituições de ensino.

A escolha dessas escolas para a pesquisa justifica-se pela representatividade que elas possuem no contexto educacional da RI Guajará. A partir dos dados disponíveis, é possível entender melhor as dinâmicas sociais e educacionais que influenciam a ocorrência de violência escolar. Esses dados fornecem uma base sólida para investigar a relação entre a condição do espaço da escola, a infraestrutura disponível, as práticas pedagógicas e administrativas e a incidência de violência, oferecendo uma visão detalhada e contextualizada dos fenômenos estudados (gráfico 1).

Gráfico 1 – RI Guajará. Distribuição dos alunos das escolas analisadas por proficiência em porcentagem. 2024



Fonte: INEP (2024).

O gráfico 1, sobre o índice de proficiência dos alunos nas escolas analisadas, apresenta uma distribuição que classifica o aprendizado em quatro níveis qualitativos, conforme estabelecido pelo INEP. Esses níveis são essenciais para compreender o desempenho acadêmico dos estudantes e identificar as necessidades pedagógicas específicas de cada grupo.

O nível avançado refere-se aos alunos que demonstraram um aprendizado além das expectativas para sua etapa de ensino. Alunos nesse nível estão aptos a enfrentar desafios mais complexos e devem ser incentivados a participar de atividades que estimulem ainda mais seu desenvolvimento acadêmico.

Alunos que alcançam o nível proficiente têm um domínio adequado dos conteúdos e estão bem-preparados para prosseguir com seus estudos. Para esses estudantes, são recomendadas atividades que promovam um aprofundamento dos conhecimentos adquiridos, visando a consolidação e a expansão de suas habilidades.

No nível básico, os alunos mostram que possuem entendimento parcial dos conteúdos, mas ainda necessitam de melhorias. A recomendação para esses alunos é a participação em atividades de reforço, que possam ajudá-los a alcançar um aprendizado mais consistente e completo.

Alunos classificados como insuficientes apresentaram um aprendizado muito aquém do esperado, o que indica a necessidade urgente de recuperação de conteúdo. Para esses estudantes, é crucial a implementação de estratégias pedagógicas focadas na revisão e na solidificação dos conceitos fundamentais, visando melhorar sua compreensão e desempenho.

Uma análise detalhada dos índices de proficiência dos alunos nas três escolas estudadas revela um ponto em comum significativo: nenhuma delas conseguiu que seus estudantes atingissem o nível Avançado de aprendizado. Esse dado é preocupante, pois indica que, apesar dos esforços educacionais e dos recursos disponíveis, as escolas ainda enfrentam desafios consideráveis

para promover um ensino que permita aos alunos superar as expectativas estabelecidas para sua etapa educacional.

A ausência de alunos no nível Avançado sugere a necessidade de revisar e fortalecer as práticas pedagógicas adotadas. É essencial identificar as lacunas no processo de ensino-aprendizagem que possam ter impedido os estudantes de alcançar um desempenho superior. Além disso, a criação de programas específicos de enriquecimento e desafios educacionais pode ser uma estratégia eficaz para elevar o nível de aprendizado e estimular os alunos a explorar seu potencial máximo.

Essa categorização, baseada nos critérios do INEP, permite uma análise detalhada do desempenho educacional, orientando a elaboração de intervenções pedagógicas específicas que possam atender às diversas necessidades dos alunos.

A avaliação do INEP e os resultados do ENEM são indicadores importantes que refletem a eficácia pedagógica, o nível de aprendizado dos alunos e as condições gerais de ensino na escola. A partir desses dados, é possível extrair informações valiosas sobre os fatores que podem influenciar a ocorrência de violência escolar, as características do sistema de objetos e do sistema de ações da instituição, e como esses elementos se relacionam com os contextos socioespaciais da região.

Espaço, violência e escola

Ao considerar o sentido fluido da violência, somos desafiados a compreender que sua definição está em constante transformação, dependendo do tempo e do espaço. O que é considerado violento em um contexto pode não ter as mesmas conotações em outro. Essa fluidez na compreensão da violência é especialmente relevante ao analisarmos a violência no espaço escolar. O fenômeno não se manifesta de maneira homogênea em todas as escolas, mas é moldado por fatores contextuais específicos, como características geográficas, socioeconômicas e culturais.

A pluralidade da violência, conforme destacado por Silva e Casco (2021), remete à diversidade de suas manifestações. Ela pode assumir formas físicas, verbais, psicológicas e estruturais, impactando não apenas o ambiente escolar, mas também a formação da identidade e da espacialidade dos indivíduos.

Todavia, a evolução nas análises e perspectivas sobre a violência escolar, especialmente a partir da década de 1980, conforme indicado por Souza (2008), trouxe consigo uma mudança substancial na compreensão desse fenômeno. A violência passou a ser vista não mais como algo estritamente exercido de forma unilateral pelos representantes da instituição, mas como um fenômeno que podia emanar também do corpo discente.

Essa nova abordagem reconhece a violência como um resultado de complexas interações sociais, reações a estruturas hierárquicas rígidas e, por vezes, como manifestação de problemas mais amplos na sociedade. A reação do corpo discente foi interpretada não apenas como subversão a uma escola com características militares, mas como resposta a um contexto educacional que precisava ser repensado e transformado (Souza, 2008, p. 27).

A abordagem histórica de Souza (2008) a respeito da violência escolar proporciona boa compreensão das definições e conceitos que permeiam esse fenômeno. Por muito tempo, a violência no ambiente escolar foi analisada sob uma ótica simplista, centrando-se na relação de poder entre os representantes da instituição, especialmente os professores e os alunos. Essa visão tradicional via a violência como unidirecional, exercida de cima para baixo, refletindo a rigidez do sistema hierárquico presente nas escolas, frequentemente comparado a estruturas militares.

De acordo com Souza (2008, p. 27), a concepção de violência como algo intrínseco à escola, emanando dos professores para os alunos, sugere uma dinâmica autoritária e repressiva que permeou por muito tempo o entendimento desse fenômeno. A violência, nesse contexto, era percebida como uma ferramenta de controle, uma imposição do poder institucional sobre os discentes, e suas manifestações eram frequentemente consideradas como parte integrante do próprio funcionamento da escola.

Ao analisarmos a concepção de espaço segundo Santos (1978) e as ideias de Ribeiro (2004) sobre o espaço escolar, percebemos uma interseção significativa na maneira como ambos os autores entendem a dinâmica espacial como um reflexo das relações sociais. Santos (1978) argumenta que o espaço é uma prática coletiva que reproduz as relações sociais, enquanto Ribeiro (2004) complementa essa visão ao identificar o espaço escolar como um constructo formado por múltiplos interesses, tanto manifestos quanto ocultos, que influenciam profundamente a vida dos sujeitos na escola.

O espaço escolar, conforme descrito por Ribeiro (2004), não é apenas um ambiente físico, mas um espaço carregado de significados e influências que afeta a experiência educacional de alunos, professores e outros membros da comunidade escolar. Este espaço é moldado por políticas educacionais, práticas pedagógicas e pela interação de diversos agentes, refletindo os valores e normas da sociedade mais ampla. No conceito de currículo oculto de Ribeiro (2004), o espaço escolar transmite normas e valores que não estão explicitamente incluídos no currículo formal, mas que são absorvidos pelos alunos através das interações cotidianas e do ambiente em que estão inseridos.

A maneira de se organizar as salas de aula, os recursos disponíveis e as regras de comportamento, por exemplo, que são implicitamente reforçadas, contribuem para a formação de atitudes e expectativas. Escolas bem equipadas tendem a promover um ambiente de aprendizagem que valoriza o sucesso escolar e a participação ativa. Esses elementos do currículo oculto são fundamentais para entender como as desigualdades sociais são reproduzidas dentro do sistema educacional.

A perspectiva crítica de Ribeiro (2004) nos leva a considerar como esses elementos ocultos do currículo contribuem para inclusões e exclusões dentro do espaço escolar. Alunos de diferentes origens sociais, culturais e econômicas podem vivenciar o espaço escolar de maneiras distintas, com acesso desigual a oportunidades e recursos. Essa desigualdade pode ser observada na distribuição de materiais didáticos, na qualidade das infraestruturas, na disponibilidade de atividades extracurriculares e no apoio individualizado.

Para aprofundar nossa compreensão sobre as dinâmicas de poder e exclusão que permeiam o espaço escolar, é pertinente recorrer à análise de Hannah Arendt sobre a violência. Arendt (2009) destaca a distinção entre legitimidade e justificação como fundamental para entender as bases das sociedades e sistemas políticos. Esta distinção é crucial ao analisarmos como a violência se manifesta e é interpretada no contexto escolar. Enquanto a legitimidade se apoia em tradições e narrativas históricas para validar a autoridade, a justificação aponta para objetivos futuros e visões ideais. Com isso, podemos examinar como essas duas dimensões se interseccionam no ambiente escolar, influenciando tanto as práticas pedagógicas quanto as relações sociais e as dinâmicas de poder.

No caso das escolas da RI Guajará, onde observamos elevados índices de abandono, reprovação e, em alguns casos, violência, a perda de autoridade é um sintoma claro de uma estrutura escolar que não está conseguindo engajar adequadamente seus alunos. A violência, nesse sentido, torna-se uma reação ao fracasso da escola em cumprir seu papel fundamental, que é o de mediar o encontro dos jovens com o mundo e capacitá-los para agir coletivamente.

Considerações Finais

A pesquisa conduzida sobre a violência escolar nas escolas da RI Guajará ainda está em andamento e aqui foram apresentados alguns resultados no plano teórico e do contexto das escolas estudadas. Porém, já fica evidente que o fenômeno da violência ultrapassa o simples entendimento de atos isolados ou incidentes eventuais. A violência, analisada sob a perspectiva do conceito de espaço de Santos (2009), insere-se em um sistema

complexo de ações e objetos, sendo o espaço escolar um reflexo direto das interações socioespaciais e de dinâmicas que se formam a partir da sobreposição de sistemas de objetos (como infraestrutura e recursos escolares) e sistemas de ações (comportamentos e interações dos indivíduos). A análise do espaço, deste modo, envolve não apenas os ambientes físicos das escolas, mas também o contexto social do entorno, o que inclui o bairro onde as instituições estão localizadas e os fatores sociais, econômicos e culturais que impactam a realidade dos estudantes e profissionais.

Ao aliar essa visão com as reflexões de Arendt (2009), a pesquisa pôde aprofundar a análise das dinâmicas de poder e autoridade no espaço escolar, compreendendo a violência como uma manifestação de disputas e tensões que ocorrem entre alunos, professores e gestores. Para Arendt, a autoridade configura-se na capacidade de influenciar e organizar sem recorrer à coerção, o que contrasta com a presença da violência como forma de exercício de poder dentro das escolas. Nesse contexto, a violência pode ser vista como um reflexo da ausência de um ambiente organizacional e de uma estrutura de autoridade clara e respeitada, resultando na busca de controle e poder por meio de atos violentos. Em espaços onde as condições socioespaciais são desafiadoras, o sistema de objetos (a infraestrutura, os materiais disponíveis, a segurança física) e o sistema de ações (as práticas de ensino, a gestão de conflitos, as interações sociais) interagem de maneira ainda mais complexa, muitas vezes exacerbando o problema.

Os resultados iniciais desta pesquisa ressaltam a urgência de políticas públicas integradas que levem em consideração essas particularidades do espaço escolar na RI Guajará. Investir em uma infraestrutura adequada é essencial, mas é igualmente importante que as políticas contemplem programas pedagógicos e de apoio social que atendam às especificidades de cada contexto escolar. Esse enfoque integrado, que considera tanto o espaço físico quanto o social, pode reduzir as causas estruturais da violência, promovendo um ambiente escolar mais seguro, respeitoso e inclusivo.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para o entendimento da violência escolar como uma questão profundamente enraizada nas relações de poder e na estrutura socioespacial na qual a escola está inserida. A criação de estratégias que abordem as causas multifacetadas da violência e promovam uma gestão eficaz e humana é passo essencial para transformar o espaço escolar em um lugar de acolhimento e aprendizagem, reforçando o papel das escolas como agentes de inclusão e desenvolvimento social na região.

Referências

Após ataque, aulas na Escola Palmira Gabriel serão retomadas na próxima quarta-feira (26). **Oliberal.com**. 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/apos-ataque-aulas-na-escola-palmira-gabriel-serao-retomadas-na-proxima-quarta-feira-26-1.671122> . Acesso em: 10 out. 2024.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André de M. Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196764/mod_resource/content/1/AULA%209%20-%20O%20-%20Arendt%20-%20Sobre%20a%20violencia.pdf . Acesso em: 14 jun. 2024.

BPOE – Batalhão de Polícia de Operações Especiais. **Dados de violência nas escolas**. Belém: BPOE, 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ideb**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 06. jun. 2024.

RIBEIRO, S. L. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 31, p. 103-118, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/7929> . Acesso em: 14 jun. 2024.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo; razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SEDUC – Secretaria de educação do Estado do Pará. **Mapa da educação paraense**. 2024. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/9598-mapa-educacao-paraense> . Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA, P. F.; CASCO, R. Violência escolar e responsabilização. **Olhares**, v. 9, n. 1, p. 213–235, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/olhares.2021.v9.11621> . Acesso em: 06 jun. 2024.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

A light gray map of the state of Paraná, Brazil, serves as the background. The state's irregular border is clearly defined. In the southern portion of the map, a mountain range is highlighted with a darker gray, textured pattern. The text is centered in the middle of the map.

**Parte III: Violência/criminalidade e suas
interfaces territoriais em pequenas e
médias cidades paraenses**

CAPÍTULO 9: A TERRITORIALIZAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM MARABÁ-PA

Aiala Colares Oliveira Couto
Lucas Araújo de Souza

Introdução

O processo de territorialização de facções criminosas em cidades da Amazônia é algo que vem chamando atenção nos últimos anos, sobretudo a partir da presença de grupos criminosos que utilizam siglas de outros estados, a exemplo do Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo. Isso não quer dizer que em outras regiões não houvesse pequenos grupos organizados que estabeleçam relações criminais e de controle territorial nos espaços urbanos. Mas o que há de novo nesse processo é essa articulação que se dá em rede e que culminou com a interiorização das facções pela região amazônica e pelo Nordeste.

Para Couto (2023), esse fenômeno está relacionado à importância que a Amazônia tem para as dinâmicas do mercado da droga, em especial o de cocaína, já que a região é o grande corredor para os fluxos de drogas que atravessam as fronteiras a partir da relação transnacional estabelecida por grupos criminais do Brasil e dos países da comunidade andina (Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela).

Por isso, torna-se mais do que necessário verificar o papel que as cidades da região amazônica desenvolvem para o contexto das redes criminais instituídas a partir do narcotráfico e que potencializam a territorialização das facções criminosas nos espaços das periferias e dos territórios de povos tradicionais. Este texto busca compreender os processos de territorialização de facções criminosas em Marabá, tendo como recorte os conjuntos habitacionais da cidade.

A inquietação em propor este estudo se dá em função da pesquisa que vem sendo feita pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA),

o qual desenvolve investigações científicas acerca das dinâmicas de conflitos territoriais na região. Desse modo, estudos dessa natureza quase sempre devem atentar para os percursos metodológicos e teóricos que deram condições para que o trabalho seja concluído e aponte para possíveis soluções. Aqui, não se utiliza o termo “soluções” como uma espécie de receita. O que se pretende é provocar as instituições governamentais para a elaboração de políticas públicas pautadas em processos democráticos de participação popular.

Em relação ao percurso metodológico, este estudo recorreu à revisão bibliográfica e à análise documental (relatórios de pesquisas, textos de jornais, sites e documentos oficiais do governo estadual), pesquisas de campo com observações sistemáticas e estratégias da chamada pedagogia investigativa, referente à prática de elaborar perguntas em cima das próprias respostas. Por fim, os registros fotográficos, a elaboração cartográfica e a sistematização dos dados correspondem à última etapa desse processo.

Os resultados expostos neste capítulo apontam para um intenso processo de territorialização das facções criminosas nos dois condomínios habitacionais pesquisados, nos quais foi possível perceber uma dinâmica de regulação do espaço por meio de coerção e de violências como tecnologias de poder ou dispositivos de contenção territorial (Haesbaert, 2023). Isso demonstra a necessidade do Estado de repensar suas estratégias de enfrentamento à violência, que não devem se dar apenas pelo método punitivista e operacional a partir das intervenções militares. É necessário buscar compreender os fatores que levam à dinâmica criminal, tais como: pobreza, desigualdades, educação precária, ausência de políticas públicas e projetos de intervenção que desconhecem a realidade das periferias.

O texto está dividido em três partes: o primeiro tópico aborda a importância socioeconômica de Marabá como uma cidade média, que acaba se convertendo em um centro estratégico para o tráfico de drogas na região amazônica; posteriormente, o texto explora como o crime organizado se estabelece de forma territorial nos conjuntos habitacionais Tiradentes e Magalhães do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), utilizando esses espaços como bases operacionais; por fim, o terceiro tópico é uma continuação da análise sobre os residenciais, aprofundando o impacto do narcotráfico e suas dinâmicas de controle social e espacial nesses territórios urbanos.

Marabá: de cidade média a centro regional do narcotráfico na Amazônia

A importância de Marabá no contexto regional foi construída a partir de sucessivas atividades econômicas que foram sendo constituídas na região e contribuíram para a produção do espaço econômico desse município. Não só isso, a importância econômica de Marabá também foi responsável por aquilo

que Becker (2005) chamou de mobilidade do trabalho, o que culminou com a forte presença de imigrantes, sobretudo da região nordeste.

Serra e Sabino (2024) destacam que eventos históricos e geográficos, como a extração de látex durante o ciclo da borracha, a exploração da castanha-do-pará e da madeira, bem como a ascensão da agropecuária e da mineração, foram cruciais para a formação territorial do sudeste do Pará. Essas atividades moldaram a economia local, influenciaram a demografia e desenvolveram sua infraestrutura, atraindo migrantes e impulsionando o crescimento urbano. Segundo os autores, cada um desses ciclos também trouxe impactos sociais e ambientais significativos, refletindo a importância da região para o estado do Pará. Além disso, esses processos não apenas fragmentaram o espaço, mas também fortaleceram Marabá, conferindo-lhe o *status* de cidade média.

A definição de cidade média se dá pelo grau de centralidade sobre a região. Marabá é, segundo o IBGE (2024), a quarta cidade com maior PIB do estado do Pará, ficando atrás apenas de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Belém, ou seja, do ponto de vista geográfico, está localizada estrategicamente em uma área de intensas atividades econômicas relacionadas aos grandes empreendimentos minerais, o que acumula riquezas e gera processos de fragmentação do espaço ou desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2008).

Diante do exposto, a demanda crescente por drogas ilícitas nos centros urbanos do Brasil e do mundo alimentam, em contrapartida, o comércio ilegal na região amazônica. O lucrativo mercado de drogas impulsiona o tráfico e incentiva as organizações criminosas a expandir suas operações na Amazônia, aumentando, também, a pressão sobre os recursos naturais e contribuindo para a degradação ambiental e social da região. Em outros termos, as redes do tráfico de entorpecentes incorporaram recentemente em suas ações as potencialidades dos recursos naturais da economia local em que se inserem, ou seja, efetuam em áreas da região Norte atividades que mantêm relações com o garimpo ilegal, a extração do ouro em algumas partes da região, tráfico do setor pesqueiro e comercialização de madeira (Rapozo; Silva; Radaelli, 2024).

No entanto, é importante ressaltar que a expansão do crime organizado para o norte do país não é um fenômeno isolado. Pelo contrário, faz parte de um contexto mais amplo de criminalidade e desafios enfrentados pelo sistema de justiça criminal em todo o território nacional. O fenômeno demonstra, de certa forma, a busca por novos mercados e a disputa por territórios e rotas de transporte. Pode-se dizer que o narcotráfico, nas últimas décadas, vem instituindo sobre a Amazônia um dos mais complexos conflitos sobre o uso dos territórios, visto que essa lógica de controle é importante para a articulação multiescalar e para a conexão da atividade do narcotráfico com outras atividades ilegais. E, como destaca Couto (2018), a Amazônia é o lugar

central para múltiplas relações que são estabelecidas a partir do mercado regional/global da droga. Cabem então algumas observações importantes para que se possa compreender a dinâmica das relações de poder que o tráfico de drogas impõe sobre a região.

Nos últimos anos, observou-se uma tendência preocupante: a expansão das facções criminosas para cidades médias em todo o país (Rodrigues; Feltran; Zambon, 2023). As maiores facções criminosas, tanto o PCC quanto o CV, têm suas origens em grandes centros urbanos. Entretanto, essas organizações rapidamente perceberam as oportunidades de novos mercados que as cidades médias oferecem e passaram a expandir suas operações para tais localidades. As cidades médias muitas vezes carecem de recursos e estrutura adequada para lidar com o crime organizado, o que as torna alvos para as facções. Logo, podem oferecer um ambiente propício para as atividades criminosas, com menos vigilância e pressão das autoridades em comparação com as metrópoles.

Por outro lado, ao contrário do que acontece na capital paraense (onde o controle do tráfico é mantido pelo CV), Marabá encara uma dinâmica diferente no que concerne ao domínio das facções. A cidade do sudeste do Estado se encontra em constante disputa pelo domínio do território e do mercado consumidor das drogas. Assim, tanto o CV quanto o PCC efetuam ações nos territórios urbanos de Marabá.

Segundo Schimizu (2011, p. 38-34),

Aduz-se, assim, que facções criminosas sejam grupos de pessoas em que se verificam relações de solidariedade e gregarismo, que surgiram nos presídios brasileiros e foram fundados prioritariamente sob o lema da defesa dos interesses da comunidade carcerária, tendo a prática de atos tipificados em lei como crimes como um de seus modos de atuação dentro e fora dos presídios.

Como enfatizou Couto (2023), são estas características citadas acima nas definições sobre as organizações criminosas que se encontram presentes nas facções que surgiram ou chegaram à região. Por exemplo, no Pará, a partir de Altamira, surge a facção denominada Comando Classe A (CCA), uma espécie de braço político do PCC. Este grupo teve sua origem no sistema prisional de Altamira, em 2018, a partir de um grupo de pessoas encarceradas que não aceitaram ser “batizados” (significa um ritual de integração de alguém ao grupo) pelo CV dentro do presídio. Por isso, em 2019, o referido grupo travou uma guerra com o CV, culminando na morte de 54 pessoas, quando algumas tiveram as cabeças decapitadas.

Assim,

Pela complexidade que a economia do narcotráfico traz em sua dinâmica de funcionamento, as periferias dessas cidades

são incorporadas ao processo de territorialização de grupos ou facções do tráfico de drogas. Isso não significa em hipótese alguma a não importância de cidades pequenas ou de porte médio, pois muitas delas na região vêm sendo cada vez mais incorporadas a estas redes e não apenas enquanto áreas de passagem, mas enquanto mercados locais ou lugares de refúgio de integrantes de facções ou até mesmo de camuflagem da droga transportada (Couto, 2023, p. 60).

Nesse sentido, entende-se que Marabá tem se tornado um centro nevrálgico para o crime organizado. A cidade serve como um ponto de convergência para atividades criminosas, facilitando, além de tudo, o escoamento de drogas para municípios adjacentes do sudeste Paraense. Afinal, por funcionar, também, como um ponto de passagem para o tráfico de drogas que segue em direção a outros Estados, a cidade torna-se um importante nó dentro das redes do tráfico, principalmente nas rotas que se dirigem para o Tocantins e, sobretudo, para o Maranhão, sendo uma porta de entrada para os mercados ilícitos do Nordeste do Brasil.

Por conseguinte, sua localização às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas contribui significativamente para sua relevância econômica e social na região, ou seja, por seu núcleo urbano estar próximo a importantes rotas de transporte, como rodovias e rios navegáveis, a cidade atrai a atenção das facções que buscam controlar o tráfico de drogas e outros ilícitos em áreas de grande circulação a partir de uma logística favorável.

Assim, a presença das redes criminosas em Marabá é impulsionada pela sua localização, que facilita o acesso a rotas de transporte e a conexão entre diferentes regiões, próxima a importantes rodovias e hidrovias, tornando-se um ponto de passagem essencial para o tráfico. Posteriormente, um papel logístico importante para estabelecer bases de armazenamento e distribuição de entorpecentes. Dessa forma, Marabá configura-se como um centro polarizador para o narcotráfico, não apenas por irradiar influência para com outros municípios do sudeste do Estado, mas também por conectar as regiões produtoras de drogas na Amazônia aos grandes mercados consumidores nas áreas mais desenvolvidas do Brasil.

Nesse sentido, um aspecto que diferencia Marabá dentre outras cidades na Amazônia é a sua complexa estrutura social e urbana, que pode favorecer a atuação das facções. A cidade apresenta desigualdades socioeconômicas marcantes influenciadas pelo seu próprio contexto histórico-geográfico, com áreas de grande vulnerabilidade social e carência de serviços públicos, o que pode servir de terreno fértil para o recrutamento de membros e para o estabelecimento das atividades ilícitas.

Outro fator importante é a busca das facções por novos mercados para o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. As cidades médias, des-

sa maneira, representam um mercado em crescimento para o consumo de drogas. Além disso, as facções buscam expandir sua influência territorial e consolidar seu poder em áreas estratégicas do país. Ao controlar o tráfico de drogas e outras atividades criminosas em cidades médias, as facções podem fortalecer sua posição e ampliar sua capacidade de operação em nível nacional.

A territorialização do crime organizado nos residenciais Tiradentes e Magalhães do PMCMV

Inicia-se esta seção com a afirmação de que

o território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas (Santos, 1979, p. 139).

É com essa ideia que se deve compreender que o narcotráfico atua em duas formas de territorialização: uma em rede e outra em zona.

As redes geográficas do narcotráfico promovem relações de poder territorializadas em diversas escalas, e isto não se limita às grandes metrópoles ou áreas urbanas, cada vez mais as cidades pequenas e médias e mais as áreas rurais são incorporadas a estas dinâmicas. As redes geográficas são definidas como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (Corrêa, 1999, p. 107).

É assim que ocorre a organização espacial do narcotráfico considerando cidades na Amazônia como Marabá, no Pará. Marabá é um “nó” de uma rede organizada e multiescalar, também é centro regional de distribuição dos fluxos, logo, é espaço de fluidez. Segundo Santos (1996, p. 219), “a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela alcançaria as consequências atuais se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas formas de ação”.

Pode-se dizer que as cidades se convertem em nós de uma trama. Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidades, a cidade vira um ponto fundamental de tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede. As cidades tornam-se, assim, os nós articulados das redes em constantes movimentos, em fluxos dos mais diversos e que compõem as estruturas sociais resultantes das atividades humanas (Moreira, 2008).

Em 2009, entrava em vigor o Programa Minha Casa Vida (PMCMV). Essa iniciativa foi delineada com objetivos específicos, buscando gerar impactos positivos por meio da construção civil. Ademais, o programa visava

minimizar a insuficiência habitacional brasileira, atentando para o fato de que a atuação histórica desse setor imobiliário no Brasil sempre se efetuou de forma seletiva, com as atividades imobiliárias não se sobrepondo às atividades especulativas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo. No território brasileiro, por outro lado, as áreas centrais da cidade se abrem apenas para as classes médias ou altas, causando, assim, a não democratização do acesso à terra (Maricato, 2000).

Nessa conjuntura, o programa implementado durante o primeiro governo Lula buscava, inicialmente, impulsionar a economia brasileira por meio de seus efeitos em cadeia gerados pela indústria da construção (Cardoso; Aragão, 2013). Ao analisar esse contexto, torna-se evidente que as ações relacionadas às políticas habitacionais atualmente implementadas favorecem amplamente os agentes imobiliários e o mercado em que atuam, ou seja, o Estado procura estabelecer mecanismos que concedam diversas vantagens para a ação dos agentes imobiliários, tais como: a flexibilização de normas, que, se aplicadas rigorosamente, dificultariam consideravelmente a instalação de vários empreendimentos em áreas urbanas específicas; doação de terrenos para a construção de moradias; além de deter posição vantajosa na seleção de empreendimentos e quantidade de habitações construídas (Carvalho, 2023).

Assim, ainda que organizado, estruturado e eficiente em escala nacional, o PMCMV e outras soluções implementadas através de políticas habitacionais conservaram antigos problemas identificados desde a época da atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), como a construção de habitações em áreas precárias, dificultando as conexões entre as famílias atendidas, distanciando-as de suas práticas espaciais, perpetuando desigualdades e produzindo ou agravando segregações e até mesmo fissuras no espaço urbano.

Dessa forma, no caso de Marabá, a escolha dos locais para alocar os residenciais Tiradentes e Magalhães (representados no mapa da figura 1) considerou a disponibilidade de terrenos adequados e a necessidade de atender a uma demanda crescente por habitação na cidade. No entanto, como em muitos projetos do PMCMV, esses residenciais enfrentam desafios, como a necessidade de melhorias contínuas na infraestrutura e na oferta de serviços públicos essenciais para garantir a plena integração dos novos moradores ao tecido urbano.

Figura 1 – Marabá/PA. Localização dos residenciais Tiradentes e Magalhães. 2024



Fonte: IBGE, 2023. Elaborado pelos autores (2024).

Dessa maneira, a insuficiência de políticas públicas nesses residenciais, aliadas a presença limitada do Estado, facilitaram a territorialização de facções criminosas nesses espaços. Nesse contexto, percebe-se que os interesses são fatores determinantes na constituição da territorialização do crime nesses residenciais. No caso desses agentes ligados à criminalidade, pode-se apontar a busca pelo êxito em suas atividades ilícitas, como maior lucratividade na venda de drogas e, inclusive, o estabelecimento do “respeito” em suas áreas de comando como uma necessidade para o fortalecimento do domínio do território.

Para Foucault (2004), o poder reside nas relações de poder que permeiam toda a sociedade. Seguindo essa lógica, as relações entre os sujeitos e o crime organizado desempenham um papel significativo na territorialização do tráfico de drogas, influenciando diretamente a dinâmica social e espacial das comunidades afetadas. Esses sujeitos, portanto, desempenham papéis distintos e interconectados dentro desse complexo contexto (figura 2).

Figura 2 – Esquema dos sujeitos que têm relação com o crime organizado nos residenciais Tiradentes e Magalhães



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Como demonstra o esquema da figura 2, os consumidores de entorpecentes constituem uma parte fundamental desse sistema, uma vez que sua demanda por drogas alimenta o mercado ilegal e, consequentemente, fortalece o poder do crime organizado. Eles estabelecem uma relação de dependência com os traficantes, adquirindo substâncias ilícitas em troca de dinheiro ou outros bens, contribuindo para a lucratividade do tráfico.

Segundo Couto (2023), as disputas pelo uso do território marcam uma geografia do crime organizado que impõe vigilância e controle dos territórios e isso se dá justamente nas cidades enxergadas como estratégicas para o varejo e atacado das drogas. Para Schelling (1971), o crime organizado apresenta uma característica chave de “exclusividade”, que significa exercer governança sobre o mercado ou território através do monopólio.

Desse modo, tais fatores tornam-se essenciais para que os consumidores de entorpecentes consigam estabelecer relações frequentes com o crime organizado, bem como adentrar esses espaços. Primeiramente, esses sujeitos buscam os residenciais controlados pelo crime organizado devido à disponibilidade e à facilidade de acesso às drogas. Contudo, essa busca por drogas nos residenciais não é apenas uma questão de acesso, mas também de segurança relativa para os consumidores. Os territórios controlados pelo crime organizado, embora perigosos, oferecem uma espécie de proteção aos usuários se comparados a outras áreas da cidade contra possíveis confrontos com traficantes de outras áreas, ou mesmo com o policiamento. Assim, os consumidores sabem que, ao adentrar nesses espaços, estão em territórios dominados pelo tráfico, onde, dessa forma, podem adquirir suas substâncias com menor risco de violência direta e uma possível repressão policial.

Os moradores das áreas controladas pelo crime organizado, por sua vez, também desempenham um papel relevante, muitas vezes sendo coagidos a aceitar a presença e as regras impostas pelas facções criminosas em troca de proteção ou benefícios. Essa população se vê submetida a um ambiente de violência e intimidação, em que o medo reprime qualquer resistência ao domínio dos traficantes. Dentro desse contexto, o crime organizado também encontra mão de obra para o crime. Assim, os chamados “aviãozinhos” são indivíduos (na maioria das vezes crianças e adolescentes) recrutados pelas organizações criminosas para realizar atividades de baixo escalão, como a distribuição de drogas e a coleta de dinheiro.

Sobre a importância e o papel do aviãozinho para o crime organizado, Couto (2013, p. 9) diz:

Ele é responsável pela venda da “farinha” ou “ouro branco”, apelido denominado pelos traficantes ao pó de cocaína. A função dele é essencial, pois ele se encarrega de pegar na “boca” as petecas e fazer a comercialização pelo território. Geralmente o consumidor não tem conhecimento de onde vêm as petecas, ele só sabe que na área vende, ou seja, procura o avião e compra o produto. Isso corresponde a uma estratégia de proteção da “boca de fumo”.

Assim, eles atuam como intermediários entre os traficantes e os consumidores, facilitando o fluxo de entorpecentes nas áreas controladas pelo crime, bem como na vigilância da localidade. Outros sujeitos que se destacam dentro desses espaços controlados pelo crime são os comerciantes e trabalhadores informais, que são afetados pelas relações de poder estabelecidas dentro dos residenciais Tiradentes e Magalhães, sendo, muitas vezes, obrigados a pagar “taxas de proteção”, ou a colaborar com os interesses dos traficantes sob ameaça de violência ou retaliação. Em ambos os residenciais, a atuação dos pequenos comerciantes e de outros trabalhadores informais é marcada por um sistema coercitivo de taxas. Esses pagamentos compulsórios, impostos pelo crime organizado, são exigidos para que possam operar com relativa segurança e continuidade em suas atividades. Desse modo, “o território, enquanto uso, tem o seu significado para a economia do tráfico de drogas. É visto como fonte de recursos para os traficantes que lucram com a atuação territorializada do crime” (Couto, 2013, p. 8).

Para os mototaxistas, por exemplo, a necessidade de pagar uma taxa é um reflexo direto da territorialização do crime. Essa taxa funciona como uma espécie de “pedágio” para garantir a permissão de circulação e trabalho dentro dessas áreas controladas. Sem o pagamento, os mototaxistas correm o risco de sofrer represálias, que podem variar desde ameaças verbais até agressões físicas, ou até mesmo a perda do direito de operar no local. Esse sistema coercitivo assegura ao crime organizado uma fonte de renda constante, ao

mesmo tempo que estabelece um controle sobre a mobilidade e os serviços oferecidos dentro do território.

Os pequenos comerciantes enfrentam uma situação semelhante. As taxas de proteção, frequentemente denominadas “taxas de segurança” ou “contribuições”, são exigidas para garantir que suas atividades comerciais possam prosseguir sem interferências negativas do crime organizado. O não pagamento dessas taxas pode resultar em vandalismo, roubos ou violência direcionada aos proprietários e seus estabelecimentos. Assim, a aceitação dessas condições por parte dos comerciantes é, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência dentro de um ambiente onde a presença do Estado é deficitária. Logo, os agentes de segurança pública também mantêm relações com o crime organizado, seja através da corrupção, do envolvimento em esquemas de proteção aos traficantes, ou até mesmo da participação direta em atividades ilícitas.

Diante do exposto, parte-se do princípio de que é fundamental compreender o comportamento dos indivíduos envolvidos nas redes do narcotráfico, suas estratégias, ações e modos de legitimar o controle sobre os territórios. O poder exercido pelos agentes do tráfico, que é tanto reconhecido quanto temido, conforme Foucault (1987), se manifesta na vida cotidiana, categorizando o indivíduo, marcando-o com uma identidade própria, vinculando-o à sua individualidade e impondo-lhe uma “lei de verdade”, que deve ser reconhecida por ele mesmo e pelos outros. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que é necessário compreender o comportamento dos indivíduos envolvidos nas redes do narcotráfico, suas estratégias, ações e formas de legitimar o controle sobre os territórios, como apontado nos estudos de Couto (2023).

Em suma, esses diferentes sujeitos e suas complexas e dinâmicas relações com o crime organizado contribuem para a territorialização do tráfico, que, por sua vez, acaba influenciando o cotidiano das populações envolvidas. Essa dinâmica reflete a estrutura de poder e controle imposta pelo crime organizado, na qual a coerção e o medo são usados para manter a ordem e gerar receitas. Esse sistema não apenas gera lucro para o crime, mas também reforça seu controle e autoridade, impactando significativamente a dinâmica social e econômica dessas comunidades.

Territórios de contenção ou crime pacificador?

Nesta última parte do texto buscaremos evidenciar as ações e estratégias utilizadas pelas facções criminosas como forma de manter o controle das populações. Trata-se de uma contenção territorial que se dá por meio da coerção ou intimidação, o que gera medo ou sensação de insegurança entre os moradores nos residenciais aqui estudados. Esse fenômeno

que acumula processos sociais de violência vem se dando por várias cidades da Amazônia. Não se trata de uma realidade específica de Marabá. Contudo, compreender essa dinâmica em tal cidade é extremamente necessário para que se possa ter a mínima noção das realidades sociais nas cidades na Amazônia.

Assim, no contexto de precarização dos territórios urbanos, as comunidades periféricas muitas vezes se tornam alvos das facções criminosas, que buscam estabelecer seu domínio sobre essas áreas fragilizadas. Para manter sua autoridade, o crime organizado necessita estabelecer um relacionamento com as comunidades para a imposição de suas leis, sobretudo no controle de atividades econômicas informais e na oferta de serviços e proteção em troca de lealdade e obediência.

Como vemos na figura 3, “Tire o capacete au entra na quebrada” é a frase escrita através de uma pichação na parada de ônibus da entrada do residencial Tiradentes. A frase carrega consigo significados complexos e consequências no contexto da territorialização do crime organizado. Em sua essência, a expressão parece ser um aviso, ou uma ordem direta aos indivíduos que adentram a área conhecida como “quebrada”, termo frequentemente utilizado para se referir às áreas periféricas e dominadas pelo crime. A instrução pode ser entendida como uma medida de precaução para evitar chamar atenção indesejada ou suspeita ao entrar na região, já que o uso de capacetes pode ser associado a atividades criminosas, como roubos. Contudo, remover o capacete é, antes de mais nada, uma forma de mostrar respeito ou submissão às autoridades ou líderes locais do crime organizado.

Figura 3 – Marabá-PA. Entrada do residencial Tiradentes. 2023



Fonte: Festa do PCC... (2023).

No contexto mais amplo da territorialização do crime organizado, a frase pode ser vista como um exemplo de uma das formas como essas organizações impõem sua autoridade e estabelecem controle sobre determinadas áreas urbanas. Ao definir regras de conduta e impor sanções informais aos que as desrespeitam, os grupos criminosos reivindicam o domínio sobre o espaço. Desta forma, a pichação não é um aviso casual, mas sim um símbolo da presença e influência do crime organizado naquela localidade, refletindo dinâmicas de poder, controle territorial e da submissão que permeiam essas áreas periféricas. O território fundamenta-se no poder, no governar, no domínio: esse governar é do próprio homem. Todo o conflito que se estabelece a partir de relações de poder, de domínio, de violência, são invenções da própria sociedade, ou seja, quem governa quem (Arendt, 1994)?

Quando o crime organizado utiliza das pichações e grafites nos portões, placas ou muros, esses simbolismos representam uma forma de lembrar e/ou demarcar o seu poder e a sua presença naquela localidade. Com isso, tal processo está relacionado com a noção de apropriação simbólico/cultural do território que tem como base a dimensão subjetiva, na qual o território é visto como produto de apropriação por um determinado grupo (Haesbaert, 2004).

Os grupos criminosos sob o domínio do território representam redes criminosas territorializadas que atuam em atividades econômicas ilícitas e irregulares; e o narcotráfico é um exemplo a ser analisado. A territorialização perversa do crime, nestes termos, é, sem dúvida, expressão espacial das práticas e mecanismos dos grupos criminosos (Couto, 2013).

Essas barreiras invisíveis e informais são difíceis, logicamente, de serem identificadas por sujeitos de fora daquela realidade. Assim, o controle daquele espaço se dá, dentre outros modos, pela vigilância e monitoramento dos fluxos. Segundo Foucault (1987), a disciplina diz respeito ao conjunto de práticas e técnicas empregadas para regular o comportamento humano e garantir a conformidade com as normas estabelecidas. Essas práticas podem assumir diversas formas, desde o monitoramento constante até a aplicação de recompensas e punições. A disciplina é, dessa maneira, uma ferramenta fundamental de poder, exercida não apenas por instituições formais, mas também por meio de dispositivos cotidianos das relações sociais. A vigilância, nesse sentido, não se restringe apenas à observação física direta, mas também assume uma dimensão psicológica e disciplinar que influencia o comportamento dos indivíduos. A pichação representa um sentimento constante de vigilância e controle, mesmo na ausência de um vigilante. Desse modo, o poder disciplinar é exercido sobre os indivíduos, induzindo-os a internalizar normas e regras de comportamento.

Entende-se que esses residenciais são espaços onde a presença e o controle das facções exercem uma forte influência sobre a população, poden-

do, também, haver a limitação da liberdade, restrição do acesso e, sobretudo, criando um ambiente de insegurança e instabilidade. Para Couto (2013), o território, enquanto uso, tem o seu significado para a economia do tráfico de drogas. Ele é visto como fonte de recursos para os traficantes que lucram com a atuação territorializada do crime e, por isso, passa a ser palco de conflitos entre facções rivais. O envolvimento dos atores sociais com funções específicas é uma forma de mostrar o quanto a criminalidade relacionada com o tráfico de drogas está enraizada na periferia e organizada no território.

Haesbaert (2014; 2023) descreve a prática de controle do espaço físico por determinados grupos sociais, sejam eles formais ou informais, visando assegurar o domínio sobre uma determinada área através do controle do acesso de entrada e saída de áreas como “contenção territorial”. Nas áreas sob influência das facções criminosas, no entanto, esse controle é exercido de forma estratégica, utilizando-se de barreiras físicas (barricadas, muros, cercas etc.), ou mesmo por outras formas que vão para além do campo visível e que são utilizados nos residenciais estudados aqui, no caso, os dispositivos de contenção invisíveis aos olhos dos que não vivenciam determinada realidade, formados por meio das relações entre os sujeitos, bem como por acordos tácitos (Haesbaert, 2023).

Logo, os acordos tácitos desempenham um papel fundamental na manutenção da ordem e na regulação das relações entre os membros. Esses acordos, muitas vezes não escritos e baseados em códigos de conduta implícitos, estabelecem normas de comportamento e limites de atuação dentro da organização criminosa. Ademais, podem incluir, por exemplo, regras de divisão de território, definição de responsabilidades, punições para traição e resolução de conflitos internos.

Nesse sentido, a gerência desses acordos é crucial para garantir a estabilidade e a coesão do grupo, enquanto a violação pode resultar em consequências severas, incluindo retaliações ou mesmo a exclusão da organização. Assim, as comunidades que sofrem com a atuação do crime organizado, a partir dessa perspectiva, também se relacionam com esses agentes hegemônicos do crime por meio da subjetividade e do controle exercidos.

O crime, desse modo, como uma forma de “pacificação”, pode ser considerado uma das principais formas de tratos informais realizados entre esses sujeitos. A palavra “pacificar”, no sentido de promover e/ou restabelecer a paz, quando relacionada ao conceito de criminalidade, pode até soar como uma ideia pautada na antítese. Entretanto, é justamente nas relações de poder exercidas pelas organizações criminosas que podemos entender os mecanismos pacificadores destinados às populações periféricas como ferramentas pacificadoras, no sentido de estabelecer uma “ordem” através de um poder disciplinador promovido por uma micropolítica e por uma apropriação simbólica do território.

Neste contexto, a figura 4 exibe os residenciais Tiradentes (à esquerda) e Magalhães (à direita). A partir dos trabalhos de campo realizados, identificou-se que nesses espaços existem medidas que visam não apenas estabelecer o domínio territorial por parte das facções, mas também restringir o acesso de pessoas não autorizadas, como agentes da lei ou membros de grupos rivais, além de controlar o fluxo de mercadorias, drogas e armas. A contenção territorial, dessa forma, confere poder e autoridade aos grupos criminosos sobre a comunidade local, impondo uma ordem baseada em suas próprias regras e normas. Assim, o controle do acesso de entrada e saída de áreas controladas pelo crime organizado, dentro da lógica da contenção territorial, representa uma manifestação concreta do poder exercido pelas facções criminosas sobre o espaço urbano, influenciando diretamente a dinâmica social e a vida cotidiana das comunidades afetadas.

Figura 4 – Marabá-PA. Residenciais Tiradentes e Magalhães. 2024



Fonte: Autores (2024).

Dessa forma, entende-se que há uma “reciprocidade forçada” entre o crime organizado e os sujeitos pertencentes às populações controladas pelo tráfico, em que os indivíduos são compelidos a adotar determinadas posturas, comportamentos e identidades em conformidade com as normas e expectativas estabelecidas pelo crime (Dowdney, 2003). Essa “reciprocidade forçada” entre os sujeitos revela a complexidade das relações de poder nas áreas estudadas nesta pesquisa, bem como destaca como as dimensões culturais e simbólicas desempenham um papel fundamental na reprodução das desigualdades sociais. Ao compreender esses mecanismos de dominação, torna-se possível identificar e contestar as formas de opressão e exclusão que permeiam as estruturas sociais.

A coerção, desse modo, é uma característica marcante desse relacionamento, em que os indivíduos enfrentam ameaças, intimidações e punições caso se recusem a colaborar com as atividades criminosas. Os territórios conquistados pelo crime, por sua vez, tornam-se espaços de coerção, onde a população local é submetida a relações de poder exercidas pelas facções. As comunidades são pressionadas a cooperar com o tráfico de drogas fornecendo mão de obra ou até mesmo se tornando soldados para as operações do crime organizado. Essas dinâmicas complexas de poder e coerção estabelecem um ciclo vicioso de violência e dominação nas comunidades periféricas, a partir dos quais as facções criminosas exercem controle sobre os territórios e a população local é subjugada por relações de submissão forçada.

Em suma, a reciprocidade forçada entre os sujeitos dentro dos territórios de coerção é um fenômeno complexo, que ocorre quando as pessoas se sentem obrigadas a interagir umas com as outras não por escolha própria, mas devido a pressões externas ou normativas. Nesse sentido, é a partir do entendimento do poder como uma relação que podemos desvendar os mecanismos de controle que o crime organizado exerce em áreas vulnerabilizadas socialmente. É importante ressaltar que essas relações são materializadas não na ausência do Estado, mas nas lacunas que não são preenchidas por este agente, já que, por mais elevado que seja o nível de vulnerabilidade, nenhum destes espaços estudados na presente pesquisa está completamente excluído de políticas públicas. Na realidade, estão precariamente inseridos (Martins, 1997), ou seja, é justamente a partir dessas lacunas deixadas pelo poder estatal e, conseqüentemente, na marginalização/precáriação de tais espaços que os grupos criminosos enxergam as condições fundamentais para a instalação de suas atividades.

Assim, a maioria das táticas que são aplicadas a partir das relações de poder é reproduzida no cotidiano dos residenciais Magalhães e Tiradentes como uma forma de legitimação do controle do espaço e, de certa forma, para relembrar constantemente o sujeito oprimido que há uma ordem soberana. Nesse cenário, os mecanismos territorializadores/territorializantes das organizações criminosas são oriundos de ações violentas que dispõem do exercício da coerção e a aplicação do medo para a criação, a partir desses fatores, de um ambiente mais “pacífico”. O crime organizado, quando utiliza dessas táticas para a territorialização, pode, também, aplicar a violência física/psicológica e suas diferentes manifestações como forma de coerção. O indivíduo, nesse contexto, acaba sendo coagido por meio do medo, assim como, a partir da constante vigilância ao seu redor, acaba sendo corrigido e adestrado.

Considerações finais

Em síntese, a territorialização do crime organizado envolveu a imposição de autoridade e controle por parte das organizações criminosas sobre as comunidades pertencentes aos residenciais Tiradentes e Magalhães. Assim, entende-se que essas organizações estabelecem regras de conduta e aplicam sanções infor-

mais, reivindicando domínio sobre o espaço. Os residenciais, nesses contextos, tornam-se espaços onde a influência das facções é palpável, marcada pelo uso da força, ameaças, limitação de liberdade, restrição de acesso e insegurança.

Logo, a dinâmica de poder e controle imposta pelo crime organizado utiliza da coerção e do medo para manter a ordem e gerar receitas, impactando significativamente as estruturas sociais e econômicas dessas comunidades. Os acordos tácitos, baseados em códigos de conduta implícitos, regulam as relações internas e a divisão de territórios, estabelecendo normas de comportamento e resoluções de conflitos. Por outro lado, as relações entre os indivíduos e o crime organizado desempenham um papel crucial na territorialização do tráfico de drogas, influenciando diretamente as dinâmicas sociais e espaciais das comunidades. Desse modo, os sujeitos assumem papéis interconectados, contribuindo para a manutenção e expansão das atividades ilícitas.

Dessa maneira, os residenciais Tiradentes e Magalhães tornaram-se espaços propícios para a territorialização das facções criminosas devido a uma combinação de fatores socioeconômicos e estruturais. Além disso, a localização periférica desses residenciais, distantes do centro da cidade, contribui para o isolamento social e econômico dos moradores. Este isolamento é explorado pelas facções criminosas, que se aproveitam da vulnerabilidade da população para recrutar novos membros e consolidar seu poder.

Nesse sentido, as comunidades sujeitas à atuação do crime organizado se relacionam com esses agentes hegemônicos através de uma combinação de controle e subjetividade. A “pacificação” promovida pelo crime organizado, ainda que paradoxal, busca estabelecer uma ordem disciplinadora e uma apropriação simbólica do território. Dessa forma, as organizações criminosas apropriam-se de mecanismos pacificadores para manter sua hegemonia e controle sobre as populações periféricas, consolidando seu poder através de uma micropolítica dentro de territórios de coerção.

Referências

- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relum e Dumará, 1994.
- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, vol. 53, n. 19, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB-7qRTWdg/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 12 dez. 2024.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p.17-65. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf . Acesso em: 15 dez. 2024.

CARVALHO, A. S. **Produção de moradias e de (in)justiças espaciais por incorporadoras imobiliárias em Castanhal-PA**. 152p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém. 2023. Disponível em: <https://portaldaposgraduacao.uepa.br/items/97507b92-db4a-4f57-8915-7d8cd1d4a63f/full> . Acesso em: 05 dez. 2024.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1999.

COUTO, A. C. Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém. **Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública**, v. 5, n. 1, p. 2-13, 2013. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/137> . Acesso em: 08 dez. 2024.

COUTO, A. C. **Do poder das redes às redes do poder: configurações territoriais sobrepostas na periferia de Belém**. 301p. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental). Belém. NAEA-UFPA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10461> Acesso em: 08 dez. 2024.

COUTO, A. C. Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia. **Revista GeoAmazônia**, Belém v.11, n.22 p. 46–67 Ano 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/13828>. Acesso em: 08 dez. 2024.

DOWDNEY, L. **Crianças no tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sete letras, 2003.

Festa do PCC em Marabá “chama” a PM, que fecha ponto de droga e faccionado morre. **Correio de Carajás**. 20 nov. 2023. Disponível em: <https://correiodecarajas.com.br/festa-do-pcc-em-maraba-chama-a-pm-que-fecha-ponto-de-droga-e-faccionado-morre/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, R. **I-mobilidades globais e dispositivos de contenção territorial na metrópole**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo, Brasil: Loyola, 2008.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: Belém: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/pesquisa/38/47001?-tipo=ranking>. Acesso em: 29 de set. 2024.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 de set. 2024.

MARTINS, J, S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.

RAPOZO, P.; SILVA, R. C.; RADAELLI, T. C. **Dinâmicas dos mercados ilegais, criminalidade e representações sobre a violência**: a cartografia dos conflitos na faixa de fronteira Brasil, Colômbia e Peru no estado do Amazonas. Boletim de Análise Político-Institucional: dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 29-41, jan. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13588?mode=full> . Acesso em: 20 dez. 2024.

RODRIGUES, F. J.; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. **Novos Estudos CEBRAP**. v. 42. nº 01. p. 11-18, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/XV3MYGkK4CySbDtfxpZkKNk/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1979.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHELLING, T. C. **Economics Analysis and Organized Crime**. In: The President's Commission on Law Enforcement and the Administration of Justice, Task Force Report: Organized Crime. Washington, DC: US Government Printing Office, 1971. p. 114-26.

SCHIMIZU, B. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas**: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas. São Paulo: Ibccrim, 2011.

SERRA, H. R; SABINO, T. A. Cartografias da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará. **Confinos (Online)**, 49, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confinos/35731> Acesso em: 18 dez. 2024.

CAPÍTULO 10: DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS EM CASTANHAL (2020-2023)

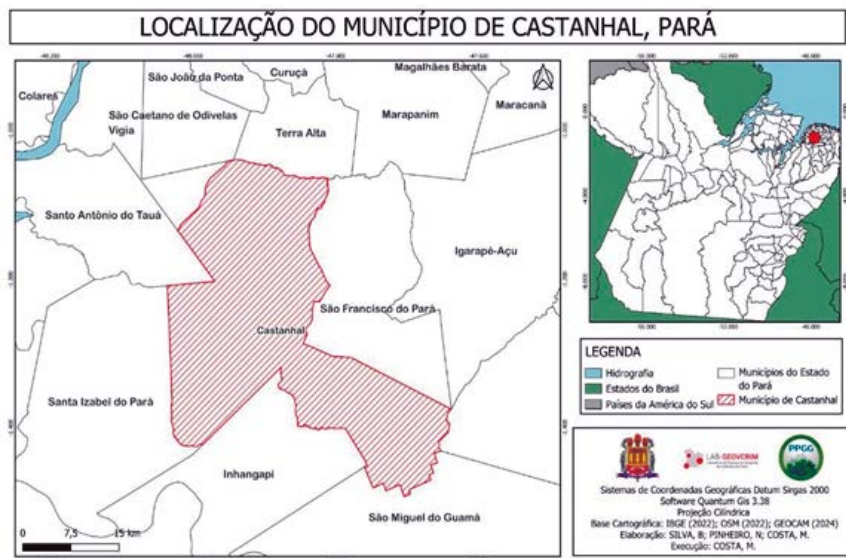
Natália Souza Pinheiro
Beatriz Lorena Corrêa da Silva
Maria Eduarda Costa Costa

Introdução

A compreensão das dinâmicas urbanas contemporâneas em cidades não metropolitanas é crucial para abordar questões urgentes como a violência e as desigualdades socioespaciais. Este estudo se insere em um contexto em que cidades médias enfrentam transformações significativas, muitas vezes exacerbadas pelo rápido crescimento urbano e pela escassez de políticas públicas eficazes. É este o caso da cidade de Castanhal (figura 1), pertencente à Região de Integração do Guamá, no estado do Pará, que exemplifica como fatores socioeconômicos e históricos moldam a realidade local, influenciando não apenas os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI's), mas também a própria estrutura social e econômica desses espaços.

Segundo Ribeiro (2016), Castanhal é considerada uma cidade média no nordeste do Pará devido à sua significativa centralidade regional. Sua economia está diretamente ligada à BR-316, que facilita a conexão com outras áreas, especialmente Belém. A partir dos anos 1990, a relação de Castanhal com Belém se intensificou, o que deu margem a sua inclusão na Região Metropolitana de Belém, em 2011. A dualidade expressa em compor uma estrutura metropolitana e ter papéis de cidade média expressa a complexidade de Castanhal e sua importância no contexto urbano e regional paraense.

Figura 1 – Castanhal/PA. Mapa de localização. 2024



Fonte: Elaboração própria, 2024.

O rápido crescimento urbano em cidades médias cria condições favoráveis para conflitos e crimes. Neste sentido, para atingir o objetivo deste texto, a ser exposto em breve, esta pesquisa busca explorar não apenas os índices da violência na cidade estudada, mas também as interações complexas entre tempo, espaço e condições de vulnerabilidade que definem esses cenários, contribuindo, assim, para um entendimento mais amplo e contextualizado das questões urbanas contemporâneas no Brasil. Nascimento, Reis Netto e Chagas (2022) destacam que o espaço urbano reflete interações complexas entre tempo e espaço, nas quais disparidades socioeconômicas podem influenciar significativamente a esfera social, incluindo a prevalência de violência como uma ameaça ao espaço público e à vida política.

Com relação aos crimes cometidos na cidade de Castanhal, a contar de 2020 a 2023, percebe-se que, o quantitativo dos casos de CVLI teve uma oscilação ao longo dos anos. Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar a distribuição espaço-temporal dos crimes violentos letais intencionais na cidade de Castanhal, considerando os aspectos de vulnerabilidade social, urbanos e políticos que impactam a segurança pública. De maneira mais específica, objetiva-se identificar e georreferenciar o quantitativo de ocorrências dos CVLI's na cidade de Castanhal, entre 2020-2023, utilizando técnicas de sistemas de informação geográfica (SIG). Além de também investigar como a vulnerabilidade social afeta a incidência de CVLI's na cidade estudada, avaliando o impacto das políticas de segurança de Castanhal na redução desses crimes.

Pretende-se, a partir desta análise, refletir sobre as seguintes indagações: como a distribuição espaço-temporal dos crimes letais intencionais em Castanhal, entre 2020 e 2023, está relacionada com os níveis de vulnerabilidade social e as características urbanas da cidade? De que maneira as políticas públicas de segurança implementadas em Castanhal têm influenciado a incidência e a distribuição dos CVLI's na cidade?

Este capítulo é fruto de pesquisas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA), ambos da Universidade do Estado do Pará.

Metodologia

A pesquisa combina métodos qualitativos e quantitativos. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a abordagem qualitativa coleta dados diretamente no local, sem manipulação, focando na análise e interpretação. A abordagem quantitativa transforma opiniões e atitudes de uma amostra representativa em números, usando ferramentas estatísticas como médias e desvio padrão para analisar e garantir a precisão dos resultados. Hipóteses são formuladas para examinar as relações entre variáveis, assegurando a precisão dos resultados e evitando inconsistências.

Quanto aos procedimentos metodológicos, indispensáveis ao alcance das respostas às questões desta pesquisa, eles estão estabelecidos em etapas.

- a. Levantamento bibliográfico – realizado a partir de referenciais pertinentes à fundamentação teórica do projeto, tais como: metropolização, cidades médias, desigualdade espacial, violência urbana, criminalidade e segurança pública;
- b. Levantamento documental – utilizaram-se bases de dados digitais, especialmente do IBGE, como os dados dos Censos Demográficos Brasileiros. Informações sobre CVLI foram obtidas de relatórios técnicos e estatísticos da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) / Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP/PA) (2020-2023) e da Estatística Municipal da Fapespa – 2023;
- c. Produções cartográficas – elaboradas utilizando técnicas de geoprocessamento para integrar e analisar dados sociais e de violência. As etapas são:
 1. Organização do Banco de Dados Criminais: coleta e estruturação das informações sobre CVLI's, fornecidas pela SIAC. O banco inclui dados como nome do bairro, endereço do crime, data, hora, gênero e faixa etária da vítima, e tipo de crime (homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte);

2. Vetorização no Google Earth: Após a seleção e organização dos dados, foram criados pontos geográficos correspondentes aos crimes com base nos endereços, utilizando a visualização da cidade de Castanhal no Google Earth para identificar as coordenadas;
3. Manipulação dos Dados no QGis: no software Quantum GIS (QGis) foram adicionadas camadas essenciais, como limites de bairros, hidrografia e vias, para a criação dos mapas. A camada principal destacará a distribuição dos crimes violentos em Castanhal.

Metropolização e cidades médias

Diante da expansão urbana, as dinâmicas presentes em certas cidades acentuaram-se ao longo dos anos motivadas pelo deslocamento populacional e pelas relações de influência. Este contexto foi estimulado pela relevância socioeconômica, tal como a força centralizadora e de articulação regional. Entretanto, aumentaram, por outro lado, as desigualdades socioespaciais de acesso a bens de consumo, bem como ocorreu uma ampliação de moradias precárias, consequência do déficit habitacional e concentração de renda (Lencioni, 2017). É nesta conjuntura urbana complexa que o debate sobre metropolização se enquadra.

O processo de metropolização é entendido como um novo porte da urbanização, ou seja, tem consigo suas características. Contudo, ele desenvolve e incorpora outros/novos elementos, e que não se delimitam apenas às metrópoles ou regiões metropolitanas formais, mas também aos espaços rurais e pequenas e médias cidades, que passam a conter componentes e formas antes exclusivas das grandes metrópoles (Lencioni, 2011; Ferreira, 2016).

Nesta perspectiva, Lencioni (2011, p. 136) destaca que o

processo de metropolização do espaço se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, as mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas, onde não se distingue muito bem, na continuidade da área construída, o limite municipal de cada uma delas. E, também, pela expansão territorial do aglomerado metropolitano e pela extensão e densificação territorial da concentração das infraestruturas.

Desse modo, tal processo diversifica os espaços urbanos, direcionando os fluxos e serviços sob seu comando. Segundo Ascher (1995), as dinâmicas resultantes da metropolização perpassam pela sua influência, tanto no funcionamento interno das grandes concentrações quanto nas pequenas e médias cidades, atuando no modo de vida. Lencioni (2011) pontua que a população assimila costumes e práticas características das regiões metropolitanas em vir-

tude dos cursos de capital, orientados por uma rede de atuação para além dos limites territoriais. Com a metropolização, também se acentuam as desigualdades, resultantes da apropriação desigual do capital perante o espaço urbano (Ferreira, 2016). Este processo detém instrumentos para a produção de injustiças espaciais e sociais (DiMeó, 2008). Tal segregação é visível por meio da intensa concentração de renda e ações de revitalização urbana, marcadas pela gentrificação (Hidalgo; Arenas; Santana, 2016).

Sabendo que a questão metropolitana se expande além da limitação espacial, como citado acima, faz-se necessário entrar na abordagem das cidades médias, sendo espaços que recebem tal influência, mas que possuem suas próprias personalidades. Para Sposito (2004), não se pode limitar as cidades médias somente ao fator populacional, pois, para a autora, cidades médias são aquelas que atuam na inter-relação das malhas metropolitanas, desempenhando “claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as pequenas cidades que compõem uma rede urbana” (Sposito, 2004, p. 126), isto é, são definidas não apenas pela dimensão demográfica, mas principalmente por suas funções ativas na rede urbana, dentro de sua área de influência ou de outros centros menores, podendo exercer poder de intermediação entre espaços locais, regionais e globais (Silva, 2013).

De acordo com os estudos de Sposito (2004, p. 127),

[...] o que se compreende como cidades médias só podem ser consideradas no plano conceitual e a partir de uma análise que contemple a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constituem, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos (Sposito, 2004, p. 127).

Dessa forma, entende-se a relevância dessas cidades nas relações entre cidades pequenas e grandes, melhor dizendo, as cidades médias são as cidades que, em uma determinada divisão territorial, se comportam como centros regionais importantes por serem os elos entre as demais cidades. Nota-se a significância regional que se está atrelada a tais cidades, exercendo forte concentração e centralização econômica, considerando a conjuntura regional inserida e compreendendo a importância da posição geográfica nas suas relações espaciais (Sposito, 2007). Para identificar uma cidade média, Soares (1999, p. 61) considera os seguintes elementos: “tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e qualidade de vida”. Segundo a autora, tais critérios podem variar de região para região, atentando para sua formação histórico-geográfica, que é diferenciada a partir da sua localização, por isso, as cidades médias são entendidas não apenas pelo lugar que se posicionam na rede urbana, mas também no sistema econômico global (Soares, 1999).

Castanhal, lócus deste estudo, possui características que a credenciam como cidade média, possuindo destaque no nordeste paraense, influenciando 12 cidades próximas, afora as relações com os municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), da qual faz parte, e obtendo uma centralidade bastante expressiva na região, superando em muito outros centros regionais, como Capanema e Bragança (Ribeiro, 2016).

Segregação e desigualdade no espaço urbano

O processo de segregação socioespacial, de acordo com Pinheiro e Ribeiro (2023), manifesta-se no cotidiano através de diversos aspectos, como a situação habitacional, a deterioração dos espaços públicos, a questão da mobilidade urbana e o transporte coletivo. Além disso, a violência em suas diversas tipologias é também um reflexo e subproduto da intensa urbanização das cidades brasileiras. Este fenômeno pode ser visto como uma forma de violência por si só, dado que o crescimento populacional resultante contribui para a segregação socioespacial exacerbada pela ação dos agentes envolvidos na configuração do espaço urbano, que promovem a separação entre diferentes classes sociais. Isso resulta na criação de áreas onde não são garantidos os mesmos direitos e oportunidades para todos.

A forma como a sociedade demonstra a segregação espacial se torna mais significativa quando se analisa a divisão e sua intensificação, o que está diretamente ligado aos indivíduos envolvidos no processo – tanto aqueles que promovem a segregação quanto os que são segregados (Sposito, 2013). O sistema capitalista caracteriza-se por ampliar os privilégios para aqueles com maior poder econômico, enquanto força os menos favorecidos a viver em áreas marginalizadas, vulneráveis e assinaladas pela falta de condições adequadas de habitação, infraestrutura e segurança.

Ao reconhecer que as desigualdades não são apenas econômicas, mas também são manifestadas no espaço urbano, os debates do direito à cidade e da justiça espacial passam a ser fundamentais para entender que, conforme destacado por Lefebvre (2001), ambos dependem da capacidade coletiva de reestruturar o processo de urbanização e transformar a sociedade. Isso implica uma práxis social na qual grupos marginalizados desempenham um papel crucial na construção da cidade. Além disso, o debate sobre justiça espacial, segundo Benach (2017), enfatiza a necessidade de reconhecer e enfrentar as desigualdades espaciais, fundamental para repolitizar o conceito de espaço e promover ações justas no ambiente urbano através do Estado.

Em uma sociedade extremamente capitalista, a aplicação do direito à cidade e à justiça espacial é desafiadora, pois a cidade é predominantemente orientada por uma lógica mercantilista que comercializa até mesmo as necessidades básicas humanas, dificultando a realização da vida urbana como

um espaço de convívio e uso coletivo. Esse cenário é um fato que acarreta as desigualdades individuais e sociais e, dessa forma, as injustiças, tanto espaciais como sociais e qualquer vantagem ou oportunidades desiguais presentes no urbano, sejam elas individuais ou coletivas, ao perpassar pela dimensão espacial, podem ser visualizadas como injustiça espacial.

Considerando as desigualdades espaciais e a segregação socioespacial descritas, é crucial abordar a relação entre esses fenômenos e questões de violência, crime, criminalidade e segurança pública. A concentração de populações em áreas marginalizadas frequentemente se correlaciona com índices mais elevados de criminalidade e violência. A falta de acesso a serviços básicos, infraestrutura adequada e oportunidades pode contribuir para contextos em que ocorrem atividades criminosas. Discutir políticas de segurança pública que considerem essas dinâmicas é essencial para promover um ambiente urbano mais seguro e equitativo para todos os cidadãos.

Criminalidade e intervenções na segurança pública

Compreender a violência e o crime envolve evitar generalizações, conforme Soares (2007), que enfatiza a diversidade de comportamentos criminosos ligados a diferentes dinâmicas sociais. Adorno (2002) acrescenta que a violência no Brasil é influenciada pela história econômica e social do país, na qual períodos de crescimento econômico e crises fiscais contribuíram para a persistência da desigualdade e concentração de riqueza, limitando os esforços do Estado em mitigar esses problemas através do desenvolvimento socioeconômico e da melhoria das condições de vida.

O crime refere-se a qualquer infração penal para a qual a lei determina pena de reclusão ou detenção, conforme o art. 1º da Lei de Introdução do Código Penal - Decreto-Lei n. 2.848, de 7-12-1940 (Brasil, 1940). A criminalidade, por sua vez, não se resume à contagem de crimes cometidos em um determinado tempo e local. Ela é um fenômeno complexo e social, emergindo de uma série contínua de eventos que desafiam severamente as condições básicas da vida em sociedade em um contexto específico. Beato Filho (2012) identifica duas principais origens teóricas da criminalidade e violência: fatores econômicos (falta de oportunidades, desigualdade social e marginalização) e a violação do consenso moral da sociedade. A punição do crime, por sua vez, é vista como necessária para restaurar os valores morais.

A produção desigual dos espaços urbanos perpetua exclusão e desigualdade, contribuindo para territórios violentos e a distribuição geográfica do crime, conforme Peralva (2000). Em Castanhal, na Região de Integração do Guamá, Pará, CVLI's, como homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e latrocínio, impactam significativamente a segurança pública. A categorização da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

reconhece a “morte” como o principal indicador de violência, mesmo com desafios de subnotificação, tornando os registros de mortes violentas uma das fontes mais confiáveis para políticas de segurança.

As consequências da criminalidade demandam altos custos sociais, especialmente relacionados ao tratamento de suas repercussões, que se traduzem em grandes despesas financiadas tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Conforme apontado por Braga Filho, Andrade e Pousa (2015), esses gastos significativos reduzem a capacidade de investimento em áreas estratégicas que poderiam alavancar o desenvolvimento regional. Para além disso, Carneiro e Oliveira (2020) destacam que crimes violentos afetam a economia, investimentos e a confiabilidade da sociedade nas organizações públicas, isto é, a instabilidade gerada pela criminalidade pode ainda aprofundar as desigualdades de renda, criando um círculo vicioso de pobreza e violência, comprometendo a justiça social.

A criação de políticas públicas eficazes para a contenção da criminalidade exige a participação dos atores políticos e sociais, conforme Aguilar Villanueva (1993). Desde 2019, o estado do Pará implementa novas estratégias de segurança pública, como o Programa Territórios Pela Paz – TerPaz. Inicialmente, o programa concentrava-se na atuação e controle de sete bairros da RMB por meio de políticas de inclusão social, colaborando com diversas secretarias e órgãos administrativos. Atualmente, o programa atua em mais de sete bairros, incluindo áreas que não fazem parte da RMB. Zapata (2015) e Bayley e Skolnick (2006) ressaltam a importância de delimitar áreas de atuação dos órgãos de segurança com base em dados socioeconômicos e estatísticos. No TerPaz, a escolha dos bairros se baseia nos dados de crimes violentos letais intencionais (CVLI), direcionando ações para as áreas mais afetadas.

Ademais, o programa é dividido em duas fases complementares para atingir seus objetivos. A primeira, o Choque Operacional, envolve ações policiais estratégicas administradas pela SEGUP. O município de Castanhal, alvo desta pesquisa, está atualmente na primeira fase, preparando-se para a segunda etapa, que consiste em atuações integradas dos Órgãos e Secretarias de Estado no Eixo Social do Programa. Coordenada pela Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), essa fase prevê a criação de Usinas da Paz – USIPAZ, garantindo uma presença constante nos territórios.

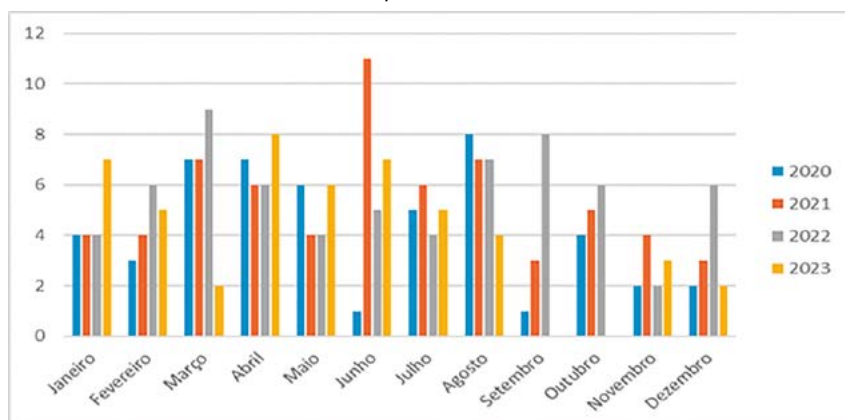
A Usina da Paz de Castanhal, ainda em fase de obra, será localizada no bairro Jaderlândia III, uma área onde os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) são mais elevados. Essa escolha reforça a afirmação de Brodeur (2002), que discute a importância de concentrar esforços de segurança pública nas áreas mais sensíveis, pois são essas regiões que acabam por impulsionar os índices de criminalidade. Vale ressaltar que o projeto da usina tem como um dos objetivos criar um ambiente mais colaborativo e confiável, concentrando-se na prevenção da criminalidade.

Além disso, Zapata (2015) argumenta que, envolver a comunidade na segurança pública é fundamental para construir um ambiente de cidadania, capaz de contribuir para a redução dos índices de criminalidade nos espaços urbanos. A implementação das duas fases do Programa Territórios Pela Paz no bairro Jaderlândia III, em Castanhal, busca, desse modo, justamente a diminuição da violência e da criminalidade no município, fortalecendo a cooperação entre o Estado e a sociedade para alcançar resultados duradouros.

Mapeando a violência: análise espaço-temporal dos CVLI's em Castanhal

A partir dos dados dos CVLI's disponibilizados pela SIAC, vinculada à SEGUP-PA, é possível ter um parâmetro da violência em Castanhal, através da distribuição espaço-temporal dos Crimes Violentos Letais Intencionais entre 2020 e 2023 (gráfico 1).

Gráfico 1 – Castanhal/PA. Taxa de CVLI. 2020 a 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de SIAC (2024).

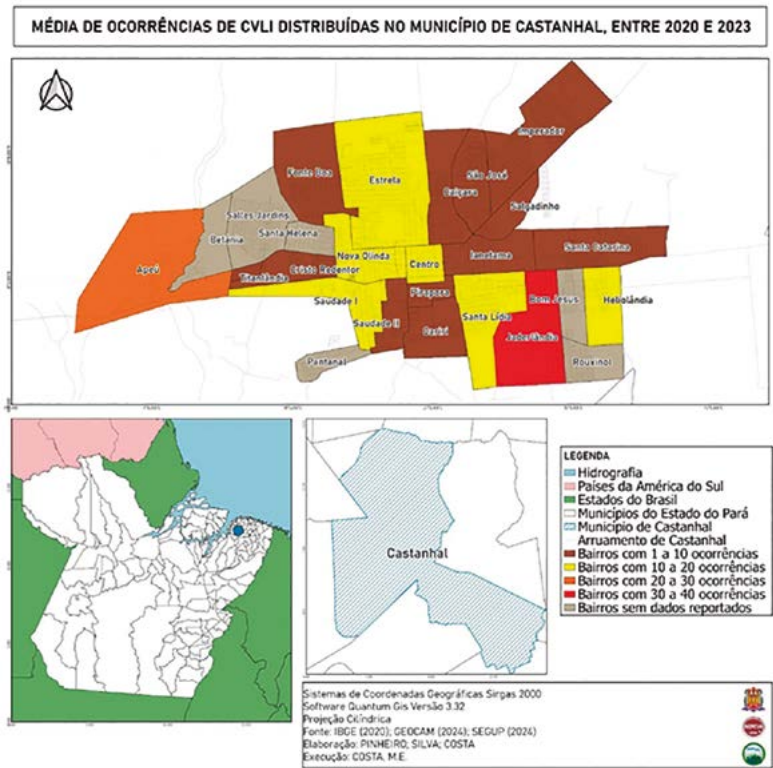
Ao analisar os índices de violência em Castanhal entre os anos de 2020 e 2023, conforme o gráfico 1, observamos flutuações significativas nos CVLI's, conforme os dados da SIAC. Em 2020, a cidade registrou uma média anual de aproximadamente 4,17 CVLI's por mês. No ano seguinte, houve um aumento considerável, elevando a média para cerca de 5,33 CVLI's mensais. Esse aumento pode refletir várias dinâmicas sociais e econômicas, como desemprego, tensões locais e outros fatores socioeconômicos.

O ano de 2022 manteve uma média alta, com cerca de 5,58 CVLI's por mês, indicando uma persistência na taxa de crimes violentos. No entanto, em 2023, observou-se uma queda marcante, com a média diminuindo para aproximadamente 4,08 CVLI's mensais. Esse declínio pode sugerir mudanças nas políticas de segurança, iniciativas comunitárias ou outros fatores que impacta-

ram positivamente a segurança pública na região. Ao desagregar os dados por meses específicos, percebemos variações sazonais nos índices de violência. Por exemplo, os meses de junho de 2021 e 2023 apresentaram picos significativos de CVLI's, enquanto que setembro de 2023 registrou zero ocorrências, destacando a natureza variável e imprevisível da criminalidade.

A partir do quantitativo de ocorrências registrados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), a figura 2 espacializa as ocorrências de CVLI's por bairros em Castanhal, revelando padrões distintos que oferecem percepções sobre a geografia da criminalidade na cidade. Entre os bairros analisados, os dados revelam que alguns são mais vulneráveis e suscetíveis à violência, com destaque para o Jaderlândia III, que registrou o maior número de ocorrências de CVLI's, totalizando 37 casos. O bairro, segundo Ribeiro (2016), foi originado de uma ocupação em 1985, e é um dos mais populosos de Castanhal. Assim, ele possui características típicas de uma periferia urbana, como altos índices de pobreza, violência e serviços públicos deficientes.

Figura 2 – Castanhal/PA. Mapa da distribuição espacial de ocorrências de CVLI. 2020 a 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de SIAC (2024).

Outras áreas que apresentaram números elevados de ocorrências incluem o distrito do Apeú (26 casos), os bairros de Nova Olinda (15 casos), Heliolândia (11 casos) e Saudade I (14 casos), indicando áreas onde a incidência de crimes letais é particularmente preocupante. Em contraste, bairros como Cariri (2 casos) e Santa Catarina (3 casos) demonstraram ter menos registros de CVLI's, sugerindo uma relativa “maior segurança” em comparação com as áreas mencionadas anteriormente.

Tabela 2 – Castanhal/PA. Famílias em condições de vulnerabilidade por bairros. 2022

Localidade	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.
Caçara	524	292	457	312
Centro	29	15	52	33
Cristo Redentor	348	98	203	108
Estrela	163	100	196	136
Fonte boa	1054	506	780	369
Heliolândia	364	135	161	50
Ianetama	332	175	372	302
Imperador	822	393	525	246
Jaderlândia	2063	650	1075	500
Jardim das Acácias	168	52	106	45
Nova Olinda	465	286	503	364
Novo Estrela	892	372	333	222
Pirapora	239	115	237	168
Salgadinho	138	64	92	69
Santa Catarina	556	192	316	176
Santa Lúcia	548	307	559	371
São José	1084	439	680	341
Saudade	744	425	828	489
Titanlândia	154	74	137	87

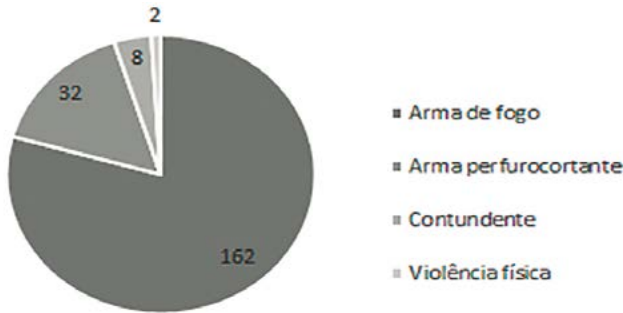
Fonte: Adaptado de Silva e Sérgio (2022).

A tabela 2 mostra a vulnerabilidade social das famílias em vários bairros de Castanhal. É importante mencionar a relação entre a vulnerabilidade social dos bairros e a incidência de CVLI's em Castanhal. Bairros como Jaderlândia, Fonte Boa, Santa Catarina e Heliolândia, que apresentam altos números de famílias em extrema pobreza e baixa renda, também registram altas taxas de CVLI's. Conforme a análise da figura 2, Jaderlândia, por exemplo, destaca-se com 37 casos de CVLI's, sendo o bairro com maior número

de ocorrências. Heliolândia, que possui 374 famílias em extrema pobreza, apresenta 11 casos de CVLI's. Em contraste, bairros como Centro e Cristo Redentor apresentam números menores em todas as categorias, sugerindo menor vulnerabilidade social.

Essa correlação sugere que a vulnerabilidade social é um fator que pode contribuir para a criminalidade letal nos bairros de Castanhal. A segregação e exclusão social são evidentes nesses bairros, onde a falta de acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas criam um ambiente propício para a violência. A alta concentração de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em bairros como Jaderlândia e Heliolândia torna esses locais mais suscetíveis a problemas de segurança pública. A experiência de bairros como Santa Catarina, que, embora apresente alta vulnerabilidade social, tem relativamente poucos registros de CVLI's, sugere que a pobreza não é um fator direto da violência, por isso não cabem generalizações. No entanto, melhorias nas condições de vida podem ter um impacto positivo na redução da violência.

Gráfico 2 – Castanhal/PA. Estatísticas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) segundo instrumentos utilizados. 2020 a 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de SIAC (2024).

De acordo com o gráfico 2, as estatísticas de CVLI's oferecem uma análise detalhada sobre os diferentes métodos empregados na perpetração desses crimes, revelando padrões significativos que exigem uma abordagem estratégica e assertiva na prevenção e combate à criminalidade. Entre os instrumentos mais frequentemente utilizados, destaca-se a arma de fogo, responsável por 162 casos de CVLI's. A letalidade das armas de fogo é inegável devido à sua capacidade de causar danos graves ou fatais a longa distância, o que contribui de forma significativa para os índices de mortalidade em crimes violentos.

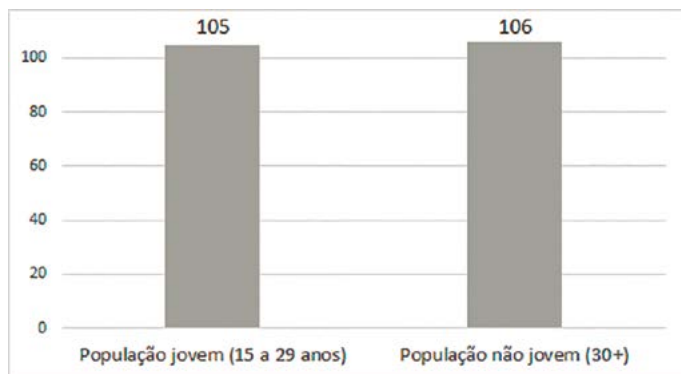
Além das armas de fogo, as armas perfurocortantes foram registradas em 32 casos de CVLI's, demonstrando como facas, punhais e outros objetos similares são utilizados em ataques físicos próximos, resultando em ferimen-

tos penetrantes graves e potencialmente mortais. Em contraste, a violência física direta foi associada a apenas 2 casos, ressaltando situações extremas de agressões corporais que culminam em fatalidades, como socos, chutes e espancamentos. As armas contundentes, incluindo bastões, pedaços de madeira e pedras, apareceram em 8 casos, destacando seu potencial para causar trauma físico direto e ferimentos graves que levam à morte. Adicionalmente, 4 casos foram atribuídos a “outros meios”, que abrangem circunstâncias menos comuns como estrangulamento, envenenamento ou o uso de objetos improvisados para provocar lesões fatais.

De acordo com os dados de CVLI's disponibilizados pela SIAC/PA, foi possível a análise da mortalidade da população jovem, adulta associada ao índice de mortes dos gêneros (feminino e masculino).

O Gráfico 3 apresenta a estrutura da mortalidade, distinguindo entre a população jovem (15 a 29 anos) e a população não jovem (30+ anos). A população jovem registra 105 mortes, enquanto a população não jovem apresenta um total de 106 mortes. Esses dados indicam uma alta mortalidade entre jovens, quase igualando a das faixas etárias mais velhas. Esse fato é alarmante, pois a juventude representa um segmento vital para o desenvolvimento futuro da sociedade e perdas nesse grupo podem ter impactos profundos e duradouros.

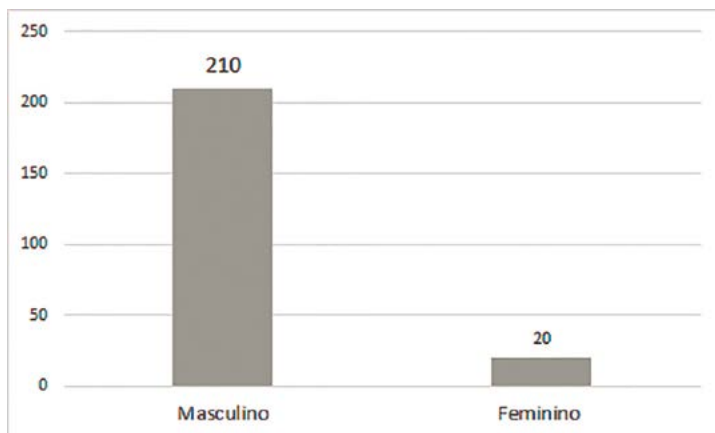
Gráfico 3 – Castanhal/PA. Vítimas de CVLI por faixa etária. 2020 a 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de SIAC (2024).

O Gráfico 4 mostra o número de vítimas de CVLI's por gênero. As estatísticas revelam uma grande disparidade: 210 mortes entre homens em comparação com 20 mortes entre mulheres. Esse dado evidencia a predominância masculina entre as vítimas de crimes violentos, refletindo uma realidade em que homens estão mais frequentemente envolvidos em situações de alto risco ou em contextos de violência letal.

Gráfico 4 – Castanhal/PA. Vítimas de CVLI por gênero. 2020 a 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de SIAC (2024).

Ao relacionar os dados dos dois gráficos, observa-se que a população jovem, embora registre uma diferença pequena em comparação com a população não jovem, enfrenta uma vulnerabilidade significativa. Essa vulnerabilidade é exacerbada pelo envolvimento desproporcional dos homens no mundo do crime, como demonstrado pelo alto número de vítimas masculinas de CVLI's. A participação masculina elevada em crimes violentos pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo pressões sociais, influências culturais e maior propensão a se envolver em comportamentos de risco.

Considerações finais

A centralidade regional de Castanhal e sua conexão com Belém fazem da cidade um ponto de convergência para movimentos de deslocamento e atividades econômicas, o que contribui para seu crescimento urbano acelerado, bem como agrava problemas de vulnerabilidade social e infraestrutura urbana. As dinâmicas de violência observadas na cidade pesquisada refletem problemas comuns a outras cidades médias do país, como a necessidade de políticas públicas eficazes e integradas que abordem não apenas a repressão ao crime, mas também as condições socioeconômicas e urbanas que contribuem para a violência.

Com base nos dados e análises apresentados e através de técnicas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), foi possível georreferenciar os casos de CVLI's, permitindo identificar padrões de concentração em áreas mais vulneráveis socialmente. Observou-se uma oscilação nos números de CVLI's ao longo dos anos, com picos em determinados períodos e uma redução significativa em 2023. Bairros como Jaderlândia III e Heliolândia, caracterizados

por altos índices de pobreza e baixa renda, registraram maior concentração de crimes letais, confirmando a hipótese de que áreas com maior vulnerabilidade social apresentam maiores índices de violência.

Além disso, a predominância de armas de fogo como instrumento de crime e a alta mortalidade entre jovens e homens refletem a necessidade urgente de políticas de segurança pública que considerem essas condições locais específicas. Entre as vítimas de CVLI, observou-se uma predominância masculina. Segundo os dados analisados, os homens estão mais frequentemente envolvidos em situações de alto risco ou em contextos de violência letal, refletindo uma realidade social na qual a participação masculina em crimes violentos é mais comum. As pressões sociais e influências culturais podem estar contribuindo para essa disparidade, indicando a necessidade de políticas específicas para abordar e mitigar esses fatores. Somado a isso, a vulnerabilidade acentuada dos jovens à violência letal destaca mais uma vez a urgência de intervenções direcionadas que possam oferecer oportunidades e suporte, reduzindo a exposição desse grupo a situações de risco.

A análise mostrou que as políticas públicas de segurança em Castanhal tiveram eficácia variável, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade. A implementação de estratégias integradas que considerem tanto a repressão ao crime quanto às melhorias nas condições socioeconômicas é crucial. A experiência de bairros como Santa Catarina, que, apesar de sua alta vulnerabilidade social, registrou menos casos de CVLI's, sugere que a pobreza não é um fator direto da violência, porém mostra que melhorias nas condições de vida podem ter um impacto positivo na redução da criminalidade.

Referências

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, abril/junho, p. 7-8, 2002. Disponível em: https://www.espen.pr.gov.br/sites/espen/arquivos_restritos/files/migrados/File/CRIME_E_VIOLENCIA_NA_SOCIEDADE_BRASILEIRA_CONTEMPORANEA.pdf . Acesso em: 10 jul. 2024.

ASCHER, F. **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris, Ed. Odile Jacob. 1995.

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. H. **Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte americanas**. São Paulo: Edusp, 2006.

BENACH, N. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G. A.; PADUA, R. F. (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

BEATO FILHO, C. C. **Crimes e cidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BRAGA FILHO, H., ANDRADE, L. H. C.; Pousa, J. Desenvolvimento Regional em Perspectiva Sistêmica: os impactos da violência no desenvolvimento. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). 11º Congresso Brasileiro de Sistemas: O Pensamento sistêmico e a interdisciplinaridade: debates e discussões. **Anais...** Franca/SP, 29 e 30 de outubro de 2015.

BRASIL. **Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm . Acesso em: 10 jun. 2024.

BRODEUR, J. P. **Como reconhecer um bom policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2002.

CARNEIRO, L. A.; OLIVEIRA, N. M. Violent crimes and their implications for regional development: a literature review. **Research, Society and Development**, 9(6), 199963626. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3626> . Acesso em: 12 jul. 2024.

DI MÉO, G. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins**. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5433> . Acesso em: 02 jul. 2024.

FERREIRA, A. Caminhando em direção à metropolização do espaço. **Ge USP – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 3, p. 441-450. 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ge USP/article/view/123824> . Acesso em: 02 jul. 2024.

HIDALGO, R.; ARENAS, F.; SANTANA, D. ¿Utopías o distópolis?: producción inmobiliaria y metropolización en el litoral central de Chile (1992-2012). **EURE (Santiago)**, Santiago de Chile, v. 42, n. 126, p. 27-54. 2016. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612016000200002. Acesso em: 04 jul. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 120, p. 133-148, 2011. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revista-paranaense/article/view/176>. Acesso em: 09 jul. 2024.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

NASCIMENTO, R. P. B.; REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N. Periferização urbana e violência: a territorialidade do crime e os homicídios no bairro da Terra Firme, Belém-PA, entre os anos de 2013 e 2017. **Revista GeoAmazônia**, v. 9, n. 18, p. 118-137, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12817> . Acesso em: 09 jul. 2024.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, N. S.; RIBEIRO, W. O. Urbanização regional, ocupações precárias e o direito à cidade: uma análise do distrito de Mosqueiro, Belém/PA. *In*: RIBEIRO, W. O.; COUTO, A. C. O.; BRASIL, A. P. M. S.; BRINGEL, F. O. (Orgs.). **Produção de espaços precários na Amazônia: trabalho e moradia**. Belém: EDUEPA, 2023. p. 215-239.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> . Acesso em: 09 mar. 2024.

RIBEIRO, W. O. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 1, p. 115-129, mês. 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/96710> . Acesso em: 11 abr. 2024.

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. **Dados de Crime Violento, Letal e Intencional**. 2024.

SILVA, A. L. Uma breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoin-gá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/49203>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação (online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, p. 55-63, 1999. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1167>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, 21(61), p. 77-97, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HfX5ZwsFKW6wtzrMTTrhYwz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SPOSITO, M. E. B. *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. *In*: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Revista Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n. 54, 2004.p. 114-139. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/569/56905408.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SPOSITO, M. E. B. Segregação espacial e centralidade urbana. *In*: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLANUEVA, L. F. A. **Problemas públicos y agenda de gobierno**. México: Miguel Angel Porrua, 1993. Disponível em: https://negociacionytomadedecisiones.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/10001_problemas-publicos-y-agenda-de-gobierno.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZAPATA, J. F. ¿Medellín, territorio para la paz o terreno para reproducir y agravar el conflicto social? Conflicto por el suelo Vs construcción de paz territorial. **Observatorio Derecho a la ciudad**, informe n. 4, noviembre, 19. Medellín: SUMAPAZ, 2015. Disponível em: <https://www.sumapaz.org/wp-content/uploads/2016/06/Informe-Paz-Territorial-en-Medell%C3%ADn.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CAPÍTULO 11: VIOLÊNCIA E REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL: A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SALINÓPOLIS/PA

Jefferson Barra dos Santos
Willame de Oliveira Ribeiro

Introdução

Crianças e adolescentes possuem uma série de direitos previstos pela constituição federal por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), um regimento específico para esse público que até então não dispunha de um marco legal e regulatório definido. A vulnerabilidade social vivenciada por esse grupo exigiu a união de vários segmentos que compõem a sociedade civil e o aparato estatal num esforço solidário e participativo na luta por um melhor atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas dos mais variados tipos de violência.

Nesse contexto, começa a se estruturar uma rede de apoio com a finalidade de estabelecer políticas e ações para efetivação da rede de proteção como uma organização central no enfrentamento da violência contra a criança e ao adolescente. Mesmo havendo a necessidade de uma infraestrutura técnica, a existência de uma rede perpassa também pela participação da sociedade civil, pois, segundo Santos (2020, p. 262), “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso [...], a rede é, na verdade, uma mera abstração”. Em razão disso, a funcionalidade dessa articulação e dos serviços prestados requer a cooperação da sociedade, sobretudo da família, na proteção da criança e do adolescente.

Assim como outros tipos de redes, a interinstitucional também surge por meio da conexão e trabalho conjunto entre os órgãos e demais agentes envolvidos. Contudo, o acesso a essa rede não se dá de maneira igualitária, uma vez que as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica possuem dificuldades para acessar os serviços devido à falta de informações ou direcionamento por parte da rede, o que coloca em risco a segurança da criança e do adolescente. De acordo com Dias (2009), a

rede, ao mesmo tempo que possui o potencial de solidarizar, de conectar, também tem o de excluir.

O município de Salinópolis/PA, localizado na Região de Integração Rio Caeté, apresenta uma rede de proteção intersetorial, na qual os atendimentos ocorrem de maneira transversal. Normalmente, durante o acompanhamento, os usuários passam por várias instituições e unidades para solucionar os casos. Por se tratar de uma cidade muito marcada pelas segundas residências associadas à dinâmica do turismo de sol e praia, o número de usuários da rede varia durante o ano, havendo um aumento significativo nos períodos de grande fluxo de visitantes.

Além disso, o município estruturou-se como um polo turístico devido as suas características naturais. Os investimentos públicos são voltados a atender as demandas de uma elite externa, não contemplando satisfatoriamente o real cidadão salinopolitano. Esse processo intensificou a desigualdade socioespacial e, por consequência, a violência contra a criança e o adolescente no município.

Nessa perspectiva, a pesquisa está estruturada mediante as seguintes questões: Quais instituições compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente, bem como os procedimentos adotados nos atendimentos e encaminhamentos? Quais são os tipos de violências predominantes nos atendimentos realizados pela rede de proteção à criança e ao adolescente no município de Salinópolis/PA? Como se dá a dinâmica socioespacial da violência contra crianças e adolescentes em Salinópolis?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a atuação da rede de proteção no combate e prevenção à violência contra criança e ao adolescente no município de Salinópolis/PA. De modo mais específico, o trabalho objetiva: identificar as instituições que conformam a rede de proteção à criança e ao adolescente e suas atribuições no atendimento ao público infantojuvenil; verificar os tipos de violências recorrentes nos atendimentos realizados pela rede de proteção à criança e ao adolescente no município de Salinópolis/PA; investigar a dinâmica socioespacial da violência contra crianças e adolescentes em Salinópolis.

O presente estudo possui um caráter qualitativo e explicativo fundado em uma análise de campo, observação e entrevista estruturada com membros e profissionais que atuam nas instituições que conformam a rede de proteção à criança e ao adolescente no município de Salinópolis/PA. Os procedimentos metodológicos foram os seguintes:

- a. Levantamento bibliográfico – envolveu a literatura que aborda conceitos de rede, de rede de proteção social e de espaço urbano, utilizando livros, capítulos de livros, dissertações, teses e artigos realizados em cada área para conduzir a investigação no que con-

cerne ao contexto de articulação e atuação no município de Salinópolis/PA;

- b. Levantamento documental – teve o intuito de compreender a legislação que rege as ações da rede de proteção, além de coletar informações quanto aos procedimentos efetuados durante os acompanhamentos dos casos, e as tipificações de violências predominantes nos atendimentos;
- c. Trabalhos de campo para estabelecer contato com os sujeitos e realizar entrevistas – voltados a adquirir informações complementares junto aos profissionais responsáveis pelos órgãos gestores da rede: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a Delegacia de Polícia (DEPOL/Salinópolis), Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA). Os trabalhos de campo foram realizados de 07 de junho a 21 de julho de 2023, usando o diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Todas as medidas éticas foram tomadas para preservar a confidencialidade das pessoas envolvidas, incluindo a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O capítulo está estruturado em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção é discutido o conceito de rede e, mais especificamente, a rede de proteção social, bem como sua atuação diante da violência em cenários urbanos. A segunda seção oferece uma caracterização de Salinópolis/PA, juntamente com sua rede de proteção à criança e ao adolescente, apresentando dados oficiais relacionados a indicadores sociais, econômicos e estatísticas demográficas. A terceira seção aborda as particularidades da violência às quais crianças e adolescentes do município estão expostos, realizando uma análise socioespacial desses episódios violentos, além de examinar suas origens e impactos.

Redes, redes de proteção social, violência e espaço urbano: fundamentos teóricos

Segundo Santos (2020), existem duas grandes vertentes no tratamento das redes: uma que as analisa considerando os seus aspectos materiais, outra que aborda também as dinâmicas sociais. A primeira refere-se aos objetos dispostos no espaço, ou seja, a infraestrutura formada pelo transporte de matérias e que interliga os pontos da rede. Entretanto, tomando por base a segunda vertente, a rede não deve ser pensada somente a partir de seus elementos materiais, pois sua existência requer uma interação com os indiví-

duos, aqueles que lhes dão vida e função. Para Santos (2020), a rede precisa ser compreendida também como uma articulação social, política, isto é, pelas pessoas, informações e valores que a constituem.

Assim, cabe destacar as redes de proteção social como articulações que associam as dimensões material e social por meio de arranjos compostos por instituições, órgãos governamentais ou não governamentais e a sociedade civil.

As redes de proteção social são formadas, segundo Kauchakje e Delazari (2007), pela solidariedade primária (familiares e vizinhos), organizações comunitárias (igrejas e instituições filantrópicas), movimentos sociais e o Estado que assume o papel de mediar os interesses e conflitos de cada agente.

As redes de proteção social são formadas por um conjunto de instituições e pessoas, que juntas trabalham de maneira coletiva, cooperativa e solidária, com o intuito de garantir que os direitos de grupos sociais vulneráveis sejam assegurados. Desta forma, compõem a rede social: a assistência social, os sistemas de saúde, educação, segurança pública e os vizinhos, parentes e amigos (Frizzo; Sarriera, 2005).

As redes de proteção social são uma articulação política e uma aliança entre agentes da sociedade e forças estatais que possuem interesses em comum devido à necessidade de haver uma maior participação de atores sociais nos espaços de institucionalização e de tomada de decisões sobre o que os afetam diretamente.

Esse processo, do qual participam organizações voluntárias, redes, associações e outras instituições, dá origem a novas esferas públicas – espaços nos quais se desenvolvem práticas de interação comunicativa capazes de influir, em maior ou menor grau, na elaboração, na implementação e no controle de políticas públicas (Doimo; Mitre; Maia, 2021, p. 179-180).

Nesse sentido, assim como outras articulações, as redes de proteção social também devem ser pensadas como uma construção que contempla os aspectos sociais e materiais, uma vez que envolvem relações entre os agentes participantes (profissionais da rede, governo e sociedade civil) que delimitam as funções dadas a cada ponto físico da rede, ou seja, às instituições. Na atualidade, os cidadãos sentem a necessidade de tomar as decisões relacionadas à garantia de seus direitos, num processo de comunicação e interação voluntária com várias esferas públicas que passam a ser controladas pelas demandas da sociedade (Doimo; Mitre; Maia, 2021).

Entre as inúmeras redes de proteção social existentes, evidencia-se a rede proteção à criança e ao adolescente como uma articulação que promove não apenas uma integração entre pessoas e instituições, mas também uma correlação entre as perspectivas materiais e sociais. A rede de proteção infan-

tojuvenil é formada por uma gama de órgãos públicos e por diversos agentes da sociedade civil que possuem como objetivo combater a violência contra esse público. Para Lorencini, Ferrari e Garcia (2002, p. 299), “o trabalho integrado com as instituições envolvidas nos atendimentos favorece a visão ampliada de cada caso. Os profissionais podem obter informações e, com isso, sistematizar ações de maneira integrada”.

A estrutura física da rede, como os prédios, os equipamentos eletrônicos, os veículos que transportam crianças, adolescentes e conselheiros, a internet etc., possuem uma função social dentro da articulação. Tendo conhecimento disso, podemos então compreender com maior precisão as especificidades e fragilidades de cada tipo de rede e, a partir disso, entender como ela atua e se distribui no espaço.

Neste estudo, importa principalmente o espaço urbano e a manifestação da violência. Não há um fator específico responsável pelos altos índices de violência no espaço urbano, e sim a carência de um conjunto de elementos fundamentais para o exercício da cidadania, como a falta de oportunidade de trabalho e de outros direitos básicos do cidadão, como o acesso à moradia digna, à saúde, à educação e à mobilidade.

Contudo, para Souza (2005), a segregação residencial é um fator que torna a pobreza determinante para o surgimento e aumento de alguns tipos de violências intrínsecas ao espaço urbano, pois a pobreza urbana possui peculiaridades tanto em suas formas (favelas e periferias) quanto em seus conteúdos (comércio ambulante e tráfico de drogas).

Segundo Chagas (2014), apesar do preconceito envolvido quando o assunto é a violência, ela atinge todas as classes sociais. A diferença é que as classes privilegiadas possuem meios para se proteger, criando uma falsa sensação de segurança, enquanto os pobres são atingidos com mais veemência.

É importante ressaltar que a violência não se apresenta apenas nos espaços tidos como precários, visto que é muito comum observá-la, mesmo que em menor grau, nos centros das cidades, onde, mesmo sem a presença de favelas, podemos ver a presença de moradores de ruas e de pequenos cortiços (Rodrigues, 2006).

Observa-se, então, que, apesar de ser a força motriz das manifestações de violência no processo de produção do espaço urbano, a pobreza não é resultado da segregação espacial ou residencial. Pelo contrário, as desigualdades socioespaciais são decorrentes das condições socioeconômicas que determinam em quais espaços a violência vai incidir com mais força.

Nesse contexto, cabe ressaltar que crime e violência não são sinônimos, uma vez que nem todos os crimes ocorrem por meio da violência, da mesma forma que nem todos os atos violentos constituem crimes.

O município de Salinópolis, no estado do Pará, e sua rede de proteção à criança e ao adolescente

Salinópolis, no estado do Pará, possui uma rede de proteção à criança e ao adolescente equipada com a maioria das instituições que fazem trabalhos voltados a atender as demandas do público infanto-juvenil. Esta rede é composta por entidades como o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a SEMAS, que trabalham em conjunto para proteger os direitos das crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar atua na defesa desses direitos, o CREAS oferece apoio especializado, e a Secretaria coordena as ações. Além disso, a comunidade local desempenha um papel importante na proteção das crianças e adolescentes. Todos esses esforços visam garantir um ambiente seguro e saudável para o crescimento e desenvolvimento desses jovens em Salinópolis, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O município de Salinópolis, localizado na região de integração do Rio Caeté e na região imediata de Capanema, no estado do Pará, apresenta características distintas que o tornam singular no contexto amazônico. Sua localização privilegiada, banhada pelo oceano Atlântico, atrai, anualmente, um número expressivo de turistas durante os períodos de férias, os quais buscam desfrutar de suas belas praias.

A relevância do setor turístico para a economia de Salinópolis é evidenciada pelo aumento populacional significativo durante a alta temporada, contrastando com o número de habitantes permanentes, aproximadamente 44 mil, conforme dados do último censo realizado, em 2022 (IBGE, 2024). Segundo Panis (2018, p. 114), “pessoas que trabalham nas cidades e se deslocam para sítios ou campo aos finais de semana, em alguns casos até diariamente, onde possuem residências fixas ou as chamadas segundas residências”.

No entanto, esse potencial turístico de Salinópolis/PA também acarreta desigualdades e contradições socioespaciais no âmbito local, impactando a dinâmica social da região. Não é incomum observar na cidade bairros praticamente inabitados durante a maior parte do ano, pois, apesar de possuir uma população de 44 mil habitantes, durante os períodos de férias ou feriados esse número costuma ultrapassar os 200 mil.

Em contrapartida, surgem rapidamente inúmeras ocupações, como os bairros da Califórnia e América, espaços precários e com deficiência em serviços básicos que comportam a maior parte da população fixa do município. Sobre essas ocupações mais recentes, Valença (2014, p. 345) explica que o processo de surgimento reside “tanto no estado do estoque imobiliário existente, em particular o residencial, quanto na carência e degradação de infraestruturas de redes e de serviços ofertados à população, em particular nas áreas onde residem aqueles de menor renda”.

Sendo assim, o incremento populacional temporário resultante do turismo gera uma demanda adicional por serviços oferecidos pela rede de proteção do município, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Observa-se um aumento na violação desses direitos, com incidências de trabalho infantil e a exploração sexual. Essa realidade desafiadora demanda uma atuação efetiva da rede de proteção para salvaguardar os direitos fundamentais dessas crianças e adolescentes, que muitas vezes se engajam nessas atividades laborais ambulantes visando contribuir para o sustento familiar.

Sobre essa dinâmica sazonal característica de Salinópolis/PA e os consequentes impactos gerados às crianças e aos adolescentes do município, durante entrevista, um(a) promotor(a) de justiça relatou o seguinte: “eu diria que não somente na alta temporada como é considerado no nosso verão amazônico, mas sobretudo no período, todos os feriados nacionais em que recebemos um alto fluxo de pessoas” (entrevista realizada em junho de 2023). Ele completa dizendo que os órgãos do sistema jurídico atuam de modo a “reprimir todas as situações de violações trazidas ao nosso município, seja desde o aumento da criança perdida na praia até a situação de possível abandono da criança que fica sozinha no hotel, da criança que os pais estão ingerindo bebida alcoólica” (entrevista realizada em junho de 2023).

Assim, a exploração do potencial turístico de Salinópolis não se restringe apenas ao desenvolvimento econômico, mas também suscita complexos desafios sociais. O crescimento temporário da população sobrecarrega a infraestrutura e os serviços locais, ao passo que a prevalência do trabalho infantil evidencia as vulnerabilidades socioeconômicas da população local, que depende consideravelmente da atividade turística para sua sobrevivência.

Durante entrevista, um(a) assistente do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) enfatiza que há também crianças e adolescente de outros lugares que são trazidos para o município e que são “situações que vêm não do município, mas que vêm de fora, aí trazem adolescente, pôr pra trabalhar, já vem a situação do trabalho infantil, ou a exploração, então, tudo isso” (entrevista realizada em junho de 2023).

Esse fenômeno ocorre porque, embora a legislação proíba o trabalho para menores de dezesseis anos, “nas camadas populacionais mais pobres deste país”, se percebe “que ainda as crianças trabalham para garantir seu sustento; ou pelo menos a relação da família quanto às responsabilidades de sobrevivências é diferente daquela que ditam as leis” (Alves, 2005, p. 37).

Ainda segundo dados do IBGE (2024), o município possuía uma densidade demográfica de 198 hab./km² no ano de 2022 e um PIB per capita de R\$ 13.902,68 no ano de 2020, porém este valor não determina se o município é rico ou pobre, pois se trata de uma média. Vale ressaltar que, por ser um

polo turístico, Salinópolis/PA possui um alto custo de vida, que gera uma grande desigualdade social, visto que os preços se inflacionam nos períodos de férias e atingem não apenas aqueles que estão como visitantes, mas também a população local.

O turismo também pode acentuar problemas como criminalidade, mendicância, prostituição, congestionamentos, poluição, falta d'água e energia e aumento no custo de vida, quando os preços dos produtos e serviços existentes no local levam em consideração o poder aquisitivo dos turistas, que geralmente apresentam-se melhor do que a população autóctone (Silva, 2012, p. 29).

O percentual de receitas oriundas de fontes externas de 84,2%, em 2015 (IBGE, 2024), indica uma alta dependência do município em relação a fontes de receitas externas, seja por transferências federais, estaduais ou outros meios, o que torna a economia local vulnerável a flutuações em transferências governamentais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,647, em 2010 (IBGE, 2024), posicionou Salinópolis em uma faixa de desenvolvimento humano médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). O IDHM é uma medida composta que avalia longevidade, educação e renda. Este dado sugere áreas potenciais de foco para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida da população fixa.

Consequentemente, observa-se a necessidade de que políticas públicas voltadas à proteção dos direitos das crianças e adolescentes sejam implementadas de maneira articulada e eficaz no município de Salinópolis, visando o enfrentamento desses desafios e a construção de um ambiente que priorize o bem-estar e a preservação dos direitos das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Ações coordenadas entre as esferas governamentais, a sociedade civil e o setor privado são fundamentais para assegurar que o crescimento turístico seja socialmente responsável, garantindo a proteção integral da infância e da adolescência.

A preservação dos direitos das crianças e adolescentes não é apenas uma necessidade ética, mas também uma estratégia para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo. Ao priorizar os residentes e atender às suas necessidades básicas, o município tanto eleva o padrão de vida de seus cidadãos quanto melhora a experiência dos turistas, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico e melhora nas condições de vida dos locais. Desta maneira, a colaboração multissetorial é mais do que uma recomendação: é fundamental para um futuro melhor e menos desigual para município.

Canais Iniciais de acesso formam a primeira linha de defesa na proteção à criança e ao adolescente. Alertas podem surgir de diversos cantos da

sociedade: de familiares, da própria criança, de conhecidos, de educadores ou profissionais da saúde. Quando qualquer um deles identifica uma situação de violência ou vulnerabilidade, a busca por ajuda torna-se imediata.

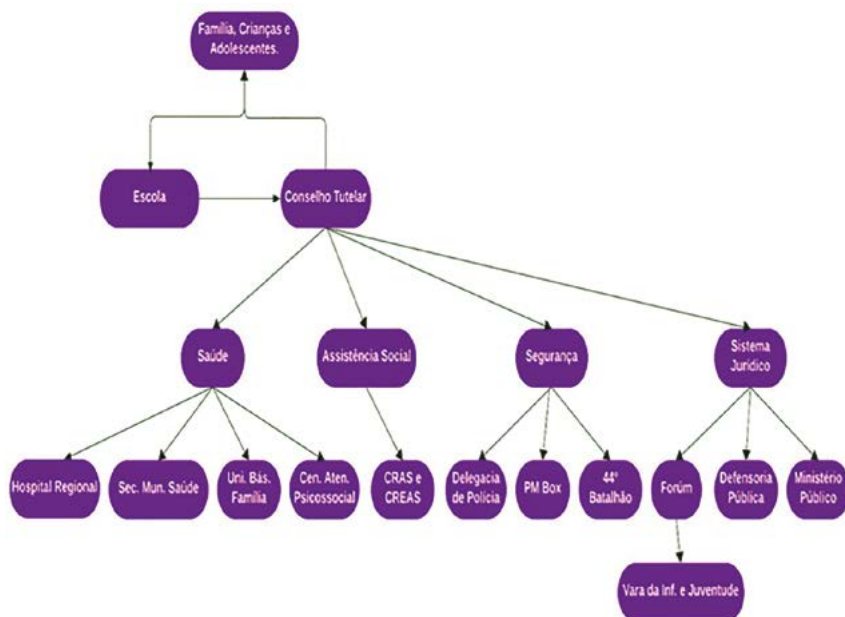
Instituições como Conselho Tutelar, escolas e unidades de saúde são frequentemente as primeiras a serem notificadas, sendo fundamentais para assegurar a segurança e os direitos dos menores envolvidos. Apesar de não ter uma hierarquia do ponto de vista da importância do serviço prestado durante os atendimentos realizados, no município de Salinópolis/PA, a rede possui uma organização que mantém a ordem de atuação, acesso e encaminhamento dos órgãos a depender do tipo de caso ou violação.

Em linhas gerais, todas as instituições podem atuar como ponto inicial de acesso para um jovem ou criança que sofreu algum tipo de abuso. Contudo, conforme evidenciado na figura 1, tanto as escolas quanto o Conselho Tutelar são frequentemente os primeiros locais de busca para jovens, crianças e suas respectivas famílias quando enfrentam situações de risco ou percebem algum tipo de infração.

O Conselho Tutelar, ele é uma porta de entrada para todos os casos que ocorrem de violência ou de violação de direito da criança e da adolescente. Então, tudo que ocorre de violência, de quando a família não exerce o seu papel, quando o Estado não exerce o seu papel, a comunidade, a sociedade em modo geral, o Conselho Tutelar está ali para fazer com que esse direito, que já está garantido em lei, seja de fato executado (Conselheira Tutelar, entrevista realizada em julho de 2023).

Nas escolas, não somente professores e administradores, mas também a equipe de suporte, têm um papel crucial. Esses profissionais mantêm interações diárias com o público jovem no ambiente educacional, possibilitando a identificação de mudanças comportamentais e sinais físicos, como contusões ou lesões. Segundo o Secretário de Educação Municipal, “a escola tem um papel fundamental de identificar os casos de violência, de orientar a família e a criança, de encaminhar para a rede, de acompanhar esses atendimentos. Então, dentro da rede de proteção, na escola, ela tem esse papel principal de identificar” (Entrevista realizada em junho de 2023).

Figura 1 – Salinópolis/PA. Sistematização da rede de proteção à criança e ao adolescente. 2023



Fonte: Elaboração própria a partir das observações de campo, 2023.

A rede de proteção à criança e ao adolescente, em sua essência transversal e descentralizada, opera com base em uma cooperação e integração que envolve uma série de órgãos e instituições com responsabilidades específicas na salvaguarda dos direitos dos jovens. Esta abordagem intersetorial não é apenas um complemento, mas também um requisito vital para assegurar que o principal objetivo da rede seja cumprido: proporcionar um ambiente de vida saudável, enriquecedor e de proteção para as crianças e adolescentes. Assim, ao avaliar a complexidade e o alcance dessa estrutura, a rede é

fundamentalmente uma articulação entre pares e têm por pressuposto que cada segmento ou serviço é incapaz de atender sozinho o fenômeno da violência, exigindo assim o reconhecimento do outro como importante aliado em uma relação de cooperação, partilha de objetivos e princípios éticos comuns, a partir das suas especificidades (Núcleo Regional de Educação, 2010, p. 9).

Os municípios, ao estruturarem suas redes de serviços, levam em consideração variáveis socioespaciais e índices socioeconômicos, buscando atender às especificidades das demandas da população local. Esta configuração,

fundamentada nas necessidades e peculiaridades de cada região, visa proporcionar um atendimento abrangente e adequado à comunidade. No entanto, em uma análise mais aprofundada, percebe-se que, mesmo com essa metódica organização, existem lacunas notáveis em certas localidades, como em São João de Pirabas/PA, município em que a população precisa recorrer a serviços disponíveis apenas em Salinópolis/PA.

Mesmo com demandas evidentes por serviços de segurança, o município de São João de Pirabas não dispõe de uma Delegacia de Polícia, forçando seus cidadãos, em situações que requerem tais serviços, a se deslocarem até Salinópolis/PA, evidenciando a necessidade de uma revisão estratégica na distribuição e implementação desses serviços fundamentais.

O município de Salinópolis/PA, pelo contrário, dispõe de uma abrangente rede de proteção voltada ao público infantojuvenil. Na esfera educacional, além das instituições escolares, há a SEMED. No setor de saúde, conta com o Hospital Regional Olympio Cardoso da Silveira, Unidades Básicas de Saúde da Família (UBS), SAMUSS e o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Na dimensão social, destaca-se o CRAS e o CREAS.

Em relação à segurança, o município é servido por uma Delegacia de Polícia que, como já mencionado, também presta atendimento a localidades vizinhas, pelo PM BOX, iniciativa de segurança comunitária presente em diversos pontos da cidade, e pelo 44º Batalhão de Polícia Militar. No âmbito jurídico, Salinópolis/PA conta com o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário, o qual inclui a Vara da Infância e da Juventude, especializada em questões que envolvem crianças e adolescentes, abrangendo temas como proteção, adoção, guarda e responsabilização de menores em conflito com a lei.

Em colaboração com esses setores, o Conselho Tutelar opera como um órgão autônomo, sem vínculo direto com outros departamentos. Esse órgão é singular porque seu colegiado é eleito pela sociedade civil. Entre suas principais responsabilidades, além de defender os direitos de crianças e adolescentes, estão a supervisão de outros órgãos e a elaboração conjunta de políticas públicas, como a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, é dever do Conselho Tutelar solicitar serviços de outras entidades da rede para assegurar que crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou negligência tenham seus direitos resguardados, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por fim, em Salinópolis/PA, a rede inclui o CMDCA. Suas atribuições centrais abrangem a formulação de políticas públicas, semelhantemente ao Conselho Tutelar, a deliberação sobre recursos financeiros oriundos das esferas federal, estadual e municipal, a promoção da participação cidadã, bem como a supervisão e monitoramento das ações realizadas pela rede.

O CMDCA é composto por representantes de variados segmentos com envolvimento direto ou indireto com o público infantojuvenil. Isso inclui membros do poder executivo, abrangendo diversas secretarias e órgãos governamentais, bem como representantes da sociedade civil. Estes últimos podem ser integrantes de organizações não governamentais, entidades religiosas, movimentos sociais e associações comunitárias. Parte superior do formulário

O Conselho Tutelar desempenha um papel fundamental na proteção de crianças e adolescentes. Sua acessibilidade é ampla: escola, família, e até mesmo indivíduos que identifiquem potenciais sinais de abuso podem buscar sua intervenção. Na entrevista realizada, a conselheira tutelar do município explica que o órgão tem a “prerrogativa de proteger, de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e da adolescente [...], o conselho está ali para fazer com que esse direito, que já está garantido em lei, seja de fato executado” (entrevista realizada em junho de 2023).

Distinto de outros órgãos, o Conselho tem a capacidade e o dever de atender a todas as situações envolvendo as violações infantojuvenis, visto que, diferente dos outros órgãos da rede, seus serviços abarcam apenas as crianças e adolescentes. Entretanto, sua missão não se restringe apenas a reconhecer e registrar, mas também a coordenar e assegurar uma rede de proteção efetiva, garantindo que cada caso receba a atenção e os recursos adequados para seu amparo e resolução.

Embora também possam ser acessados diretamente, sobretudo a Delegacia de Polícia do município quando recebe denúncias de violências contra crianças e adolescentes, de modo geral, os serviços da área da Segurança, da Saúde e da Assistência Social por meio dos seus dois centros de referência, CRAS e CREAS, ficam encarregados de atender às demandas da escola e do conselho tutelar.

As redes de proteção social articulam-se estrategicamente para atender eficazmente o seu público alvo, nesse caso, as crianças e adolescentes do município em foco. Esta rede se divide em dois núcleos centrais: o primeiro engloba instituições jurídicas, como Fórum, Defensoria e Ministério Público, juntamente com a SEMED e o Conselho Tutelar, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 2 – Salinópolis/PA. Distribuição da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. 2023



Fonte: Elaboração própria a partir das observações de campo. Salinópolis/PA, 2023.

Os dados fornecidos pela Promotoria de Justiça de Salinópolis (gráfico 1), vinculada ao Ministério Público do Estado do Pará, referentes à criança e ao adolescente, expõem os registros detalhados dos atendimentos realizados pelo órgão no município de Salinópolis ao longo do período compreendido entre 2019 e 2022. Essas informações revelam de que forma a violência contra crianças e adolescentes se manifesta e quais são os tipos mais predominantes dentro do contexto específico de Salinópolis.

No centro de Salinópolis/PA, na Rua João Pessoa, as entidades jurídicas estão localizadas próximas, com a Defensoria e o Fórum compartilhando o mesmo edifício. O Ministério Público situa-se em frente a essas instituições. O Conselho Tutelar está na Rua Pedro Manuel de Castro, enquanto a SEMED se localiza na Rua Eurico de Castilho, ambas também situadas no centro da cidade.

A proximidade entre essas instituições jurídicas e o Conselho Tutelar do município pode ser explicada pela necessidade de se transcorrer com relativa velocidade os processos que passam por essas entidades. Quando uma criança ou adolescente adentra a rede de proteção por ter algum direito violado, a resolução desse caso precisa ser a mais rápida possível. Santos (2020) expõe que os objetos que compõem as redes possuem uma interdependência, e que qualquer mínima alteração pode causar sérias repercussões.

Assim, a configuração espacial da rede em Salinópolis/PA, com suas instituições interconectadas e próximas, não apenas facilita a operação téc-

nica, mas também serve como um suporte corpóreo vital para o cotidiano desses jovens, garantindo uma resposta mais ágil às suas necessidades.

O segundo núcleo da rede, indicado na figura 2, é composto por instituições associadas à SEMAS: CRAS, localizado na Rua Dr. Porto de Oliveira, bairro São Vicente, e CREAS, situado na Avenida São Sebastião, bairro João Paulo II. Além disso, temos a SEMUSS na Rua Francisco Gonçalves Dias, bairro São Vicente. Fora desses núcleos, há o Centro de Assistência Psicossocial na Avenida Júlio Cesar, bairro Porto Grande, o Hospital Regional na Rua João Pessoa, bairro Destacado, e a Delegacia de Polícia na Avenida São Tomé, no Centro.

Observa-se na figura 2 que nenhum dos órgãos citados, seja dentro ou fora dos dois núcleos principais, está efetivamente dentro daqueles espaços de onde vem a maior demanda por seus serviços, ou seja, os bairros historicamente populares ou as novas ocupações que surgem próximo à entrada da cidade, como os bairros da Califórnia e América. De acordo com Santos (2020, p. 140), “para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos”.

Tal perspectiva sobre a desigualdade no acesso a serviços urbanos ressalta a marginalização de muitos cidadãos, tornando-os “diminuídos, incompletos”. Esta visão se alinha diretamente com os desafios enfrentados pela rede de proteção à criança e ao adolescente no município de Salinópolis/PA. Muitos jovens, especialmente em espaços vulneráveis, enfrentam barreiras no acesso a essa rede, resultando em uma cidadania comprometida. Assim, de acordo com um(a) assistente social do CREAS, um dos desafios é:

a família sofreu e a violência, ou então ela praticou, mas de ambos os casos a gente percebe que a ausência da família por vários motivos, às vezes o deslocamento, a família mora longe, ela é da comunidade rural ou então ela é lá da Califórnia e a gente agenda os atendimentos e ela não comparece, muitas das vezes é pela dificuldade de se deslocar, sim, até o CREAS (entrevista realizada em junho de 2023).

Outro aspecto responsável pela dificuldade dos moradores em acessar os serviços da rede proteção à criança e ao adolescente é a precariedade do transporte público do município, visto que toda a frota de coletivos percorre a mesma rota, não havendo uma maior distribuição por outras ocupações.

De modo geral, os ônibus transitam apenas pelas principais vias da cidade, como a Av. Dr. Miguel de Santa Brígida, Av. Miramar, Av. Almirante Barroso, Tv. Nazaré, Av. Senador Lemos e, por fim, a Ilha do Atalaia.

Em suma, os diferentes tipos de ocupação do solo urbano no contexto de Salinópolis, que se intensificou sobretudo a partir da década de 2010, com os empreendimentos imobiliários na ilha do Atalaia, provocaram a segregação socioespacial, a partir da qual as ocupações precárias não dispõem dos princi-

pais equipamentos da rede de proteção à criança e ao adolescente e, também por este motivo, se caracterizam como espaços de maior manifestação da violência contra a criança e o adolescente, de subnotificação dos casos e de baixa aderência por parte da família e da comunidade aos serviços da rede.

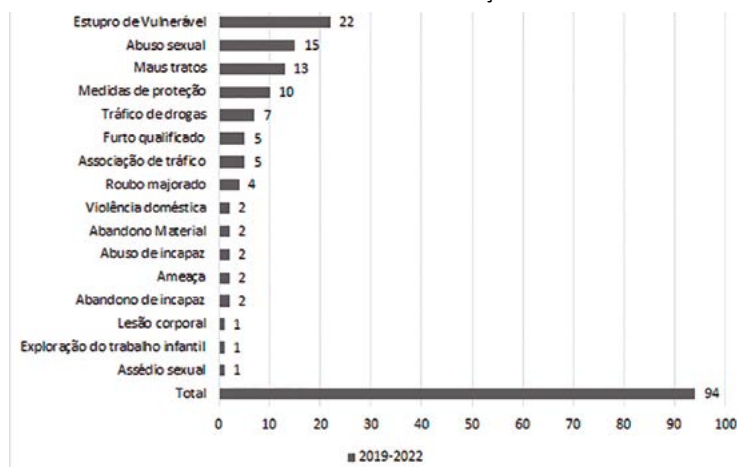
As violências contra a criança e o adolescente no município de Salinópolis

A violência contra crianças e adolescentes é uma questão de grande relevância no município de Salinópolis/PA. Trata-se de um problema complexo que afeta de forma significativa o desenvolvimento e o bem-estar desses jovens cidadãos. São frequentes os relatos de abuso físico, sexual e psicológico nos atendimentos realizados pela rede proteção local, o que indica a urgência de se desenvolver ações concretas, sobretudo nos espaços onde a violência se faz mais presente, ou seja, nas ocupações precárias.

Na cidade de Salinópolis, os bairros Bom Jesus, Atlântico II, Nova Brasília, João Paulo II, Califórnia e Porto Grande são áreas que enfrentam desafios significativos no que diz respeito à segurança de crianças e adolescentes.

Os dados fornecidos pela Promotoria de Justiça de Salinópolis (gráfico 1), vinculada ao Ministério Público do Estado do Pará, referentes à criança e ao adolescente, expõem os registros detalhados dos atendimentos realizados pelo órgão no município de Salinópolis/PA, ao longo do período compreendido entre 2019 e 2022. Essas informações revelam de que forma a violência contra crianças e adolescentes se manifesta e quais são os tipos mais predominantes dentro do contexto específico de Salinópolis/PA.

Gráfico 1 – Salinópolis/PA. Atendimentos realizados pela Promotoria de Justiça de Salinópolis do Ministério Público do Estado do Pará referentes à criança e ao adolescente. 2019-2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Integrado do Ministério Público do estado do Pará (MPPA), 2023.

Embora o documento não inclua dados específicos, como gênero e faixa etária dos atendidos, os números destacam que o estupro de vulnerável e o abuso sexual continuam a ser uma realidade vivenciada por muitas crianças e adolescentes no município. Além disso, é possível constatar que uma parcela significativa de jovens residentes em bairros populares, sujeitos a condições socioeconômicas desfavoráveis, se encontra envolvida com o tráfico de drogas. Essa realidade enfatiza a urgência e a importância de se estabelecer uma rede de proteção abrangente e eficaz, voltada para a segurança e o bem-estar das crianças e dos adolescentes envolvidos nesse contexto.

Além da violência, seja física ou psicológica, crianças e adolescentes também estão sujeitas a outras formas de violações que atentam contra os seus direitos básicos instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cabendo a distinção entre ambos os conceitos, visto que frequentemente são usados como sinônimos. Nesse sentido, Lefèvre (1992, p. 29) enfatiza que violação “é o conjunto maior no qual violência está incluída como parte, acaba, na prática, se confundindo com esta parte”.

As violações englobam uma ampla gama de comportamentos prejudiciais e abusivos dirigidos a crianças e adolescentes, manifestando-se em formas físicas, psicológicas, sexuais ou negligentes. Essas ações podem ocorrer em diferentes ambientes, como domicílios, escolas, comunidades e até mesmo online. Entre os exemplos de violações estão agressões físicas, humilhações verbais, exploração sexual, negligência e abandono. Com o objetivo de estabelecer uma distinção clara entre esses dois conceitos, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) desenvolveu uma cartilha explicativa que descreve, de forma didática, as características das violações:

É toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Abandono, negligência, conflitos familiares, convivência com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, além de todas as formas de violência (física, sexual e psicológica), configuram violação de direitos infantojuvenis (Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, 2013, p. 01-02).

Por outro lado, a violência é um aspecto específico dentro do escopo das violações, caracterizado pelo uso de força física para agredir, abusar e causar danos às crianças e adolescentes. Isso abrange crimes sexuais, agressões físicas em geral e outras formas de violência que envolvem o uso da força física para impor danos e controle.

Dessa forma, com base nos dados do gráfico 1, referente aos atendimentos realizados pela Promotoria de Justiça de Salinópolis/PA, no período de 2019-2020, observa-se uma incidência de casos de maus-tratos envolvendo

crianças e adolescentes. Essas situações abrangem abuso sexual, agressões físicas graves, tais como espancamentos, queimaduras e chutes, bem como abusos emocionais, incluindo rejeição familiar, humilhação, intimidação, exposição a conflitos intensos no âmbito familiar e isolamento social.

Já os dados disponibilizados pela SEMED, expressos na tabela 1, não permitem comparativos por ano, visto que estão fragmentados em períodos distintos. No ano de 2021, os dados recebidos contemplam o segundo semestre inteiro, já os dados de 2022 e 2023 contemplam, respectivamente, apenas o quarto e o primeiro bimestre.

Tabela 1 – Salinópolis/PA. Dados da Busca Ativa dos casos de evasão escolar de crianças e adolescentes nas escolas municipais. 2021-2023

Motivos da evasão	2º semestre 2021	4º bimestre 2022	1º bimestre 2023
Material escolar	30	4	21
Trabalho dos pais	40	2	2
Trabalho infantil	7	0	1
Desinteresse da criança	42	3	4
Desinteresse dos pais	89	14	28
Adolescente em conflito com a lei	10	0	0
Dificuldade de acesso	18	4	8
Doença	8	8	22
Doença na família	28	3	5
Acolhimento institucional	3	2	0
Violência sexual	0	0	0
Violência familiar	1	0	0
Transporte	4	0	1
Gravidez na adolescência	6	1	1
Preconceito/Bullying	1	0	1
Insegurança Alimentar	1	0	0
Outros	2	1	3
Total	290	42	98

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria Municipal de Educação de Salinópolis (SEMED), 2023.

A tabela 1 fornece informações relevantes sobre as violações e violências às quais os alunos da rede municipal estão expostos. No entanto, ela não expõe uma representação abrangente dos casos de violência física, tais como

abuso sexual e violência familiar, devido à subnotificação. Inúmeros jovens e adolescentes optam por não denunciar tais episódios de violência, temendo possíveis represálias por parte do agressor ou constrangimento ao expor publicamente sua situação.

Apesar disso, os dados apresentados na tabela 1 revelam que, no segundo semestre de 2021, foram identificados 10 casos de adolescentes em conflito com a lei, alguns dos quais envolvidos em atos infracionais, incluindo roubo, ameaça e homicídio. Além disso, durante o mesmo período, foram registrados 6 casos de gravidez na adolescência e, no primeiro bimestre de 2023, houve registro de 1 caso adicional.

A relação íntima entre a escola e o conselho tutelar, ambos responsáveis pela proteção à infância e à juventude, e o papel estratégico dessas instituições na rede de assistência, são fatores cruciais a serem considerados. Nesse contexto, o gráfico 2 oferece uma representação visual detalhada dos dados referentes aos atendimentos realizados pelo conselho tutelar ao longo dos anos de 2019, 2021 e 2022. É preciso lembrar que o conselho tutelar é um órgão composto por um colegiado eleito pela população para um mandato de quatro anos.

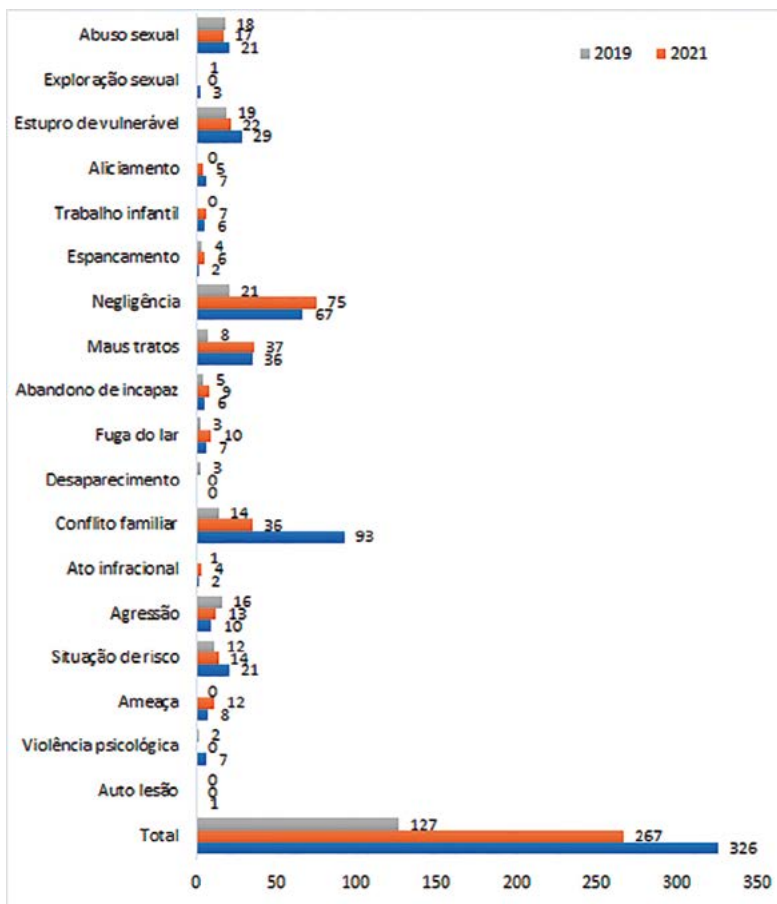
Em Salinópolis/PA, o colegiado consiste de cinco conselheiros, tendo a gestão atual sido eleita para o período de 2020-2024. Desta forma, o gráfico 2 não só retrata os dados do último ano da gestão anterior, como também de dois anos do colegiado atual. É importante enfatizar que os dados referentes ao ano de 2020 não foram disponibilizados pelo conselho em razão da falta de realização da estatística anual de atendimento durante esse ano em específico.

Ao analisar o gráfico 2, constata-se que, no município de Salinópolis, a preponderância das violações de direitos fundamentais de crianças e adolescentes ocorre no âmbito intrafamiliar. Tais transgressões abrangem atitudes que comprometem a autoestima e o desenvolvimento emocional dos jovens, manifestadas por críticas recorrentes, insultos, rejeição e exposição à violência doméstica e que, de acordo com Lança (2013), estão associadas às relações de poder estruturadas hierarquicamente no seio familiar e à consequente objetificação da criança (ou adolescente) submetida aos desejos dos adultos. Ademais, evidencia-se também a negligência contínua em prover necessidades essenciais, como alimentação, moradia, assistência à saúde e educação.

[...] a violência intrafamiliar é por si uma vivência que pode deixar seqüelas físicas e, sobretudo, profundas marcas psíquicas. Sua magnitude ainda não dimensionada em termos nacionais, felizmente, vem mobilizando vários estados e municípios para melhorar a notificação dos casos e o atendimento às famílias (Assis; Deslandes; Santos, 2005, p. 85).

O incremento dos casos de conflito familiar registrado em 2022 em relação aos anos anteriores pode ser atribuído, em grande parte, ao aumento de notificações no período pós-pandêmico. Com a retomada das aulas presenciais, as escolas voltaram a desempenhar um papel primordial na identificação e notificação de situações de conflito familiar ao Conselho Tutelar de Salinópolis/PA. No decorrer da fase pandêmica, quando a educação se deu de maneira remota, houve uma subnotificação dessas ocorrências.

Gráfico 2 – Salinópolis/PA. Atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar referente aos anos de 2019, 2021 e 2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Conselho Tutelar de Salinópolis, 2023.

Os dados fornecidos pelo Conselho Tutelar evidenciam um notável aumento dos maus-tratos contra crianças e adolescentes em 2021, estabilizando-se em 2022, contudo, com uma tendência decrescente. Em relação ao

conceito de “maus-tratos”, os profissionais da área geralmente associam-no à negligência, ausência de cuidados físicos, emocionais e educacionais, bem como à violência física. Nesse contexto, Bandeira (2009, p. 74) enfatiza que “os casos de maus tratos [sic] se referem, geralmente, a situações que podem ser descritas como negligência em prover cuidados e educação, além de violência física e castigos”.

A elevação do número de casos de maus-tratos atendidos pelo Conselho Tutelar do município de Salinópolis/PA nos anos de 2021 e 2022 em relação a 2019 também está associada à pandemia. De acordo com Porto (2022, p. 13),

a suspensão das aulas presenciais durante a pandemia do Coronavírus (SARSCoV-2), por exemplo, pode ter intensificado as situações de maus-tratos contra crianças e adolescentes, que precisaram conviver mais tempo em casa com suas famílias e, muitas das vezes, com o(a) seu(sua) provável agressor(a).

Parte superior do formulário

No município de Salinópolis/PA, observa-se uma crescente tendência de crianças e adolescentes expostos a situações de vulnerabilidade. Além daqueles que já foram vítimas de formas específicas de violência, a situação de risco engloba um espectro mais amplo. Ela não se limita apenas a crianças e adolescentes em situação de rua, vítimas de negligência e abandono. Conforme destaca El-Khatib (2001, p. 1), situação de risco compreende também aqueles que “estão sendo vítimas da exploração pelo trabalho, pela prostituição, pelo tráfico de drogas, incluindo as que são usadas para a prática de crimes, bem como aquelas que são vítimas da violência [...] doméstica ou familiar”.

Os números sobre os casos de agressões, apesar de apresentarem uma queda gradativa, ainda são marcantes quando se trata do público infanto-juvenil. Foram atendidos 16 casos em 2019, 13 em 2021 e 10 em 2022. Essa queda está relacionada a uma maior articulação da rede por meio do projeto “Identificar, Notificar é Proteger”, criado em 2021, pela SEMED em conjunto com o CREAS e o Conselho Tutelar, tendo como mentora a psicóloga Iraneide Lisboa.

O gráfico 2 também evidencia que os crimes sexuais se configuram como uma das principais transgressões contra crianças e adolescentes no município de Salinópolis/PA. Tanto o abuso quanto a exploração e o estupro de vulnerável apresentaram uma propensão de crescimento com base na sequência de 2019-2022. Os crimes sexuais estão intimamente ligados às relações de poder, sendo utilizados como ferramenta de dominação de um indivíduo por outro indivíduo relativamente vulnerável perante o violador. Segundo Libório e Castro (2010, p. 20):

Em sua perspectiva, violência pode ser explicada através da transformação dos sujeitos desejantes e racionais em meros objetos, desconsiderando-se sua sensibilidade, liberdade e racionalidade e, explicitando a força das relações de poder assimétricas dando sustentação às diversas manifestações de violência, nas quais se inserem o abuso sexual e a exploração sexual.

Nesse sentido, na perspectiva da criança e do adolescente, por ainda estarem em uma fase de desenvolvimento psíquico e social, o abusador tende a percebê-los como seres física e cognitivamente incapacitados de compreender o processo de violação ao qual são submetidos, o que os torna um público-alvo para os predadores sexuais, os quais, devido à proximidade e ligação, costumam ser indivíduos da própria família: pais, avós, tios, irmãos e demais parentes ou conhecidos. Nas “[...] situações de abuso sexual intrafamiliar e incesto, que ocorrem em ambiente doméstico [...]”, ele, o abuso sexual, “[...] pode ser cometido pelo pai biológico, padrasto e outros membros familiares [...]” (Libório e Castro, 2010, p. 24).

Os números expressos no gráfico 2, relativos aos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar de Salinópolis/PA, constam 18 casos de abuso sexual no ano de 2019, 17 em 2021 e 21 em 2022. Em relação à exploração sexual, foi identificado 1 caso em 2019 e 3 em 2022, não sendo reportadas ocorrências em 2021. Os dados sobre os casos de estupro de vulnerável apresentaram 19 casos em 2019, 22 em 2021 e 29 em 2022.

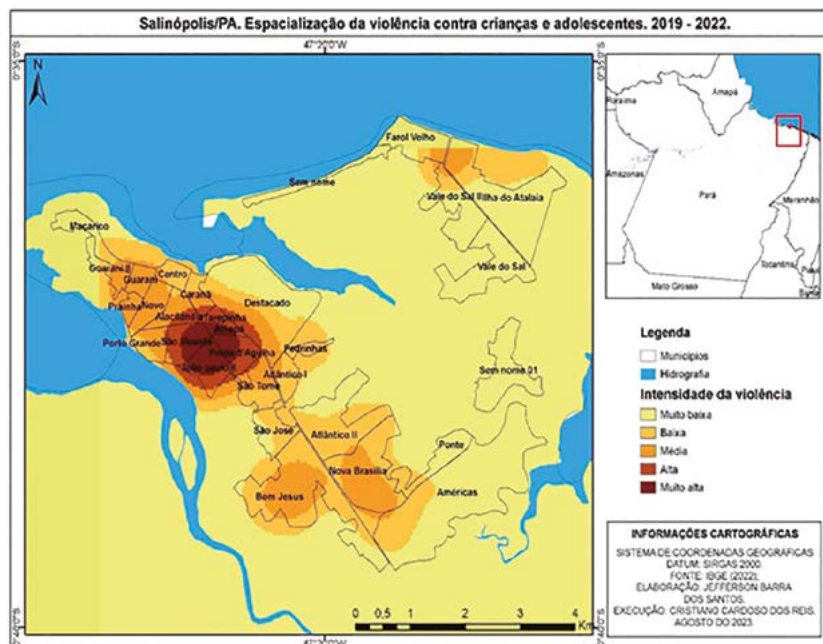
Em Salinópolis, como já mencionado, devido ao potencial turístico que o município possui, a prática de turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes é bastante comum, o que representa um desafio a mais para a rede de proteção local.

Por fim, os registros do Conselho Tutelar de Salinópolis apontam um crescente número de violência contra crianças e adolescentes. Em 2019, houve 127 ocorrências. Esse número saltou para 267 em 2021, representando um aumento de 110,24%. Em 2022, o total foi de 326, um aumento de 22,10%. Apesar de esforços da rede de proteção local, como o projeto “Identificar, Notificar é Proteger”, o município de Salinópolis/PA ainda enfrenta desafios significativos para proteger o público infantojuvenil e garantir que seus direitos sejam salvaguardados.

Através dos registros fornecidos pelo Departamento de Estatística e Análise Criminal (DEAC) da SEGUP, foram obtidas informações detalhadas sobre os atendimentos realizados pela Delegacia de Polícia de Salinópolis, no período de 2019 a 2022, relacionados a casos de violência contra crianças e adolescentes. Esses dados abrangem uma variedade de aspectos, como os tipos de violência reportados, a faixa etária e gênero das vítimas, bem como os locais onde a violência envolvendo o público infanto-juvenil é mais prevalente.

Com base nessas informações, pôde-se identificar os espaços que se destacam como cenários de violência contra crianças e adolescentes no município de Salinópolis/PA (figura 3).

Figura 3. Salinópolis/PA. Espacialização da violência contra crianças e adolescentes. 2019-2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), 2023.

Conforme representado na figura 3, no estilo de *hotspot*, é possível visualizar a caracterização da violência contra o público infantojuvenil, destacando as áreas da cidade com diferentes níveis de incidência de violência envolvendo crianças e adolescentes. É importante salientar que a maior intensidade de pontos registrados no centro da cidade no mapa ocorre devido aos procedimentos de registro realizados pela delegacia. Ao efetuar o registro, muitas vezes as coordenadas geográficas da própria delegacia são inseridas, independentemente do local real do incidente.

Consequentemente, diversos crimes envolvendo crianças e adolescentes, que de fato ocorreram em outras áreas, foram registrados como tendo ocorrido na parte central da cidade. Isso se deve, em grande parte, à dificuldade das vítimas ou testemunhas em fornecer informações precisas sobre o local onde a violência ocorreu durante o processo de atendimento, pois “chegam à delegacia muito assustados e apreensivos, com muito medo de expo-

rem as suas vivências. Ao mesmo tempo, ao receberem uma criança ou adolescente, vítimas de violência, os profissionais sentem-se muito preocupados e mobilizados com a situação” (Goebel; Zanini; Motta; Jaeger, 2002, p. 117).

Entretanto, a figura 3 ainda consegue mostrar alguns espaços, com exceção do centro, onde a violência atinge as crianças e adolescentes, como Bom Jesus, Nova Brasília, Guarani II, Atlântico II, João Paulo II e Porto Grande. Tais espaços se configuram como ocupações com condições precárias de moradia, com reduzidos serviços públicos, incluindo instituições importantes da rede de proteção à criança e ao adolescente. Os estudos realizados nas comunidades pobres revelam que

quadrilhas de tráfico, grupos de extermínio e justiceiros atuam, sobretudo, em áreas onde os serviços de proteção e segurança oficiais são muito ruins e, em certa medida, tais grupos substituem na localidade as funções de justiça e segurança que deveriam ser realizadas pelo Estado (Rodrigues, 2006, p. 2).

No entanto, é importante destacar que a presença do tráfico de drogas não é o único fator que contribui para a vulnerabilidade desses espaços à violência. Outros elementos desempenham um papel significativo, como o transporte público insuficiente e as limitações de mobilidade enfrentadas pelas pessoas que residem nessas áreas, o que dificulta o acesso aos serviços oferecidos pela rede de proteção.

No período compreendido entre 2019 e 2022, a delegacia de polícia de Salinópolis, no estado do Pará, registrou um total de 96 casos de estupro de vulnerável, 76 casos de roubos, 38 casos de lesão corporal e 17 casos de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes. Dentre as localidades mais afetadas, destacam-se o bairro Bom Jesus com 16 casos, o Atlântico II com 10, João Paulo II com 9, Nova Brasília com 8, Califórnia com 8, Porto Grande com 8 e Pedrinhas com 7. Esses números ilustram a preocupante incidência desses crimes em áreas específicas do município.

Ainda com base nos dados fornecidos pela SIAC, observa-se um total de 134 atendimentos envolvendo crianças de 0 a 11 anos, distribuídos da seguinte forma ao longo dos anos: 39 atendimentos em 2019, 23 em 2020, 37 em 2021 e 35 em 2022. Quanto à faixa etária de 12 a 17 anos, foram atendidos 231 casos, com a seguinte distribuição anual: 48 atendimentos em 2019, 45 em 2020, 75 em 2021 e 63 em 2022. Isso totaliza 365 crianças e adolescentes que foram vítimas de alguma forma de violência no município de Salinópolis, no Pará.

Considerações finais

Com base nas informações coletadas junto aos profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente de Salinópolis e nos documentos analisados, vários resultados importantes emergiram. Ficou evidente que a dis-

tribuição desigual das instituições da rede no município de Salinópolis, com a maioria delas concentradas no centro da cidade, juntamente com a ausência de entidades cruciais, como o CREAS e o Conselho Tutelar nas áreas de ocupações precárias, resulta em uma disparidade no acesso aos serviços oferecidos pela rede. Isso impacta, sobretudo, a população mais vulnerável que reside nessas áreas.

A distância geográfica entre os bairros periféricos, como Bom Jesus, Atlântico, Atlântico II, Pedrinhas, Califórnia, Nova Brasília e São José, e as instituições da rede colocam crianças e adolescentes em situação de risco, tornando essas localidades propícias à ocorrência de violência contra esse grupo. Além disso, desafios como o transporte público limitado e a falta de conscientização da população sobre seus direitos, bem como sobre os direitos das crianças e adolescentes, destacam a urgência de desenvolver políticas destinadas a promover o bem-estar dos jovens no município.

A dinâmica turística na região também desencadeia uma série de implicações cruciais para a população jovem, notadamente relacionadas ao trabalho infantil e à exploração sexual de adolescentes. Isso se torna especialmente evidente em áreas como o “Beiradão”, no bairro Porto Grande. A partir dos depoimentos obtidos durante as entrevistas, tornou-se claro que a fiscalização em estabelecimentos como hotéis, pousadas, bares e praças deixa a desejar, permitindo que muitas crianças e adolescentes frequentem esses locais desacompanhados por um responsável legal. O aumento temporário da população, devido ao turismo, gera uma demanda adicional por serviços de proteção, levando a uma maior incidência de violações dos direitos das crianças e adolescentes nos períodos de feriados.

Finalmente, ressalta-se que a violência contra crianças e adolescentes está fortemente associada às condições de moradia e mobilidade. Observou-se que os locais onde a violência é mais intensa são frequentemente caracterizados por carências na oferta de serviços básicos essenciais. A ausência do Estado, com serviços que promovam a cidadania das crianças e adolescentes, permite que muitas crianças e adolescentes sejam cooptadas e impactadas pelo tráfico de drogas.

Referências

ALVES, M. A. **Impactos socioespaciais na ação do brincar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005. Disponível em: <https://pge.uem.br/dissertacoes/2017>. Acesso em: 07 set. 2023.

ASSIS, S. G.; DESLANDES, S. F.; SANTOS, N. C. Violência na adolescência: sementes e frutos de uma sociedade desigual. *In*: MINAYO, M. C. *et al.* **Impacto**

da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005. p. 79-105. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

BANDEIRA, N. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: da denúncia ao atendimento.** 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97537/bandeira_n_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**. n. 1.v. 01, p. 186-204, Belém, 2014. Disponível em: <https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/Edital%202015/TEXTO%202.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CONSELHO TUTELAR DE SALINÓPOLIS. **Estatística anual de atendimentos.** Salinópolis, 2023.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 141- 162.

DOIMO, A. M; MITRE, M; MAIA, R. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH net. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, R. L. da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios.** 3 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021.

EL-KHATIB, U. **Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social: que problema é esse?** 119 f. Tese (Doutorado) – Curso de Saúde Materno-Infantil, Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-25032020-124304/publico/DR_496_ElKhatib_2001.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

FRIZZO, K. R.; SARRIERA, J. C. O conselho tutelar e a rede social na infância. **Psicologia USP**, São Paulo. n.16, v.4, p.175-196, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/gRKFWmFtSs5zWg54Mbhd3L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GOEBEL, D. K.; ZANINI, G. P.; MOTTA, R. F.; JAEGER, F. P. Violência Contra Crianças e Adolescente: Atendimento e Acolhimento em uma Delegacia do Rio Grande Do Sul. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 3, n. 1, p. 117-130, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/859>. Acesso em: 09 out. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades [online]**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

KAUCHAKJE, S.; DELAZARI, L. S. Análise de rede de proteção social na cidade de Curitiba: visualização cartográfica como estratégia metodológica. **Revista Tecnologia e Sociedade**. n. 4, v. 3, p. 163-179, 2007. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2499/1613>. Acesso em: 13 fev. 2023.

LANÇA, L. P. **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**: uma análise sociológica a partir de processos judiciais. 88f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-97QHN/1/dissertacao_sociologia_laene_p_lan_a_3_.pdf . Acesso em: 6 set. 2023.

LEFÈVRE, F. Violação e violência: resgatando a violação como um fato cultural. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.** São Paulo II (2), 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/49710>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LIBÓRIO, R. M. C; CASTRO, B. M. De. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. *In*: UNGARETTI, M. A. (Org). **Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução**. São Paulo: Editora Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP, 2010. p. 19-41. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/childhood/livro_crianca_e_adolescente_direitos_sexualidades_reproducao.pdf. Acesso em: 09 set. 2023.

LORENCINI, B. D. B; FERRARI, D. C. de A; GARCIA, M. R. C. Conceito de redes. *In*: FERRARI, D. C. de A; VECINA, T. C. C. (Orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=biblio-torca&pagfis=429>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MPPA – Ministério Público do Estado do Pará. Promotoria de Justiça de Salinópolis. **Relatório de registro em atendimento de crianças e adolescentes na Promotoria de Justiça de Salinópolis**. Sistema Integrado do Ministério Público do Estado do Pará (SIMP/MPPA), 2023.

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO (Cascavel). **Rede de proteção à criança, ao adolescente e à família**. Cascavel/PR: Núcleo Regional de Educação, 2010, p. 76. Disponível em: REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA (seed.pr.gov.br). Acesso em: 17 ago. 2023.

PANIS, M. **Geografia da População**. Belo Horizonte: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2018, p. 208.

PORTO, É. **Maus-tratos contra a criança e o adolescente**: um estudo comparativo antes e durante a pandemia da covid-19. 62f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Odontologia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2022. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/4449/2/DS%20-%20%c3%89rika%20Porto.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

RODRIGUES, R. I. Moradia precária e violência na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: **Texto para discussão nº 1187**, IPEA, 2006. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/81/moradia-precaria-e-violencia-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. Diretoria de Estatística e Análise Criminal. Coordenação de Estatística. **Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP**. SIAC/DEAC/CoEst, 2023.

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Salinópolis. **Relatório geral - Busca Ativa**. Salinópolis: Secretaria Municipal de Educação, 2023.

SILVA, D. M. C. **Expansão do espaço urbano e o desenvolvimento local**: uma análise da atuação do turismo em Porto de Galinhas - Ipojuca – PE. 2012. 96f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração e Desenvolvimento Rural, Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE, 2022. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/4490/2/Danielle%20Mesquita%20da%20Costa%20Silva.pdf>. Acesso: 07 set. 2023.

SOUZA, M L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. **Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente**: Conceito, onde denunciar, procedimentos. Brasília: TJDF, 2013. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/publicacoes/colecao/situacaoRisco.pdf>. Acesso: 11 jul. 2023.

VALENÇA, M. M. Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira. *In*: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Coord.). **Direito à moradia adequada**: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

CAPÍTULO 12: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS EM SANTA LUZIA DO PARÁ E CACHOEIRA DO PIRIÁ

Antonia Elany Silva da Costa
Jeferson Pereira da Silva
Willame de Oliveira Ribeiro

Introdução

As cidades de Cachoeira do Piriá e Santa Luzia do Pará situam-se na Região de Integração Rio Caeté (RI Rio Caeté), no nordeste do estado do Pará. O município de Cachoeira do Piriá abrange uma área territorial de 2.419,600 km², com uma população de 19.630 habitantes no ano de 2022 (IBGE, 2024). O crescimento da cidade se deu em razão da economia que gira em torno das atividades de garimpo, presente mesmo antes de sua emancipação do município de Viseu, ocorrida em 28 de dezembro de 1995, pela lei 5.927 (IBGE, 2024; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, 2023).

Vizinha à primeira cidade e também às margens da BR-316, rodovia Pará-Maranhão, está Santa Luzia do Pará, elevada à categoria de município por meio da Lei estadual nº 5688, de 13 de dezembro de 1991, como resultado do desmembramento territorial dos municípios de Bragança, Ourém e Viseu (IBGE, 2024). No último censo demográfico, em 2022, a população de Santa Luzia do Pará totalizava 20.370 habitantes (IBGE, 2024).

Desse modo, trata-se de duas pequenas cidades amazônicas com dinâmicas associadas à rodovia, com reduzida atividade econômica, destacando-se o comércio e serviços, de âmbito basicamente local, a agropecuária e as atividades ligadas ao poder público. Em Cachoeira do Piriá, existe a particularidade do garimpo, que, ao longo de seu processo de formação, foi responsável por muita violência.

Atualmente, os dois espaços urbanos são fortemente assinalados por ocupações, com a produção da cidade sem planejamento e marcada pela precariedade recorrente na realidade amazônica, o que resulta em grandes problemáticas em torno de saúde, educação, segurança pública, entre outras

questões. Como exemplo desse quadro, serão apresentados alguns aspectos do bairro da Paz, em Santa Luzia do Pará, o maior bairro da cidade em termos territoriais e que conta com uma população de 1.433 habitantes, segundo dados da Secretária Municipal de Saúde (SMS, 2024).

A pesquisa tem por finalidade analisar os Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI's em Cachoeira do Piriá e Santa Luzia do Pará. Sua problemática está delimitada a partir dos seguintes questionamentos: como se dá a espacialização dos CVLI's nas cidades estudadas? Quais as lógicas dos agentes e as dinâmicas territoriais associadas aos CVLI's? Qual a relevância dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI's nas cidades e sua relação com a produção do espaço?

A metodologia usada nesta pesquisa se caracteriza como qualitativa, com a utilização de levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais e trabalhos de campo, incluindo o estudo de caso do bairro da Paz.

Os dados secundários utilizados referem-se principalmente àqueles gerados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SIAC, 2024), pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá e pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, bem como pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), referentes aos dados do Censo Demográfico Brasileiro.

Quanto aos trabalhos de campo, foram realizadas entrevistas com moradores dos bairros de Cachoeira do Piriá, a fim de obter informações relacionadas à violência e ao acesso a políticas públicas. Em Santa Luzia do Pará, as entrevistas foram direcionadas aos moradores do bairro da Paz.

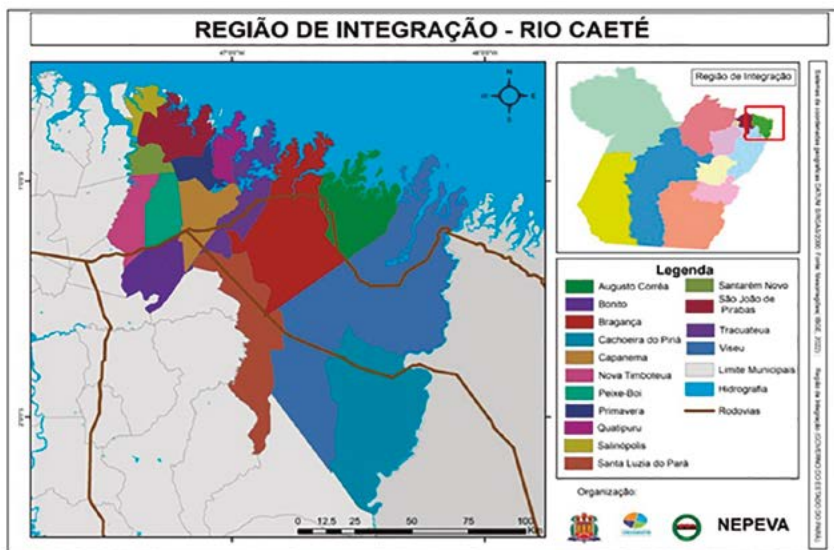
A região de integralização Rio Caeté

A RI Rio Caeté (figura 1) é uma das 12 regiões desse tipo no estado do Pará, criadas a partir do Decreto n. 1.066, de 19 de junho de 2008 (Pará, 2008), visando à integração do Estado por meio do agrupamento de municípios em regiões que apresentem semelhanças no seu panorama social, econômico e político e mantenham entre si articulações a partir de fluxos de diversas ordens, fazendo dessa regionalização um misto de critérios presentes nas clássicas concepções de região homogênea e de região funcional da Nova Geografia (Corrêa, 2003).

A regionalização do Pará tem como objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física, quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais, conforme o Artigo 1º do Decreto

1.066 de 2008, o qual criou as regiões, explica Walenda Tostes, coordenadora de Estatística e Disseminação da Informação da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – Fapespa (Agência Pará, 2022, S.I.).

Figura 1 – Região de Integração Rio Caeté. 2023



Fonte: Elaboração própria, 2023.

De acordo com o Plano Plurianual 2016-2019 (Pará, 2015), a RI Rio Caeté é formada por 15 dos 144 municípios paraenses (Augusto Corrêa, Bontô, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu). Ela ocupa uma extensão territorial de 15.851,51 km², entrecortada pelas rodovias BR-316 e BR-308.

A RI Rio Caeté tem uma história que remonta aos povos indígenas que habitaram essas terras há séculos. Posteriormente, com a chegada dos colonizadores europeus, a região passou por uma série de transformações, moldando sua conformação atual. O processo histórico de ocupação da Região Rio Caeté ocorreu, inicialmente, pelo litoral e através das bacias hidrográficas do rio Caeté e Gurupi, intensificando-se a partir da construção e funcionamento da Estrada de Ferro de Bragança – EFB (1883 a 1965), que foi o vetor crucial da produção do espaço do nordeste paraense, pois contribuiu para o aumento e fortalecimento da dinâmica econômica e interações espaciais do período (Brito; Saraiva; Silva, 2019). Durante a segunda metade do século XX, as rodovias substituíram a ferrovia na estruturação da região.

A tabela 1 destaca alguns indicadores da RI Rio Caeté. Nota-se que alguns municípios se sobressaem em termos de contingente populacional, densidade demográfica e área. As maiores populações, em 2022, estão em Bragança, com 123.082 habitantes, e em Capanema, com 70.394 (IBGE, 2024), que também são as cidades de maior destaque em termos de hierarquia urbana e área de influência nesta região, conformando-se, respectivamente, como Centro de Zona A e Centro Sub-regional B (IBGE, 2020). Em contrapartida, alguns municípios possuem populações bastante reduzidas: Santarém Novo e Peixe-Boi, com 6.116 e 8.285, respectivamente, em 2022, têm os menores contingentes de habitantes.

Tabela 1 – Região de Integração Rio Caeté. População, área territorial (km²) e densidade demográfica. 2022

Municípios	População Total (habitantes - 2022)	Área Territorial (Km² - 2022)	Densidade Demográfica (Hab./ km² - 2022)
Augusto Corrêa	44.553	1.099,619	40,53
Bonito	12.622	586,976	21,50
Bragança	123.082	2.124,734	57,93
Cachoeira do Piriá	19.630	2.419,600	8,11
Capanema	70.394	621,483	113,27
Nova Timboteua	12.806	489,853	26,14
Peixe-Boi	8.285	450,224	18,40
Primavera	10.851	258,600	41,96
Quatipuru	11.524	302,939	38,04
Salinópolis	44.772	226,120	198
Santa Luzia do Pará	20.370	1.346,502	15,13
Santarém novo	6.116	229,510	26,65
São João de Pirabas	20.689	668,434	30,95
Tracuateua	28.595	886,025	32,94
Viseu	58.692	4.972,897	11,80

Fonte: IBGE (2024).

Acerca da densidade demográfica, Salinópolis sobressai-se com 198 hab./km² e, logo em seguida, Capanema com 113,27 hab./km². Os que apresentam menor densidade são, respectivamente, Cachoeira do Piriá, município aqui estudado, e Viseu, com 8,11 e 11,80 hab./km², em 2022, os quais também são aqueles com maior extensão territorial (IBGE, 2024).

Além disso, outro ponto a ser destacado em relação a RI é que no censo de 2010 a população total dos municípios que constituam a RI Rio Caeté era de 458.478 e no censo de 2022 (IBGE, 2024) passou a ser de 492.827 habitantes.

Percebe-se um crescimento, mas cabe ressaltar que esse aumento populacional não se alastrou por todos os municípios. Assim, os municípios de Cachoeira do Piriá, Bonito e Nova Timboteua tiveram perda na sua população total.

A tabela 2 trata da composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da RI Rio Caeté.

Tabela 2 – Região de Integração Rio Caeté. Produto Interno Bruto. 2021

Municípios	Valor adicionado bruto da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (x 1000) R\$ (2021)	Valor adicionado bruto dos serviços (x 1000) R\$ (2021)	Valor adicionado bruto da indústria (x 1000) R\$ (2021)	Valor adicionado bruto da agropecuária (x 1000) R\$ (2021)	PIB a preços correntes (x 1000) R\$ (2021)
Augusto Corrêa	215.340,531	56.588,752	12.566,894	67.395,739	363.770,783
Bonito	64.461,187	25.644,415	53.348,462	27.274,154	206.682,145
Bragança	553.560,356	465.301,812	72.633,34	185.794,508	1.389.572,581
Cachoeira do Piriá	143.826,72	28.307,909	6.336,606	43.546,628	227.634,157
Capanema	275.714,129	669.848,323	131.428,882	144.330,747	1.427.144,391
Nova Timboteua	68.447,445	36.231,206	5.208,657	28.335,388	147.490,964
Peixe-Boi	37.028,703	11.433,991	2.304,036	19.299,565	72.327,031
Primavera	56.921,895	33.624,726	162.585,955	5.222,329	321.726,054
Quatipuru	60.981,364	16.689,734	3.066,03	37.132,453	120.881,856
Salinópolis	301.418,578	301.418,578	58.837,379	21.407,633	641.900,692
Santa Luzia do Pará	100.950,04	39.843,097	5.778,258	41.040,005	196.168,095
Santarém Novo	36.857,26	1.987,221	1.987,221	11.704,756	60.065,43
São João de Pirabas	103.200,457	33.056,892	6.669,5	31.753,387	182.167,689
Tracuateua	142.321,814	35.324,761	18.505,332	285.330,166	285.330,166
Viseu	276.871,921	79.244,026	19.899,601	225.758,649	618.568,478

Fonte: IBGE (2024).

Capanema e Bragança são as cidades que mais se destacam em relação ao PIB, como resultado da maior densidade de seus espaços urbanos,

bem como da influência que exercem em nível regional, sendo elas as cidades que mais articulam a RI Rio Caeté, o que faz com que os serviços sejam um setor econômico expressivo nelas. As pequenas cidades contam com uma participação muito significativa, em geral majoritária, da agropecuária. Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá contam com PIB's medianos para os padrões regionais e têm na administração pública o seu principal setor na composição do PIB.

Na tabela 3, observam-se os indicadores sociais dos municípios da RI Rio Caeté. O maior PIB per capita fica por conta de Primavera, como resultado de grandes empreendimentos industriais em seu território. Os menores valores são os de Cachoeira do Piriá, Augusto Corrêa e São João de Pirabas, evidenciando a pobreza de alguns municípios e as desigualdades na região.

Tabela 3 – Região de Integração Rio Caeté. Indicadores sociais

Municípios	PIB per capita [2021] R\$	Esgotamento sanitário adequado (2010) %	Mortalidade Infantil [2020] (Óbitos por mil nascidos vivos)	Índice de Desenvolvimento Humano [2010]
Augusto Corrêa	7.750,19	24,8%	11,63	0,520
Bonito	12.325,25	13,8%	4,95	0,546
Bragança	10.679,00	14,5%	13,62	0,600
Cachoeira do Piriá	6.447,28	2,9%	6,8	0,473
Capanema	20.438,00	63,7%	18,27	0,655
Nova Timboteua	9.426,75	13,2%	21,9	0,609
Peixe-Boi	8.946,94	33,9%	11,76	0,581
Primavera	29.545,97	39,5%	23,81	0,577
Quatipuru	8.763,36	38,6%	26,67	0,543
Salinópolis	8.763,36	38,6%	26,67	0,543
Santa Luzia do Pará	9.888,00	22,2%	15,82	0,546
Santarém Novo	8.838,35	43,2%	25,97	0,587
São João de Pirabas	7.771,66	9,5%	6,58	0,539
Tracuateua	9.044,03	0,8%	5,01	0,531
Viseu	9.961,97	18,2%	13,18	0,515

Fonte: IBGE (2024).

Em relação ao esgotamento sanitário adequado, o município que se destaca é Capanema com 63,7%, e o de menor número é Tracuateua com 0,8%, em 2010. Em relação à mortalidade infantil, o município de maior taxa é Quatipuru, com 26,67%, e o de menor é Bonito, com 4,95%, em 2020. Com relação ao índice desenvolvimento humano, o município que se sobressai é Capanema, com 0,655, e em contrapartida a este desenvolvimento está Cachoeira do Piriá, com 0,473, em 2010, porém, o IDH está bem distante do ideal em toda a região.

Os Crimes Violentos Letais e Intencionais em Cachoeira do Piriá

Segundo a SIAC (2024), entre o período de janeiro de 2015 e fevereiro de 2024, foram registrados, no município de Cachoeira do Piriá-PA, 88 (oitenta e oito) CVLI's, sendo 23 (vinte e três) destes crimes, cometidos em área urbana (tabela 4). Na zona rural do município foram registrados 65 (sessenta e cinco) CVLI's (Tabela 05).

Tabela 4 – Cachoeira do Piriá – PA. CVLIs na área urbana. 2015 a 2024

Ano	Total de registros	Tipo de crime	Sexo do autor	Escolaridade do autor	Bairro
2015	1	Homicídio (1)	Desconhecido (1)	Desconhecida (1)	Cachoeira Velho (1)
2016	2	Homicídio (2)	Masculino (2)	Desconhecida (2)	Centro (2)
2018	5	Homicídio (5)	Masculino (5)	Desconhecida (5)	Cachoeira Velho (3) Piçarreira (1) São José (1)
2019	6	Homicídio (6)	Masculino (5) Desconhecido (1)	Ensino fundamental completo (1) Desconhecida (5)	Cachoeira Velho (4) São José (2)
2021	2	Homicídio (2)	Masculino (2)	Não alfabetizado (1) Desconhecida (1)	Cachoeira Velho (1) Centro (1)
2022	5	Homicídio (5)	Masculino (2) Feminino (1) Desconhecido (2)	Ensino fundamental incompleto (1) Não alfabetizado (1) Desconhecida (3)	Cachoeira Velho (1) Piçarreira (1) Centro (2) Vitória (1)
2024	2	Homicídio (2)	Masculino (1) Desconhecido (1)	Ensino fundamental incompleto (1) Desconhecida (1)	São José (1) Santa Tereza (1)

Fonte: SIAC (2024).

A área urbana do município de Cachoeira do Piriá-PA é dividida em seis bairros: Cachoeira Velho, Vitória, São José, Santa Tereza, Piçarreira e Centro. Observa-se na tabela 4 que o homicídio foi o único tipo de CVLI registrado, sendo o ano de 2019 com maiores índices. O bairro

com maior índice de homicídios é Cachoeira Velho, com 10 ocorrências. Segundo moradores, o bairro (figura 2) é um dos mais antigos, conhecido como região de bares (informação verbal obtida em trabalho de campo, out. 2024).

Figura 2 – Cachoeira do Piriá/PA. Trav. Sebastião Oliveira (região de bares), bairro Cachoeira Velho. 2024



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Os crimes são cometidos por pessoas em sua maioria do sexo masculino e com baixa escolaridade. Os registros não estão completos, porém, as informações que constam no sistema da SIAC indicam os autores como pessoas que têm somente até o ensino fundamental completo, sendo alguns deles não alfabetizados.

A zona rural do município de Cachoeira do Piriá-PA, conforme a tabela 5, é a área com mais CVLI's. Segundo a SIAC (2024), na zona rural do município foram registrados 65 crimes, dentre eles: 1 lesão corporal seguida de morte, 3 latrocínios e 61 homicídios. Desse total de 65 CVLI's registrados, 41 foram executados por pessoas do sexo masculino e somente 3 do sexo feminino. Observa-se que os autores dos crimes possuem escolaridade até o ensino médio completo, sendo a maioria com o ensino fundamental incompleto. Os períodos com maiores registros de CVLI's foram os anos de 2017 e de 2023.

Tabela 5 – Cachoeira do Piriá – PA. CVLI's na Zona Rural. 2015 a 2024

Ano	Total de registros	Tipo de crime	Sexo do autor	Escolaridade do autor
2015	6	Homicídio (6)	Masculino (4) Desconhecido (2)	Desconhecida (6)
2016	10	Homicídio (10)	Masculino (9) Desconhecido (1)	Desconhecida (10)
2017	11	Homicídio (11)	Masculino (8) Desconhecido (3)	Desconhecida (11)
2018	6	Homicídio (6)	Masculino (1) Desconhecido (4) Feminino (1)	Desconhecida (6)
2019	4	Homicídio (2) Lesão corporal seguida de morte (1) Latrocínio (1)	Masculino (4)	Ensino fundamental completo (1) Ensino fundamental incompleto (1) Desconhecida (2)
2020	4	Homicídio (4)	Masculino (2) Desconhecido (1) Feminino (1)	Ensino fundamental incompleto (2) Desconhecida (2)
2021	7	Homicídio (6) Latrocínio (1)	Masculino (3) Desconhecido (3) Feminino (1)	Ensino fundamental incompleto (1) Ensino médio incompleto (1) Desconhecida (5)
2022	4	Homicídio (4)	Masculino (2) Desconhecido (2)	Ensino fundamental incompleto (1) Desconhecida (3)
2023	12	Homicídio (11) Latrocínio (1)	Masculino (8) Desconhecido (4)	Ensino fundamental incompleto (3) Não alfabetizado (1) Ensino médio completo (1) Desconhecida (7)
2024	1	Homicídio (1)	Desconhecido (1)	Desconhecida (1)

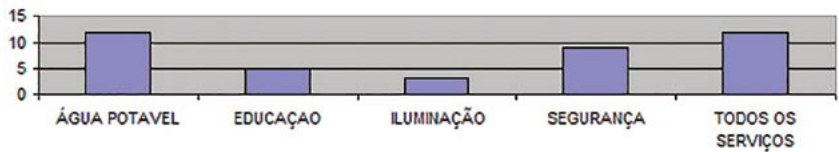
Fonte: SIAC (2024).

Foram entrevistados 12 moradores de diversos bairros da área urbana de Cachoeira do Piriá, a fim de obter informações sobre a caracterização da realidade socioespacial, tipos de crime e a espacialização dos crimes violentos.

Os serviços básicos ofertados na área urbana de Cachoeira do Piriá, segundo os moradores entrevistados (gráfico 1), são insuficientes, 100% da

população entrevistada afirma que todos os serviços precisam de melhorias. A água é uma das problemáticas mais citadas, visto que moradores afirmam ficar sem água potável cerca de 15 a 25 dias seguidos no mês, sendo obrigados a comprarem água para suprir suas necessidades básicas. O bairro mais afetado com a falta de abastecimento de água é o bairro Vitória (figura 3). Segundo os moradores, a localidade fica com até 25 dias sem o recebimento de água. Educação, iluminação e segurança também foram citados nas entrevistas como serviços deficientes.

Gráfico 1: Cachoeira do Piriá/PA. Serviços públicos mais deficientes, segundo os moradores entrevistados. 2024



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Figura 3 – Cachoeira do Piriá – PA. Bairro Vitória. 2024

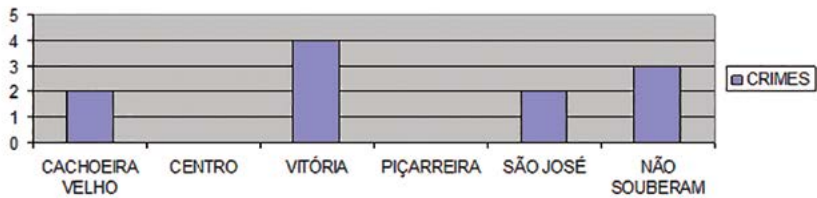


Fonte: Trabalho de Campo, 2024.

Sobre a criminalidade nos bairros da área urbana de Cachoeira do Piriá, nas entrevistas feitas com os moradores, foi perguntado qual bairro sofria com ocorrência de crimes violentos. 4 pessoas dos 12 entrevistados afirmam ser o bairro Vitória o mais afetado pelo elevado índice de crimes ocorridos na área urbana do município, 2 pessoas afirmam ser o bairro Cachoeira Velho e 2 o bairro São José. Três pessoas entrevistadas não souberam responder (gráfico 2). Ao serem questionados sobre qual crime violento é mais comum em Cachoeira do Piriá, todos os entrevistados afirmam ser o homicídio, o que coincide com os dados da SIAC.

O bairro Vitória é assinalado por muitas problemáticas, como crimes de roubo, e grande parte de seus residentes sofre com a falta de serviços básicos. Por se tratar de uma área de ocupação, segundo os entrevistados, os moradores não têm acesso a serviços básicos, como pavimentação, saneamento básico, iluminação e principalmente a distribuição de água potável.

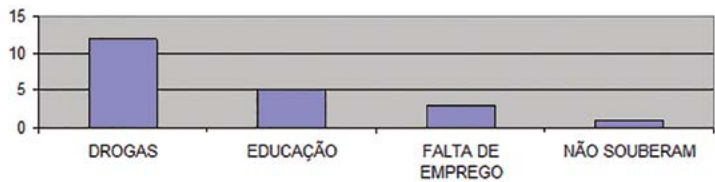
Gráfico 2 – Cachoeira do Piriá/PA. Índices de criminalidade por bairros, segundo moradores entrevistados. 2024



Fonte: Trabalho de Campo, 2024.

Moradores entrevistados nos seis bairros relataram que a cidade vem sofrendo com a disseminação das drogas, que conta com vários pontos de venda dentro do município (gráfico 3). Os entrevistados afirmam ser o tráfico de drogas responsável tanto pelos crimes violentos, visto que ocorrem homicídios por acerto de contas, quanto por furtos de motocicletas.

Gráfico 3 – Cachoeira do Piriá/PA. Fatores que contribuem para a ocorrência de crimes violentos, segundo moradores entrevistados. 2024



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Os entrevistados afirmam não se sentirem seguros, e relataram que o policiamento é insuficiente para o município. As sugestões de melhoria de segurança seriam o aumento do efetivo policial, pois, quando as viaturas se deslocam para a zona rural, a área urbana fica sem proteção, segundo os entrevistados.

Os Crimes Violentos Letais e Intencionais em Santa Luzia do Pará e o bairro da Paz

Quanto à realidade de Santa Luzia do Pará em relação aos CVLI's, os dados da SIAC (2024) permitiram criar um panorama com as ocorrências dos anos de 2015 a 2023 (tabela 6).

Tabela 6 –Santa Luzia do Pará. Crimes Violentos Letais Intencionais. 2015 a 2023

Ano	Total de registros	Tipo de crime	Arma ou violência	Local do registro
2015	10	Homicídio (9) Latrocínio (1)	Arma de Fogo e perfuro cortante	Centro e bairro novo
2016	8	Homicídio (8)	Arma de Fogo	Centro
2017	7	Homicídio (7)	Arma de Fogo e perfuro cortante	Centro e bairro novo
2018	11	Homicídio (11)	Arma de Fogo, perfuro cortante e contundente	Centro
2019	7	Homicídio (7)	Arma de Fogo e perfuro cortante	Centro
2020	4	Homicídio (4)	Arma de Fogo e perfuro cortante	Centro
2021	6	Homicídio (6)	Arma de Fogo, perfuro cortante e violência física	Centro
2022	5	Homicídio (5)	Arma de Fogo e perfuro cortante	Centro
2023	7	Homicídio (7)	Arma de Fogo, perfuro cortante e contundente	Centro

Fonte: SIAC (2024).

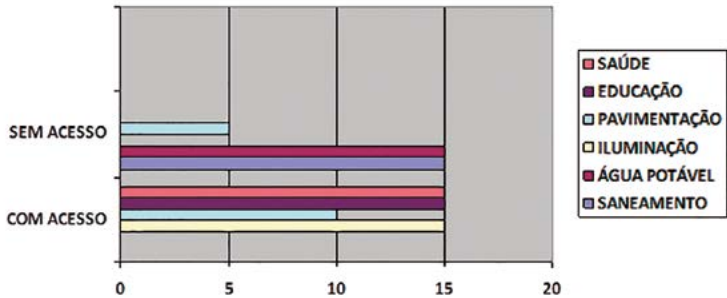
Os dados de CVLI's de Santa Luzia do Pará totalizam 65 registros, sendo 64 desse total descritos como homicídio e apenas 1 descrito como latrocínio. Identificou-se por meio desses dados que cerca de 94% dos casos envolvem pessoas do sexo masculino. Os números podem parecer baixos se comparados a outros municípios, mas, para uma análise precisa, é necessário considerar a população e as dinâmicas socioespaciais do território estudado, neste caso, condizentes com uma pequena cidade, para a qual esses números são muito elevados.

A violência “surge e se avoluma à medida que as cidades crescem e se tornam mais complexas, mais dominadas pela multidão e pela anomia” (Abranches, 1994, p.127). Faz-se necessário analisar o que está por trás das mazelas sociais e suas implicações, inclusive na produção de vulnerabilidades à violência, como as verificadas no bairro da Paz, em Santa Luzia do Pará.

Apesar de sua legalização ter ocorrido apenas em 2010, o bairro da Paz surgiu como área de ocupação em 2008, quando os primeiros moradores se instalaram na área, assim dando início ao que hoje é o maior bairro de Santa Luzia do Pará. Desde então, infraestruturas e serviços importantes foram instalados, a exemplo da energia elétrica, de serviços básicos de saúde e do ensino básico. Apesar dos avanços, muitas ainda são as necessidades da população não atendidas.

Os trabalhos de campo realizados no bairro da Paz tiveram como foco as condições socioespaciais do bairro e sua vulnerabilidade à violência. Foram visitadas quinze residências distintas em ruas aleatórias e feita a aplicação de um formulário com 15 perguntas, entre objetivas e subjetivas, por meio das respostas foi possível obter uma compreensão da realidade do bairro, como evidencia o gráfico 4 e a figura 4.

Gráfico 4 – Santa Luzia do Pará. Serviços ofertados no bairro da Paz segundo os moradores entrevistados. 2024



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Figuras 4 – Santa Luzia do Pará. Unidade Básica de Saúde e Escola Municipal Heleno Mariano de Freitas. 2024



Fonte: trabalho de campo, 2024.

O bairro conta com uma Unidade de Saúde da Família – USF, a qual, segundo os moradores entrevistados, consegue atender suas demandas do dia a dia, permitindo que os moradores não precisem mais ir a outros bairros buscar atendimentos cotidianos. O bairro também conta com uma escola de ensino fundamental que atende às demandas locais. Segundo o morador 1, “antes da construção dessa escola as crianças tinham que percorrer um trajeto até o outro lado da cidade, tendo que atravessar a BR-316, que não possui semáforos ou faixa de pedestre, trazendo um risco eminente a vida deles” (Informação verbal obtida em trabalho de campo, set. 2024).

Em relação ao acesso à energia elétrica, hoje todo o bairro conta com esse serviço, bem como o de iluminação pública. Mas nem sempre foi assim. No início da sua produção, as primeiras famílias não tinham acesso à energia, e fez-se necessário um movimento para que a empresa responsável na época fizesse as instalações de postes e redes de distribuição.

O bairro não conta com saneamento básico, não há tratamento de esgoto e serviço de água potável. Na figura 5 é possível perceber a carência do bairro com relação ao saneamento básico. Durante o trabalho de campo se percebeu que o serviço que os moradores mais sentem falta é o da distribuição de água potável, uma vez que durante o verão amazônico ocorre a estiagem e os poços que existem em algumas residências secam ou diminuem de volume. Segundo alguns moradores: “se tivesse água era melhor, sabe? A gente não ia se preocupar com os afazeres domésticos”; “eu moro nessa casa, mas é alugada, tenho um ‘barraquinho’ ali para trás, mas lá não tem poço e sem água ninguém vive”; “o que eu mais sinto falta é da água” (Informações verbais obtidas em trabalho de campo, set. 2024).

Figura 5 – Santa Luzia do Pará. Condições de saneamento básico no bairro da Paz. 2024



Fonte: trabalho de campo (2024).

Quanto à pavimentação, nem todas as ruas são asfaltadas ou tem o meio-fio. Das casas visitadas, 5 não tinham pavimentação na sua rua

e 10 possuíam, porém contavam com falta de meio-fio ou calçada. Na figura 6, as imagens A e B são registros de duas ruas diferentes que não possuíam pavimentação, já C e D são registros de duas ruas também diferentes que contavam com pavimentação, mas ainda sim estavam em condições precárias.

Figura 6 – Santa Luzia do Pará. Ruas do bairro da Paz. 2024



Fonte: trabalho de campo (2024).

Quando se trata de segurança, os moradores ficam mais cautelosos com suas falas e apresentam dificuldades em responder às perguntas, mesmo assim, foi possível analisar características do local quanto à violência e à criminalidade. Quando se tratava de um indivíduo do sexo masculino, a resposta era positiva em relação ao sentimento de segurança, quando a mesma indagação era respondida por uma pessoa do sexo feminino, a resposta mudava: “depende do horário, não me sinto segura, não gosto de sair à noite” (Informação verbal obtida em trabalho de campo, set. 2024).

Outras características foram as reclamações dos moradores sobre as casas noturnas ou bares que funcionam no bairro. Durante um tempo, o bairro da Paz foi visto como a área mais perigosa de Santa Luzia do Pará, os primeiros moradores relatam que o espaço servia como rota de fuga para assaltantes e esconderijo para criminosos. Desse modo, gerou-se uma insegurança que perdurou de 2012 a 2018, segundo os entrevistados.

Durante coleta de informações sobre violência e criminalidade no bairro por meio de um site que divulga notícias do município, foi possível resgatar manchetes de alguns dos fatos ocorridos entre 2012 e 2018. A figura 7 apresenta recortes dessas notícias.

Figuras 7 – Santa Luzia do Pará. Recortes de notícias sobre o bairro da Paz. 2012-2018

Aconteceu - polícia prende mulher que tocava o terror com uma arma de fogo ontem a noite no Bairro da Paz

by **Reinaldo da Silva** - [janeiro 28, 2016](#)

Com informações da Polícia Civil F oi presa em flagrante na noite de ontem, 27, por volta das 19 horas, a nacional RAIMUNDA BRAGA DOS SANTOS...

[Read More](#)

Muito tiro no Bairro da Paz: um homicídio e uma tentativa de homicídio na noite desta segunda-feira

by **Reinaldo da Silva** - [fevereiro 06, 2018](#)

P or volta das 22 h desta segunda-feira, 05, três homens identificados como Anderson Oliveira , Deilson Oliveira e outro conhecido pelo apelido...

[Read More](#)

Videos - Polícia prende ladrão de moto no bairro da Paz na tarde desta quinta-feira

by **Reinaldo da Silva** - [maio 28, 2015](#)

D e acordo com as poucas informações que chegaram até o blog, por volta das 16 hs desta quinta-feira a Polícia Militar prendeu um marginal ...

[Read More](#)

Polícia prende assassino do Bairro da Paz

by **Reinaldo** - [abril 09, 2012](#)

S egundo informações que chegaram até este blog a polícia acabou de colocar atrás das grades o responsável pelo homicídio acontecido na últ...

[Read More](#)

Morre a segunda vítima do baleamento ontem a noite no Bairro da Paz

by **Reinaldo da Silva** - [fevereiro 06, 2018](#)

S egundo informações que chegaram até o blog agora no início da manhã, o jovem Deilson Oliveira, a vítima baleada na noite desta segunda-f...

[Read More](#)

Noite de muita violência em Santa Luzia - um segundo assassinato ocorreu no Bairro da Paz

by **Reinaldo da Silva** - [agosto 23, 2015](#)

U m segundo homicídio aconteceu na noite de ontem, por volta das 20 hs, em Santa Luzia ceifou a vida de Ivanilson Bezerra de Sousa, no Bair...

[Read More](#)

Fonte: Santa Luzia Online (2024).

Pelas manchetes da figura 7, podemos ter uma dimensão da insegurança que foi viver no bairro da Paz, mas o trabalho de campo mostrou que o bairro tem melhorado. Com a chegada de mais famílias, o espaço começou a ganhar uma organização mais pacífica. A chegada dos serviços públicos trouxe consigo a força policial que, mesmo de maneira ainda vaga, faz rondas diárias pelas ruas do bairro. Os moradores expuseram a necessidade de um posto policial no bairro.

Considerações finais

As cidades de Cachoeira do Piriá e Santa Luzia do Pará, situadas na RI Rio Caeté, consistem em pequenas cidades amazônicas com suas dinâmicas associadas à rodovia, com expressiva vida rural, espaços urbanos pouco densos em serviços e assinalados por muitas vulnerabilidades.

A cidade de Cachoeira do Piriá foi palco de conflitos e é reflexo da exploração mineral do ouro, o principal responsável por seu crescimento populacional. O município, segundo a SIAC (2024), registrou 88 CVLI's entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2024. A maior concentração desses crimes está na zona rural do município, com 65 casos registrados dentre homicídios, lesão corporal e latrocínio. A área urbana, no mesmo período, contou com registros de 23 casos de homicídio.

Os resultados do trabalho de campo, utilizando entrevistas à população urbana de Cachoeira do Piriá, ressaltaram as problemáticas que o município vem sofrendo atualmente. As necessidades básicas, como acesso à água potável, segurança, iluminação, educação, dentre outras, foram expressas pelos moradores. A problemática das drogas ilícitas foi citada como a maior responsável pelos casos de homicídios, roubos e furtos no município.

Quanto à Santa Luzia do Pará, também foram verificados números expressivos de CVLI's, associados às vulnerabilidades facilmente percebidas no espaço urbano, especialmente nas áreas periféricas, como o bairro da Paz.

O bairro da Paz teve avanços significativos nos últimos anos, mas ainda são nítidas as condições de vulnerabilidade socioeconômica na área. Muitas dessas famílias vivem apenas com o auxílio do programa do Governo Federal Bolsa Família. A baixa escolaridade e a falta de oportunidades no mercado de trabalho são fatores importantes na composição desse quadro. Com essas condições, a atuação de grupos e indivíduos associados a ações criminosas fica facilitada. Todavia, o trabalho de campo verificou uma amenização importante dessa realidade violenta no bairro da Paz.

Referências

ABRANCHES, S. H. H. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. *In*: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Agência Pará. **Divisão do estado em 'Regiões de Integração' auxilia no planejamento de ações governamentais**. Governo do Estado do Pará / Secretaria de Comunicação, 2022. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34603/divisao-do-estado-em-regioes-de-integracao-auxilia-no-planejamento-de-acoes-governamentais>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRITO, J. A.; SARAIVA, J. S.; SILVA, J. S. Região de Integração do Rio Caeté: uma visão socioeconômica e histórico-cultural do município de Bragança-PA. **Revista GeoAmazônia**, p. 9. Belém, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12548>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades [online]**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Pará. **Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Governo do Estado do Pará, 2008. Disponível em: https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/decreto_1066_2008.pdf . Acesso em: 10 set. 2024.

Pará. **PPA - Plano Plurianual 2016-2019**. Governo do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Planejamento. Belém: Seplan. Diretoria de Planejamento, 2015. Disponível em: https://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/documento_referencia.pdf . Acesso: 20 dez. 2023.

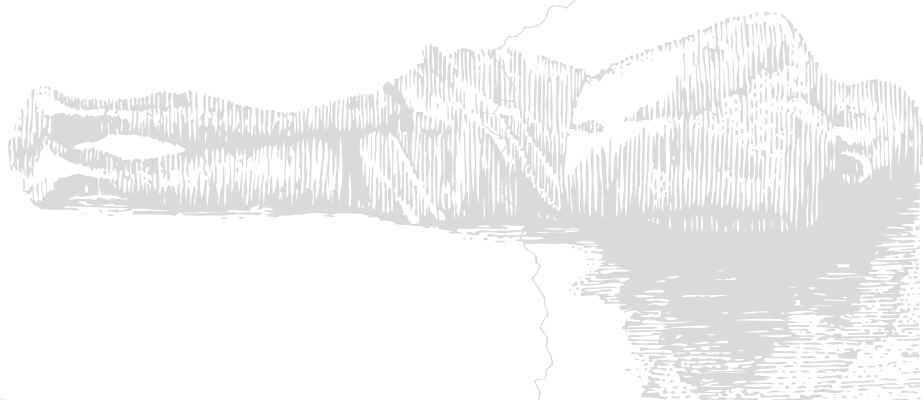
Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá. **História**. 2023. Disponível em: <https://cachoeiradopiria.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Santa Luzia Online. **O blog do Rei**. 2024. Disponível em: <https://www.santaluzia-online.com> Acesso em: 20 jan. 2024.

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. **Consulta de Dados Estatísticos Criminais – CODEC**. Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP. Belém: SIAC, SEGUP, Governo do Pará, 2024. Disponível em: <https://codec.segup.pa.gov.br/>. Acesso: 26 abr. 2024.

SMS – Secretaria Municipal de Saúde. **Santa Luzia do Pará**. 18 mar. de 2024.

**Parte IV: Interfaces territoriais da
violência nos campos do Pará**



CAPÍTULO 13: CONFLITOS E VIOLÊNCIA ASSOCIADOS À ÁGUA NO ESPAÇO AGRÁRIO: MAPEAMENTO E TIPOLOGIA NA SUB-BACIA DO RIO AUÍ-AÇU – TAILÂNDIA/PA

Nonato Sousa Gonçalves

Francisco Emerson Vale Costa

Daniel Araújo Sombra Soares

Diana Marcela Córdoba

Bianca Lorena Ferreira Pinheiro Sarmento

Susane Cristini Gomes Ferreira

André Geovani Nunes da Costa Carvalho

Tarsis Ney Castelo Branco Barros Magalhães

Introdução

Este capítulo⁸ apresenta questões acerca dos conflitos com violência lenta (Nixon, 2011) associados à água no município de Tailândia, no nordeste do estado do Pará. Mais especificamente na sub-bacia do Rio Auí-Açu, que ocupa aproximadamente metade do município de Tailândia, a porção oeste do município, concentrando a maior faixa demográfica ao largo da rodovia PA-475, onde estão a cidade de Tailândia e a maior parte das vilas. A outra metade (a porção leste), com mais fazendas e alguns ramais, é ocupada pela bacia do Rio Acará. Ao norte do município, o Rio Auí-Açu deságua no Rio Acará.

À guisa de uma análise local a partir de um balizador global, cabe lembrar que o modo de produção capitalista determina e condiciona o modo de vida dos seres humanos há pelo menos cinco séculos. Sobretudo a partir da industrialização, iniciada no século XVIII, e amplamente disseminada no

⁸ Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Projeto de Pesquisa “*Oil Palm in water territories: the impacts of crop expansion on water resources and local livelihoods in the Brazilian Amazon* – (Monocultura de palma em territórios de água: os impactos da expansão da monocultura nos recursos hídricos e nos modos de vida locais na Amazônia brasileira)”. O projeto foi coordenado pela professora Diana Córdoba, docente da Queen's University, e desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), e Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e do Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC). O projeto foi financiado pelo *Social Sciences and Humanities Research Council*, Canadá.

planeta, as relações existentes entre homem e natureza foram severamente modificadas e, no centro dessas alterações, encontra-se a relação predatória e intensa com o elemento mais abundante do planeta: a água.

Dadas suas funções, as quais ao longo do tempo foram importantes para o desenvolvimento histórico de diversas civilizações e sociedades, a água sempre foi estratégica para a humanidade, sendo que, com o avanço da sociedade capitalista, foi paulatinamente transformada em recurso dotado de valor econômico (Silva, 2020), uma vez que é responsável pela produção de alimentos, sustenta a biodiversidade e suporta todos os ciclos naturais (Tundisi; Matsumura-Tundisi, 2020). Apesar desta abundância, a distribuição espacial da água ocorre de modo desigual. Enquanto há regiões do planeta com cenários de abundância hídrica, em outras prevalece a escassez, o que atinge aproximadamente 40% da população mundial e desencadeia conflitos envolvendo distintas etnias, povos e nações (Pinto, 2017).

Considerando a disponibilidade hídrica mundial, o Brasil é visto como um Estado nacional que ocupa uma posição privilegiada, de vez que possui disponibilidade hídrica *per capita* de aproximadamente 40.000 m³/hab./ano (Peixoto; Soares; Ribeiro, 2022), estando teoricamente fora do grupo de países da América Latina que sofrem com conflitos relacionados à escassez de água (Ribeiro, 2007).

A realidade, todavia, é contraditória, pois o Brasil também sofre com a distribuição desigual de água em seu território, uma vez que algumas áreas, como o semiárido nordestino, por exemplo, possuem baixos índices de disponibilidade hídrica e tornam-se palco de conflitos (Silva, 2020), que se encontram relacionados à escassez, enquanto fator físico, e são intensificados devido às desigualdades socioespaciais e à má gestão, fruto de fatores políticos (Cunha *et al.*, 2012) e econômicos (Silveira; Silva, 2019). Em aulas de geografia na educação básica, era comum se falar que o problema de água no nordeste brasileiro “era um problema de cerca, e não de seca”⁹, fazendo alusão à escassez hídrica que, mais que natural, no nordeste brasileiro (Silveira; Silva, 2019), como em outros lugares do Brasil (Pires; Cerqueira, 2021), da América do Sul (Correia, 2022) e do mundo (Hohenthal; Minoia, 2017), é uma escassez socialmente produzida, sendo, desta forma, uma escassez hidrossocial¹⁰.

Mesmo no caso amazônico, há diversidade na distribuição de água, havendo municípios em áreas planálticas ou depressivas com dificuldades de abastecimento de água, como é o caso dos municípios de Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá, no nordeste do Pará (Costa; Soares, 2021), ou do

⁹ Essa era uma frase comum nas aulas do Ensino Fundamental de Geografia do Prof. Marcelo Gaudêncio Brito Pureza, ao qual um de nós frequentou. Atualmente, Marcelo Gaudêncio é professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

¹⁰ Partindo do que Swyngedouw (2004; 2009) propôs como “ciclo hidrossocial”, Britto *et al.* (2017) formulam o conceito de “escassez hidrossocial” para refletir esses casos, em que a negação do acesso à água possui como maior força condicionante/determinante algum fator social, político, econômico ou cultural.

município de Sapucaia, no sudeste do estado (Hianes; Soares, 2022; Hianes *et al.*, 2023). Além dos diversos casos de problemas no abastecimento de água, levando a que em vários municípios amazônicos haja dificuldades no abastecimento constante e de qualidade de água potável (Monte *et al.*, 2022), há um verdadeiro paradoxo das águas na região das águas (Bordalo, 2017).

Ainda se tratando do caso brasileiro, os conflitos por água não estão restritos somente aos cenários de escassez. De acordo com dados e levantamentos realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CTP)¹¹, há uma grande incidência de conflitos em territórios que dispõem de abundância hídrica. Segundo Gusmão *et al.* (2020), o estado do Pará apresenta uma grande quantidade de conflitos por água, sendo que, no espaço agrário, muitos estão relacionado à emergência dos “Grandes Projetos”, os quais, conforme Fenzl *et al.* (2020), deixaram como consequência um processo estrutural de êxodo rural, uma urbanização desigual e uma grande devastação ambiental.

Grande parte dos conflitos mapeados por Gusmão *et al.* (2020) no estado do Pará dizem respeito a conflitos com violência explícita, com ocorrência de mortes, confrontos, ou reivindicações violentas e/ou assertivas por parte dos atores envolvidos. São casos exemplares os conflitos envolvendo a construção de hidrelétricas (Lima *et al.*, 2020; Quaresma, 2018); conflitos territoriais entre as comunidades e a pesca artesanal com a pesca industrial (Sombra *et al.*, 2018; Sombra *et al.*, 2022), pesca esportiva (Silva *et al.*, 2023), ou outras atividades que envolvem embarcações de alta velocidade, como a praticagem (Souza *et al.*, 2024); problemas socioambientais relacionados às atividades de extração mineral ou da indústria da mineração (Almeida *et al.*, 2023; Gester *et al.*, 2023); ou problemas socioambientais relacionados à emergência de monoculturas (Lima *et al.*, 2019; Soares *et al.*, 2018) ou da pecuária (Costa *et al.*, 2019; Moraes *et al.*, 2023).

Porém, na área em análise, no município de Tailândia, o que se manifesta é uma violência velada, em outras palavras, uma violência lenta. De forma distinta dos conflitos diretos e explícitos, estas formas de violência velada ocorrem nesses espaços pela restrição de usos, cercamentos de áreas ou contaminação de recursos naturais. Trata-se de uma tipologia distinta de conflito e de violência que muitas vezes antecede o estágio do conflito virulento, o qual é “a materialização da contradição em estado prático”¹².

O município de Tailândia possui seus ciclos hidrossociais alterados pelo agronegócio. Os próprios limites municipais foram escolhidos a partir de limites naturais incomuns, os divisores de água, ao invés dos rios, como se

¹¹ Esta entidade realiza um levantamento anual das ocorrências de conflitos por água no Brasil, registrando as ocorrências destes e classificando-os por meio de uma tipologia própria.

¹² A frase, expressa em uma aula no curso de mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, é do saudoso professor Carlos Walter Porto Gonçalves, na qual um dos autores esteve presente.

escolhiam limites dos municípios em outros tempos. O divisor de águas entre a bacia do Rio Moju e a bacia do Rio Acará (na sub-bacia do Rio Auí-Açu) foi escolhido como limite municipal entre Moju e Tailândia, a oeste, enquanto o divisor de águas entre a bacia do Rio Acará e a bacia do Rio Acará-Mirim foi escolhido como limite municipal entre Tailândia e Tomé-Açu, a leste, e, por fim, o divisor de águas entre a bacia do Rio Acará e a bacia do Rio Capim foi escolhido como limite entre Tailândia e Ipixuna do Pará, ao sul.¹³

Esse padrão de ordenamento territorial autoritário, comum no trato dos recursos naturais e também das pessoas, como ilustraram Soares *et al.* (2018) e Moraes *et al.* (2022), foi espacializado em Tailândia. Ferreira *et al.* (2023), analisando esta área, explicam que os mecanismos de gestão dos recursos hídricos do ordenamento territorial estatal criaram padrões de injustiça e desigualdades no acesso à água em Tailândia e região.

Diante ao exposto, nota-se que, no que se refere ao local de ocorrência dos conflitos, estes podem ser materializados, no contexto de abundância ou escassez, a partir de ambientes como rios, lagos, açudes e planícies aluviais, ou podem se projetar para a escala de bacias hidrográficas. Tratando-se desta escala de ocorrência, destaca-se, para a presente discussão, a sub-bacia do rio Auí-Açu (uma sub-bacia na bacia hidrográfica do Rio Acará), a qual se encontra localizada sobre o município de Tailândia, no estado do Pará.

É importante ressaltar o histórico de ocupação da região, onde a sub-bacia está inserida, tendo em vista que o município de Tailândia passou, ao longo dos anos, por um intenso processo de transformação do espaço a partir da retirada de vegetação natural, promovida pela atividade de extração madeireira que predominou na região até meados de 2008. Neste mesmo ano, foi deflagrada a Operação “Arco do Fogo”, realizada por entidades como a Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pela Força Nacional de Segurança, com a intenção de combater o desmatamento ilegal, representando um marco na derrocada da atividade.

Para autores como Rivero *et al.* (2009) e Carvalho *et al.* (2018), o desmatamento em regiões como a Amazônia relaciona-se diretamente com o desenvolvimento e expansão de outras atividades produtivas, que se aproveitam das áreas limpas deixadas pela retirada da vegetação para se estabelecer, como é o caso, principalmente, da pecuária bovina, havendo um binômio entre atividades de extração madeireira na primeira frente (a frente de expansão) e as atividades de consolidação, particularmente a pecuária na segunda frente (a frente pioneira) (Lobato; Soares, 2015), inclusive com a conversão de madeiros em pecuaristas (Soares *et al.*, 2016).

¹³ Rocha (2015) analisa como estes limites foram traçados, sob a hegemonia da atividade da monocultura de palma de óleo (*Elaeis guineensis*).

Trata-se de um padrão de reprodução e mudanças espaciais já conhecido na fronteira, que avança a partir do sul do estado do Pará (Lobato *et al.*, 2022), deixando um rastro de problemas ambientais como processos erosivos e solos vulneráveis (Vicira *et al.*, 2023), além da destruição de Áreas de Preservação Permanente (APP), com diminuição de serviços ecossistêmicos (Fernandes *et al.*, 2022). Tal fato apontado por estes autores é observado na realidade de Tailândia, uma vez que a pecuária bovina desponta enquanto atividade produtiva que não só se estabeleceu sobre o território do referido município, como também manteve estabilidade, mesmo após a Operação “Arco do fogo”, acelerando a conversão de áreas madeireiras em áreas de concentração pecuária, que até então ocorria de modo paulatino no município.

De acordo com os dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (SEDAP/PA), no que tange à agricultura, a monocultura de palma de óleo foi uma atividade que apresentou crescimento exponencial após o ano de 2008. Todavia, não se pode relacionar o fenômeno da monocultura de palma¹⁴ somente ao contexto de desmatamento, uma vez que no cenário nacional se desenvolve uma série de políticas públicas amparadas por um arcabouço legislativo e técnico (Santos, 2018) que promoveu a inserção desta cultura para a região, principalmente em áreas já desmatadas, as quais seriam então prioritárias para a expansão. Há pesquisas, porém, que ilustram como no período de expansão esta monocultura atingiu outras áreas, inclusive de populações tradicionais, como os quilombolas (Castro; Simões, 2021).

O incentivo à produção do óleo de palma pelo governo federal atraiu para o território paraense empresas nacionais e multinacionais interessadas em atuar no ramo de beneficiamento, transporte e produção da palma, incluindo também nesta cadeia produtiva o pequeno produtor rural, que seria assistido pela concessão de créditos, em uma articulação contraditória entre dois modelos de produção fundamentalmente antagônicos: o agronegócio e o campesinato (Córdoba *et al.*, 2018; Oliveira Neto, 2017). Santos (2018) ressalta que, a partir de 2008, as empresas realizaram a aquisição de fazendas de grande porte, que, em sua maioria, possuíam áreas de pastagem, além de médias e pequenas propriedades onde se desenvolviam o cultivo de pimenta e outras atividades.

Ademais, com a liberação de créditos, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), alguns pequenos e médios produtores rurais passaram também a fazer aquisição de áreas adjacentes às suas propriedades com o intuito de ampliar as áreas de plantio de palma. A inserção de crédito levou ao aumento da comercialização de lotes agrícolas, bem como desencadeou a elevação do preço médio da terra. Isto

¹⁴ Este evento da expansão da monocultura de palma no nordeste do estado do Pará e, em particular, nos vales dos rios Moju, Acará e Acará-Mirim, constitui, para Nahum e Santos (2015), um período geográfico do dendê na escala regional, em virtude do grau de alteração da paisagem, do espaço e da sociedade articulados a essa monocultura.

aliou duas tendências relativas: a) concentração de terras; b) diminuição da diversidade da agricultura familiar (Piraux *et al.*, 2017, 2019).

Outras monoculturas, que no início dos anos 2010 eram apontadas ainda como tendências por Piraux *et al.* (2017; 2019), como açaí plantado e irrigado e a expansão da monocultura de árvores de Eucalipto e Paricá, para a indústria de celulose, já consolidada em Paragominas (Soares *et al.*, 2016), aparecem agora, nesses anos 2020, em Tailândia, como uma realidade consolidada, disputando espaço com a monocultura de palma. Destarte, nota-se que houve uma transformação nas formas de uso e ocupação dos solos, que, consequentemente, desencadeou consequências sobre o uso e apropriação dos recursos hídricos, de vez que diferentes atores sociais estão situados sobre o território de acordo com as atividades produtivas à medida que se desenvolvem e se utilizam dos recursos naturais de acordo com seus interesses.

Diante desta situação geográfica, conflitos socioambientais e formas de violência emergem como frutos dessas relações contraditórias derivadas das mudanças, as quais são advindas de um processo histórico e geográfico marcado pela transformação da natureza no município de Tailândia e, em particular, na área da sub-bacia do rio Auí-Açu, o principal eixo de produção e distribuição de produtos agropecuários (com predomínio da monocultura de palma ao norte e da pecuária ao sul) e esqueleto da estrutura territorial do município de Tailândia e região.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os conflitos desencadeados na sub-bacia do rio Auí-Açu relacionados ao uso e à apropriação dos recursos hídricos a partir do mapeamento e tipificação desses conflitos, considerando a atuação dos usuários de água e atores sociais e, por conseguinte, os múltiplos usos da água.

A relevância social é um fator a ser ressaltado como elemento que justifica o desenvolvimento do presente estudo, pois que os conflitos socioambientais são embates de forças entre atores atuantes no território e outros estabelecidos a partir dos interesses de transformação do espaço, visando a exploração dos recursos naturais, seja para atender às demandas de produção inerentes ao capitalismo, seja para auxiliar no processo de reprodução dos atores locais (Acsehrad, 2004; 2010). Assim, como pontua¹⁵ Santos (2005),

¹⁵ “Partindo da compreensão do mundo como sendo um conjunto de possibilidades e sugerindo que o espaço geográfico seja assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado, território abrigo de todos os homens de todas as instituições e de todas as organizações, ele recupera o sentido do ‘espaço banal’ proposto pelo economista François Perroux. Porém, chama a atenção para a necessidade de hoje refinarmos o conceito de território de modo a distinguir aquele território de todos, abrigo de todos, daquele de interesse das empresas. O primeiro ele conceituará como território normado e o segundo como território como recurso, território como norma ou território das empresas. O primeiro é o território nacional e o segundo é o espaço internacional, de interesse das empresas” (Santos, 2005, p. 252). A partir desta leitura teórica, e considerando não só o exposto nesta pesquisa, mas em outros trabalhos sobre a monocultura de palma em Tailândia e região (Córdoba *et al.*, 2019), poder-se-ia utilizar o caso da água em Tailândia para uma leitura enquanto “território abrigo” para as comunidades e o campesinato e “território recurso” para as empresas e o agronegócio, em modo similar ao que outros trabalhos já apontaram para outras práticas extrativas envolvendo Grandes Projetos, como o fizeram Folhes *et al.* (2022) para o caso da mineração no Baixo Amazonas, no estado do Pará.

para alguns atores, o território é um abrigo, uma morada de uso, e os recursos servem à reprodução social, enquanto outros atores enxergam o território e seus atributos como meros recursos a serem explorados.

Os aspectos metodológicos da pesquisa

A pesquisa parte da situação espacial da sub-bacia do rio Auí-Açu e, em consonância com os objetivos de investigação, toma como objeto de estudo os conflitos socioambientais desencadeados e relacionados ao uso e apropriação da água. Esses processos estão associados às ações promovidas por um conjunto de atores que as materializam de acordo com suas necessidades ou interesses, com as consequências de ações e as projeções para o futuro formando uma configuração territorial (Minayo, 1994; Santos, 1994), ou arranjo espacial (Moreira, 2008), em que os instrumentos de controle do território legitimam uma tendência de produção da escassez hidrossocial.

Nesta pesquisa, enquadram-se como atores territoriais: as empresas produtoras de palma, pequenos agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, fazendeiros, camponeses e usuários detentores de outorgas de uso dos recursos hídricos. A interpretação deste arranjo espacial se dá pelo método do materialismo histórico-dialético, o qual “busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 34). Destarte, faz-se necessária uma análise totalizante do real, tendo o esforço de observar os diferentes elementos sociais como interligados.

A análise da água como elemento de disputa de territorialidades é materialista dialética, pois considera que a água é fundamental para o desenvolvimento das relações humanas, ganhando formas e sentidos conforme as atribuições concedidas pelos atores. Não cabe, assim, analisar somente um rio pelo trajeto desenvolvido pelo seu curso ou a qualidade de sua água. Cabe analisar em sentido mais amplo e totalizante a partir de seus significados que são expressos como reflexos das contradições que alicerçam seus usos e as intenções dos atores, projetando distintas e contraditórias territorialidades sobre o espaço geográfico (Kosik, 1963; Silva, 1991). A ideia de ciclo hidrossocial (Swyngedouw, 2004, 2009) está implícita nesta interpretação.

Para fins de síntese dos territórios e territorialidades e conflitos identificados na sub-bacia do Rio Auí-Açu, utilizou-se a classificação proposta por Torres (2007, p. 17, *grifos da autora*), para quem:

De acordo com o tipo de gestão (que também é marcada por algum tipo de ideologia), os hidroterritórios podem ser classificados como: *a) Hidroterritórios privados*, totalmente mercantilizados, que expressam um valor econômico por quantidades de água, distinto do pagamento de serviço de tratamento e distribuição; *b) Hidroterritórios de Luta*, resistentes à mercantilização

e que não reconhecem a água como mercadoria, travando assim uma luta de classe, denotados por questões de exploração econômicas e sociais; c) *Hidroterritórios Livres*, situação em que a política aplicada de gestão da água deve ser de total socialização, tornando-a inalienável e disponível para as gerações futuras. Esses últimos apresentam raízes profundas da cultura, das crenças e costumes, dos que habitam esse território. Ao negar a prática da água mercantilizada, os aparelhos ideológicos culturais demonstram a autonomia de identidade.

Além da definição do método, a pesquisa também possui características. Primeiramente a investigação partiu do caráter exploratório, como o momento inicial, uma vez que, para se compreender os aspectos concernentes aos processos de usos e apropriação dos recursos, emergência de conflitos, formas de violência, mecanismo de gestão hídrica, foi necessário explorar seus aspectos teóricos, que, em linhas gerais, são mais generalistas, e específicos, que só puderam ser compreendidos a partir de constatações *in loco*.

Posteriormente, os avanços alcançados por meio da pesquisa exploratória elevaram o estágio para a pesquisa descritiva, a qual “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42). Como de praxe, também houve a pesquisa bibliográfica, a qual subsidiou o aprofundamento das categorias teóricas e compreensão dos acontecimentos históricos, os quais ainda provocam contingências sobre a realidade da espacialidade abordada.

O aprofundamento e apropriação de dados secundários exigiu também o emprego de pesquisa documental, ou seja, a análise de documentos tais como leis, decretos, projetos de lei, medidas provisórias etc., referentes à regulação e uso dos recursos hídricos. Além disso, ocorreu o levantamento de informações junto a instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e sustentabilidade (SEMAS), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Agência Nacional de Águas (ANA).

Foi fundamental a pesquisa de campo, na qual ocorreu a coleta de dados “feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção [...] por parte do pesquisador” (Severino, 2013, p. 107). Esta etapa se configurou como fonte de dados primários e validadora de hipóteses concebidas a partir dos levantamentos bibliográficos e documentais. Durante a pesquisa de campo, ocorreu a aproximação junto aos atores do território, buscando compreender como os fenômenos ocorrem e quais suas percepções destes.

Para a realização do trabalho de campo, foram realizadas cinco incursões percorrendo comunidades pertencentes aos municípios de Tailândia, Moju, Acará e Tomé-Açu. O primeiro trabalho de campo foi considerado exploratório e percorreu a rota dos cursos hídricos mais importantes dos municípios de Moju e Tailândia, perpassando por comunidades produtoras de palmas que demarcam o avanço das fronteiras da monocultura sobre o território. Tal trabalho de campo serviu para consolidar as primeiras percepções e compreender a dimensão da problemática envolvendo os recursos hídricos.

Os demais trabalhos de campo superaram a exploração e se centraram na busca pelos atores envolvidos com a monocultura de palma, formulação de políticas e demais atividades que se desenvolvem a partir dos usos dos recursos hídricos. Centrou-se também no contato junto às lideranças comunitárias e moradores locais que historicamente possuem relações com a água, as quais foram alteradas a partir da inserção do vetor do agronegócio e das pastagens.

Dentre as comunidades percorridas destacam-se: Nazaré do Auí-Açu, Raimundo Nonato II (Vila do Galo), Comunidade Nova Paz, Vila Gonçalves, Vila Palmares, Vila São Tomé, Vila Galileia, Ramal Borba-Gato, PA Maravilha, Vicinal 10, Vicinal 12, Vila Cristo Rei, Vila Forquilha, Vila Calmaria, Vila Urucuré, além das sedes municipais dos municípios de Tomé-Açu, Acará e Tailândia. Muitas destas vilas estão além dos limites municipais de Tailândia e, desta forma, da sub-bacia do Rio Auí-Açu, recorte deste ensaio. Porém, é importante entender que mesmo as vilas fora de Tailândia possuem suas dinâmicas produtivas e demandas sociais atendidas pela cidade. São, portanto, espacialidades compreendidas por uma “Tailândia ampliada”¹⁶.

Para a coleta de dados, durante os trabalhos de campo se adotou um protocolo de abordagem e entrevistas padronizado que passou a ser empregado por todos os membros da equipe de pesquisa para o levantamento de dados primários, previamente registrado no *Social Sciences and Humanities Research*

¹⁶ Essa expressão, “Tailândia ampliada”, foi ressaltada por um secretário municipal de agricultura do município, em uma entrevista concedida. Referia-se o gestor às vilas e localidades que se localizam, de fato, nos municípios limítrofes de Moju, Acará, Tomé-Açu e, mesmo, em Ipixuna do Pará e Goianésia do Pará, nas quais não apenas os produtores comercializam seus produtos na cidade de Tailândia e vem a esta cidade para acessar os serviços públicos de saúde, educação, previdência social, bancários etc., mas também havendo casos mesmo de escolas ou unidades básicas de saúde construídas e geridas pela Prefeitura Municipal de Tailândia fora da sua área jurisdicional. Isso que parece um contrassenso, em uma primeira vista, já que estas populações, contadas pelo IBGE para outros municípios, implicam recursos para as prefeituras vizinhas e não para a Tailândia. Porém, o gestor argumentava que os recursos que essas populações traziam à cidade justificavam os investimentos, os quais não deveriam ser vistos como “custos ou perdas”, mas como “investimentos na consolidação da Tailândia ampliada”. Em tempo, uma questão não pontuada pelo gestor, porém que observamos a partir das entrevistas, é que, além destes fatores, há uma questão prática: muitos dos moradores destas vilas, ainda que morem fora de Tailândia, de fato, possuem título eleitoral em Tailândia, ou seja, são eleitores de Tailândia, o que, a nosso ver, representa uma pressão (mais forte até do que os fatores elencados pelo gestor) para compreender as obras e serviços realizados fora da área jurisdicional.

Council (Canadá), bem como no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPA e UEPA. Além disto, realizou-se o registro fotográfico e também se demarcou a localização com o auxílio de aparelho de GPS.

Nesse protocolo havia dois tipos de questionários acompanhados do termo de consentimento de participação, ambos com perguntas de caráter aberto, voltados aos membros das comunidades, e outro desenvolvido para a coleta de informações junto aos formuladores de políticas públicas, funcionários do governo e atores não-governamentais. As entrevistas realizadas, quando autorizadas, foram gravadas para armazenamento do áudio e posterior realização de transcrição do material.

Após a realização das atividades de campo, os dados colhidos através dos formulários passaram por procedimentos de análise e classificação visando o registro de narrativas para a investigação. Cabe ressaltar que a análise de dados não é um procedimento isolado da interpretação. Minayo (2002) destaca que a análise abrange a interpretação, estão, assim, contidas no mesmo movimento. As formas de análise empregadas privilegiaram o conteúdo.

A sub-bacia do Rio Auí-Açu: características, interesses e usos da água

A sub-bacia do rio Auí-Açu é uma das sub-bacias que compõem a bacia hidrográfica do Rio Acará, considerada uma das principais bacias da região hidrográfica da Costa Atlântica-Nordeste do estado do Pará (SEMAS-PA, 2021). No que se refere à extensão territorial, a sub-bacia do rio Auí-Açu abrange uma área de 146.422 hectares, distribuída sobre o município de Tailândia, sendo a bacia cortada pela rodovia PA-475, vetor de ordenamento do território em torno do qual se concentram a zona urbana e as principais vilas.

Na sub-bacia do rio Auí-Açu, o uso da água é influenciado pela sua dimensão espacial e pela complexa rede de drenagem presente na região. A combinação desses fatores contribui para o desenvolvimento de múltiplas formas de uso da água, que abrangem diversos setores e atividades. Estes usos serão objetos de análises no texto por meio dos seguimentos, poços de captação, outorgas e as observações empíricas.

Os conflitos são eventos recorrentes e característicos ao longo da história da humanidade. Neste ensaio, segue-se a interpretação simmeliana (em diálogo com a concepção dialética das relações sociais históricas) de que os conflitos são imanentes à própria sociedade em reprodução contraditória, em oposição, desse modo, à concepção dhurkheiminiana, que considera que o conflito é uma desarmonia provocada sempre por uma externalidade. Neste sentido, a presente pesquisa coaduna-se com outras pesquisas que analisaram conflitos socioambientais na Amazônia Oriental sob a mesma perspectiva (Santos *et al.*, 2020; Leão *et al.*, 2023).

No caso dos conflitos relacionados à água, há certas particularidades a serem consideradas. Uma delas é a transformação da água em um recurso, que é uma mudança decorrente do sistema capitalista. Nesse contexto, a água passa a ser encarada predominantemente como um bem de valor econômico em detrimento de sua importância natural, ambiental e social.

Por outro lado, é importante considerar o advento do abastecimento de água, no qual as características relacionadas ao uso da água, para atender às demandas naturais e biológicas humanas, podem ser comprometidas devido às capacidades limitadas do ciclo hidrológico (convertido em um ciclo hidrossocial) em realizar o processo de renovação das águas. Este ciclo hidrossocial tem sido alterado em virtude da incidência e avanço da degradação e poluição dos corpos d'água, bem como da contaminação por substâncias químicas, resíduos industriais, esgoto e agrotóxicos, que podem tornar a água imprópria para consumo humano, conforme já haviam constatado outros autores em análise desta mesma sub-bacia (Cruz; Farias, 2017).

Assim, os conflitos relacionados à água apresentam características distintas, o que muitas vezes dificulta sua classificação e até mesmo sua identificação. No contexto da sub-bacia do Auí-Açu, não foi encontrado nenhum conflito declarado abertamente em relação aos recursos hídricos, ou à violência explícita entre atores com interesses distintos sobre a água. No entanto, durante as observações, foi possível perceber, por meio das falas de alguns dos atores, a existência de interesses/projetos territoriais divergentes em relação ao uso das águas.

Além disso, ao visitar determinados locais, foram encontradas evidências de conflitos velados, ou seja, conflitos que não são abertamente declarados ou manifestados, mas que podem ser percebidos por meio de sinais. Esses conflitos velados podem surgir devido às disputas por acesso à água, uso e preservação dos recursos ou barragens, estando relacionados aos acordos sociais estabelecidos e/ou ausência de uma política de gestão de recursos hídricos própria para a região.

A natureza velada dos conflitos relacionados aos recursos hídricos na sub-bacia do rio Auí-Açu torna sua compreensão mais desafiadora, uma vez que esses conflitos muitas vezes não são reconhecidos ou oficialmente documentados. Entretanto, durante a análise da área foram identificados conflitos que estão concentrados principalmente nas proximidades do Rio Auí-Açu, curso principal da sub-bacia.

Esses conflitos, os quais tiveram seus focos registrados no mapa 01, estão relacionados a questões como acesso à água, uso e preservação da água e construção de barragens. Além disso, a tabela 1 apresenta a descrição da tipologia dos conflitos identificados durante a investigação.

Tabela 1 – Tipologias de conflitos na Sub- bacia do Rio Auí-Açu

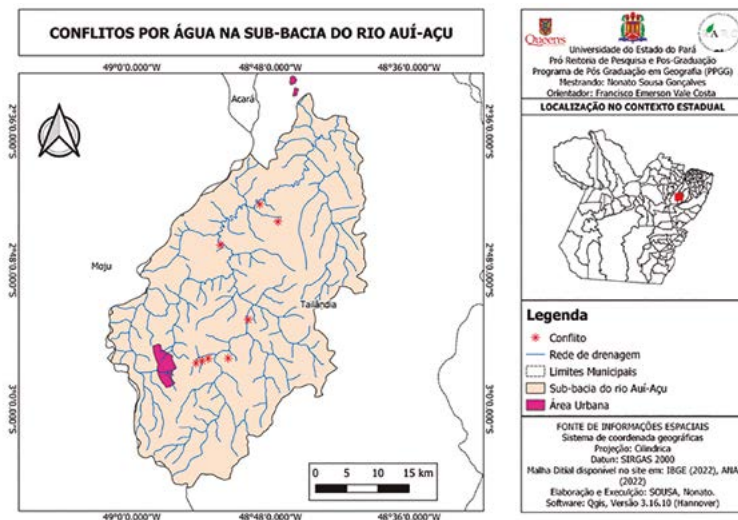
Tipologia de Conflitos	Quantidade de casos identificados
Restrição de acesso	5
Uso e Conservação	2
Barragens	1

Fonte: Os autores, 2022.

A organização desses dados possibilita a quantificação e a espacialização das informações obtidas durante as visitas realizadas. Em três pontos específicos, foram identificados conflitos relacionados ao acesso dos recursos hídricos, localizados em áreas predominantemente destinadas ao cultivo de milho e soja, o que contrastava com a presença de extensas áreas de pastagem e plantações de palma de óleo em outras regiões da sub-bacia.

Neste ínterim, cabe reconhecer que áreas que Piraux *et al.* (2017; 2019) haviam denominado de “cinturões verdes” da agricultura familiar, com policultura diversa, durante trabalhos de campo realizados entre 2011 e 2014, estavam bem distintas nos trabalhos de campo realizados para esta pesquisa entre 2021 e 2023, com o avanço do vetor cerealífero a partir do sul do estado do Pará e a partir da rota Leste-Oeste, partindo de Paragominas, alcançando os municípios de Tailândia e Tomé-Açu. Esse vetor cerealífero é hegemonizado pela sojicultura, que alterna os períodos de safra e entressafra com outros cultivos, como milho e gergelim.

Mapa 1 - Conflitos por água na sub-bacia do rio Auí-Açu



Fonte: IBGE (2022); ANA (2022); SEMAS/PA (2023). Elaboração: LARC (NUMA/UFPA), 2023; Autores, 2023

As propriedades nessas áreas são delimitadas por cercas, que servem como limites em relação às estradas vicinais de acesso. Durante as expedições de campo, foram encontradas várias placas informativas nos lotes, indicando o registro no Licenciamento Ambiental Rural (LAR). Esses sinais de demarcação e documentação indicam a importância dada à organização das propriedades rurais e ao cumprimento das regulamentações ambientais. No entanto, também revelam um ponto de tensão em relação ao acesso aos recursos hídricos, de vez que a água é um elemento essencial para as atividades agrícolas (figura 1).

Figura 1 - Propriedades Rurais e Restrições de Acesso



Fonte: Trabalho de campo (2022).

Além de demarcar os limites das propriedades, as cercas têm um papel adicional de proteção, impedindo o acesso de pessoas não autorizadas aos recursos presentes nas propriedades¹⁷. Foi observado que essas cercas estão posicionadas ao longo dos cursos dos rios, especialmente nas proximidades das outorgas de irrigação mencionadas anteriormente.

Essa coincidência entre as cercas e as outorgas de irrigação sugere uma relação entre o controle de acesso aos recursos hídricos e o uso dessas águas para fins agropecuários, tais como irrigação e lançamento de efluentes. Ao restringir o acesso às áreas de irrigação, os proprietários buscam garantir o uso exclusivo desses recursos, protegendo seus investimentos e assegurando o suprimento de água necessário para suas atividades.

Essa medida de proteção pode ser entendida como uma forma de resguardar os interesses econômicos dos proprietários de terras ao mesmo tempo em que limita o acesso de terceiros aos recursos hídricos disponíveis. Essa restrição pode contribuir para a formação de conflitos, uma vez que outros usuários podem se sentir prejudicados ou privados de acesso aos recursos hídricos em questão, sobretudo quando o contexto do passado, apesar da

¹⁷ Quanto mais se afasta da Rodovia PA-475, mais as cercas vão se impondo, chegando a constatar situações em que as vicinais são interrompidas por cercas ou cancelas. Isto foi identificado em vicinais mais a leste de Tailândia, já fora da bacia do Rio Aui-Açu.

existência de propriedade privada, permitia a convivência com outros usos, dado que a forma de relação entre proprietários e campesinato era de uma outra ordem de subordinação.

Durante as entrevistas, alguns participantes mencionaram a existência de restrições de acesso, avisos de proibição e até mesmo intimidações por parte dos proprietários de fazendas. Eles relataram que é comum encontrar placas de restrição, principalmente em propriedades de grande porte que são atravessadas por rios, o que restringe as áreas de uso de pescadores. Há relatos também de armadilhas, como os “bufetes”, que são armas de fogo artesanais (figura 2).

Figura 2 – Avisos de Proibição de acesso a rios e rio cercado



Fonte: Trabalho de campo (2022).

Segundo os relatos, apesar das restrições, alguns pescadores se aventuram a pescar nessas áreas, mas sempre com o receio de serem pegos pelos proprietários e sofrerem consequências negativas. Esses relatos evidenciam a existência de um clima de temor e preocupação em relação às possíveis retaliações por parte dos donos das propriedades. Essas restrições de acesso e o clima de intimidação relatados pelos entrevistados reforçam a ideia de que o controle sobre os recursos hídricos e o uso das propriedades privadas desempenham um papel significativo na dinâmica dos conflitos e disputas por água na sub-bacia do rio Auí-Açu.

Durante as entrevistas, sobretudo com moradores mais antigos, as distinções do padrão de uso da água, diretamente relacionado à organização territorial e ao uso da terra, ficam evidentes. Uma parte relevante das comunidades nas margens dos rios se constituiu enquanto povoado tendo ainda o rio como principal vetor de produção, circulação e distribuição de produtos e mercadorias, e como significante da reprodução social. Não se tratava, é bom deixar claro, de um cenário sem propriedade e sem relações assimétricas. A coexistência entre proprietários de grandes fazendas e comunidades camponesas e ribeirinhas era assimétrica, mas marcada por uma forma de subordinação que não impedia o acesso aos rios e às matas. Muitas vezes estas co-

munidades eram formadas a partir de trabalhadores destes fazendeiros, que, em geral, eram também proprietários das serrarias, do comércio e envolvidos com a política a nível local.

Destarte, tal como registrado em outras áreas – verificar o estudo de Leão *et al.* (2023) – as relações, inclusas as de exploração e subordinação, davam-se em outros moldes antes do avanço da fronteira agrícola, com os camponeses e ribeirinhos podendo acessar os rios para pescar, as matas para caçar e mesmo usar os pastos dos coronéis mercantis para reproduzir, junto ao gado dos patrões, as suas próprias cabeças em regimes de parceria, terço, quartas etc.¹⁸

Durante as entrevistas realizadas com os moradores das vilas localizadas às margens do rio Auí-Açu e de seus afluentes, foi possível identificar também conflitos relacionados ao uso e preservação dos recursos hídricos. Houve relatos dos moradores que expressaram a importância do rio em suas vidas, mesmo que suas comunidades sejam abastecidas atualmente principalmente por poços. Os moradores mais antigos têm uma percepção mais clara dos impactos na qualidade da água do rio ao longo dos anos, bem como da redução gradual de seu volume, da piscosidade, da balneabilidade e da potabilidade.

Essas observações despertam preocupação quanto à preservação do rio e ao uso sustentável de seus recursos. Um dos vetores de contaminação apontados é a “tibórnia” (efluente que é um rejeito da produção do óleo de palma), apresentada na fala de um morador da vila de Nazaré do Auí-Açu:

Tibórnia é um negócio do dendê... que eles cozinham dendê... aqueles negócios aí... eles jogam aí pra cima, que é a maioria das fábricas... nas margens do rio aí pra cima. Tem canto que fica bem próximo mesmo... a indústria fica próximo do rio lá em cima. Aí no verão mesmo fica ruim até pra gente pescar, aí por perto não dá pra pescar. Tem que descer pra longe. O que afeta muito. A água fica verde. Dá tipo uma espuma. Amanhece de manhã com aquela espuma por cima da água. Complicado! Não dá pra beber também (Entrevistado, Vila de Nazaré do Auí-Açu, 2022).

¹⁸ Não foi uma metodologia utilizada para construir esta etapa da pesquisa em particular, mas cabe citar, apenas para nota, que em duas vilas também se fez uso da Cartografia Participativa, para espacializar essas relações socioespaciais no passado e atualmente. Esta etapa da pesquisa ainda está sendo processada para ser divulgada em artigos futuros. Também é digno de nota que muitas destas comunidades, vilas e localidades se estruturaram originalmente em torno dos rios, que eram vetores de recursos e acesso e que, atualmente, tiveram que se reconfigurar em função dos acessos a estradas, o que, por si só, promove uma série de conflitos por acesso, dado que a forma como a propriedade privada agora se impõe, com cercas, nega acessos. Veja-se, por exemplo, o caso da comunidade Gonçalves, e outras, que se reivindicam quilombolas e estão em conflito, que antes era lento e agora está virulento, com uma grande empresa de palma (Amorim, 2023).

Os indicativos de contaminação por resíduos do processo de beneficiamento do óleo de palma são aspectos sérios dos conflitos, pois seus impactos são sociais e ambientais, e comprometem o ecossistema aquático do rio Auí-Açu.

A fala de outro morador também indica a presença de tibórnia, apontando que esta é despejada em áreas de plantio de palma. Todavia, com as chuvas e os processos de escoamento superficial, os resíduos são carregados para os rios. Outro aspecto mencionado é o poder destrutivo do resíduo.

Porque que a tibórnia mais é praí ó. Tibórnia é o caldo do dendê. Quando ele cai dentro da água vai acabando tudo. [...] E aí o que tiver na frente ele vai legando. Basta você dizer que se ele cair dentro dos cocais que caem dentro da água já era (Entrevistado, Vila de Nazaré do Auí-Açu, 2022).

Durante a entrevista realizada na Vila Raimundo Nonato II, um dos entrevistados também mencionou a contaminação das águas do rio devido ao despejo inadequado da tibórnia. Segundo o entrevistado, no “verão amazônico”¹⁹, as consequências são relativamente brandas devido ao processo de infiltração que ocorre no solo. No entanto, no “inverno amazônico”, a água carrega os resíduos para o rio. O entrevistado relatou ter presenciado algumas situações estranhas e, por esse motivo, começou a suspeitar do impacto da tibórnia no rio.

[...] eu ficava lá sentado, e a gente ficava vendo passar aquele óleo. Aí eu dizia: “Gente, tem alguém jogando aí óleo pra aí ou o carro virou, né?”. Eu não sabia, né? Aí conversa vai, conversa vem... Aí eu fui falando e fulano disse: “Não, rapaz. Rapaz, aquilo ali é tiborna”. Os caras jogam lá em cima, e quando chega no inverno, o torozão [chuva forte] bate e a água... vai buscar longe. É igualmente quando a gente passa aí em frente a empresa deles... eles jogam tudinho aí, jogam no meio do coco. É fedorento aquilo ali (Entrevistado, Vila de Raimundo Nonato II, 2022).

Na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tailândia (SEMA), um técnico ambiental admitiu a existência de conflitos relacionados ao uso e conservação da água. De acordo com ele, os conflitos impactam principalmente aqueles necessitam da água para as atividades de pesca e outros usos.

¹⁹ O “verão amazônico” e o “inverno amazônico” dizem respeito às estações do ano equatoriais. Não se tratam, a rigor, de estações do ano, como as clássicas, registradas nas áreas temperadas, onde o clima varia em virtude da variação da radiação solar e da mudança de incidência angular ao longo da translação do planeta Terra em torno do Sol. No caso amazônico, o dito “inverno amazônico” corresponde à estação mais chuvosa, a qual varia entre novembro/dezembro a abril/maio, de acordo com cada região amazônica. O período do verão amazônico, corresponde ao período menos chuvoso, varia de abril/maio a novembro/dezembro, de acordo com cada região amazônica (Fich *et al.*, 1998; Silva, 2022; Nobre *et al.*, 2009).

[...] porque tem ainda bastante pessoas que sobrevivem disso, que moram às margens ou próximo a recursos hídricos, que dependem da pesca para sobreviver e também até mesmo o consumo dessa água, porque a pessoa tá acostumada a morar ali, então... Mas só que vai mudando as questões ambientais pelo fato do implemento de agricultura. E aí esse pessoal acaba sendo prejudicado nesse sentido relacionado à questão da saúde, que você não vai impactar só o meio ambiente, você vai impactar a questão social. Tem bastante conflito nesse sentido (Técnico Ambiental, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tailândia, 2022).

Ao abordar a questão dos conflitos na região, o técnico ressalta o papel das monoculturas como um vetor de tensões. Suas palavras sugerem que há conflitos além dos que foram registrados durante o trabalho de campo, levantando a possibilidade de que outros desentendimentos possam estar ocorrendo na região. Isso indica que o panorama dos conflitos na área é mais complexo e abrangente do que inicialmente suposto, e que o levantamento catalogado neste ensaio deve ser considerado apenas como um levantamento inicial.

A ausência de um mecanismo prático de gestão dos recursos hídricos ilustra a falta de estrutura para lidar com as situações conflituosas que surgem devido aos diversos usos da água e aos interesses contraditórios dos atores territoriais envolvidos. É essencial estabelecer mecanismos de contenção e mediação, uma vez que é necessário garantir que um uso não inviabilize o outro.

Foram identificados também conflitos relacionados às barragens. Inicialmente, acreditava-se que se tratava apenas de uma barragem sem impactos imediatos. Todavia, ao observar a área durante o trabalho de campo, constatou-se que se trata de uma estrutura de porte significativo, que represa o rio Auí-Açu à montante das comunidades de Nazaré do Auí-Açu e Raimundo Nonato II.

Figura 3 – Barragem estabelecida sobre o Rio Auí-Açu



Rio Auí-Açu: Acima da Barragem

Fonte: Trabalho de Campo, 2022.



Rio Auí-Açu: Depois da Barragem

Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

Com base nas imagens apresentadas, é possível ter uma compreensão da dimensão da barragem em questão. Contudo, não podemos inferir com precisão o alcance total do impacto que essa barragem causa. É importante ressaltar que não foram registradas imagens mais detalhadas devido à falta de oportunidade e segurança durante o trabalho de campo para uma análise mais aprofundada da barragem.

Informações obtidas em campo, além das entrevistas, sugerem que a barragem foi construída por um proprietário local. No entanto, essa construção impacta as propriedades vizinhas, uma vez que criou uma área de alagamento que afeta outras propriedades. Em campo, verificou-se alegações de que o empreendimento resultou na perda das culturas anteriormente estabelecidas nas proximidades do Auí-Açu à montante da barragem.

No que diz respeito ao aspecto ambiental, é possível inferir que a barragem também interfere nos cursos naturais e ciclos da natureza. Um exemplo disso é a interrupção da desova dos peixes, o que resulta na redução da quantidade de espécies. Alguns moradores expressaram preocupação com essa questão. Essa interferência causada pela barragem afeta negativamente a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas locais. Outro morador, à montante da barragem, relata que parte de sua área produtiva, até então dedicada à pimenta do reino, foi alagada, tendo então de se adaptar a outros cultivos. A partir de então, aventurou-se no plantio de açaí. Já moradores à jusante relatam que, além da circulação prejudicada, no “inverno amazônico”, quando, em geral, as comportas são abertas, a água deságua com violência, provocando maior erosão nas margens e levando, de uma vez, uma concentração de tibórnia da palma que estava até então concentrada no lago.

Ao realizar uma análise cruzada dos dados, comparando os pontos de conflitos identificados durante o trabalho de campo com os pontos de outorgas, verificou-se que a barragem em questão possui uma outorga. Isso significa que um usuário obteve o direito legal de represar o curso natural do rio. Contraditoriamente, o propósito dessa barragem afeta o abastecimento de água e outros usos do rio por parte de outros usuários, que também possuem reconhecimento legal para tal.

Além disso, a construção da barragem impacta significativamente os moradores das comunidades e vilas próximas ao rio Auí-Açu, que é a principal fonte hídrica da sub-bacia. Essa situação revela um conflito de interesses entre os diferentes usuários e destaca a necessidade de uma gestão mais abrangente e equitativa dos recursos hídricos na região. Os instrumentos das outorgas quanto aos recursos hídricos, emitidas pela secretaria estadual, e as licenças ambientais, pela secretaria municipal, levam em consideração um retrato da realidade retirado quando do momento da liberação do documento, mas parecem não levar em conta o gerenciamento posterior, com os conflitos que estes mesmos instrumentos podem gerar e têm gerado.

O que foi identificado por esta pesquisa ao nível local em Tailândia é apontado por Maia (2023) como um problema estadual. Maia (2023) identificou que esta é uma realidade provocada pelo modo individual que esses instrumentos são concedidos, e propôs alguns mecanismos para uma possível governança coletiva das outorgas de água em hidroterritórios conflituosos.

Conforme mencionado anteriormente, os conflitos identificados na região não são explosivos em sua natureza, mas ainda assim não deixam de ser violentos. Todavia, essa violência ocorre de forma mais sutil, quase imperceptível, sendo caracterizada como uma forma de “violência lenta”.

Essa expressão é utilizada para descrever uma violência que se manifesta gradualmente ao longo do tempo, sem uma explosão imediata, mas que ainda assim causa danos e impactos significativos. Nesse contexto, os conflitos existentes na região apresentam essa dinâmica de violência lenta, demandando uma atenção especial para a sua compreensão e solução adequada.

É importante pontuar que os mesmos atores envolvidos nesses conflitos de violência lenta podem rapidamente emergir em conflito de violência direta, envolvendo direta ou indiretamente a água. Atualmente, não apenas em Tailândia, mas nos municípios limítrofes de Acará, Moju e Tomé-Açu, os principais atores em conflitos territoriais com empresas de monocultura (e outros empreendimentos típicos da lógica dos Grandes Projetos) são populações tradicionais, estando aí tanto as que já tiveram sua territorialidade legitimada pelo Estado como “territórios quilombolas” ou “terras indígenas”, como as que ainda lutam por esse reconhecimento (Carneiro, 2024).

Considerações finais

A sub-bacia do rio Auí-Açu apresenta uma variedade de usos do solo que tem impacto direto na gestão dos recursos hídricos, assim como nos processos de uso, apropriação e acesso a esses recursos. Uma característica marcante da sub-bacia, em relação ao uso do solo, é o histórico de retirada da vegetação natural inicialmente para a extração de madeira. No entanto, com a abertura dessas áreas, a expansão das pastagens se torna predominante, sendo uma das formas de uso do solo mais representativas na região.

À medida que a sub-bacia se torna mais impactada pela presença humana, seus cursos hídricos ficam mais expostos e acessíveis para o uso da água. Consequentemente, é possível observar que grande parte desses cursos hídricos estão localizados em áreas que já sofreram desmatamento em suas proximidades. Isso indica uma relação direta entre a antropização da região e a alteração das características naturais dos cursos d'água, com potenciais consequências para a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos na sub-bacia do rio Auí-Açu.

As outorgas de uso desempenharam um papel importante ao fornecer informações que permitiram identificar as principais formas de uso dos recursos na sub-bacia. Assim como a terra propriamente dita, a água também se tornou objeto de diferentes usos, incluindo industrial, irrigação, dessedentação de animais e abastecimento humano. Essa diversidade de usos demonstra a importância dos recursos hídricos como fonte de exploração em várias atividades econômicas e necessidades básicas da região.

Diante da complexidade da rede de drenagem da sub-bacia do rio Auí-Açu e considerando a disponibilidade das outorgas, bem como as observações realizadas em campo, é possível fornecer respostas aos questionamentos levantados na introdução deste trabalho. Esses questionamentos são essenciais para sustentar os objetivos estabelecidos, que foram inicialmente delineados no projeto de pesquisa e aprimorados ao longo da investigação.

A combinação dos dados obtidos por meio das outorgas e das observações de campo, além das entrevistas, permite uma compreensão mais abrangente dos aspectos relacionados à gestão dos recursos hídricos e a presença de hidroterritórios na sub-bacia do rio Auí-Açu. Nesta síntese, como supramencionado, faz-se uso da classificação proposta por Torres (2007).

Sobre os hidroterritórios, compete destacar que os identificados podem ser classificados como privados e de luta, não tendo sido identificada, nesta sub-bacia, nenhuma manifestação de hidroterritórios livres. Os hidroterritórios privados podem ser encontrados nos pontos onde estão as restrições de acesso à água, assim como as cercas que impedem o acesso a determinados cursos hídricos, as placas de advertência e aviso de riscos são elementos demarcadores de propriedades privadas.

Quanto aos hidroterritórios de luta, estes englobam as comunidades drenadas pelo rio Auí-Açu, que reconhecem o rio como importante vetor de subsistência que pode ser oferecida por meio das atividades como a pesca e, desta forma, deve ser acessado por todos. Neste contexto, nota-se que a aproximação junto aos recursos hídricos possui uma vertente mais simbólica e social, e não comercial. Nestes hidroterritórios em questão, nota-se os conflitos pela manutenção das formas de uso que são inviabilizadas paulatinamente, tais como a pesca, pelos riscos de contaminação devido ao despejo de efluentes oriundos do processamento da palma.

Dessa forma, é importante retomar os objetivos com o intuito de fornecer uma resposta, mesmo que parcial, a cada um deles. No que tange ao objetivo geral, identificou-se que a ocorrência desses conflitos por água se encontra relacionada às formas predominantes de uso da água na região. É importante ainda destacar que o abastecimento humano é predominantemente realizado por meio de poços, mas os rios e outras fontes de água superficial ainda são reconhecidos como essenciais. Também é importante asseverar que,

ainda que não tenha sido abordado com amplitude, além dos efluentes lançados pela atividade agropecuária em geral, é mister reconhecer que a falta de tratamento do esgoto sanitário na cidade de Tailândia representa uma enorme pressão de efluentes e poluentes (domésticos, sobretudo) sobre os rios da Sub-bacia do Rio Auí-Açu.

A diversidade de usos da água na sub-bacia e a distinção dos projetos territoriais existentes gera conflitos socioambientais, uma vez que diferentes atores possuem relações distintas com a água e demais recursos, e relações contraditórias entre si. Para alguns, ela desempenha a função de insumo para a agricultura ou indústria, enquanto para outros, carrega significados relacionados à subsistência. Essa divergência de perspectivas é uma fonte de conflitos, de vez que cada uma lida com a água com objetivos diferentes – ou, seguindo Santos (2005), para uns o território é um abrigo, para outros é um recurso.

A identificação dos usuários foi possível por meio da análise das outorgas de direito de uso. Essa análise revelou a presença significativa de usuários pessoa jurídica que utilizam a legislação ambiental vigente para obter autorização de uso e apropriação.

Um aspecto que merece ser mencionado nestas considerações finais é que o histórico de concessão de outorgas mostra que certas finalidades parecem estar ocultas, pois alguns usuários demonstram algum poder de influência ao obter mais de vinte outorgas no mesmo ano para a mesma finalidade. Além disso, há casos em que são concedidas outorgas para finalidades que têm impactos diretos sobre a sub-bacia, especialmente em relação ao rio principal, como no caso de construção de barragens, caso abordado com maior espaço neste ensaio.

Durante os trabalhos de campo realizados, foi possível identificar os focos de conflitos que se caracterizam como velados, ou seja, conflitos que não são facilmente percebidos à primeira vista, mas que desempenham um papel significativo na dinâmica socioambiental da região. Foram registrados cinco focos de conflitos relacionados à restrição de acesso, dois focos relacionados ao uso e conservação e um foco relacionado a barragens.

No entanto, é necessário destacar que essa tipologia por si só não é capaz de fornecer uma explicação completa e contextualizada dos fatores ambientais, sociais e econômicos envolvidos nos conflitos. Para uma compreensão mais abrangente, seria necessário estabelecer uma aproximação direta com os usuários dos recursos hídricos e atores territoriais envolvidos, o que não foi materializado para esta etapa da pesquisa registrada neste capítulo.

Apesar das limitações, os relatos obtidos durante a pesquisa, que podem ser interpretados como denúncias por parte dos envolvidos, sugerem que o fator econômico prevalece sobre os aspectos sociais e ambientais nos conflitos identificados. Isso indica que as motivações econômicas têm um

impacto significativo na condução e intensificação dos conflitos socioambientais na região.

Quanto aos mecanismos de gestão dos recursos hídricos, os únicos encontrados durante a pesquisa foram as outorgas. No entanto, a forma como essas outorgas se apresentam demonstra-se insuficiente para afirmar que existe uma gestão hídrica efetiva na região da sub-bacia. Essas outorgas simplesmente legitimam o uso e apropriação dos recursos, mas não garantem uma gestão adequada e sustentável deles. O instrumento da licença ambiental, ainda que não diretamente pertinente aos recursos hídricos, mas com reverberação indireta, parece, por outro lado, ser o único instrumento efetivo da gestão ambiental municipal.

Além do mais, com a inexistência de um Comitê de Bacias Hidrográficas e a relativa inoperância do Conselho Municipal de Meio Ambiente, não há gerenciamento de um sistema de gestão integrada dos recursos hídricos, com as outorgas (da parte da SEMAS/PA) e mesmo as licenças ambientais (da parte da SEMA de Tailândia) sendo concedidas, sem haver verificação cotidiana do seu uso e suas condições.

Destarte, são necessárias abordagens mais abrangentes e eficazes para a gestão dos recursos hídricos na região, levando em consideração os diversos aspectos sociais, ambientais e econômicos envolvidos. Na prática, nota-se a falta de uma política efetiva ou ações direcionadas para a gestão dos recursos hídricos, comprometendo a resolução/mediação dos conflitos que resultam em impactos ambientais e consequências sociais para os indivíduos que dependem deles para sua subsistência.

Diante dessas limitações, é crucial destacar a necessidade de futuros estudos que aprofundem as questões que surgiram ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Essas questões abrangem uma série de aspectos relevantes, tais como: a influência dos conflitos socioambientais na qualidade da água; a participação e empoderamento das comunidades locais na tomada de decisões relacionadas aos recursos hídricos; a análise dos impactos das atividades industriais e agrícolas nos ecossistemas aquáticos, entre outros temas de relevância.

Referências

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 68, 2010.

ALMEIDA, R. C. *et al.* Large mining projects and socio-environmental impacts: economic and socio-environmental dynamics in Barcarena (Pará, Brazil). **Journal of Service Science and Management**, v. 16, p. 567-591, 2023.

AMORIM, C. A. Conflito entre quilombolas e agroindústria do dendê, no Pará, impede a livre circulação de moradores dentro de comunidade: Quilombolas que vivem dentro das áreas de plantio de agroindústrias de palma, no nordeste paraense, reivindicam a posse das terras e denunciam diversas violações de direitos. **O ECO. Reportagens**. [S. l.], 16 jun. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/conflito-entre-quilombolas-e-agroindustria-do-dende-no-para-impede-a-livre-circulacao-de-moradores-dentro-de-comunidade/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2022**: informe anual. Brasília: ANA, 2022.

BRITTO, A. L. *et al.* Abastecimento público e escassez hidrossocial na Metrópole do Rio de Janeiro. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 185-208, 2017.

BORDALO, C. A. L. O paradoxo da água na região das águas: o caso da Amazônia brasileira. **GeoUSP**, v. 27, n. 1, p. 120-137, 2017.

CARNEIRO, T. Indígenas e policiais entram em confronto durante reintegração de posse de fazenda controlada por empresa de óleo de palma no Pará: Desde agosto, grupo da etnia Turiwara ocupa a fazenda Roda de Fogo, onde há plantações de dendê da empresa Agropalma em Tailândia, no nordeste do estado. A área está em disputa judicial. MPF e Defensoria se manifestaram contra a reintegração determinada pela Justiça paraense. **G1. Pará**: Rede Liberal. Belém (PA), 5 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/11/05/pms-e-indigenas-entram-em-conflito-em-acao-de-retirada-de-comunidade-de-fazenda-controlada-por-empresa-de-oleo-de-palma-no-para.ghtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.

CARVALHO, A. C. *et al.* Consecuencias del avance de la frontera pecuaria capitalista y sus implicaciones en las disputas por la tierra de la Amazonia, Pará, Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 11, n. 9, p. 1-22, 2018.

CASTRO, A. C.; SIMÕES, A.V. **Dendecultura no território de remanescentes de quilombos de Jambuaçu no baixo Tocantins**. Guarujá (SP): Científica Digital, 2021.

CÓRDOBA, D. *et al.* Family farming, agribusiness and the state: Building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 57, p. 147-156, 2018.

CÓRDOBA, D. *et al.* Understanding local perceptions of the impacts of large-scale oil palm plantations on ecosystem services in the Brazilian Amazon. **Forest Policy and Economics**, v. 109, p. 1-11, 2019.

CORREIA, J. E. Between flood and drought: environmental racism, settler waterscapes, and indigenous water justice in South America's Chaco. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 112, n. 7, p. 1890-1910, 2022.

COSTA, F. E. V. *et al.* Usos da água e conflitos socioambientais na bacia hidrográfica do Rio Caeté (Amazônia Paraense): tipologia de usos e usos competitivos. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, v. 4, n. 1, p. 57-90, 2019.

COSTA, F. E. V.; SOARES, D. A. S. Bacia hidrográfica do Rio Caeté (Pará/Brasil): cobertura e uso da terra e principais problemas ambientais. *In*: SILVA, C. N. *et al.* (Orgs.). **Uso dos recursos naturais da Amazônia Paraense**. Belém (PA): GAPTA/UFPA, 2021. p. 265-299.

CRUZ, R. H. R.; FARIAS, A. L. A. Impactos socioambientais da produção de palma de dendê na Amazônia paraense: uso de agrotóxicos. **GeoAmazônia**, v. 5, n. 10, p. 86-109, 2017.

CUNHA, T. B. *et al.* Mapeamento e tipologia dos conflitos pela gestão e controle das águas no estado da Paraíba. **Boletim de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 31-43, 2012.

FENZL, N. *et al.* Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização da Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, v. 6, p. 1-25, 2020.

FERNANDES, I. C. L. *et al.* Áreas prioritárias para inclusão de componente arbóreo: as áreas de proteção permanente em sistemas pecuários de São Domingos do Araguaia-PA (Brasil). **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 26, p. e23, 2022.

FERREIRA, S. C. G. *et al.* Patterns of injustices in water allocation mechanisms in the Brazilian Amazon: Palm oil expansion and the reshaping of hydrosocial territories. **Environmental Science and Policy**, v. 147, p. 79-88, 2023.

FICH, G. *et al.* Uma revisão geral sobre o clima amazônico. **Acta Amazônica**, v. 28, n. 2, p. 101-126, 1998.

FOLHES, R. T. *et al.* A configuração da mineração e o ordenamento territorial nos municípios de Juruti e Santarém na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 4, p. 1113-1136, 2022.

GESTER, L. C. G. *et al.* Impactos socioambientais na Amazônia paraense: uma análise na comunidade de Curupeté (Barcarena, Pará, Brasil). **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.15, n.7, p. 6164-6196, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2002.

GUSMÃO, L. H. A. *et al.* Análise dos conflitos por água no espaço agrário paraense (2013-2016). **Sociedade e Território**, v. 32, n. 2, p. 47-69, 2020.

HIANES, A. C. *et al.* Análise ambiental do saneamento básico no contexto da Reurb: o caso de Sapucaia (Pará, Brasil). **Revista Universidade e Meio Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2023.

HIANES, A. C.; SOARES, D. A. S. Diagnóstico de avaliação dos índices de saneamento da área urbana do município de Sapucaia (PA). *In*: NASCIMENTO, D. M. *et al.* (Org.). **Regularização fundiária urbana na Amazônia Legal**: morar, conviver, preservar, Rede Amazônia. Belém: NAEA/UFGA, 2022, p. 405-424.

HOHENTHAL, J.; MINOIA, P. Social aspects of water scarcity and drought. *In*: ESLAMIAN, S.; ESLAMIAN, F. A. (Orgs.). **Handbook of drought and water scarcity**: principles of drought and water scarcity. Boca Raton (FL): CRC Press, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Tailândia. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tailandia/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Trad.: C. Neves; A. Toríbio. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1963.

LEÃO, R. *et al.* Uso de recursos naturais e conflitos sociais ambientais em territórios quilombolas de Salvaterra (Ilha de Marajó, Pará, Amazônia, Brasil). **Okara**, v. 17, n. 1, p. 123-148, 2023.

LIMA, K. S. *et al.* Recursos hídricos e monocultura de palma: a problemática socioambiental do Rio Uesugi, em Igarapé-Açu (Pará/Brasil). **GeoAmazônia**, v. 7, n. 13, p. 142-167, 2019.

LIMA, L. M. *et al.* Large hydroelectric projects in the Araguari River Basin: territorialities, impact and resistance of Amapá's fishing (Amazon, Amapá, Brazil). **International Journal of Development Research**, v. 10, n. 8, p. 38681-38689, 2020.

LOBATO, M. M. *et al.* A modelização gráfica da Amazônia e uma proposta de interpretação da fronteira: as dinâmicas territoriais de Marabá e do sudeste do estado do Pará (Amazônia/Brasil). **Planeta Amazônia**, v. 14, p. 19-42, 2022.

LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. Fronteira na geografia: proposições para uma reflexão. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 175-193, 2015.

MAIA, P. C. C. **Governança da água em hidroterritórios conflituosos**: possibilidades e limites da aplicação da outorga coletiva no estado do Pará. 259f. Tese (Doutorado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MONTE, M. C. V. *et al.* A cidade na floresta: análise socioambiental da expansão urbana em Melgaço-Pará, na perspectiva para uma cidade sustentável. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, v. 7, n. 2, p. 15-29, 2022.

MORAES, J. M. *et al.* Análise temporal das mudanças do uso e cobertura da terra no município de Castanhal (Pará, Brasil), (1985-2021). **Revista Universidade e Meio Ambiente**, v. 8, n. 2, p. 186-204, 2023.

MORAES, M. P. *et al.* Interpretação geográfica do Patrimônio da União no Pará: entre o ordenamento territorial autoritário e a gestão democrática dos recursos. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 11, n. 24, p. 49-76, 2022.

MOREIRA, R. As três geografias: refletindo pelo retrovisor sobre os problemas de toda mudança. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 88, p. 97-114, 2008.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia Paraense. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 309-331, 2015.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

NOBRE, C. *et al.* Características do clima amazônico: aspectos principais. **Amazonia and Global Change**, p. 149-162, 2009.

OLIVEIRA NETO, A. C. **Territórios subordinados**: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agro-palma em assentamentos de reforma agrária no Pará. 338f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2017.

PEIXOTO, F. S.; SOARES, J. A.; RIBEIRO, V. S. Conflitos pela água no Brasil. **Sociedade e Natureza**, v. 34, n. e59410, p. 1-13, 2022.

PINTO, E. Geopolítica da Água. **Revista de Geopolítica**, v. 8, n. 1, p. 19–32, 2017.

PIRAUX, M. *et al.* A diversidade socioespacial do Território Baixo Tocantins E IMPACTOS na agricultura familiar. *In*: SIMÕES, A.; Benassuly, M. (Org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém (PA): NUMA/UFPA, 2017, p. 77-114.

PIRAUX, M. *et al.* A relação entre diversidade espacial e diversidade da agricultura familiar no Território Baixo Tocantins. *In*: SIMÕES, A. *et al.* (Org.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém (PA): NUMA/UFPA, 2019. p. 43-73.

PIRES, H. F.; CERQUEIRA, D. R. Alternativas à escassez e à crise hídrica produzidas por políticas neoliberais no Rio de Janeiro. **Ar@cne**, v. 25, n. 256, p. 1-32, 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo (RS): Feevale, 2013.

QUARESMA, M. J. N. Lutas e resistência no Xingu: estratégias escalares no enfrentamento à UHE Belo Monte. **GeoAmazônia**, v. 6, n. 11, p. 239-255, 2018.

RIBEIRO, W. C. Geografia Política da Água na América Latina. *In*: Encuentro De Geógrafos de América Latina, 11., 2007, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: Universidad Nacional de Columbia, 2007. p. 1–17. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/06.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

RIVERO, S. *et al.* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.

ROCHA, J. F. **A formação de novas territorialidades: a “revisão” dos limites municipais fomentada pela dendeicultura e ações públicas: um estudo dos limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia/PA**. 134f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém (PA), 2015.

SANTOS, A. R. S. **Conflitos socioambientais, Capital e Dendeicultura: as estratégias das empresas de dendê e suas contradições na Amazônia Paraense**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém (PA), 2018.

SANTOS, L. B. *et al.* Análise da dinâmica do uso da terra na bacia hidrográfica do Rio Marapanim. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 13, n. 4, p. 1935-1952, 2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 251-261, 2005.

SEMAS-PA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. **Regiões Hidrográficas do Estado do Pará**. Belém: SEMAS-PA, 2021. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Regioes_Hidrograficas_PA.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

SEMAS-PA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. **Outorgas**. Belém: SEMAS-PA, 2023. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/diretorias/recursos-hidricos/outorga/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, C. B. Conflitos por Água e os (des) Caminhos do Uso e Apropriação no Contexto do Semiárido. **GeoUECE**, v. 9, n. 16, p. 135–146, 2020.

SILVA, C. N. *et al.* The way of life in Amazonian communities: an example of the application of participatory mapping in São Caetano de Odivelas (Pará, Amazônia, Brazil). **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v.21, n.6, p. 3808-3832, 2023.

SILVA, L. R. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Z. L. **“Verão e inverno amazônico”**: perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores no município de Manaus/AM. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

SILVEIRA, S. M. B.; SILVA, M. G. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. **Katálisis**, v. 22, n. 2, p. 342–352, 2019.

SOARES, D. A. S. *et al.* Usos do território em Paragominas (PA): espaço geográfico e classes sociais. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 5, n. 8, p. 1-29, 2016.

SOARES, D. A. S. *et al.* Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Zona Costeira Paraense: ordenamento territorial autoritário versus gestão democrática dos recursos. In: SILVA, C. N. *et al.* (Orgs.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico**: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. Belém (PA): GAPTA/UFGPA, 2018. p. 115-148.

SOARES, D. A. S. *et al.* Território usado e recursos hídricos na Amazônia brasileira: os múltiplos usos do território na bacia hidrográfica do Rio Apeú (Pará/Brasil). **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 7, n. 9, p. 1-24, 2018.

SOMBRA, D. *et al.* A reterritorialização pesqueira no estado do Pará: reprodução contraditória das relações capitalistas. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n. 2, p. 243-267, 2018.

SOMBRA, D. *et al.* Atividade pesqueira e produção do espaço na Amazônia Atlântico-Estuarina: Vigia de Nazaré, Pará, Brasil. **Mares**, v. 4, n. 2, p. 77-98, 2022.

SOUZA, E. *et al.* Múltiplos usos de manguezais e conflitos socioambientais no município de Marapanim, Zona Costeira do Pará-Amazônia-Brasil. In: Canto, O. *et al.* (Orgs.). **Zonas Costeira e Estuarina Amazônicas**: Várzea de maré, uso de recursos, ambiente, territórios, conflitos socioambientais e Cartografias Participativas. Belém: NUMA/UFGPA, 2024. p. 35-64.

SWYNGEDOUW, E. **Social power and the urbanization of water**: flows of power. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SWYNGEDOUW, E. The political economy and political ecology of the hydro-social. **Journal of Contemporary Water Research & Education**, v. 142, p. 56-60, 2009.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2007.

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **A Água**. São Carlos: Editora Scienza, 2020.

VIEIRA, A. S. A. *et al.* Fragilidade emergencial e vulnerabilidade natural à perda de solo no leste da Amazônia. **Journal of Hyperspectral Remote Sensing**, v. 13, n. 1, p. 1-12, 2023.

CAPÍTULO 14: A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM - PARÁ: UM CAMPO ATRAVESSADO PELA VIOLÊNCIA

Cátia Oliveira Macedo

Paulo Olivio Correa de Aquino Júnior

Introdução

Os municípios da Região de Integração Rio Capim (RIC) possuem como eixo articulador as rodovias BR-202 e BR-010, cruzando Abel Figueiredo ao Sul para alcançar Irituí (ligada pela PA-253 a este eixo) e a Bacia do rio Capim, com 764,820 km de extensão – considerando desde a sua foz com o rio Guamá. A referida Bacia, com uma área total de 37.485,75 km², banha os municípios de Aurora do Pará (Vila Santana do Capim), Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Paragominas, Rondon do Pará e São Domingos do Capim, no estado do Pará (95,22% da Bacia), e Açailândia, Cidelândia e Vila dos Marítimos, no estado do Maranhão (4,78% da Bacia).

Considerando as microrregiões do IBGE, a RIC integra municípios das microrregiões de Castanhal (Bujaru), Guamá (Aurora, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna, Irituí, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá e Ourém), Paragominas (Abel Figueiredo, Do Eliseu, Paragominas, Rondon e Ulianópolis) e Tomé-Açu (Concórdia e Tomé-Açu). Em escala mais ampla, abrange partes do sudeste e do nordeste paraense. Essas mediações são fundamentais para levantarmos os traços de uma regionalização tão recente, como é o caso das Regiões de Integração (RI).

A descrição das RI por Abreu (2022) nos indica que estas foram concebidas principalmente como meios de gestão territorial, isto é, poderiam ser classificadas como “regiões de planejamento”, uma unidade administrativa (Gomes, 2005, p. 53). Segundo Abreu (2022, s.i.):

A regionalização do Pará tem como objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de dimi-

nuição das desigualdades regionais, conforme o Artigo 1º do Decreto 1.066 de 2008, o qual criou as regiões.

Sendo assim, a compreensão destas regiões se dá no esforço de integrar diferentes realidades, ainda que próximas, comportando *pari passu* temporalidades diversas, sejam as temporalidades relacionadas com os próprios sujeitos que agem no e sobre o espaço, ou seja, os sistemas de ações próprios de cada formação socioespacial (Santos, 2014), sejam temporalidades “históricas” ou propriamente sociais, isto é, referentes às dinâmicas sociais, de fluxos de informações, pessoas e mercadorias, relacionadas ainda com a materialidade do território, em especial sua formação geo-histórica e infraestrutura – os objetos espaciais propriamente ditos.

Assim, as referências às mesorregiões do IBGE possibilitam um ponto de partida que dê conta simultaneamente da unidade e diversidade própria a cada RI, neste caso, a do Capim. Essas referências serão feitas direta e indiretamente, já que as RI (principalmente quando falamos de formação socioespacial ou geo-história) não existiam até o Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008 (Pará, 2008).

As RI, ademais, parecem-nos remeter à origem histórica da *Regione* na época do Império Romano, pois essa denominação era “utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (Gomes, 2005, p. 50). Neste sentido, a região é *região administrativa* (*op. cit.*, p. 53), tendo como *fundamento principal* a *finalidade* de organização e planejamento do território, excetuando-se a recorrência a algo natural (como bacia) e ao histórico (geo-histórico).

Desta forma, a Região de Integração (RI) teria como objetivo, em chave temporal, o presente e futuro (administração e planejamento), enquanto regionalizações como as mesorregiões do IBGE estariam assentadas principalmente por regularidades de propriedades que as definem (Gomes, 2005), sendo a elas que recorreremos, dado que, do ponto de vista de formação territorial/regional, as mesorregiões possuem maiores evidências, documentos e efeitos estruturantes da paisagem e do espaço.

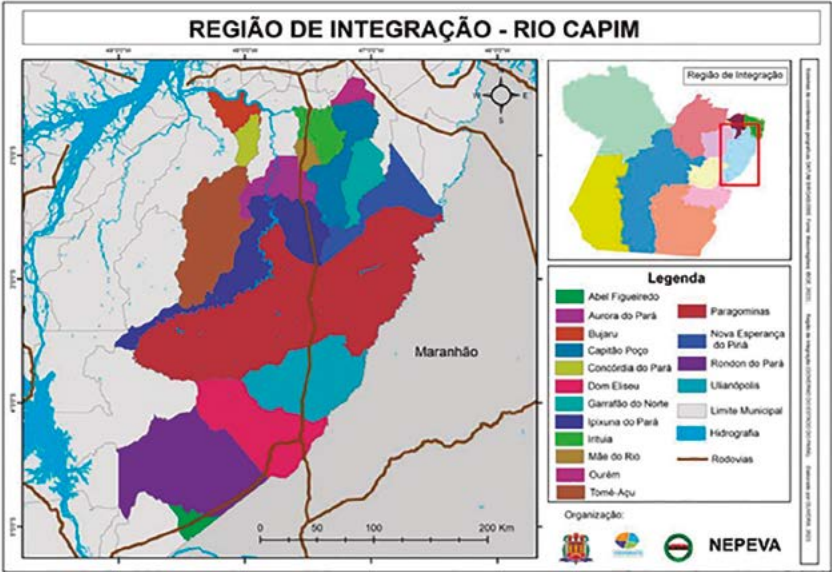
Estas questões nos colocam diante de dificuldades consideráveis no levantamento de dados e nas possibilidades de interpretação das RI, já que as condições técnicas e políticas são vagas no que tange aos critérios utilizados na sua elaboração.

A Região de Integração Rio Capim e sua formação socioespacial

A RIC (mapa 1) possui ao todo 16 municípios, com um núcleo tendo Tomé-Açu mais a oeste, Nova Esperança do Piriá e Paragominas mais a leste e Ourém e Abel Figueiredo no sentido N-S, com um “istmo”

partindo de Tomé-Açu na porção oeste que junta à RI Bujaru e Concórdia do Pará, contornando São Domingos do Capim, encravado em meio à massa da RI do Capim mas pertencente à RI Guamá. Os municípios são: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Mapa 1 – Região de Integração Rio Capim



Fonte: elaboração própria, 2023.

Com área de 62.162 km², a RIC, em 2023, correspondia a 5% do total do território paraense, possuindo uma população de 703.429 habitantes, isto é, 8,1% da população do estado do Pará (FAPESPA, 2024). Nos aspectos produtivos, em 2023, destacavam-se a produção de soja (59%), arroz (16%), castanha de caju (65%), dendê (34%), feijão (25%), goiaba (86%), laranja (91%), limão (59%) e tangerina (96%) (FAPESPA, 2024).

Tabela 1 – Região de Integração Rio Capim. População, Área Territorial (km²) e Densidade Demográfica. 2022

Municípios	População Estimada Total	Área Territorial km²	Densidade Demográfica
Abel Figueiredo	6.136	614,131	9,99
Aurora do Pará	23.774	1811,84	13,12
Bujaru	24.383	994,691	24,51
Capitão Poço	56.506	2901,026	19,48
Concórdia do Pará	26.881	700,59	38,37
Dom Eliseu	58.484	5268,809	11,1
Garrafão do Norte	24.703	1608,014	15,36
Ipixuna do Pará	30.329	5215,555	5,82
Irituia	30.955	1385,209	22,35
Mãe do Rio	34.353	469,341	73,19
Nova Esperança do Piria	20.478	2808,195	7,29
Ourém	17.855	561,71	31,79
Paragominas	105.550	19342,565	5,46
Rondon do Pará	53.143	8246,394	6,44
Tomé-Açu	67.585	5145,361	13,14
Ulianópolis	37.972	5088,468	7,46
Região de Integração	650 mil	62 mil km²	6,52 hab./ km²
Pará	8,12 milhões	1.248.000 km²	6,51 hab./ km²

Fonte: IBGE (2023).

Ao Norte, destacamos os municípios influenciados pelas dinâmicas do nordeste paraense, ressaltando-se as relações com a atual Região Metropolitana de Belém (RMB) e a histórica criação de vetores de abastecimento em direção a Belém e adjacências desde o período colonial. Estes municípios do norte da RI, atualmente, como na maior parte do nordeste paraense, podem ser considerados relativamente consolidados do ponto de vista territorial, ainda que haja processos diversos em curso, quer sejam frentes de empreendimentos, quer sejam obras de logística que impactam diretamente na tessitura destes territórios.

Deste modo, haveria uma certa correspondência entre os municípios das microrregiões de Castanhal e do Guamá e, em menor intensidade, de Tomé-Açu, possuindo uma dinâmica cujos traços principais, de ocupação antiga, muitas vezes tiveram como eixo articulador o abastecimento da metrópole. Isso significou ainda a precoce formação de redes de integração entre esses municípios.

Por “área relativamente consolidada” referimo-nos principalmente aos estabelecimentos humanos que foram ocupando esta parcela da Amazônia Oriental, em processos mais ou menos tensos e violentos que imprimiram nela uma feição cuja acomodação das territorialidades se faz com menor elasticidade, marcada sobretudo pela agricultura, pecuária e, posteriormente, serviços. Concordamos, neste sentido, com Hébette e Moreira (2004, p. 37), para quem o nordeste paraense, até o final do século XIX, viu se formar o primeiro e mais significativo campesinato da Amazônia, sendo este mesmo “um dos mais trabalhados pelas forças políticas conservadoras do Estado”²⁰.

Se, num momento posterior, Tomé-Açu alcançaria a feição de uma cidade-polo da chamada região Guajarina, os processos que levaram a esta e outras mudanças nas redes interna e externa de circulação à atual RIC teriam se acelerado a partir da segunda metade do século XX, ou ainda em seu último quarto. Por sua vez, habitam Tembés²¹ e Turiawaras na Terra Indígena Tembé, Turé Mariquita I e II, que fazem parte desse município, o que delineaia diferenças quanto ao nordeste paraense.

No que se refere à Paragominas, o processo é um pouco diferente. A microrregião de Paragominas, no nordeste do estado do Pará, tem o seu histórico de colonização intimamente ligado à consolidação da rodovia Belém-Brasília na década de 1960, momento em que houve iniciativas de colonização privada a partir da mesma década. Se o nordeste paraense teve historicamente ligações consideráveis com a metrópole paraense, Paragominas cedo experimentou a especulação imobiliária e conflitos entre empresas de estados como Minas Gerais, Goiás, Paraná e São Paulo, desembocando na concentração fundiária baseada na apropriação de terras devolutas via “títulos provisórios, sem prévia demarcação” (Hébette; Moreira, 2004, p. 33), e em uma concepção da terra como reserva de valor e mercadoria explorável de acordo com dinâmicas puramente comerciais, o que pode se explicar pelo fato deste município ter sido alvo de intervenções mais ou menos diretas dos governos federal e estadual para conter e reverter o desmatamento brutal a que fora submetida sua floresta.

Paragominas, Nova Esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará são abrangidos pela Terra Indígena (TI) do Alto Rio Guamá, abrigo povos Awa Guajá, Tembé e Ka’apor. Estes povos compõem também a TI Alto Turiaçu, abrangendo Paragominas e diversos municípios do Maranhão. A TI Barreirinha também se localiza neste município, abrigo o povo

²⁰ Isto imprimiria, segundo Hébette e Moreira, a particularidade do nordeste paraense (campsinato forte, movimentos sociais “fracos”).

²¹ Que também podem ser considerados Tenetcharas ocidentais, sendo os orientais os que habitam o Maranhão.

Amanayé. Abrigam-se também explorações minerárias em Paragominas, dando-lhe uma projecção que ultrapassa o estado do Pará, polarizando com Marabá no Sudeste Paraense, ao sul da RI Capim.

Em resumo, no sentido macro temos:

A parcela norte da RI Capim, correlata a municípios da mesorregião nordeste paraense e da região cultural Guajarina, possui como características predominantes e estruturantes a ligação com Belém e sua Região Metropolitana, como via de abastecimento e processo de constituição antigo, ainda do período colonial, tendo as tensões e conflitos abertos envoltos em esforços coletivos e institucionais diversos, seja para sua conciliação ou resolução via processos gestados no interior da burocracia e outras institucionalizações vigentes há décadas (FAPESPA, 2024).

O sul da RI, abrangendo parte da mesorregião do Sudeste Paraense, teve uma dinâmica mais abertamente de fronteira, com conflitos mais distantes de resolução e disputas mais abertas, ainda que com o avanço aparentemente imparável da agropecuária e mineração operando como linhas mestras da constituição e produção dos territórios nesta área. Neste sentido, a abertura de rodovias e da fronteira agromineral no último quarto do século XX (Hébette; Moreira, 2004) ocasionou fenômenos migratórios consideráveis para a Amazônia, não sendo diferente no Pará. Entre 1970 e 1991, o estado teve um aumento de 125% de migrantes. A distribuição destes não se fez de forma homogênea, seguindo quase sempre no sentido das frentes pioneiras e fronteiras estabelecidas no interior do estado, muitas das quais concentradas no sul e sudeste paraenses.

Do intrincado processo, conjunção, podemos dizer, das influências e campos de força entre dinâmicas da metrópole paraense e da fronteira no sudeste do estado, a bacia do rio Capim e a RIC configuraram-se em uma região não-homogênea, sendo o planejamento da integração uma força possível de intensificar relações internas.

Quanto às Unidades de Conservação (UC's), não consta nenhuma na RIC, segundo nosso levantamento na área. Essa configuração indica a resistência, historicamente, de sujeitos como povos indígenas e quilombolas, além do campesinato amazônico que atravessa a constituição da região. A ausência de UC's, ao mesmo tempo, acusa que a floresta em pé deve estar concentrada nas terras indígenas, ainda que sua extensão não seja tão significativa se comparada com outras áreas do Pará e da Amazônia. Como observam Madeira da Silva e Congílio (2017, p. 5):

No Sudeste paraense se reestruturam frações de classes dominantes que conforme as exigências do mercado interno e externo mobilizaram seus recursos nas sustentações do capital agrário, industrial, comercial e financeiro, sempre atrelados a distintas fases do extrativismo na Amazônia e contando com os incentivos fiscais e creditícios do governo. As questões ambientais também não são consideradas ou surgem num discurso de que serão inseridas em soluções amenizadoras frente aos problemas

ecológicos. O Estado é parte fundamental no processo de validação da ideologia de dominação a qual submete a região, pois como outrora mencionado, alicerça as ações do capital.

Nesse sentido, Paragominas é central não apenas como cidade-polo, mas também como centro de contradições: alvo de processo intenso de desmatamento, município minerário, sojeiro e madeireiro, baluarte dos “municípios verdes”. Na RIC esse é o único município com PIB acima de 1 bilhão (R\$ 38 bi). Isso revela a ascensão deste município, ao passo que indica que toda essa riqueza não desembocou numa virada dos municípios da RIC em direção a este centro (IBGE, 2023).

Na RIC, **as principais dinâmicas territoriais**, *grosso modo*, são oriundas da integração do Norte com a influência da capital do estado (via nordeste paraense) e os empreendimentos ligados à mineração e agropecuária mais ao sul. Assim, há uma dinâmica que implica a necessidade de um esforço sistemático para a integração da RI, sendo esse o ponto fulcral de constituição das RI's pelo governo do estado.

Se tomarmos o conceito de fronteira (Becker, 2015) como condutor, ele é esclarecedor da hipótese acima, já que a fronteira mais ao norte é mais consolidada que ao sul, ainda que haja processos que dinamizam política e economicamente os municípios que a compõem.

O entendimento da Amazônia enquanto fronteira perpassa pela implementação de novos espaços aos ritmos de desenvolvimento do capital, acelerando processos de subordinação de recursos naturais, expandindo progressões econômicas e alterando estruturas sociais localmente estabelecidas, sendo a Amazônia um cenário de fronteira e de recente intensificação das atividades capitalistas (Monteiro *et al.*, 2011).

O sentido polissêmico de fronteira se encontra nas diferentes áreas do conhecimento o seu caminho para o estudo de suas vertentes. No entanto, a fronteira “como avanço de frentes pioneiras sobre terras livres, incorporadas às estruturas de reprodução camponesa e gradando para a lógica de mercado” (Monteiro *et al.*, 2011, p. 39) parece ser pertinente em se tratando da RIC. Os aspectos culturais também são reveladores dessa hipótese, manifestando-se na própria paisagem da RI: inegável herança das sobrepostas mesorregiões do IBGE.

Se a mineração dinamiza municípios como Paragominas, Ulianópolis, e Dom Eliseu, quando se fala da expansão sojeira e da exploração madeireira, no oeste da RIC é inegável a influência do agronegócio do dendê, já assimilado a cadeias produtivas próximas e distantes, principalmente do óleo vegetal. Ao norte da RIC, por sua vez, os serviços e agricultura tem importância

considerável, sendo aqueles onipresentes na RI e no estado como um todo.

Cabe considerar também que a dinâmica de “fronteira” ao sul da RIC se dá não só com empreendimentos, mas também com a luta pela terra de movimentos sociais como o Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB). Isso conduz não só a tensões, mas também a processos relativos à territorialização, à luta por direitos e ao reconhecimento frente às instituições públicas, como retrato da disputa mais aberta por posições e a constante afirmação e crítica de sua legitimidade em busca do fortalecimento da luta e a conquista do reconhecimento de seus direitos. Aqui, mais uma vez aquela “tensão” interiorizada na RIC entre nordeste e sudeste aparece com relativa transparência.

Em Tomé-Açu e arredores são as terras indígenas, especialmente a dos Tembés, que, ao afirmarem sua territorialidade e terem amparo legal federal, agem diretamente na constituição dos territórios, afetados, ameaçados, mas também demandando o que a lei lhes garante.

Há, podemos observar, também um corredor verde ligando a parcela “sudestina” da RIC a RI Guajarina, já que ali se desenvolvem atividades que buscam se legitimar como empreendimentos verdes, ecológicos, seja em programas estaduais (como o “Municípios Verdes”, gestado em Paragominas), ou programas com financiamento e outros incentivos federais, como o agronegócio do dendê, que originalmente foi implantado com a justificativa de produção de agrocombustíveis (Macedo; Sousa 2015).

No eixo Irituia, Capitão Poço, Ourém e Garrafão, há experiências de agricultura de escala média, como a laranja, além da pecuária e agricultura de pequeno porte, articulados pela PA-253 e PA-124. Já a BR-010 liga Mãe do Rio, Aurora do Pará e Ipixuna. Como se sabe, a abertura dessa rodovia constituiu não apenas um fluxo logístico rodoviário, mas também abriu frentes de migração especialmente do nordeste do Brasil, imprimindo aspectos particulares nos municípios imediata e mediatamente próximos. Essa influência, assim, atua como ponto de convergência entre Rondon do Pará, mais ao sul da RI, e Mãe do Rio, mais ao norte. A pequena agricultura ocasionada pela densidade de ocupação e pela migração predominantemente camponesa para a região atua como estruturante para milhares de famílias, que se distribuem entre o setor de serviços, as roças e migrações-pêndulo, temporárias e definitivas rumo aos médios e grandes centros urbanos.

O pontilhado de territórios quilombolas na RIC tem tido mais evidência também nos conflitos com empresas ligadas ao agronegócio do dendê, ocasionando episódios de violência e mesmo assassinatos. Entre os casos mais recentes se destaca o atentado ao cacique Lúcio Tembê da comunidade Turé-Muriquita no município de Tomé-Açu, baleado na ca-

beça por homens em motocicletas no dia 14/05/2023, permanecendo em estado grave, mas sobrevivendo à tentativa de homicídio. Parati Tembê, filho do cacique, destaca:

A gente só pede justiça para que isso não continue acontecendo, tanto na nossa região quanto no Brasil todo, o massacre dos povos indígenas. Nós pedimos intervenção do Estado pela vida do nosso povo. Não só pela vida do bioma, não só pela vida das árvores em pé, porque não existe árvore em pé se nós não estivermos vivos (Paratê Tembê, 2023).

Já o eixo Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Rondon tem como elos de tensão territorial as disputas por terras e efeitos ambientais de empreendimentos de grande escala na mineração, agricultura e agropecuária. São municípios afetados pelo histórico “arco do desmatamento” e pela concentração fundiária, ainda que a área experimente um *boom* econômico há alguns anos.

Para além da regionalização: permanência e atualização dos conflitos e da violência no campo

A TI Alto Rio Guamá, que abrange, além de Paragominas, os municípios de Garrafão do Norte e Santa Luzia do Pará, já sofreu desintrusão em 2012 por conta da invasão de colonos, sofrendo ainda com a retirada de madeira. Este tipo de conflito pode estar ligado com o abastecimento do setor minerário da RI Carajás, que faz fronteira com o sul da RI Capim.

Além desse “*front* minerário” que se relaciona com a RI – também através de fluxos de logística em direção ao norte do estado –, temos a noroeste os impactos principalmente da monocultura da palma ou dendê, como é o caso nos impactos sofridos por Bujaru, que possui mais de 1.500 ha de área plantada, e Concórdia do Pará, com mais de 5,2 mil ha de plantios. A empresa que atua em Concórdia do Pará, assim como em Tomé-Açú – que faz parte do polígono do dendê –, é a Brasil BioFuels, a qual possui uma área plantada de mais de 60 mil ha na região e uma reserva também de cerca de 60 mil ha²², produzindo, anualmente, mais de 200 toneladas de óleo de palma.

Esses empreendimentos tiveram uma fase inicial ainda no último quartel do século passado, ganhando muita força com os incentivos federais em meados da primeira década do século XXI, e vinculando-se ao discurso da economia verde e dos biocombustíveis. Isto resultou, posteriormente, no acoplamento com o *boom das commodities* e com a própria corrida por terras ainda naquela década, desencadeando uma expansão que, de planejada para reaproveitar áreas degradadas, se constituiu como uma expansão desordenada sobre

²² Disponível no site do próprio grupo, em: <https://www.grupobbff.com.br/onde-atuamos/para/>.

territórios e limites com comunidades tradicionais diversas. Deste tensionamento eclodiram diversas formas de violência contra os povos do campo, materializadas nas prisões, atentados e assassinatos.

O desenrolar desse processo e sua complexificação ocasionou interpretações, invariavelmente associando o fenômeno a mudanças significativas no espaço agrário paraense, em especial da região do polígono, diferindo, porém, no peso de benefícios e problemas, sendo estes últimos ramificados quanto à suposição do fim do campesinato ou de sua resistência e recriação neste contexto. De qualquer forma, tornou a região um palco de conflitos entre empreendimentos e comunidades, mas também constituído por comunidades que enxergam oportunidades e/ou prejuízos causados pelo agronegócio do dendê²³, cujos impactos se dão na composição étnica de comunidades, migração campo-cidade, acesso e qualidade de corpos hídricos e solos agricultáveis, assim como áreas de uso comum para caça e retirada de lenha, etc.²⁴.

Mais recentemente, um outro empreendimento alarmou comunidades de Bujaru, com factíveis impactos além do local: a possível construção de um aterro Sanitário na PA-483, a “Alça Viária”, na altura de Bujaru e Acará. Caso isto se efetive, seria o deslocamento de um aterro que já causa graves consequências no Quilombo do Abacatal, em Ananindeua, na RMB, em direção a Quilombos de Bujaru e Acará²⁵.

Saindo do polígono do dendê, é importante observar outro município da RI Rio Capim: Dom Eliseu. Sendo representativo da agropecuária, interessa-nos aqui por seu entreposto fiscal que tem importância central na ordenação territorial e logística do estado. É extenso o registro de apreensão de cargas as mais diversas pela Polícia Rodoviária Federal, algumas vezes em parceria com a Polícia Federal. Gado, castanha, cigarros, madeira, balanças industriais, entre outras cargas, são fiscalizadas e apreendidas no município, sendo, assim, importante para a coerção de mercados ilegais da produção e extrativismo do campo. Porém, continuaremos com a tentativa de observar o mosaico destes municípios.

O choque do agronegócio e da mineração no sul da RI Rio Capim

Com mais de 80 mortes por 100 mil habitantes, Abel Figueiredo, município mais ao sul da RI Rio Capim, na divisa com a RI Carajás, é o único da RI que aparece na lastimável lista de 15 municípios da Amazônia com estes ín-

²³ Para um exemplo recente, temos a reportagem: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/01/30/pf-diz-que-exploracao-de-dende-esta-por-tras-de-conflito-entre-indigenas-no-para.ghtml>.

²⁴ Para uma panorâmica, entre outros, indicamos a leitura do artigo: <https://brasil.mongabay.com/2022/10/guerra-do-dende-empresa-campea-de-multas-e-acusada-de-violencia-no-para/>.

²⁵ Disponível aqui <https://www.terra.com.br/nos/aterro-ameaca-terras-quilombolas-no-para-denuncia-lideranca,34e5af4902d7e8f7fe9df8b0be368b3ahiwvtl97.html>.

lices. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Abel Figueiredo teve uma taxa de 95,2% no triênio 2020 a 2022. No Brasil, essa taxa é de 23,3%, no Pará é de 36,9%. Segundo o relatório “Cartografias da violência na Amazônia” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 20):

Abel Figueiredo insere-se em um contexto de intensa exploração madeireira, grilagem e conflitos fundiários, que vem ocorrendo desde a sua fundação até por volta dos anos da década de 2000. Isso é explicado pelo fato de o município ter sido ocupado grandemente por migrantes, posseiros e latifundiários. No entanto, vários crimes ocorridos no município e noticiados pela mídia, indicam que a lógica de homicídios ligados aos interesses econômicos da questão fundiária e exploração ilegal da madeira ainda tem prevalecido.

No “Mapa de conflitos agrários e fundiários”, finalizado em outubro de 2020 pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA, s/d), Abel Figueiredo apresentara 25 ocorrências de conflito. Esses dados sem dúvida devem ser considerados à luz da localização do município, praticamente na intersecção entre Pará, Maranhão e Tocantins, nas margens da BR-222, que interliga Marabá à Belém-Brasília (BR-010).

Um dos conflitos por terras em Abel Figueiredo, há dez anos, teve entre seus desdobramentos o baleamento de posseiros²⁶ e o consequente assassinato de Jair Cléber dos Santos (22/9/2014), líder do Acampamento Nova Esperança, na Fazenda Gaúcha, ocupação que datava de 2008²⁷. Posteriormente, um trabalhador acampado também veio a falecer em decorrência dos tiros: Agnaldo Ribeiro Queiroz (25/9/2014). Segundo o Mapa de Conflitos da FIOCRUZ (Fiocruz, 2024), com dados do site “Combate ao Racismo Ambiental”, “entre outubro de 2013 e setembro de 2014, a FETAGRI registrou 10 ocorrências na Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá em relação às recorrentes práticas violentas empreendidas pelo gerente da Fazenda Gaúcha” (Fiocruz, 2024, s.i.), Reginaldo Aparecido Augusto (Neném), contra os acampados.

Em meio a este contexto, acampados fizeram manifestação, à época, no km 72 da BR-222, entre Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins, no dia 30 de setembro de 2014. Menos de dez dias depois, em 8 de outubro, o juiz Murilo Lemos Simão revogou a prisão dos dois únicos acusados dos assassinatos e tentativas de homicídio ocorridos na Fazenda Gaúcha: Reginaldo Aparecido Augusto e André Santos Souza²⁸.

²⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/01/policia-do-para-investiga-conflito-entre-agricultores-e-seguranca.html>.

²⁷ A fazenda é relacionada também com o município de Bom Jesus do Tocantins, que teve parte de suas terras desmembradas para a criação do município de Abel Figueiredo, anteriormente seu principal distrito. Segundo outra fonte (Mapa de conflitos da Fiocruz), a ocupação dataria de 2005.

²⁸ Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-trabalhadores-rurais-sem-terra-lutam-pela-vida-e-por-regularizacao-fundiaria-no-acampamento-nova-esperanca/>.

Em setembro de 2019 (mais de dez anos após a criação do Acampamento), moradores do Nova Esperança novamente ocuparam a BR-222 para pressionar o poder público a cumprir a sentença expedida no final de 2023 pela 2ª Vara da Justiça Federal em Marabá, a qual resolveu devolver a área da fazenda para o Incra, visando prover o assentamento das famílias que já viviam no local há anos²⁹. Em abril de 2020, fora apreendido um “arsenal” de 3 espingardas nas proximidades da Fazenda Gaúcha e Fazenda Astronave. Segundo a reportagem³⁰, as armas pertenceriam a ocupantes da área. Em entrevista à época do assassinato de Jair Cléber e Agnaldo, o então presidente da FETAGRI relatou que na Fazenda Gaúcha havia um arsenal até mesmo com bombas caseiras, e que isso havia sido visualizado pela polícia, sem ter conhecimento de que providências haviam sido tomadas quanto a isto.

Com situação econômica muito diversa, temos Paragominas. Destaque como o 11º em PIB no estado em 2023, e o 1º na RIC, o município ocupa pouco mais de 30% do território da RI, com uma população correspondente a menos de 17% da referida região, recebendo, em 2021, o maior quantitativo na RI do Fundo de Participação dos Municípios (+ R\$50 mi)³¹. O Município ocupa a primeira posição da região norte e a 61ª nacional em valores obtidos com o agronegócio³², com mais de 2 bilhões em valor produzido em 2022. No *ranking* de IDH do estado, porém, ocupa a 20ª posição.

Paragominas também foi o quinto maior exportador do estado em 2023, tendo como base a mineração (minério de ferro e bauxita, principalmente) e a agropecuária (milho, soja, gergelim e carne bovina)³³. Destaca-se o movimento de verticalização produtiva ocorrido no município, sobretudo na agricultura, com consequências econômicas diretas e indiretas para o município e a RI.

Quanto à mineração, há ainda consumo de carvão vegetal com inexistência sobre a origem da madeira utilizada não só no município, como nos demais desta parcela da RIC. Paragominas é o 5º dos sete municípios do estado que aparecem entre os 50 com maior taxa de homicídios no Brasil em relatório elaborado pelo IPEA³⁴, ocupando a posição 33 (Belém ocupa, no mesmo *ranking*, a posição 135).

²⁹ Disponível em: <https://correiodecarajas.com.br/sem-terra-ocupam-br-222-para-pressionar-justica-a-cumprir-sentenca/>.

³⁰ Disponível em: <https://correiodecarajas.com.br/abel-figueiredo-armas-sao-apreendidas-em-area-de-invasao-rural/>.

³¹ Disponível em: https://pevpa.fapespa.pa.gov.br/Revistas/RIOCAPIM/NEWPEV_PARA-GOMINAS.pdf

³² <https://correiodecarajas.com.br/paragominas-se-consolida-como-uma-das-cidades-mais-ricas-do-agronegocio/>

³³ Fonte <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2024/01/25/as-exportacoes-de-commodities-de-paragominas-e-o-surgimento-da-agroindustria/>

³⁴ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retrato-dosmunicipiosbrasileros.pdf>, tabela na página 11 e 12.

O circuito da mineração no município abrange áreas de municípios vizinhos, nem todos componentes da RI Capim, sendo a mina principal de bauxita explorada pela empresa Hydro, e tendo como ponte de exportação principal o município de Barcarena, de lá sendo destinados para mercados sulamericanos, norteamericanos, europeus e asiáticos.

O Mapa de Conflitos da Fiocruz aponta conflitos envolvendo a TI Alto Rio Guamá, que abarcam o contexto da mineração em Paragominas e Nova Esperança do Piriá, com seguidos conflitos e invasões na TI por parte de madeireiras e mesmo mineradoras. Em 2021, um professor foi assassinado por policiais militares, seguido pela morte de outro indígena menos de um mês depois. O crime ocorreu em Capitão Poço, na fazenda Boa Vista/Ouro Verde, que faz fronteira com a TI. Isac Tembê, a vítima, era professor de história e uma jovem liderança para os Tenetehara, que acusaram, à época, a polícia de agir como milícia privada. O tiro atravessou o corpo de Isac e, de acordo com os indígenas, não foi devidamente periciado, impulsionando, devido a isso, os protestos dos indígenas. Entre o baleamento e o atendimento, houve um intervalo de cerca de 4 horas³⁵. Devido à natureza do ferimento e suas consequências, há indícios de uso de armamento pesado³⁶. A fala da liderança Wendel Tembê ajuda a traçar melhor o contexto de conflitos da TI com adjacências:

Não foi essa a única vez. Vários fatos que ocorrem na Terra Indígena e com indígena, a gente sempre é negado fazer denúncia e fazer o BO. A gente procura Capitão Poço, Capitão Poço não atende. Garrafão [do Norte] não atende, Santa Luzia do Pará não atende. Dizem que todo fato tem que ser direcionado à Polícia Federal. Mas como é que, para incriminar o indígena, qualquer delegacia atende?³⁷

A Terra Indígena Tembê possui pesquisas e solicitações minerárias para exploração de ouro, tendo ainda possíveis intrusões de posseiros e grileiros. Em 2018, moradores da Aldeia Tekohaw apreenderam maquinário de madeireiros de Nova Esperança do Piriá, conflito que teve reuniões em Paragominas, onde foi criada uma vara agrária³⁸.

Em relatório do Ideflor-Bio de 2017³⁹, as duas primeiras recomendações são fiscalização contra a ação ilegal de madeireiras e desintrusão de pos-

³⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/25/povo-tembe-diz-que-morte-de-jovem-indigena-no-para-foi-execucao-e-que-policia-encobriu-provas.ghtml>.

³⁶ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/isac-tembe-foi-assassinado-por-pm-em-acao-desproporcional/>.

³⁷ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/isac-tembe-foi-assassinado-por-pm-em-acao-desproporcional/>.

³⁸ Disponível em: <https://paragominas.pa.gov.br/prefeitura-age-a-fim-de-evitar-conflitos-entre-liderancas-indigenas-e-madeireiros-em-paragominas/>

³⁹ file:///C:/Users/Notebook/Downloads/gestao-ambiental-e-teritorial-da-terra-indigena-alto-rio-guama-2017_compress.pdf.

seiros na TI, apontando tanto o contexto da mineração quanto as limitações do modelo de concentração de terras alheio à Reforma Agrária, que marcará estes e outros municípios da Amazônia Oriental, cujas atividades estão conectadas com escalas muitas vezes internacionais e financeiramente muito rentáveis.

Os fluxos logísticos de rodovias e trens nesta área do estado, tendo como alguns nós Dom Eliseu e mesmo Barcarena (na RMB), constituem um desafio à parte para a fiscalização e ordenamento, mas as disparidades econômicas, concentração fundiária e danos ambientais são verdadeiros “modais” da questão ambiental e fundiária na região, consistindo num forte vetor de conflitos jurídicos, políticos e, por vezes, desembocando em atentados e assassinatos. Uma contradição notável dada a realidade econômica de alguns destes municípios, denotando fragilidade na tessitura da RIC no sentido de unidade administrativa.

Do polígono do dendê ao polígono da maconha – sobreposições complexas e persistências da violência

Bujaru e Tomé-Açu fazem parte de uma área conhecida como “Polígono do Dendê”, marcada pelos extensos cultivos dessa oleaginosa, junto com Acará, Moju, Aurora e outros municípios na Zona Fisiográfica Guajarina⁴⁰ – extrapolando, há mais de 30 municípios com cultivos de dendê, segundo levantamento⁴¹.

Esse polígono está em parte superposto a outro, menos conhecido, mas não menos letal: o chamado “polígono da maconha”, resultante do interesse do crime organizado na exploração madeireira e no cultivo de maconha naquela parte do estado, tendo registrado a apreensão de mais de 2 milhões de pés de maconha entre 2015 e 2020, mais da metade apreendida no estado. Em matéria⁴² publicada na Agência Pública e republicada por Lúcio Flávio Pinto, consta que:

Couto aponta que já há registros de facções criminosas comprando ilegalmente áreas de floresta para lucrar com a exploração ilegal de madeira e até mesmo para montar áreas de produção de maconha, como tem ocorrido no chamado “polígono da maconha” ou “polígono do capim”, situado no nordeste do Pará, nos municípios de São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru, Tomé-Açu, Cachoeira do Piriá, Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte, Moju e Tailândia.

⁴⁰ Essa tipologia é utilizada para municípios da margem esquerda do Rio Guamá que possuem características próximas.

⁴¹ <https://www.scielo.br/j/mercator/a/qZhBsJRmz4wjk8LCvq5YyzK/?format=pdf>.

⁴² Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2021/08/16/madeira-terra-droga-e-violencia/>.

Além disso, o agronegócio da palma, a depender da indústria, atua também no ramo das termelétricas, captando recursos para reflorestamento e explorando saibro⁴³. No período mais recente, um dos conflitos em evidência afeta também das TI's Turé-Mariquita. O conflito chega a extremos de atentados, destruição de equipamentos, bloqueio de rodovias e assassinatos, sendo na região um dos maiores *hotspots*.

Os mercados desses dois “polígonos” também auxiliam na complexificação e manutenção de problemas, já que alcançam escalas bastante diversas numa área de malha fundiária particularmente confusa e que já foi alvo até mesmo de operações contra cartórios, fazendo com que no caso do dendê não seja tão incomum publicações referindo-se à “guerra do dendê”⁴⁴ – desacomodando a ideia de área relativamente consolidada, conforme entram novos empreendimentos e a questão fundiária é suscitada em novos contextos.

A complexidade da malha fundiária também teve a terceirização da propriedade de terras como uma das características ressaltadas com a territorialização do agronegócio do dendê na região⁴⁵. Essa e outras situações levaram o IBAMA a realizar operação contra frigoríficos que compravam gado de áreas embargadas na Amazônia, atingindo dois municípios da RI Rio Capim: Ipixuna e Tomé-Açu⁴⁶.

Em agosto de 2023, um tembé baleado no dia 4 e mais três no dia 7, incluindo a detenção de um dos baleados pela PM⁴⁷, é um exemplo do nível de agravo dos conflitos, que teve ainda em maio do mesmo ano o atentado contra o cacique Lúcio Tembê. Um mês antes, o MP do estado chegou a pedir a prisão preventiva do presidente da BBF, Eduardo Schimmelpfeng, e do chefe da segurança da empresa por crimes de tortura contra a comunidade do Vale do Bocaia, em Acará, município vizinho a Tomé-Açu.

Isso demonstra o nível a que chegam os conflitos envolvendo tanto comunidades quanto empreendimentos rentáveis, empresários, forças de segurança pública, jagunçagem e pistolagem, entre outros. Sobretudo, indica que a superação do quadro de persistência de crimes graves e mesmo brutais

⁴³ Como no caso da empresa Brasil Bio Fuels. Ver em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2021/07/19/dedo-de-gigante/>.

⁴⁴ Como em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/03/guerra-do-dende-no-para-acusacao-de-grilagem-cartorio-fantasma-e-conflitos-entre-empresas-indigenas-e-quilombolas-entenda.ghtml> e <http://novacartografiasocial.com.br/download/09-guerra-do-dende-quilombolas-atingidos-pela-expansao-do-dende-no-para/>.

⁴⁵ Como mostrado nesta matéria <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/operacao-da-pf-investiga-fraudes-em-documentos-de-regularizacao-fundiaria-no-para.ghtml> e neste trabalho <https://ppgdstu.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/PAULO%20OLIVIO%20CORREA%20DE%20AQUINO%20JUNIOR.pdf>

⁴⁶ <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2024/10/28/operacao-identifica-23-frigorificos-comprando-gado-de-areas-embargadas-na-amazonia/>

⁴⁷ <https://reporterbrasil.org.br/2023/08/atentado-a-indigenas-no-pa-e-novo-capitulo-de-conflito-com-industria-que-quer-plantar-combustivel-de-aviao-na-amazonia/>

contra envolvidos, quase sempre de comunidades e etnias desprivilegiadas econômica e politicamente, renova-se com uma potência que vai ganhando fôlego repetidamente.

A atuação de redes criminosas e organizações criminosas, adentrando nos mercados de madeira, terras e mineração de alto valor (como ouro), ao mesmo tempo que buscam controlar também a própria logística – como portos ilegais e pistas de pouso em fazendas e terras públicas –, nos dá um panorama das contradições que emaranham a RIC e a própria Amazônia, sede da próxima Conferência das Partes da ONU (COP).

É inevitável aqui olhar com certa suspeição para as promessas de desenvolvimento econômico pautado na dita “economia verde” num contexto em que o aumento do PIB, da circulação de mercadorias, do acesso aos grandes mercados, em nenhum momento significou a superação do que, no mais das vezes, é enxergado como triste banalidade no cotidiano da população da região, conformada com um contexto que nem soa com sua devida absurdez no tempo presente.

Na finalização deste artigo, uma ponte entre Tocantins e Maranhão caiu com caminhões transportando agrotóxicos, levando autoridades a alertarem (sic) a população para evitar contato com a água do Rio Tocantins. Conforme informações, caíram com os veículos no desabamento da ponte Juscelino Kubitschek 76 toneladas de ácido sulfúrico, 22 mil litros de agrotóxicos. Quanto passa pela Alça Viária em direção à Guajarina, ao norte da RI, ou pelas rodovias entrepostas em Dom Eliseu, ou nos trilhos, águas e estradas que partem da RIC em direção a Barcarena?

Para não concluir: Quanto passa em produto, quanto conflito, violência, pobreza e assimetrias se mantêm?

São essas perguntas que devem responder os que articulam as políticas e projetos para as Regiões de Integração, como a RIC, e sobretudo suas ações dirão se estas regiões administrativas serão finalmente um meio de planejar para melhorar a qualidade de vida das populações e povos, ou apenas uma outra roupagem para outros processos que, novos, fomentam um quadro que arremete à violência própria da colonização que ainda pune a Amazônia.

Essas respostas passam pela urgente sistematização de um banco de dados organizado e de qualidade sobre a violência no campo paraense, oferecendo informação para a discussão ampla e transparente sobre os eventos e o que lhes estrutura e faz persistir. O senso comum que assume com resignação a convivência de economias e projetos com a violência que persiste precisa ser urgentemente superada. Não é possível que este continue sendo um eixo em comum entre praticamente todas as regionalizações novas e velhas do Pará.

Se a criação da região é um ato hoje compreendido como eminentemente político, em se tratando de regiões de planejamento e/ou administrativas, resta-nos repetir com Saito (2024, p. 217): “reconsiderar fundamentalmente o significado de tudo e derrubar o que atualmente é visto como ‘senso comum’ – é nesse momento que emerge algo verdadeiramente político, que transcende os quadros existentes”.

Referências

ABREU, G. Divisão do estado em ‘Regiões de Integração’ auxilia no planejamento de ações governamentais. Agência Pará [online]. Belém, 1 fev.2022. Disponível em <https://agenciapara.com.br/noticia/34603/divisao-do-estado-em-regioes-de-integracao-auxilia-no-planejamento-de-acoes-governamentais>. Acesso em: 12/11/2024.

BECKER, B., “Amazônia”. *In*: Vieira, I. (org.). **As Amazonas de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade. vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

FAPESPA. **Radar de indicadores das regiões de integração do Pará 2023**. 2024. Disponível em <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2023/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos**. 2024. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 13 out. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-da-violencia-na-amazonia-2a-edicao/ . Acesso em: 10 out. 2024.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 7. ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HÉBETTE, J.; MOREIRA, E. S. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania. Domínio da terra e estrutura social no Pará. *In*: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo sobre o campesinato na Amazônia. Vol. 4. Belém: EDUFPA, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades [online]**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 302–331, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/10740>. Acesso em: 18 mar. 2024

MADEIRA DA SILVA, F.; CONGÍLIO, C. R. **Grandes projetos de desenvolvimento capitalista no Sudeste do Pará**: as expectativas geradas pelo projeto ALPA em Marabá. Anais do 2º Encontro de Pós-Graduação da UNIFESPA. s/d. Disponível em <https://epg.unifesspa.edu.br/images/Artigos/FlviaMadeiradaSilva.pdf>. Acesso em: 10/10/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Mapa de conflitos agrários e fundiários/2022**. s/d. Disponível em https://www2.mppa.mp.br/data/files/7F/10/C8/1A/90C66710B1796667180808FF/Mapa%20de%20conflitos%20agrarios%20e%20funditarios_compressed.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

MONTEIRO, M. DE A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. DA S. Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira. **GEOgraphia**, v. 13, n. 26, p. 37-65, 13 jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13624>. Acesso em: 12 out. 2024.

PARÁ. **Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Governo do Estado do Pará, 2008. Disponível em: https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/decreto_1066_2008.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAITO, K. **O capital no Antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo : Edusp, 2014.

VILLA VERDE, R. B. da R. FERNANDES, F. R. C. **Povos indígenas de Carajás**: conflito que vale ouro e sangue no município de Parauapebas (PA). s/d. Disponível em: https://www.gov.br/cetem/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/projetos-financiados-por-agencias-e-ou-recursos-publicos/encerrados/aquarios-xingu-tapajos-2006-2009/producao-cientifica/documentos/2009/x_conf_geo_puc/x_conf_geo_puc_rodrigo_villa_verde.pdf. Acesso em: 11/12/2024.

CAPÍTULO 15: O AVANÇO DA PALMA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO PARÁ: VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS EM EVIDÊNCIA

Everton Reis do Nascimento
Cátia Oliveira Macedo

Introdução

Abya Yala¹, também conhecida como América Latina, sempre foi palco de diversas comunidades indígenas que mantinham uma relação territorial e cultural forte com o espaço geográfico que habitavam. Entretanto, no início da colonização ocorre uma grande mudança. Todorov (1998) afirma que o processo de colonização foi brutal com os povos indígenas, dizimando de forma sangrenta uma grande parte dos povos que habitavam o continente. Quijano (2014) explica que a colonização também trouxe consigo o apagamento dos saberes, cosmovisões, tradições e oralidades indígenas, para expressar um domínio cultural e epistemológico do eurocentrismo.

Viviam cerca de 57 milhões de pessoas indígenas na América Latina antes da chegada dos europeus, de acordo com Mann (2006), e em Pindorama⁴⁸/Brasil, cerca de 2,5 milhões de povos originários, divididos em aproximadamente 1.500 etnias e falantes de 1.200 línguas (Museu da Língua Portuguesa, 2022). Entretanto, a colonização realizou sucessivas tentativas de genocídio e etnocídio dessas comunidades a partir da escravização, assassinatos e, principalmente, a partir do roubo de terras. Bosi (1992), ao tratar da dialética da colonização, afirma que a violência aos modos de vida originários se baseava em uma ideologia de domínio da natureza, sob a retomada de novas condições e de uma tentativa de “civilização” da sociedade.

Nessa perspectiva, Césaire (2020) afirma que o processo de colonização está ligado ao processo de desumanização do outro, de não reconhecer no colonizado sua história e nem reconhecer ele como um sujeito de direitos e valores. A “conquista” das Américas, nesse sentido, é marcada por processos de subalternização dos povos indígenas. Dussel (1993) explica acerca das conquistas:

⁴⁸ Termo de origem Tupi que foi usado para delimitar o território brasileiro pelos povos do tronco étnico Tupi-Guarani, significa “Terra das palmeiras” (Prefeitura de Pindorama, 2024)

A “conquista” é um processo militar, prático, violento, que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitoado, subsumido, alienado a se incorporar à totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado”, como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar e outros produtos tropicais) (Dussel, 1993, p. 44).

Partindo desse pressuposto, é possível observar que houve variadas formas de violência contra essas comunidades, e um ponto muito central da análise é a questão étnico-racial, a qual Mignolo (2007) explica que foi usada como uma arma para subjugar, retirar direitos e roubar terras para europeus, além de explorar a mão de obra daqueles que sofrem o racismo. O impedimento ao acesso à terra, por esses povos, atravessou a história do Brasil e ainda hoje impulsiona as disputas no campo. O autor continua:

Diante de grupos de pessoas até então desconhecidos, os colonizadores cristãos das Índias Ocidentais [...] definiram os indivíduos com base em sua relação com os princípios teológicos do conhecimento, considerados superiores a qualquer outro sistema existente. Em meados do século XVI, Las Casas apresentou uma classificação dos bárbaros que, evidentemente, era uma classificação racial, mesmo que não levasse em conta a cor da pele. Ela era racial porque classificava os seres humanos em uma escala descendente que usava os ideais cristãos ocidentais como critério de classificação. A categorização racial não é simplesmente dizer “você é negro ou índio, portanto, é inferior”, mas dizer “você não é como eu, portanto é inferior”, uma designação que, na escala cristã da humanidade, incluía os índios americanos e os negros africanos (Mignolo, 2007, p. 13. *Tradução livre*).

A dimensão racial da colonização é um aspecto central da análise, pois sustenta as práticas, ideologias e discursos da colonização contra os povos indígenas. Ademais, ainda no contexto latinoamericano, o Brasil foi e se mantém sendo um país extremamente agressivo com suas comunidades originárias. Algumas expressões históricas do racismo e violência do Estado brasileiro para com as comunidades originárias são expressas por Calheiros (2015), que trata da ditadura militar como um exemplo da conflitualidade entre o Estado e os povos autóctones. Segundo o autor, durante esse período os povos originários eram sistematicamente atacados pelos militares, suas existências *per se* eram vistas como resistência ao projeto nacional brasileiro e, portanto, foram assassinados, torturados, presos, vítimas de desaparecimentos, dentre outros crimes.

Calheiros (2015) avança no debate, afirmando que é uma necessidade que a justiça de transição reconheça que a ditadura militar cometeu crimes diferenciados contra os povos indígenas, pautados em sua questão étnica e

comunitária, em outras palavras, uma ação sistemática de genocídio contra os povos, seja pela violência direta, por omissão ou por convivência. Prossegue o autor afirmando que, “Em diversas ocasiões o Estado não apenas se omitiu na garantia dos direitos destas populações, como incitou diretamente a ocupação de suas terras – e, assim, submetendo seus ocupantes a ‘condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial’” (Calheiros, 2015, p. 5) e ressalta também que, apesar de estar se referindo ao caso do povo Waimiri-Atroari e Araweté, estes não foram os únicos casos de crimes do Estado contra indígenas.

Nessa lógica, é possível observar que são variadas as formas de violentar os povos indígenas, sejam elas formas diretas ou indiretas. A Comissão Nacional da Verdade abordou em seu relatório diversas violações aos direitos humanos dos povos indígenas durante o período ditatorial militar no Brasil, a qual quantificou cerca de 8.350 mortes de pessoas indígenas nessa temporalidade, e demonstrou variadas formas de violência, tais como: acobertar o poder público e privado que invadiam terras indígenas; deixar de fiscalizar a corrupção em seus quadros e agentes estatais; inserção de doenças letais em comunidades originárias; e priorizar grandes empreendimentos privados em detrimento dos direitos e territórios indígenas. Além disso, a comissão ressalta: “O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas” (Comissão Nacional da Verdade, 2014, s.i.).

Uma dimensão atual da violência do Estado contra os povos indígenas é a questão do Marco Temporal, a qual tentava, de forma autoritária e imoral, determinar que os povos indígenas só teriam direito a seus territórios tradicionais caso demonstrassem que ali estavam na data de promulgação da Constituição. Ademais, a questão do Marco Temporal também prejudica a demarcação das terras indígenas (TI's), pois a inviabiliza e esconde o processo histórico violento de invasões, despejos e ataques às comunidades e seus territórios que sempre ocorreram durante a história do Brasil (Conselho Indigenista Missionário, 2024).

A respeito do Marco Temporal, há uma intensa ação de variados agentes do latifúndio e do agronegócio para que essa política seja referência, levando a aprovação da Lei 14.701/2023, a qual pretende abrir TI's para interesses econômicos de terceiros, precarizando o direito à consulta livre, prévia e informada e podendo retroagir na demarcação de territórios indígenas que já estão avançados em processos de titulação (Conselho Indigenista Missionário, 2024). Em se tratando de latifúndio e agronegócio, eles possuem tais interesses nas TI's para poderem aumentar suas riquezas e lucros a partir da invasão desses territórios.

Partindo desse pressuposto, o presente capítulo pretende realizar um levantamento acerca do avanço do agronegócio do dendê sobre terras indígenas no estado do Pará, especificamente na TI Turé-Mariquita, localizada em Tomé-Açu, sendo lugar de vida dos povos Tembé. Ademais, o objetivo geral é analisar as violências que os povos indígenas sofreram a partir da implementação da dendeicultura. Os objetivos específicos são: averiguar como o grande projeto do dendê impactou socioespacialmente as comunidades indígenas de Tomé-Açu; identificar as formas de violência a que estas comunidades estão submetidas; e descrever as formas de luta, resistência e entraves que as comunidades originárias realizam frente à violação de seus direitos.

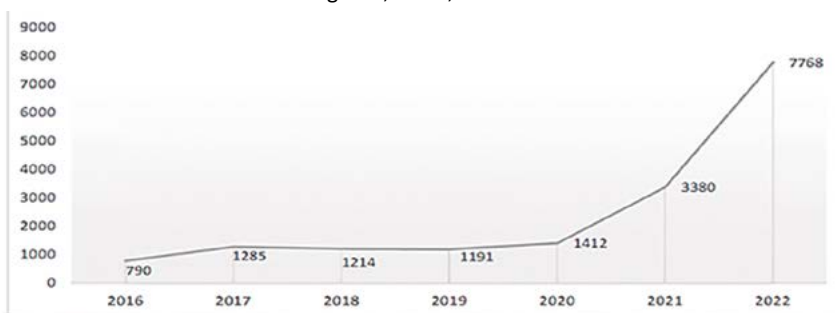
Como percurso metodológico, optou-se pelo materialismo dialético a fim de entender as contradições históricas, econômicas e políticas que envolvem a dendeicultura capitalista, outrossim, dialoga-se com a contra-colonialidade por entender que a base que sustenta essas problemáticas são o modelo moderno-colonial, que Cruz (2017) explica ter gerado dominação e violência contra os povos indígenas. Os procedimentos metodológicos foram revisões de literatura sobre violência contra os povos indígenas, desenvolvimento e neoextrativismo. Ademais, realizaram-se análises sobre os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de forma crítica para entender o comportamento socioespacial das violências contra os indígenas e seus territórios, somando a análise documental de jornais, notas comunitárias e documentos oficiais do Estado.

A violência contra os povos indígenas na Amazônia: estado, latifúndio e projetos de desenvolvimento

Ao falar de violência contra indígenas no território brasileiro, sua materialização se dá pelas conquistas territoriais que foram impostas a partir da proliferação de doenças, subordinação das culturas tradicionais, mas, principalmente, pelo roubo contínuo e sistemático de terras e da exploração da natureza e seus recursos naturais, como afirma Mueller (2022, p. 22, *tradução livre*): “Além da violência, que é apenas um sintoma de um problema maior, existem questões relacionadas à saúde, educação, emprego/ trabalho, discriminação, desigualdades, desenvolvimento, além de várias outras”.

Partindo desses pressupostos, é possível identificar que há uma constante e crescente violência contra povos indígenas, caracterizada sobretudo por denúncias que envolvem direitos humanos, como se pode observar na figura 1.

Figura 1 – Evolução dos registros de denúncias de violações de direitos humanos contra indígenas, Brasil, 2016 - 2022



Fonte: Polidoro e Canavese (2023).

A figura 1 mostra um gráfico elaborado por dois pesquisadores que realizaram uma análise acerca das denúncias de violações de direitos humanos envolvendo comunidades originárias no Brasil, constatando que desses milhares de crimes e denúncias, mais de 60% ocorreram de forma diária, e que os mais afetados foram crianças e adolescentes, idosos e mulheres (Polidoro; Canavese, 2023). Essas denúncias escancaram uma contradição na qual o Estado brasileiro, que deveria garantir os direitos e proteção integral aos povos originários, se torna omissos e conivente com a deterioração desses povos.

O Estado brasileiro é um ativo agente de ataques às comunidades originárias e atuou para a eliminação dessas comunidades. Palmquist (2018) disserta acerca do Relatório Figueiredo, de 1967, descrevendo variadas técnicas que os governos brasileiros usaram para violentar os povos indígenas a partir do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), órgão do Estado anterior a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), quando diversos servidores e resoluções da instituição incentivaram e legitimaram a prática de violência contra as comunidades, tais como torturas, trabalho escravo, violência contra crianças e roubo de terras, além de conivência e auxílio a latifundiários para introduzir doenças em aldeias.

Palmquist (2018) avança no debate e demonstra ainda que, durante a ditadura militar, essa violência se intensificou a partir das políticas de desenvolvimento, como a Transamazônica, que era vista como um grande potencial econômico para o Brasil e para América Latina, e, por conseguinte, mascarou os processos violentos que internamente aconteciam no país. Marcos (2016), abordando acerca dos interesses políticos do Estado brasileiro na região amazônica durante a ditadura militar, ressalta o caráter assimilacionista e colonialista interno da visão que perpassa sobre a região, a qual deveria ser “desenvolvida”, “ocupada”, e salienta que a visão acerca da Amazônia era de um “inferno verde” ou nova fronteira do “desenvolvimento brasileiro”.

Gonçalves (2017), ao tratar das visões sobre a Amazônia, identifica que há 4 visões predominantes, sendo elas: I - Amazônia como natureza prístina; II - Amazônia como vazio demográfico; III - Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos; IV - Amazônia como região do futuro. Ademais, o autor explica que essas visões fortalecem políticas de silenciamento e invisibilização das comunidades que habitam a região há mais de 17 mil anos. Outrossim, essas visões também legitimam a exploração da região para a acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, sob o desígnio de “provedora de recursos”.

Svampa (2023) discute a questão do consenso de *commodities*, um processo em que territórios são explorados num modelo de neoextrativismo desenvolvimentista em nome da criação de capital para a produção de *commodities*. Esse processo se caracteriza pela desestruturação de economias regionais, destruição das biodiversidades e roubo de terras ao expulsar ou precarizar a vida de comunidades camponesas, indígenas, além de violências contra os direitos cidadãos dessas comunidades.

Nesse sentido, Svampa avança no debate e caracteriza esse modelo de neoextrativismo: “Assim caracterizado, o neoextrativismo desenvolvimentista inclui atividades tradicionalmente consideradas como tal (mineração e exploração de hidrocarbonetos) e aquelas ligadas ao novo sistema agroalimentar, como o agronegócio ou a produção de biocombustíveis” (Svampa, 2023, p. 34. *Tradução livre*). Nessa perspectiva, entende-se que, pela produção de agrocombustíveis, a dendeicultura se enquadra nesse modelo.

Não à toa, podemos ver o avanço da produção de palma de óleo com políticas públicas de incentivo à produção, tendo um crescimento de 200% na produção do dendê entre 2006 e 2014 (EMBRAPA, 2016). Sousa (2019) aborda a expansão da dendeicultura como um processo institucional a partir do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e pelo programa Palma de Óleo, de 2010. Esses programas, apesar de nacionais, tiveram seu foco na região Norte. O então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, discursou:

[...] o programa que estamos lançando hoje abre um novo horizonte de possibilidades para o Brasil e para a região amazônica, em particular. E representa o casamento entre a proteção ambiental e a geração de renda e de emprego digno para milhares de pessoas que moram na Amazônia. Hoje, o brasileiro pode dizer com orgulho que consegue proteger aquele que é um dos maiores patrimônios naturais do Planeta, a sua floresta tropical (Lula, 2010 *apud* Sousa, 2019, p 117).

Nessa lógica, é perceptível que há um discurso de preocupação ambiental na fala do governante, entretanto, Gonçalves (2004) explica que, dentro do capitalismo globalizado e neoliberal, a natureza é valorizada enquanto

recurso natural e potencial econômico, e, no caso brasileiro, o agronegócio tende a valorizar um sistema de produção que prioriza o mercado internacional e avança seus lucros a partir da expropriação de terras indígenas.

Esse modelo de desenvolvimento assentado na tentativa de apagamento e morte dos povos indígenas vem fortalecendo o etnogenocídio indígena. Compreender e revelar este processo é fundamental para a compreensão da problemática da violência. Para Longhini (2022, p. 56):

Etnogenocídio é um tipo de violência colonial assente no esforço de homogeneização. Ele incide precisamente sobre a multiplicidade e singularidade de cada povo, cada etnia, cada nação nativa de determinado território. Perpetrado sobretudo pelo próprio Estado, vem acompanhado de violência policial, obstétrica, de produção de fome (como consequência da retirada das terras indígenas) e de epistemicídio, já que os saberes se produzem também a partir do modo de vida e assim por diante.

Nessa lógica, é possível aferir que existem variadas formas de colaboração com a violência e o etnogenocídio dos povos originários, além disso, é possível constatar que há políticas do Estado brasileiro que até hoje colaboram com a lógica etnogenocida. É possível identificar nas políticas de desenvolvimento sustentável da dendeicultura, tais como o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Plano Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), um incentivo do Estado em se omitir e intencionalmente não resolver conflitos territoriais envolvendo terras indígenas no nordeste paraense (Nascimento *et. al.* 2023).

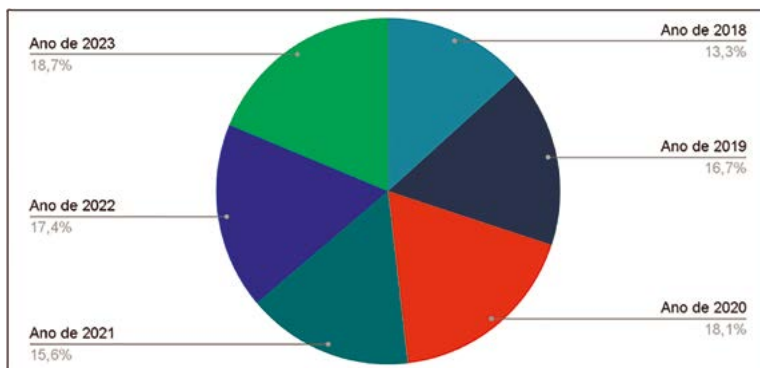
Macedo e Sousa (2015), ao dissertarem sobre esses “novos projetos”, ressaltam que eles estão impregnados de velhas práticas colonialistas e latifundiárias. A dendeicultura, enquanto um projeto de desenvolvimento para a região do nordeste paraense e para a Amazônia, sustenta-se a partir de discursos de desenvolvimento econômico, compatibilidade da região e potencial de geração de empregos e energia saudável (Homma *et al.*, 2001). Tais discursos são sustentados até os dias atuais, como visto por Backhouse e Lehmann (2020), mostrando que o cultivo em larga escala do dendê foi legitimado através de discursos ambientalistas. Estado e empresas sinalizaram que iriam recuperar áreas degradadas com a produção de dendê, enquanto, na verdade, a dendeicultura entrou em conflitos com as comunidades locais:

Camponeses, ativistas e quilombolas (comunidade tradicional de descendentes afro-brasileiros) denunciam iniciativas de desmatamento nas redondezas para a conversão dessas áreas em uma homogênea plantação de óleo de palma. De acordo com esses cidadãos, o uso de pesticidas contamina rios, o solo e a água potável. Interferindo nos cursos da natureza, por exemplo, para construção de estradas ou para irrigar plantações, ade-

mais, impedindo agricultores familiares de terem acesso à água e irrigação (Backhouse e Lehmann, 2020, p. 380. *Tradução livre*).

Em se tratando de comunidades tradicionais, Backhouse e Lehmann deixam claro que são um dos principais afetados pelo agronegócio do dendê, e, nessa lógica, podemos encontrar os povos indígenas como sujeitos que estão na linha de frente desses conflitos territoriais. O relatório de conflitos por terra no Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2023 demonstrou que os povos indígenas foram as vítimas dos conflitos, representando 45,17% das vítimas totais de assassinatos. O número geral de conflitos por terra no Brasil teve uma crescente nos últimos anos, tendo o ápice em 2023, em que 2.203 conflitos por terra foram registrados (CPT, 2024). A figura 2 demonstra o crescimento dos conflitos por terra no Brasil nos últimos 7 anos.

Figura 2 – Conflitos por terra no Brasil, 2018-2022



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra, 2024.

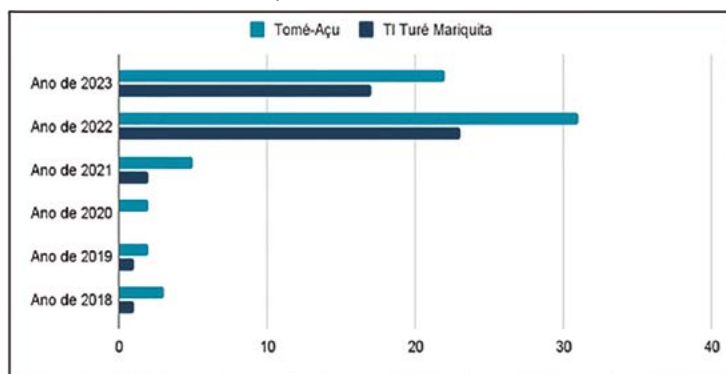
Na figura 2, é possível observar que, no último ano, ocorreu o maior pico de conflitos por terra no Brasil dos últimos 6 anos, chegando a um total de 2.203 conflitos por terra, seguido pelos anos de 2020, com 2.130 conflitos e 2022 com 2.050. No último relatório da CPT, foram registrados 31 assassinatos, e, dentre eles, 14 foram pessoas indígenas, em que a Comissão afirma ter ligação direta com mudanças conjunturais da política brasileira:

O fato das invasões se intensificarem a partir de 2016 e desde 2018 incidirem em patamares maiores nos territórios indígenas permite lançar luz sobre os motivos que fazem com que os indígenas se tornem as principais vítimas dos assassinatos decorrentes de conflitos no campo. É a partir de 2016 que o número de indígenas assassinados passa a aumentar, e é após 2019 que se tornam as maiores vítimas desse tipo de violência. Tomando como parâmetro temporal os governos federais que iniciaram seus mandatos neste século, vê-se que no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), em 10,2%

dos territórios com assassinatos foi registrada alguma ocorrência de invasão. Esse percentual passa para 13,2% no segundo governo Lula (2007-2010); para 15,4% nos seis anos de governo Dilma (2011-2015); e para 38,1% durante os governos de extrema-direita de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022). Não é, em nenhum dos períodos acima mencionados, o tipo de violência que mais incide sobre os territórios com pessoas assassinadas, pois não superou a pistolagem, que esteve sempre presente em mais de 41% dos territórios, mas foi o tipo de violência que mais cresceu proporcionalmente neste tipo de associação comparativa tendo por base a temporalidade dos governos federais. O fato de haver mais invasões em territórios com registros de assassinatos e de serem ultimamente os indígenas a sofrerem mais essa violência extrema dá a dimensão violenta desse processo de expropriação dos territórios (Comissão Pastoral da Terra, 2024, p. 113).

Nesse sentido, é possível observar que, atualmente, ocorre um aumento gradativo e acelerado das violências contra os povos indígenas, sobretudo das violências físicas como os assassinatos, mas também da violência territorial pela invasão e tentativa de expropriação de seus territórios. Os anos de 2023, 2020 e 2022 foram os maiores em números de conflitos por terra no Brasil, também no período em que a Brasil BioFuels S.A (BBF) compra a Biopalma. Assim, analisemos o crescimento dos conflitos em Tomé-Açu, município onde se localiza a TI Turé-Mariquita, nos últimos 4 anos (figura 3).

Figura 3 – Comparação de conflitos entre Tomé-Açu e a terra indígena Turé-Mariquita, dos anos de 2018 a 2023



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da CPT (2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Ao observar o gráfico da figura 3, é possível realizar a diferenciação entre os conflitos gerais do município de Tomé-Açu com os conflitos da TI Turé-Mariquita (que também se localiza em Tomé-Açu). Compreende-se que,

nesses 5 anos, ocorreram 65 conflitos em Tomé-Açu, e destes, 44 ocorreram na TI Turé-Mariquita, representando 67,69% do total. Ademais, foram tipificados pela CPT variadas formas de conflito, sendo eles: conflito por terra, conflito por água, assassinato e tentativas de assassinato. No que tange aos conflitos por terra em Tomé-Açu, ocorreram 32 no decorrer destes anos, sendo 22 deles no território indígena.

Em se tratando de conflitos por água, ocorreram 9 conflitos, sendo 4 deles na Turé-Mariquita. Além disso, ocorreu 1 assassinato em Tomé-Açu, diretamente no território indígena, outrossim, ocorreram 22 tentativas de assassinato registradas na comunidade originária. Os conflitos que atingiram em maior intensidade a TI Turé-Mariquita foram os conflitos por terra, tentativas de assassinato, conflitos por água e assassinatos. É perceptível que nos 2 primeiros anos em questão, o nível de conflitos em geral era bem reduzido. Entretanto, no final de 2020 oficializa-se a compra da Biopalma pela BBF, e nos próximos 3 anos o número de conflitos se acentuou de forma rápida e concentrada, saltando de 5 conflitos em 2021 para 31 em 2022, e 22 em 2023.

Há uma limitação nessa análise, pois se entende que nem todos os conflitos são registrados em sua integridade, entretanto, é de notória importância a inquirição dessas informações para a compreensão das mudanças socioespaciais deste território indígena. Nesse sentido, existem documentos e fontes alternativas que corroboram com a identificação das formas de violência que o povo Tembê passa, tais como matérias de jornais, que afirmam existir uma cruzada judicial contra a comunidade Tenetehara, fazendo denúncias de forma massiva com a finalidade de fazer uma emulação do processo para tumultuar o andamento de processos nos quais a empresa é investigada (Rede Nacional de Combate ao Racismo Ambiental, 2023).

Outrossim, outras fontes jornalísticas tratam a questão como uma “guerra do dendê”, na qual a BBF, que é atualmente a maior produtora de óleo de Palma da América Latina e uma das maiores responsáveis pela produção desta *commodity* no país, realiza perseguição, violência e abusos contra as comunidades indígenas, gerando um conflito que resultou na morte de indígenas ao longo dos anos. Além da violência contra os povos, a BBF tem sido acusada da degradação ambiental de vários hectares de terra, floresta e rios, fazendo com que a empresa seja a mais multada desse setor (Mendes, 2022).

O suposto “desenvolvimento sustentável” que o agronegócio do dendê traria não se sustenta na prática, pois Damiani *et al.* (2020) demonstram que o avanço da produção do óleo de Palma trouxe inúmeros impactos ambientais e mudanças na paisagem, onde os Tembê relatam ter ficado “só céu e chão”. Os jornais também denunciam a questão ambiental que envolve o dendê, em que a Mongabay relata: “[...] percorremos estradas de chão na Terra Indígena Turé-Mariquita, uma ‘ilha verde’ de floresta nativa cercada de

plantações de dendê na Amazônia. Fileiras uniformes de palmeiras de dendê cobrem enormes extensões de terra no nordeste do Pará, onde no passado havia uma extensa e vibrante floresta tropical” (Mendes, 2021, s. i.).

A situação de degradação da natureza é sentida de forma intensa pelo povo Tembê, que sempre teve uma relação de cuidado e proximidade com a natureza. O jornal O Liberal indicou que, em 2022, a BBF cavou diversas crateras próximas às comunidades tradicionais, visando dificultar a passagem de moradores. Ademais, os indígenas afirmam que as plantações da BBF, por utilizarem agrotóxico, envenenam os rios e, outrossim, relatam que a empresa reúne capangas, pistoleiros e seguranças para invadir e perseguir os indígenas na TI (Pimentel, 2022).

Além disso, o Ministério Público Federal (MPF) reconhece que as denúncias dos povos indígenas sobre a BBF são válidas, e apontam que é desrespeitado a zona de amortecimento, além de ocorrer sobreposição de terras e outras problemáticas:

CONSIDERANDO que as comunidades tradicionais, presentes nos municípios de Acará e Tomé-Açu, no estado do Pará, sustentam que a instalação e funcionamento do grupo empresarial Brasil BioFuels (BBF) na região não foi precedido de licenciamento ambiental, nem de prévia consulta livre e informada, além de indicarem o desrespeito da distância mínima da zona de amortecimento e a desconsideração da presença de componente indígena e quilombola na localidade, ao passo que o grupo empresarial Brasil BioFuels (BBF) invoca ser o proprietário privado das terras que ocupa (MPF, 2023).

Nessa lógica, infere-se que as tensões territoriais expressas na TI Turé-Mariquita são um reflexo de uma combinação extensa de fatores históricos, socioespaciais e jurídicos, envolvendo não somente um grupo étnico, mas sim uma rede complexa de lógicas espaciais que se caracterizam enquanto um território da vida e do bem-viver (como no caso dos povos tradicionais), dialeticamente ligado a um território do lucro e do capital, expresso pelo agronegócio do dendê.

A questão agrária da dendeicultura revela-se nessa complexidade. Fernandes (2010) ressalta que a questão agrária nasce da contradição inerente ao sistema capitalista: ao mesmo tempo concentra a riqueza e expande pobreza, miséria e mazelas sociais para os sujeitos do campo. Nessa lógica, o dendê expande-se na Amazônia como fonte de acumulação de capital para as empresas, enquanto reproduz a pobreza, violências e mazelas para os indígenas.

As violências nossas de cada dia

As violências multifacetadas são explicitadas na tríplice Estado-latifúndio-desenvolvimento, enraizando os processos de subjugação das comuni-

dades originárias numa ideologia de “progresso” e “modernização”. No que tange às práticas de violências, é possível listar: violências contra a natureza; violências contra as comunidades; violências simbólicas e jurídicas. Apesar da divisão, estas 3 formas de violações normalmente estão entrelaçadas.

Em se tratando das violências contra a natureza, são relatadas, a partir de fontes jornalísticas, variados acontecimentos. Em 2022, o jornal *O Liberal* relatou que, apesar dos discursos sustentáveis, a BBF ataca a natureza e os povos tradicionais, relatando que as comunidades indígenas Tembé passam por problemas de saúde e inseguranças geradas pela poluição e envenenamento da água. Os Tembé afirmam que, rios que antes eram vivos e podiam tomar banho e beber a água, hoje, ao entrarem na água, saem com alergia e ao beber ficam com dores no estômago. As comunidades afirmam que há muita água para beber, mas que falta coragem para se consumir devido a poluição (Pimentel, 2022). Percebe-se, nesse sentido, a contradição do “desenvolvimento sustentável” gerar poluição a cursos de água.

Damiani *et al.* (2020) constataram que seis igarapés e pelo menos 40% dos poços artesianos que são usados pelos indígenas estão contaminados com herbicidas e possuem resíduos indesejados, e que os níveis de contaminação estão bem acima do recomendado pela União Europeia. Para além disso, a autora demonstra preocupação, pois essa degradação se dá tanto na superfície do rio quanto em águas subterrâneas, onde pelo menos um terço das amostras na TI Turé-Mariquita possuíam algum pesticida nocivo à vida humana.

Essa questão ambiental se intensificou a partir da compra da Biopalma pela BBF em 2018. Em 2015, os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos escreveram uma carta denunciando os males que a dendeicultura estava trazendo para as comunidades e para a natureza, denunciando que foram encontrados rios com vários peixes mortos envenenados e indagam: “onde [sic] estão os direitos humanos? onde [sic] estão o direito à vida, fauna, flora e recursos hídricos” (Rede Nacional de Combate ao Racismo Ambiental, 2015)? Nesse sentido, nota-se uma historicidade do conflito ambiental e da violação da natureza mesmo antes da chegada da BBF, que intensificou o processo.

Destarte, a intoxicação por agrotóxicos no Brasil se caracteriza por uma intrínseca relação com monopólios e oligopólios internacionais do capital:

A reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir. Considerando que o Brasil consome 84% dos agrotóxicos vendidos à América Latina – e, considerando ainda que o setor de agroquímicos está oligopolizado por seis grandes marcas, a saber:

Monsanto, Syngenta/Astra Zeneca/Novartis, Bayer, Dupont, Basf e Dow— o que temos é um grave processo de subordinação da renda da terra ao capital internacional, melhor diríamos, ao capital oligopolista internacional (Bombardi, 2011, s.i.).

Nessa lógica, entende-se que a questão dos agrotóxicos no Brasil se dá de forma articulada aos interesses do capital nacional e internacional, e Bombardi avança ao tratar da questão da exportação de terra e água. “Neste sentido, ao exportar agrocombustíveis e/ou commodities, o país exporta solo e água. É importante observar que o aumento na produção de tais combustíveis se dá, não exclusivamente, mas basicamente através do aumento da área plantada” (Bombardi, 2013, p. 3). Partindo desse pressuposto, o agronegócio do dendê se insere na lógica da exportação de terra a partir de sua expansão agrícola e da pulverização química dos agrotóxicos.

Além das violências ambientais, ocorrem inúmeros casos de violências físicas contra indígenas, sobretudo lideranças, mulheres e jovens. A Repórter Brasil informa que a BBF vem rompendo unilateralmente com diversos acordos que foram anteriormente realizados, e hoje cerca e violenta os povos da TI Turé-Mariquita, inclusive reprimindo violentamente atos de denúncia e resistência do povo, que levou tiros ao protestar contra os descumprimentos da empresa, denunciando que “o derramamento de sangue já começou”, ao ocorrerem disparos contra indígenas (Harari; Freitas, 2022).

Em 2023, ocorreu uma tentativa de reintegração de posse em área em disputa, e, durante o processo de reintegração, os Tembê relatam que construíram um portão, junto com quilombolas, para a sua segurança, na tentativa de impedir ameaças dos seguranças armados da empresa, entretanto, nos dias posteriores chegaram diversos homens armados que derrubaram o portão e expulsaram e ameaçaram as comunidades. Outrossim, uma promotora de justiça estava averiguando possíveis formações de milícias privadas e abuso policial no uso de violência envolvendo indígenas nas áreas em disputa com a BBF (Mendes, 2023).

Ademais, as violências físicas vêm se intensificando e se tornando mais explícitas nos últimos anos. Tal fato demonstra-se pelo atentado ao Cacique Lúcio Tembê, importante liderança no enfrentamento ao avanço do agronegócio do dendê, que sofreu tiros na cabeça de homens encapuzados. “Não levaram nada, atiraram pra matar” relatou o filho de Lúcio (Rede Nacional de Combate ao Racismo Ambiental, 2023b), e desenvolveu:

A gente só pede justiça para que isso não continue acontecendo, tanto na nossa região quanto no Brasil todo, o massacre dos povos indígenas. Nós pedimos intervenção do estado pela vida do nosso povo. Não só pela vida do bioma, não só pela vida das árvores em pé, porque não existe árvore em pé se nós não estivermos vivos (Pedrosa Neto, 2023, s.i.).

Uma fonte de violência que chamou a atenção foi o caso de alguns indígenas que foram baleados às vésperas da Cúpula da Amazônia, evento que debateu propostas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia. Um dia antes da realização, indígenas Tembé foram violentados. A CPT informou que seguranças da BBF atiraram em duas mulheres e um homem, e que, recentemente, da mesma forma anterior, outro Tembé também tinha sido alvejado por seguranças da BBF (Poder 360, 2023).

Nesse contexto, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) solicitou providências ao Estado brasileiro pelos fatos ocorridos anteriormente à cúpula da Amazônia, entendendo que esses conflitos não começaram e nem se caracterizam de forma isolada, e explicam que o conflito vem se agravando:

Tais ataques não se tratam de episódios isolados. Os indígenas do povo Tembé vêm reivindicando o direito coletivo sobre as terras em que é produzido o óleo de palma e questionando o impacto ambiental dos agrotóxicos e do descarte de rejeitos da produção. Devido a isso, vêm sofrendo diversos ataques. [...] Logo após o episódio com o Cacique Lúcio, o povo Tembé passou a denunciar campanha criminalizadora da Brasil Bio-Fuels, que vem chamando os indígenas de “invasores” acusando-os de se beneficiarem do “status de indígenas” para invadir áreas da companhia, “colher e comercializar o dendê plantado pela empresa”, e “utilizar veículos de imprensa, ONGs e redes sociais para se colocarem como vítimas”. Trata-se de uma tentativa de deslegitimação dos indígenas em luta pela demarcação de suas terras, cujo resultado é um aumento da revolta das populações locais contra os indígenas (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2023, p. 3).

Nota-se que diversas entidades e organizações da sociedade civil tentam alertar e cobrar providências do Estado. Contudo, as solicitações comumente não são ouvidas, ou há baixa ou nenhuma intervenção do Estado em defesa dos povos indígenas. Neste ofício, a APIB havia requerido diversas políticas de proteção aos agentes da Segurança Pública, que só depois de muitos acúmulos sistemáticos de denúncias e pedidos foram acatados pelo MPF.

Ressalta-se também que, em 2022, os conflitos que envolveram a BBF representavam 20% do total de todos os conflitos por terra no Pará, de acordo com a CPT (2023), e essa escalada, de acordo com a Comissão, se deu também pelo governo federal na gestão de Jair Bolsonaro, que concentrou 60% das invasões de territórios de indígenas, quilombolas, camponeses e outros povos do campo na última década. Outrossim, durante o governo Bolsonaro foram recorrentes os discursos de violência que incentivaram os conflitos no campo, além das políticas governamentais de incentivo e apoio ao agronegócio em detrimento aos povos indígenas, somado a uma política de paralisação de demarcação das Terras Indígenas (CPT, 2023).

Outras fontes institucionais, tais como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) denunciaram institucionalmente ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) os fatos violentos que ocorrem com o povo Tembé:

A adoção de estratégias de perseguição e repressão contra indígenas e quilombolas, ignorando acordos e decisões judiciais que reconhecem direitos territoriais e étnicos. As evidências de ações desse tipo são: frequência de ações repressivas com participação de segurança patrimonial da empresa e de polícia civil e militar do Estado do Pará; discursos estigmatizadores e autoritários acompanhados de ações de disparo contra os indígenas e quilombolas não apenas para amedrontá-los, mas com episódio de ferimento por balas; encurralamento de pessoas mediante abertura de trincheiras, como ocorreu em 2022, ações executadas tanto pela BBF quanto pela Agropalma S.A. A organização local de esquemas criminosos tem mostrado situações lamentáveis de tentativas e de assassinatos de lideranças (ABA – Associação Brasileira de Antropologia, 2024, p. 6).

Ademais, a ABA ainda descreveu no documento diversos incidentes envolvendo o povo Tembé e as comunidades indígenas em Tomé-Açu, apontando que há perseguição política, ameaças e atentados, sobretudo à mão armada. Diversos indígenas já foram baleados, alvejados ou mesmo mortos por seguranças privados ou policiais militares. Outrossim, indica também que os órgãos responsáveis no Estado pela regularização das terras tradicionais – Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – se encontram com os processos de regularização fundiária paralisados na região do Alto Acará, potencializando a vulnerabilidade social, econômica e territorial dos povos indígenas, os quais precisam da regularização de suas terras para o apaziguamento do conflito (ABA, 2023).

A própria Fundação Nacional dos Povos Indígenas se posicionou acerca do conflito existente na TI Turé-Mariquita: em nota, constata vários problemas ambientais na região, tais como assoreamento dos rios, alterações na fauna, abertura de estradas próximas à TI e envenenamentos na flora e nos rios por causa de agrotóxicos. Além do mais, ressaltou que a empresa agiu poucas vezes em prol das comunidades indígenas e que não fez a correta avaliação, tampouco tomou medidas efetivas para mitigar os problemas ambientais que afetam a comunidade (FUNAI, 2023).

As violências misturam-se entre atentados e agressões físicas, violências contra o território e tentativa de desarticulação e criminalização dos povos indígenas. Neste último caso, ocorreu também como forma de criminalização a prisão da Cacica Miriam Tembé, a qual sofreu prisão preventiva e foi impossibilitada de exercer sua função enquanto liderança de sua comunidade enquanto cacica. O MPF interveio na situação, avaliando que não haviam provas suficientes para prisão preventiva ou medidas cautelares, e explicou ainda

que esse ato foi uma tentativa de isolar Miriam de seu povo e suas organizações de base, a fim de vulnerabilizar os indígenas que ficariam com a ausência de uma forte liderança local (MPF, 2024).

É de suma importância ressaltar que o contexto em que ocorreu a prisão da Cacica foi estratégico para desarticular o movimento indígena, pois, a liderança originária estava promovendo denúncias acerca de ameaças que ela e sua família estavam sofrendo, junto de invasões à sua aldeia e, nesse processo, a líder foi encaminhada para outro município e foi presa, mantida em condições insalubres, com relatos de que Miriam estava sem acesso à água potável, mantimentos e de que lhe foi negado atendimento médico quando necessitava (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2023).

Partindo desse pressuposto, o MPF atuou em defesa da cacica e rechaçou as tentativas de criminalização e desorganização das comunidades indígenas Tembê, ressaltando que esse processo desrespeita vários direitos dos povos originários:

A medida cautelar de afastar MIRIAM TEMBÊ da condição de cacique configura grave violação a direitos coletivos do povo Tembê, representando uma punição de caráter coletivo, o que, a propósito, viola o princípio constitucional da intranscendência penal:

Art. 5o, XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a declaração do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Visando combater tais ilegalidades, a Convenção 169/OIT existe como importante instrumento para reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais próprias dos povos indígenas [...] Nesse sentido, os artigos 9 e 10 da Convenção 169/OIT dispõem que toda decisão emanada das autoridades, no que tange a questões penais, deve levar em consideração os costumes dos povos interessados, bem como as suas características econômicas, sociais e culturais, ou seja, contextualizando para a presente demanda, deverão ser respeitados os costumes da comunidade indígena e a sua livre organização (MPF, 2024, p. 9-11).

Neste íterim, é possível destacar múltiplas facetas de violações de direitos e ataques que se mantêm na lógica capitalista e colonial e, nessa lógica, far-se-á necessário entender as dinâmicas e as solicitações do povo Tembê da TI Turé-Mariquita, que não são agentes passivos contra a BBF, mas sim sujeitos de resistência. O povo Tembê escreveu ao Governo Lula e ao Governo Helder Barbalho uma carta com teor de denúncia e reivindicação:

Senhores Governador e Presidente, não há transição energética e nem justiça climática sem justiça ambiental, agrária e territorial.

Creemos que vossas excelências não querem carregar a marca de uma falsa transição energética manchada com sangue indígena, quilombola e ribeirinhos. Não se pode falar em sustentabilidade e economia verde, sem antes cuidar dos povos da floresta. A BBF quer varrer do mapa os territórios das comunidades tradicionais e transformar num imenso dendezal, descaracterizando por completo a sociobiodiversidade da floresta amazônica, desmatando, poluindo e expulsando povos tradicionais de suas terras tradicionalmente ocupadas. Dessa forma, o Estado brasileiro, ao ser conivente com este empreendimento, viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o qual é signatário. Nós não vamos deixar, nem nos calaremos diante dessas violações de direitos humanos no Estado do Pará. O que queremos é VIVER COM DIGNIDADE e expandir o reconhecimento de nossa ancestralidade e retomar os locais que sempre foram dos nossos povos e nossos antepassados, e proteger a floresta para as futuras gerações (AITVA – Associação Indígena Tembê Vale do Acará, 2023, p. 2).

Em sequência, pode-se afirmar que há um binômio de violência-resistência intrínseca à questão territorial Tembê, pois, mesmo com a pressão e expansão do agronegócio do dendê, ainda são encontradas formas de luta e resistência, sejam a partir de atos, cartas, denúncias ou parcerias com as entidades da sociedade civil, que garantem certa visibilidade dada a emergência do conflito, possibilitando pequenos avanços na luta da comunidade.

Nessa lógica, um exemplo do avanço da luta foi dado quando o MPF reconheceu

[...] a extrema gravidade dos fatos, o caráter sistemático e escalonado das violências infringidas em territórios sob histórica disputa entre os povos tradicionais e empreendimentos de exploração econômica, e a necessidade de adoção de providências institucionais urgentes para conter o agravamento dos riscos concretos a todos (MPF, 2023, p. 10).

Nesse sentido, acionou-se o Ministério da Justiça e de outras instituições políticas governamentais para atuarem na defesa contra a violência crescente na TI Turé-Mariquita, possibilitando o acesso aos direitos da comunidade Tembê. Todavia, ao interpretar a questão dos conflitos territoriais da dendeicultura no Pará, faz-se necessário o entendimento da questão indígena a nível nacional. Nas últimas décadas, no Brasil, ocorre o Acampamento Terra Livre (ATL), que é a maior manifestação indígena de Abya Yala, e, no ano de 2024, o movimento indígena deixou claro que não aceitará retrocessos em seus direitos e lançou duas cartas-manifesto ao Governo e ao Estado Brasileiro.

Na primeira, intitulada de “Vinte anos do Acampamento Terra Livre e a Urgência da ação”, o movimento indígena cobra o Governo Lula por atua-

ções efetivas pela demarcação de terras, afirmando que não há mais tempo para esperar a ação e que as medidas em defesa dos direitos indígenas precisavam ser tomadas de forma urgente:

Alguns veículos de comunicação têm dito que o ATL excluiu a presença de Lula na mobilização, mas na verdade quem está sendo excluído são os povos que não têm tido suas Terras demarcadas. Na iminência da Amazônia brasileira sediar a COP 30, temos pouco a comemorar enquanto nossos direitos territoriais e nossos saberes ancestrais não forem compreendidos como a principal solução para a emergência climática (APIB, 2024a, p. 97).

Nessa lógica, o movimento indígena a nível nacional reivindica que a solução para os problemas climáticos emergentes é pautada sobretudo na defesa de seus territórios, afirmando que, enquanto o governo pede tempo para realizar as demarcações e titulações, os políticos e empresários se unem para atacar os territórios indígenas (APIB, 2024a). Em outra carta, intitulada “Terra, tempo e luta”, os povos indígenas denunciam que há um genocídio legislado por conta da lei do Marco Temporal, chamada pela organização de Lei do Genocídio Indígena.

“Alertamos que essa ruptura intencional resultará no aumento das violências e das políticas e práticas de genocídio historicamente promovidas tanto pela sociedade quanto pelo próprio Estado contra os povos indígenas” (APIB, 2024b, p. 101). Com essa denúncia, as organizações indígenas alertam para o tensionamento e acirramento da violência e colocam o Estado brasileiro como cúmplice das práticas de genocídio dos povos originários.

Para não concluir

Compreende-se, mediante as questões apresentadas anteriormente, desde temas nacionais a questões locais, que há uma insuficiência programada na atuação do Estado em defender os direitos dos povos indígenas. Tal fato é resultante de uma história de colonização, marcada pelo massacre e genocídio dos povos originários de Pindorama, que se refletem nas disputas por terra, território e vida, destoando das narrativas sobre a “sustentabilidade” e o “desenvolvimento” do país.

Há uma violência enraizada no Estado brasileiro desde a sua formação, violência essa que tentou apagar as vidas e memórias dos povos indígenas. Como explicado anteriormente, a violência estatal contra os povos indígenas foi institucionalizada por vários métodos, desde o SPI, políticas da ditadura militar, até os dias atuais, como foi explicitado pela CPT, ao indicar o Governo Bolsonaro como incentivador da violência contra os indígenas, por paralisar a demarcação de suas terras, ou até mesmo o governo progressista de Lula, que atualmente tenta negociar os direitos indígenas com empresários e políticos ruralistas, tal como denuncia o movimento indígena nacional.

Nessa lógica, o que está em disputa hoje no Brasil e, mais especificamente, em Tomé-Açu, não é apenas um projeto de desenvolvimento sustentável na Amazônia ou o bem-estar econômico do país, mas também os direitos de comunidades tradicionais, sobretudo indígenas que lutam e resistem fortemente às tentativas de massacre dos seus corpos e roubos de suas terras.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra são alarmantes, e denunciam que, na TI Turé-Mariquita, se concentram a maior parte dos assassinatos, tentativas de assassinatos, conflitos por terra e água, caracterizando a questão da dendeicultura como nociva e perigosa à vida e aos direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais de Tomé-Açu, os quais, para além de seus corpos, têm a natureza, suas memórias e ancestralidades desrespeitadas e invadidas pelo agronegócio do dendê.

A violência contra os povos originários do Brasil, desta forma, explicita um processo de ligação mútua entre violência contra o território e violência contra a pessoa, pois o agronegócio do dendê precisa acumular mais terras para expandir seus lucros. Para conquistar essas terras, ele precisa destruir o território, seja pelo envenenamento dos rios, pelo desmatamento, seja pela produção da fome (no sentido de limitar a alimentação do povo, tendo em vista as alterações na fauna e flora), ou ainda pelas prisões, criminalizações e mortes dos sujeitos indígenas que defendem esse território.

Nesse sentido, a lógica dos grandes projetos na Amazônia é intrinsecamente violenta contra os povos originários, pois, como afirmam Macedo e Sousa (2015), esses projetos carregam consigo as velhas práticas de colonização e da concentração fundiária. Ailton Krenak (2018) afirma que existe uma ecologia política do pensamento europeu, branco e hegemônico, a qual tenta colocar a humanidade como superior à natureza e, para tanto, precisa dominá-la, transformando o sujeito em um “eu-saqueador” dessa natureza.

Partindo desse pressuposto, os grandes projetos de desenvolvimento seguem essa lógica do saqueamento e dominação da natureza, carregando consigo as práticas da expropriação capitalista, caracterizada pela mercantilização da natureza, tais como as florestas, rios etc. Esse processo, como explica Harvey (2004), é marcado também pela violência, expulsão e marginalização dos sujeitos que vivem dessa natureza.

Destarte, é possível entender a especificidade da violência contra os povos indígenas a partir da ligação entre o corpo e o território desses sujeitos. Não é possível separar os povos de seus territórios. Estes territórios são vividos a partir de suas cosmovisões. Assim, as violências são cometidas de forma que impactem simultaneamente esse tripé corpo-território-cosmovisão a fim de prolongar as práticas etnogenocidas explicitadas por Longhini (2022) ao tratar do apagamento e da morte dos indígenas pelos agentes hegemônicos no Brasil.

Logo, entendemos que, para que ocorra uma transformação real da questão indígena do Brasil, é necessário não somente um novo governo, mas também outra estrutura de Estado, que rompa com os princípios da colonização capitalista responsáveis pela manutenção da subordinação dos povos originários. Ailton Krenak, em “Ideias para adiar o fim do mundo”, explica:

Ocorre que a palavra política vem de pólis e, quando seres que não são da pólis pensam, podem imaginar outros mundos que não são política, ou, ao menos, não a política vigente. A linguagem é muito determinante nas interações, e tudo que vem da pólis traz a marca de um ajuntamento de iguais, onde a experiência política se pretende convergente. Isso tem animado em mim uma observação: sempre reivindicam a pólis como o mundo da cultura, e aquilo que ficou marcado como natureza é o mundo selvagem. Pois é nesse outro mundo que eu estou interessado, não na convergência que vai dar na pólis. Imagino potências confluindo a partir de um lugar, passando por ele, mas sem ficarem presas ali. Penso que o que os zapatistas querem também é florestania, mas o gesto deles de reivindicá-la foi entendido como uma rebelião, e eles foram tratados como inimigos, sendo brutalmente reprimidos (Krenak, 2019, p. 40).

Nessa perspectiva, as confluências devem ser levadas em consideração, como os saberes e a organização dos indígenas podem demonstrar outras formas de existir com a natureza, sem destruição em nome do desenvolvimento, e também sem pensar a política para apenas aqueles que são da *pólis*. Por conseguinte, é necessário pensar, como afirmam Gonçalves e Silva (2017), a questão indígena como questão geográfica para potencializar e fortalecer suas lutas por autonomia e território e para desvendar os entraves da realidade socioespacial que os povos originários são submetidos.

Assim, além de se evidenciar as contradições do modelo colono-capitalista do Estado brasileiro e do agronegócio, é necessário também realizar uma crítica contracolonial desses modelos, para gerar saberes comprometidos com a transformação social. Para tal feito, é necessário, nas palavras de Krenak:

Ora, a gente não tem de fazer uma crítica ‘decolonial’, a gente tem de fazer uma crítica contracolonial. A gente tem é de denunciar e detonar o pensamento colonial como uma coisa que se perpetua inclusive a partir da nossa própria maneira de produzir conhecimento. Muitas vezes, pensamos que estamos produzindo novas epistemologias, mas elas estão eivadas de pensamento colonial, cheias de vícios [...]. Então acalmem-se, pensem e não fiquem repetindo refrão. Refrões são reproduzidos para nos tornar dóceis. Apenas pensem, porque a única maneira de confrontar o pensamento colonial é se opondo a ele no cotidiano, em sua maneira de viver, comer, andar, dançar, falar, pensar. Se você imita a fala do dono, você não se liberta (Krenak, 2024).

Em conclusão, é necessário pensar uma Geografia que não repita os vícios da colonização e não esteja submissa aos projetos de desenvolvimento capitalista, uma Geografia contracolonial, que possa desvendar as faces dos projetos de expropriação, exploração de terras e dos povos indígenas, ou, nas palavras de Moreira (2017), uma Geografia que sirva para desvendar as máscaras sociais, no caso em questão, do agronegócio dendeicultor e seus projetos de dominação e violência contra os povos originários.

Referências

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. **Ofício nº 041/2024 – Caso Tembê x Agropalma**. Brasília: ABA, 2024.

AITVA – Associação Indígena Tembê do Vale do Acará. **Carta aberta aos representantes do Executivo**: atentado ao povo Tembê. WRM, 2023. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/sites/default/files/2023-08/CARTA%20ABERTA%20AOS%20REPRESENTANTES%20DO%20EXECUTIVO%20.%20ATENTADO%20POVO%20TEMBE%CC%81.pdf> . Acesso em: 5 jan. 2025.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Ofício nº 130/2023 – AJUR/APIB**. Brasília: APIB, 2023.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Carta Política da Mobilização Nacional Indígena**. Brasília: APIB, 2024a.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Revista do Acampamento Terra Livre 2024**: Nosso marco é ancestral, sempre estivemos aqui. Brasília: APIB, 2024b.

BACKHOUSE, M.; LEHMANN, R. New ‘Renewable’ Frontiers: contested palm oil plantations and wind energy projects in Brazil and Mexico. **Journal of Land Use Science**, v. 15, n. 2-3, p. 373-388, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1747423X.2019.1648577> . Acesso em: 10 nov. 2024.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 4, n. 45, 2011.

BOMBARDI, L. M. Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. **Anais...** João Pessoa, 2013.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CALHEIROS, O. No tempo da guerra: algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil. **Revista Verdade, Memória e Justiça**, v. 9, p. 2014, 2015.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2023**. Brasília: CIMI, 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório. Volume II. Violações de direitos humanos dos povos indígenas**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2019**. Goiânia: CPT, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

DAMIANI, S. *et al.* “Ficou só Chão e Céu”: Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembé na Amazônia. **Ambiente & Socie-**

dade, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3nmn5g-DHLrwgQnPcFFG6bnk/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 nov. 2024.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

EMBRAPA. **Importação e Exportação de Óleo e Palmiste de Dendzeiro no Brasil (2010–2015)**. Brasília, DF: Embrapa Agroenergia, 2016. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1047100/1/TC1216BPD101AINFO.pdf> . Acesso em: 5 jan. 2025.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010, p. 161-197.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Nota oficial da FUNAI sobre a situação de violência contra o povo Tembê da Terra Indígena Turé-Mariquita**. FUNAI, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/nota-oficial-da-funai-sobre-a-situacao-de-violencia-contra-o-povo-tembe-da-terra-indigena-ture-mariquita> . Acesso em: 5 jan. 2025.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

GONÇALVES, C. U.; SILVA, B. B. Descolonizar e compreender a questão indígena como aporte aos estudos geográficos. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 6, n. 2, p. 173-182, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/229945> . Acesso em: 5 jan. 2025.

HARARI, I.; FREITAS, H. Cercados pelo dendê: povos tradicionais vivem terror em disputa fundiária com produtora de biodiesel. **Repórter Brasil**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/cercados-pelo-dende-povos-tradicionais-vivem-terror-em-disputa-fundiaria-com-produtora-de-biodiesel/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOMMA, A. K. O.; FURLAN JÚNIOR, J. **Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

KRENAK, A. Ecologia política. **Ethnoscintia: Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia**, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscintia/article/view/10225/0> . Acesso em: 5 jan. 2025.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. “**Não temos de fazer crítica decolonial, e sim contracolonial**”. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ailton-krenak-nao-temos-de-fazer-critica-decolonial-e-sim-contracolonial#:~:text=%E2%80%99CO-ra%2C%20a%20gente%20n%C3%A3o%20tem,pr%C3%B3pria%20maneira%20de%20produzir%20conhecimento> . Acesso em: 5 jan. 2025.

LONGHINI, G. D. N. **Nhande ayvu é da cor da terra**: Perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 132f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/241036/PICH0255-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> . Acesso em: 10 jan. 2025.

MACEDO, C.; SOUSA, R. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, p. 302-331, 2015.

MANN, C. C. **1491**: novas revelações das Américas antes de Colombo. Tradução de Regina Lyra. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2006.

MARCOS, V. Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade. In: MACEDO, C. O.; BRINGEL, F. O.; SOUSA, R. B.; SANTANA, R. M. (Orgs.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Açaí, 2016, p. 9-26.

MENDES, K. Desmatamento e água contaminada: o lado obscuro do óleo de palma “sustentável” da Amazônia. **Mongabay Brasil**, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/03/desmatamento-e-agua-contaminada-o-lado-obsкуро-do-oleo-de-palma-sustentavel-da-amazonia/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

MENDES, K. Guerra do dendê: empresa campeã de multas é acusada de violência no Pará. **Mongabay Brasil**, 26 out. 2022. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2022/10/guerra-do-dende-empresa-campea-de-multas-e-acusada-de-violencia-no-para/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

MENDES, K. Aumenta a violência em conflitos de terra com empresa de óleo de palma na Amazônia. **Mongabay Brasil**, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/04/aumenta-a-violencia-em-conflitos-de-terra-com-empresa-de-oleo-de-palma-na-amazonia/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Editorial Gedisa Blackwell Publishing, 2007.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. **Geografia**: teoria e crítica. O saber posto em questão. Petrópolis: vozes, 2017.

MPF – Ministério Público Federal. **Recomendação nº 18/2023**. Procuradoria da República no Estado do Pará, Belém, 11 ago. 2023.

MPF – Ministério Público Federal. **Manifestação nº 3274/2024 – HC**. Pará: MPF, 2024. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2024/pr-pa-manifestacao-3274-2024_hc.pdf . Acesso em: 5 jan. 2025.

MUELLER, B. Property rights and violence in indigenous land in Brazil. **Land Use Policy**, v. 116, p. 106063, 2022.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Os povos indígenas e o Português do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/os-povos-indigenas-e-o-portugues-do-brasil/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

NASCIMENTO, E. R.; SARAIVA, D. C. O.; CAMPOS, H. O des-envolvimento sustentável da dendeicultura na Amazônia como política de ataque aos povos tradicionais: o caso da microrregião de Tomé-Açu. **Revista Mutirão: Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, v. 4, n. 2, 2023.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Carta em solidariedade à cacica Miriam Tembê**. Nova Cartografia Social da Amazônia, 2023. Disponível em: <https://novacartografiasocial.com.br/carta-em-solidariedade-a-cacica-miriam-tembe/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

PALMQUIST, H. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena**: a persistência da destruição. Belém: UFPA, 2018.

PEDROSA NETO. Lideranças cobram providências após atentado a cacique Lúcio Tembê. **Amazônia Real**, 17 maio 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/liderancas-cobram-providencias-apos-atentado-a-cacique-lucio-tembe/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

PIMENTEL, D. Com discurso de sustentabilidade, produção de dendê na Amazônia ataca quilombolas e indígenas. **O Liberal**, 13 mar. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/com-discurso-de-sustentabilidade-producao-de-dende-na-amazonia-ataca-quilombolas-e-indigenas-1.511828>. Acesso em: 5 jan. 2025.

POLIDORO, M; CANAVESE, D. Mapa da violência contra os povos indígenas no Brasil (2016-2022). **Espaço Ameríndio**, v. 17, n. 3, p. 19-33, 2023.

PODER360. Indígenas são baleados no Pará um dia antes de cúpula. **Poder360**, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/indigenas-sao-baleados-no-para-um-dia-antes-de-cupula/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

PREFEITURA DE PINDORAMA. **História**. Disponível em: <https://www.pindorama.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia/#:~:text=Diz%2Dnos%20a%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20liter%C3%A1ria,Brasil%2C%20a%20gr%C3%A3%2DPindorama> . Acesso em: 5 jan. 2025.

QUIJANO, A. **Bien Vivir**. Entre el “desarrollo” y la Des/Colonialidad del Poder, 2014.

REDE NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL. Carta de repúdio contra a Biopalma. **Acervo Racismo Ambiental**, 13 dez. 2015. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/12/13/carta-de-repudio-dos-tembe-quilombolas-e-ribeirinhos-de-tome-acu-acara-contr-a-biopalma/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

REDE NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL. BBF faz cruzada judicial contra autoridades que investigam conflitos em dendezaís no PA. **Racismo Ambiental**, 30 jan. 2023a. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2023/01/30/bbf-faz-cruzada-judicial-contr-autoridades-que-investigam-conflitos-em-dendezaís-no-pa/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

REDE NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL. Cacique Lúcio Tembê foi vítima de atentado, denuncia filho: “Atiraram para matar”. **Racismo Ambiental**, 14 maio 2023b. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2023/05/14/cacique-lucio-tembe-foi-vitima-de-atentado-denuncia-filho-atiraram-para-matar/> . Acesso em: 5 jan. 2025.

SVAMPA, M. **Debates latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo**. Editora Elefante, 2023.

SOUSA, C. F. M. Projetos de desenvolvimento para a Amazônia e a expansão da dendeicultura. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2019.

TODOROV, T. **La conquista de América**. México: Siglo XXI Editores, 1998.

CAPÍTULO 16: TENSÕES TERRITORIAIS NA ILHA DE TRAMBOCA EM BARCARENA – PARÁ: O AMBIENTAL E O AGRÁRIO NA (DES)CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA

Carolina Furtado Oliveira
Fabiano de Oliveira Bringel

Introdução

Uma das principais questões que geram insegurança a qualquer dinâmica cotidiana das comunidades rurais é sua falta de regularização fundiária. Isso quer dizer que, para o pleno exercício dos modos de viver nesses territórios, é necessário que as comunidades se empoderem do seu processo de titulação. Esse processo é fundamental para que se posicionem ontologicamente, ou seja, no livre exercício do *ser*; que pratiquem suas formas de produzir com tecnologias socialmente adequadas ao seu lugar, construindo seus próprios modos de produção; e que, por fim, constituam e reproduzam suas práticas culturais repassadas de geração em geração cuidando, em seu dia a dia, das lógicas imateriais como peça igualmente importante em suas territorialidades. Isso é fundamental para coibir qualquer prática, material e imaterial, de violência.

Esse processo de reconhecimento dos territórios se objetivou e se cristalizou na construção da Constituição de 1988, a Constituição cidadã, que previu a garantia da regularização fundiária como esse componente fundamental para os povos e comunidades dos espaços rurais. Neste sentido, para Indígenas, Quilombolas e uma boa parte das Comunidades Tradicionais esse direito foi assegurado no Brasil. Com exceção de um grupo, bastante expressivo no espaço nacional, que ficou descoberto dessa condensação de direitos territoriais – os Povos Ribeirinhos, grupo social principal de pelo menos 60% do país, a Amazônia Legal.

Os povos ribeirinhos, para acessarem os direitos territoriais, precisam realizar verdadeiros contorcionismos identitários, consequência de uma intensa plasticidade no exercício de suas ocupações, mas, ao mesmo tempo, uma política sistemática que os invisibiliza frente aos poderes constituídos. A plasticidade do trabalho ribeirinho se dá devido ao seu caráter polivalente. Sua labuta percorre um itinerário que passa por períodos como lavrador, depois,

apresenta-se como peconheiro ou pescador e vice-versa. Isso varia de acordo com o período do ano, um trabalho estruturalmente sazonal.

Para melhor esclarecer, o período de inverno, no caso de janeiro a junho, as atividades econômicas na comunidade voltam-se para a pesca e cuidados com a terra, como extração de palmito (alimento retirado da árvore do açaí) e manejos dos açaisais. Em outras palavras, nesse período, a pesca para o autoconsumo é o principal meio de sobrevivência, nesse caso, os excedentes advindos dessa prática, tanto peixe como camarão, são vendidos, sendo, assim, essa a principal fonte de renda dos ribeirinhos.

Já no período de agosto a dezembro, as atividades econômicas inclinam-se para o extrativismo do açaí e de outras frutas (época da safra), sendo predominante a extração do açaí como principal atividade de trabalho, fazendo com que se altere seu modo laboral. Nesse sentido, no período do verão é a época em que há a safra do açaí, mais especificadamente nos meses de novembro e dezembro, havendo maior circulação de dinheiro – inclusive, é nesse período que acontecem as festas da comunidade, movimentando ainda mais a economia local. Vale ressaltar que a pesca também é realizada no verão, só que em menores proporções, mais voltada para o autoconsumo, tanto do pescado como a do camarão.

Entre a RESEX e o PAE na Ilha de Trambioca – os impasses fundiários

Pode-se dizer que conversão e reconversão do trabalho ribeirinho junto com a política de invisibilidade do ribeirinho complicaram ainda mais o exercício de regularização fundiária de seu território. Simonian (2004, p. 64), em estudo realizado na Ilha de Trambioca, destaca que a emergência do debate acerca da regularização fundiária ocorreu no início do século XXI, e expressa os anseios em relação ao abandono a que vivia a população local no que se refere às ações do poder público, especialmente na lógica da titulação de seus territórios. Nos espaços de diálogos promovidos na ilha, com apoio de pesquisadores da UFPA e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, discutia-se a viabilidade da criação de uma Reserva Extrativista – RESEX, em grande medida ancorada na “preocupação da maior parte local com o futuro do seu território”.

O estudo de Simonian que apresenta a defesa da criação da RESEX acontece no início dos anos 2000, momento em que se ampliam as ações na luta pela regularização fundiária das populações ribeirinhas, especialmente aquelas residentes nas ilhas amazônicas e paraenses. Neste momento, os territórios das ilhas do Pará já apresentavam uma trajetória de luta articulada numa frente que congregava a igreja católica, através das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, a Assembleia de Deus e Sindicatos.

Denise Almeida, liderança da Comunidade de Guajará da Costa, contou-nos em campo sobre o processo de mobilização na Ilha para a análise da proposta apresentada pela pesquisadora.

Tem muitas coisas que eu não consigo lembrar daquele processo. Eu particularmente já consegui acompanhar como se o barco já tivesse andando, né? Eu já consegui acompanhar já... A Lígia [Profª. Lígia Simonian] já tinha feito o levantamento do livro, tudinho aqui. Era o período que eu não morava aqui. Foi o tempo que eu morei em Ananindeua, depois eu voltei pra cá pra ilha. Então, eu não pude acompanhar essa primeira parte. Aí diante do levantamento da Lígia, que ela fez o livro, tudinho, e através do livro fez esse levantamento da ilha em diferentes aspectos: econômico, turístico Tudo, tudo, tudo. Aí depois se pensou com esse material. Aí ela sugeriu que haveria uma grande possibilidade de se encaminhar documentalmente esse pedido de Reserva Extrativista, para Ilha Trambioca, para o governo... no período que o governo era acessível e que haveria possibilidade dessa Reserva passar. Então, seria um sonho muito grande, porque ela pôde conhecer a Ilha, viu o povo e conheceu, e aí ela conheceu e contribuiu muito nessa parte. Aí eu já começo a participar, eu começo a participar, já tinha essa discussão, eu não participei dessa reunião quando a Lígia divide e apresenta o projeto que ela fez, né? Aí ela deixou o livro com a comunidade, deixou o material tudo pronto, e deixou essa deixa (Denise Almeida, entrevista realizada em julho de 2021).

Nessa mesma conversa, percebe-se, na fala de Denise Almeida, que algumas etapas locais foram estabelecidas para se discutir a possibilidade de criação da RESEX. Nesse momento, não havia nenhuma menção à criação de um Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE. O contato da Profª. Lígia Simonian com os moradores da Ilha, bem como a publicização de seu livro, compôs esse primeiro momento das inquietações em torno da possibilidade de criar uma RESEX. Criou-se na comunidade um processo de debate marcado pela formação de uma comissão eleitoral para a formação das chapas que estariam à frente do debate. Já no segundo momento, com a comissão já montada, iniciou-se o processo de reuniões com membros da comunidade e os representantes de instituições em diferentes níveis governamentais (Federal, Estadual e Municipal) para se elaborar documentos e pensar caminhos para continuidade do processo.

[...] E assim foi. Aí, nós participamos, eu e o tio Manoel Almeida e mais o João [Seu Batista] que era o atual presidente da associação dos pescadores e a gente teve presente nesse momento. Foi feito a diretoria. Aí eu entrei nessa parte da Diretoria e aí foi feita a reunião com todas as comunidades da Ilha Trambioca com as lideranças, foi feito na Escola do Trevo [...] As maiores reuniões foram feitas na Escola, lá no trevo. Foi lá que a gente compôs uma chapa e lá a gente foi, foi lá que essa chapa foi eleita, pra encaminhar essa tal reserva. Aí foi encaminhada, mediante a apresentação, pras lideranças [...] Eu lembro que a área da Escola muito cheia Muito cheia. Deu bastante gente. Acho que foram duas reuniões que teve, que teve apresentação da chapa, teve eleição né? Aí teve uma outra reunião

que foi chamado os poderes Públicos [...] Só que esse período demorou pra gente, chegar até essa última reunião com os poderes públicos. Foi chamado a câmara, a prefeitura, pra estarem nessa reunião lá ... e, aliás, as lideranças das comunidades também foram chamadas. E aí teve esses encaminhamentos, essas reuniões (Denise, entrevista realizada em julho de 2021).

E continua:

Aí foi formada essa comissão. Foi eleita. Aí começamos os encaminhamentos, porque, como ela foi apresentada de se criar a reserva, aí a gente foi em busca de como encaminhar os documentos, de como fazer os documentos de como fazer o projeto e como encaminhar. Então ficava mais à frente o presidente [Seu Batista], o presidente eleito nessa época. Aí foi eleito o Batista, o Batista era o presidente. O Roberto era o vice. Meu tio era o tesoureiro, Manoel Almeida, eu, Denise Andrade, era a secretária. E os demais companheiros era o conselho fiscal, que era o conselho deliberativo (Denise, Entrevista realizada em julho de 2021).

O primeiro momento é impulsionado pela ideia da busca pela institucionalização do território da RESEX, mas, durante o percurso dessa construção, surgiram alguns impasses. Um deles foi o afastamento de algumas lideranças que estavam compondo a comissão. Esse afastamento se deu após um documento emitido pela Prefeitura Municipal de Barcarena, no qual se pontuava que os membros da comissão não deviam ter nenhum vínculo com a Prefeitura. Esse momento é marcado por diversas tensões, pois, entre os cinco eleitos que ingressaram a comissão, três deles foram afastados, e outras pessoas passaram a ocupar as vagas.

Apesar da defesa da pesquisadora e de grupos sociais envolvidos no debate da regularização fundiária da ilha, a partir do modelo das Reservas Extrativistas, isso viria a se modificar, levando à criação de um PAE na Ilha de Trambioca, em 2008. O relato de seu Batista é bem elucidativo sobre a emergência desse debate:

Bom, em 2000 a gente começou a discutir com um grupo da universidade aqui em Barcarena, é a professora Ligia que coordenava esse grupo de pesquisa daqui. E aí a gente trabalhava com as perspectivas de criar uma reserva extrativista, e a gente chegou a trabalhar até 2006 com essa ideia de ter uma reserva extrativista junto do IBAMA. Tivemos a presença do presidente do IBAMA aqui na ilha, tivemos a presença do pessoal do CNPT que agora é o Instituto Chico Mendes, pra que a gente criasse, formalizasse a regularização, a da reserva agro, da reserva extrativista. Mas aí tivemos problemas político, o município era contra o prefeito, os vereadores eram contra, e a gente não tinha força de poder ir em frente com o debate. Fizemos várias assembleias gerais, até de 1.000 pessoas presentes nas assembleias nós fizemos, com a presença dos vereadores, representantes do prefeito, representante do INCRA, e da universidade, mas mesmo assim a gente empa-

cou. E aí foi que veio a ideia de se criar o projeto agroextravista do INCRA, o assentamento seria um PAE. E aí a gente opinou de deixar a ideia da reserva e passar para o PAE, Projeto de assentamento, e a gente conseguiu implantar o primeiro cadastro do INCRA, em 2008. Em 2008 foi feito o levantamento socioeconômico, e foi feito todo a regularização de um assentamento, aí veio a equipe do INCRA, o serviço social e fizeram tudo esse acompanhamento junto das famílias (João Batista, entrevista realizada em julho de 2021).

Assim, como o seu Batista, que ocupava a presidência da comissão, Denise também descreve o momento em que a Prefeitura de Barcarena interfere diretamente na decisão das Comunidades da Ilha, definindo pela criação do PAE em detrimento da RESEX.

Nessa discussão já tinha barrado a reserva, não passou. Aí como eles já estavam em contato com o setor do INCRA via Estado, aí alguém lá orientou, que, ao em vez de ser uma reserva, porque não um PAE? Porque um PAE era um projeto mais fácil de ser encaminhado, a Ilha Trambioca tinha um espaço maravilhoso pra se fazer o assentamento, tal, e tal e tal. Então poderia se mudar o projeto, e aí colocaram tanta burocracia se quiséssemos continuar com o processo da reserva. E, assim, a gente dependendo muito do rapaz que tinha mais conhecimento, que tinha uma formação mais voltada pra essa área de agricultura, nessa parte dos movimentos sociais e a gente se deixou de se levar por aí (Denise, entrevista realizada em julho de 2021).

Essa narrativa marca o segundo momento, no qual o debate de RESEX foi abandonado e passa a ser abordada a possibilidade da criação de um PAE. Duas questões-chave marcam esse momento: o não apoio das organizações públicas municipal e a burocratização dos encaminhamentos, caso as comunidades quisessem seguir com o plano de RESEX. Assim, formados com a mesma comissão, as lideranças continuam as reuniões, porém com o intuito de se pensar a criação do PAE.

Teve as reuniões novamente, na Escola do Trevo, as reuniões grandes, né? Aí eles vieram e apresentaram, o pessoal do INCRA veio, apresentou o que era o PAE, explicando pra população o que era tudinho [...] Aí o povo se encantou, aí falaram em ganhar casa, ter casa, ganhar [...] Porco pra criar, ganhar galinha pra criar, ganhar tudo pra criar. E foi dessa forma que eles apresentaram. O assentamento tem dinheiro, que o Governo vai ajudar, vai implantar... e vai ter uma casa de graça [...] Foi feito a reunião com os vereadores aqui, ali dentro da Escola. Aí a gente participou de umas [...] nós fomos pra câmara, e eu acho que a gente participou de umas duas reuniões. Eu acho que depois de lá, quando a gente foi pra Belém, lá pelo INCRA. Lá que já foi apresentado o PAE, e aí, naquele negócio, essa aqui é melhor, aquela ali é melhor (Denise, entrevista realizada em julho de 2021).

Observa-se no excerto de entrevista anterior que o debate em torno da regularização fundiária da ilha se deu em meio ao estabelecimento de uma disputa que envolvia muito mais que os moradores da ilha. Articulações que passavam pelo controle da política em várias esferas: municipal, estadual e federal. Neste momento, o INCRA, através da superintendência SR-01 sediada na capital do estado, empenhava-se para agilizar a regularização fundiária nas ilhas sob o formato de PAE.

Porém, a criação do PAE, ao invés da RESEX, não se deveu unicamente ao direcionamento dado pelo INCRA, mas contou também com a atuação de outras forças e estruturas de poder interferindo nas negociações. Além disso, apontar essa questão como única seria negar a capacidade de ação e luta dos ribeirinhos de ilha. Assim, vislumbramos que a criação do PAE se revelou a única estratégia possível para driblar os antagonistas históricos dos ribeirinhos, que, motivados por cálculo político, obstaculizavam a proposta de criação da RESEX.

O despertar dos moradores da ilha com relação à regularização fundiária se ancorou na trajetória de lutas e mobilizações dos povos do campo que se avolumaram no último quartel do século XX, sendo as comunidades ribeirinhas mais uma das frentes de luta do campo paraense e amazônico.

A história dos municípios do Baixo Tocantins é marcada por vários levantes do campesinato contra as oligarquias agrárias que dominaram a política local. As mobilizações camponesas referentes à posse e ao uso da terra são intensificadas como reação ao projeto latifundializador para Amazônia, intensificado nos governos militares. Além do Anilzinho, neste *locus* de luta, surgiu o Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT), também sendo intensa a mobilização do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MUNAM) e pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores de Pesca (MONAPE). Na década de 1990, a mobilização dos camponeses na Região Tocantina organizou acampamentos e ocupações das agências do BASA em Belém e Cametá, conquistou créditos para a pequena produção familiar tradicional na Amazônia, rompendo assim a hegemonia de créditos somente aos latifundiários e às grandes empresas adotados pelas políticas de desenvolvimento do governo federal para a Amazônia, chamado FNO-Especial³⁸. (Maia, 2017, p. 58).

E continua:

O fortalecimento político do campesinato tradicional se deu também pela influência da atuação da Igreja Católica no mundo rural amazônico, das comunidades eclesiais de base e da Comissão Pastoral da Terra nos movimentos sociais de luta pela terra na Amazônia. E na região do Baixo Tocantins foi responsável pela formação política das lideranças dos trabalhadores rurais nos sindicatos, associações e colônias de pescadores. Movimentos que, mesmo sob uma tutela conservadora da Igreja, possibilitaram a

construção de uma autonomia política dos movimentos sociais, quando, na década de 1990, as lideranças dos trabalhadores rurais assumiram controle do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em Cametá, Abaetetuba e Igarapé-Miri, retirando-o da tutela oficial planejada pela Igreja e pelo governo na década de 1960, fortalecendo assim o movimento sindical camponês (Maia, 2017, p. 57).

Esse acúmulo de experiências e mobilizações culminou com a criação, no município vizinho a Barcarena, em Abaetetuba, “do Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), em finais do ano de 2006” (Coutinho, 2016, p. 129). Esta frente de luta avançou também para o município de Barcarena, apoiado na Igreja Católica, em particular pelos padres e missionários adeptos da Teologia da Libertação. Além disso, destacou-se a atuação de dirigentes locais da Assembleia de Deus, que contribuíram significativamente para esses eventos (Coutinho, 2016).

Em 2003, ocorreu uma marcha dos ribeirinhos para Brasília que culminou com a apresentação da proposta do II Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no qual o ribeirinho já configura como beneficiário do programa de reforma agrária, o que não aparecia no I PNRA. De acordo com Coutinho (2016), a segunda ida dos ribeirinhos para Brasília, no sentido de exercer pressão e reivindicar a regularização fundiária de suas terras, resultou na instalação, no ano seguinte, dos primeiros PAE's na mesorregião, como mostrado anteriormente. O número de famílias atendidas pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 2 – Assentamentos agroextrativistas no município de Barcarena

Nome do PAE	Município	Capacidade de Famílias	Famílias atendidas	Data de Criação
Pae Ilha Arapari	Barcarena	120	95	06/09/2006
Pae Ilha Urubuoca	Barcarena	44	44	06/09/2006
Pae Ilha Longa	Barcarena	20	15	06/09/2006
Pae Ilha Mucura	Barcarena	80	71	06/09/2006
Pae Ilha São Mateus	Barcarena	220	216	06/09/2006
Pae Ilha Arapiranga	Barcarena	355	354	28/11/2005
Pae Ilha Trambioca	Barcarena	1059	1059	30/12/2008
Pae Ilha das Onças	Barcarena	1000	822	28/11/2005

Fonte: INCRA/SIPRA (2021). Organizado pelos autores.

Durante as visitas de campo, em conversa com famílias e com lideranças da Ilha de Trambioca, percebe-se que os debates e o processo da titulação se deram de maneira particular em cada ilha. A Ilha de Trambioca teve sua particularidade devido o estudo realizado pela Universidade Federal do Pará,

a partir do qual surgiu a possibilidade de se debater o processo de construção de uma RESEX. Contudo, com o passar do tempo, começa-se a refletir sobre a possibilidade de PAE. Iremos nos debruçar sobre esse processo e suas particularidades no próximo tópico, porém, buscar-se-á, de antemão, compreender a diferenciação das modalidades que estiveram presentes no processo até a chegada da atual situação (quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização das modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra, PAE e RESEX

Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Reservas Extrativistas (RESEX)
• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; • Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; • Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas.	• Reconhecimento pelo Incra de áreas de RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; • A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais federal ou estadual quando da criação das RESEX.

Fonte: INCRA, 2020.

As modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA, que constam no quadro 1, possuem propostas distintas, as quais se entrelaçam com sonhos pessoais de algumas lideranças locais. Isso faz com que se projetem dois momentos até a chegada e decisão do processo de titulação da ilha como PAE. Desta forma, dialogar sobre o rebatimento entre a criação do assentamento e seus processos se faz necessário.

A respeito da discussão em torno de qual modalidade realizar a regularização fundiária, destaca Denise,

O que eu lembro o que mais se falava da Reserva Extrativista era a manutenção da nossa Flora e da nossa Fauna, que se fosse implantada a reserva na Ilha Trambioca, ninguém meteria a mão [...], mas a gente teria o espaço e que o Governo inverteria em trilhas ecológicas, na preservação das caças, na preservação da madeira. Então seria proibido que a própria população desmatasse descontroladamente [...] as madeiras. Que tirassem a madeira de lei. É que na construção desse processo da reserva, nos discursos, eu lembro que se falava muito que a própria população da Ilha destruíra, e desmatava e degradava, essa parte era muito falada, então eu lembro que

nas discussões da reserva se discutia isso. Eu lembro que meu tio já era um senhor que fazia esse processo no sítio dele, ele não queimava. Os sacos plásticos ele recolhia, ele não deixava nada de sujeira plástica na área dele. O cultivo de produto dele era mais natural. O adubo, se ele usasse alguma coisa, era as folhas secas, os troncos que ele jogava no pé da planta [...] os animaizinhos, assim, ele não gostava de caças pra deixar a cutia, a paca, pra eles terem acesso ao quintal, essas coisas. Eu lembro que era essa discussão pra reserva, eram esses cuidados. Onde a gente teria respaldo do Governo, pra gente ser um espaço, onde as pessoas viessem visitar, que a gente pudesse montar trilha no nosso terreno, amparado pelo governo [...] eu lembro [risos] que a gente pudesse registrar os tipos de madeiras florestais, era mais ou menos isso. Quando se falava em reserva, não se relacionava com a construção de casas, isso já se passou a falar depois que o PAE foi implantado (Denise, entrevista realizada em julho, 2021).

E continua:

Na discussão da Reserva, que era a RESEX. Até algumas pessoas, algumas pessoas assim, “A agora a gente não vai poder tirar nossa madeira tal, tal e tal”. Porque eram algumas pessoas que eram a favor, e que não tinham aquele cuidado, aquele pensamento de cuidar. E aqui dentro da Ilha a gente tem as famílias que trabalham com a questão de madeireiras, com cortes com motosserra, vive disse. Então tinham até um pensamento contrário, em relação à reserva que falavam “Ah, então não vou poder cortar mais, como vou sobreviver” (Denise, entrevista realizada em julho, 2021)?

Denise, ao se referir a certos questionamentos presentes nas falas de moradores da Ilha no contexto da regularização, enfatiza especialmente as tensões em torno do uso da terra a partir das práticas de produção e extrativismo existentes na Ilha. Em meio a esse questionamento, chama-se atenção para a Questão Agrária e, sua corolária, a concentração fundiária e a necessidade de se reconhecer a diversidade e especificidade dos povos do campo trazendo à tona as diferentes práticas sociais constituídas nesse território, ou seja, as territorialidades. Uma ilha, com mais de vinte comunidades, certamente apresentará formas diversas de ser e de viver nela, uma vez que,

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (Saquet, 2007, p. 129).

Nestes termos, a partir do território e das relações construídas se configuram territorialidades que, para Saquet (2007), resultam em uma relação de território-rede-lugar e, assim, a partir dessa tríplice relação, se potencializa uma territorialidade de estratégias de organização política e de luta por desenvolvimento. A territorialidade, por sua vez, carrega uma concepção de caráter político, de “organização societal e territorial, na busca da transformação com mais justiça social, tentando potencializar a autogestão, a recuperação, e a preservação ambiental” (Saquet, 2007, p. 129).

O que podemos constatar, a partir das falas de nossa informante Denise, em diálogo com Saquet (2007), é a Questão Agrária se friccionando com a Questão Ambiental em função dos interesses econômicos de muitos mediadores sociais que entraram na discussão sobre que modalidade seria melhor para a construção do território ribeirinho – políticos locais, comerciantes, prefeitura etc. Esses agentes, com receio de terem limitados o acesso aos recursos naturais do território, estabeleceram uma série de entraves à implementação da RESEX. Entraves burocráticos, cooptações e boicotes foram colocados para frear a ideia de uma intervenção fundiária com preocupação ambiental. Eles empreendiam que essa modalidade colocaria uma série de contingências ao uso da terra e da água, o que comprometeria significativamente os processos de apropriação da fauna, da flora e das atividades agrícolas e pesqueiras. Deste modo, desenvolveram um conjunto de estratégias para se mudar a modalidade da intervenção fundiária, de RESEX para PAE.

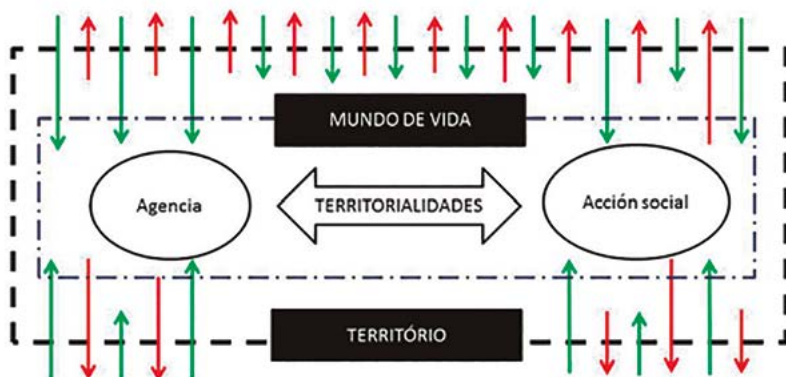
As tensões entre os de “dentro” e os de “fora” na (des)construção do território?

O momento da criação do PAE evidenciou na comunidade os encontros e desencontros ocorridos no processo de discussão que garantiu a regularização fundiária. As tensões entre a população da ilha e os grupos econômicos locais e nacionais representados pelos políticos locais, vereadores, prefeito etc. ficaram latentes. Desse embate, forjaram-se organizações internas e/ou articularam-se associações municipais pelos grupos locais que passaram a representar as demandas da comunidade junto às instituições, a exemplo do INCRA, da Prefeitura de Barcarena, de empresas locais e de ONG's.

De certa forma, essas tensões e as mediações implementadas nos permitiram atentarmos para a interferência desses processos na comunidade. Perceber a interferência disso nas decisões da comunidade nos permite sinalizar para a compreensão sobre como esses empreendimentos implicam a emergência de novas territorialidades? A forma como a comunidade se organiza é um fator fundante para compreendermos tais questões. Essas tensões nem sempre apresentam um caráter intenso e podem se constituir a partir de relações submersas em relações de poder

mais frágeis e até invisíveis. A figura 1 representa o campo de forças que se estabeleceu nas comunidades no debate sobre a melhor forma de regularização fundiária.

Figura 1 – Ilustração sobre o campo de forças que se estabelece no território



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Arce e Charão-Marques (2019).

Nesse campo, as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivamente agem sobre território através de territorialidades específicas (Saquet, 2007). Para Arce e Charão-Marques (2019), “Los interfaces y los ensamblajes son el resultado del colapso de la relación tiempo-espacio, continuidades y discontinuidades, que generan los procesos del desarrollo”, ou seja, isso possibilita a construção de diferentes territorialidades em um mesmo território que refletem e recriam diferentes modos de vida e de produção, do qual se busca compreender o espaço-tempo-território.

Nesse processo de inserção do território ribeirinho-camponês na economia globalizada, especialmente por meio da exportação dos produtos minerários da região, promove-se uma ampliação das disputas do território em decorrência da destruição do seu *habitat* historicamente construído: o ecossistema amazônico. O território passa, então, a ser disputado, situações de conflito se instalam.

Evidencia-se a tensão de territorialidades (Porto-Gonçalves, 2001) promovida por grupos sociais que têm interesses distintos com relação ao território, sua forma de dominação e apropriação.

Diante dessas territorialidades emergem essas tensões, que declaram a insegurança da garantia ao território. Nesse campo de tensão empreendido em decorrência do avanço das atividades minerárias no município, produziu-se o “ruído” de que não haveria mais espaço para a permanência do projeto

de assentamento. Participamos com as lideranças locais de um debate na ilha em que um dos pontos discutidos foi exatamente esse: a Ilha continuaria sendo um assentamento?

Pois é, mas daí, sabe o que eu fico pensando? Esse povo tem provavelmente o chamado título de posse, e nós que somos o chamado “Patrimônio da União”? Vamos pra onde? Então é muito sério, né, Carol? Eu sempre disse isso, que eu tô com 55 anos, então, nasci na ilha, moro na ilha, me considero da ilha como todos esses aqui, então é dolorido ouvir essas coisas e ficar quieto. Então, eu trago presente a fala do finado Doralinda, que foi lá quando nos reunimos pela primeira vez, e depois nós pensamos uma conversa só com a comunidade, pra dar esses alertas, porque lá foi alguém dizer “Eu quero comprar terreno” e é assim que vai devagarinho né? Dando bombons pra criança. As outras reuniões eu vou te falar o que o Antoniel me disse. Me disse que o Acleu foi na casa dele, na casa de todos os irmãos dele, para comprar terreno lá. Agora tu pergunta: “Para que o Acleu quer toda aquela terra da Boa Morte?” Então aí tem coisa. Ele foi lá no Seu Carneiro e ele disse: “Se vocês não venderem, vocês vão ter que sair daqui”. Então, como diziam os antigos: “Gente da gente”, que a gente nunca imaginou, e que, tipo assim, aqui na ilha tem uma galera, né? Vou falar com o Toninho [taxista], ele te bate se disser que a gente é contra. Então é muito sério, acredito que a gente precisa continuar discutindo. Eu conversei já com o Batista, né? Então, quando ela me informou que o Adriano convidou ele, então, eu acredito que é estreitar realmente esta relação porque, quando a gente pensou, né? Que foi o Batista que sugeriu que seria necessário ir numa secretaria dessa para ver se realmente essa Cargill, que poderia já ter dado entrada no pedido de licença ambiental, aí não tem nada pra nós quando o estado dá, né? E aí rola dinheiro, você sabe disso, rola milhões e aí uma pergunta nossa era: “Quem é que pode ir lá?” Então justamente a gente dizia que poderia ser a associação, porque uma pessoa física não ia chegar lá e dizer: “Olha eu quero saber”. Então tudo isso a gente precisa estar discutindo (Senhor 01, entrevista de julho, 2021⁴⁹).

Continua:

Porque, segundo as informações, esta ponte que vai atravessar o rio, “a fazendinha” que chamam o local, né? A ponte é pra atravessar as carretas para os portos que vai ter no farol e aqui na [não audível] para desembarcar [não audível] manganês, essas coisas sabe. Que vai ir não sei pra onde (Senhor 01, entrevista de julho, 2021).

⁴⁹ Nos excertos de entrevistas coletadas por ocasião de uma reunião organizada pelas lideranças religiosas para debater o avanço dos grandes empreendimentos na ilha, optei pela nomenclatura “senhor” e “senhora” para preservar a identidade e garantir a segurança dos informantes.

Questionava-se, naquele momento, sobre as histórias da chegada de novos empreendimentos na Ilha de Trambioca. Observamos que esse assunto estava gerando uma instabilidade na comunidade e na ilha. A possibilidade de perda do território se apresentava para os ribeirinhos como a possibilidade de perder a vida. Muitos chegaram à conclusão de que a criação do PAE não teria sido suficiente para assegurar-lhes o direito ao território.

Esse tema estava causando muitas preocupações e inquietações aos integrantes da comunidade. Percebemos a necessidade de um acompanhamento jurídico a fim de auxiliar a comunidade com esclarecimentos acerca da questão fundiária e sobre os direitos conquistados com a criação do PAE. Muitos ainda lidavam com incertezas do momento da criação do projeto e pontuavam estratégias de resistência referente a Cargill.

Se nós conseguirmos nos manter como assentamento, a gente tem grande respaldo. Um assentamento, ele é um caminho que vai nos respaldar, se vai nos socorrer até o final eu não sei, mas a priori o assentamento ele reforça muito essa parte porque não vai ser tão fácil a entrada. O problema é como a gente te falou, a gente tem que estar alinhado [...]. A gente chame o pessoal de fora, a gente tem que nos alinhar, conhecer bem a nossa realidade, estudar bem tudo. Porque às vezes a colega aqui, mesmo ela morando na ilha, ela não conhece a minha comunidade, às vezes eu não conheço parte da comunidade dela como ela conhece, então nós vamos dois juntos falar da nossa comunidade? Eu não vou ter a segurança de falar da parte que ela conhece. Então eu acho que primeiro a gente precisa estudar mesmo a nossa realidade, conhecer o máximo de nós mesmos, da nossa comunidade (Senhora 02, entrevista de julho, 2021).

Colocava-se como questão importante qual a representatividade a ser utilizada nesse processo de disputa e construção de resistência em relação aos grandes empreendimentos. “Vamos falar enquanto comunidade ou enquanto associação?”, como podemos observar no fragmento a seguir.

Agora eu pergunto a vocês: Nós estamos querendo lutar por isso, para que haja essa preservação da nossa ilha. Qual a possibilidade que temos de ganhar isso como lutadores, como associação, como comunidade (Senhora 01, entrevista de julho, 2021)?

Hébette (2004) pontua a questão da “localidade”, ou da “comunidade”, como um fator que implica a forma de planejamento ou intervenção junto ao processo de governança do território.

Qualquer que seja a denominação utilizada, resta uma dificuldade quanto à delimitação de um espaço geográfico que pudessem corresponder à noção de “localidade” como nível operacional para fins de planejamento ou intervenção; possivelmente esse espaço devesse ser definido empiricamente em cada caso.

Não obstante, uma dupla terminologia não deixa de apresentar interesse, uma mais relacionada com a dimensão física, importante em se tratando do meio ambiente, a outra se referindo a caracterização social, também fundamental, em se tratando de ação coletiva (Hébette, 2004, p. 349).

O autor aborda que, dentro do contexto social, esse espaço geográfico envolve outras qualificações de grupos sociais (Hébette, 2004), que aqui classificamos como territorialidades. Por isso, pensar as tensões é considerar a diversidade das comunidades e suas demandas, suas territorialidades distintas, mesmo que as tensões se projetem e impactem de diferentes maneiras na Ilha de Trambioca, gerando conflitos, que podem estar mais latentes em uma comunidade do que em outra, aparecendo conflitualidades em diferentes graus e significados num mesmo território, no caso, no Projeto de Assentamento.

No caso da comunidade do Utinga Açú, essas tensões são percebidas por diferentes olhares. O vazamento de rejeitos das bacias da Hydro de 2018, no município de Barcarena, impactou de maneira direta a Ilha de Trambioca. Com isso, algumas comunidades receberam a visita de assessoria contratada pela empresa, uma delas foi a comunidade de Utinga Açú. Posteriormente, a empresa passou a fazer estudo do solo na Ilha oferecendo em contrapartida cursos de piscicultura e agricultura.

É, eu fiz mais aqui no Utinga, e fora do Utinga eu fiz pelas pessoas que eram indicadas pelo Ediel. Acho que de fora do Utinga eu fiz em 3, foi aí no ramal do arrozal, esse um da estrada do cuipiranga e dentro da estrada do guariju (Fábio, entrevista de julho, 2021).

Continua:

Eu fiz um curso, o mais recente eu fiz em 2018, que a gente foi em Castanhal fazer. Quem patrocinou foi a Hydro juntamente com o Instituto Peabiru, que foi justamente que a gente foi, foi um cara que ele até é bem renomado o nome, seria Manoel alguma coisa, que ele faz adubo de maneira orgânica e que tive melhor pra gente, que hoje em dia o que a gente come a maioria das coisas é com muito agrotóxico, essas coisas, ele ensinou muitas maneiras da gente adubar nossas plantas, é... pra dar bem fruto, pra crescer (Fábio, entrevista de maio, 2021).

Entre os cursos ofertados, Fábio destaca que o primeiro foi no ano de 2016, abordando questões de agricultura, e, no ano de 2018, um curso de piscicultura, curso este que foi realizado no mesmo ano da tragédia da barragem de rejeitos: “foi no final, acho que tá a data naquele negócio lá, nos laudos”. Esses laudos que Fábio cita foram estudos realizados pelo Instituto contratado para realizar a análise do solo.

Eles fizeram justamente por causa da Hydro, né? que teve aquele vazamento lá. Daí eles queriam tipo dar um conforto pra gente, né? dizer que eles iam analisar na nossa terra e dar o suporte, pra saber o que a terra tava precisando, eles iam ajudar, mas infelizmente eles só fizeram mesmo o laudo, coletaram a terra, mas a assistência mesmo pra corrigir o solo até hoje nada (Fábio, entrevista de maio, 2021).

Vale pontuar que, diante do crime cometido pela Hydro, a quantidade de famílias impactadas foi muito maior do que o quantitativo atendido, já que a Ilha por si só tem mais de mil assentados. Percebe-se que não houve uma atuação da empresa no sentido de mitigar os problemas. Buscou-se instituições que atuam na mediação desses impactos, a exemplo do Instituto Preabiru⁵⁰.

Eu avalio como bom, né? Que é um aprendizado a mais que a gente tem. Mas, tipo, eu aprendi muita coisa, mas muita coisa eu já esqueci pelo fato de não ter aquela assistência sabe? de tipo um impulso do governo, ou de os órgãos mesmo lá, tipo como um ponta pé inicial, sabe? É, aí não tem, aí tipo, a única coisa que eu desenvolvi desses cursos foi uma pequena criação de galinha que eu comecei. Eu fiz o galinheiro, eu fiz, comprei os recipientes de colocar água colocar ração, eu comprei 50 pintos caipirão e 30 daqueles brancos, desses brancos que a gente compra. Só que não podia ter zuada perto deles, dos brancos, né? que eles são mais melindrosos, e acabou que a maioria deles pegaram doença, ficaram meio tipo parado, sabe? aí eu perdi. A única coisa que prestou foi os caipirão mesmo, que são mais resistentes, mas justamente do meu recurso, entendeu? Eu não tive nada de ajuda de nenhum órgão competente assim. A única coisa foi que eles passaram pra gente foi a... como é que se diz? a teoria, a prática não, porque eles não tinha aonde eles mostrar a prática pra gente (Fábio, entrevista de maio, 2021).

Continuando:

Do meu próprio bolso mesmo, porque pra tudo eles colocam dificuldade pra gente. Tipo, se eu trabalho na terra, a dificuldade que eles botavam pra gente era a DAP, né? a DAP, aí ninguém tinha, era difícil de conseguir, agora que eu consegui, só que eu não tenho mais área pra mexer, as áreas que eu tenho tá tudo plantado já (Fabio, entrevista de maio, 2021).

Essas ações atuaram na comunidade no sentido de apaziguar as possíveis tensões que pudessem se amplificar, causando, assim, intervenções judiciais e

⁵⁰O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) brasileira, com 22 anos de atuação, com a missão de fomentar o protagonismo de grupos sociais da Amazônia para a promoção do pleno acesso aos seus direitos fundamentais. Com sede em Belém, Pará, atua preferencialmente no bioma Amazônia. No estado do Pará, a atenção especial é para três regiões: a Grande Belém, o Marajó e o nordeste paraense.

de reparos econômicos. Observamos que foram muitas as críticas por parte dos ribeirinhos com relação à ação da empresa na Ilha após os inúmeros crimes ambientais ocorridos no município, e que ficaram em grande medida restritas à comunidade. No município de Barcarena, são muitas ações judiciais ajuizadas contra as empresas mineradoras, porém caminham lentamente na justiça estadual, apesar de se tratar de crimes federais. Além disso, em sua maioria, esses processos se encontram em segredo de justiça, impedindo o acesso ao público.

Na comunidade Utinga Açú, apesar das tensões não aparecerem de forma latente, sabe-se de situações em que as rusgas existem. As tensões destacam-se em particular nas tomadas de decisões junto às associações, especialmente em relação ao controle do bem comum e das atividades de turismo, que avançam rapidamente sem que haja uma ação concreta no sentido de normatizar essas ações. Histórias sobre o avanço do grande capital e seus empreendimentos pairam como assombração sob o território das ilhas e, em particular, da Ilha de Trambioca e da Comunidade Utinga Açú. “É todo dia uma história nova de que vai chegar um porto, uma plataforma, uma balsa. Eles avançam, nos afrontam e nós na lida do dia a dia, e um também na luta”.

Referências

ARCE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Los interfaces y los ensamblajes son el resultado del colapso de la relación tiempo-espacio, continuidades y discontinuidades, que generan los procesos del desarrollo. *In*: ARCE, A. (Org.). **Interfaces y ensamblajes en la antropología del desarrollo**: actores, afectos y materialidades. Antiquoa: Fondo Editorial FCSH, 2019.

COUTINHO, M. V. **Ilhas e Várzeas de Histórias, Conflitos e Identidade: Trajetórias Sociais e Políticas dos Ribeirinhos de Abaetetuba**. 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11587> . Acesso em: 10 dez. 2024.

HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. II. Belém: ED.UFPA, 2004.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Tipos de Assentamento. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em 20 dez. 2024.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos e Relação de Projetos**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em 20 dez. 2024.

MAIA, R. O. M. **Territorialidades Específicas em Barcarena Confrontadas com Grandes Projetos de “desenvolvimento”**. 323 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://www.ppgdstu.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/ROSA-NEDEOLIVEIRAMARTINSMAIA.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. **Gestão em Ilha de muitos recursos, histórias e habitantes: experiência na Trambioca - Barcarena-PA**. Belém: NAEA-UFPA; Projeto NAEA / Fundação Ford, 2004.

CAPÍTULO 17: ENTRE OS ATINGIDOS DO TERRITÓRIO E O MUNDO DO TRABALHO EM BARCARENA-PA: ENCRUZILHADAS ENTRE O ECONÔMICO E A IDENTIDADE A PARTIR DO LUGAR

Pedro Vinicius dos Santos Silva
Fabiano de Oliveira Bringel

Apresentação

Em março de 2018, a pedido de uma força tarefa do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), foi publicado um relatório técnico pelo Instituto Evandro Chagas (IEC)⁵¹, o qual apontou múltiplos danos ambientais causados pela atividade industrial da produção de alumina/alumínio no município de Barcarena-PA (localização no mapa 1). Os laudos produzidos por tal instituto são decorrentes de um transbordamento das bacias de rejeitos da refinaria de alumina Hydro Alunorte, ocorrido em 17/02/2018 (Instituto Evandro Chagas, 2018).

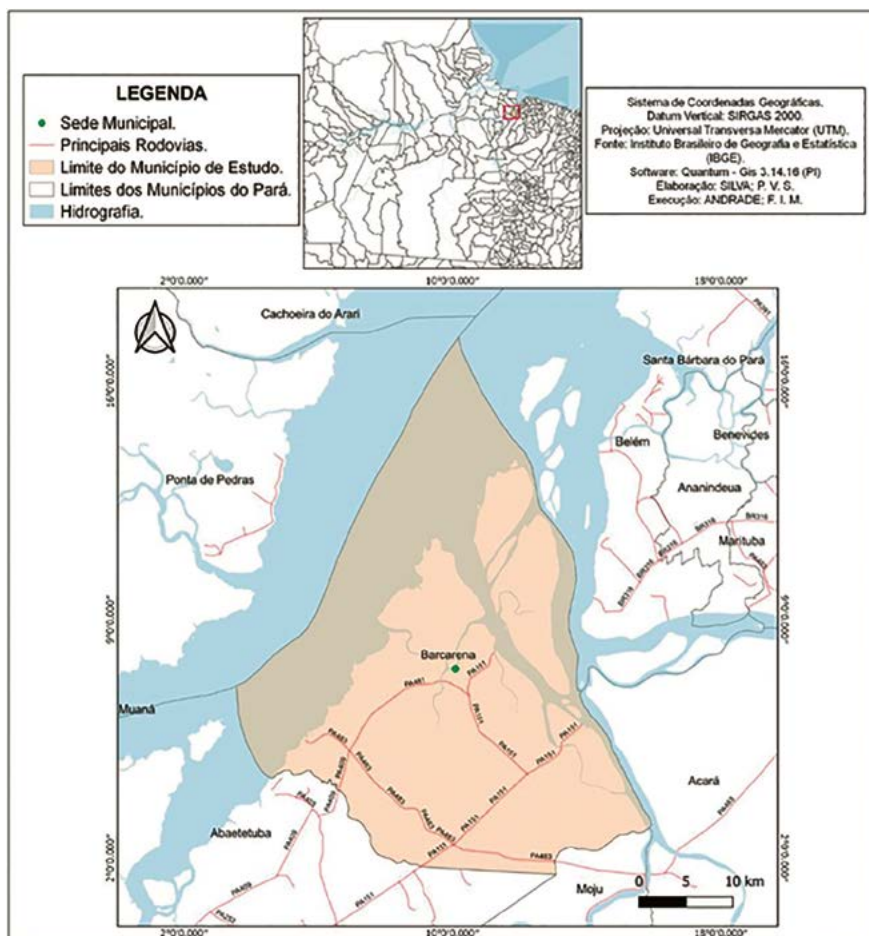
Tal transbordamento provocou uma notificação efetuada, em conjunto, por três instituições: o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública do Estado do Pará, além do próprio MPPA, que enunciavam uma série de recomendações à empresa e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) (Brasil, 2018). Dentre as recomendações, ressalta-se o embargo da bacia de rejeitos DRS2 (depósito de resíduos sólidos) da empresa e a suspensão parcial da refinaria, o que acarretou redução de toda a produção de alumínio de Barcarena e, consequentemente, demissão ou afastamento de uma parcela dos trabalhadores dessa empresa.

Esse contexto aponta para dois cenários: **comunidades atingidas intensamente pelas lesões ambientais e trabalhadores afetados pelas interrupções nas atividades da indústria.**

Em setembro de 2019, a Justiça Federal revogou um dos embargos da Hydro Alunorte (Brasil, 2020) e, com alguns ajustes, as atividades da refinaria alumina retomaram seus padrões de “normalidade”. Entretanto, estes dois grupos sociais (trabalhadores da indústria e comunidades atingidas pela indústria), apesar de sua histórica posição de exploração e subalternidade no modo capitalista de produção, seguem com perspectivas e opiniões distintas acerca do processo da mineração do alumínio em Barcarena (PA). Pontos de vistas que ora se cruzam, ora se afastam.

⁵¹ Instituição científica sediada em Belém-PA, vinculada ao Ministério da Saúde.

Mapa 1 – Localização do município de Barcarena-PA



Fonte: elaboração própria, 2022.

É justamente neste cenário, a partir das perspectivas de dois grupos diferentes, que este capítulo transitará. O objetivo geral aqui é analisar a dinâmica dos impactos sociais oriundos do polo de produção minero-metalúrgico no município de Barcarena-PA através da compreensão das experiências de dois grupos sociais distintos que o vivenciam diretamente: de um lado, a **comunidade quilombola Sítio São João**, que sente as consequências dos impactos imateriais e existenciais do processo produtivo; do outro, o **sindicato dos metalúrgicos de Barcarena (SIMEB)**, uma importante instituição que representa uma parcela significativa dos trabalhadores da indústria.

Tendo em vista que este estudo lida com experiências de vida em seu cotidiano (nas suas perspectivas de memórias, anseios e sentimentos), a categoria geográfica **Lugar** fornece os subsídios de análise.

Como objetivos específicos, pretende-se entender as bases teóricas do lugar para observá-lo na dinâmica dos sujeitos que estão atravessados pela atividade da mineração do alumínio em Barcarena-PA; comparar os anseios, perspectivas e lutas de dois grupos impactados por esse processo de produção industrial; depreender os pontos de concordância e discordância entre trabalhadores da indústria e camponeses de comunidade quilombola no município de Barcarena, e o porquê destas; e compreender como a lógica global do circuito produtivo do alumínio influencia na percepção e dinâmica existencial do lugar.

Diante disso, e levando em conta que “hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (Santos, 2005, p. 161), considera-se de fundamental importância a investigação do processo através da ótica dos sujeitos que vivenciam a realidade de modo direto. Para isso, foi descartado o comportamento e o olhar que trata esses indivíduos meramente como recurso, ou como mero componente econômico ao qual muitas vezes é reduzida a ideia de classe social, figurando numa dicotomia simplista de oposição ou a favor do processo proposto pelas empresas. Há aqui uma necessidade de olhar através do cotidiano, no mundo vivido. Eis a **problemática** que guiou a investigação: por qual razão dois grupos distintos, que estão interseccionados no processo industrial de Barcarena, acabam se desencontrando no lugar?

O conceito de lugar é lido, majoritariamente, em duas perspectivas teórico-metodológicas diferentes: na Fenomenologia (proposta referente à corrente da Geografia Humanista) e nas tendências da Geografia Crítica. No desenvolvimento deste trabalho, será explanado sobre ambas as perspectivas. No entanto, aqui a leitura sobre lugar está subsidiada em uma orientação muito utilizada por geógrafos atualmente, referente à procura de um **ponto de encontro entre a perspectiva Humanista e Crítica. Há uma considerável bibliografia acerca de uma aceção de lugar que abarque ambas as perspectivas, pois**, mesmo com caminhos metodológicos diferentes, uma não invalida a outra. Tem-se percebido, cada vez mais, a riqueza entre os pontos de concordância de ambas. No decorrer deste trabalho será explorada essa literatura.

Moreira e Hespanhol (2008) recordam que Holzer, um autor da geografia humanista, coloca que há semelhanças entre as propostas crítica e humanista nas análises geográficas, pois,

Na década de 1970, a Geografia Humanística e a Geografia Crítica surgem como oposições ao positivismo, com posturas metodológicas, filosóficas e epistemológicas diferentes, mas

com um ponto em comum – a compreensão do mundo e a busca de explicações sobre a relação sociedade natureza e os elementos intrínsecos nessa relação (Moreira e Hespanhol, 2008, p. 50).

Carlos (1996) relembra que Milton Santos (vinculado, pelo menos em boa parte de sua trajetória, à geografia crítica), em suas últimas obras, apreende o lugar para além do vínculo dialético entre o global e o local, agregando de maneira significativa a dimensão das subjetividades do mundo vivido.

Tomemos o mérito desses estudos contemporâneos sobre o lugar, nos quais é buscado um ponto de convergência entre duas metodologias que são tratadas, geralmente, como incompatíveis. Este lugar como expressão das tensões das modernidades (Ferreira, 2000) é o guia desta pesquisa.

As seções do capítulo seguirão em três momentos, que representam, metaforicamente, três fases da mineração e produção do alumínio: 1. Matéria-prima, 2. Fabricação e 3. Produto.

A seção 1 trata de uma abordagem teórica sobre a concepção de lugar: é realizada uma breve explanação da Geografia Humanista e do Lugar, para isto são utilizados autores como Holzer (1997; 1999), Buttimer (1985), Nogueira (2005) e Tuan (1980). Também se discorre, brevemente, sobre a Geografia Crítica e o Lugar, para tal são mobilizados os autores Carlos (1996), Harvey (1992), Massey (2008) e Santos (2005; 2006), que fornecem os subsídios de análise. Por fim, a seção apresenta os pontos de convergência entre as metodologias no estudo do Lugar: Carlos (1996), Holzer (1997), Moreira e Hespanhol (2008), Santos (2006), Ferreira (2000) e Arroyo (1996) são as bases teóricas.

A seção 2 dedica-se às relações de lugar em duas faces do circuito espacial da mineração, destacando o alumínio em Barcarena. Também traz um resumo sobre as estratégias corporativas globais da produção do alumínio na Amazônia e em Barcarena. Para tal, são consultados autores como Hazeu (2015), Palheta (2015), Tarsitano Neto (1995), Monteiro (2007) e Bringel *et al.* (2024). As discussões sobre as condições da Comunidade Quilombola Sítio São João e do Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena, respectivamente estão embasadas no protagonismo dos relatos e experiências pessoais dos sujeitos que compõem tais grupos, isto alicerçado nas leituras teóricas acerca do campesinato e relações de trabalho/sindicalismo, além dos autores já citados.

Finalmente, a seção 3, considerações finais, “Entre o mundo do trabalho e uma comunidade quilombola camponesa”, sintetiza as interpretações objetivadas até então.

Dado isso, justifica-se a necessidade de ler a cadeia produtiva do alumínio (em toda sua dinâmica Lugar-Mundo, Local-Global) de uma maneira que protagonize os cidadãos que a vivenciam. Para além disso, mostra-se de

fundamental importância o estudo de uma comparação entre dois grupos, mostrando a variabilidade de perspectivas entre pessoas que são impactados pelo singular processo industrial de Barcarena.

Matéria-prima: panorama teórico sobre a concepção de lugar

“A bauxita e a alumina representam os dois primeiros elos da cadeia de valor no caminho para o metal de alumínio e, por sua vez, para os produtos de alumínio. A Hydro minera bauxita no Brasil” (Hydro, 2021) romantiza o site da corporação norueguesa *Norsk Hydro*, que atualmente protagoniza o cenário industrial de Barcarena. Nota-se nessa citação os caminhos da produção mineral: este processo possui uma base inicial, algo que o sustenta, que é o primórdio de tudo. No contexto do alumínio, isso é representado pela matéria-prima *alumina*, extraída da substância mineral *bauxita*.

A importância da alumina e da bauxita representa – metaforicamente –, na estrutura deste trabalho, a importância fundamental do debate teórico sobre o lugar como suporte. Assim como a matéria-prima é a base para o alumínio, o lugar é a base para o trabalho e para o território.

Uma breve explanação da Geografia Humanista e o Lugar

A geografia humanista é conduzida pelo método da *fenomenologia*. Essa forma de pensar filosófico propõe que é nos próprios fenômenos que se encontra o que possamos conhecer acerca da realidade. Isso vem à tona através da análise das experiências concretas das pessoas, ou seja, a fenomenologia retorna ao valor do estudo do fenômeno em si, da *coisa em si*, pois é necessário que o pensamento retome as suas origens, dando-se como princípio não mais as opiniões, mas à própria realidade (Husserl, 1968). Apesar da fenomenologia não ser o método mais habitual nas análises geográficas, ela tem tido destaque nos estudos sobre lugar.

Assim, tal concepção coloca que o lugar deve ser investigado baseado nas experiências diretas entre o mundo e a consciência do ambiente, muito além de localização, “mais do que o inventário dos conteúdos da área [...] se refere ao modo de ver o mundo, a seus padrões objetivos, mas também às crenças das pessoas, aos significados subjetivos dos lugares” (Holzer, 1999, p. 69).

Tendo em vista que cada pessoa é um universo particular, com experiências e memórias específicas sobre uma determinada porção do espaço, a análise de lugar da geografia humanista busca mergulhar nas vivências, em histórias narradas e análises do cotidiano. Dessa maneira se aprofundando na autenticidade do fenômeno, da forma como este aparece ao sujeito.

Diante disso, “é preciso reaprender a ver o lugar; esta reaprendizagem se dá a partir das histórias narradas por quem vive os lugares” (Nogueira, 2005, p. 10255). Observamos aqui a importância de analisar os fenômenos protagonizando as descrições dos sujeitos que o vivenciam diretamente.

O lugar é construído e está entrelaçado com as relações afetivas que os sujeitos criam com o espaço em que vivem (através de seu cotidiano, memórias, vivências), na subjetividade existente entre o indivíduo e sua experiência com o mundo.

Uma ideia relevante nas reflexões fenomenológicas na geografia é a “geograficidade”, noção cunhada por Eric Dardel, em 1952:

[...] geograficidade refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas, e refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são as bases e recursos das habilidades do homem e para as quais há uma fixação existencial (Dardel, 1952 *apud* Nogueira, 2005, p. 10.247).

Holzer (1997, p. 80), ao lembrar Dardel, coloca que “a geograficidade, enquanto essência, define a relação do *ser-no-mundo*”.

Geograficidade, isto é: o relacionamento que o sujeito cria com a terra, com seu ambiente, em suas atitudes e olhares no modo de perceber e experienciar o mundo ao seu redor. É nesse ponto de vista que o lugar será constituído.

Cabe aos geógrafos humanistas, nas investigações fenomenológicas sobre o lugar, um esforço em abandonar quaisquer julgamentos *a priori*, ou pré-conceitos sobre uma determinada realidade, visto que essa abordagem se preocupa em explorar e interpretar a consciência do indivíduo que está vivenciando o seu lugar/mundo.

Buttimer (1985), ao tratar do sentido do lugar, remonta a uma razão do *habitar*, quer dizer, do sentir-se em casa...

Habitar implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa (Buttimer, 1985, p. 166).

São os sentidos do corpo que proporcionam a apreensão e a absorção do lugar por quem o vivencia. Como coloca Tuan (1980, p. 12), “um ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos. A informação potencialmente disponível é imensa”, assim sendo, é o conjunto da visão, tato, audição e olfato que irá perceber e conceber um lugar. Há uma paisagem, uma estética, um cheiro, um sabor e uma textura no lugar. Tal autor também aponta para fatores de proteção, familiaridade e apego proporcionados pelo lugar, concebidos através de experiências íntimas e apreensões simbólicas.

Tuan (1980, p. 107) traz à tona a noção de *topofilia*, que é um “neologismo [...] incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio

ambiente material [...] em intensidade, sutileza e modo de expressão”. Sucin-
tamente, “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.
Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (Tuan,
1980, p. 5).

Vale ressaltar que, na geografia humanista, não se pode perder de vista
as características espaciais do lugar, pois o lugar é espaço. Não se pode reduzir
o lugar em símbolos não-espaciais como mero “lugar de memória”. Holzer,
um geógrafo humanista, coloca que lhe parece “totalmente inadequada esta
utilização do ‘lugar’ descaracterizado de suas qualidades espaciais e geográfi-
cas e transfigurado em um mero símbolo não-espacial” (Holzer, 1999, p. 75),
e posiciona-se expressando: “proponho que se defina o lugar sempre como
um centro de significados e, por extensão, um forte elemento de comunica-
ção [...], mas que nunca seja reduzido a um símbolo despido de sua essência
espacial” (Holzer, 1999, p. 76).

Os entendimentos aqui apresentados apontam para algumas palavras-
chave na compreensão do lugar pela geografia humanista: percepção, fenô-
meno, afetividade, habitar, ser-no-mundo, subjetividade. Tais apontamentos
remontam ao fator principal desse contexto: uma relação sentimental que é
construída entre o sujeito e seu meio.

Uma breve explanação da Geografia Crítica e o Lugar

A ideia de “crítica” já induz a um caráter de contrariar uma suposta
neutralidade científica. Tal geografia que se propaga a partir da década de
1970 é sustentada na defesa da redução das desigualdades socioeconômicas,
pautada em estudos com comprometimento político, muitas vezes em uma
visão crítica sobre a dinâmica do espaço marcada pelo modo capitalista de
produção. A categoria lugar, logicamente, estará vinculada a tais concepções
(Carlos, 1996; Harvey, 1992; Massey, 2008; Santos, 2006).

Essa abordagem traz – comumente – o Materialismo Histórico e
Dialético⁵² como assistência metodológica de estudo. Isso coloca o lugar em
uma leitura de pares dialéticos: o velho e o novo, associação e contrariedade e,
sobretudo, o global e o local (Moreira; Hespanhol, 2008). Desse modo, Carlos
(1996) aponta que, para além de uma categoria “autônoma”, o lugar deve ser
entendido enquanto parte componente de uma totalidade espacial, assim o
lugar inclui sempre o global.

“Nem o espaço nem o lugar podem fornecer um refúgio em relação ao
mundo”, afirma Doreen Massey (2008, p. 274), ao problematizar as particula-
rizações dos lugares. De acordo com a autora, todas as dinâmicas e decisões

⁵²Forma de pensamento científico/filosófico embasada na dialética histórica e material entre as clas-
ses sociais, cuja estrutura se configura em: Tese (modo de produção primitivo), Antítese (sociedade
de classes) e Síntese (sociedade sem classes através de revolução na estrutura social) (Sell, 2001).

que ocorrem em uma área específica irão ultrapassar a geografia daquela área. Lugar seria então “uma articulação distinta dentro das geometrias do poder da globalização contemporânea” (Massey, 2008, p. 267), ou seja, a construção de identidades no espaço não se dá de forma singular e sim múltipla. Ainda Massey (2008, p. 199) incorpora a dimensão natural, “não-humana”, na constituição do lugar, pois “não há base, no sentido de uma posição estável, e concluir que haja é cair nessas imaginações criticadas [...] por celebrarem uma cultura móvel, enquanto mantém (ou tentam manter) a natureza silenciada”.

Diferentemente da abordagem humanista (na qual o lugar é definido a partir de singularidades subjetivas), aqui esse conceito é abordado enquanto uma particularidade que está expressa dentro de perspectivas mais gerais. Lugares seriam então contextos específicos dentro de contextos de totalidade.

Santos (2006) aponta que os acontecimentos com os quais a sociedade atual se depara ultrapassam as fronteiras do local, pois são eventos globais, todavia, sua reflexão se materializa no lugar. Santos atenta que o lugar não é apenas um receptor que meramente reproduz as lógicas impostas globalmente, há influência direta das dinâmicas do lugar nas estruturas universais, visto que

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. [...] É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar. [...] A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade (Santos, 2006, p. 230).

Nessa perspectiva, não há como afirmar que o lugar sempre se adaptará à norma global, também não há como afirmar que o lugar sempre fará resistência a tal ordem. Porém, simultaneamente, há sim como afirmar que o lugar pode assumir esses dois papéis (de adaptação ou resistência), pois, como está posto nas últimas palavras da obra *A Natureza do Espaço*, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 2006, p. 231).

Essa *resistência do lugar*, a qual a geografia crítica se refere, está pautada no fato de que o lugar possui um vínculo com as noções gerais do mundo contemporâneo, e justamente isso faz com que venha à tona as especificidades e dessemelhanças entre lugares, ou seja, mesmo com o viés homogeneizador que a globalização carrega, esta não consegue assemelhar todos os lugares, pelo contrário, reforça as particularidades.

Carlos (1996, p. 26) define que “a análise do lugar se revela [...] no cotidiano com suas situações de conflito e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade [...] a partir do estabelecimento do mundial”. Isso evidencia que, para a autora, o lugar possui uma relação com os movimentos

do mundo, entretanto, sua base ainda se encontra no cotidiano. E continua: “o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos” (Carlos, 1996, p. 26).

À vista de tudo isso, pode-se interpretar que, de acordo com a geografia crítica, o lugar estaria em tendência de perder o seu valor devido a expansão do cenário da globalização? Não, pois “a identidade de lugar foi reafirmada em meio às crescentes abstrações do espaço” (Harvey, 1992, p. 248).

Como forma de entender e se apropriar localmente do atual processo de mundialização, o lugar é tratado na geografia crítica em algumas noções que vêm habitualmente à tona: interno e externo, espaço de atuação e parcela de espaço, integração e fragmentação, global e local, expressão de totalidade e resistência à totalidade, velho e novo, especificidade e generalidade, ser e mundo. Isso tudo, em suma, pode ser definido em um sentido: percepções de um mundo material em pares dialéticos.

Lugar nos pontos de convergência

Como já mencionado na introdução, Holzer (um “geógrafo humanista”) indica um ponto em comum na origem tanto da geografia crítica quanto da humanista: a oposição a uma conduta positivista⁵³ nas análises geográficas – a proposta crítica carregando suas análises influenciadas pela problematização das condições socioeconômicas dos sujeitos sociais, e a humanista, por sua vez, embasada nas experiências dos sentidos vividos das pessoas. Essas duas correntes, encontradas dentro do espectro da geografia humana, superaram uma visão quantitativa do espaço geográfico, logo, também do lugar. Muito mais que localização e de um mero ponto do espaço.

As autoras Carlos (1996) e Arroyo (1996) apontavam para as influências da fenomenologia nos escritos de Milton Santos, sobretudo em relação ao falar de mundo vivido e cotidiano. Ele, um dos principais expoentes da geografia crítica, em suas últimas obras, visualizava para além das materialidades econômicas e falava de sensibilidade e sentimentos quando tratava do lugar,

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (Santos, 2006, p. 218).

De acordo com Ferreira (2000), é nas aproximações entre as duas vertentes (mesmo estas carregando itinerários diferentes) que se encontra a ex-

⁵³Positivismo: perspectiva filosófica que propõe o uso do método e da razão científica das ciências da natureza nos estudos sociais (Sell, 2001).

plicação para as tensões de lugar na contemporaneidade. Isso está embasado no fato de que a existência humana, atualmente, está em um cenário de um ambiente de crescente fragmentação e globalização. Nesse sentido, mostra-se a importância de analisar o lugar observando tanto suas características internas (a partir das singularidades subjetivas dos sujeitos) quanto externas (influências dos processos gerais nas particularidades do espaço).

Estes dois caminhos de trilhas e bases teóricas tão diversas irão, entretanto, encontrar na procura da definição do conceito de lugar seu ponto de contato. [...] Esta aparente divisão do lugar em duas correntes de significados antagônicos será, entretanto, sua maior riqueza pois está exatamente no desafio de se harmonizar estas diferenças a resposta a uma série de questões do mundo atual. A busca da compreensão de conceitos como globalização, singularidade, identidade, internidade, externidade, simbolismo, progresso, perda, subjetividade, interconectividade apresenta-se paralela àquela em direção à compreensão do lugar (Ferreira, 2000, p. 81).

Ferreira (2000) também lembra que Oakes, em seu trabalho *Lugar e o paradoxo da modernidade* (1997), faz uma associação exemplar do uso de características de ambas as correntes (humanística e crítica) quando trata do “sentido de deslocamento causado pela reestruturação capitalista no mundo” (Ferreira, 2000, p. 80). O autor utilizou de atributos tanto da análise fenomenológica (os sentidos existenciais de deslocamento) quanto da materialista (problemas da reestruturação capitalista no mundo) para se ater a uma mesma análise.

Ainda na leitura de Ferreira, é a partir do contraste entre duas perspectivas de mundo que Entrinkin (1991) vai compreender o lugar: para esse autor, a composição do lugar reúne uma perspectiva centrada (postulada na subjetividade) e uma perspectiva descentrada (relacionada à objetividade). Assim, pode-se ler o lugar de uma forma que trate tanto da subjetividade dos indivíduos (em relação às suas vivências e experiências de vida no espaço) quanto na objetividade das relações materiais do mundo, em que a escala do “lugar” está dentro das lógicas globais.

A geografia humanística sustenta a dimensão sensível e subjetiva do lugar. A geografia crítica confirma seu valor prático e material. Deve-se problematizar se realmente uma coisa anula necessariamente a outra. Moreira e Hespanhol questionam essa severa oposição, “Compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato, real e simbólico)” (Moreira; Hespanhol, 2008, p. 49). Para tais autores, deve-se assimilar o lugar como palco dos acontecimentos e depositário final dos eventos.

Aqui se entende que as experiências íntimas entre *ser* e espaço são primordiais na concepção de lugar. Contudo, esta relação não desconsidera a multiplicidade de significações externas que pairam ao seu redor. Tanto as articulações “locais” quanto as “gerais” são processos contínuos que se interseccionam. Há um potencial elucidativo de interpretação da realidade ao posicionar a leitura e os olhares desta maneira.

Como já colocado, o presente estudo busca fazer uma análise do lugar observando as dinâmicas globais do circuito espacial da produção do alumínio relacionadas com as experiências de vida de alguns sujeitos impactados com esse processo em Barcarena. Diante disso, a citação de Ferreira (2000) evidencia a forma na qual esse conceito será trabalhado na pesquisa, enfim o olhar sobre o lugar:

Compreender o lugar é, deste modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação (Ferreira, 2000, p. 81).

As duas correntes metodológicas sempre discorrerão acerca do lugar falando sobre a experiência vivida no espaço, na relação existencial entre o sujeito e o mundo. Superando uma visão de incompatibilidade, pode-se interpretar que o lugar se mostra enquanto interseção entre a geografia crítica e a geografia humanística. Tomemos a riqueza de estudar essa categoria geográfica nos pontos de convergência entre as metodologias. É nessa postura e com esse olhar que aqui será abordado o lugar.

Fabricação: as relações do lugar com duas faces do circuito espacial da mineração - alumínio em Barcarena-PA

No processo da produção do alumínio (tal como na estrutura desse trabalho), após a matéria-prima, que é o sustento inicial, chega-se na elaboração e desenvolvimento.

Aqui se penetra nas narrativas de vida. Nas relações entre os sujeitos e entre o ser e o mundo. Nas perspectivas, opiniões, anseios, sentimentos, histórias. A descrição de um mundo vivido e experienciado, lugares singulares atravessados pela lógica global da produção do alumínio na Amazônia. O presente tópico não busca uma realidade específica pré-estabelecida, pelo contrário, aqui há um esforço para que a realidade venha da maneira como ela se apresenta aos olhares dos indivíduos que a vivenciam.

Antes desse esforço, no entanto, é essencial, primeiramente, uma apresentação sobre o contexto que envolve a produção do alumínio em Barcarena-PA.

Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, a indústria internacional da produção de alumínio vive um processo de remodelação. Contemporaneamente a isso, o Estado nacional brasileiro, sob o governo militar, dedica-se à “modernização” da Amazônia. Políticas do governo, de intervenção direta em subsídios econômicos e condições de infraestrutura, visavam um novo quadro de exploração de recursos e reorganização social-demográfica da região. Tal contexto está ligado a uma reestruturação econômica/industrial global, na qual a atividade fabril de produção de materiais primários (como o alumínio de Barcarena) é direcionada para países com abundância de recursos naturais e recém-industrializados, países com direitos trabalhistas insuficientes e mão-de-obra barata. (Monteiro, Monteiro, 2007; Tarsitano Neto, 1995).

É através do Programa Grande Carajás – PGC⁵⁴ que o governo federal cria as primeiras condições infraestruturais para a efetivação da atividade minero-metalúrgica em Barcarena, como exemplo, tem-se o subsídio energético para o funcionamento da indústria, fornecido pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), construída pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE). O capital japonês também teve um papel fundamental no cenário da instalação de tais indústrias de alumínio primário. O Estado brasileiro dispôs-se às seguintes ações: construção do Porto da Vila do Conde e do Núcleo Urbano da Vila dos Cabanos, além de submeter a atividade fabril do alumínio às demandas da indústria japonesa (Hazeu, 2015; Monteiro, Monteiro 2007; Tarsitano Neto, 1995).

Em 1985, é inaugurada a Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS) e, 10 anos depois, em 1995, iniciam-se as operações da Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE). A Alunorte como refinaria alumina, ou seja, indústria que transforma a matéria-prima da bauxita em *alumina* (composto químico). A bauxita utilizada em tal produção é obtida na Mineração Paragominas e Mineração Rio do Norte (MRN), que chegam em Barcarena por mineroduto e pelo complexo portuário da Vila do Conde. Essa alumina produzida pela Alunorte é utilizada pela Albras para a produção do alumínio primário, em forma de lingotes (massa de alumínio em molde de bloco) (Hydro, 2021; Monteiro; Monteiro, 2007).

A estrutura financeira de ambas as empresas, no momento de criação, foi bilateral, entre a empresa brasileira CVRD e o capital japonês, representado pelo consórcio Nippon Amazon Aluminium Corporation (NAAC). Atual-

⁵⁴“Grande Projeto” elaborado no fim dos anos 1970 direcionado à exploração, deslocamento e exportação mineral nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão, protagonizado pela então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (Palheta et. al, 2015).

mente, porém, é a multinacional norueguesa *Norsk Hydro* que protagoniza a atividade das empresas, sendo a principal acionista da Albras (com 51% das ações, os 49% restante pertencendo a NAAC), já a Alunorte é, majoritariamente (quase que em sua totalidade), pertencente a Hydro, fato que reflete no atual nome da empresa: Hydro-Alunorte (Hydro, 2021).

Nesse contexto todo, vale lembrar que a figura do Estado nacional não restringiu sua ação em Barcarena somente no momento de instalação das indústrias no final do século XX pelos governos militares, pelo contrário. Um exemplo disso é a ampliação da atividade minero-metalúrgica/portuária em Barcarena feita pelo Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), em 2007, no segundo mandato do presidente Lula da Silva (Monteiro; Monteiro, 2007). Além disso, tais atividades industriais no município tampouco se restringiram à produção de alumina e alumínio primário. Elas se deram para além: mineração de caulim e ferro-gusa e produção de cabos elétricos. Temos, então, diversas empresas atuando no setor e outras para serviços terceirizados. Tudo sob o discurso e retórica do progresso e do desenvolvimento (Hazeu, 2015).

Hazeu (2015) sintetiza os caminhos e trajetórias que cruzaram e transformaram historicamente as condições de Barcarena:

O município tinha, até os anos 70 do século XX, uma base econômica pautada na agricultura familiar, extrativismo, pesca artesanal, alguns engenhos e praias para turismo local, e foi transformado num polo portuário-industrial a partir da implantação do Programa Grande Carajás e, atualmente, como parte dos Programas de Aceleração de Crescimento e interesses do capital transnacional. Barcarena era terra de caboclos, uma sociedade ribeirinha, mesmo perto de Belém, porém, sem ser dominada pela lógica capitalista, onde a subsistência (pesca, roça, extrativismo), economia do excedente, troca e redes extensas de apoio, além de servidão (principalmente das filhas nas casas de famílias na cidade ou nas olarias e engenhos existentes) dominavam. Uma vida com raízes profundas de uma população que se formou a partir das vilas de índios, a cabanagem e as *plantations* (cacau, cana-de-açúcar) e o extrativismo (Hazeu, 2015, p. 125).

Nesse ambiente, é de fundamental importância citar a existência de duas bacias para depósito de rejeitos tóxicos (lama vermelha/soda cáustica) oriundos da produção de alumina pela Hydro Alunorte (figura 1), a DRS1 e DRS2 (Deposito de Resíduos Sólidos 1 e 2), que estão localizadas em Barcarena. Tais bacias causam, historicamente, inúmeros problemas socioambientais, como apontam diversas avaliações ambientais, processos judiciais e notas públicas de comunidades.

Figura 1 – Complexo Industrial/Portuário de Barcarena.



Fonte: Google Earth website, 2021 (modificado).

São diversos os estudos e avaliações científicas que apontam para a poluição atmosférica, hídrica e na fauna e flora do entorno da área industrial/portuária de Barcarena (Instituto Evandro Chagas, 2018; Me-deiros *et al.*, 2016; Piratoba *et al.*, 2017; Rocha *et al.*, 2011). Fora isso, também existem várias ações judiciais movidas por iniciativa popular/comunitária, que denunciam a devastação causada por tal tratamento minero-industrial. Como exemplo, uma ação movida em 2017 pela Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (CAIN-QUIAMA), representando as comunidades Barbolândia, Nova Aliança, Maçarapó, CDI, Nova Canaã, Vila Nova/Itupanema, Tapua, Burajuba, Fazendinha, Águas Verdes, São Felipe, Murucupi, Cupuaçu, Furo do Arrozal, Ilha Trambioca, São Francisco, Arienga Rio, Arienga Estrada, São Sebastião, Caripy e diversas outras de Vila dos Cabanos (todas de Barcarena), na qual reivindicavam uma indenização pelos mártires socioambientais sofridos historicamente por causa das empresas ligadas à produção do alumínio (CAINQUIAMA, 2017).

A revista “Barcarena Livre”, produzida a partir de conexões entre pesquisadores, comunidades e organização de trabalhadores, aponta que, no espaço temporal entre os anos 2000 e 2016, ocorreram, ao menos, 25 crimes ambientais em Barcarena (Barcarena Livre Informa 1, 2016). É válido quantificar, também, o transbordamento da bacia DRS2, evento aqui citado na introdução. Um quadro que aponta para uma verdadeira degradação no modo de vida da região.

Há uma problematização a se fazer em relação ao discurso de “progresso”, “modernização”, “desenvolvimento”, que sustenta tais dinâmicas da mineração de alumínio na Amazônia Oriental. Monteiro e

Monteiro (2007) mostram o aumento da concentração de renda, o crescimento da pobreza e a expansão da terceirização do trabalho em Barcarena. Tarsitano Neto (1995) indica que, na produção de metal primário, as atividades que agregam grande valor de desenvolvimento e pesquisa se localizam nos países ricos, enquanto a produção e seus mártires são direcionados aos países com industrialização recente. Isso tudo na conjuntura em que esses empreendimentos “chegam nos territórios para serem implantados, ocupando e apropriando-se do espaço, com discursos, recursos e violência institucional” (Hazeu, 2015, p. 139).

As mudanças na estrutura do município (nessa conversão em abrigo das lógicas internacionais do circuito produtivo do alumínio no mercado globalizado) deixam rastros de conflitos, exclusão e precarização. Refletidos no meio natural e social. Afetando toda a dinâmica de vivências de comunidades locais e trabalhadores da indústria.

A Comunidade Quilombola Sítio São João

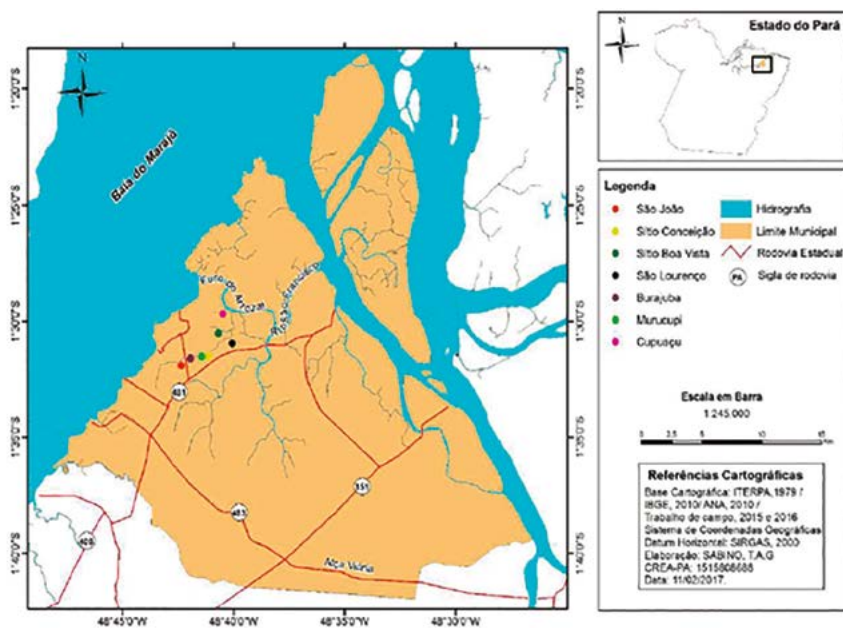
“De primeira a gente juntava fruta, daí comia que era uma beleza! Quando eu cheguei aqui não existia bacia. Nós ia lavar roupa lá onde era o olho desse igarapézinho. Esse igarapézinho que nasce de lá”, relata Dona Marioca, de 72 anos de idade, lembrando os encontros com um possível e pontual olho d’água⁵⁵ do rio Murucupi. Memórias da década de 1970, de relacionamentos com o rio em função de suporte doméstico e recreativo, ambiente que viria a assumir futuramente outros modos e usos, “quando secava nós ia pra lá, aí foram meus meninos lá e fizeram um giral, eu levava roupa pra lá com minha filha, e foi onde fizeram a bacia, bem onde fizeram a bacia”.⁵⁶

A bacia empreendida mencionada anteriormente é o DRS1, que, juntamente com a Comunidade Quilombola Sítio São João, se localiza entre a nascente e o leito do Rio Murucupi. O mapa 2 localiza as Comunidades em Barcarena.

⁵⁵ Pequena vazão de água na superfície decorrente de um lençol subterrâneo que dá origem a nascente de rio.

⁵⁶ Entrevista realizada em 04/2022.

Mapa 2: Comunidades quilombolas e indígenas em torno do rio Murucupi, Sítio São João destacado em laranja



Fonte: Maia (2017).

Os sítios consolidaram-se neste lugar. Documentos oficiais apontam a formação da comunidade no desenvolvimento do povoado Aicará, que, até a primeira metade do século XX, tinha a gestão e manutenção do espaço exercida pelos próprios *sitiantes*, tendo como base econômica atividades de lavoura e como principal destino os mercados de Belém (Maia, 2017).

Em uma das conversas nas redondezas do rio Murucupi, em frente à sua casa de alvenaria, Dona Marioca aponta em direção à bacia DRS1 e descreve:

[...] eu tive um neném, aí eu nem tinha essa casa ainda. Ainda era uma casinha que era coberta um bocado com telha e um bocado com lona. E deu um vazamento, e foi de lá, e foi de lá que veio, que isso aqui foi tudo no fundo. Eu tinha um canavial aqui... Esse filho do “púrica”, ele conta, eles vinham pra cá comer cana, isso aí era um canavial e um arrozal, que eu tinha arroz aqui. Eu com esse meu filho lá. A água tomou de conta que o arroz não prestou.

A narrativa descreve, através de uma espécie de linha do tempo, a invasão das águas contaminadas no lugar da lavoura. Sra. Marioca é enfática nesse momento ao mostrar uma garrafa com coleta desta água, que o Ministério Público a havia orientado a não descartar.

A ênfase com que Dona Marioca exibe essa garrafa é referente a uma lembrança tóxica que guarda consigo, não só como memória da associação ao seu lugar, tampouco só como recurso de argumentação contra a contaminação. Sobretudo estas águas contaminadas armazenadas são uma lembrança constante de valorização de um espaço de vida, de seu sítio, que é necessário entendê-lo como abrigo, pois, segundo ela, “aqui eu construí minha casa e criei meus menino pro mundo, tenho que ficar e morrer aqui”.

Figura 2 – Casa da Sra. Marioca



Fonte: Autores (2022).

Figura 3 – Sra. Marioca exibindo amostra de águas contaminadas que acometeram seu terreno



Fonte: Autores (2022).

Tal apego com o sítio, em famílias que consideram essencial viver neste lugar, mesmo com os diversos problemas oriundos da bacia de rejeitos, é um movimento característico das comunidades rurais do entorno do rio Murucupi. Assim como a família de Dona Marioca, houve sempre um retorno

dos moradores a estes lugares. Desde o início da década de 1980, quando a CODEBAR⁵⁷ deslocou essas famílias para uma periferia urbana de Barcarena, até o início dos anos 2000, quando o órgão se dissipou e houve a autoidentificação quilombola das comunidades (Maia, 2017). Em todo esse período, estas famílias nunca deixaram de lado suas terras, sempre cuidando de suas roças.

Sr. Walfir, de 38 anos de idade, há 26 morando na comunidade, conviveu a maioria de sua vida entre as dinâmicas rurais da comunidade e as firmas que atuam no pólo de Barcarena. Ele descreve o trabalho na empresa terceirizada de montagem industrial Montisol, em uma área “vermelha”, insalubre na refinaria alumina:

Aí na área... tem uns tanques, que eles chamam de tanque de rejeito, ela é como se fosse um liquidificador gigante, entendeu? De cinco metro. É um liquidificador aquilo ali, faz girar. O que acontece? Joga lama ali dentro, entendeu? pra ela virar pasta. Aí com o tempo, de cinco em cinco meses, eles têm que parar aquele tanque pra limpeza. Cara e quando tu bate... não sei se tu sabe o que é Martetele... quando tu bate o Martetele cai assim, parece, assim, aquelas colmeias de abelha. Aquelas pedrona [...] Aquilo ali, quando a gente entrava dentro do coisa, dos tanques, tinha que entrar com um macacão Tyvek⁵⁸, [...] tu entrava com aquele macacão justamente pra não ter contato, que até o teu próprio suor, ele entrando em contato com aquela crosta, aquele crosta ela derrete e aquilo ali queima. Entendeu?⁵⁹

A fala de Walfir sobre algumas de suas antigas rotinas de trabalho está envolvida em seu discurso de *livramento* por ter se afastado destes empregos e voltar com o chiqueiro em seu terreno na comunidade, que atualmente é seu trabalho e amparo de vida.

Tal terreno, de pequena suinocultura e morada, não está mais tão abundante quanto outrora. Walfir afirma, sem nenhum tipo de cerimônia, que a terra ficou infértil pelos anos de atividade da bacia vizinha, “a minha casa fica bem às margens desse rio, o Murucupi. Então se tu for ver esse ano não deu manga... esse ano... se um pé de cupuaçu dava cinquenta cupuaçu... deu três, quatro”. Ainda Walfir:

Essa água, antes de transbordar, ela já tava contaminando o lençol freático. O negócio é que eles pensam que todo mundo é burro. [...] A gente já tava bebendo, a gente já tava bebendo esse veneno. Quando transbordou que eles vieram, vieram com bláblábláblá. Mas isso aí tá contaminando o lençol freático há muito tempo.

⁵⁷Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, órgão estatal criado em 1976 responsável pela logística e apoio à implantação e manutenção do Plano Urbanístico de Barcarena.

⁵⁸Macacão EPI (Equipamento de Proteção Individual) resistente à penetração bacteriana.

⁵⁹Entrevista realizada em 04/2022.

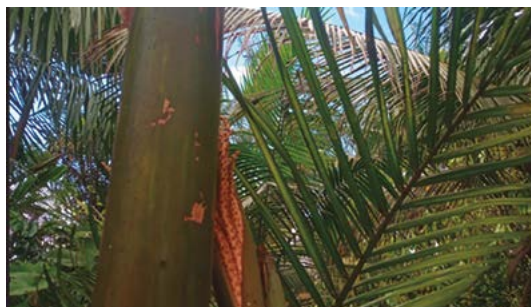
Durante nossa estadia, ele nos levou diversas vezes para ver os açai-zeiros, mostrando, com nostalgia e pesar, a condição enferma das palmeiras de seu terreno. Tal percepção de Walfir descarta um esclarecimento externo dos reveses que afligem seu espaço deste fenômeno, pois “eles pensam que todo mundo é burro”. As posturas de Walfir revelam uma apreensão dos impactos socioambientais no espaço, enunciando uma consciência de seu lugar (casa, rio e flora) definida por sua vivência.

Figura 4 – Açazeiro em declínio apontado por Sr. Walfir. Tronco enfraquecido



Fonte: Autores, 2022.

Figura 5 – Ramo/Cacho de açáí crescendo atrofiado



Fonte: Autores, 2022.

Ao longo de nossas caminhadas na comunidade, notamos diversas paisagens de igarapé oriundos do Murucupi, trechos de rio que estavam parados e calmos (isto é, sem uso humano). Em contrapartida, as histórias que escutamos nestes caminhos carregavam sempre o rio enquanto um dos protagonistas daquelas vidas. Uma água de lazer, alimento e sustentação.

Figura 6 – Córrego oriundo do Murucupi



Fonte: Autores, 2022.

Figura 7 – Trecho do Murucupi



Fonte: Autores, 2022.

Tal água continua com uso e consumo restrito, diversos órgãos apontaram para a interdição. A paisagem comum que se apresenta ao ir e vir na comunidade é de galões de água mineral no entorno das casas, fornecidos pela Hydro, ou seja, o recurso natural, orgânico e abundante, com significado simbólico para essas pessoas, foi transfigurado em um produto, fechado, lacrado, quantificado, industrializado e externo.

Pastor Raimundo, de 69 anos de idade, que também morava no bairro laranjal e voltou ao seu terreno após o declínio da Codebar, mostra-nos o seu poço que foi “entupido depois que a bacia arrombou”⁶⁰.

⁶⁰ Entrevista realizada em 04/2022.

Figura 8 – Poço desativado no terreno de Sr. Raimundo



Fonte: Autores (2022).

Figura 9 – Galões de água mineral em uma casa da comunidade



Fonte: Autores (2022).

O convívio na comunidade, em uma postura aberta e empática, sensível ao cotidiano dessas pessoas, ouvindo e observando as experiências diretas entre o mundo e a consciência do ambiente, nos mostra um modo singular de ver e apreender um espaço marcado por memórias afetivas, sentimentos de pertencimento e raízes profundas. É este relacionamento entre o sujeito e seu lugar que elucida essa histórica necessidade de retorno, zelo e autoafirmação quilombola neste ambiente, mesmo diante das contrariedades impostas pela mineração de alumínio.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena (SIMEB)

A vasta dinâmica industrial que envolve a atividade minero-metalúrgica em Barcarena carrega consigo, intrinsecamente, uma massa de pessoas nas

mais diversas condições e dinâmicas de trabalho. O recorte e as percepções que aqui nos embasaremos está na categoria dos trabalhadores metalúrgicos sindicalizados, no entendimento de que este grupo compõe um retrato simbólico deste contexto.

Partindo do princípio das origens e experiências, o vice-presidente da organização José Amorin, 58, narra seu início e primeiros contatos com a Albras em 1990:

Eu sou de Castanhal, certo. Eu vim pra cá através de um primo que trabalhou aqui. Então, assim, antes de eu vir pra cá eu trabalhei seis anos na companhia têxtil de Castanhal. Sai. Aí me casei, casei desempregado. Fui embora pro Recife, passei quatro meses lá, não consegui emprego lá pro rumo do Nordeste. Voltei pra Castanhal, lembrei que tinha um primo aqui, o Carlos Aurélio, e falei com ele pra ele arrumar uma vaga pra mim.⁶¹

Essa narrativa já nos insere no lugar Barcarena diferente daquele percebido na comunidade São João. Construía-se o lugar enquanto lugar de trabalho, envolvido nas dinâmicas de migração e mobilidade características da (ir)regularidade do circuito espacial de produção do alumínio.

Também acompanhamos o operador de produção, David Rolim, 47 anos de idade, filiado ao sindicato, que remonta de uma mesma origem externa à Barcarena, também de uma cidade próxima, Belém. Histórias de vida que encontram Barcarena através das atividades por trabalho.

Ainda Hazeu (2015, p. 129) aponta que “Barcarena se tornou um lugar de trabalho para uma parcela da população de Belém e outros municípios vizinhos” em uma condição de “periferia habitacional”.

Segundo dados da empresa Hydro (Hydro, 2020), o quadro de funcionários das empresas Albras e Alunorte é composto 80% por empregados paraenses, em uma espécie de triunfo quanto à atitude da empresa por incentivo aos empregos locais. Nota-se, entretanto, que todo o complexo industrial-portuário de Barcarena está embasado na dinâmica de trabalho japonesa do *Controle de Qualidade Total*, consistindo em um quadro de funcionários próprios reduzido somente as tarefas fundamentais e estratégicas, terceirizando as atividades de menor relevância (Monteiro; Monteiro, 2007). Tal estrutura centraliza e consolida a estabilidade aos funcionários da empresa e flexibiliza o enorme contingente de trabalhadores terceirizados que estão na pulsação desta cadeia, em funções menos técnicas e substituíveis, em condição de insegurança trabalhista.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena está inserido em ambas as expressões, apesar de ter a maior parte de seus sindicalizados “fichados” na empresa Albras, haja vista que esta carrega em sua essência o trabalho metalúrgico.

⁶¹ Entrevista realizada em 06/2022.

Retornando a David, funcionário da Albras há 26 anos, atualmente no cargo de *Operador de Produção 4*, isto é, em um cargo menos técnico, porém em um nível mais elevado (devido sua experiência e promoções durante os anos, como ele mesmo coloca, “fiz toda a escadinha, desde o *trainee* até aqui”)⁶². David, apesar de nunca ter se envolvido diretamente em negociações trabalhistas na empresa, entende sua escolha para a filiação no sindicato em um sentido de proteção frente aos interesses do patrão, pois

Eu sempre fui sindicalizado, desde quando eu entrei eu já me sindicalizei. Eu acho importante tu ser sindicalizado porque fortalece a categoria, entendeu? [...] é assim, se tu não for sindicalizado, eu falo sempre pra os companheiros de trabalho, quem é que vai estender a mão pra ti? Quem é? Não tem. O teu patrão, se ele não tiver alguém pra mediar por ti, ele vai fazer o que ele quiser contigo. Por exemplo, acordo sindical, chega agora no mês de junho, tem o acordo coletivo. Imagina se não tem o sindicato pra ir negociar com o patrão? O que o patrão vai falar: “Olha, meu amigo, eu vou te dar dois por cento de aumento e acabou, se tu não quiser...”, como eles tão acostumados a falar: “Vai lá na porta do Cine que tem duas mil pessoas lá na porta, que se eu te mandar embora agora, amanhã tem uma fila pra querer entrar no teu lugar aqui.

David coloca uma perspectiva de defesa dos interesses do trabalhador na indústria, entendendo que há contradições e desafios neste cenário. Todavia, entre as conversas sobre a visão dos impactos socioambientais que esta indústria opera no território, ele nos apresenta uma apreensão que vai ao desencontro das narrativas da comunidade quilombola,

Cara, eu vejo assim. Primeiro lugar, quando tu vê uma comunidade dessa, uma invasão que tem, é justamente pessoas que vem atrás de emprego e não consegue. Por quê? Porque hoje tu tem que tá capacitado. Quando tu chega numa empresa dessa, o que é que ela quer de ti? Ela quer que tu tenhas, no mínimo, um segundo grau, um curso técnico, às vezes te pede até um ano, dois anos de experiência. Aí o cara vem, vamos dizer que, de outro estado procurando emprego. E tá difícil, a gente sabe que não tem emprego. E aí o cara chega: “Olha lá em Barcarena tem uma empresa que tá contratando”. Aí o cara vem de lá, quando ele chega aqui e dá com cara na porta, porque tem umas exigências que o cara não consegue... Aí quando ele vem com família, tudinho, pra onde ele vai? Às vezes o cara vem com a roupa do corpo, entendeu? Hoje aqui no Brasil são doze milhões de desempregados! Entendeu? Aí tá aí. É por isso que a gente vê tudo aqui ao redor. Eu tô te falando isso porque eu cheguei aqui há muitos anos atrás e não tinha nada aqui de invasão. Hoje, eu moro aqui há vinte e sete anos, isso aqui tá tudo cercado.

⁶² Entrevista realizada em 06/2022.

Ainda em nossos encontros, nos quais David, em sua casa no centro da Vila dos Cabanos, conquistada “com muito suor de forno”, não nega os efeitos ambientais e sociais causados pelas operações da empresa, ele nos traz compreensões claras de que estes impactos são inevitáveis ao desenvolvimento do lugar, pois, segundo ele, “[...] isso aí, isso é o progresso que chega, meu amigo. Como é que uma empresa desse tamanho vai chegar aqui, e ela não vai causar um impacto ambiental”?

Amorin, vice-presidente do sindicato e funcionário da Albrás desde o ano de 1990, conta que já houve sim pautas do sindicato inclinadas ao apoio às comunidades atingidas: “Tivemos uma conversa, eu, o Josenildo e o companheiro Lúcio, uma conversa com a Hilde, a CEO, presidente geral da Hydro, e o companheiro Josenildo – presidente do sindicato – colocou isso pra ela, que faltava da empresa se unir mais com a comunidade”. Porém, coloca que tal pauta não é de prioridade máxima da categoria. Os principais debates estão relacionados a tabelas de turno, reajustes salariais, bonificações, combate a assédio moral etc. Discussões como o do embargo das atividades da empresa tem uma conotação ambígua nas apreensões dos metalúrgicos, pois:

O embargo, ele afeta não só o trabalhador, mas um todo. Quando eu falo um todo é a comunidade, o município, a economia do município e as próprias cidades que ficam ao redor do município de Barcarena também vão sentir o impacto. Hoje nós vivemos através do capitalismo. Vou falar do embargo da Alunorte, isso afetou Barcarena, Belém, Abaetetuba, Igarapé-Miri e todas essas cidades que fazem parte da microrregião isso afetou. Isso é muito ruim.

O lugar do trabalhador da categoria está marcado por expressões de defesa e progresso de sua ocupação, mesmo ele entendendo as contradições que o processo carrega, a condição de emprego remonta a própria prosperidade de vida. Os trabalhadores apresentam uma absorção simbólica dos significados espaciais do cenário minero-metalúrgico de Barcarena, ou seja, existe um status de qualificação na condição de trabalhador da mineração perante a sociedade. O fato de se “fichar”, seja nas principais corporações mineradoras ou mesmo em suas terceirizadas, representa, de alguma forma, estabilidade e garantia mínima de direitos. Na sua concepção, esses elementos contribuem para o “desenvolvimento” do conjunto da sociedade (Barcarena, Belém, Abaetetuba, Igarapé Mirim e o conjunto das cidades da microrregião) e de seu trabalho – mesmo que esses processos estejam limitados a sua dimensão econômica e material.

Produto: entre o mundo do trabalho e o mundo da identidade quilombola/camponesa

Nos caminhos, nas estradas de terra batida no território das comunidades tradicionais, vizinhas a uma das maiores refinarias de alumínio do mundo,

há sim narrativas de apoio ao tal *progresso*, ao tal *desenvolvimento*. Também nos ônibus de empregados que fazem o trajeto casa-fábrica-casa, perpassando muitas vezes pelas beiras de estradas de comunidades atingidas e pela ponte na PA-481 (que passa por cima dos depósitos de resíduos sólidos), há conversas quanto aos impactos socioambientais, “em vez de um conflito explícito sobre objetivos políticos, o que temos agora é uma confrontação entre imaginações” (Massey, 2008, p. 224).

A produção de alumínio em Barcarena é um fenômeno vivenciado, constituído e lido de maneiras distintas no espaço. Tais vivências construídas ao longo desse período apontam o desencontro de lugar nos anseios, sentimentos e perspectivas dos grupos aqui abordados.

Esta interpretação, permeando entre modos de vida e modos de produção, necessita ser lida nas singularidades da relação entre o sujeito e o mundo sem perder de vista o contexto global atual, em uma perspectiva de lugar como palco dos acontecimentos e depositário final dos eventos (Moreira; Hespanhol, 2008).

Figura 10 – Área externa da casa da sra. Marioca



Fonte: Autores (2022).

O capacete de obra na mesa da cozinha externa da casa de dona Marioca na comunidade quilombola, abaixo de uma farda operacional secando no varal, evidencia que, apesar das dessemelhanças de perspectivas, estas realidades estão associadas. Como neste caso, um filho de comunidade tradicional, operário das fábricas, que sente as consequências do des-envolvimento, mas também defende a manutenção de seu emprego. Ou em casos de migran-

tes, peões de trecho⁶³, que chegam em Barcarena atraídos por condições de trabalho e acabam se instalando nas comunidades. Apesar das diferenças do cotidiano e anseios entre o modo de vida e o modo de produção, este lugar também é constituído nestes encontros de experiências. Ferreira (2000) auxilia na interpretação deste lugar,

É exatamente esta essência constantemente em movimento, esta capacidade de responder aos estímulos internos e externos com diferentes velocidades, esta qualidade da permanência (material, afetiva e simbólica) associada a permeabilidade a processos internos e externos influenciadores de sua modificação (material, afetiva e simbólica) que faz com que o lugar seja um permanente desafio a sua compreensão e a compreensão do mundo (Ferreira, 2000, p. 81).

Retornemos a um exemplo real dessas dissonâncias entre os trabalhadores da indústria e as comunidades tradicionais – o embargo das atividades da refinaria –, em um esforço de ler esse fenômeno, neste lugar das narrativas aqui abordadas, formado pelas conexões emocionais e experiências pessoais que os indivíduos estabelecem com seu ambiente, tecendo uma relação íntima entre identidade, memória, cotidiano e percepção do mundo, entendendo os contrastes entre modo e vida e modo de produção. A comunidade a favor do embargo e a categoria dos metalúrgicos contra. Com o transbordamento da bacia de rejeitos da Hydro, em Barcarena (PA), as comunidades afetadas exigiram das autoridades a paralisação da mineração. Já os trabalhadores, sua continuidade. Como lidar com este paradoxo? Como entender categorias/povos tão distintas/os em suas culturas e relações com os territórios, ou em que a dependência das empresas mineradoras parece insuperável e seus impactos insuportáveis (A Mineração e a consciência de um povo, 2018)?

As bacias de rejeitos sólidos que invadem as roças e o modo de vida desconfiguram um cotidiano de habitar e trabalho, mas não suprimem estes valores, pelo contrário, as noções de identidade e vínculo com o lugar são evidenciadas nas adversidades deste processo, bem como as apreensões simbólicas dos caminhos do circuito espacial do alumínio configuram, para os trabalhadores deste processo, um modo de viver e direcionar a vida para um futuro. Diante disto, pode-se entender que estes *desencontros de lugar* não podem ser lidos meramente enquanto fruto de alienação ao processo produtivo de alumínio, pois as visões de operários aqui apresentadas não desconsideram estas questões. O que a investigação da coisa em si nos apresenta é que as acepções de vida destes sujeitos constituem sensibilidades que colocam a manutenção do emprego como

⁶³Trabalhadores fora de seu lugar de origem, sempre viajando para alocações de trabalhos com pouca qualificação e remuneração.

ponto significativo para a compreensão do ambiente. Desta forma, são as aproximações entre estes dois grupos, em conexões de anseios, perspectivas, lutas e sentimentos que dispõem as possibilidades de entendimentos destas tensões. Como coloca Massey (2008, p. 204) na análise de lugar, “[...] não se trata de uma desconstrução. [...] Trata-se, simplesmente, de um encontro de trajetórias. [...] de um lócus gerador de novas trajetórias e novas configurações”.

Considerando as várias adversidades socioambientais que a mineração de alumínio em Barcarena impõe atualmente, há a necessidade de construir caminhos para enfrentamentos destes desafios nos encontros das aspirações de vida de dois grupos impactados por esse processo, grupos estes que historicamente estão à margem no capitalismo globalizado atual. Existe um mérito elucidativo no entendimento e aproximação destas apreensões do espaço do ambiente. A realidade colocada por Barcarena é múltipla, diversa e, por vezes, antagônica. Como criar uma cultura interna que possibilite lidar ao mesmo tempo com comunidades indígenas, quilombolas, pescadoras, agricultoras, comunidades urbanas afetadas pelo (mal) (ab)uso das águas ou pela poluição gerada na extração e no processamento siderúrgico dos minérios, comunidades impactadas pelas ferrovias ou minerodutos que escoam a produção minerária, com operários precarizados das minas, trabalhadores terceirizados e ultraprecarizados, garimpeiros artesanais e outros? São questões que o debate sobre o lugar pode ajudar a entender e o cotidiano das lutas, de operários e comunidades quilombolas/camponesas podem apontar num futuro breve.

Referências

A mineração e a consciência de um povo. Glass, Verena. **Portal Rosa Luxemburgo**. 30 de maio de 2018. Disponível em: <https://rosalux.org.br/a-mineracao-e-a-consciencia-de-um-povo/> . Acesso em: 13 de jan. 2025.

ARROYO, M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea**: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55-62.

BARCARENA LIVRE INFORMA 1. **37 anos de desastres ambientais em Barcarena**. Belém: IBASE, v. 1, 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal; Ministério Público do Estado do Pará; Defensoria Pública do Estado do Pará. **Recomendação** N° 8/2018/PRPA, **Recomendação** N° 001/2018/MP/PA-1ªPJB, **Recomendação** N° 002/2018/MP/PA-8ªPJC. 2018. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/recomendacao_mpf_mppa_dpe-pa-vazamento_hydro_barcarena-pa_fev_2018.pdf. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. Ministério Público Federal; Procuradoria da República no Pará. **Caso Hydro: Histórico**. 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/paginas-especiais/paginas-caso-hydro/historico> . Acesso em: 17/03/2021.

BRINGEL, F. O.; MORAIS, H.; WANDERLEY, L. J. Mapeamento da mineração e garimpo na Amazônia Legal (2012-2022): logísticas, empresas e destinos da produção. In: ANAYA, F.; BRONZ, D.; MAGALHÃES, S. (Orgs.). **Terra arrasada: desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil**. Montes Claros, MG: Editora Unimontes/ABA, 2024.

BUTTIMER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-193.

CAINQUIAMA. Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (CAINQUIAMA): **Ação Ordinária Indenizatória com Pedido de Tutela Provisória de Urgência CAINQUIAMA**. Belém, 2017.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ENTRIKIN, J. N. **The Betweenness of Place – Towards a Geography of Modernity**. New York: Latest Edition, Colection Critical Human Geography, 1992.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro, n. 09, julho/dezembro de 2000. p. 65-83.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAZEU, M. Barcarena: Trabalho e Mobilidade numa Fronteira Amazônica Globalizada. **TEXTOS&DEBATES**. Boa Vista, n. 27, v. 1., p. 123-146, jan./jun. 2015.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**. Rio de Janeiro: 1997, n. 03, p. 77-85.

HOLZER, W. O Lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

HUSSERL, E. A Filosofia como ciência de rigor. **Revista de Estudos Universitários - REU**, [S. l.], v. 1, n. 1, 1968. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/4585> . Acesso em: 25 maio 2020.

HYDRO. **Alunorte e Albras fazem aniversário**. Disponível em: <https://www.hydro.com.br/global/imprensa/noticias/2020/alunorte-e-albras-fazem-aniversario/> . 2020. Acesso em 18 jul. 2024.

HYDRO. **Bauxita e Alumina**. Disponível em: <https://www.hydro.com/pt-BR/aluminium/products/bauxita-e-alumina/> . 2021. Acesso em: 19 mar. 2021.

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. Avaliação Preliminar dos Impactos Ambientais Referentes ao Transbordo e Lançamento Irregulares de Efluentes de Lama Vermelha na Cidade de Barcarena, Estado do Pará. **Relatório Técnico**. Ananindeua-PA, 2018. Disponível em: <https://www.iec.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/RELAT%C3%93RIO-T%C3%89CNICO-003-2018-Final-Tabelas-Modificadas-SS-1.pdf> . Acesso em: 13 jul. 2021.

MAIA, R. O. M. **Territorialidades Específicas em Barcarena Confrontadas com Grandes Projetos de “desenvolvimento”**. 323 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/ROSA-NEDEOLIVEIRAMARTINSMAIA.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareta Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MEDEIROS A.C. *et al.* Avaliação da qualidade da água de consumo por comunidades ribeirinhas em áreas de exposição a poluentes urbanos e industriais nos municípios de Abaetetuba e Barcarena no estado do Pará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 21, n. 3. Rio de Janeiro, mar. 2016.

MONTEIRO, M. A; MONTEIRO, É. F. Amazônia: os (des) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 87-102, dez. 2007.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma interpretação fenomenológica na Geografia. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 10243-10262. USP, 2005.

PALHETA, J. M; SILVA, C. N; MEDEIROS, G. N. Territórios com Mineração na Região Sudeste do Pará – Norte do Brasil. **Revista da Associação**

Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). p. 281-308, v.11, n.15, jan-jun.2015.

PIRATOBA, A. R. A. *et al.* Caracterização de parâmetros de qualidade da água na área portuária de Barcarena, PA, Brasil. **Revista Ambiente & Água**, vol. 12, n. 3. Taubaté, maio/junho 2017.

ROCHA, C. C. S. *et al.* Utilização da espécie de *Trades-Cantia Pallida* como bioindicador ambiental na avaliação da poluição do ar atmosférico em duas comunidades do Município de Barcarena-PA. **Revista Brasileira de Toxicologia**, v. 24, supl. I, p. 128, jun. 2011.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SELL, C. E. **Sociologia Clássica:** Durkheim, Weber e Marx. Itajaí, 2001.

TARSITANO NETO, F. A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do alumínio na Amazônia. *In:* CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos:** desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA, 1995. p. 71-87.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

AUTORES

Aiala Colares Oliveira Couto – Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU – NAEA – UFPA). Bacharel e Licenciado em Geografia (UFPA) e Bacharel em Direito (UNAMA). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Rede de Observatórios em Segurança, Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB – UEPA). Professor do Curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG – UEPA). E-mail: aialacouto@uepa.br

Alana Farias Monteiro – Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). E-mail: alana.monteiro@aluno.uepa.br

André Geovani Nunes da Costa Carvalho – Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: andre_gnc_carvalho@yahoo.com.br

Antonia Elany Silva da Costa – Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA – Forma Pará – SECTET) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. E-mail: elanycosta005@gmail.com

Beatriz Lorena Corrêa da Silva – Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG – UEPA). Especialista em Educação Digital e Metodologias Ativas (UFPA). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Observação Espacial, Socioambiental e Climática da Amazônia (GEOESCA). Bolsista de mestrado da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. E-mail: profbeatrizlorena@gmail.com

Bianca Lorena Ferreira Pinheiro Sarmiento – Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará. Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Membro do Grupo de Pesquisa ABC – Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: biancalfps@gmail.com

Carlos Jorge Nogueira de Castro – Geógrafo, Doutor em Geografia. Docente de Cartografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA. Pesquisador-Líder do Grupo de Estudos e Observação Cartográfica da Amazônia (Geocam). Pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM/UEPA e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA. E-mail: carlos.castro@uepa.br

Carolina Furtado Oliveira – Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA – UEPA) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). E-mail: carolinafurtadoliveira@gmail.com

Cátia Oliveira Macedo – Graduada, Mestre e Doutora em Geografia. Professora da Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Líder do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA – UEPA) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). E-mail: catiamacedo@uepa.br

Clarina de Cássia da Silva Cavalcante – Especialista em Atividade de inteligência (ESMAC). Técnica em Gestão Penitenciária (SEAP/PA). Membro do Érgane – pesquisadores da Amazônia. Consultora. E-mail: clarinacavalcante@outlook.com.br

Clay Anderson Nunes Chagas – Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA). Bacharel e Licenciado em Geografia (UFPA). Líder do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM – UEPA e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA. E-mail: claychagas@uepa.br

Daniel Araújo Sombra Soares – Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de

Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará. Vice-líder do Grupo de Pesquisa ABC – Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades E-mail: dsombra@ufpa.br

Diana Marcela Córdoba – Doutora em Ciências Sociais pela Wageningen University. Professora da Queen's University, Global Development Studies. E-mail: diana.cordoba@queensu.ca

Erickson Batista da Costa – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e membro do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM/UEPA. E-mail: ericksonbcosta13@gmail.com

Everton Reis do Nascimento – Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG/UEPA). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA – UEPA) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). E-mail: evertonr3n@gmail.com

Fabiano de Oliveira Bringel – Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA – UEPA), do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Campesinato (LEPEC) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). Participante do GT Pensamento Geográfico Crítico Latino-Americano da CLACSO. E-mail: fabianobringel@uepa.br

Francisco Emerson Vale Costa – Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Professor da Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa ABC – Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades. E-mail: emersonvale@uepa.br

Isac José Murta Nunes – Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG – UEPA). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). Bolsista da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, do Governo do Estado do Pará (SECTET). E-mail: isacnunes38@gmail.com

Jeferson Pereira da Silva – Graduando em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA – Forma Pará – SECTET) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. E-mail: jeferson.silva@aluno.uepa.br

Jefferson Barra dos Santos – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). E-mail: jeffersbarra@gmail.com

Lucas Araújo de Souza - Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG – UEPA). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). Bolsista da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, do Governo do Estado do Pará (SECTET). E-mail: lucasaraujo0311@hotmail.com

Maria Eduarda Costa Costa – Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG – UEPA). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb – UEPA) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA), Integrante do Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (LABGEOVCRIM) e do Grupo de Estudos e Observação Cartográfica da Amazônia (GEOCAM). Bolsista da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET). E-mail: mariacxeduarda@gmail.com

Mauro André Santos Tolosa – Tecnólogo em Banco de Dados (ESAMAZ). Especialista em Banco de Dados para o Mercado Corporativo – ORACLE (CESUPA), Bacharel em Estatística (UFPA). Mestrando em Segurança Pública (UFPA). Servidor do Ministério Público do Estado do Pará. E-mail: mauroast@gmail.com.

Natália Souza Pinheiro – Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG – UEPA). Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb – UEPA) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: natalia.pinheiro@aluno.uepa.br

Nonato Sousa Gonçalves – Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Técnico-Administrativo da Universidade do Estado do Pará, Campus Igarapé-Açu. Membro do Grupo de Pesquisa ABC – Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades. E-mail: nonato@uepa.br

Paulo Olívio Correa de Aquino Junior – Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo PPGDSTU - NAEA (UFPA). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA – UEPA) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). E-mail: paulocorrea.sj@gmail.com

Pedro Israel Mota Pinto – Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia (UEPA). Especialista em Ensino de Geografia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). Especialista em Promoção de Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPurb – UEPA). Integrante do Laboratório de Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOVCRIM – UEPA). Integrante do Grupo de Estudos Territoriais (GeTE – UEPG). Participante do Grupo de Pesquisa Geograficidades Amazônicas (IFPA). Diretor de Gestão de Conhecimento na ONG COJOVEM. Ativista dos Direitos LGBT+ na ONG OLÍVIA. E-mail: pedromota777@gmail.com

Pedro Vinicius dos Santos Silva – Licenciado em Geografia pela UEPA. Membro do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA – UEPA). E-mail: geoviniciussantos@gmail.com

Renata Rodrigues – Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG – UEPA). Especialista em Gestão Escolar (Unisul). Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia (UFPA) e em Pedagogia (UEPA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPurb – UEPA) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Pará. E-mail: valkiriaropin@gmail.com

Roberta Carolina Maués do Nascimento – Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Pará (UNIOESTE), mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), licenciada em Geografia (UEPA). Membro do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPurb – UEPA). Integrante do Laboratório de Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOVCRIM – UEPA). E-mail: robertacarolmaues@gmail.com

Roberto Magno Reis Netto – Doutor em geografia, com ênfase em geografia e segurança pública (UFPA). Mestre em segurança pública (UFPA). Especialista em Atividade de Inteligência (ESMC). Bacharel em Direito (UFPA). Oficial de Justiça Avaliador do TJPA, professor (FAAM/IESP), pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LABGEOVCRIM e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA, fundador do Érgane – Pesquisadores da Amazônia). E-mail: bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Robson Patrick Brito do Nascimento – Mestre em geografia (UFPA). Licenciado em geografia (UEPA). Professor (IESP) e pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM. E-mail: robsonbritogeo@gmail.com

Susane Cristini Gomes Ferreira – Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa ABC – Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades. Professora do Instituto Federal do Pará. E-mail: susane_cristini@hotmail.com

Tarsis Ney Castelo Branco Barros Magalhães – Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: tarsiscastelo@gmail.com

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa – Mestre em Segurança Pública (UFPA). Especialista em Segurança Pública (RENAESP). Graduada em Pedagogia (UEPA) e em Ciências Sociais (UFPA). Policial Militar do Estado do Pará. Professora (IESP) e pesquisadora. E-mail: tatiane.tolosa@gmail.com

Túlio de Sousa Nunes – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG/UEPA), membro do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM – UEPA. Professor da educação básica. E-mail: tuliososa14@gmail.com

Vitória Maria Lima da Trindade – Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e membro do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime – LAB-GEOVCRIM – UEPA. E-mail: vitoriamarialima_trd@hotmail.com

Willame de Oliveira Ribeiro – Geógrafo, Doutor em Geografia. Professor da Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Líder do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPurb – UEPA), pesquisador do Laboratório

de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOV-CRIM – UEPA), do Laboratório de Análises Socioespaciais e Territoriais das Cidades (LabCidade – UEPA), do Observatório Nacional de Monitoramento e Avaliação de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias (ONDi) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA).
E-mail: willame@uepa.br



SECRETARIA DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR,
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



A Coleção Beira se direciona às problemáticas socioespaciais, sobretudo da região amazônica, buscando contribuir para a compreensão das realidades e processos resultantes da relação sociedade-natureza. Abrange obras acadêmicas cujas preocupações estão voltadas a questões como: dinâmicas e problemáticas ambientais; gestão ambiental e saneamento; recursos hídricos; produção do espaço urbano; redes urbanas e urbanização; planejamento e gestão de cidades; pobreza, desigualdades socioespaciais e segregação socioespacial; violência, territorialidades e segurança pública; dinâmicas e configurações territoriais; produção cartográfica; ensino de geografia; identidades territoriais; relação campo-cidade; dinâmicas regionais e regionalização; campesinato e movimentos sociais; transição agroecológica e inovação tecnológica; (des)envolvimento territorial; gênero, espacialidades e territorialidades; movimentos sociais insurgentes. E, assim, a coleção busca oferecer instrumentos para se pensar em elaboração e avaliação de políticas públicas, práticas, costumes, dentre outros, tendo como finalidade promover a justiça social e espacial.

EDITOR DE ÁREA - COLEÇÃO BEIRA

Willame de Oliveira Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL – COLEÇÃO BEIRA / EDUEPA

Prof. Dr. Ademir Terra	(UEMA – São Luís/MA)
Profa. Dra. Adriana Dorfman	(UFRGS – Porto Alegre/RS)
Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto	(UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Antonio Cezar Leal	(UNESP – Presidente Prudente/SP)
Prof. Dr. Antônio de Pádua de Mesquita dos Santos Brasil	(UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Benedito Ely Valente da Cruz	(UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Bruno Cezar Pereira Malheiro	(UNIFESSPA – Marabá/PA)
Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo	(UFPA – Belém/PA)
Profa. Dra. Cátia Oliveira Macedo	(UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves	(UFPE – Recife/PE)
Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas	(UFPA/UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo	(UNESP – Presidente Prudente/SP)
Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel	(UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Francisco Emerson Vale Costa	(UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Hugo Rogério Hage Serra	(UNIFESSPA – Marabá/PA)
Profa. Dra. Joseli Maria Silva	(UEPG – Ponta Grossa, PR)
Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto	(UFPA – Altamira/PA)
Prof. Dr. José Tadeu Garcia Tommaselli	(UNESP – Presidente Prudente/SP)
Profa. Dra. Judite Medina Nascimento	(Uni-CV – Praia/Cabo Verde)
Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros	(UFOPA – Santarém/PA)
Profa. Dra. Maria Adélia de Souza	(USP – São Paulo/SP)
Prof. Dr. Miguel Antonio Espinosa Rico	(Universidad del Tolima – Colombia)
Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira	(UFPE – Recife/PE)
Prof. Dr. Ronaldo da Cruz Braga	(IFPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Silas Nogueira de Melo	(UEMA – São Luís/MA)
Prof. Dr. Tiago Veloso dos Santos	(IFPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz	(UFF – Niterói/RJ)
Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro	(UEPA – Belém/PA)



SECRETARIA DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR,
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

